

UNIVERSIDADE DO VALE DO RIO DOS SINOS - UNISINOS  
UNIDADE ACADÊMICA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

ELAINE SMANIOTTO

**EXPERIÊNCIAS NEGRAS NO EXISTIR COLETIVAMENTE:  
SOCIEDADE RECREATIVA BENEFICENTE UNIÃO ROSARIENSE  
(1915 – 1965)**

São Leopoldo  
2024

ELAINE SMANIOTTO

**EXPERIÊNCIAS NEGRAS NO EXISTIR COLETIVAMENTE:  
SOCIEDADE RECREATIVA BENEFICENTE UNIÃO ROSARIENSE  
(1915 – 1965)**

Tese apresentada como requisito parcial para  
obtenção do título de Doutora em História,  
pelo Programa de Pós-Graduação em História  
da Universidade do Vale do Rio dos Sinos –  
UNISINOS

Orientadora: Profa. Dra. Deise Cristina Schell

São Leopoldo  
2024

S635e Smaniotto, Elaine  
Experiências negras no existir coletivamente :  
Sociedade Recreativa Beneficente União Rosariense (1915  
– 1965) / por Elaine Smaniotto. – 2024.  
403 f. : il.; 30 cm.

Tese (doutorado) — Universidade do Vale do Rio dos  
Sinos, Programa de Pós-Graduação em História, 2024.  
Orientadora: Profa. Dra. Deise Cristina Schell.

1. Associativismo negro. 2. Pós-abolição.  
3. Racialização. 4. Sociedade Recreativa Beneficente União  
Rosariense. 5. Rosário do Sul. I. Título.

CDU 316.3(81=96)

Catálogo na Fonte:  
Bibliotecária Vanessa Borges Nunes - CRB 10/1556

ELAINE SMANIOTTO

**EXPERIÊNCIAS NEGRAS NO EXISTIR COLETIVAMENTE:  
SOCIEDADE RECREATIVA BENEFICENTE UNIÃO ROSARIENSE  
(1915 – 1965)**

Tese apresentada como requisito parcial para obtenção do título de Doutora em História pelo  
Programa de Pós-Graduação em História da Universidade do Vale do Rio dos Sinos -  
UNISINOS

Aprovada com Distinção em 18 de setembro de 2024.

**BANCA EXAMINADORA**

---

Profa. Dra. Deise Cristina Schell (Orientadora)-UNISINOS

---

Profa. Dra. Máira Ines Vendrame-UNISINOS

---

Prof. Dr. Paulo Roberto Staudt Moreira-FURG, UFPel, AHRs

---

Profa. Dra. Magna Lima Magalhães-FEEVALE

---

Profa. Dra. Melina Kleinert Perussatto-UFRGS

## DEDICATÓRIA

Dedico esta tese às mulheres e aos homens egressos do cativo e suas/seus descendentes protagonistas destas Histórias, Memórias e Trajetórias que procurei aqui fazer emergir a partir de alguns fragmentos, pistas e indícios. Às mulheres negras lavadeiras (engomadeiras, passadeiras), benzedoras, doceiras, costureiras, operárias, diaristas, funcionárias públicas, dedicadas aos afazeres domésticos, garçonetes, babás, diaristas, comerciantes, comerciárias, professoras, bancárias, mães de santo, estudantes e secretárias e aos homens negros carroceiros, barbeiros, *chauffeurs*/motoristas, jornalistas, sapateiros, pedreiros, militares, músicos, funcionários públicos, bancários, professores, operários, marceneiros, ferroviários, advogados, oficiais de justiça, prestadores de serviços gerais, comerciantes, comerciários, industriários, carteiros, carpinteiros, datilógrafos, pintores, estudantes, mecânicos, lustradores, agricultores e alfaiates do município de Rosário do Sul e as gerações que vieram depois. A todas e todos que foram barradas e barrados de frequentar espaços sociais e então criaram o seu próprio: a Sociedade União Rosariense. Aos criadores e às criadoras deste espaço de resistência; de luta pela continuidade de existência; de pertença coletiva; de potencialização de trocas; de chegada e de partida; de positividade e afirmação identitária. Aos negros e às negras que se aquilombaram para conquistar direitos, tornar a vida mais leve e conectada com seus ancestrais.

## AGRADECIMENTOS

Esta pesquisa contou com incentivos e contribuições que foram fundamentais para a sua concretização e aqui as nomeio como forma de agradecimento. Aos orientadores: Prof. Dr. Paulo Roberto Staudt Moreira, pela indicação do tema de pesquisa, de fontes e orientações iniciais; e não por sua vontade, teve que deixar o PPGH Unisinos; e Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup>. Deise Cristina Schell pelo acolhimento que foi fundamental para que eu seguisse em frente, por indicar caminhos teórico-metodológicos, sugestões de referências e por constantes diálogos. Gratidão!

Ao companheiro Joel Ribeiro de Menezes, pela escuta incondicional, pelo incentivo, pela paciência e também pelas reminiscências e amor à sua terra natal – Rosário do Sul. À Salete Smaniotto, minha irmã, pela paciência em ler meus escritos e fazer apontamentos necessários e importantes. E à família Smaniotto que sempre acreditou na educação acadêmica.

Às interlocutoras, aos interlocutores e suas famílias que dividiram comigo, uma pesquisadora branca, suas experiências e memórias sobre um associativismo negro criado na cidade de Rosário do Sul. Agradeço pela concessão e confiança para contar a trajetória de seus antepassados e disponibilizar documentos escritos e fotografias de acervos pessoais. As fontes disponibilizadas foram essenciais para as análises e conjecturas, aprofundadas na tese.

À Jari Felix Santiago e à Nara Nei Faleiro Machado que disponibilizaram os livros de Atas de reuniões de diretorias e assembleias realizadas pela Sociedade Recreativa Beneficente União Rosariense, e indicaram interlocutoras e interlocutores para dialogar sobre experiências vivenciadas nesta agremiação.

Ao povo brasileiro, que com o dinheiro de seus impostos financiou 50% deste doutoramento, através do Programa de Suporte à Pós-Graduação de Instituições Comunitárias de Educação (PROSUC) e Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). Espero que a reflexão aqui apresentada possa contribuir para um país melhor, com igualdade racial, memórias plurais e para o avanço do conhecimento na área do associativismo negro no sul do Brasil.

Às professoras e aos professores do PPG-História da Universidade do Vale do Rio dos Sinos – UNISINOS, que me acolheram e incentivaram este trabalho. Em especial à Maria Cristina Bohn Martins, Jairo Henrique Rogge, Maíra Ines Vendrame, Deise Cristina Schell, Ana Paula Korndorfer, Paulo Roberto Staudt Moreira, Melina Kleinert Perussatto, Miriam

Steffen Vieira, Hernán Ramiro Ramírez, Camila Silva e Marluza Marques Harres. À Banca de Qualificação desta Tese realizada na tarde de 13 de novembro de 2023, formada pelas professoras Dr.<sup>a</sup> Deise Cristina Schell e Dr.<sup>a</sup> Maíra Ines Vendrame e pelo professor Dr. Paulo Roberto Staudt Moreira. Este momento contribuiu significativamente para que eu alargasse horizontes e inspirações para continuar a pesquisa e a escrita deste estudo.

Às professoras Dr.<sup>a</sup> Deise Cristina Schell, Dr.<sup>a</sup> Maíra Ines Vendrame, Dra. Magna Lima Magalhães, Dra. Melina Kleinert Perussatto e ao professor Dr. Paulo Roberto Staudt Moreira pelo aceite em participar da banca examinadora desta Tese realizada na tarde de 18 de setembro de 2024 e contribuir com seus conhecimentos, suas leituras e práticas enquanto professor/as e pesquisador/as.

Muitas foram as pessoas que me deram a mão, que acompanharam minha trajetória e tão diversas e relevantes foram suas contribuições! A seguir apresento os nomes, omitindo o que cada um e cada uma aportou, com seu apoio intelectual ou técnico, sua memória e seu apoio afetivo. Enfatizo que todas e todos – professoras, professores, familiares, colegas, amigas, amigos, entrevistadas, entrevistados, instituições – sabem o quanto e como participaram do processo de garimpagem de fontes, indicação de referências bibliográficas, diálogos e assim tornaram possível a materialização desta tese. Por ordem alfabética, meus agradecimentos vão para: Adair Menezes dos Santos, Adão Ramires da Silva Machado, Adão Renato Marques, Adão Rodrigues Ramos, Airton Machado Gusmão, Alcidiney Josende da Rosa, Aldori Severo dos Santos, Alex Juarez Muller, Alexandre Karsburg, Amadeu Vargas Varela, Ana Elisabete Ramos do Amaral, Ana Regina Mendes, Andrea Grillo Borges, Andrea Helena Petry Rahmeier, Andrea Weber, Ângela Binsfeld, Ângelo Diego Cadoná, Ataídes Rodrigues dos Santos, Arisolina de Souza Josende, Carlos Roberto Soares da Silva, Claudete Medeiros, Clélio Coelho, Clóvis Soares Borges, Dalva Neraci Reinheimer, Denise Dutra Borges, Dionéia Lurdes Alves da Silva, Dionei Goulart, Dirceu Ramos Soares, Dóraliza Bagattini Osório, Dóris Rejane Fernandes, Edna Brandina Agertt de Paulo, Edson da Silva Rodrigues, Edson Ramos de Paulo, Élen Waschburger, Eloiza de Menezes Rodrigues, Elomar Ribeiro de Menezes, Fernanda Oliveira da Silva, Elza Fernanda Jaques Leal, Evandro Ribeiro da Rosa, Fabrício Romani Gomes, Flávia Ramos Amaral, Glauber Oliveira dos Santos, Gláucia de Fátima Josende da Rosa, Glauco Fernando da Silva Ramos, Herotildes Prestes da Silveira, Iane Teresinha Ribeiro de Menezes, Iara Oliveira Ramos, Igor Menini da Silva, Irene Terezinha da Rosa Candido (*in memoriam*), Izolete de Medeiros Machado, Janete Inês Rabuske, Jean Carlo Gessi Caneppele, Jeferson Maia Alves, Jeferson Pierre de Lima dos

Santos, João Fernando Vasconcellos Osório, Jorge Marcos Telles de Oliveira, Jorge Nei Josende da Rosa, Jonathan Ribeiro de Menezes, José Rodrigues dos Santos, Júlia Miller Borges Rodrigues, Jurema Chuma Ramos, Juvêncio Rodrigues (*in memoriam*), Kátia Sirene Josende da Rosa, Lane Marize Borges Silveira, Leonita Campos, Lucas de Prá Maicá, Luciano Ribeiro, Lúcia Jacinta da Silva Backes, Luís Carlos da Silva Borges, Luís, Magda Suzi Gonçalves Farias, Mara Regina Miranda de Souza, Mara Severo, Maria Beatriz Fernandes Alves, Maria Candida Galvão Ramos, Maria Romilda Rangel, Maria Terezinha Souza Ribeiro, Mariglei Gonçalves Farias, Mário Antônio Farias, Marli Galvão Ramos de Lemos, Naiara Rodrigues Silveira Lacerda, Orlandina Ramos Amaral, Paola Guma da Silva, Paulo Hilton Santana, Paulo Rogério Vieira Dias, Rogério Pereira Figueiredo, Ronaldo Miller de Menezes Rodrigues, Rosangela Oliveira Santana, Samanta T. Comiotto, Sila Nunes da Silva, Sile Terezinha Vaz Maia, Silvia Ribeiro da Rosa, Silvio Ricardo Araujo Flores, Terezinha Araujo Xavier Josende da Rosa, Tiago Giriboni, Ubirajara Oliveira Ramos, Valdenice Ramos Soares, Valdenir de Menezes Rodrigues (*in memoriam*), Valéria de Mello dos Santos, Valéria Soares de Brites, Vivian Silveira, Viviane Maia Alves, Viviane Soares, Zilá Helena Soares Pacheco e Zuleze Correa Soares.

Vamos juntos!  
Me dá a mão e vamos juntos!  
Tua disposição e vamos juntos!  
(Oliveira Silveira – Poemas, 2009)<sup>1</sup>

---

<sup>1</sup> Poema recitado em 20 de novembro de 2023, pela pedagoga Naiara Rodrigues Silveira Lacerda, filha do professor, jornalista e poeta rosariense Oliveira Ferreira da Silveira (1941-2009), um dos fundadores do Grupo Palmares e um dos idealizadores do Dia Nacional da Consciência Negra que, naquela ocasião, foi homenageado em uma sessão solene no Salão de Atos da UFRGS, com o título de Doutor Honoris Causa (*in memoriam*). Mais informações podem ser encontradas em: <<https://www.gov.br/palmares/pt-br/assuntos/noticias/personalidades-negras-2013-oliveira-silveira>> e também <<http://www.palmares.gov.br/?p=31262>>. Acesso em 15 dez. 202.



## RESUMO

Esta tese investiga a fundação e a trajetória da Sociedade Recreativa Beneficente União Rosariense, construída por um grupo de trabalhadoras negras e trabalhadores negros na cidade de Rosário do Sul, Microrregião da Campanha Central do estado do Rio Grande do Sul, tendo como foco de análise o período de 1915, quando ocorreu a sua fundação, a 1965. Ainda que a Sociedade União tenha se mantido ativa até 2018, o recorte temporal final desta pesquisa foi estabelecido para que se percebesse como se deu a sua constituição até 1965, ano que marcou a inauguração de uma nova sede para o clube e a partir do qual as suas atividades recreativas foram intensificadas. Verificou-se que, a partir de então, o espaço deste associativismo negro já não era mais apenas para os seus, mas também para outros segmentos sociais da cidade, o que demandaria outras análises que considerassem essa nova conjuntura. Esta investigação foi realizada a partir do aporte teórico-metodológico da História Social, com inspiração na micro-história e tendo como perspectiva o campo de observação do pós-Abolição. A análise está baseada na utilização de fontes reunidas a partir de visitas em arquivos históricos e museus, e também da documentação produzida pela própria Sociedade União Rosariense, como Atas e estatutos, por fotografias guardadas em acervos pessoais de membros do clube e seus/suas descendentes, bem como depoimentos de pessoas relacionadas ao associativismo afrorosariense, além de documentação eletrônica. Do ponto de vista metodológico, destaca-se a utilização da História Oral como aporte privilegiado para produção, análise, interpretação de dados e informações produzidas por meio de depoimentos concedidos à pesquisadora por associadas e associados desta agremiação. Este estudo evidencia a organização de uma associação de mulheres negras e homens negros com sede própria localizada no centro da vila/cidade de Rosário, na qual suas/seus protagonistas realizavam bailes, festivais culturais, saraus, confraternizações, atividades esportivas e assistenciais numa tentativa de efetivação da liberdade, da cidadania e afirmação de identidade em um contexto racializado. Com um olhar mais atento ao longo da investigação para as intersecções entre raça, gênero, classe, poder e trabalho, foram observadas experiências nas quais este coletivo negro fortaleceu laços de sociabilidade, solidariedade, identidade e luta cidadã. Dentro da perspectiva de reparação histórica, esta tese sobre a Sociedade União, contribui para uma historiografia que procura conferir visibilidade e historicidade a trajetórias individuais e coletivas de pessoas negras do passado - e do presente - rosariense, rio-grandense e brasileiro.

**Palavras-chave:** Associativismo Negro, Pós-Abolição, Racialização, Sociedade Recreativa Beneficente União Rosariense, Rosário do Sul.

## ABSTRACT

This thesis investigates the foundation and trajectory of the Sociedade Recreativa Beneficente União Rosariense, established by a group of Black female and male workers in the city of Rosário do Sul, in the Central Campaign Microregion of the state of Rio Grande do Sul. The analysis focuses on the period from 1915, when it was founded, to 1965. Although the União Society remained active until 2018, the final temporal cut of this research was established to understand its constitution until 1965, a year that marked the inauguration of a new headquarters for the club and from which its recreational activities were intensified. It was found that the space of this Black associative was no longer just for its members but also for other social segments of the city, which would require further analyses considering this new context. This investigation was carried out using the theoretical and methodological framework of Social History, inspired by Microhistory and observing the post-Abolition period. The analysis is based on the use of sources gathered from visits to historical archives and museums, as well as documentation produced by the União Rosariense Society itself, such as minutes and statutes, photographs kept in the personal collections of club members and their descendants, and interviews with people related to Rosariense associativism, as well as electronic documentation. From a methodological standpoint, the use of Oral History stands out as a privileged resource for the production, analysis, and interpretation of data and information generated through testimonies given to the researcher by members of this association. This study highlights the organization of an association of Black women and men with its own headquarters located in the center of the village/city of Rosário, where its protagonist's held dances, cultural festivals, soirées, social gatherings, sports, and welfare activities in an attempt to realize freedom, citizenship, and identity affirmation in a racialized context. With a closer look throughout the investigation at the intersections between race, gender, class, power, and work, experiences were observed in which this Black collective strengthened bond of sociability, solidarity, identity, and citizen struggle. From the perspective of historical reparations, this thesis on the União Society, contributes to a historiography that seeks to confer visibility and historicity to the individual and collective trajectories of Black people in the past and present of Rosário, Rio Grande do Sul and Brazil.

**Keywords:** Black associativism, Post-Abolition, Racialization, Sociedade Recreativa Beneficente União Rosariense, Rosário do Sul.

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Centro da Vila de Rosário – década de 1930.....	76
Figura 2 - Ficha do associado Mauricio Gonçalves – década de 1930.....	103
Figura 3 - Ficha do associado José Malaquias de Souza – década de 1950.....	103
Figura 4- Ficha do associado Belarmino Soares dos Santos – década de 1960. ....	103
Figura 5 - Solenidade de exposição de fotografias de sujeitos históricos – década de 1960. ....	109
Figura 6 - Fachada da sede da Sociedade Recreativa Beneficente União Rosariense – década de 1960. ....	120
Figura 7 - Baile de aniversário da Sociedade – maio de 1965 .....	157
Figura 8 - Apresentação do Coral da Sociedade – década de 1960.....	160
Figura 9 - Baile de Coroação da Rainha da Primavera – 1955.....	163
Figura 10 - Baile de Coroação da Rainha do Carnaval – 1960. ....	165
Figura 11 - Baile de Coroação da Rainha do Carnaval – 1962. ....	167
Figura 12 - Baile de Carnaval Infantil – 1962.....	168
Figura 13 - Rainha do Carnaval – 1965.....	169
Figura 14 - Carteirinha de associado – 1962.....	177
Figura 15 - Baile de Aniversário 1º de maio – década de 1960. ....	181
Figura 16 - Membros da diretoria no baile – década de 1960. ....	184
Figura 17 - Baile – 1963.....	187
Figura 18 - Baile de Carnaval – década de 1960.....	188
Figura 19 - Carnaval infantil – década de 1960.....	190
Figura 20 - Bloco carnavalesco – 1941. ....	191
Figura 21 - Baile de Carnaval – Bloco dos Casais – década de 1960. ....	192
Figura 22 - Baile de Carnaval – Corte da Rainha – 1963.....	192
Figura 23 - Baile de Carnaval – Bloco dos jovens – 1963. ....	193
Figura 24 - Festival Cultural – década de 1960.....	197
Figura 25 - Botequim – 1962.....	200
Figura 26 - Campeonato de ping-pong – 1962.....	204
Figura 27 - Almoço coletivo – década de 1960.....	207
Figura 28 - Festa de aniversário da Sociedade – década de 1960. ....	208
Figura 29 - Confraternização entre jovens – década de 1960.....	209
Figura 30 - Confraternização – década de 1960.....	210
Figura 31 - Coquetel – 1961.....	211

Figura 32 - Confraternização das famílias associadas – década de 1960.....	212
Figura 33 - Convite 50 Anos da fundação da Sociedade Recreativa Beneficente União Rosariense – 1965.....	213
Figura 34 - Baile – 1955.....	221
Figura 35 - Carteira de associado de Alcidiney Josende da Rosa – década de 1960.....	226
Figura 36 - Fragmento da Ata 01/05/1925 – 10º aniversário da SRBUR. ....	228
Figura 37 - Festejos – década de 1960. ....	229
Figura 38 - Matrícula de Chauffeur – 1926.....	239
Figura 39 - Matrícula de Chauffeur – 1927.....	239
Figura 40 - Chauffeur Almir Soares Barbosa – década de 1930.....	243
Figura 41 - Carteira Profissional de Almir Soares Barbosa – 1937. ....	244
Figura 42 - Marília, Marina e Maximília – 1923.....	247
Figura 43 - Maximília Soares Barbosa (16/04/1927). ....	248
Figura 44 - Residência que pertencia à família Soares Barbosa – 2023.....	249
Figura 45 - Octília Azambuja Soares e Almir Soares Barbosa – década de 1940. ....	250
Figura 46 - Última morada de Almir Soares Barbosa e Octília Azambuja Soares – 2023. ...	253
Figura 47 - Time de futebol da SRBUR – 1973.....	256
Figura 48 - Time de futebol da SRBUR – década de 1980.....	257
Figura 49 - “Rua Arsenio Severo Candido” – 2024.....	258
Figura 50 - Maria Francisca da Silva e Olympio Josende da Rosa – 1930.....	262
Figura 51 - Carteira de Habilitação de Olympio Josende da Rosa – 1940.....	264
Figura 52 - Casa Josende – década de 1920. ....	265
Figura 53 - Fichas dos associados – Ari Josende e Feliciano Josende.....	267
Figura 54 - Terezinha Araujo Xavier e Alcidiney Josende da Rosa (30/07/1960).....	268
Figura 55 - Família Rodrigues da Costa – 1954.....	273
Figura 56 - Cooperativa de Ensino “Instituto Ginásial Amigos de Rosário do Sul Ltda” - (1950 – 1954).....	275
Figura 57 - Sile Terezinha Vaz Maia – 1º Baile de debutantes (25/10/1969). ....	282
Figura 58 - João Manoel Vianna – década de 1920. ....	284
Figura 59 - Nadir Fiuza da Silva e Davina Ramos – década de 1960.....	287
Figura 60 - Baile das Velas – 1972.....	288
Figura 61 - Grupo Embalo Jovem – década de 1970. ....	289
Figura 62 - Loteamento Sol Nascente – Rua Nadir Alves Faleiro – 2024.....	295

Figura 63 - Baile de Carnaval – 1960.....	296
Figura 64 - Baile de Carnaval – década de 1960.....	302

## LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - População Regional - Campanha Sudoeste do Estado do Rio Grande do Sul. ....	94
Quadro 2 - Presidentes da Sociedade Recreativa Beneficente União Rosariense – (1915-1941 e 1959-1965).....	127
Quadro 3 - Diretoras da Sociedade Recreativa Beneficente União Rosariense – (1920-1941 e 1959-1965).....	129
Quadro 4 - Valor da mensalidade, joia e salário mínimo (1918 - 1965). ....	140
Quadro 5 - Presença feminina nas reuniões de diretoria e assembleias gerais da SRBUR (1920-1934). ....	146
Quadro 6 - Associações que conformavam a rede relacional da Sociedade Recreativa Beneficente União Rosariense com associações negras locais e regionais (1916-1964). ....	216
Quadro 7 - População recenseada quanto à cor (IBGE - 1940) em municípios com clubes sociais coirmãos da Sociedade Recreativa Beneficente União Rosariense no período de 1915-1965. ....	219
Quadro 8 - Agremiações negras que conformavam redes relacionais – RS e SC. ....	222
Quadro 9 - Rede relacional da Sociedade Recreativa Beneficente União Rosariense com associações mistas e brancas de Rosário do Sul (1927-1965). ....	224

## **LISTA DE MAPAS**

Mapa 1 - Localização do município de Rosário do Sul.....	89
Mapa 2 - Localização das sedes da Sociedade Recreativa Beneficente União Rosariense na cidade de Rosário do Sul, RS. ....	115
Mapa 3 - Localização das cidades com clubes sociais coirmãos da Sociedade Recreativa Beneficente União Rosariense.....	218

## LISTA DE GENOGRAMAS

Genograma 1 - Família de Octília Azambuja Soares e Almir Soares Barbosa. ....	242
Genograma 2 - Família de Gonçalves Ramos Soares e Gabino Soares Barbosa.....	255
Genograma 3 - Família de Juracy Fermina da Rosa e Arsenio Severo Candido.....	259
Genograma 4 - Família de Maria Francisca da Silva e Olympio Josende da Rosa. ....	263
Genograma 5 - Família de Juliana Silveira Rodrigues e João Pedro Rodrigues da Costa. ....	270
Genograma 6 - Família de Umbelina Paulo Vaz e Boaventura Vaz. ....	279
Genograma 7 - Família de Brandina Ramos de Paulo e Inácio de Paulo.....	285
Genograma 8 - Família de Alice Osório Faleiro e Nadir Alves Faleiro.....	293
Genograma 9 - Família de Zulmira Ramos Soares e Hélio Ferreira Soares.....	300



## **LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS**

AIT - Associação Internacional dos Trabalhadores

AHRS - Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul

APERS - Arquivo Público Estado do Rio Grande do Sul

ARENA - Aliança Renovadora Nacional

CMD - Conselho Municipal Desporto

CTG - Centro de Tradições Gaúchas

EMATER - Instituto de Assistência Técnica e Extensão Rural

f. fls.- folha, folhas

FNB - Frente Negra Brasileira

FNP - Frente Negra Pelotense

HDBN - Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IPCN - Instituto de Pesquisa das Culturas Negras

GEPA - Grupo de Estudos sobre pós-Abolição

MDB - Movimento Democrático Brasileiro

PDT - Partido Democrático Trabalhista

PP - Partido Progressista

PPGH - Programa de Pós-Graduação em História

PROSUC - Programa de Suporte à Pós-Graduação de Instituições Comunitárias de Educação

PT – Partido dos Trabalhadores

PSD - Partido Social Democrático

PTB – Partido Trabalhista Brasileiro

SENAC - Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial

SRBUR – Sociedade Recreativa Beneficente União Rosariense

TCLE - Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

TEM - Teatro Experimental do Negro

UFPel - Universidade Federal de Pelotas/RS

UFSM – Universidade Federal de Santa Maria/RS

UHC - União dos Homens de Cor

UNESCO - Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura

UNIJUÍ - Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul

UNISINOS - Universidade do Vale do Rio dos Sinos

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO .....</b>	<b>20</b>
1.1 O PERCURSO EM BUSCA DE INDÍCIOS, SINAIS E FRAGMENTOS .....	46
<b>2 SOCIEDADE RECREATIVA BENEFICENTE UNIÃO ROSARIENSE: “ESPAÇO PARA O[A] NEGRO[A] SE JUNTAR, SE FORTALECER E SE MANTER” .58</b>	
2.1 DAR “PASSOS AGIGANTADOS PELA ENTRADA DO PROGRESSO E DA CIVILIZAÇÃO” E “PASSAR HORAS FELIZES CHEIAS DE CONTENTAMENTO” .....	58
2.1.1 Evidenciando resistência, existência e resiliência .....	60
2.1.2 Um olhar sobre a formação de Rosário do Sul .....	84
2.1.3 Fontes para compreender um existir coletivo negro .....	96
2.1.4 A busca por sede própria .....	114
<b>3 AGÊNCIAS FEMININAS NA UNIÃO ROSARIENSE .....</b>	<b>122</b>
3.1 INTERSECÇÕES ENTRE GÊNERO, RAÇA E TRABALHO .....	123
3.1.1 Relações de poder interseccionais na formação de diretorias .....	124
3.1.2 Ações para a manutenção do espaço coletivo de existência .....	140
3.2 MULHERES EM MOVIMENTO .....	143
3.2.1 O papel multidimensional das mulheres .....	150
3.2.1.1 Rainha da Sociedade União .....	161
<b>4 CONSTRUINDO LAÇOS DE PERTENCIMENTO: FESTIVIDADES E REDE RELACIONAL .....</b>	<b>172</b>
4.1 ESTRATÉGIAS DE AÇÃO COLETIVA PARA EFETIVAÇÃO DA CIDADANIA .....	173
4.1.1 Os bailes na União: reunião coletiva de sociabilidade e de regozijo .....	175
4.1.2 Forjando liberdade e cidadania num Brasil Republicano .....	195
4.1.3 “O engrandecimento de nossa raça no esporte” .....	201
4.1.4 Diversas ações recreativas e beneficentes .....	205
4.2 REDE RELACIONAL ENTRE ASSOCIAÇÕES NEGRAS E NÃO NEGRAS .....	215
4.2.1 Estreitamento de laços junto de seus pares .....	215
4.2.2 Em busca de intercâmbios sociais .....	224
<b>5 TRAJETÓRIAS E MEMÓRIAS INDIVIDUAIS E COLETIVAS EM UMA EXPERIÊNCIA ASSOCIATIVA NO PÓS-ABOLIÇÃO .....</b>	<b>232</b>
5.1 TRAJETÓRIAS E MEMÓRIAS DE FAMÍLIAS QUE AGIRAM PARA EXISTIR COLETIVAMENTE .....	234

5.2 PERSONAGENS REAIS FORJANDO LUGARES PARA O EXERCÍCIO DO TRABALHO E O ACESSO A DIREITOS.....	236
<b>5.2.1 Almir Soares Barbosa</b> .....	240
5.2.1.1 Família Soares Barbosa .....	254
5.2.1.2 Famílias Azambuja, Rosa e Severo Candido.....	257
<b>5.2.2 Olympio Josende da Rosa</b> .....	261
5.3 FORTALECIMENTO DE UM PROJETO DE LIBERDADE E CIDADANIA.....	269
<b>5.3.1 Familiares de Almedorina Rodrigues Siqueira</b> .....	269
<b>5.3.2 Família de Umbelina Paulo Vaz</b> .....	278
<b>5.3.3 Familiares de Brandina Ramos de Paulo</b> .....	283
5.4 EVIDÊNCIAS DE EXISTIR, SER, ESTAR E LUTAR.....	291
<b>5.4.1 Família de Alice Osório Faleiro e Nadir Alves Faleiro</b> .....	292
<b>5.4.2 Família de Zulmira Ramos Soares e Hélio Ferreira Soares</b> .....	298
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	<b>305</b>
<b>REFERÊNCIAS</b> .....	<b>315</b>
<b>APÊNDICES</b> .....	<b>345</b>
<b>ANEXOS</b> .....	<b>389</b>

## 1 INTRODUÇÃO

Atravessada por muitos afetos, nas páginas a seguir, transitarei por histórias que, em Rosário do Sul, ainda não foram escritas, não são visíveis, mas mesmo assim fazem parte da memória de muitas pessoas negras e não negras. Eu, enquanto professora e historiadora, entrei neste universo associativo, “no giro dessas ventanias negras”<sup>2</sup>, com o compromisso de escuta, análise, escrita e profunda gratidão às mulheres negras e aos homens negros protagonistas da trajetória de uma **Sociedade** que nasceu como **Recreativa**, depois, se tornou também **Beneficente** e desta forma legitimou a **União** de negras e negros **Rosarienses**.

Esta caminhada foi iniciada no final do ano de 2019, em um diálogo com o professor Paulo Roberto Staudt Moreira em que ele dizia ser possível escrever histórias de afeto, protagonismo, trajetória e associativismo negro. Abracei a ideia, acessei camadas, pedaços, fragmentos de vivências na tentativa de me aproximar de uma realidade social. Peço licença às pessoas que viveram antes da gente, pois estou aqui para contar partes da história de uma experiência negra no existir coletivamente no município de Rosário do Sul: a Sociedade Recreativa Beneficente União Rosariense<sup>3</sup>. Compactuo com o pensamento de que a história é feita da ação de múltiplas sujeitas, múltiplos sujeitos e, todas e todos têm direito à visibilidade e historicidade, e ainda, as histórias precisam ser contadas, escritas, interpretadas e debatidas a partir de diferentes olhares<sup>4</sup>, porque “muitas histórias importam”<sup>5</sup>.

Até aqui, este percurso foi composto de muitas cenas – aulas on-line; solitárias leituras; viagens para pesquisa in loco; busca de fontes; abertura de muitas portas; escutas;

---

<sup>2</sup> Segundo Georgina Helena L. Nunes, a expressão ‘nós temos que fazer vento’ é constantemente dita pela líder quilombola Tia Vica da Comunidade do Passo do Lourenço no município de Canguçu (RS). Georgina Nunes, professora da Faculdade de Educação da UFPel, “reflete sobre as estratégias e proposições que mulheres negras quilombolas elaboram para o enfrentamento ao racismo e sexismo na região sul do país, estabelecendo uma análise discursiva da clássica canção gaúcha ‘Vento Negro’, composta por José Fogaça, na década de 1970, Assim, do discurso negativo sobre o vento negro do sul, Georgina Nunes desloca-se entre os ventos produzidos pelas mulheres negras quilombolas e finaliza saudando a senhora dos ventos e dos raios, Iansã [...] Foram as mulheres afro-gaúchas, as ventanias negras do sul, que nos trouxeram até aqui”. (OLIVEIRA, Fernanda; PEREIRA, Priscila N. Pensamentos de mulheres negras ao sul do sul: das lutas coletivas por cidadania à narrativa da existência por meio da educação. **Currículo sem Fronteiras**, v. 19, n. 2, p. 453-477, 2019, p. 457. Sobre “ventanias negras” ver também: PEREIRA, Priscila N. **Negras, professoras e cotistas: saberes construídos na luta pelo exercício da docência**. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação em Educação da Faculdade de Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2018.

<sup>3</sup> Esta associação inicialmente foi identificada como Sociedade União Rosariense e Sociedade Recreativa União Rosariense. De acordo com o Estatuto de 1958, passa a ser denominada de Sociedade Recreativa Beneficente União Rosariense (SRBUR). Popularmente era conhecida como Sociedade União, também Clube União, ou ainda simplesmente União. Sendo assim, ao longo deste estudo utiliza-se esta variedade de nomenclaturas.

<sup>4</sup> CHALHOUB, Sidney. **Trabalho, lar e botecoim: o cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da belle époque**. 1.ed. 1986. São Paulo: Brasiliense, 2001.

<sup>5</sup> ADICHIE, Chimamanda Ngozi. **O perigo de uma história única**. Tradução: Julia Romeu, 1ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2019, p. 32.

novas amizades; PPGH Unisinos ‘descontinuado’; demissão do professor orientador; nova professora orientadora<sup>6</sup>; vitória eleitoral de Luiz Inácio Lula da Silva<sup>7</sup>; misto de alegria/alívio/lágrimas/esperança; diálogos constantes com minha orientadora Deise, minha irmã Salete, meu companheiro Joel, minhas amigas Lúcia, Claudete, Dalva e Janete, meu amigo Alex e minhas colegas do Curso PPGH, Samanta e Bruna; escrita de artigos; participação em congressos, seminários, minicursos, conhecendo pessoalmente autoras e autores das minhas principais referências bibliográficas, como Fernanda Oliveira<sup>8</sup>, Petrônio Domingues, Marcus Vinicius de Freitas Rosa, Melina Kleinert Perussatto, Bruna Letícia de Oliveira dos Santos, Maíra Ines Vendrame, Rodrigo de Azevedo Weimer, Fabrício Romani Gomes, Luís Augusto Ebling Farinatti, Cláudia Santos Duarte, dentre outras/os; elaboração e entrega do Calendário Histórico Cultural (2023) “Festividades na Sociedade Recreativa Beneficente União Rosariense” para afrorosarienses interlocutores, interlocutoras colaboradores e colaboradoras desta pesquisa<sup>9</sup>; apresentação de colóquio para colegas, professores e professoras, e importantes momentos de orientação coletiva: a qualificação da

---

<sup>6</sup> Na tarde de 21 de julho de 2022 fui surpreendida com a notícia sobre o encerramento, por parte da Reitoria, das atividades do Programa de Pós-Graduação em História da Unisinos e a demissão do meu orientador. Fiquei profundamente consternada. Após lágrimas, lamentos e diálogos com a coordenadora do Programa, Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Maria Cristina Bohn Martins, chegamos à conclusão de que “seguir é preciso”. “Não posso desistir agora, tenho um compromisso principalmente com interlocutores e interlocutoras de Rosário do Sul que estão participando desta pesquisa”, eu pensava. Na manifestação realizada pelos/as discentes no final do mês de julho de 2022, no Campus da Unisinos, São Leopoldo, na tentativa de reverter o fechamento do PPGH e demonstrar indignação pela demissão de docentes, tive a oportunidade de conhecer a Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Deise Cristina Schell pessoalmente. Naquela ocasião recebi forte abraço e uma acolhida afetuosa desta professora que, no mês seguinte, aceitou ser minha orientadora. Gratidão e vida que segue!

<sup>7</sup> Eleito pela terceira vez enquanto Presidente da República Federativa do Brasil, Luiz Inácio Lula da Silva afirmou que esta foi “uma das mais importantes eleições da nossa história”. No discurso da vitória realizado em São Paulo (30/10/2022) o petista afirmou que o momento é de “restabelecer a paz entre os divergentes”. Disse que “é preciso reconstruir a própria alma deste país. Recuperar a generosidade, a solidariedade, o respeito às diferenças e o amor ao próximo”. Lula enfatizou ainda que a/o brasileira/o “quer livros em vez de armas. Quer ir ao teatro, ver cinema, ter acesso a todos os bens culturais, porque a cultura alimenta nossa alma”!

<sup>8</sup> Durante a tese, no corpo do texto será utilizado Fernanda Oliveira, e nas citações e referências será respeitada a nomenclatura que consta na pesquisa apresentada (dissertação, tese, artigos, livros). Portanto, Fernanda Oliveira e Fernanda Oliveira da Silva é a mesma autora.

<sup>9</sup> A partir de dezembro de 2021, realizei encontros com membros da última diretoria, antigas sócias e antigos sócios da SRBUR, com objetivo de dialogar sobre a produção coletiva de um calendário de mesa para o ano de 2023 com o tema: “Festividades na Sociedade Recreativa União Rosariense: Construindo laços de pertencimento”. Os objetivos deste projeto foram: a) Visibilizar momentos festivos no processo de construção e afirmação da Sociedade Recreativa Beneficente União Rosariense; b) Entender o potencial político da própria festa e como o lazer se transformou em um direito conquistado; c) Rememorar um passado que tem direito à perpetuidade e direito à visibilidade. Sendo assim, a comunidade abriu suas “caixas de memórias” e, ao mesmo tempo, “reviveu” momentos de alegria, afeto e festa. A entrega do calendário histórico-cultural do ano de 2023 para as pessoas colaboradoras (que atualmente residem em Rosário do Sul, Caxias do Sul, Porto Alegre, Canoas, Gravataí e Cruz Alta/RS e Fortaleza/CE) foi realizada na noite de 7 de novembro de 2022, acompanhada de um Sarau e degustação de doces e salgados na Casa Dona Carolina, localizada na Avenida General Canabarro, nº 1657, centro da cidade de Rosário do Sul. O evento de encerramento deste projeto foi de alegria, honra e responsabilidade para seguir a pesquisa sobre este associativismo negro. Ressalto que as pessoas que participaram do processo de construção deste calendário e não conseguiram estar presentes no evento da entrega do mesmo, receberam o material durante o mês de novembro de 2022.

tese de doutoramento que validou a pesquisa e a defesa desta, que aqui se apresenta e a qual, de imediato, convido todas e todos para a leitura.

\*\*\*

Estudos recentes têm ampliado as abordagens sobre o associativismo negro, tomando-se por base o período temporal do pós-1888, e preocupando-se com a construção coletiva de significados sobre a cidadania na República brasileira, cidadania esta que tem cor, gênero, classe e memória coletiva. Petrônio Domingues afirma que as associações negras

Tinham como objetivo satisfazer necessidades sociais, econômicas, culturais, religiosas e humanas de um segmento populacional que vivia em condições adversas [...]. As associações negras não se limitaram a denunciar problemas, mas tentaram apontar caminhos para superá-los. Diversas foram as soluções preconizadas: o soerguimento moral, a melhora do nível educacional e cultural, a valorização da subjetividade, relacionada à construção de identidades; a necessidade de protestar diante das injustiças e de atuar politicamente. Contudo, a principal solução advogada foi a união, considerada pré-requisito para os negros se fortalecerem, conquistarem espaço na sociedade e, assim, superarem problemas comuns que enfrentavam<sup>10</sup>.

Esta união de mulheres negras e homens negros, enfatizada pelo professor e historiador Petrônio Domingues, aconteceu também na Vila de Rosário<sup>11</sup>, localizada na Microrregião da Campanha Central do estado do Rio Grande do Sul. Ao perceber impedimentos de acesso a determinados espaços, sujeitos negros e sujeitas negras acionaram estratégias como a criação da Sociedade União Rosariense, no intuito de melhor viver numa sociedade na qual as relações sociais eram racializadas. Nesta perspectiva, é comum pensar a resistência negra a partir de seu caráter reativo, já que havia um impedimento para as pessoas negras participarem dos eventos recreativos, junto das pessoas brancas nacionais e de imigrantes, ou seja, havia uma interdição, uma “linha de cor”<sup>12</sup>; pessoas negras reagiram e fundaram uma agremiação. Essa experiência associativa teve esse caráter, entretanto, não se esgotou nisso, uma vez que também teve um “caráter afirmativo, propositivo, de positivação”<sup>13</sup>, que será exposto neste trabalho.

---

<sup>10</sup> DOMINGUES, Petrônio. Associativismo Negro. In: SCHWARCZ Lilia Moritz; GOMES, Flávio dos Santos (Orgs.). **Dicionário da Escravidão e Liberdade**: 50 textos críticos. 1ª edição. São Paulo: Companhia das Letras, 2018, p. 113, 119.

<sup>11</sup> Vila e sede de município: Lei nº 1.020, de 19 de abril de 1876. Instalação do município: 25 de abril de 1877. Cidade: Decreto nº 7.199, de 31 de março de 1938. Nomes anteriores: Nossa Senhora do Rosário e Rosário. Fonte: RIO GRANDE DO SUL. Censos do RS: 1803-1950. Porto Alegre: Fundação de Economia e Estatística De Província de São Pedro a Estado do Rio Grande do Sul. 1981, p. 22.

<sup>12</sup> “Categoria elaborada por W.E.B. Du Bois, com a finalidade de descrever a desigualdade racial como um fenômeno que opera em escala global. A linha de cor é um termo que visa chamar a atenção para a existência de um conjunto de mecanismos de exclusão de populações não brancas que está na base da manutenção do poder político, econômico e ideológico do grupo racial branco”. Notas do tradutor, In: HARTMAN, Saidiya. **Vidas rebeldes, belos experimentos**: Histórias íntimas de meninas negras desordeiras, mulheres encenqueiras e queers radicais. Tradução Floresta. São Paulo: Fósforo, 2022, p. 29.

<sup>13</sup> DOMINGUES, 2018, *op. cit.*

É importante apresentar o entendimento, que vigora nesta pesquisa, acerca da categoria “negro/a”. Para isso utilizamos as palavras da professora e historiadora Magna Lima Magalhães: “o termo negro, por muito tempo, foi utilizado de forma pejorativa, desqualificando o ‘outro’, no entanto, a partir de uma ressignificação, passa a ser positivado”<sup>14</sup>. De acordo com o dicionário de Conceitos Históricos, o conceito negro/a, no Brasil, só existe do ponto de vista social, designado como tal pela sociedade ou se auto identificando. “Devido ao preconceito, durante todo o século 20, o número de pessoas que se designavam negras sempre foi menor do que o número de pessoas designadas como tal pela sociedade”<sup>15</sup>. Porém, nas últimas décadas, um sentimento de afirmação contribuiu para ampliar a quantidade de indivíduos que se afirmam negros/as. No entendimento de Carneiro<sup>16</sup>,

A identidade étnica e racial é fenômeno historicamente construído ou destruído. Cresceu em 24%, nesse Censo [1991], o número de pessoas que se autodeclararam pretas e supõe-se, antes se autodeclaravam pardas. Essa novidade [...] pode, talvez, indicar que estamos mudando, saindo das brumas e abdicando do subterfúgio da indefinição racial para enfrentar, no dizer de Hélio Santos, “a dor da cor” ou da raça. E quem sabe, enfim curá-la<sup>17</sup>.

Neste sentido, cabe destacar os estudos realizados por Fernanda Oliveira, nos quais a professora e historiadora explica a sua escolha em usar a ideia de raça negra e não de afro-descendência, porque raça negra é “dispositivo político dotado de história”, pessoas marcadas pela cor da pele e “nomear também é um ato de poder”<sup>18</sup>. Já a professora e psicóloga social Lia Vainer Schucman pontua que

o movimento negro já fazia uma opção nas décadas de 1970-1980 quando disse: essa ‘categoria ‘pretos e pardos’ é ‘negro’, e é com ela que nós estamos lutando’. Se você retirar a categoria ‘parda’ daquilo que é chamado ‘negro’, o negro também desaparece como 54% da população. Ele vira 12%, 13%. [...] A categoria ‘negra’ só existe porque há pardos e pretos. E é assim definida pelo movimento negro<sup>19</sup>.

---

<sup>14</sup> MAGALHÃES, Magna Lima. **Associativismo Negro no Rio Grande do Sul**. São Leopoldo: Trajetos Editorial, 2017, p. 30.

<sup>15</sup> SILVA, Kalina Vanderlei; SILVA, Henrique Maciel. **Dicionário de conceitos históricos**. 3. ed. São Paulo: Contexto, 2006, p. 314.

<sup>16</sup> Aparecida Sueli Carneiro nasceu em São Paulo em 23/06/ 1950. Militante, filósofa, escritora, ativista feminista antirracista, doutora em educação. Uma das principais intelectuais e referência do feminismo negro no Brasil, No campo dos estudos de gênero, sua produção dialoga com intelectuais e feministas negras como Beatriz Nascimento (1942-1995), Luiza Bairros (1953-2016), além de Lélia Gonzalez (1935-1994).

<sup>17</sup> CARNEIRO, Sueli. **Racismo, sexismo e desigualdade no Brasil**. São Paulo: Selo Negro, 2011, p. 65.

<sup>18</sup> OLIVEIRA, Fernanda. Clubes negros ao sul do Sul: a mobilização recreativa nas cidades de fronteira Brasil-Uruguai no pós-Abolição (décadas 1920-1950). In: MENDONÇA, Joseli Maria Nunes; TEIXEIRA, Luana; MAMIGONIAN, Beatriz (org.). **Pós-Abolição no Sul do Brasil: associativismo e trajetórias negras**. Salvador: Sagga, 2020, p. 43.

<sup>19</sup> SCHUCMAN, Lia Vainer. Alianças possíveis e impossíveis entre brancos e negros para equidade racial. In: Instituto Ibirapitanga e SCHUCMAN, Lia Vainer. (orgs.) **Branquitude: diálogos sobre racismo e antirracismo**. 1ª ed. São Paulo: Fósforo, 2023, p. 66.

Portanto, negro/a, concepção adotada por este movimento social enquanto articulação política para conquistar direitos, representa a força da coletividade, categoria que, por essa razão, também será utilizada neste trabalho de doutoramento.

Para fundamentar este estudo, busquei o aporte teórico na História Social, com campo de observação no pós-Abolição. Neste sentido, Fernanda Oliveira observa que

A história social desenvolvida no país foi e continua sendo influenciada pelos estudos desenvolvidos por E. P. Thompson, o qual buscou perceber a agência dos indivíduos comuns, das pessoas simples, e o papel desenvolvido por estes na sociedade. Embora o contexto de suas pesquisas fosse outro, assim como os agentes da história, lançou-se um olhar para a história dos de baixo. Nesse sentido, a história da escravidão e do pós-Abolição passou a buscar os indivíduos escravizados e oriundos desses nessa sociedade tão fortemente marcada por um preconceito de cor e que delegava aos negros, posições secundárias<sup>20</sup>.

Nesta perspectiva, a ‘história vista de baixo’ presente nos estudos desenvolvidos por Edward Palmer Thompson<sup>21</sup>, estabelece um olhar direcionado para o protagonismo das pessoas “comuns”, das marginalizadas e dos marginalizados da história, bem como analisa suas estratégias e suas agências, ou seja, trabalha a hipótese da ação humana como transformadora da sociedade<sup>22</sup>. Segundo Melina Kleinert Perussatto, o historiador marxista britânico “recuperou a noção de experiência, que sintetiza a crença na capacidade de o sujeito interferir em condições aparentemente dadas, tornando-se um conceito primordial para compreender as interações dos sujeitos com as estruturas”<sup>23</sup>. No conceito de “experiência”

---

<sup>20</sup> SILVA, Fernanda Oliveira da. **Os negros, a constituição de espaços para os seus e o entrelaçamento desses espaços**: associações e identidades negras em Pelotas (1820-1943). Porto Alegre, RS. Dissertação (Mestrado em História) - Programa de Pós-Graduação em História da Escola de Humanidades da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, 2011, p. 20.

<sup>21</sup> Sobre o pensamento de Edward P. Thompson e o conceito de experiência ver: THOMPSON, Edward Palmer **A Miséria da Teoria ou um planetário de erros**: uma crítica ao pensamento de Althusser. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editores, 1981. THOMPSON, Edward Palmer. Folclore, antropologia e história social. In: NEGRO, Antônio; SILVA, Sérgio (orgs.). **As peculiaridades dos ingleses e outros artigos**. Campinas: Editora da Unicamp, 2001, p. 227-268. THOMPSON, Edward Palmer. A história vista de baixo. **As peculiaridades dos ingleses e outros artigos**. NEGRO, Antônio; SILVA, Sérgio (orgs.). **As peculiaridades dos ingleses e outros artigos**. Campinas: Editora da Unicamp, 2001, p. 185-202. THOMPSON, Edward Palmer. Educação e experiência. In: **Os românticos**: a Inglaterra na era revolucionária. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002, p. 11- 47.

<sup>22</sup> Para ampliar o entendimento sobre experiência partindo das agências humanas, ver os estudos desenvolvidos por: PERUSSATTO, Melina Kleinert. **Como se de ventre livre nasce**. Experiências de cativo, parentesco, emancipação e liberdade nos derradeiros anos da escravidão. Rio Pardo/RS. 1860-1888. Dissertação (Mestrado em História) - Programa de Pós-Graduação em História da Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2010. E também estudos desenvolvidos por: SANTOS, Bruna Letícia de Oliveira dos. **“Os brancos não falam a verdade contra mim. Porque ele é homem e não havia de passar o trabalho que as fêmeas passam”**. Maria Rita e a interseccionalidade de mulheres escravizadas (Comarca de Rio Pardo, XIX). Dissertação (Mestrado em História) - Programa de Pós-Graduação em História da Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2020.

<sup>23</sup> PERUSSATTO, Melina Kleinert. **Arautos da liberdade**: educação, trabalho e cidadania no pós-abolição a partir do jornal O Exemplo de Porto Alegre (c. 1892- c. 1911). Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2018, p. 30.



adotado por Thompson, utilizado por ele como modelo unificador para a observação das ações do operariado inglês do século 18, as “estruturas objetivas” geram efeitos sobre a vida das pessoas a partir do momento em que a consciência social é determinada pelo ser social, sendo tarefa das estudiosas e dos estudiosos a investigação sobre o que essas “estruturas” fazem no cotidiano de pessoas comuns e como elas reagem e agem nelas. Nesta perspectiva, atualmente no Brasil, se repensa o conceito de “experiência” não só utilizando-o para pensar vivências de operárias e operários, mas também para refletir sobre mulheres negras libertas e homens negros libertos e suas experiências de liberdade. Na interpretação de Hebe Castro, assim, a História Social “prioriza a experiência humana e os processos de diferenciação e individuação dos comportamentos e identidades coletivos – sociais – na explicação histórica”<sup>24</sup>.

O campo de estudos chamado de pós-Abolição<sup>25</sup> é relativamente recente na historiografia brasileira quando se compara com os estudos sobre o campo da escravidão. Até as últimas décadas do século 20, era comum se pensar a experiência negra no Brasil a partir do sistema escravista. Já no início do século 21, emerge um destacado campo de investigação denominado pós-Abolição. Para Marcus Vinicius de Freitas Rosa “os negros foram muito mais estudados enquanto permaneceram escravos, ou seja, como não cidadãos; depois disso, a historiografia deslocou o foco para os grupos de imigrantes, suas experiências de trabalho e suas organizações político-sindicais”<sup>26</sup>. No entendimento de Hebe Maria Mattos e Ana Maria Lugão Rios, “com a abolição do cativo, os escravos pareciam ter saído das senzalas e da história, substituídos pela chegada em massa de imigrantes europeus”<sup>27</sup>.

Flávio Gomes e Petrônio Domingues entendem que o

Pós-Abolição foi um período de longa duração, abrangendo desde a propaganda abolicionista em cidades como Rio de Janeiro, Santos, São Paulo, Porto Alegre e Salvador dos anos 1880 até movimentos sociais de luta antirracista na época da redemocratização cerca de uma centúria depois<sup>28</sup>.

---

<sup>24</sup> CASTRO, Hebe. História Social. In: CARDOSO, Ciro Flamarion. VAINFAS, Ronaldo (orgs.). **Domínios da História**: Ensaios de teoria e metodologia. Rio de Janeiro: Campus, 1997, p. 54.

<sup>25</sup> O pós-Abolição é também entendido como um problema histórico e um campo de estudos com marcos cronológicos porosos e elásticos, que abrange as tensas fronteiras entre escravidão e liberdade e os processos de racialização, desde a colonização até o tempo presente.

<sup>26</sup> ROSA, Marcus Vinicius de Freitas. **Além da invisibilidade**: história social do racismo em Porto Alegre (1884-1918). Tese (Doutorado em História) – Departamento de História, do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, da Universidade Estadual de Campinas Unicamp, 2014, p. 6.

<sup>27</sup> MATTOS, Hebe Maria; RIOS, Ana Maria Lugão. O pós-abolição como problema histórico: balanços e perspectivas. **Revista Topoi**, Rio de Janeiro, vol. 5, n. 8, p. 170-198, jan/jun. 2004, p. 170.

<sup>28</sup> GOMES, Flávio dos Santos. DOMINGUES, Petrônio. **Experiências da Emancipação**: Biografias, Instituições e Movimentos Sociais no Pós-Abolição (1890-1978). São Paulo: Selo Negro Edições, 2011, p. 9.

Hebe Maria Mattos e Ana Maria Lugão Rios<sup>29</sup> enfatizam que o pós-Abolição é concebido enquanto um momento histórico de construção e busca pela liberdade e, sendo assim, este período só termina quando não mais existir o preconceito racial e as imposições de barreiras sociais à população negra. Para as mesmas autoras, portanto, o campo de estudos do pós-Abolição enfoca os significados de liberdade para pessoas que foram escravizadas e para seus/suas descendentes em um contexto de luta negra por cidadania.

As primeiras pesquisas científicas realizadas dentro de universidades sobre o/a negro/a no pós-emancipação partiram de um projeto financiado pela Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura – UNESCO (fundada em 1945), e intermediado, no Brasil, por Alfred Métraux. Entre os pesquisadores contratados estavam Oracy Nogueira<sup>30</sup>, Roger Bastide, Florestan Fernandes,<sup>31</sup> dentre outros, que deveriam pesquisar sobre a “realidade racial brasileira”<sup>32</sup>. Na pesquisa sociológica realizada por Nogueira na cidade de Itapetininga/SP, evidenciaram-se distinções entre o preconceito manifestado no Brasil e nos Estados Unidos da América. Nogueira pontua que no Brasil o preconceito seria de ordem da aparência – marca – e nos EUA de ordem biológica – origem<sup>33</sup>. Ao aprofundar estudos sobre o Clube Recreativo 13 de Maio, fundado em 1911, este pesquisador observa que esta agremiação possuía um padrão moral condizente com os valores da sociedade branca, proporcionando aos associados divertimentos idênticos aos oferecidos por outros clubes. Neste sentido, na análise da Fernanda Oliveira, o clube era “uma cópia da sociedade branca, o que demonstra, nas suas palavras, uma acomodação racial quando contraposta à tensão racial

---

<sup>29</sup> MATTOS Hebe Maria, RIOS, Ana Maria Lugão. **Memórias do cativo**: família, trabalho e cidadania no pós-abolição. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

<sup>30</sup> Como parte dos resultados desta pesquisa financiada pela UNESCO, no ano de 1954 foi publicado, em São Paulo, o livro Preconceito racial de marca e preconceito racial de origem, de Oracy Nogueira.

<sup>31</sup> BASTIDE, Roger e FERNANDES, Florestan. **Branco e Negro em São Paulo**. (1ª ed. 1955). São Paulo: Global, 2008.

<sup>32</sup> Na análise do censo de 1950 o sociólogo Florestan Fernandes “diagnosticava a existência de um racismo dissimulado e assistemático [...] concentrações raciais de privilégios econômicos, sociais e culturais. O conjunto das pesquisas apontava, portanto, para novas facetas da ‘miscigenação brasileira’. Sobrevivia como legado histórico um sistema enraizado de hierarquização social que introduzia gradações de prestígio com base em critérios como classe social, educação formal, localização regional, gênero e origem familiar e em todo um Carrefour de cores e tons. Quase como uma referência nativa, o ‘preconceito de cor’ fazia as vezes das raças, tornando ainda mais escorregadios os argumentos e mecanismos de compreensão da discriminação” (SCHWARCZ, Lilia Moritz. **Nem preto nem branco, muito pelo contrário**: Cor e raça na sociabilidade brasileira. São Paulo: Claro Enigma, 2012, p. 72). De acordo com Melina Kleinert Perussatto, o “conjunto de pesquisas produzidas nesse escopo, ainda que buscassem denunciar o racismo em detrimento da democracia racial, acabaram por reforçar a ideia de que o ‘problema do negro’ era, em última análise, produto da ausência de qualidades inerentes ao próprio sujeito e não como uma consequência do denunciado racismo estrutural” (PERUSSATTO, 2018, *op. cit.*, p. 21).

<sup>33</sup> Sobre esta questão defendida por Nogueira, será que no sul do Brasil, além da categoria marca, a origem também se faz presente na hierarquização social?

norte-americana”<sup>34</sup>. Nogueira, naquele momento, atentou-se mais para a comparação de associativismo negro com o não negro e menos para as agências e o protagonismo negro dentro de um contexto racializado.

Pesquisadores vinculados à denominada Escola Sociológica Paulista buscavam respostas para a seguinte pergunta: por que a população negra não consegue se integrar no mundo livre? Esta questão, assim formulada, já confinava o segmento populacional negro no rótulo da incapacidade. Florestan Fernandes e Roger Bastide, em especial, consolidaram a ideia de que “no seu conjunto, a vida dos pretos nada oferece de uma perpétua tragédia”<sup>35</sup> e, desta forma, propagaram ideias de “despreparo” da população negra para o mundo livre. Fernando Henrique Cardoso (FHC)<sup>36</sup>, orientando de Florestan Fernandes, na tentativa de perceber e denunciar a violência das relações escravistas e questionar o mito da democracia racial, realizou, na década de 1950, uma pesquisa/tese cujo *locus* foi o Rio Grande do Sul e que resultou na publicação “Capitalismo e escravidão no Brasil Meridional: O negro na sociedade escravocrata do Rio Grande do Sul”<sup>37</sup>. Esta é considerada a primeira pesquisa documentada sobre a experiência negra no pós-emancipação no RS. FHC reservou o último capítulo do seu livro “O negro na sociedade de classes em formação” para mapear as discussões realizadas pelos negros no período em questão. Segundo Perussatto, este último capítulo, baseado em exemplares correspondentes ao primeiro ano de circulação do jornal O Exemplo, acaba por “reforçar a ideia de desajuste do negro à sociedade de classes, valendo-se de categorias como anomia, embranquecimento e mimetismo social”<sup>38</sup>.

Recusando esse tipo de abordagem, é criada, a partir dos anos 1980, uma nova historiografia referente à escravidão e à liberdade. Trata-se de um movimento de pesquisa que, em diálogo com os movimentos sociais negros, buscou outros olhares. Destacam-se estudos realizados por pesquisadores como: João José Reis e Eduardo Silva<sup>39</sup>, Silvia Hunold Lara<sup>40</sup>, Sidney Chalhoub<sup>41</sup>, Flávio dos Santos Gomes<sup>42</sup>, Hebe Maria Mattos<sup>43</sup>, Robert W.

---

<sup>34</sup> SILVA, Fernanda Oliveira da. Pós-Abolição ao sul: balanços e perspectivas. In: SILVA, Lúcia Helena Oliveira. RODRIGUS, Jaime. SOUZA, Airton Felix Silva. (orgs.) **Escravidão e liberdade**: estudos sobre gênero & corpo, memória & trabalho. São Paulo: FFLCH, 2023 p. 276.

<sup>35</sup> BASTIDE; FERNANDES, 2008, *op. cit.*, p. 25.

<sup>36</sup> Buscando as formas peculiares de introdução da escravidão, Fernando Henrique Cardoso, Otávio Ianni e Renato Jardim realizaram projetos vinculados em estados onde a proporção de negros era menor – Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul.

<sup>37</sup> CARDOSO, Fernando Henrique. **Capitalismo e escravidão no Brasil meridional**. O negro na sociedade escravocrata do Rio Grande do Sul. São Paulo: DIFEL, 1962.

<sup>38</sup> PERUSSATTO, 2018, *op. cit.* p. 21.

<sup>39</sup> REIS, João José; SILVA, Eduardo. **Negociação e conflito**. A resistência escrava no Brasil. Rio de Janeiro, Cia das Letras, 1988.

<sup>40</sup> LARA, Silvia Hunold. **Campos de violência**: escravos e senhores na capitania do Rio de Janeiro, 1750-1808, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1988.

Slenes<sup>44</sup>, entre outras e outros. Dentro do contexto de redemocratização do Brasil e do Centenário da Lei Áurea, estes pesquisadores passaram a questionar a rigidez com que as divisões entre senhores e escravos eram interpretadas. No atravessar dos séculos 20 para o 21, avanços historiográficos em relação a essa temática foram criando corpo, repensando novas metodologias, fontes e problemáticas de pesquisas com historiadores e historiadoras de diversas nacionalidades direcionando esforços para saber o que aconteceu com as populações negras depois da abolição da escravidão. Ampliou-se, assim, o campo de estudos, possibilitando tensionar as visões das experiências negras em liberdade.

Neste sentido, Frederic Cooper, Thomas Holt e Rebecca Scott pontuam que a “liberdade não é um estado natural. É um construto social, um conjunto de valores coletivamente comuns, reforçado pelo discurso ritual, filosófico, literário e cotidiano”<sup>45</sup>. Toni Morrison<sup>46</sup>, no romance *Amada*, através de um diálogo entre as personagens Seth e Paul D., expõe uma definição sobre o que é a liberdade para as pessoas negras: “Ele sabia exatamente do que ela estava falando: chegar a um lugar onde você podia amar qualquer coisa que quisesse – sem precisar de permissão para desejar -, bom, ora, isso era liberdade”<sup>47</sup>. Na perspectiva de Ana Maria Lugão Rios e Hebe Maria Mattos, ao trabalhar “significados da liberdade” ou “visões da liberdade”<sup>48</sup>, muitos historiadores e muitas historiadoras procuram evidenciar “a agência social dos libertos na construção das sociedades pós-Abolição, buscando perceber em que medida o envolver das sociedades que atravessaram este processo foi também moldado pelas ações dos próprios libertos”<sup>49</sup>. Desta forma, é possível colocar “no palco os atores [e as atrizes] que faltavam”<sup>50</sup>.

---

<sup>41</sup> CHALHOUB, Sidney. **Visões de liberdade**: uma história das últimas décadas da escravidão na corte. São Paulo, Cia das Letras, 1990.

<sup>42</sup> GOMES, Flávio dos Santos. **Histórias de quilombolas** – mocambos e comunidades de senzalas no Rio de Janeiro – século XIX, Rio de Janeiro, Arquivo Nacional, 1995.

<sup>43</sup> MATTOS, Hebe Maria. **Das cores do silêncio**: os significados de liberdade no sudeste escravista, Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1998.

<sup>44</sup> SLENES, Robert W. **Na senzala uma flor**: esperanças e recordações na formação da família escrava, Brasil, século XIX. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1999.

<sup>45</sup> COOPER, Frederick; HOLT, Thomas Cleveland; SCOTT, Rebecca Jarvis. **Além da Escravidão**: Investigações sobre raça, trabalho e cidadania em sociedades pós-emancipação. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005, p. 51.

<sup>46</sup> Toni Morrison é o pseudônimo de Chloe Anthony Wofford, nascida em 18/02/1931, Lorain, Ohio, EUA. Foi a primeira escritora negra a receber o prêmio Nobel de Literatura, em 1993. Faleceu em 5/08/2019.

<sup>47</sup> MORRISON, Toni. **Amada**. Tradução José R Siqueira. 1ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2007, p. 221.

<sup>48</sup> MATTOS; RIOS, 2004, *op. cit.*, p. 191.

<sup>49</sup> *Ibidem*.

<sup>50</sup> *Ibidem*.

Seguindo neste caminho, Petrônio Domingues, no artigo intitulado “Um desejo infinito de vencer: o protagonismo negro no pós-Abolição”<sup>51</sup>, identifica e apresenta breves comentários sobre artigos, dissertações e teses que evidenciam a heterogeneidade da agência de negras e negros em território catarinense. Neste sentido, por meio de estudos minuciosos sobre a presença negra em diferentes espaços geográficos, permite notabilizar formas de sociabilidade individuais e coletivas que caracterizam a sociedade brasileira do pós-Abolição. Sendo assim, compreendo que a presente pesquisa contribui para complexificar e tensionar os estudos sobre associativismo e trajetórias de negros e negras no pós-Abolição no município de Rosário do Sul (RS).

Para Fernanda Oliveira, a História Social e o campo de observação no pós-Abolição oferecem:

Um repertório de análises, cujo problema histórico está centrado nas experiências de liberdade, e especialmente de cidadania, de pessoas escravizadas e seus descendentes após a abolição da escravidão, identificados e hierarquizados nas relações sociais por termos que evocam uma ideia de raça<sup>52</sup>.

Os estudos que envolvem o pós-Abolição buscam compreender como eram as vivências de egressos do cativeiro em um país onde, juridicamente, todos eram livres, e perceber quais mecanismos foram utilizados no enfrentamento de barreiras de cor no mundo social, do trabalho e do cotidiano em geral. No entendimento de Helen da Silva Silveira, uma das principais contribuições epistemológicas do campo de estudos do pós-Abolição, ocorre por meio da compreensão de que as mulheres negras e os homens negros,

coletivizaram a liberdade com projetos que envolviam famílias, educação, jornais e clubes sociais que visavam frear o projeto genocida de branqueamento da população e também o completo esquecimento daqueles que por quase 400 anos foram a principal força de trabalho que fez desta uma nação rica, no sentido literal do termo<sup>53</sup>.

---

<sup>51</sup> DOMINGUES, Petrônio. Um desejo infinito de vencer: o protagonismo negro no pós-Abolição. **Topoi**, Rio de Janeiro, v. 12, n. 23, p. 118 – 139, jul./dez. 2011.

<sup>52</sup> SILVA, Fernanda Oliveira da. **As lutas políticas nos clubes negros: Culturas negras, racialização e cidadania na fronteira Brasil Uruguai na pós abolição (1870 – 1960)**. Porto Alegre, RS. Tese (Doutorado) - Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2017, p. 26.

<sup>53</sup> SILVEIRA, Helen da Silva. **A força viva da cor preta: associativismo negro como caminho no Vale do Rio Pardo/RS (1880-1940)**. Porto Alegre, RS. Dissertação (Mestrado em História) - Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2021, p. 156.

É importante pontuar que o Brasil foi o último país a abolir a escravidão nas Américas<sup>54</sup> e que não propôs nenhum tipo de política pública de reparação. Lilia M. Schwartz e Flávio Gomes afirmam que

o período que se abriu vinha cheio de expectativas, críticas, impasses, embates, novas culturas políticas, e relações de poder. Para além da concepção da modernidade, que procura se definir a partir da quebra com o passado, esse momento ia construindo de forma tensa e combinada um novo Brasil, agora sem escravos<sup>55</sup>.

Neste contexto, a “liberdade foi inventada e experimentada por aqueles que não a conheciam”<sup>56</sup>, conseqüentemente “tornando-se parte de um ambíguo terreno no qual escravos e ‘livres de cor’ tornaram-se cidadãos em estado contingente: quase-cidadãos”<sup>57</sup>. E ainda, atrelada “à questão de como os escravos se tornariam livres acrescentou-se o problema do que provocaria sua nova relação com a sociedade como um todo. Seriam eles também cidadãos?”<sup>58</sup>. Helen da Silva Silveira observa que “da mesma forma que os governos se organizavam em torno da raça, os negros e negras também, e ao longo do tempo constituíram diversas associações em diversos formatos e propósitos, como irmandades, clubes sociais, imprensa e outras organizações”<sup>59</sup>.

De acordo com o Dicionário de Conceitos Históricos a “raça existe como discurso social e não como realidade fisiológica. Essa percepção nos leva a afirmar que a raça existe apenas em sociedade, como um qualificativo de desigualdade social ou de identidade cultural”<sup>60</sup>. Neste sentido “tanto a sociedade brasileira acredita que tal raça existe quando os próprios indivíduos considerados negros se julgam como tais, assumindo a crença na raça como uma forma de se identificar como grupos social e cultural”<sup>61</sup>. Portanto, nesta pesquisa, compreende-se raça enquanto uma categoria social e não biológica. Na perspectiva desenvolvida por Melina Kleinert Perussatto e Rodrigo de Azevedo Weimer

---

<sup>54</sup> Lilia M. Schwartz e Flávio Gomes enfatizam que o Brasil “não só foi o último a abolir essa forma perversa de mão de obra nas Américas, como aquele que mais recebeu africanos saídos de seu continente de maneira compulsória, além de ter contado com escravos em todo o território. Com as primeiras levas chegando em 1550 e as últimas na década de 1860, já que existem registros de envio ilegal de africanos entre 1858 e 1862, estima-se que 4,8 milhões de africanos tenham desembarcado no Brasil” (SCHWARCZ, Lilia Moritz; GOMES, Flávio dos Santos (orgs.). **Dicionário da Escravidão e Liberdade**: 50 textos críticos. 1ª edição. São Paulo: Companhia das Letras, 2018. p. 21).

<sup>55</sup> SCHWARCZ; GOMES, 2018, *op. cit.*, p. 40.

<sup>56</sup> CUNHA, Olivia Maria Gomes da; GOMES, Flávio dos Santos (orgs.). **Quase Cidadão**: histórias e antropologias da pós-emancipação no Brasil. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2007, p. 13.

<sup>57</sup> *Ibidem*.

<sup>58</sup> COOPER, HOLT, SCOTT, 2005, *op. cit.*, p. 58.

<sup>59</sup> SILVEIRA, 2021, *op. cit.*, p. 21.

<sup>60</sup> SILVA; SILVA, 2006, *op. cit.*, p. 349.

<sup>61</sup> *Ibidem*.

a raça, se não existe em termos naturais, é uma realidade sociológica cujo potencial de produção de desigualdades não pode ser minimizado. A “cor”, por sua vez, nada mais é do que uma metonímia expressiva da pressuposta desigualdade racial, já que seleciona uma característica fenotípica, a cor da pele, para expressar uma realidade racial essencializada. Racialização é uma forma de perceber a raça não como uma realidade substantiva ainda que frequentemente se lhe atribua esta característica, mas como uma construção histórica, isto é, um processo vivido e disputado pelos sujeitos, por meio da definição de categorias classificatórias<sup>62</sup>.

Wlamyra Ribeiro de Albuquerque<sup>63</sup> afirma que o processo de racialização no Brasil, no final do século 19, foi fundamental para o estabelecimento de critérios diferenciados de cidadania e para a construção de lugares sociais qualitativamente distintos. Nesta perspectiva, Marcus Vinicius de Freitas Rosa<sup>64</sup> observa a reorganização da função da cor/raça na passagem da escravidão para o pós-Abolição, quando raça e cor foram tomando centralidade nas relações sociais, no intuito de se manter a restrição de liberdade dos libertos e seus descendentes. Portanto, é importante reparar nas especificidades do desmantelamento do escravismo no Brasil, assim como na dinâmica da sociedade recém-republicana, tentando compreender a redefinição de lugares e hierarquias, fundadas em critérios sócio raciais.

O conceito de racialização nos permite complexificar, pensar como o processo de segregação estava acontecendo, e também averiguar como as pessoas estavam reagindo a estes vocabulários específicos ao se racializar<sup>65</sup>. Desta forma, o conceito de racialização possibilita um uso mais amplo, que não se limita ao conceito de racismo<sup>66</sup>. É necessário observar o lugar social, a hierarquia sócio racial, enxergar como as pessoas construíram seus confortos psicossociais, seus afetos e, desta forma, superar e escapar dos discursos e das

---

<sup>62</sup> PERUSSATTO, Melina Kleinert, WEIMER, Rodrigo de Azevedo. Problematizando raça a partir da guerra civil de 1893-1895. In: VARGAS, Jonas (org.). **Belicosas fronteiras: contribuições recentes sobre política, economia e escravidão em sociedades americanas (século XIX)**. 1ed. Porto Alegre: Fi, 2017, p. 306-307.

<sup>63</sup> ALBUQUERQUE, Wlamyra R. de. **O jogo da dissimulação**. Abolição e cidadania negra no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 2009. ALBUQUERQUE, Wlamyra R. de. “A vala comum da ‘raça emancipada’: abolição e racialização no Brasil, breve comentário. **História Social**, n. 19, 2º semestre de 2010, p. 91-108.

<sup>64</sup> ROSA, 2014, *op. cit.*

<sup>65</sup> Na análise de Petrônio Domingues, no período de 1889 até 1964, correspondente à primeira e à segunda fase do Movimento Negro Brasileiro, os principais termos de auto identificação eram homem de cor, negro e preto. Já na terceira fase deste Movimento (1978-2000) houve a adoção “oficial” do termo “negro” e posteriormente, usa-se, também, o “afro-brasileiro” e “afrodescendente”. (DOMINGUES, Petrônio. Movimento Negro Brasileiro: alguns apontamentos históricos. **Tempo**, v. 12, p. 100-122, 2007).

<sup>66</sup> Para o antropólogo Kabengele Munanga “o racismo é uma crença na existência das raças naturalmente hierarquizadas pela relação intrínseca entre o físico e o moral, o físico e o intelecto, o físico e o cultural. O racista cria a raça no sentido sociológico, ou seja, a raça no imaginário do racista não é exclusivamente um grupo definido pelos traços físicos. A raça na cabeça dele é um grupo social com traços culturais, linguísticos, religiosos, etc. que ele considera naturalmente inferiores ao grupo a qual ele pertence” (MUNANGA, Kabengele. Uma abordagem conceitual das noções de raça, racismo, identidade e etnia. In: Palestra proferida no **3º Seminário Nacional Relações Raciais e Educação** - PENESB -RJ, 05/11/2003, p. 8). O racismo é uma ideia que considera haver distinções entre a espécie humana. Deste modo, segundo o historiador Joel Rufino dos Santos “o racismo é um sistema que afirma a superioridade de um grupo racial sobre outro.” (SANTOS, Joel Rufino. **O que é racismo**. Editora Brasiliense: São Paulo, 1984, p. 11).

imagens vitimizadoras, percebendo não só a discriminação e a desigualdade imputadas, mas ir além, enxergando as agências, o protagonismo e as estratégias criadas por negras e negros diante das condicionantes sociais e culturais, no caso deste estudo, na vila/cidade de Rosário do Sul.

Nesta pesquisa a ferramenta teórica e metodológica denominada interseccionalidade<sup>67</sup> também é importante, uma vez que permite ver a interação simultânea das avenidas identitárias<sup>68</sup>. Aqui é importante lembrar que, antes da década de 1980, mesmo sem a terem denominado desta forma, esta teoria já era utilizada por feministas negras brasileiras e estadunidenses, uma vez que alavancaram o interesse em reflexões mais aprofundadas e críticas no interior dos movimentos sociais e da academia e, orientadas pela invisibilidade de pautas da mulher negra nos debates feministas e sobre raça, propuseram a interseccionalidade como instrumento teórico-metodológico e categoria de análise. Nesta pesquisa dialogo, principalmente, com três autoras estadunidenses e três autoras brasileiras. A filósofa estadunidense Angela Davis<sup>69</sup>, ao realizar estudos e reflexões sobre as lutas por direitos civis e a condição da mulher negra nos Estados Unidos, observou como gênero, raça e classe foram se configurando para a manutenção das opressões. Com base no pensamento de Angela Davis, a escritora, professora e intelectual bell hooks<sup>70</sup> propôs discussões sobre a intelectualidade da mulher negra<sup>71</sup>, a transgressão como prática libertadora na educação<sup>72</sup>, o amor nas comunidades negras e reflexões sobre estética negra e racismo<sup>73</sup>.

---

<sup>67</sup> A jurista afro-estadunidense Kimberlé Crenshaw, no final dos anos de 1980, definiu interseccionalidade como “uma conceituação do problema que busca capturar as consequências estruturais e dinâmicas da interação entre dois ou mais eixos da subordinação. Ela trata especificamente da forma pela qual o racismo, o patriarcalismo, a opressão de classe e outros sistemas discriminatórios criam desigualdades básicas que estruturam as posições relativas de mulheres, raças, etnias, classes e outras. Além disso, a interseccionalidade trata da forma como ações e políticas específicas geram opressões que fluem ao longo de tais eixos, constituindo aspectos dinâmicos ou ativos do desempoderamento”. CRENSHAW, Kimberlé. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. Estudos Feministas. Ano 10 vol. 1, 2002, p. 177.

<sup>68</sup> Kimberlé Crenshaw utiliza uma metáfora para facilitar o entendimento sobre a interseccionalidade, que é o cruzamento de avenidas de opressão. Neste sentido, é importante pontuar que muitos/as pesquisadores/as defendem que marcadores sociais como raça, classe e gênero, precisam ser contemplados nas investigações – especialmente nas ciências humanas, mas não só –, pois, caso contrário, as análises acabam comprometidas.

<sup>69</sup> Angela Yvonne Davis nasceu em Birmingham, no Alabama (EUA) em 26/01/1944. Angela Davis é ativista, filósofa e professora negra que traz um olhar acadêmico e militante importantíssimo para se entender de forma crítica a relação entre opressões de gênero, raça e classe. Ver: DAVIS, Angela. **Mulheres, raça e classe**. São Paulo: Boitempo, 2016. DAVIS, Angela. **Mulheres, cultura e política**. São Paulo: Boitempo, 2017.

<sup>70</sup> Nasceu em 1952 em Hopkinsville, uma cidade rural do estado de Kentucky, no sul dos Estados Unidos Batizada como Gloria Watkins, bell hooks é um nome em homenagem a sua bisavó materna, Bell Blair Hooks. Watkins queria que seu pseudônimo fosse escrito em letras minúsculas para chamar a atenção para suas palavras, suas ideias e não para a sua pessoa. Sob o pseudônimo de bell hooks (grafado com letras minúsculas), a autora andou por diferentes gêneros literários: memórias, poemas, literatura infantil, ensaios e teoria crítica. No dia 15 de dezembro de 2021, faleceu aos 69 anos de idade.

<sup>71</sup> hooks, bell. **O feminismo é para todo mundo**: políticas arrebatadoras. Tradução Bhuvli Libanio. 14ª ed. Rio de Janeiro: Rosa dos tempos, 2020.



A socióloga estadunidense Patricia Hill Collins<sup>74</sup>, pontua que cada indivíduo tem a possibilidade, a partir do lugar de onde se encontra, de produzir um olhar sobre cada situação. Ela tensiona, assim, as reflexões em torno da forma como o conhecimento é produzido. A interseccionalidade, segundo Hill Collins<sup>75</sup>, não é um campo que pretenda explicar ou manter a ordem social; ao contrário, almeja criticá-la e transformá-la, haja vista que o racismo, o sexismo e correlatos são fundamentalmente injustos<sup>76</sup>. Ao reivindicar o conhecimento sobre – mas, também o conhecimento produzido por – aquelas populações que estão na base da estrutura, a interseccionalidade examina como as experiências particulares e os pontos de vista por elas gerados proporcionam caminhos múltiplos para abordar questões que são universais, tais como as da igualdade e da justiça.

As mulheres negras estão longe de ser as únicas que enfrentam problemas sociais produzidos por raça, gênero, classe, sexualidade, idade, capacidade, nacionalidade e sistemas semelhantes de opressão. Nossas lutas para viver uma vida significativa podem ser organizadas e sentidas de maneira diferente, mas nossas experiências, quando consideradas conjuntamente, revelam por que as ideias continuam sendo fundamentais para as lutas por liberdade, igualdade e justiça social<sup>77</sup>.

No Brasil, a perspectiva deste complexo aporte teórico metodológico denominado de interseccionalidade tem sido popularizado principalmente pelas diversas vozes do feminismo negro<sup>78</sup>. Escritoras brasileiras tiveram significativas contribuições para pensar como os

---

<sup>72</sup> hooks, bell. **Ensinando a transgredir**: a educação como prática da liberdade. Tradução de Marcelo Brandão Cipolla. 2ª ed. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2017.

<sup>73</sup> hooks, bell. **E eu não sou mulher?** Mulheres negras e feminismo. Tradução Bhuvan Libanio. 7ª ed. Rio de Janeiro: Rosa dos tempos, 2020.

<sup>74</sup> Patricia Hill Collins nasceu em 01/05/1948 na Filadélfia, Estados Unidos. Atualmente é considerada, ao lado de Angela Davis e bell hooks, uma das mais influentes pesquisadoras do feminismo negro nos Estados Unidos. Sobre a teoria da interseccionalidade das formas de opressão – raça, classe, gênero e sexualidade – essa socióloga argumenta que elas ocorrem simultaneamente, compondo, assim, um sistema abrangente de poder.

<sup>75</sup> COLLINS, Patricia Hill. BILGE, Sirma. **Interseccionalidade**. Biotempo. Editorial, 2021.

<sup>76</sup> Reflexões realizadas por Fernanda Oliveira da Silva na palestra “Diversidade e interseccionalidade na pesquisa e no ensino de História” proferida no **XVI Encontro Estadual de História ANPUH – RS**, 28 de jul. de 2022.

<sup>77</sup> COLLINS, Patricia Hill. **Pensamento Feminista Negro**: Conhecimento, consciência e a política do empoderamento. Tradução Jamille Pinheiro Dias. 1ª ed. São Paulo: Biotempo, 2019, p. 11.

<sup>78</sup> O feminismo negro nasceu nos Estados Unidos, e objetivava construir um movimento que representasse as demandas da realidade de mulheres negras. Compacto com o entendimento da historiadora Bruna Letícia de Oliveira dos Santos, quando ela afirma que o feminismo negro fez um contraponto aos movimentos de mulheres brancas, casadas, escolarizadas de classe média e alta, que descartavam de suas pautas de discussões sobre: ser mulher, as experiências de opressão vivenciadas por aquelas que tiveram as relações de gênero atravessadas também pelas opressões de raça e classe social. Ver: (hooks, bell. **Mulheres negras moldando a teoria feminista**. **Revista Brasileira de Ciência Política**. Brasília, nº 16, janeiro-abril de 2015, p. 193-210). No Brasil, o feminismo negro também nasce com a necessidade de romper com a ideia universal de mulher e da necessidade da intersecção entre gênero, raça e classe, pois “pensar em feminismo negro é justamente romper com a cisão criada numa sociedade desigual” (RIBEIRO, Djamilia. **O que é lugar de fala?** Belo Horizonte: Letramento, 2017, p. 13). Neste sentido o feminismo negro foi influenciado pelas experiências de mulheres negras estadunidense, brasileiras e diversas outras, que sustentam que o sexismo, o racismo a questão de classe e outros marcadores sociais estão imbricados. Sobre o feminismo negro e a influência de Lélia Gonzalez na construção

diferentes eixos de opressão se articulavam. Neste olhar, a pensadora Lélia Gonzalez<sup>79</sup> apresentou estudos sobre as formas estereotipadas nas quais mulheres negras foram historicamente representadas<sup>80</sup>. Ao propor a categoria “amefricanidade”<sup>81</sup>, a intelectual provocou uma discussão geopolítica na qual, entre outras questões, enfatizou que as experiências da diáspora devem ser levadas em conta ao refletir sobre as vivências cotidianas das mulheres negras brasileiras. Na análise da socióloga Flavia Rios e do antropólogo Alex Ratts, a amefricanista Lélia Gonzalez trabalhava a interseccionalidade em três planos: “entre as categorias de análise (raça, sexo e classe, entre outras), os fenômenos sociais de oposição e discriminação (racismo, sexismo e segregação, entre outros) e na articulação entre movimentos sociais (negro, feminista e homossexual, por exemplo)”<sup>82</sup>.

A historiadora Beatriz Nascimento<sup>83</sup> estudou temáticas relacionadas ao racismo e aos quilombos enquanto “sistema social alternativo”, um lugar de liberdade. A mulher negra, ativista, estudiosa e visionária Beatriz Nascimento observou que “se a mulher negra hoje permanece ocupando empregos similares aos que ocupava na sociedade colonial, é tanto devido ao fato de ser uma mulher de raça negra, como por terem sido escravos [escravizados]

---

deste movimento no Brasil, ver estudos realizados por: SANTOS, Bruna Letícia de Oliveira dos. A influência do pensamento de Lélia Gonzalez para a formação do feminismo negro brasileiro - descolonização e amefricanidade. **Cadernos Gênero e Tecnologia**. Curitiba, v. 14, n. 44, p. 504-520, jul./dez. 2021.

<sup>79</sup> Lélia de Almeida Gonzalez nasceu no dia 01/02/1935, em Belo Horizonte (MG), e faleceu em 10/07/1994, na cidade do Rio de Janeiro. A produção intelectual de Lélia Gonzalez ocorreu, principalmente, a partir dos anos 1970, intensificando-se ao longo dos anos de 1980. No campo da produção de conhecimento ela teorizou sobre a categoria de mulher negra, raça, racismo, cultura brasileira e amefricanidade. Foi umas das fundadoras do Instituto de Pesquisa das Culturas Negras (IPCN-RJ). No campo da agência política Lélia Gonzalez participou do processo de criação do Movimento Negro Unificado (MNU), do Coletivo de Mulheres Negras Nzinga - RJ, e do Olodum - BA, atuou também em partidos políticos institucionalizados – PT e PDT.

<sup>80</sup> Lélia observou o lugar da mulata, da doméstica e da mãe preta, tensionando entre estes estereótipos.

<sup>81</sup> “O termo amefricanista/o designa toda uma descendência: não só das/os africanas/os trazidos pelo tráfico negreiro, como a daquelas/es que chegaram à América muito antes de Colombo. Ontem como hoje, amefricanista/o [...] tem desempenhado um papel crucial na elaboração dessa Amefricanidade que identifica, na Diáspora, uma experiência histórica comum que exige ser devidamente conhecida e cuidadosamente pesquisada”. (GONZALEZ, Lélia. A categoria político-cultural de amefricanidade. **Tempo Brasileiro**, n. 92/93, p. 69-82, 1988, p. 77. GONZALEZ, Lélia. A importância da organização da mulher negra no processo de transformação social. **Raça e Classe**, Brasília, ano 2, nº. 5, 1988. O termo amefricanidade “assumiria contornos geográficos, políticos, antropológicos e históricos, na medida em que incorporaria culturas de resistência em diferentes partes das Américas, oferecendo-lhes um significado coletivo e comum (...) uma proposta que buscava a aproximação das diversas contribuições culturais e políticas das mulheres de ascendência indígena e africana nas práticas e no pensamento feminista de matriz ocidental, ao mesmo tempo em que defendia a autonomia das organizações de mulheres populares, negras e indígenas” (RIOS, Flavia; RATTTS Alex. A perspectiva interseccional de Lélia Gonzalez. In: CHALHOUB, Sidney, PINTO, Ana Flávia Magalhães (orgs.). PIRES, Antônio L.C. Simões. (Coord.) Pensadores negros pensadoras negras: Brasil séculos XIX e XX. 2ª ed. Belo Horizonte (MG): Fino Traço, 2020, p. 482-483.

<sup>82</sup> RIOS; RATTTS, 2020, *op. cit.*, p. 477.

<sup>83</sup> Mulher negra, migrante nordestina, a historiadora Beatriz de Nascimento (1942 – 1995) foi pioneira na produção de um pensamento histórico a partir dos saberes e territórios africanos. Propunha e defendia o reconhecimento e a titulação das terras quilombolas. Chamou atenção para a condição de subalternizadas a que a maioria das mulheres negras estava sujeita no mercado de trabalho. Escreveu sobre os impactos do racismo na educação e na sociedade em geral. Durante sua trajetória aliou a militância e a vida acadêmica.

seus antepassados”<sup>84</sup>. Nesta perspectiva, no Brasil as mulheres negras têm um lugar na sociedade em decorrência do legado escravista, além do racismo na educação e no trabalho que também contribuem para a permanência da mulher negra na base da pirâmide socioeconômica. Beatriz Nascimento questionou o silêncio em relação à história do segmento populacional negro do Brasil e destacou a importância de pensar a negra e o negro além da história da escravidão. Além disso, ela tensionou o lugar da escrita da história quando afirmou que “a história do Brasil é uma história escrita por mãos brancas”<sup>85</sup>.

A filósofa Sueli Carneiro foi responsável por fundar, em 1988, o Geledés - Instituto da Mulher Negra, organização da sociedade civil cujo objetivo principal é “enegrecer o feminismo”<sup>86</sup>, ou seja, disseminar o pensamento intelectual produzido por mulheres negras.

A mulher negra, no Brasil, a partir de meados da década de 1980, passa a se organizar politicamente em função de sua condição específica do ser mulher e negra, por meio do combate aos estereótipos que as estigmatizam; por uma real inserção social; pelo questionamento das desigualdades existentes entre brancas e não brancas em nossa sociedade; e contra a cidadania de terceira categoria a que está relegada por concentrar em si a tríplice discriminação de classe, raça e gênero<sup>87</sup>.

Ao analisar a filosofia prática de Sueli Carneiro, a professora de ética e filosofia política Yara Frateschi, conclui que:

Para Carneiro, assim como para Lélia Gonzalez e para as teóricas feministas negras de sua geração – ainda não devidamente reconhecidas no campo das ciências humanas brasileiras –, a compreensão das múltiplas opressões em sociedades multirraciais de passado colonial e presente neoliberal requer atenção à raça, à classe, ao gênero<sup>88</sup>.

Nos anos de 1970, 1980 e 1990 mulheres como Lélia Gonzalez, Beatriz Nascimento, Sueli Carneiro, dentre outras, já estavam apontando para os marcadores sociais de gênero, classe e raça, embora não com a nomenclatura de interseccionalidade, provocando discussões e dialogando entre si. Esse pensamento foi se construindo na tentativa de identificar e definir caminhos para a análise. Além de pensar a negra e o negro enquanto sujeitos políticos na

---

<sup>84</sup> RATTIS, Alex. **Eu sou atlântica**: Sob uma trajetória de Vida de Beatriz Nascimento. São Paulo: Instituto Kuanza, Imprensa Oficial de Estado de São Paulo, 2006, p. 104.

<sup>85</sup> NASCIMENTO, Beatriz. "A história do Brasil é uma história escrita por mãos brancas". Retirado do documentário "O negro da senzala ao soul", Beatriz Nascimento sobre a história contada pelo opressor branco, organização dos quilombos e repressão. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=-LhM1MaPE9c>> Acesso em 10 jan. 2022.

<sup>86</sup> CARNEIRO, Sueli. Enegrecer o feminismo: a situação da mulher negra na América Latina a partir de uma perspectiva de gênero. In: HOLLANDA, Heloísa Buarque (org.). **Pensamento feminista** - conceitos fundamentais, Rio de Janeiro, Bazar do tempo, 2019. CARNEIRO, Sueli. **Racismo, sexismo e desigualdade no Brasil**. São Paulo: Selo Negro, 2011.

<sup>87</sup> CARNEIRO, Sueli. **Escritos de uma vida**. São Paulo: Pólen Livros, 2019, p. 167.

<sup>88</sup> FRATESCHI, Yara. Posfácio – A filosofia prática de Sueli Carneiro. In: CARNEIRO, Sueli. **Dispositivo de racialidade**: A construção do outro como não ser como fundamento do ser. Rio de Janeiro: Zahar, 2023. p. 381.

história do Brasil, essas autoras observaram que as mulheres negras eram/são ativas, mas também eram/são anônimas. Estas três pesquisadoras negras têm em comum o desenvolver de estudos em diferentes áreas do conhecimento sobre as desigualdades sociais/raciais, e os dados coletados nestas pesquisas possibilitam averiguar como ocorre o processo da diferença na sociedade brasileira que continua longe de ser harmônico.

Como foi pontuado anteriormente, o campo do pós-Abolição vem se constituindo e contribuindo para pensar a experiência negra no período da liberdade. Uma das linhas de pesquisa dentro deste campo de estudos é o associativismo negro. Como o tema do associativismo negro no pós-Abolição aparece na agenda dos pesquisadores ao “sul do Sul”<sup>89</sup>? Felizmente já foram realizadas várias pesquisas sobre associações negras. Na década de 1980, Margaret Marchiori Bakos atentou para as experiências de liberdade durante o escravismo, reflexões que, na década de 1990, foram seguidas pelas pesquisas efetuadas por Paulo Roberto Staudt Moreira e Beatriz Ana Loner. Estes pesquisadores abriram caminhos para os estudos sobre família, sociabilidade, mundos do trabalho, projetos políticos, associativismo, trajetórias individuais e coletivas, dentre outros. Sem pretender abordar todas, destaco algumas pesquisas produzidas no âmbito dos programas de pós-graduação em História no sul do Brasil nas últimas décadas. Com orientação de Margaret Marchiori Bakos, a mestranda Liane Susan Müller explicitou e problematizou a liberdade negra no Rio Grande do Sul. Na dissertação “As Contas do meu Rosário são Balas de Artilharia – Irmandade, Jornal e Sociedades Negras em Porto Alegre – 1889-1920”, Liane Susan Müller<sup>90</sup> abordou não só a formação de várias agremiações recreativas ou bailantes, beneficentes ou instrutivas, e as mistas, como também a rede afro-diaspórica, os mecanismos voltados para a sociabilidade e solidariedade da população negra porto-alegrense.

Em Porto Alegre, a Sociedade Musical Floresta Aurora, que foi fundada no ano de 1872, recebeu atenção de várias pesquisadoras e vários pesquisadores. Paulo Roberto Staudt Moreira<sup>91</sup>, que possui atividade longeva no estudo da presença negra no sul do Brasil, aponta

---

<sup>89</sup> OLIVEIRA, PEREIRA, 2019. *op. cit.* OLIVEIRA, Fernanda. **Luciana Lealdina de Araújo e Maria Helena Vargas da Silveira**: história de mulheres negras no pós-abolição do sul do Brasil. [livro eletrônico]. Niterói: Eduff, 2020, p. 150.

<sup>90</sup> MÜLLER, Liane Susan. As contas do meu rosário são balas de artilharia - Irmandade, jornal e sociedades negras em Porto Alegre 1889-1920. Dissertação (Mestrado em História) - Programa de Pós-Graduação em História da Escola de Humanidades da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, 1999.

<sup>91</sup> MOREIRA, Paulo Roberto Staudt. “Aurélio Viríssimo de Bittencourt: burocracia, política é devoção”. In: GOMES, Flávio dos Santos; DOMINGUES, Petrônio (orgs.). **Experiências da Emancipação**: Biografias, instituições e movimentos sociais no pós-abolição (1890-1980). São Paulo: Selo Negro, 2011, p. 83-107. MOREIRA, Paulo Roberto Staudt. “O Aurélio era preto: Trabalho, associativismo e capital relacional na trajetória de um homem pardo no Brasil Imperial e Republicano”. **Estudos Ibero-Americanos**, v. 40, p. 85-127, 2014. MOREIRA, Paulo Roberto Staudt. “Miguel Archanjo da Cunha já não existe”: O associativismo da

que esta Sociedade “visava reunir músicos negros em atividades lúdicas, momentos políticos e religiosos e ações de caráter mutualista. Trata-se da primeira associação não-religiosa que congregou indivíduos negros na então província de São Pedro do Rio Grande do Sul”<sup>92</sup>. Moreira, em um recuo temporal, pesquisou o associativismo negro no contexto escravista a partir de documentos judiciais referentes à Sociedade Floresta Aurora e investiu no estudo de trajetória de alguns integrantes desta agremiação no intuito de compreender a agência dos sujeitos estudados, suas reivindicações políticas e morais, contribuindo para os debates sobre associativismo, liberdade e cidadania negra no século 19.

Neste mesmo período, associações negras eram fundadas no interior do Estado do Rio Grande do Sul. Beatriz Ana Loner<sup>93</sup>, precursora dos estudos do pós-Abolição no sul do Brasil, pesquisou sobre o mundo do trabalho em Pelotas e Rio Grande e percebeu que a questão operária dialogava com a questão racial, existindo um associativismo de operários negros que se destacavam na música e no carnaval pelotense. Portanto, Loner observou que, no Brasil, o operariado tinha ‘cor’ e destacou a relevância das associações negras no pós-Abolição.

Fernanda Oliveira pontua que o olhar para o pós-Abolição decorre de pesquisas que concentram o foco na população negra, de forma ampla, em suas lutas por liberdade e cidadania desde o Sul do Brasil. Desta forma, além de enfrentar a cristalizada imagem da inexistência de negras e negros no Sul, o campo também contribui para uma descentralização da produção historiográfica da região Sudeste. Como exemplo de avanço e consolidação do pós-Abolição, tendo o Sul como local de análise, estão os encontros *Escravidão e Liberdade no Brasil Meridional* e as publicações deles decorrentes<sup>94</sup>. Obras como estas evidenciam os esforços coletivos realizados por pesquisadores e pesquisadoras com atuação em universidades dos estados do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul que tecem redes com intelectuais de outros estados brasileiros e instituições internacionais.

---

Sociedade Beneficente Floresta Aurora e as vicissitudes biográficas de um barbeiro negro, liberal e católico **Revista de História Regional**. v. 24, n. 2, 2019, p. 252-281.

<sup>92</sup> MOREIRA, 2019, *op. cit.*, p. 252.

<sup>93</sup> Esta historiadora foi uma das fundadoras do GT e da Revista *Mundos do Trabalho*, bem como do GT *Emancipações e Pós-Abolição*, ambos da Associação Nacional de História (ANPUH-Brasil). Principais referências: LONER, Beatriz Ana. **Classe Operária: Mobilização e organização em Pelotas: 1888 – 1937**. Tese (Doutorado em Sociologia) – Programa de Pós Graduação em Sociologia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 1999; LONER, Beatriz Ana. *Negros: Organização e luta em Pelotas. História em Revista. Pelotas*, v. 5, 1999; LONER, Beatriz Ana. **Construção de Classe: Operários de Pelotas e Rio Grande (1888 – 1930)**. Pelotas: Ed. Universitária Unitrabalho, 2001. LONER, Beatriz Ana. **Construção de Classe: Operários de Pelotas e Rio Grande (1888 – 1930)** 2.ed.rev.ampl. Pelotas: Editora da UFPel, 2016.

<sup>94</sup> MENDONÇA, Joseli; MAMIGONIAN, Beatriz; TEIXEIRA, Luana. **Pós-Abolição no Sul do Brasil: associativismo e trajetórias negras**. Salvador: Sagga, 2020; SILVA, Lúcia Helena Oliveira. RODRIGUES, Jaime. SOUZA, Airton Felix Silva (orgs.). **Escravidão e liberdade: estudos sobre gênero & corpo, memória & trabalho**. São Paulo: FFLCH, 2023.

Nesta perspectiva, procurando dar sequência à visibilidade de pesquisas desenvolvidas no Brasil Meridional, sobre o associativismo no Paraná, há o trabalho de Fernanda Lucas Santiago<sup>95</sup>; para o associativismo em Santa Catarina, os estudos de Júlio Cesar da Rosa<sup>96</sup>; para o Rio Grande do Sul, há um grupo destacado de investigadoras e investigadores que trabalham a partir dessas reflexões, como: Fabricio Romani Gomes<sup>97</sup>, Magna Lima Magalhães<sup>98</sup>, Giane Vargas Escobar<sup>99</sup>, Fernanda Oliveira<sup>100</sup>, Tiago Rosa da Silva<sup>101</sup>, Franciele Rocha de Oliveira<sup>102</sup> e Helen da Silva Silveira<sup>103</sup>. Todas estas pesquisas se concentraram em estudos sobre sociedades/clubes negros, pelo viés do associativismo enquanto experiências de pessoas negras na luta por cidadania, dignidade, direitos, visibilidade e manutenção de identidade. Por esta razão, acabam sendo os principais referenciais e as principais inspirações desta tese.

Fernanda Lucas Santiago analisou agências de mulheres negras filiadas à Sociedade Operária Beneficente 13 de Maio, sediada na cidade de Curitiba, capital do estado do Paraná, entre 1922 e 1963, através de uma abordagem interseccional na perspectiva das relações de gênero, raça e classe. Um dos objetivos da pesquisa que aqui se apresenta é destacar experiências das mulheres negras dentro da Sociedade Recreativa Beneficente União Rosariense, e os estudos desenvolvidos por Santiago contribuem no alargamento dos horizontes sobre este associativismo rosariense.

---

<sup>95</sup> SANTIAGO, Fernanda Lucas. **Mulheres negras**: trajetórias de (re) existências em rede (Curitiba, 1922-1963). Dissertação (Mestrado em História) - Programa de Pós-Graduação em História, do Centro de Ciências Humanas e da Educação, da Universidade do Estado de Santa Catarina. Florianópolis, 2019.

<sup>96</sup> ROSA, Júlio César da. Negros em Laguna: (in)visibilidade das populações afrodescendentes em Laguna na primeira metade do século XX. In: **CLIO, Revista de Pesquisa Histórica**, n. 34.1, 2016, p. 266-287. ROSA, Júlio César da. **Associativismo negro em Laguna e a construção identitária**: irmandade, sociedades musicais e clubes negros (1870 a 1950). Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2021.

<sup>97</sup> GOMES, Fabrício Romani. **Sob a proteção da princesa e de São Benedito**: identidade étnica, associativismo e projetos num clube negro de Caxias do Sul (1934-1988). Dissertação (Mestrado em História) - Programa de Pós-Graduação em História, Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2008.

<sup>98</sup> MAGALHÃES, Magna Lima. **Entre a preteza e a brancura brilha o Cruzeiro do Sul**. Associativismo e identidade negra em uma localidade teuto-brasileira (Novo Hamburgo/RS). Tese (Doutorado em História) - Programa de Pós-Graduação em História, Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2010.

<sup>99</sup> ESCOBAR, Giane da Silva Vargas. **Clubes sociais negros**: lugar de memória, resistência negra, patrimônio e potencial. Dissertação (Mestrado em Patrimônio Cultural/História) – Programa de Pós-Graduação em Patrimônio Cultural da Universidade Federal de Santa Maria, 2010.

<sup>100</sup> SILVA, 2011, *op. cit.*; SILVA, 2017, *op. cit.*

<sup>101</sup> SILVA, Tiago Rosa da. **Vivências e experiências associativas negras em Bagé-RS no Pós-Abolição**: imprensa, carnaval e Clubes Sociais Negros na fronteira sul do Brasil - 1913-1980. Dissertação (Mestrado em História) - Pós-graduação em História do Instituto de Ciências Humanas da Universidade Federal de Pelotas, 2018.

<sup>102</sup> OLIVEIRA, Franciele Rocha de. **Dos laços entre José e Innocência**: trajetórias de uma família negra entre a escravidão e a liberdade no Rio Grande do Sul. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História pela Universidade Federal de Santa Maria, 2017.

<sup>103</sup> SILVEIRA, 2021, *op. cit.*

Júlio Cesar da Rosa desenvolveu estudos sobre a Sociedade Recreativa União Operária e a Sociedade Literário Cruz e Souza, sendo que a segunda surgiu de uma cisão da primeira. Foram fundadas por descendentes de africanos em Laguna, Santa Catarina, no pós-Abolição, entre os anos de 1870 e 1950, pontuando vivências de mulatos e pretos nesta cidade. Ele observou que,

os clubes não estavam isentos de conflitos, contradições, afastamentos e adesões. Além dos conflitos existentes entre esses sujeitos históricos, esses locais foram de grande importância para os afrodescendentes dessas regiões, pois, nesses ambientes construíram autoestima, formaram famílias, ascenderam socialmente, lutaram por cidadania, visibilidade, respeitabilidade na tentativa cotidiana de desconstruir estereótipos ambicionando maior ascensão social<sup>104</sup>.

Os estudos desenvolvidos por Júlio Cesar da Rosa também nos ajudam a averiguar nos vestígios/indícios do passado se existiam conflitos, afastamentos e adesões entre os membros da Sociedade Recreativa Beneficente União Rosariense.

Fernanda Oliveira pesquisou sobre sociedades recreativas, beneficentes e carnavalescas em Pelotas entre 1820 e 1943. Em sua dissertação de mestrado o objetivo foi compreender a importância dessas agremiações na formação de “uma identidade negra positiva” e, para isso, utilizou como fontes os registros de Atas das associações, depoimentos orais e jornais da época, como O Alvorada. Naquela oportunidade, a historiadora concluiu que havia um intenso diálogo entre os membros dos clubes de Pelotas. Desde sua tese de doutorado, Fernanda Oliveira desenvolve estudos sobre a sociabilidade negra na região da fronteira Brasil-Uruguaí, realizada a partir dos clubes negros no pós-Abolição entre 1870 e 1960. A raça/cor é observada por ela a partir da forma como foi manipulada pelos sujeitos racializados nos espaços em que atuaram.

Pesquisar os clubes negros no sul do Brasil e no Uruguai se coloca como importante por, dentre outros elementos, tratar-se de um contexto de maioria populacional branca reverenciada nos discursos estatais desde fins do século 19. Por um lado, uma nação que se apresentava como democrática, quando do seu centenário, na década de 1920, mas negava a presença ou participação do elemento etíópico na construção da nação. Por outro, uma região apresentada como branca, construída pelos descendentes de imigrantes europeus. [...] Neste contexto, não houve suavização das categorias de cor e a ideia de raça foi importante para que os grupos negros organizassem suas pautas políticas por meio dos clubes<sup>105</sup>.

---

<sup>104</sup> ROSA, 2016, *op. cit.*, p. 289.

<sup>105</sup> SILVA, 2017, *op. cit.*, p. 23.

Os estudos realizados pela historiadora Fernanda Oliveira possibilitam pensar estes clubes, enquanto projetos coletivos de existência negra, fora das grandes capitais (como Porto Alegre e Montevideo), e problematizar a presença negra e as estratégias coletivas desenvolvidas por negras e negros no pós-Abolição. Sendo assim, estes estudos nos inspiram para a escrita da trajetória da Sociedade União Rosariense localizada em um município distante da capital cuja diversidade étnico racial está presente na sua formação.

Tiago Rosa da Silva abordou as experiências associativas de sujeitos negros na cidade de Bagé-RS no pós-Abolição (1913-1980). Em seu estudo, primeiramente observou a invisibilidade do segmento populacional negro em obras publicadas por historiadores e escritores locais. Em seguida, através da análise da imprensa negra e de entidades carnavalescas, pontuou estratégias acionadas por esses sujeitos, para se afirmar numa localidade cujas relações sociais eram racializadas. Por último, observou vivências de duas agremiações negras: Clube Recreativo Palmeiras e Bloco/Sociedade Recreativa Os Zíngaros, configurando-se assim em redutos de resistência negra na sociedade bageense. Nesta perspectiva, a pesquisa sobre sociedades negras de Bagé, de Rosário do Sul e tantos outros municípios gaúchos evidenciam mais uma vez que milhares de mulheres negras e homens negros viveram e vivem no espaço meridional brasileiro “desafiando a invisibilidade que os cobriu por décadas”<sup>106</sup>, mesmo com sinais bastante visíveis de suas agências.

Giane Vargas Escobar destacou a importância de implementar políticas públicas de preservação, manutenção, fortalecimento, difusão e salvaguarda de Clubes Sociais Negros enquanto lugares de resistência e identidade negra. Ela centrou seus estudos na Sociedade Cultural Ferroviária Treze de Maio, na cidade de Santa Maria/RS. Atualmente este espaço foi revitalizado como um Museu Comunitário com reconhecimento pelo patrimônio imaterial. Para Giane Vargas Escobar,

Os Clubes Sociais Negros são detentores de acervos materiais e imateriais, verdadeiros ‘tesouros’ da comunidade negra, como fotografias, documentos, fichas de associados, carteirinhas, quadros de antigos presidentes, estandartes, placas de bronze com homenagens aos primeiros fundadores, dentre outros que ainda podem e devem ser coletados e que fazem parte do imaginário da população negra, quando se trata de relembrar determinadas épocas, festas, vivências e tradições. O ritual da festa constitui-se em um dos principais patrimônios imateriais dos Clubes Sociais Negros, pois eles detêm uma capacidade criativa de receber bem, organizar com maestria e requinte um evento para agregar o que lhe foi tão caro num passado de escravidão que desagregou as famílias negras e que os homens e mulheres dos clubes sociais negros trataram de reestruturar e reconstruir<sup>107</sup>.

---

<sup>106</sup> MOREIRA, Paulo R. Staudt. Os negros estão aí. In: PENNA, Rejane (org.). **O tempo e o Rio Grande nas imagens do Arquivo Histórico do RS**. Porto Alegre, IEL, Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul, 2011, p. 38.

<sup>107</sup> ESCOBAR, 2010, *op. cit.*, p. 37.



Nesta perspectiva, acredita-se ser fundamental reconhecer estes espaços de sociabilidade e solidariedade construídos pelo segmento populacional negro no final do século 19 e ao longo do século 20. Da mesma forma, é importante desenvolver ações de salvaguarda de seus acervos e dos espaços físicos para preservar essas histórias com o envolvimento da comunidade e investimentos do setor público.

Franciele Rocha de Oliveira analisou o complexo processo da “passagem” da escravidão para a liberdade no Rio Grande do Sul através de reflexões proporcionadas acerca das trajetórias de José, Inocência e seus descendentes em Santa Maria/RS e identificou estratégias adotadas por esta família na construção de uma vida digna para si e para seus iguais. Já os estudos desenvolvidos por Helen da Silva Silveira também analisam o contexto da “passagem” - derrocada da escravidão e de construção da liberdade - em áreas de imigração europeia/alemã, especificamente no Vale do Rio Pardo/RS, no período entre 1880 e 1940, chegando à conclusão de que a “população negra da região desenvolveu uma intensa e extensa vida associativa e também buscou constituir relações familiares e comunitárias mais sólidas e variadas como forma de resistência às conturbadas redefinições sociais da época”<sup>108</sup>.

Além deste estudo desenvolvido por Helen em uma área de imigração europeia, é importante citar mais dois: com orientação do historiador Paulo Roberto Staudt Moreira, Fabricio Romani Gomes<sup>109</sup> e Magna Lima Magalhães<sup>110</sup> procuraram tirar da invisibilidade no campo da historiografia, a população negra das cidades de Novo Hamburgo (afirmada como “alemã”) e de Caxias do Sul (reconhecida como “italiana”). As associações negras criadas nessas duas cidades foram, respectivamente, o Sport Club Cruzeiro do Sul (1922) e o Sport Club Gaúcho (1934). Ambas também promoviam festas, tendo, posteriormente, sido vinculadas às agremiações carnavalescas em suas cidades, a Cruzeiro do Sul e Os Protegidos da Princesa.

A pesquisa e a narrativa da presente tese, cujo lócus de observação é o município de Rosário do Sul, também tem o propósito de apresentar trajetórias no intuito de humanizar os dados divulgados e visibilizar experiências vividas em espaços coletivos como a Sociedade União Rosariense e, desta forma, entender o potencial político de eventos e perceber como o lazer se transformou em um direito conquistado<sup>111</sup>. Compactuo da ideia de que conhecer a história das associações negras é importante porque possibilitam compreender “as condições em que os negros [e negras] levaram adiante a sua luta e as dificuldades que encontraram pelo

---

<sup>108</sup> SILVEIRA, 2021, *op. cit.*, p. 11.

<sup>109</sup> GOMES, 2018, *op. cit.*

<sup>110</sup> MAGALHÃES, 2010, *op. cit.*

<sup>111</sup> OLIVEIRA, 2020, *op. cit.*

caminho. Esses grupos impulsionaram o sentimento de pertencimento, construíram e preservaram laços de solidariedade racial”<sup>112</sup>.

Seguindo nesta trilha, é urgente e necessário fazer parte de um coletivo e participar do processo de desconstrução da invisibilidade de histórias de povos e culturas até então subalternizados/silenciados. Nas palavras da escritora nigeriana Chimamanda Ngozi Adichie, “as histórias foram usadas para espoliar e caluniar, mas também podem ser usadas para empoderar e humanizar. Elas podem despedaçar a dignidade de um povo, mas também podem reparar essa dignidade despedaçada”<sup>113</sup>. Nesta perspectiva, Petrônio Domingues<sup>114</sup>, que pesquisa e escreve sobre movimentos e agências negras, pontua que a origem do associativismo negro está na necessidade de luta contra o “preconceito de cor”, a busca de autonomia, criação de locais de intercâmbio social, de construções culturais complexas, de espaços para poder se representar, celebrar a liberdade e se apoiar mutuamente. O desenvolvimento do associativismo foi favorecido pelo contexto urbano, facilitando assim a troca de experiências e o convívio mais próximo entre as “novas” cidadãs e os “novos” cidadãos. E é neste contexto que um percentual da população negra da vila/cidade de Rosário, também fez do associativismo um dos mecanismos de luta para obtenção de melhores condições de vida.

Ampliando um pouco mais esta discussão, Fernanda Oliveira<sup>115</sup> defende que os clubes, associações, irmandades foram/são possibilidades de existir coletivamente, lugares de afeto, de agência, de protagonismo, e que, ao longo dos anos, configuraram-se em espaços de lutas políticas para reivindicar direitos, sendo eles jurídicos - a liberdade - e sociais, o acesso à cultura e ao lazer. Nestes lugares a população negra buscava aliviar as tensões raciais e viver momentos de afirmação de identidade, de estética, de autoestima e de orgulho racial. Neste sentido, é importante pontuar que

Esta luta foi construída por muitas mãos e mentes, focadas em demonstrar que, afinal, ser negra e negro não era nenhuma ofensa, mas motivo de orgulho, símbolo de resistência; que negras e negros possuíam plenas capacidades intelectuais e de trabalho para dar contribuições ao futuro do Brasil; que as condições de trabalho que experimentavam eram ruins, precárias e deveriam urgentemente ser melhoradas; que seus festejos, arte, literatura e dramaturgia eram ricos, sofisticados e mereciam espaço na sociedade; e que era necessário garantir estudo para os seus. Esse foi o palco da construção da liberdade durante o período pós-Abolição no RS<sup>116</sup>.

---

<sup>112</sup> DOMINGUES, 2018, *op. cit.*, p. 119.

<sup>113</sup> ADICHIE, 2019, *op. cit.*, p. 32.

<sup>114</sup> DOMINGUES, 2018, *op. cit.*

<sup>115</sup> OLIVEIRA, 2020, *op. cit.*

<sup>116</sup> SILVA, Fernanda Oliveira da. [et al.] **Pessoas comuns, histórias incríveis**: a construção da liberdade na sociedade sul-rio-grandense. 1.ed. v.1. Porto Alegre: EST Edições, 2017, p. 102.

Tendo em mente tais reflexões e esse contexto, as principais questões que mobilizam esta pesquisa giraram em torno de responder os seguintes questionamentos: Como ocorreu o processo de construção de um associativismo negro nas primeiras décadas do Brasil republicano em uma região distante da capital do estado do Rio Grande do Sul, em específico na vila/cidade de Rosário do Sul? Quem eram os sujeitos fundantes, os/as dirigentes, os/as protagonistas e como foi a trajetória inicial deste associativismo? Existiam conflitos, afastamentos e adesões entre as associadas e os associados? Quem e de que forma participavam desta agremiação? Como as intersecções entre classe, raça, gênero e trabalho eram vivenciadas dentro e fora do Clube União? Como eram as redes estabelecidas com outras agremiações negras e não negras? Quais eram as relações entre as atividades recreativas e a promoção da sociabilidade, solidariedade, visibilidade e luta pela cidadania negra na sociedade rosariense?

Em relação à relevância desta temática/pesquisa, está no fato de, mais uma vez, demonstrar que a “América”<sup>117</sup> e, mais especificamente, o sul do Brasil, não é, e nunca foi, um fragmento da Europa introduzido nos trópicos<sup>118</sup>. Mesmo ausentes de muitos escritos, outros grupos étnico-raciais aqui estiveram presentes desde o primeiro momento, participando do processo de formação social, cultural, econômico e político. No caso de Rosário do Sul, observa-se, ainda, a invisibilidade de registro e difusão de experiências de grupos formados por populações negras. Nesse sentido, esta tese se justifica por sua relevância social, pelas demandas que a historiografia do pós-Abolição já apontou como necessárias, por somar esforços na visibilização de experiências negras no sul do Brasil, bem como contribuir para a reparação e preservação da história e memória da Sociedade Recreativa Beneficente União Rosariense. Este estudo também se justifica pelo fato de atender a Lei 10.639/2003, alterada pela Lei 11.645/08, que torna obrigatório o ensino da história e cultura afro-brasileira e africana em todas as escolas, públicas e particulares, do ensino fundamental até o ensino médio. E aqui é importante destacar que este é o primeiro estudo realizado juntamente com um grupo de pessoas associadas e descendentes de associadas da Sociedade Recreativa Beneficente União Rosariense, ou seja, esta pesquisa se desenvolveu na relação – não sobre e nem para, mas com as pessoas, sujeitas históricas e sujeitos históricos deste associativismo.

---

<sup>117</sup> GONZALEZ, 1988, *op. cit.*, p. 77.

<sup>118</sup> “As identidades constituídas em relação aos Estados do sul do país são ainda fortemente associadas à ascendência europeia da população. Essa construção identitária, fortalecida pelo grande fluxo migratório que marcou o período pós-Abolição na região, fez com que a luta dos negros visando uma inserção social mais favorável fosse ainda mais dura, exigindo deles, entre outras estratégias, um grande esforço associativo”. (MENDONÇA; TEIXEIRA; MAMIGONIAN (orgs.), 2020, *op. cit.*, p. 15).

O recorte temporal da tese foi pensado para iniciar a partir do momento da fundação da Sociedade Recreativa União Rosariense em maio de 1915, pouco mais de duas décadas após grandes fatos de âmbito nacional: a data que marca, de forma oficial, a Abolição da Escravidão e o estabelecimento da República Federativa do Brasil - limites importantes no esboço da experiência negra. Neste mesmo período, no âmbito local, a Vila de Rosário demonstrava sinais de crescimento populacional e econômico, em que sujeitas negras e sujeitos negros se uniram em prol da criação de um espaço de sociabilidade para os seus pares. Já a década de 1960, quando a Sociedade completou 50 anos de existência, marca o que consideramos o início de uma nova fase para aquela associação, em que o cerne da experiência associativa negra sofre alterações. Em maio de 1965 inaugura-se uma nova sede e, a partir de então, intensificam-se as atividades recreativas promovidas pela Sociedade e também por outras instituições da cidade, uma vez que o prédio desta nova sede era maior e estava localizado ao lado da praça central. Percebe-se, portanto, que este espaço já não era mais só para os seus pares, mas também para outros segmentos sociais da cidade, o que demanda outras análises, que poderão ser realizadas em estudos posteriores. Especificamente, o capítulo 5 da tese ultrapassa o recorte temporal de 1915-1965, uma vez que o propósito é mostrar que descendentes das primeiras sócias e dos primentos sócios continuaram vivendo experiências neste espaço coletivo de liberdade e cidadania, preservando, ao longo do tempo, memórias sobre vivências individuais e coletivas.

A importância dessa agremiação reside no fato de ser uma das primeiras associações negras fundada na região central do estado do Rio Grande do Sul e que permaneceu com suas atividades até 2018; portanto, foram 103 anos de resistência e existência vividas e adaptadas/modificadas ao longo do tempo. Nessa organização associativa urbana, grupos excluídos de outros espaços sociais lutaram por cidadania, direitos, dignidade e por mais de um século, “inseriram-se no âmago do progresso e se auto representavam na sociedade que, em parte, os excluía e, em parte, com eles dialogava”<sup>119</sup>.

A tese está organizada em seis capítulos: o primeiro é este que você está lendo e que apresenta a Introdução, na qual foram pontuadas as discussões – que são aprofundadas nos demais capítulos – e situa a leitora e o leitor sobre o referencial teórico-metodológico utilizado. No segundo, intitulado “Sociedade Recreativa Beneficente União Rosariense: Espaço para o[a] negro[a] se juntar, se fortalecer e se manter”, busco descrever o contexto no qual nasceu este associativismo. Para isso foi necessário apresentar, de forma objetiva, ideias

---

<sup>119</sup> SILVA, 2023, *op. cit.*, p. 276.

que circulavam no Brasil no final do século 19 até meados do século 20, e evidenciar ações de resistência, existência e resiliência do segmento populacional negro na sociedade brasileira do período. Em seguida, abordo a constituição histórica da localidade de Rosário e a estrutura organizacional da Sociedade União na tentativa de tecer a simetria, ou não, entre o discurso nacional e local. Este capítulo é finalizado com a descrição do processo de busca por sede própria da Sociedade União Rosariense. O terceiro capítulo, intitulado “Agências femininas na União Rosariense”, discorre sobre o movimento e o papel “multidimensional”<sup>120</sup> de mulheres negras através de um olhar mais atento nas intersecções entre raça, gênero, classe e trabalho. No quarto capítulo, “Construindo laços de pertencimento: festividades e rede relacional” apresento estratégias para existir, ser, estar e lutar, que foram elaboradas por sujeitas negras e sujeitos negros em Rosário do Sul. Assim, penso a Sociedade União como um projeto social/coletivo que propunha bailes, festivais culturais, saraus, confraternizações, atividades esportivas e assistenciais numa tentativa de efetivação da cidadania e afirmação de identidade em um contexto racializado no qual se procurava desconstruir as negativas marcas estabelecidas a elas e eles. Por meio do associativismo recreativo beneficente, de redes de sociabilidade, de apoio entre si e entre outras sociedades negras e não negras da cidade de Rosário do Sul e de cidades próximas, um segmento populacional negro fortaleceu laços de sociabilidade, solidariedade, identidade e luta cidadã. No quinto capítulo, “Trajetórias e memórias individuais e coletivas em uma experiência associativa no pós-Abolição”, evidencio trajetórias parciais de algumas famílias, sujeitos e sujeitas protagonistas na luta por uma vida cidadã para si e também para os seus pares. A partir de indícios, sinais e fragmentos, tento reconstituir partes da vida destas pessoas, que buscaram criar sentidos próprios de cidadania. Ao realizar o cruzamento de diversos tipos documentais foi fundamental perceber a atuação das pessoas em diferentes instâncias do tecido sociolaboral, além de observar os significados políticos, sociais, culturais e hierarquias ali impressos. Desta forma, o propósito foi acompanhar, mesmo que parcialmente e alargando o recorte temporal, trajetórias de famílias negras associadas, suas atividades socioprofissionais, redes e relações de parentesco. Por último, para concluir a pesquisa apresento um capítulo com as considerações finais proporcionadas por este estudo.

---

<sup>120</sup> DAVIS, 2016, *op. cit.*, p. 17.

## 1.1 O PERCURSO EM BUSCA DE INDÍCIOS, SINAIS E FRAGMENTOS

No entendimento de Magna Lima Magalhães, “ao trazer à tona temas marginais, através da diversidade de fontes, a micro-história possibilita a constituição histórica a partir de fragmentos, pistas e indícios”<sup>121</sup>. Segundo Giovanni Levi “a micro-história<sup>122</sup> não isola o fato observado do contexto geral, mas busca, em um exame rigoroso de um caso singular, as perguntas fundamentais que permitam uma reconstrução da realidade sempre parcial, mas não por isso livre de um fragmento importante de verdade”<sup>123</sup>. Maíra Ines Vendrame enfatiza que “não existe uma definição única da referida metodologia, sendo ela uma prática historiográfica baseada na redução da escala de observação”<sup>124</sup>. Ou seja, “ela não significa atenção para o pequeno ou local, bem como não é a história mais ampla e geral. Nesse sentido, a micro-história não se encontra relacionada ao tamanho do objeto de estudo, mas a uma maneira de ler as fontes e construir os objetos de estudos”<sup>125</sup>

Sobre os procedimentos teórico-metodológicos, Henrique Espada Lima pontua que

a microanálise das redes de relações sociais como procedimento definidor da história social, e a redução da escala de análise como operação passível de ser realizada sobre problemas historiográficos de qualquer dimensão. [...] O fragmento como via de acesso aos objetos de indagação histórica, a crítica ao relativismo historiográfico, a atenção sobre as formas de comunicação do conhecimento histórico e, portanto, a interrogação do lugar da narrativa dentro da História.<sup>126</sup>

Neste estudo, ao reduzir a escala de observação para algumas pessoas/famílias que atuaram significativamente na Sociedade União, atenta-se para as redes relacionais e os processos em que elas estavam inseridas. Neste sentido, o método ajuda a observar e narrar experiências de resistências, existências e resiliências de um segmento populacional negro na

---

<sup>121</sup> MAGALHÃES, 2017, *op. cit.*, p. 20.

<sup>122</sup> Nos anos de 1970 e 1980, praticamente foi iniciado o debate sobre a micro história italiana. Essas décadas são marcadas pela crise nos modelos de produção do conhecimento nas Ciências Humanas. A revista *Quaderni Storici* funcionou como *locus* de debate, produção e divulgação das propostas dos historiadores dedicados a essa tendência historiográfica. Edoardo Grendi, Giovanni Levi, Carlo Ginzburg e Carlo Poni são considerados pais fundadores da micro-história italiana. Sobre a trajetória historiográfica destes historiadores e suas contribuições teórico-metodológicas, ver a investigação minuciosa realizada pelos historiadores brasileiros como: VENDRAME, Maíra Ines. Micro-história e história da imigração: pensando o problema do equilíbrio e da complexidade. **Tempo e Argumento**, Florianópolis, v. 10, n. 25, p. 267 - 288, jul./set. 2018. LIMA, Henrique Espada. **A micro-história italiana: escalas, indícios e singularidade**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

<sup>123</sup> LEVI, Giovanni. 30 anos depois: repensando a Micro-História. In: VENDRAME, Maíra; KARSBURG, Alexandre; MOREIRA, Paulo Roberto Staudt (org.) **Ensaio de Micro-História, Trajetórias e Imigração**. São Leopoldo: Oikos; Editora Unisinos, 2016, p. 27.

<sup>124</sup> VENDRAME, 2018, *op. cit.*, p. 6.

<sup>125</sup> VENDRAME, Maíra Ines. A produção social dos lugares. In: VENDRAME, Maíra Ines. KARSBURG Alexandre (orgs.) **Territórios da história: o micro, o local e o global**. São Paulo: Alameda, 2023, p. 189.

<sup>126</sup> LIMA, 2006, *op. cit.*, p. 147.

vila/cidade de Rosário do Sul, observando o contexto, utilizando diversos documentos na montagem do quebra-cabeça, aprofundando a análise das fontes e realizando o cruzamento das mesmas. Na obra “Jogos de Paciência”<sup>127</sup>, os autores Ginzburg e Prospero pontuam que o pesquisador e a pesquisadora precisam ter paciência e insistência para encontrar e montar as peças que vão dando a imagem do todo, prestar atenção nas palavras, nos indícios e, dessa forma, obter informações e elementos para conhecer e entender as sjeitas e os sujeitos e suas agências. Portanto, o paradigma indiciário, método interpretativo elaborado por Carlo Ginzburg<sup>128</sup>, enquanto “fio condutor”, tem o propósito, neste estudo, de seguir pistas, pequenos fragmentos, vestígios, para recuperar trajetórias e apresentar possibilidades de pesquisas sobre mulheres negras e homens negros que na malha da história geral e local foram silenciados/as invisibilizados/as e relegados/as ao anonimato.

Para desenvolver pesquisas sobre o associativismo negro no pós-Abolição em cidades interioranas do estado do Rio Grande do Sul, as opções de arquivos e acervos são descentralizadas, diversas e de difícil acesso. As fontes existem, porém, acessá-las exige atenção para os detalhes/indícios, criar redes, ser criativa, perseverante e paciente. A historiadora Deise Cristina Schell pontua que é importante observar os “caminhos que aqueles materiais percorreram e as manipulações que eles sofreram até se tornarem fontes de pesquisa”. E acrescenta “[...] as coleções pessoais e os arquivos públicos e privados (e até os nossos, dos historiadores [e das historiadoras], selecionados ao realizar uma pesquisa) têm historicidade, produzem sentidos e acabam por portar discursos (sobre o passado e o presente, para o presente e o futuro)”<sup>129</sup>.

Compartilho das observações apresentadas por Jacques Le Goff quando diz que “o documento não é qualquer coisa que fica por conta do passado, é o produto da sociedade que o fabricou segundo as relações de forças que aí detinham o poder”<sup>130</sup>. E ainda, Maíra Ines Vendrame alerta que “as fontes são ações dotadas de intencionalidade, por isso não devem ser analisadas separadas do contexto específico que as produziu”<sup>131</sup>. A partir de indícios, sinais e

---

<sup>127</sup> GINZBURG, Carlo & PROSPERI, Adriano. **Jogos de Paciência**: um seminário sobre o "Benefício de Cristo". Tradução de Tiago Gil e Romulo Salvino. Porto Alegre: Ladeira Livros, 2022 [1975].

<sup>128</sup> Sobre o método ou paradigma indiciário defendido e utilizado por Carlo Ginzburg, ver: GINZBURG, Carlo. **O queijo e os vermes**: o cotidiano e as ideias de um moleiro perseguido pela Inquisição. São Paulo: Companhia das Letras, 1987; GINZBURG, Carlo. **O fio e os rastros**: verdadeiro, falso e fictício. São Paulo: Companhia das Letras, 2007; GINZBURG, Carlo. **Mitos, emblemas e sinais**. 2ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

<sup>129</sup> SCHELL, Deise Cristina. **Entre coleções e arquivos**: Pedro de Angelis e a produção de conjuntos documentais (Buenos Aires, 1835-1852) Tese (Doutorado em História) - Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2018, p. 187.

<sup>130</sup> LE GOFF, Jacques. **História e Memória**. Tradução Bernardo Leitão [et. al.] 5ª ed. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2003, p. 536.

<sup>131</sup> VENDRAME, 2023, *op. cit.*, p. 216.

fragmentos procurei reconstituir partes da vida destas sujeitas e destes sujeitos, que apesar de serem postos na “vala comum da raça emancipada”<sup>132</sup>, “abriram brechas, propuseram negociações, organizaram estratégias como forma de combater a exclusão e a segregação social”<sup>133</sup> e assim resistir e existir coletivamente<sup>134</sup>.

A busca de fontes/indícios/fragmentos sobre a SRBUR foi iniciada em fevereiro de 2020, na residência de Jari Felix Santiago e Odilon Amaral Santiago, que faziam parte da diretoria da Sociedade Recreativa Beneficente União Rosariense<sup>135</sup>. Ficou combinado que depois dos festejos de carnaval, mais precisamente no mês de abril, iríamos dar início aos trabalhos de investigação e acessar documentos sobre o passado do Clube União. Mas a pandemia da Covid-19, doença causada pelo novo Coronavírus (Sars-Cov-2), foi decretada em março de 2020 pela OMS e, diante disso, foi necessário marcar novas datas. Dentro dessa espera, no dia 8 de março de 2021, Odilon Amaral Santiago faleceu, vítima justamente de Covid-19. Novamente foi necessário pensar em novas estratégias de acesso às fontes.

Por meio da leitura do livro “Associativismo Negro no Rio Grande do Sul”, ficou evidente que a autora Magna Lima Magalhães, para realizar sua pesquisa, estabeleceu um vínculo com o grupo de depoentes. Conforme ela relata, a “ ‘senha’ para a receptividade por parte dos entrevistados dava-se por dois motivos: o interesse acadêmico pela história ‘deles’ (negros) e a indicação da senhora Nair Leopoldina de Oliveira (primeira depoente), que ‘abria as portas’ para nosso trabalho”<sup>136</sup>. Na obra “Memória e Sociedade: lembranças de velhos”<sup>137</sup>, a psicóloga social Ecléa Bosi demonstra como realizou seu estudo a partir do estreitamento de vínculos entre a pesquisadora e os idosos entrevistados. Nessa perspectiva, as experiências de Magna Lima Magalhães e de Ecléa Bosi – e o “estreitamento de vínculos” sugerido por elas – foram recomendações bastante relevantes para esta pesquisa.

A História Oral – enquanto metodologia, teoria e produtora de fontes – traz para o palco da história a memória como possibilidade de releitura de acontecimentos, eventos e processos históricos. No entendimento da historiadora Joana Maria Pedro, “não há fonte que preexista à pesquisa, pois nossa intenção não é reconhecer memórias como se elas fossem

---

<sup>132</sup> ALBUQUERQUE, 2009, *op. cit.*, p. 1.

<sup>133</sup> MAGALHÃES, 2017, *op. cit.*, p. 199.

<sup>134</sup> OLIVEIRA, 2020, *op. cit.*

<sup>135</sup> Esse casal exerceu cargos de liderança nesta agremiação. Jari foi presidenta da Ala Feminina da associação entre 1995 e 1997, e Odilon foi seu presidente nos seguintes mandatos: 1974/1977, 1983/1985 e 1995/1997.

<sup>136</sup> MAGALHÃES, 2017, *op. cit.*, p. 22.

<sup>137</sup> BOSI, Ecléa. **Memória e Sociedade: Lembranças de velhos**. 3ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.



dadas”<sup>138</sup>, ao contrário, a produção da memória se dá no ato de lembrar e o que lembrar a partir de questionamentos e direcionamentos da própria entrevista e interesses da pesquisadora e do pesquisador. Segundo o historiador e literato Alessandro Portelli<sup>139</sup>, as fontes orais não são informações cruas à espera da interpretação do historiador, mas já estão com interpretações dos próprios interlocutores.

A busca de fontes para construir a tese sobre a Sociedade União foi iniciada por meio da história oral, ouvindo as próprias sujeitas negras e os próprios sujeitos negros, que é um dos elementos fundantes dos estudos sobre o pós-Abolição<sup>140</sup>. O intuito foi trazer estas narrativas e, assim, entender as construções das mulheres e dos homens a partir de suas próprias experiências na Sociedade União. Como apresento na sequência, ao todo foram entrevistadas onze mulheres negras, nove homens negros e um homem não negro<sup>141</sup> (APÊNDICE D), totalizando em torno de 17 horas de gravação. Durante a escrita, evidencio o “lugar de fala” – a ligação de cada interlocutor e interlocutora com a SRBUR e a relação de parentesco/laços entre famílias dentro deste associativismo. Sendo assim, a primeira vez que o interlocutor e a interlocutora aparecem na narrativa, em nota de rodapé, apresento informações sobre “seu lugar de fala”, ou seja, a sua relação familiar e a atuação na Sociedade União.

Compactuo com a ideia que a História Oral “leva a história para dentro da comunidade e extrai a história de dentro da comunidade”<sup>142</sup>. Nesta perspectiva, ela “permite o registro de testemunhos e o acesso a ‘histórias dentro da história’ e, dessa forma, amplia as possibilidades de interpretação do passado”<sup>143</sup>, além de alargar o campo de ação e também de conhecimento. Os dados produzidos por meio de entrevistas para esta pesquisa constituíram-se, pois, como “arte da escuta”<sup>144</sup> de “informações fundamentais acerca do vivido”<sup>145</sup> suas “experiências”<sup>146</sup>

---

<sup>138</sup> PEDRO, Joana Maria. Traduzindo o debate: o uso da categoria gênero na pesquisa histórica. **História**, São Paulo, v. 24, n. 1, 2005, p. 81.

<sup>139</sup> PORTELLI, Alessandro. A Filosofia e os Fatos: Narração, interpretação e significado nas memórias e nas fontes orais. **Tempo**, Rio de Janeiro, vol. 1, n.º. 2, 1996, p. 59-72.

<sup>140</sup> Dentro deste campo de estudos denominado pós-Abolição ver: MATTOS Hebe Maria, RIOS, Ana Maria Lugão. **Memórias do cativo**: família, trabalho e cidadania no pós-abolição. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

<sup>141</sup> Esta escolha se deveu ao fato de este cidadão não negro residir em frente à residência do idealizador da Sociedade União, Almir Soares Barbosa, além de ser afilhado de um dos genros de Almir e amigo de Clóvis, um dos interlocutores desta pesquisa e neto do Almir. Algumas de suas narrativas estão presentes no capítulo 5.

<sup>142</sup> THOMPSON, Paul. **A voz do passado**: história oral. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992, p. 44.

<sup>143</sup> ALBERTI, Verena. História dentro da História. In: PINSKY, Carla Bassanezi. **Fontes Históricas**. 2ª ed. São Paulo: Contexto, 2006, p. 155.

<sup>144</sup> PORTELLI, Alessandro. **História Oral como arte da escuta**. São Paulo: Letra e Voz, 2016. p. 10.

<sup>145</sup> ANDRADE, Sandra dos Santos. A entrevista narrativa ressignificada nas pesquisas educacionais pós-estruturalistas. In: MEYER, Dagmar Estermann; PARAÍSO, Marlucey Alves. (orgs.). **Metodologias de pesquisas pós-críticas em educação**. 2. ed. Belo Horizonte: Mazza, 2014, p. 177.

<sup>146</sup> THOMPSON, 2022, *op. cit.*; SCOTT, Joan. Invisibilidade da Experiência. In: **Projeto História**, São Paulo (16), fev. 1998.

atreladas à prática de existência aqui atravessada pela raça, classe, trabalho e gênero permitindo interpretações que contribuem para a compreensão da realidade em estudo.

No entendimento da psicóloga social Ecléa Bosi, ao ouvir e registrar a voz sobre momentos vividos, alcançamos uma memória pessoal que também é uma memória social, familiar e grupal. A “memória é um cabedal infinito do qual só registramos um fragmento”<sup>147</sup>, mas, mesmo assim, é uma possibilidade ímpar, simbólica e subjetiva de relatar, por meio da fala, das lembranças, dos silêncios e de esquecimento, aspectos que talvez não fossem perceptíveis em outras fontes documentais.

É importante trazer o pensamento de Toni Morrison, quando a autora afirma que “não importa quão diminuto seja o pedaço lembrado, exige meu respeito, minha atenção e minha confiança”<sup>148</sup> e, ainda, que a memória “é tanto um véu que esconde certas partes quanto um rasgo pelo qual se faz possível enxergar”<sup>149</sup>. Também são pertinentes as formulações de Jacques Le Goff, que destaca a memória enquanto “elemento essencial daquilo que passamos a chamar de identidade individual ou coletiva, cuja busca é uma das atividades fundamentais dos indivíduos e das sociedades de hoje”<sup>150</sup>. E ainda, devo mencionar Joël Candau, que observa que memória e identidade estão indissolúvelmente ligadas. Segundo ele, a “memória, ao mesmo tempo em que nos modela, é também por nós modelada”<sup>151</sup>, portanto, a memória e a identidade “se conjugam, se nutrem mutuamente, se apoiam uma na outra para produzir uma trajetória de vida, uma história, um mito, uma narrativa”<sup>152</sup>. Em acordo com o pensamento destes autores pode-se dizer que a memória é elemento da estrutura e do tecido da sociedade, uma vez que um povo sem memória não existe socialmente, e nesse sentido, é fundamental preservar a memória.

Trazendo a escrita do sociólogo Michel Pollak<sup>153</sup> para este diálogo, é importante pensar sobre os elementos constitutivos da memória, sendo que ela é individual, contendo “acontecimentos vividos pessoalmente”, ou coletiva, com os “acontecimentos vividos pelo grupo ou pela coletividade”. Esse autor dá ênfase aos processos e sujeitos que atuam em sua constituição, ressaltando as disputas, “silenciamentos e esquecimentos” da memória. Segundo

---

<sup>147</sup> BOSI, 1994, *op. cit.*, p. 39.

<sup>148</sup> MORRISON, Toni. **A fonte da autoestima**: Ensaios, discursos e reflexões. Tradução Odorico Leal. 1ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2020, p. 419.

<sup>149</sup> *Ibidem*, p. 416.

<sup>150</sup> LE GOFF, 2003, *op. cit.*, p. 469.

<sup>151</sup> CANDAU, Joël. **Memória e identidade**. Tradução Maria Leticia Ferreira. São Paulo: Contexto, 2012. p. 16.

<sup>152</sup> *Ibidem*.

<sup>153</sup> POLLAK, Michael. Memória, Esquecimento, Silêncio. In: **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, vol. 2, n. 3, 1989, p. 3-15; POLLAK, Michael. Memória e identidade social. In: **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, vol. 5, n. 10, 1992, p. 200-212.

Pollak, as memórias que foram silenciadas permanecem vivas e, por diversas vezes, invadem o espaço público por meio da reivindicação da memória não-dita ou da memória não oficial. No processo de tecer a tese conheci sujeitos que tiveram suas vidas e trajetórias silenciadas, esquecidas, invisibilizadas, ou então, não reconhecidas como parte da história dita oficial do município de Rosário do Sul.

Partindo desses pressupostos, sabe-se que a memória se desenvolve a partir das experiências que o indivíduo vai acumulando em sua vida cotidiana, crenças, imaginações, afetividade, e os atos de esquecer ou lembrar são construídos socialmente dentro de um contexto vivido. Portanto, a memória passa a ser estudada e firma-se como sinônimo de

lembrança daquele que a produz. Assim, ela recupera o ‘presente do passado’ e faz com que o passado vire também presente [...] não há como dominar totalmente o passado, mas [...] ‘lembrar’. Essa é a melhor maneira de repensar o presente e não ‘esquecer’ de projetar o futuro<sup>154</sup>.

De acordo com Portelli, a história oral pode ser considerada como “um campo de possibilidades compartilhadas, reais ou imaginárias”<sup>155</sup>, então o ato de narrar/compartilhar traz consigo a preservação das memórias para si mesmo e para os outros. Dessa forma, ao desenvolver um trabalho cuja fonte histórica baseia-se na memória, acredita-se ser necessário estabelecer ou restabelecer tentativas de aproximação de “verdades históricas”, além de utilizar métodos e questionamentos diferenciados para expor e explicar representações do passado. Sobre a questão da parcialidade das fontes, as historiadoras Maíra Ines Vendrame e Syrléa Marques Pereira pontuam que as fontes “permitem apenas uma aproximação daquilo que pode ter acontecido, favorecendo assim verdades parciais, subjetivas e fragmentadas, pois a verdade absoluta é um ideal que jamais poderá ser alcançado”<sup>156</sup>. Isso posto, procuro compreender em que medida os relatos apresentados tornam-se verdadeiros e adquirem sentidos para as interlocutoras e os interlocutores nos variados contextos de falas, em uma tentativa de estabelecer uma relação dialógica entre fontes escritas, imagéticas e orais.

Portelli<sup>157</sup> enfatiza que a memória está sempre vulnerável às mudanças culturais e políticas do presente. Ela é um constante olhar do presente em direção ao passado, que é seletivo e condicionado por grupos que disputam a memória, onde também depende de quem tem o poder da narrativa naquele momento, quem tem mais condições e poder de defender e passar adiante uma narrativa. No município de Rosário do Sul, narrativas sobre

---

<sup>154</sup> SCHWARCZ, Lília M. **Sobre o autoritarismo brasileiro**. São Paulo: Companhia das Letras, 2019, p. 20.

<sup>155</sup> PORTELLI, 1996, op. cit., p. 71.

<sup>156</sup> VENDRAME, Maíra Ines. PEREIRA, Syrléa Marques (orgs). **Mulheres em Movimento: experiências, conexões e trajetórias transnacionais**. São Leopoldo: Oikos; Editora Unisinos, 2017, p. 17.

<sup>157</sup> PORTELLI, 2016, op. cit.

afrorrosarienses foram condenadas ao silêncio por muito tempo, então, que este estudo seja o início de um longo caminho a ser seguido, e que outras pesquisadoras e outros pesquisadores possam acrescentar novos olhares a este “local do vivido e do agir social”<sup>158</sup>, aos associativismos e às sujeitas negras e aos sujeitos negros, reconhecendo os/as que lutaram e os/as que continuam lutando por uma sociedade plural, de identidade e histórias múltiplas.

Ao optar pela metodologia de História Oral e buscar por interlocutoras e interlocutores, segui as orientações de Magalhães e Bosi, esplanadas anteriormente. No mês de janeiro 2021, estabeleci uma rede de contatos no universo feminino de Rosário do Sul. Através de conversas (no próprio local e via WhatsApp, telefone, e-mail) com pessoas das minhas relações de amizade, fiz um levantamento prévio de possíveis contatos com mulheres protagonistas da Sociedade União. “Foi a partir das mulheres, com elas e por meio delas”<sup>159</sup>, que foram se abrindo portas de acesso às fontes pertinentes para a realização deste estudo. Por conseguinte, as entrevistas realizadas se concentraram em dois momentos: no primeiro, o objetivo foi conhecer as vivências de mulheres negras que participaram ativamente na SRBUR. Registrei o projeto “O protagonismo de mulheres negras na Sociedade Recreativa Beneficente União Rosariense” na Plataforma Brasil, que passou pelo Comitê de Ética em Pesquisa Faculdades Integradas de Taquara - FACCAT (na qual, atualmente, tenho vínculo empregatício), no início do primeiro semestre de 2021. O propósito foi entrevistar quatro mulheres com participação efetiva nas atividades, nos eventos propostos pela SRBUR. No segundo momento, o objetivo principal foi buscar informações para reconstruir a trajetória da SRBUR: seu contexto histórico, o associativismo negro, a racialização, a interseccionalidade, dentre outros aspectos. Registrei o projeto “Sociedade Recreativa Beneficente União Rosariense (1915 ao tempo presente)” na Plataforma Brasil e enviei para o Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade do Vale do Rio dos Sinos – UNISINOS, em outubro de 2021. O propósito era realizar entrevistas com descendentes de associadas e associados da SRBUR, nascidos entre as décadas de 1930 e 1950.

No processo de produção de fonte oral por meio de entrevistas, as tentativas de estabelecimento de controle sobre a situação me levaram a elaborar um roteiro de questões para manter os rumos da entrevista em acordo com seus objetivos. Mesmo não seguido em sua íntegra, o roteiro foi uma possibilidade para não perder o foco. A produção da fonte oral, na maioria das vezes, ocorreu na própria casa da interlocutora e do interlocutor, ou em lugar

---

<sup>158</sup> VENDRAME, 2023, *op. cit.*, p. 218.

<sup>159</sup> XAVIER, Giovana. FARIAS, Julian Barreto. GOMES, Flavio (orgs.). **Mulheres negras no Brasil escravista e do pós- emancipação**. São Paulo: Selo Negro, 2012, p. 8.

público escolhido por elas e eles, e incluiu, posteriormente, a entrega da gravação, conversas, observações de fotografias e escutas de novas lembranças. Cada interlocutora e interlocutor autorizou por escrito que sua identidade poderia ser divulgada, assim como as informações que forneceu, e que essas informações poderão ser tratadas de forma pública para fins de produção de conhecimento tanto nesta pesquisa quanto em futuros artigos que poderão ser publicados em revistas impressas e online<sup>160</sup>. Destaco que as entrevistas foram gravadas e, posteriormente degravadas/transcritas. Este processo exigiu paciência, dedicação e sensibilidade na passagem oral para a escrita, registrando momentos de silêncios<sup>161</sup>, risos, choros, desvios de assuntos, etc.<sup>162</sup>. Sendo assim, no processo de negociação entre quem escuta e quem narra, coube a mim respeitar as decisões das interlocutoras e dos interlocutores. De acordo com o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE): “toda a documentação produzida será impressa em duas vias, sendo uma delas entregue para a pessoa entrevistada e a outra ficará com a doutoranda responsável pela produção destes documentos”. Então, ao entregar a entrevista impressa, também foi entregue, para cada participante, o livro “Pessoas comuns, histórias incríveis: a construção da liberdade na sociedade sul-riograndense”<sup>163</sup>, como forma de agradecimento por participar e contribuir na pesquisa, além de firmar o “estreitamento de vínculos” e provocar reflexões. Pontuo que além destes encontros pessoais, mantive contato regularmente com as interlocutoras e com os interlocutores através das redes sociais (WhatsApp) e por e-mail. Ressalto que faz parte da proposta deste estudo o seu retorno em forma de tese, artigos e livro, às mulheres interlocutoras, aos homens interlocutores e à comunidade em geral.

No entendimento da historiadora social Sônia Maria de Freitas, as entrevistas “resultam em fontes históricas que são, por excelência, qualitativas, mas todo pesquisador [e toda pesquisadora] deve se valer de todas as fontes disponíveis, a fim de obter um quadro, o mais enriquecedor possível, do período ou tema em análise”<sup>164</sup>. Nesta perspectiva, várias e diversas fontes acessadas e analisadas foram cedidas e sugeridas pelas interlocutoras e pelos interlocutores que gentilmente abriram as portas de suas casas, caixas com acervos pessoais e álbuns para que fossem fotografados/digitalizados, e que sem elas este trabalho seria quase

---

<sup>160</sup> Sobre questões referentes à ética e pesquisa, procurei seguir as orientações apresentadas por MAINARDES, Jefferson; CARVALHO, Isabel Cristina de Moura. Autodeclaração de princípios e de procedimentos éticos na pesquisa em Educação. In: **ANPEd**. Ética e pesquisa em Educação: subsídios. Rio de Janeiro: ANPEd, 2019.

<sup>161</sup> Segundo Pollak, existem experiências “difícilmente dizíveis” e há razões políticas e individuais para a escolha pelo silêncio. (POLLAK, 1989, *op. cit.* p. 7).

<sup>162</sup> ALBERTI, 2006, *op. cit.*

<sup>163</sup> SILVA, [et al.], 2017 *op. cit.*

<sup>164</sup> FREITAS, 2002, *op. cit.*, p. 83.

impossível. Durante as andanças, mais uma fonte foi sendo construída: um Diário de Campo com registro de observações, impressões e escutas, possibilitando, assim, ampliar conhecimento sobre o lócus e o foco da pesquisa (APÊNDICE E).

Segundo Portelli, “assim como ocorre com todas as fontes, a tarefa do historiador [e da historiadora] reside em fazer o cruzamento das informações, checando cada narrativa contra outras narrativas e outros tipos de fonte”<sup>165</sup>. Hampaté Bâ enfatiza que todo documento “seja escrito ou oral, no fim nada mais é que testemunho humano”<sup>166</sup>. Nesse sentido, todos os documentos devem ser analisados como uma produção/ação humana que comporta todas as complexidades existentes. E, de acordo com Vendrame, “toda ação esconde uma intenção”<sup>167</sup>. E ainda, é importante analisar o contexto, as condições de sua produção. Além disso, estabelecer diálogos entre as fontes escritas, orais e iconográficas, no intuito de tomar caminhos profícuos de análise e se aproximar do que foi vivenciado na SRBUR.

A partir das riquíssimas informações contidas em uma documentação produzida pelos associados da SRBUR e reunidas em cinco livros de Atas (1915-1941 e 1959-1965)<sup>168</sup>, diferentes arquivos foram sendo acessados. Vale destacar que um dos livros de Atas está desaparecido, ficando uma lacuna de 16 anos (1942 até 1958) daqueles escritos, justamente dentro do recorte temporal aqui proposto. Para preencher esta lacuna, mesmo que parcialmente, foi necessário acessar diversos acervos/arquivos com documentos correspondentes ao período em estudo.

Sobre o uso da fotografia enquanto fonte, Boris Kossoy ressalta que a fotografia é um “resíduo do passado”<sup>169</sup>, um instante que se eterniza, além de representar a produção cultural do real. Para ele a fotografia é uma representação do passado “que deve ser criticamente analisada e interpretada assim como o são os documentos escritos. Um detalhado estudo técnico-iconográfico e multidisciplinar deve ser empreendido para que possamos ir além do aparente e da aparência das imagens”<sup>170</sup>. Conforme Kossoy, “toda fotografia tem sua origem a partir do desejo de um indivíduo que se viu motivado a congelar em imagem um aspecto dado

---

<sup>165</sup> PORTELLI, 2016. *op. cit.*, p. 18.

<sup>166</sup> HAMPATÉ BÂ. Amadou. A Tradição Viva. In: KI-ZERBO, Joseph. (Org.) **História Geral da África**. Vol I. Metodologia e pré-história da África. São Paulo: Ática; Paris: Unesco, 1982, p. 34.

<sup>167</sup> VENDRAME, 2023, *op. cit.*, p. 215.

<sup>168</sup> Estes Livros de Atas estão no Acervo da Sociedade Recreativa Beneficente União Rosariense sob a custódia de Nara Nei Faleiro Machado e de Adão Ramires da Silva Machado.

<sup>169</sup> KOSSOY, Boris. **Fotografia e História**. 5ª ed. São Paulo: Ateliê editorial. 2014.

<sup>170</sup> KOSSOY, Boris. Imagens e reflexões de uma trajetória. In: PPG Com - **USP 50 anos: entre o passado e o futuro, nosso percurso**. Tradução. São Paulo: Estação das Letras e Cores, 2023, p. 31. Disponível em: <https://www.eca.usp.br/acervo/producao-academica/003152336.pdf>. Acesso em: 05 jan. 2024.

do real, em determinado lugar e época”<sup>171</sup>. Seguindo nesta linha de pensamento, Peter Burke defende que a imagem é “uma forma importante de evidência histórica. Elas registram atos de testemunho ocular”<sup>172</sup>, e por meio desta fonte é possível acessar “aspectos do passado que outras fontes não alcançam”<sup>173</sup>. Para Kossoy, “as imagens convalidam as intenções e interesses dos grupos de poder através de sua difusão, em qualquer época e lugar”<sup>174</sup>. Neste sentido, a fotografia é uma ação que tem uma intenção<sup>175</sup>, tanto daquele que fotografa quanto do fotografado, ou seja, a fotografia é, como todo documento, uma escolha: do que deve ser fotografado, da forma como a pessoa deve ser retratada, do que deve ser visto, ou não visto. É um recorte, um fragmento de uma totalidade. Ela também tem finalidade documental, e é considerada um meio de expressão, informação, representação<sup>176</sup> e autorrepresentação<sup>177</sup>. Sendo assim, a fotografia não é a cópia fiel do que ela retrata, mas é a história contada com a necessidade de interpretação<sup>178</sup>. Ana Maria Mauad enfatiza que

Historicamente, a fotografia compõe, juntamente com outros tipos de texto de caráter verbal e não-verbal, a textualidade de uma determinada época. Tal ideia implica a noção de intertextualidade para a compreensão ampla das maneiras de ser e agir de um determinado contexto histórico: à medida que os textos históricos não são autônomos, necessitam de outros para sua interpretação. Da mesma forma, a fotografia - para ser utilizada como fonte histórica, ultrapassando seu mero aspecto ilustrativo - deve compor uma série extensa e homogênea no sentido de dar conta das semelhanças e diferenças próprias ao conjunto de imagens que se escolheu analisar<sup>179</sup>.

No contexto brasileiro da segunda metade do século 19, a pesquisadora Sandra Sofia Machado Koutsoukos observa que as pessoas negras, livres ou libertas,

se dirigiam aos estúdios particulares de fotografia por livre iniciativa, e se fizeram retratar como os brancos da sociedade, fazendo uso de seu modo de se vestir e posar à europeia, numa tentativa de abrirem caminho naquela sociedade branca e racista, e de se fazerem aceitas; não sendo esse um caso de “aculturação”, mas de estratégia de aceitação, ascensão e sobrevivência.<sup>180</sup>

<sup>171</sup> KOSOY, 2014, *op. cit.*, p. 36.

<sup>172</sup> BURKE, Peter. **Testemunha ocular**: o uso de imagens como evidência histórica. Traduzido por Vera Maria Xavier dos Santos. São Paulo: Editora Unesp, 2017, p. 25.

<sup>173</sup> BURKE, 2017, *op. cit.*, p. 277.

<sup>174</sup> KOSOY, 2023, *op. cit.*, p. 34.

<sup>175</sup> De acordo com Lília Moritz Schwarcz para ver e ler imagens é importante pensar na “‘intenção’ que presidiu sua produção e a forma que daí resulta. Isto é, trata-se de ‘ler’ uma tela, mas munidos de outras fontes a contrastar a interpretação”. SCHWARCZ, Lília M. Lendo e agenciando imagens: o rei, a natureza e seus belos naturais. **Sociologia & Antropologia**. Rio de Janeiro, v. 4. n° 2, p. 391– 431, outubro, 2014, p. 421.

<sup>176</sup> As representações são as formas de conhecimento da realidade que cada sociedade constrói. Uma realidade é apropriada e simbolizada pelos grupos que dela se aproximam. Sobre representação ver: CHARTIER, Roger. **A história cultural**. Lisboa: Bertrand/Difel, 1990, p. 17, e também, SCHWARCZ, 2014, *op. cit.*, p. 393.

<sup>177</sup> KOUTSOUKOS, Sandra Sofia Machado. **Negros no estúdio do fotógrafo**: Brasil, segunda metade do século XIX. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2010.

<sup>178</sup> MAGALHÃES, 2017, *op. cit.*; KOSOY, 2023, *op. cit.*; SCHWARCZ, 2014, *op. cit.*

<sup>179</sup> MAUAD, Ana Maria. Através da imagem: fotografia e história Interfaces. **Tempo**, Rio de Janeiro, v. 1, n. 2, p. 73 – 98. 1996, p. 83.

<sup>180</sup> KOUTSOUKOS, 2010, *op. cit.*, p. 261.

Para Leandro Affonso de Miranda Pereira, “ainda que a fotografia tivesse se afirmado no Brasil ao longo das últimas décadas do século 19, questões técnicas e financeiras ainda dificultavam o acesso dos trabalhadores [e das trabalhadoras] a esse tipo de imagem, capaz de afirmar o prestígio das associações retratadas”<sup>181</sup>. Fernanda Oliveira enfatiza que a fotografia também é uma valiosa fonte histórica em pesquisas sobre associativismo negro, pois “denota uma memória que foi mantida e hoje é entendida como identitária dos clubes”<sup>182</sup>. Nesta perspectiva, “é certo que não há maneira (e muito menos razão) de evitar entender as imagens inseridas em seus contextos. Mas também não há como tomar diante delas um partido neutro, naturalizado. As imagens têm autoria, tempo e agência”<sup>183</sup>. É importante esclarecer que as fotografias utilizadas nesta pesquisa estão guardadas em acervos pessoais de associadas/os e seus descendentes. E aqui é pertinente trazer as palavras do historiador Jacques Le Goff quando ele afirma que o documento é “o resultado de uma montagem, consciente ou inconsciente, da história da época, da sociedade que o produziu, mas também das épocas sucessivas durante as quais continuou a viver, talvez esquecido, durante as quais continuou a ser manipulado, ainda que pelo silêncio”<sup>184</sup>. Desta forma, entende-se que guardar determinados documentos em detrimento de outros, relaciona-se ao empenho das sociedades em impor ao futuro certa imagem de si próprias, selecionando algumas memórias e relegando outras ao esquecimento. Nesta pesquisa procurei junto com as interlocutoras e os interlocutores, escrever o nome das pessoas fotografadas para serem lembradas e visibilizadas, e também o acervo a que pertencem.

Para alcançar os objetivos propostos neste estudo, além das entrevistas e dos documentos de acervos pessoais das interlocutoras, dos interlocutores e da SRBUR, (APÊNDICES A e B), também realizei pesquisas em acervos/arquivos como: Acervos na cidade de Rosário do Sul como Biblioteca Pública Municipal Werneldo Hörbe, Museu Municipal General Honório Lemes, Cemitério Municipal São Sebastião, Fórum da Comarca de Rosário do Sul - Poder Judiciário, 1ª Vara, Prefeitura Municipal, Sindicato dos Trabalhadores Rurais e Sindicato dos Empregadores Rurais; Câmaras Municipais de Rosário do Sul e de São Gabriel; Arquivos eclesiais como Mitra Diocesana de Bagé e Paróquia Nossa Senhora do Rosário; Acervos Cartoriais como Registro Civil de Pessoas Naturais nas Comarcas Rosário do Sul, São Gabriel, Alegrete, Lajeado e Porto Alegre; Registro Civil das

---

<sup>181</sup> PEREIRA, Leonardo Affonso de Miranda. **A cidade que dança**: Clubes e bailes negros no Rio de Janeiro (1881 – 1933). Campinas, SP: Editora da Unicamp; Rio de Janeiro, RJ: EdUERJ, 2020, p. 143.

<sup>182</sup> SILVA, 2017, *op. cit.*, p. 208.

<sup>183</sup> SCHWARCZ, 2014, *op. cit.*, p. 394.

<sup>184</sup> LE GOFF, 2003, *op. cit.*, p. 538.



Pessoas Jurídicas e Registro de Imóveis da Comarca de Rosário do Sul (APÊNDICE C); Acervo do Museu da Comunicação Hipólito José da Costa; Acervo do jornal “A Plateia”; Arquivo Público Estado do Rio Grande do Sul (APERS) e Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul (AHRS); Sites Family Search e Hemeroteca Digital - Fundação Biblioteca Nacional.

No exercício da pesquisa é importante ter presente as seguintes questões: a historiadora e o historiador são pessoas que vivem no presente, que colocam questões que são as do seu tempo e que trabalham a partir de traços/marcas que sobreviveram; é a pergunta que transforma o objeto em instrumento para provar a veracidade; um fato é comprovado melhor quando várias fontes atestam isso e o cruzamento delas permite reforçar a certeza<sup>185</sup>; a fonte não deve bastar-se em si, como verdade absoluta, mas ser utilizada em conjunto com muitas mediações, documentos e bibliografias; o documento escrito, o relato, a fotografia e outras fontes, são sempre fragmentos do momento; é fundamental entender a intenção, o contexto da produção do documento/fonte e observar para além do que está escrito/exposto, questionar, refletir e observar os detalhes. Nas andanças por diversos arquivos/acervos não encontrei todas as fontes que inicialmente imaginei, mas, segundo o professor Paulo Roberto Staudt Moreira, “precisamos saber trabalhar com o que temos!”<sup>186</sup> E ainda, para Koutsoukos, “pesquisa, a gente não acaba, pesquisa a gente para. E escreve”<sup>187</sup>. A partir de indícios, sinais e fragmentos, procurei ser diligente para reconstituir partes, mesmo que exíguas, da vida de sujeitas negras e sujeitos negros que buscaram criar sentidos próprios de cidadania por meio do associativismo recreativo e beneficente em Rosário do Sul.

Esta pesquisa sobre o associativismo negro se soma a outras já produzidas e que se constituem como parte da nossa historiografia. É fundamental conhecer as histórias/memórias das populações negras, suas agremiações, tanto os/as protagonistas quanto as outras e os outros que viveram experiências de lutas, festividades, afirmação de identidade e contribuíram para a formação da sociedade rosariense, sul-rio-grandense e brasileira. No que diz respeito ao direito à perpetuidade e à visibilidade, ponto que é necessário acessar mais camadas, observar novos indícios, encontrar mais pedaços de experiências negras no existir coletivamente em Rosário do Sul e assim continuar “no giro dessas ventanias negras”<sup>188</sup> sul brasileiras.

---

<sup>185</sup> JABLONKA, Ivan. **A história é uma literatura contemporânea**: manifesto pelas ciências sociais. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2020, p. 183.

<sup>186</sup> Reunião de orientação, 08/01/2021.

<sup>187</sup> KOUTSOUKOS, 2010, *op. cit.*, p. 22.

<sup>188</sup> OLIVEIRA; PEREIRA, 2019, *op. cit.*, p. 457.

## **2 SOCIEDADE RECREATIVA BENEFICENTE UNIÃO ROSARIENSE: “ESPAÇO PARA O[A] NEGRO[A] SE JUNTAR, SE FORTALECER E SE MANTER”<sup>189</sup>**

Tendo presente a historicidade do processo no qual se insere a criação e manutenção de experiências associativas negras no Brasil meridional, neste capítulo apresento o contexto em que nasceu e se desenvolveu a Sociedade Recreativa Beneficente União Rosariense, fundada por um segmento populacional de negro na Vila de Rosário. Nessa perspectiva, de forma objetiva, evidencio ideias que circulavam no Brasil no final do século 19 até meados do século 20, no intuito de demonstrar ações de resistência, existência e resiliência de sujeitas negras e sujeitos negros na sociedade brasileira do período. Em seguida, abordo a constituição histórica da localidade de Rosário e a estrutura organizacional da Sociedade União Rosariense na tentativa de tecer relações e distanciamentos entre o discurso nacional e local. Por fim, observo a busca das associadas e dos associados por uma sede própria para sua Sociedade já constituída.

### **2.1 DAR “PASSOS AGIGANTADOS PELA ENTRADA DO PROGRESSO E DA CIVILIZAÇÃO” E “PASSAR HORAS FELIZES CHEIAS DE CONTENTAMENTO”<sup>190</sup>**

Na noite de 1º de março de 1915, na então Vila de Rosário, hoje cidade de Rosário do Sul, o trabalhador Almir Soares Barbosa e 22 amigos: Ignacio Francisco da Costa, Benjamin Francisco dos Santos, José Percílio da Rosa, Manoel Maria dos Santos, Antônio da Silveira, David Ribeiro da Conceição, João Feliciano Prates, Cantídio de Carvalho, Alfredo da Silva dos Santos, Lelo Fernandes dos Santos, Olympio Josende da Rosa, Adolfo Flores de Oliveira, João Baptista Alves, Ivo Fernandes dos Santos, Abílio Severo, Antônio Silva dos Santos, Acácio Fernandes dos Santos, João Manoel Vianna, João F. de Camargo, Ulysses Mesas, Manoel Francisco da Silva e Antônio Francisco Silva, se reuniram pela primeira vez com objetivo de formar uma associação negra denominada Sociedade União Rosariense. Aos 24 de abril deste mesmo ano, o grupo continuou discutindo sobre a matrícula de associadas e associados e a formação do estatuto desta nova agremiação. A data fundante escolhida foi 1º de maio de 1915 (ANEXO A), com apresentação do Estandarte da Sociedade e realização de um “baile de galla” em um salão alugado, no intuito de “unirem-se e arregimentarem-se” e,

---

<sup>189</sup> Entrevista com Maria Romilda Rangel no dia 21 de fevereiro de 2022 em Rosário do Sul (RS). Na década de 1960 se tornou sócia e, no ano de 1968, Maria Romilda Rangel foi eleita rainha da SRBUR.

<sup>190</sup> Sociedade Recreativa União Rosariense. Atas 01/05/1915 e 21/09/1919, respectivamente.

desta forma, continuar com “passos agigantados pela entrada do progresso e da civilização” (Ata 1/05/1915). A partir desta data, passa a existir um espaço “coletivo de existência”<sup>191</sup>, de sociabilidade e de resistência negra, em um município localizado na Microrregião da Campanha Central do estado do Rio Grande do Sul, distante 386 km da capital, Porto Alegre.

A data, Primeiro de Maio, historicamente, remete ao surgimento, em 1864, da Associação Internacional dos Trabalhadores (AIT) que lutava pela redução da jornada de trabalho e outros aspectos da vida dos trabalhadores. Historicamente a AIT possui uma grande relevância no que se refere à construção e ao desenvolvimento de iniciativas de resistência da classe trabalhadora ao longo dos séculos 19 e 20<sup>192</sup>. Mas qual é a relação desta data com a fundação da Sociedade Recreativa União Rosariense? Por que um “grupo de rapazes” (Ata 01/03/1915) negros escolheu o 1º de maio para marcar a data fundante desta Sociedade? No entendimento do professor Ataídes Rodrigues dos Santos “é porque 1º de maio é o Dia do Trabalhador. A comunidade negra era trabalhadora”<sup>193</sup>. O interlocutor professor Ataídes evidencia que a Sociedade União foi fundada em 1915, por trabalhadores negros e trabalhadoras negras<sup>194</sup> e, que escolheram como data fundante, o Dia do Trabalhador – 1º de maio. Por meio desse viés, destaco que revisões de interpretações clássicas sobre trabalhadores/as tornam-se necessárias<sup>195</sup>. E, em relação a esta pesquisa, através de entrevistas realizadas com descendentes de sócios e sócias fundantes e acessando documentos primários,

---

<sup>191</sup> OLIVEIRA, 2020 *op. cit.*, p. 38.

<sup>192</sup> Sobre a trajetória inicial da Associação Internacional dos Trabalhadores ver: PERES, Crystiane Leandro. **A luta pelo ensino livre: a educação na Associação Internacional dos Trabalhadores – AIT (1864 a 1872)**. Dissertação (Mestrado em História) - Programa de Pós-Graduação em História, do Centro de Ciências Humanas e da Educação, da Universidade do Estado de Santa Catarina. Florianópolis, 2018.

<sup>193</sup> Entrevista com Ataídes Rodrigues dos Santos no dia 21 de fevereiro de 2022 em Rosário do Sul (RS). Ataídes é filho dos sócios Euclides Rodrigues da Costa e Maria Vitorina dos Santos, irmão do José e do Octalício Rodrigues dos Santos. Ataídes fez parte da diretoria da SRBUR: 1º secretário (1966) e 2º secretário em (1969).

<sup>194</sup> Aqui é importante observar que ao longo do século 20 muitos historiadores e muitas historiadoras mantiveram um “muro de Berlim historiográfico” de pé, embranquecendo os trabalhadores e as trabalhadoras do pós-1888.

<sup>195</sup> Os historiadores Sidney Chalhoub e Fernando Teixeira da Silva enfatizam que existe uma “dificuldade de aproximar historiadores sociais da escravidão e do trabalho. Dificuldade que não é uma peculiaridade brasileira, pois que o muro de Berlim historiográfico existente entre essas duas “especialidades” no interior da disciplina é quicá fenômeno globalizado”. Suas análises contribuem para “demonstrar as convergências muito grandes existentes entre dois campos de investigação histórica que se desenvolveram paralelamente, mas com pouco diálogo sistemático entre eles, nas últimas três décadas”. CHALHOUB, Sidney; SILVA, Fernando Teixeira da. *Sujeitos no imaginário acadêmico: escravos e trabalhadores na historiografia brasileira desde os anos 1980*. Cadernos AEL, Campinas/SP, v. 14, n. 26, 2009, p. 44. Também neste artigo, Sidney Chalhoub e Fernando Teixeira da Silva pontuam que “pesquisas nas últimas três décadas passaram a configurar um ‘paradigma da agência’, segundo o qual, as ações de escravos [escravizados], libertos e trabalhadores urbanos, resultam de negociações, escolhas e decisões frente às instituições e aos poderes normativos” CHALHOUB; SILVA, 2009, *op. cit.*, p. 14. Sobre a complexidade e a diversidade da experiência do trabalho na História, ver: NASCIMENTO, Álvaro Pereira do. **Trabalhadores negros e o “paradigma da ausência”**: contribuições à história social do trabalho no Brasil. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro/RJ, vol. 29, nº 59, p. 607-626, set. – dez. 2016; NEGRO, Antonio Luigi e GOMES, Flávio. **Além de senzalas e fábricas uma história social do trabalho**. **Tempo Social - Revista de Sociologia da USP**, v. 18, nº. 1, p. 217-240, jun., 2006.

evidencia-se que a data escolhida para comemorar a fundação da SRBUR está ligada à luta “às agências” por direitos. Em um primeiro momento, direito ao lazer, uma vez que a finalidade da associação era promover bailes e outros divertimentos. Portanto, um coletivo, formado por trabalhadores negros e trabalhadoras negras, na Villa de Rosário, se uniu para resistir e existir em um território racializado no qual “o/a branco/a” tinha seu espaço de lazer. Em 14 de novembro de 1909, afinal, o Clube Comercial foi fundado, e, em 26 de novembro de 1931, foi criado o Clube Caixeiral<sup>196</sup>, sendo que nestes dois Clubes, pessoas negras eram impedidas de participarem/associarem-se. Diante de uma interdição de linha de cor, negros e negras reagiram. Entretanto, observando a trajetória deste associativismo é possível verificar que ele não teve apenas um caráter reativo, mas também um caráter afirmativo, propositivo e de positivação<sup>197</sup>, que será demonstrado ao longo deste estudo.

### 2.1.1 Evidenciando resistência, existência e resiliência

No Brasil, com o fim da escravidão e a implantação da República, a vida do segmento populacional negro continuou muito difícil. O Estado não se preocupou em oferecer condições para que os ex-escravizados, as ex-escravizadas e seus/suas descendentes fossem integrados na sociedade. Diante deste contexto, milhares de negras e negros criaram espaços de “construção de identidade e de luta por direitos, empoderamento e igualdade”<sup>198</sup>. Essa identidade era resultado de um processo em curso de classificação e organização social permeado pelas noções de “cor e raça”<sup>199</sup>.

Petrônio Domingues<sup>200</sup> pontua que mesmo quando viviam no cativeiro mulheres negras e homens negros forjavam maneiras de resistir e existir. Enquanto associações como as maltas de capoeira e os terreiros de candomblé foram reprimidas por longos anos<sup>201</sup>, outras, como as irmandades religiosas<sup>202</sup> e agremiações de ajuda mútua, eram permitidas. É nesta

---

<sup>196</sup> No ano de 1976 a Sociedade Recreativa Beneficente União Rosariense contava com 377 associados. O Clube Comercial tinha 560 associados e o Clube Caixeiral possuía 850 associados. (SILVEIRA, Oliveira (Coord.) **Rosário Centenário** (1876 – 1976) Prefeitura Municipal de Rosário do Sul. 1976, p. 90/91).

<sup>197</sup> DOMINGUES, 2018, *op. cit.*

<sup>198</sup> DOMINGUES, Petrônio. Cidadania Por Um Fio: o associativismo negro no Rio de Janeiro (1888-1930). In. **Revista Brasileira de História**. Vol. 34, N.º 67 São Paulo, p. 251 -281, Jan./Jun. 2014, p. 265.

<sup>199</sup> SILVA, 2013, *op. cit.*, p. 7.

<sup>200</sup> DOMINGUES, 2018, *op. cit.*

<sup>201</sup> O Conselho de Estado Imperial negou sistematicamente o funcionamento institucional de quaisquer associações civis formadas por sujeitos autoidentificados como membros da “Nação Conga” ou como “homens de cor” (PEREIRA, 2020, *op. cit.*, p. 31).

<sup>202</sup> Segundo Thiago Alves Torres as Irmandades eram formadas “por um grupo de pessoas que se associavam em torno de interesses comuns, seja o mesmo ofício, a mesma profissão, modo de vida ou religiosos ou espirituais. Suas práticas remontam o período medieval ocidental, o tempo do triunfo da Igreja Católica Romana, podendo

circunstância que, ainda no século 19, foram fundados os primeiros clubes negros. Exemplo disso é a Sociedade Musical Floresta Aurora<sup>203</sup>, fundada em 1872, um ano depois da Lei do Ventre Livre, e que esteve na vanguarda de associativismo. Tratava-se de uma agremiação com investimentos no campo cultural, educativo, beneficente e de lazer. Para Lúcia Regina Brito Pereira o surgimento desta agremiação naquele momento “está em consonância com a necessidade de desenvolver ações afirmativas para a comunidade negra, então relegada a própria sorte, devido a ausência de políticas públicas direcionadas a esse segmento da população”<sup>204</sup>. Sendo assim, o espírito associativo negro “pode ser entendido como uma estratégia alternativa, tanto do ponto de vista racial quanto social, político, cultural, religioso e psicossocial, empregada pelo grupo negro para compensar [...] as atrocidades do cativo e o seu processo de marginalização no pós-Abolição”<sup>205</sup>. Fernanda Oliveira também converge nessa direção quando diz que

Os clubes negros são espaços associativos criados a partir do século 19 [...] com base em uma ideia de raça [...] mantidos por associados e associadas, instalados em uma sede física, própria ou não, na qual desenvolvem atividades sociais – de caráter autodenominado cultural; social; político; bailante/dançante; recreativo e/ou carnavalesco – cuja nomeação era/é auto atribuída como club/clube, centro, associação e/ou sociedade e cujo objetivo era/é manter um espaço de convívio social no qual eram/são realizadas festas<sup>206</sup>.

Para a historiadora, portanto, os clubes são uma vertente de associativismo negro. Entretanto, é importante considerar que o associativismo é um conceito mais amplo, não se esgota no clube. No olhar do historiador Paulo Roberto Staudt Moreira,

---

referir-se também às associações religiosas ou laicas, que se reuniam tanto para o atendimento espiritual quanto assistencial. [...] As Irmandades foram trazidas para o Brasil no século 16, reguladas por estatutos que tinham que ser aprovados pelo Estado e pela Igreja. [...] As principais irmandades de negros no Brasil e Rio Grande do Sul eram a de Nossa Senhora do Rosário e de São Benedito. Os escravos e os pobres associavam-se à Irmandade Nossa senhora do Rosário. Com isso os escravos e os forros conseguiam um status social, apesar da escravidão”. (TORRES, Thiago Alves. A Irmandade de Nossa Senhora do Rosário. In: SANTOS, Júlio Ricardo Quevedo dos; ROCHA, Aristeu Castilhos da. (Orgs.) **Africanidades: reflexões afro sul brasileiras**. Porto Alegre: Martins Livreiro Editor, 2016. p. 83, 85). Sobre Irmandades, ver também: PACHECO, Henrique Melati; MOREIRA, Paulo Roberto Staudt; BALDASSO, Camille Chies; HAACK, Marina Camilo. **Irmandade de Nossa Senhora do Rozario e São Benedito dos Pretos da Caxeira (do Sul - RS): As artes da devoção Afro-Católica**. São Leopoldo: Oikos, 2022.

<sup>203</sup> “Seus fundadores eram negros alforriados, e suas primeiras ações foram realizadas nas esquinas das duas ruas Aurora (atual Dr. Barros Cassal) e Floresta (atual Cristóvão Colombo) na região chamada Colônia Africana, considerada, à época, arrabaldes da cidade de Porto Alegre” (PEREIRA, Lúcia Regina Brito. E Floresceu a Aurora! In: NÚNCIA, Jaime B. Alves. ALVES, Nereidy Rosa VARGAS, Giane da Silva. **Floresta Aurora: 150 anos fazendo história**. Porto Alegre: Libretos, 2022, p. 31). Sobre protagonistas desta agremiação, ver: MOREIRA, 2019, *op. cit.*

<sup>204</sup> PEREIRA, 2022, *op. cit.*, p. 30.

<sup>205</sup> DOMINGUES, Petrônio. **Uma história não contada: negro, racismo e branqueamento em São Paulo no pós-abolição**. São Paulo: Senac, 2004, p. 314.

<sup>206</sup> SILVA, 2017, *op. cit.*, p. 148.

o associativismo negro é habitualmente estudado em sua conexão com a oficialidade, ou seja, agremiações que funcionaram publicamente, endossadas pelo olhar público comunitário e das autoridades, registradas em órgãos públicos (como a Igreja no tempo do padroado régio, com seus regimentos e regulamentos). Mas, existiram solidariedades secretas, privadas dos olhares brancos, que muito dificilmente conseguimos acessar, mas cujos vestígios nos induzem a pensar na sua realidade histórica [...] Antes de 1888 não havia apenas ações individuais, mas formas de ações coletivas e associativas<sup>207</sup>.

Petrônio Domingues informa que no período de “1897 a 1930, existiram 85 associações negras funcionando na cidade de São Paulo – 25 dançantes, 9 beneficentes, 4 cívicas, 14 esportivas 21 grêmios recreativos, dramáticos e literários, além de 12 cordões carnavalescos”<sup>208</sup>. No Rio Grande do Sul, Liane Susan Müller afirma que em Porto Alegre entre os anos de “1886 e 1920, foram fundadas 62 entidades de participação quase exclusivamente negra”<sup>209</sup>. Em Santa Maria, o Grupo de Estudos sobre pós-Abolição (GEPA/UFSM) mapeou a existência de 30 organizações negras na cidade. Beatriz Ana Loner, a partir de pesquisas realizadas em jornais e atas, concluiu que foram fundadas na cidade de Pelotas, entre os anos de 1880 e 1940, cerca de 17 associações negras não recreativas e 28 associações esportivas, recreativas ou carnavalescas negras<sup>210</sup>. Na cidade de Rio Grande foram criadas, neste mesmo período, 22 associações negras ou mistas<sup>211</sup>. De acordo com o mapeamento realizado por pesquisadoras como Loner<sup>212</sup>, Escobar<sup>213</sup>, Santiago<sup>214</sup>, dentre outras, a região sul do Brasil concentra a maior quantidade de Clubes Negros. Recentemente no documentário “Meu Chão – Clubes Negros do Rio Grande do Sul”, dirigido por Jorge de Jesus e Geslline Braga, produzido por Transe Lab, a pesquisadora Escobar cita a existência de 57 clubes sociais negros no estado do Rio Grande do Sul<sup>215</sup>. Na percepção das pesquisadoras Lilia M. Schwarcz e Heloisa M. Starling, o período que vai do século 19 até os anos de 1930 foi de grande pessimismo, mas “igualmente afirmativo na batalha por direitos [...] pela luta

<sup>207</sup> MOREIRA, 2019, *op. cit.*, p. 28-29.

<sup>208</sup> DOMINGUES, Petrônio. Frentenegrinas: notas de um capítulo da participação feminina na história da luta anti-racista no Brasil. **Cadernos Pagu** (28), janeiro-junho, p. 345-374, 2007, p. 348-349.

<sup>209</sup> MULLER, 1999, *op. cit.*, p. 135.

<sup>210</sup> LONER, 2008, *op. cit.*, p. 259-261.

<sup>211</sup> No entendimento de Loner “a rede associativa criada visava tecer apoios ao indivíduo associado e congregá-lo entre iguais, demarcando, ao mesmo tempo, suas diferenças em relação aos outros grupos”. LONER, 2001, *op. cit.*, p. 266.

<sup>212</sup> LONER, 1999, *op. cit.*

<sup>213</sup> ESCOBAR, 2010, *op. cit.*

<sup>214</sup> SANTIAGO, 2019, *op. cit.*

<sup>215</sup> Documentário "Meu Chão – Clubes Negros do Rio Grande do Sul. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=aTjoxvwXWZY>>. Acesso em 30 nov. 2023. Produção realizada por meio de um edital da Lei Aldir Blanc (Edital SEDAC no 09/2020 – Produções Culturais e Artísticas). Sobre os clubes sociais negros acessar a página virtual intitulada Clubes Sociais Negros, iniciativa coordenada pela Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Giane da Silva Vargas e pelo Prof. Me. Eráclito Pereira, que apresenta um acervo dos clubes negros do Brasil e do Uruguai. Disponível em: <https://clubessociaisnegros.com/brasil/> Acesso em 15 jan. 2021.

em busca do reconhecimento da cidadania”<sup>216</sup> e uma das estratégias utilizadas por sujeitos negros na luta por cidadania foi justamente o associativismo clubista.

Segundo Petrônio Domingues as associações “lutavam por construir espaços autônomos de sociabilidade, política, cultura e lazer, e, como denominador comum, guardavam a preocupação com o progresso moral, intelectual, cultural e social do negro”<sup>217</sup>. Algumas associações negras procuravam proporcionar amparo social, outras concentravam atividades no âmbito cultural e educacional. Outras ainda se dedicavam ao lazer, concentrando-se no esporte ou em atividades recreativas como o carnaval<sup>218</sup>. Os clubes negros podem ser entendidos, conforme Fernanda Oliveira, como “construções culturais, comuns aos grupos negros nas Américas, forjados a partir de configurações sociais racializadas, que conferem inteligibilidade e densidade histórica à experiência de racialização vivenciada na emancipação e no pós-Abolição das Américas”<sup>219</sup>. E, no entendimento da Franciele Rocha de Oliveira, “clubes sociais negros foram espaços de lazer, de afirmação de identidades, [...] de posituação de suas imagens, de estabelecimento de redes e laços”<sup>220</sup>.

Como indicadores de luta contra a discriminação racial<sup>221</sup> e capacidade de mobilização, na época, também foi criada o que se denominou de “imprensa negra”: jornais publicados por negros e voltados para suas questões<sup>222</sup>. Neste sentido, “a imprensa negra é constituída por jornais publicados, a partir do final do século 19, com a intenção de criar espaços de comunicação, informação, educação e protesto da comunidade negra”<sup>223</sup>. Dentre os diversos periódicos publicados destaco alguns que foram fundados em diferentes cidades brasileiras: em Lages (SC), o Cruz e Sousa (1918-1919); em Uberlândia (MG), A Raça (1935); em Curitiba (PR), O União (1918); em São Paulo foram fundados os jornais A Pátria (1899), O Menelick (1915), O Clarim da Alvorada (1924), Progresso (1928), A Voz da Raça

---

<sup>216</sup> SCHWARCZ, Lilia Moritz; STARLING, Heloisa M. **Brasil: uma biografia**. São Paulo: Companhia das Letras, 2015, p. 350.

<sup>217</sup> DOMINGUES, 2018, *op. cit.*, p. 116.

<sup>218</sup> DOMINGUES, 2018, *op. cit.*

<sup>219</sup> SILVA, 2017, *op. cit.*, p. 27.

<sup>220</sup> OLIVEIRA, 2017, *op. cit.*, p. 360.

<sup>221</sup> Para Nilma Lino Gomes “a discriminação racial pode ser considerada como a prática do racismo e a efetivação do preconceito”. GOMES, Nilma Lino. Alguns termos e conceitos presentes no debate sobre relações raciais no Brasil: Uma breve discussão. In: HENRIQUES, Ricardo (org.) **Educação antirracista: Caminhos abertos pela Lei Federal n.10.639/03**. Brasília: SECAD/MEC, 2015. p. 55. Nesse sentido, compõe-se como um conjunto de ações ou práticas que visam produzir a violação de direitos individuais.

<sup>222</sup> DOMINGUES, 2007, *op. cit.*, p. 349.

<sup>223</sup> SANTOS, José Antônio dos. Intelectuais negros e imprensa no Rio Grande do Sul: uma contribuição ao pensamento social brasileiro. In: SILVA, Gilberto Ferreira; SANTOS, José Antônio dos; CARNEIRO, Luiz Carlos da Cunha. (org.) **RS Negro: cartografias sobre a produção do conhecimento**. 1ª ed. Porto Alegre - RS: EDIPUCRS, 2008, p. 84.

(1936)<sup>224</sup>, entre outros<sup>225</sup>; no Rio Grande do Sul, O Exemplo (Porto Alegre, 1892)<sup>226</sup>, A Alvorada (Pelotas, 1907)<sup>227</sup>, A Navalha (Santana do Livramento, 1931), A Revolta (Bagé, 1925), A Hora (Rio Grande, 1917), O Succo (Santa Maria, 1922), entre outros.

Ana Flávia Magalhães Pinto afirma que

a imprensa assumia para eles (negros) um lugar privilegiado para o desenvolvimento de seus anseios. E, ao ocupar as colunas dos jornais, eles tanto localizavam suas particularidades no cenário amplo quanto contribuíam para evidenciar o quão estreitos podiam ser os caminhos criados para os futuros passos do país<sup>228</sup>.

Desta forma fica visível que a organização negra no Brasil republicano acontecia de múltiplas formas: tanto através das associações recreativas, beneficentes, carnavalescas,

---

<sup>224</sup> A Frente Nacional Brasileira editou o jornal “A Voz da Raça” no período de 1936 a 1938. Este jornal marca a transição para uma nova fase da imprensa negra, com a “passagem da reivindicação jornalística à reivindicação política” (BASTIDE, 1951, *op. cit.*, p. 54)

<sup>225</sup> Segundo Petrônio Domingues, até a década de 1930, contabiliza-se que circulavam em São Paulo em torno de 30 jornais feitos por negros na batalha contra o “preconceito de cor”. (DOMINGUES, 2007, *op. cit.*)

<sup>226</sup> O jornal O Exemplo foi fundado em 11 de dezembro de 1892 na barbearia dos irmãos Calisto, localizada na Rua dos Andradas, nº 247, Porto Alegre, RS. A circulação deste periódico ocorreu em três fases: 1ª fase, de 1892 a 1897, com 194 publicações; 2ª fase, de 1902 a 1911, com 260 publicações; e 3ª fase, de 1916 a 1930, com quase 500 publicações. Muitas pesquisas já foram realizadas tendo como objeto principal este periódico. Aqui cito apenas algumas: o rosariense Oliveira Ferreira da Silveira pontua que “O Exemplo merece que se escreva em letras grandes nas encadernações de suas coleções: Cuidado, delicado, precioso, patrimônio cultural da comunidade negra de Porto Alegre” (SILVERA, Oliveira. **Três coleções preservam jornal da comunidade negra**. Correio do Povo, Porto Alegre, 8 out. 1972, p. 22). Liane Susan Müller, ao investigar as origens de fundação do jornal, recua até o século 19 e afirma que a possibilidade de criação do periódico se deu em função dos laços e experiência de sociabilidade adquiridos através da atuação de irmãos da Irmandade do Rosário de Porto Alegre (MÜLLER, 1999, *op. cit.*). Petrônio Domingues diz que o jornal “labutou para conscientizar o negro de seus direitos, de suas potencialidades e de suas conquistas. Funcionando também como órgão informativo dos clubes e associações o jornal discutiu e propôs soluções para os problemas oriundos do “preconceito de cor”, preconizou o caminho do trabalho e da educação e se engajou para que os “descendentes dos escravos” progredissem na vida.” (DOMINGUES, Petrônio. Fios de Ariadne: o protagonismo negro no pós-abolição. **Anos 90**, Porto Alegre, v. 16, n. 30, p. 215-250, dez. 2009, p. 221). Melina K. Perussatto coloca que tal empreendimento tinha como horizonte cumprir um duplo papel, proporcionando uma chance de melhor futuro às crianças e de desenvolvimento intelectual da classe. Percebeu-se que havia “uma ligação entre o projeto desenvolvido pelo periódico e práticas de escolarização operária, refletidas no nome que a escola viria a ganhar pouco tempo depois: Ateneu Popular” (PERUSSATTO, 2018, *op. cit.*, p. 218). As páginas do jornal corroboram para um olhar heterogêneo sobre as populações negras e suas experiências sociais, demonstrando-se, assim, uma importante ferramenta para construção de uma educação antirracista. Os seguintes pesquisadores também utilizaram este jornal como objeto de estudos: Ana Flávia Magalhães Pinto (2006), Maria Angélica Zubarán (2006), José Antônio dos Santos (2008), Regina Celia Lima Xavier, (2013), Felipe Rodrigues Bohrer (2013), Marcus Vinícius de Freitas Rosa (2014), Vitor da Silva Costa (2020), Cláudia Santos Duarte (2022), dentre outras/os.

<sup>227</sup> O jornal A Alvorada foi fundado por operários negros na cidade de Pelotas/RS em 1907. Circulou, com poucos intervalos, até 1965. Foi o periódico da imprensa negra de maior longevidade no país. Este semanário “circulou no Rio Grande do Sul e em vários outros estados do país, era trocado por co-irmãos e reconhecido também como um jornal de operários” (SANTOS, 2008, *op. cit.*, p. 94). O periódico “A Alvorada” também foi objeto de pesquisas realizadas por Beatriz Ana Loner (1999 e 2001), José Antônio dos Santos (2008), Fernanda Oliveira da Silva (2011 e 2017), Cláudia Santos Duarte (2022), dentre outras/os.

<sup>228</sup> PINTO, Ana Flávia Magalhães. **Escritos de liberdade: literatos negros, racismo e cidadania no Brasil oitocentista**. Campinas: Editora da UNICAMP, 2018, p. 23.



políticas, esportivas, literárias, culturais e artísticas, como por meio dos jornais que escreviam, imprimiam e faziam circular.

A passagem do Império para a República evidencia tempos de mudanças não só no âmbito político, mas também no âmbito social e cultural desencadeando debates entre políticos, intelectuais e cientistas preocupados em superar aquilo que chamavam “males de origem”<sup>229</sup> e encontrar caminhos para o que, então, eles entendiam que seria a prosperidade e a civilidade de uma nação tropical. De acordo com Thomas Skidmore<sup>230</sup>, Célia Maria Marinho de Azevedo<sup>231</sup> e Lilia Moritz Schwarcz<sup>232</sup> não faltava no Brasil, na segunda metade do século 19, quem defendesse a imigração europeia como fator de “branqueamento”, de “progresso”, de “civilização” e também como um incentivo à formação do mercado de trabalho livre por meio da “substituição” da mão de obra escravizada.

Os moldes europeus de civilização e cultura serviam de inspiração nas discussões em que o positivismo, o higienismo, o evolucionismo e o darwinismo social eram apropriados no Brasil numa tentativa de superar “a ignorância das elites; a miséria do fatalismo das classes populares; a ‘degeneração racial’ produzida pela miscigenação étnica; as estruturas políticas e econômicas arcaicas, resquícios dos tempos coloniais”<sup>233</sup>.

Os males e benefícios da miscigenação e a definição de quem poderia ser cidadão naquele novo contexto<sup>234</sup> eram algumas das ideias que estavam sendo discutidas pela elite letrada composta por médicos, advogados, cientistas e políticos. Dentre os debatedores existiam divergências, nas quais os positivistas acreditavam que, por meio da lei e da ciência, era possível obter o progresso da sociedade. Nesta perspectiva se apoiavam “nas ciências naturais, com destaque para a medicina e a biologia, para dar conta do mundo social”<sup>235</sup>. Os defensores do darwinismo social acreditavam que as privilegiadas “raças superiores” imporiam o progresso a todos. Os médicos higienistas propunham a difusão da educação, o controle da saúde pública, a vacinação em massa e os hábitos higiênicos para vencer os

---

<sup>229</sup> NAPOLITANO, Marcos. **História do Brasil República**: da queda da Monarquia ao fim do Estado Novo. São Paulo: Contexto, 2016, p. 41.

<sup>230</sup> SKIDMORE, Thomas. **Preto no branco**. Raça e nacionalidade no pensamento brasileiro. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

<sup>231</sup> AZEVEDO, Célia Maria Marinho de. **Onda negra, medo branco**. O negro no imaginário das elites. Século XIX. São Paulo: Annablume, 2004.

<sup>232</sup> SCHWARCZ, Lília Moritz. **O espetáculo das raças**. Cientistas, instituições e questão racial no Brasil. 1870-1930. São Paulo: Companhia da Letras, 1993.

<sup>233</sup> NAPOLITANO, 2016, *op. cit.*, p. 42.

<sup>234</sup> MATTOS, RIOS, 2004, *op. cit.*

<sup>235</sup> FERLA, Luis Antônio Coelho. **Feios, sujos e malvados sob medida**. Do crime ao trabalho, a utopia médica do biodeterminismo em São Paulo (1920-1945). Tese (Doutorado em História Econômica) – Programa de Pós-Graduação em História Econômica do Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, 2005, p. 48.

“males” e chegar à “civilização”. O historiador Luís Antonio Coelho Ferla, ao analisar o “mal-estar da civilização”, destaca que,

Estimulados pela força das ideias de evolução e progresso, e muitas vezes legitimados pelas diversas modalidades de darwinismos biológicos e sociais, os racismos científicos participaram do contexto ideológico ligado ao imperialismo *fin de siècle*. Seja pela via poligenista, que negava a origem comum de toda a humanidade, seja pela monogenista, que aceitava um Adão mais além da religião, todas as teorias racistas que a ciência sancionou colocavam o homem branco europeu como o produto mais avançado da evolução biológica e cultural<sup>236</sup>.

De acordo com o Dicionário de Conceitos Históricos a “palavra civilização surgiu na França iluminista do século 18 com um significado moral: ser civilizado era ser bom, urbano, culto e educado [...] a civilização era uma característica cultural que se contrapunha à ideia de barbárie, de violência, de selvageria”<sup>237</sup>. No Brasil republicano a civilização espelhava-se na cultura e nos hábitos europeus. Ao tecer considerações acerca desse conceito, Francisco José C. Falcon afirma que civilização é um termo originário do Iluminismo, idealizando o progresso. Nesse sentido, “o caminho da barbárie à civilização é considerado o próprio caminho do ser humano, da animalidade à humanidade”<sup>238</sup>.

Ideais de progresso e civilização apoucavam a imagem da população negra. As políticas de imigração europeia, mais do que promover o mercado de trabalho e o desenvolvimento econômico rumo ao almejado “progresso”, davam abertura para ideologias racistas que pontuavam que ele somente aconteceria se fosse adotada uma política de embranquecimento da população.

As elites intelectuais latino-americanas do século 19 argumentaram que a chave para a solução do dilema racial não era a segregação ou a expulsão, mas sim o “branqueamento”; assim, a enxurrada de imigrantes europeus absorveria gradualmente os traços afrodescendentes da população<sup>239</sup>.

É importante enfatizar que o Conselho de Estado do Império, na década de 1870, mesmo momento em que, já extinto o tráfico, a campanha abolicionista passava a melhor se

---

<sup>236</sup> FERLA, 2005, *op. cit.*, p. 27.

<sup>237</sup> SILVA; SILVA, 2006, *op. cit.*, p. 59.

<sup>238</sup> FALCON, Francisco José C. **Iluminismo**. São Paulo: Editora Ática, 1989, p. 62.

<sup>239</sup> FISCHER Bordwyn; GRINBERG Keila; MATTOS, Hebe Direito, silêncio e racialização das desigualdades na História afro-brasileira. In: ANDREWS George Reid, LA FUENTE Alejandro de (orgs). **Estudos afro-latino-americanos: uma introdução** /1ª ed. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: CLACSO, 2018, p. 163-204. 2018, p. 177-178.

articular, criava artifícios jurídicos para impedir que africanos imigrassem para o Brasil<sup>240</sup>. O Decreto Nº 528 de 28 de junho de 1890, ao tratar da “introdução de imigrantes” no país, “válidos e aptos para o trabalho”, excluiu desta categoria os “indígenas da Ásia ou da África”<sup>241</sup>. Portanto, na medida em que os objetivos políticos das autoridades imperiais ou republicanas, baseados em critérios raciais, eram traduzidos em leis, os africanos enquanto “imigrantes” tornaram-se seres indesejáveis. O processo de imigração não era neutro, mas definido por escolhas políticas seletivas e excludentes baseadas em concepções racializadas das nacionalidades e das origens, uma vez que a categoria “imigrante” deveria ser preferencialmente preenchida por pessoas oriundas da Europa.

Dentro deste contexto, os números a seguir evidenciam o processo de imigração de europeus para o Brasil à medida que a abolição da escravidão se tornava uma realidade. “Entre 1877 e 1903, cerca de 71 mil imigrantes entraram, por ano, no Brasil, sendo 58,5% proveniente da Itália. Entre 1904 e 1930, o número chegou a 79 mil, com os portugueses alcançando 37% do total de entradas”<sup>242</sup>. No Rio Grande do Sul, em 1872, aproximadamente 16,6% da população era de imigrantes, em 1900 aproximadamente 11,75% e em 1910 os imigrantes representavam 10,52% da população do Estado. Em 1920 o número de imigrantes baixa para 6,91% no RS<sup>243</sup>. Segundo Loner, em 1920, em Porto Alegre, a presença é de 17,9%. Na cidade de Pelotas, a população imigrante gira em torno de 18,1% e cai para 8% em 1920. Na cidade de Rio Grande a população imigrante em 1910 era de 11,9% e em 1920 correspondia a 12,8%<sup>244</sup>.

O pesquisador George Reid Andrews ressalta que “a imigração foi apenas o primeiro passo no branqueamento e na europeização da sociedade latino-americanas. Essas sociedades não precisavam apenas ser branqueadas racial e demograficamente, tinha de ser também branqueadas cultural e esteticamente”<sup>245</sup>. A entrada de imigrantes brancos fazia parte de uma política de “embranquecimento” do país. Ao problematizar a identidade racial branca, o

---

<sup>240</sup> ALBUQUERQUE, Wlarmyra R. de. **O jogo da dissimulação: abolição e cidadania negra no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 2009. No capítulo 1 deste livro, a historiadora analisa o caso de 16 africanos libertos, retornados da costa da África, cuja permanência em território brasileiro foi motivo de polêmicas entre autoridades do Brasil e da Inglaterra.

<sup>241</sup> IOTTI, Luiza Horn. (org.). **Imigração e colonização. Legislação de 1747 a 1915**. Porto Alegre: Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul; Caxias do Sul: Editora da Universidade de Caxias, 2001, p. 452.

<sup>242</sup> SCHWARCZ, STARLING, 2015, *op. cit.*, p.323.

<sup>243</sup> CORRÊA, Anderson Romário Pereira. **Movimento Operário em Alegre: a presença de imigrantes e estrangeiros (1897-1929)**. Dissertação (Mestrado em História) - Pós-Graduação em História da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2010, p. 49.

<sup>244</sup> LONER, 1999, *op. cit.*, p. 87.

<sup>245</sup> ANDREWS, George Reid. **América Afro-Latina (1800 – 2000)**. Tradução Magda Lopes. São Carlos: EdUFSCar, 2014, p. 153.

cientista social Lourenço Cardoso aponta que a chegada do branco imigrante fortalece a ideia de que o Brasil estava sendo povoado por “branco-mesmo”. Em tom de ironia, diz que “nossa nação estava a caminho do desenvolvimento, pois, finalmente recebia em sua terra o branco, o símbolo do progresso [...] símbolo da ‘sociedade desejada’ por algumas de suas elites brancas”<sup>246</sup>. O olhar crítico sobre a branquitude tem início a partir do trabalho de autores negros, em diferentes épocas. Referências como W. E. B. Du Bois<sup>247</sup>, Frantz Fanon<sup>248</sup>, Steve Biko<sup>249</sup>, Albert Memmi<sup>250</sup> e, no Brasil, as contribuições de autores como Guerreiro Ramos<sup>251</sup> e, mais tarde, Maria Aparecida Bento<sup>252</sup> foram fundamentais para mostrar e denunciar os diferentes aspectos dos benefícios que os sujeitos recebem ao serem incluídos na categoria “branco”. Lia Vainer Schucman entende a branquitude

como uma posição em que sujeitos que ocupam esta posição foram sistematicamente privilegiados no que diz respeito ao acesso a recursos materiais e simbólicos, gerados inicialmente pelo colonialismo e pelo imperialismo, e que se mantêm e são preservados na contemporaneidade.<sup>253</sup>

---

<sup>246</sup> CARDOSO, Lorenço. **O branco ante a rebeldia do desejo**. Um estudo sobre branquitude no Brasil. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) - Faculdade de Ciências e Letras da Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho Campus de Araraquara, São Paulo, 2014, p. 38.

<sup>247</sup> Em “Reconstrução Negra nos EUA” teorizou sobre a identidade racial branca. A obra “As almas do povo negro” apresenta a trajetória dos negros após a abolição da escravatura e da guerra civil estadunidense (1861-1865) (DU BOIS, William Edward Burghardt. **As almas da gente negra**. Traduzido por Alexandre Boide. Rio de Janeiro: Lacerda, 1999).

<sup>248</sup> Em “Pele Negra, Máscara Branca” defendeu o argumento de abolição da raça. “Esse autor estava preocupado em libertar o branco de sua branquitude e o negro de sua negritude, porque a identidade racial seria um encarceramento que obstaculizava a pessoa de chegar e gozar sua condição humana” (CARDOSO, Lorenço. Branquitude acrílica e crítica: A supremacia racial e o branco anti-racista. **Rev.latinoam.cienc.soc.** niñez juv 8(1): 607-630, 2010, p. 609.

<sup>249</sup> Pesquisou e escreveu sobre o branco sul africano dos anos de 1960 e 1970. Lutou contra o racismo estrutural da sociedade sul-africana. (BIKO, Steve. *Escrevo o que eu quero. Série Temas*, vol. 21. Sociedade e Política. Trad. Grupo Solidário São Domingos. São Paulo: Ática. (1990 [1978]).

<sup>250</sup> Em “Retratos do colonizado precedido pelo retrato do colonizador”. Analisou a relação opressor/oprimido; retratou tanto o colonizador quanto o colonizado. Destacou que é importante problematizar também o opressor. (MEMMI, Albert. **Retrato do colonizado precedido pelo retrato do colonizador**. 3ª ed. Trad. Roland Corbizer e Mariza Pinto. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989).

<sup>251</sup> Pesquisou e escreveu sobre relações raciais, teoria sociológica e política nacionalista. (GUERREIRO RAMOS, Alberto. “O negro no Brasil e um exame de consciência”. In: NASCIMENTO, Abdias et al. **Relações de raça no Brasil**. Rio de Janeiro, Quilombo, 1950. GUERREIRO RAMOS, Alberto. O Problema do Negro na Sociologia Brasileira. **Cadernos do Nosso Tempo**, n. 2, p. 189- 230, Jan./Jul. 1954)

<sup>252</sup> A autora realiza estudos sobre o que denomina de “pacto narcísico”, uma cumplicidade dos membros do grupo diante das pautas das quais não se quer falar, visto que a branquitude é “guardiã silenciosa de privilégios” (2002, p. 41). BENTO, Maria Aparecida. **Pactos narcísicos no racismo: Branquitude e poder nas organizações empresariais e no poder público**. Tese (Doutorado em Psicologia) - Departamento de Psicologia da Aprendizagem, do Desenvolvimento e da Personalidade da Universidade de São Paulo, 2002; BENTO, Maria Aparecida. Branqueamento e branquitude no Brasil. In: CARONE, I. & BENTO, M. A. S. (Orgs.). **Psicologia social do racismo**. Petrópolis - RJ: Vozes, 2002, p. 25-57; BENTO, Cida. **O pacto da branquitude**. São Paulo: Companhia das Letras, 2022.

<sup>253</sup> SCHUCMAN, Lia Vainer. Sim, nós somos racistas: Estudo psicossocial da branquitude paulistana. In: **Psicologia & Sociedade**, 26(1), p. 83-94, 2014, p. 84.

Cardoso define branquitude enquanto “lugar de privilégios simbólicos, subjetivos, objetivos, isto é, materiais palpáveis que colaboram para construção social e reprodução do preconceito racial, discriminação racial “injusta” e racismo”. O autor conclui seu raciocínio afirmando que “o branco enquanto indivíduo ou grupo concebido como único padrão sinônimo de ser humano ‘ideal’ é indubitavelmente uma das características marcantes da branquitude em nossa sociedade e em outras”<sup>254</sup>. Lia Vainer Schucman observa que,

Para ascenderem econômica e socialmente, os imigrantes foram, de fato, muito trabalhadores. Isso ficou marcado em sua autoimagem. Claro que há exceções, mas, regra geral, o imigrante considera que conseguiu subir na vida devido ao seu mérito. A ideia do mérito é muito forte para ele. Porém, ele não consegue perceber que, ao lado do mérito, sua ascensão também foi favorecida pelo privilégio da branquitude<sup>255</sup>. Porque o negro também está trabalhando há séculos no Brasil e não conseguiu ascender da mesma forma. Então, no caso dos imigrantes, a branquitude fica camuflada na autoimagem<sup>256</sup>.

A ideia de que existe uma cor “normal” e “universal” – a branca – atravessa gerações e impede alterações significativas na hierarquia das relações sociais. Segundo Lilia Moritz Schwarcz e Heloisa M Starling, no Brasil republicano “o desfile de continuidades era maior que o de rupturas”<sup>257</sup>. Nesse sentido, George Reid Andrews<sup>258</sup> pontua que a República não assegurou ganhos materiais ou simbólicos para a população negra uma vez que sancionou limitações no âmbito político relacionado ao sufrágio e outras formas de participação. Por exemplo, a Constituição de 1891, em seu artigo 70, § 1º, estipulava que os mendigos e os analfabetos não seriam considerados cidadãos, em um momento em que a maioria do contingente de mendigos e analfabetos era oriunda direta ou indiretamente da escravidão. Também “social e psicologicamente, em face das doutrinas do racismo científico e da teoria do branqueamento; seja ainda economicamente, devido às preferências em termos de emprego em favor dos imigrantes europeus”<sup>259</sup>, o segmento populacional negro continuava marginalizado. A Lei Áurea de 13 de maio de 1888 significou o fim do sistema escravocrata brasileiro, porém não priorizou uma política social inclusiva da população negra, sendo que

---

<sup>254</sup> CARDOSO, 2010, *op. cit.*, p. 611.

<sup>255</sup> SCHUCMAN, Lia Vainer. **Entre o “encardido”, o “branco” e o “branquíssimo”**: Raça, hierarquia e poder na construção da branquitude paulistana. Tese (Doutorado em Psicologia) – Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo, 2012, p. 7.

<sup>256</sup> SCHUCMAN, SCHUCMAN, Lia Vainer. Racismo e “branquitude” na sociedade brasileira. 2015, p. 2. Disponível em: <<http://agencia.fapesp.br/racismo-e-branquitude-na-sociedade-brasileira/20628/>> Acesso em 22 set. 2021.

<sup>257</sup> SCHWARCZ; STARLING, 2015, *op. cit.*, p. 344.

<sup>258</sup> ANDREWS, George Reid. “O protesto político negro em São Paulo (1888-1988)”, **Estudos AfroAsiáticos**, Rio de Janeiro, nº 21, dez., 1991, p. 27-48.

<sup>259</sup> ANDREWS, 1991, *op. cit.*, p. 32.

esta tinha pouca chance de competir de forma igualitária com os demais trabalhadores, sobretudo brancos, nacionais ou imigrantes. “A igualdade e a cidadania eram ganhos das elites brancas e com acesso ao voto, sendo que as populações que conheceram a escravidão deveriam se limitar a celebrar a liberdade de ir e vir”<sup>260</sup>. Assim, “a ideologia do branqueamento disseminou a ideia de que, com o tempo, o negro terminaria sendo absorvido pelo elemento dominante branco e, portanto, não se necessitaria ter políticas de Estado para sua integração, pois tenderia ao desaparecimento, ao cabo de algumas gerações”<sup>261</sup>.

Araripe Junior, um intelectual pertencente à geração de 1870, desenvolveu a teoria da “obnubilação brasílica” – segundo ele, a luz e o calor excessivo derreteriam as ideias e os bons costumes da população<sup>262</sup>. A historiadora Fernanda Oliveira salienta que “os estudos desenvolvidos no século 19, mas principalmente no século 20 pelos pensadores brasileiros como Silvio Romero e Raimundo Nina Rodrigues<sup>263</sup>, colocavam ênfase na composição física dos negros a fim de demonstrar a inferioridade racial”<sup>264</sup>. O jurista Sílvio Romero (1851-1914) “não via muitas qualidades na miscigenação racial e no meio tropical, mas defendia que uma ação tutelar de uma elite devidamente informada e assessorada pelas teorias científicas, poderia modificar o destino nacional e vencer os ‘males de origem’”<sup>265</sup>, portanto, “o Brasil não deve contar seriamente com os índios e os negros como elementos de uma civilização futura, ainda que estenda até eles o ensino primário”<sup>266</sup>. Neste sentido, com orientação intelectual alicerçada por específicos estudos antropológicos e sociológicos do século 19 permeados de premissas evolucionistas, Romero identificou e desqualificou a participação dos povos indígenas e negros na composição da identidade brasileira. Seguindo nesta linha de raciocínio, Raimundo Nina Rodrigues (1862 -1906), médico maranhense, radicado na Bahia, interessou-se pelos estudos raciais a partir da Medicina Legal. Em seus escritos, enfatizou a inferioridade física e mental do negro e do mestiço, sempre guiado por teorias calcadas no “racismo científico” e no “determinismo geográfico”. Analisou casos de crimes, de loucura e de crenças religiosas na busca de pistas que pudessem comprovar suas teorias sobre a inferioridade racial. Na análise do historiador social Marcos Napolitano,

---

<sup>260</sup> SCHWARCZ, STARLING, 2015, *op. cit.*, p. 344.

<sup>261</sup> LONER, Beatriz Ana. GILL, Lorena Almeida. Clubes carnavalescos negros na cidade de Pelotas. **Estudos Ibero-Americanos**, Porto Alegre, v. 35, n. 1, p. 145-162, jan./jun. 2009, p. 150.

<sup>262</sup> NAPOLITANO, 2016. *op. cit.*

<sup>263</sup> “Até intelectuais afro-brasileiros como Raimundo Nina Rodrigues e Francisco José de Oliveira Viana promoveram a nova ortodoxia” proposta pelo legislador paulista Bento de Paula Souza que dizia que “é preciso inocular em nossas veias sangue novo, porque o nosso já está aguado”, numa tentativa de obter recursos do Estado para subsidiar a imigração europeia (ANDREWS. 2014, *op. cit.*, p. 153).

<sup>264</sup> SILVA, 2011, *op. cit.*, p. 87.

<sup>265</sup> NAPOLITANO, 2016, *op. cit.*, p. 45.

<sup>266</sup> ROMERO, Silvio. **História da literatura brasileira**. Rio de Janeiro: Imago, 2001, p. 102.

Conforme essas teorias – cujos expoentes internacionais eram Arthur de Gobineau e Henry Thomas Buckle – o grau de “pureza das raças” determinava o nível de civilização possível de ser atingido por uma sociedade. As “raças” eram pensadas de forma hierárquica com a “raça ariana branca” no topo da hierarquia, seguindo de “amarelos” e “negros” no patamar inferior. Segundo os delírios racistas de Gobineau, os “arianos” seriam uma suposta raça branca originária, presente em todas as grandes civilizações da história; assim, quanto mais o “elemento branco” predominasse em determinada sociedade, mais civilizada ela seria. Para Gobineau, a miscigenação levaria uma sociedade à decadência<sup>267</sup>.

Hebe Maria Mattos, historiadora especialista em estudos sobre as relações socioculturais da escravidão na sociedade fluminense do século 19, no prefácio da obra “Além da escravidão: investigações sobre raça, trabalho e cidadania em sociedades pós-emancipação”, enfatiza que

O determinismo racial encontraria sua versão mais radical na obra do Conde de Gobineau (1816-1882), autor do Ensaio sobre a desigualdade das raças humanas (1853), no qual, além de buscar demonstrar cientificamente a existência de uma hierarquia entre as raças, condenou os efeitos da mistura entre as diferentes “espécies humanas”, considerando que dela resultaria a degeneração das melhores características de cada uma das raças em contato. Não por acaso, a emergência da abolição definitiva do cativo no horizonte político do país, a partir da década de 1870, faria emergir também no Brasil um novo pensamento científico de base racial. Desde então, os intelectuais brasileiros começaram a pensar os dilemas da construção da nacionalidade referida ao conceito de raça então em voga<sup>268</sup>.

A eugenia<sup>269</sup> começava a ter espaço no ambiente intelectual brasileiro a partir de 1914, na Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, com uma tese orientada por Miguel Couto, que publicou diversos livros sobre educação e saúde pública no país. Em 1917, em São Paulo, foi fundada a Sociedade Eugênica e, em 1923, no Rio de Janeiro, foi criada a Liga de Higiene Mental. Os eugenistas defendiam “a interdição de casamentos inter-raciais, a imposição de hábitos de higiene e cuidados com a saúde corporal, o afastamento e a esterilização de pessoas com doenças físicas ou mentais hereditárias, o isolamento de grupos humanos considerados ‘racialmente inferiores’”<sup>270</sup> e também articulavam campanhas contra os “vícios morais”, como o alcoolismo e a prostituição. Para os defensores da eugenia “bastaria evitar que os efeitos de

---

<sup>267</sup> NAPOLITANO, 2016, *op. cit.*, p. 45.

<sup>268</sup> MATTOS, Hebe Maria. Prefácio - A “raça” como construção. In: COOPER, Frederick; HOLT, Thomas Cleveland; SCOTT, Rebecca Jarvis. **Além da Escravidão: Investigações sobre raça, trabalho e cidadania em sociedades pós-emancipação**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005, p. 13-38.

<sup>269</sup> O termo Eugenia foi criado pelo cientista inglês Francis Galton, primo de Darwin, que entendia a Eugenia como ciência da melhoria da raça, capaz de legar às gerações futuras boas qualidades morais, físicas e mentais. A partir do século 20, as primeiras instituições eugênicas começaram a despontar na Europa. Algumas delas destinavam-se a realizar investigações científicas, outras, discutir e promover políticas e leis em defesa de seus ideais. (SILVA, André Luiz da. Eugenia. In: COLLING Ana Maria. TODSCH, Losandro Antonio. (orgs). **Dicionário Crítico de Gênero**. Dourados, Ms: Ed. UFGD, 2015, p. 229-232.

<sup>270</sup> NAPOLITANO, 2016, *op. cit.*, p. 46.

doenças e vícios se perpetuassem na reprodução humana, para que as pessoas nascessem mais saudáveis e ajustadas socialmente”<sup>271</sup>.

Sobre as diferentes definições acerca da formação social brasileira, a antropóloga Olivia Maria Gomes da Cunha exprime que

‘Raça’ e eugenia, mais que enunciados, passaram a ser distintas dimensões temporais a partir das quais a sociedade brasileira poderia ser conhecida. ‘Raça’, por vezes, foi o termo corrente para aludir-se à história, ao passado e à herança – tudo aquilo que deveria ser esquecido, ter seus males atenuados, corrigidos e redimidos em nome de um futuro eugênico para a nação. Eugenia seria, ao contrário, a concretização redentora de um projeto contemporâneo e moderno, que envolveria os médicos, os educadores e os juristas, irmanados na idealização e transformação de uma nação do futuro<sup>272</sup>.

Nesse sentido, “o nascente movimento de eugenia do Brasil deixou de enfatizar a hereditariedade racial como um fator de atraso nacional, ressaltando, ao invés disso, a higiene, a nutrição e a educação”<sup>273</sup>. E, dessa forma, o preconceito racial era refletido na política do branqueamento e na despolitização racial. Entre intenções e gestos<sup>274</sup> indivíduos negros continuavam lutando cotidianamente em um país recém-republicano “no qual o desmonte do escravismo [...] se alicerçou em políticas de domínio que, por um lado, admitiam a abolição como horizonte, mas, por outro, tratavam de assegurar arranjos hierárquicos justificados por critérios sociorraciais”<sup>275</sup>. Segundo Marcus Vinicius de Freitas Rosa

Não foi mera casualidade, portanto, o fato de que a noção de raça tenha sido renovada no século 19, momento crítico da desagregação das relações servis. Ao deixarem de ser cativos, os negros ingressaram na cidadania. Do ponto de vista senhorial, a liberdade e outros direitos civis que dela decorriam eram frequentemente vistos como uma ameaça, como um caos, como uma reversão da ordem estabelecida, como uma perda de poder e de privilégios. A corrosão das formas escravistas de domínio criou uma demanda por novos meios de controle dos trabalhadores [...]. Assim raça e cor, principal critério racial, passaram a ser componentes centrais das relações sociais, atendendo a propósitos políticos de naturalização e perpetuação das desigualdades. Se antes da abolição a condição social dos negros era dada pelos estatutos jurídicos escravistas, depois da Lei Áurea tal condição passou a ser definida principalmente pela cor<sup>276</sup>.

---

<sup>271</sup> Ibidem, p. 47.

<sup>272</sup> CUNHA, Olívia Maria Gomes da. **Intenção e gesto**: pessoa, cor e a produção cotidiana da (in)diferença no Rio de Janeiro 1927-1942. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2002, p. 242.

<sup>273</sup> FISCHER; GRINBERG; MATTOS, 2018, *op. cit.*, p.178.

<sup>274</sup> CUNHA, 2002, *op. cit.*

<sup>275</sup> ALBUQUERQUE, 2010, *op. cit.*, p. 103.

<sup>276</sup> ROSA, 2014, *op. cit.*, p. 13.



Seguindo no contexto de continuidades e rupturas, o final do século 19 e início do século 20, foram caracterizados como sendo o de uma belle époque<sup>277</sup>, um período marcado pela crença no progresso civilizacional e no desenvolvimento técnico-científico.

A infraestrutura moderna – sistema de água e esgoto, energia elétrica, linhas de bonde e metrô – foi instalada, e as construções coloniais de um ou dois andares foram demolidas e substituídas por prédios de escritórios e de apartamentos moldados naqueles de Paris e Londres<sup>278</sup>.

As mudanças nas principais cidades intencionavam não somente modernizar, mas transformar sua composição racial e de classe. Foi dentro de um contexto “civilizatório” que o presidente do Brasil Rodrigues Alves (1902-1906), com sua equipe técnica, procurou fazer do Rio de Janeiro, capital do país, uma vitrine para os interesses estrangeiros. No contexto da “modernização carioca” a população pobre foi expulsa da região central: “era a ditadura do ‘bota abaixo’, que demolia casas, cortiços e os hotéis baratos – os ‘zungas’ ou os ‘caixotins humanos’, conforme definição do escritor negro Lima Barreto, ele próprio habitante dos subúrbios cariocas e testemunha crítica desse momento”<sup>279</sup>. Portanto,

As cidades passariam por amplos processos de ‘embelezamento’ visando a alcançar as novas funções para os quais se preparavam. Era preciso cuidar dos edifícios públicos, afastar a pobreza para os subúrbios da cidade, atentar para o transporte coletivo, construir instituições representativas e lidar com as novas sociabilidades urbanas<sup>280</sup>.

Trazendo esta discussão para o contexto local, entre os anos de 1890 e 1940<sup>281</sup>, o município de Rosário/RS obteve um aumento populacional de 152,18% e passava por mudanças no âmbito social, cultural, religioso e econômico. No Relatório apresentado ao Conselho Municipal da Vila de Rosário pelo então intendente Coronel Januário Rodrigues da Fonseca consta que, no ano de 1913, a população total desta Vila era de 15.145 habitantes<sup>282</sup>.

---

<sup>277</sup> DEL PRIORE, Mary, VENANCIO, Renato. **Uma breve história do Brasil**. São Paulo: Editora Planeta do Brasil, 2010; NAPOLITANO, 2016, *op. cit.*; FISCHER, GRINBERG, MATTOS, 2018. *op. cit.* A denominação belle époque foi dada ao período da história ocidental, sobretudo europeia, entre 1871, quando terminou a guerra Franco-Prussiana em junho de 1914 e quando começou a Primeira Guerra Mundial. Período marcado por grandes avanços nas áreas de ciência, tecnologia, urbanização, saneamento básico, medicina etc. Foi também um momento de prestígio nos campos das artes e da moda, que tiveram em Paris o seu centro de aclamação.

<sup>278</sup> ANDREWS. 2014, *op. cit.*, p. 154.

<sup>279</sup> SCHWARCZ, STARLING, 2015, *op. cit.*, p. 327.

<sup>280</sup> SCHWARCZ, Lilia Moritz. População e Sociedade. In: SCHWARCZ Lilia Moritz (Coord.). **A abertura para o mundo (1889 – 1930)**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2012, p. 44

<sup>281</sup> No município de Rosário, de acordo com os Censos realizados pelo IBGE correspondentes aos anos de 1890 a população era de 9.431 habitantes e em 1940 passou para 23.783 habitantes. (Ver Quadro 1 – População Regional - Campanha Sudoeste do Estado do Rio Grande do Sul 1890 – 1940).

<sup>282</sup> Relatório Municipal – Rosário. In: Jornal A Federação, Porto Alegre, 10 de fevereiro de 1915. Ano XXXII, nº 34. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/388653/31382>. Acesso em 2 dez. 2023.

No cenário urbano surgem diversas empresas e instituições, dentre as quais, seguindo a cronologia de sua fundação, destaco as seguintes: Firma Monte & Cia<sup>283</sup> (1901), Periódico “O Rosariense”<sup>284</sup> (1906), Casa Josende<sup>285</sup> (1908), Clube Comercial<sup>286</sup> (14/11/1909), Viação férrea<sup>287</sup> (1909), União Saladeril Rosário<sup>288</sup> (1912), Teatro Municipal João Pessoa<sup>289</sup> (20/12/1912), Igreja Nossa Senhora do Rosário<sup>290</sup> (26/05/1912), Sociedade Recreativa União Rosariense (01/05/1915), Usina Elétrica Municipal<sup>291</sup> (14/08/1915), Companhia *Swift* do Brasil S.A.<sup>292</sup> (25/03/1917), Filial do Banco Pelotense<sup>293</sup> (1918), Quartel do Exército Nacional

---

<sup>283</sup> Localizada na Rua Barão do Rio Branco comercializava tecidos, ferragens, calçados artigos de bazar, moda, armarinho, armazém de secos e molhados, tendo também depósito de produtos coloniais e da pecuária. Nas proximidades da Vila de Rosário, esta empresa explorava a indústria de fabricação de tijolos em uma bem montada olaria.

<sup>284</sup> Empresa de comunicação fundada em 1906 cuja propriedade e direção eram de Oscar Araujo. Tinha duas publicações semanais (quarta-feira e sábados).

<sup>285</sup> Empresa comercial estabelecida na Rua Barão do Rio Branco. Comercializava secos e molhados, tecidos, louças, ferragens, miudezas e artigos de bazar.

<sup>286</sup> De acordo com o extrato dos estatutos publicado no Diário Oficial datado de 23 de março de 1944, o Clube Comercial de Rosário, fundado em 14 de novembro de 1909, tinha por objetivo fomentar o espírito de associação mantendo permanentemente um centro recreativo e cultural de caráter social.

<sup>287</sup> Os trabalhos da linha férrea Saican-Livramento foram iniciados em agosto de 1907. “O primeiro trecho Entroncamento-Rosário foi entregue ao tráfego em 15 de novembro de 1909 e Rosário-Livramento em 1910” (GAUTIER, Jorge. **Rosário do Sul: Vila e cidade reminiscências**. Porto Alegre: Companhia Rio-Grandense de Artes Gráficas (CORAG, 2011, p. 99). Por longos anos este meio de transporte ofereceu serviços aos viajantes brasileiros e uruguaios. Por esta via, centenas de pessoas chegavam e partiam e com elas muitas informações e produtos passavam a fazer parte do cotidiano rosariense.

<sup>288</sup> A União Saladeril Rosário operou até 1917 quando foi vendida para a Companhia *Swift* do Brasil S.A. Esta saladeira destinava o produto de seus abates exclusivamente para produção de charque.

<sup>289</sup> O Teatro Municipal de Rosário do Sul foi inaugurado em 20 de dezembro de 1912 na Rua Amaro Souto, nº 2371, no centro da vila. A partir de 1930 passou a ser denominado Teatro Municipal João Pessoa em homenagem ao governador da Paraíba. Em 3 de janeiro de 2000 foi tombado como Patrimônio Histórico e Cultural do município de Rosário do Sul.

<sup>290</sup> “A Paróquia Nossa Senhora do Rosário de Rosário do Sul tem sua origem na Lei Provincial sob o nº 442 criada em 15 de dezembro de 1859. Chamada Freguesia de Nossa Senhora do Rosário do Passo do Rosário” (Fonte: GOTTARDI, Maurizio. SOUZA, Mara Regina Miranda. **Paróquia Nossa Senhora do Rosário: 150 anos de graças e bênçãos – Rosário do Sul/RS**, Porto Alegre: Alcance, 2009, p. 22). A Igreja Nossa Senhora do Rosário edificada no centro da Vila, foi inaugurada em 26 de maio de 1912. Este templo, ameaçado de ruir, foi demolido em 1944.

<sup>291</sup> Com a instalação da Usina Elétrica Municipal, o lampião a querosene passou a fazer parte do passado para rosarienses que residiam no centro da vila.

<sup>292</sup> A Companhia *Swift* do Brasil S. A. instalou-se em Rosário/RS em 25 de março de 1917. Era um matadouro frigorífico em que, na segunda década do século 20, no período de safra, a matança de bovinos ultrapassou 70 mil cabeças. Durante a Segunda Guerra Mundial, em apenas uma safra abateu mais de 120 mil cabeças de gado, quando cerca de 3.000 operárias/os trabalhavam dia e noite. Muitas/os destes operárias/os eram sócias/os da SRBUR. A empresa foi uma das grandes distribuidoras de alimentos para os Estados Unidos. A linha férrea facilitava o transporte até os portos nos quais a carne era exportada e também era comercializada em território nacional. Posteriormente esta companhia passou a ser administrada por uma empresa canadense, depois pelo grupo Antunes, e finalmente se associou a Companhia Armour, que concentrou suas atividades em Santana do Livramento. Dentro de um contexto de pós-guerra, os mercados no exterior foram se reorganizando e a pecuária passou a ser desvalorizada, a *Swift* de Rosário passou a produzir conservas de ervilhas e milho verde. Esta empresa foi desativada no ano de 1982 acarretando uma crise de desemprego no município de Rosário do Sul.

<sup>293</sup> O Banco Pelotense foi criado em 1906 por um grupo de investidores sul rio-grandense com sede em Pelotas/RS, cujos capitais eram oriundos de criadores e charqueadores, do comércio e da indústria de áreas de imigração alemã e italiana. Este estabelecimento bancário dava suporte às atividades econômicas no estado. Teve filial em muitas cidades no Rio Grande do Sul, em 1918 inaugurou sua filial em Rosário. Também teve

onde está alojado o 4º Regimento de Carros de Combate (12/10/1923), Sociedade Operária Beneficente Recreativa<sup>294</sup> (07/09/1924), Hospital Nossa Senhora Auxiliadora de Rosário (12/12/1925)<sup>295</sup>, Colégio Elementar (25/04/1928), Casa Nova de Vasconcellos & Cia<sup>296</sup> (década de 1920), Clube Caixeiral (26/10/1931), Posto de Higiene - Centro de Saúde (20/06/1942), início do cultivo da ervilha (1943), início do calçamento da cidade (04/09/1945), primeiramente na rua em frente ao Clube Comercial e em seguida no entorno da praça central.

Era a entrada do “progresso e da civilização” (Ata de 01/05/1915) na Vila de Rosário (Figura 1), onde um grupo de negras e negros inseriram-se no âmago daqueles ideais pautados em âmbito nacional, por meio do associativismo e se autorrepresentavam na sociedade que por vezes os excluía, e, por vezes, dialogava<sup>297</sup>. No entendimento de Angelo Torre, os lugares são produzidos historicamente através das “práticas econômicas, sociais, culturais e políticas com as quais determinadas populações recriam incessantemente o universo das suas relações circunscritas em relação às demandas do mundo externo e as organizam no espaço imediato”<sup>298</sup>. Seguindo nesta trilha, Maíra Vendrame destaca que os lugares surgem a partir de “dinâmicas sociais que produzem reconhecimento, cidadania, identificação e conflitos”<sup>299</sup>. Neste lugar denominado Vila depois Cidade de Rosário, após 27 anos da Abolição da escravidão, um coletivo formado por pessoas negras se uniu em torno de uma agremiação orientada racialmente para viver experiências de sociabilidades, apoio mútuo e de enfrentamento do racismo, como veremos no decorrer desta tese.

A Figura 1 mostra o que a lente do fotógrafo negro Romário Lopes capturou sobre os aspectos urbanizados e de sociabilidade do centro da Vila de Rosário, também divulgando o trabalho em relação ao seu ofício. Trata-se, como se pode ver, de uma publicação, com viés

---

filial em outros estados como RJ e MG e chegou a assumir um banco francês, motivo de instalação de um escritório em Paris. (PESAVENTO, Sandra Jatahy. **República velha gaúcha**: Charqueadas, frigoríficos, criadores. Porto Alegre: Editora Movimento, 1980. PESAVENTO, Sandra Jatahy. **RS**: A economia e o poder nos anos 30. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1980; PINTO, Céli Regina Jardim. **Tempos e memórias**: Vida de mulheres. Porto Alegre: Zouk, 2021).

<sup>294</sup> Em 7 de setembro de 1924 foi fundada na Vila de Rosário, uma sociedade de trabalhadores consagrada a prática de beneficência entre seus associados. De acordo com extrato dos estatutos da Sociedade Operária Beneficente de Rosário do Sul, publicado no Diário Oficial em 12 de fevereiro de 1959 “Esta Sociedade tem por fim promover o conagraamento do operariado rosariense, pugnando pelos seus direitos elevando-lhe o nível moral e intelectual e auxiliando-o nos momentos de necessidade por todos os meios ao seu alcance”.

<sup>295</sup> Instituição médica que passou a atender a população da cidade e da região a partir de 1925.

<sup>296</sup> Localizada na Rua Amaro Souto, ao lado da Praça 15 de Novembro. Comercializava fazendas, ferragens, louças, miudezas, calçados, solas, secos e molhados.

<sup>297</sup> SILVA, 2023, *op. cit.*, p. 276.

<sup>298</sup> TORRE, Angelo. A produção história dos lugares. In: VENDRAME, Maíra, KARSBURG, Alexandre (Orgs.). **Micro-História**: um método em transformação. São Paulo: SP: Letra e Voz, 2020, p. 73.

<sup>299</sup> VENDRAME, 2023, *op. cit.*, p. 212.

publicitário, realizada por ele no periódico “O Rosariense” que circulava por localidades do Rio Grande do Sul e também tinha assinantes na República Oriental do Uruguai. Pode-se notar aqui, portanto, características de uma Vila que ia se “modernizando”: um processo de urbanização e de construção de sociabilidade, a presença do registro fotográfico e a circulação dos jornais e dos anúncios de prestação de serviços como os “concernentes às artes” e à fotografia aos que pudessem pagar.

**Figura 1 - Centro da Vila de Rosário – década de 1930**



Fonte: Acervo do Museu Municipal General Honório Lemes – Rosário do Sul, RS.

Nota: Fotografia do centro da Vila de Rosário através das lentes do fotógrafo Romário Lopes.

Nota: Anúncio no Jornal “O Rosariense” – 03/07/1920, p.2.

Aqui é importante evidenciar que Romário Lopes era sócio e atuava na diretoria<sup>300</sup> da Sociedade Recreativa Beneficente União Rosariense. Ele registrava eventos em espaços públicos como desfiles cívicos e festas, assim como em espaços privados. No centro ou no canto inferior direito das fotografias de sua autoria, costumava deixar a sua marca “Romário Lopes” e o local “Vila Rosário” (Figuras 1 e 43). Posteriormente, mesmo residindo em outras cidades, continuou sendo um cidadão prestigiado por rosarienses. A Sociedade União enviou, inclusive, um ofício para Lopes convidando-o para o baile de 30 de abril de 1962 e para ser orador das solenidades de inauguração da galeria de fotografias<sup>301</sup> dos sócios fundadores e beneméritos desta Sociedade.

<sup>300</sup> Foi orador no período de 1920 e 1933, vice-presidente em 1922 até 1924 e presidente em 1925, 1928, 1929 e 1930. Ver APÊNDICE H.

<sup>301</sup> Infelizmente, em razão da perda da sede própria em 2007, estas fotografias não estão presentes no Acervo da Sociedade Recreativa Beneficente União Rosariense.

Nas primeiras décadas do período republicano no Rio Grande do Sul se formou um profundo bipartidarismo: republicanos e federalistas. Esta rivalidade provocou duas guerras civis: a Revolução Federalista (1893-1895) e a Revolução de 1923. Segundo Melina Kleinert Perussatto e Rodrigo de Azevedo Weimer<sup>302</sup>, a primeira teve um enorme envolvimento da população negra do estado, que se dividiu entre ambos os lados; além disto, como se sabe, a Federalista ficou marcada na história pelo fato de muitos prisioneiros terem sido degolados. Ao observar os censos de 1890 e 1900<sup>303</sup>, é possível perceber que houve uma redução do número de habitantes no município de Rosário entre uma recolha de dados e outra: de 9.431 diminuiu para 9.054. Em um fragmento da Ata datada em 28 de dezembro de 1924, o tesoureiro Ignácio Francisco da Costa sugeriu que os sócios envolvidos na Revolução de 1923 deveriam ser dispensados do pagamento de suas mensalidades, portanto, afiliados da Sociedade União participaram deste conflito. Infelizmente não conseguimos acessar outras fontes que atestam como e se os negros rosarienses atuaram nestas disputas em específico, porém, por se tratar de momentos que abarcavam todo estado e por sabermos que, em 1923, foi instalado o Quartel do Exército Nacional no município de Rosário do Sul, e que nesta região ocorreram combates liderados por Honório Lemes - frente das Forças Rebeldes da Fronteira Sudoeste<sup>304</sup> - é de se supor que soldados negros participaram dos conflitos e que em alguma medida toda a população foi afetada.

No início da República a realidade brasileira era composta por crise econômica, desemprego, inflação, superprodução do café, manutenção de latifúndios, inexistência de um sistema escolar amplo e inclusivo, pobreza, rebeliões, guerras civis, massacre de populações indígenas, racismo, preconceitos cristalizados em instituições e leis. “A capoeira e as várias formas de religiosidade africanas tornam-se, segundo o Código Penal de 1890, práticas criminosas, enquanto a culinária dos antigos escravos sofre severa condenação médica [...] os batuques, afoxés e candomblés são colocados na ilegalidade”<sup>305</sup>. E ainda,

o pensamento racista permeou as políticas de saúde pública e reforma urbana da belle époque, e por conta dele entendemos por que a febre amarela foi combatida muito mais vigorosamente do que a tuberculose no início do século 20 e por que os afro-brasileiros sofreram desproporcionalmente os efeitos negativos das campanhas de saneamento urbano e remoção de favelas<sup>306</sup>.

---

<sup>302</sup> PERUSSATTO; WEIMER, 2017, *op. cit.*

<sup>303</sup> RIO GRANDE DO SUL. **Censos do Rio Grande do Sul**, 1981, *op. cit.*

<sup>304</sup> Sobre este conflito ver: LONDERO, Clarissa; CRESTANI, Jaqueline. "A liberdade não se implora de joelhos". Reportagem realizada em Junho de 2008. Disponível em: <<https://www.ufrgs.br/ensinodareportagem/cidades/honoriolemes.html>> Acesso em 23 jun. 2024.

<sup>305</sup> DEL PRIORE; VENANCIO, 2010. *op. cit.*, p. 223.

<sup>306</sup> FISCHER; GRINBERG; MATTOS, 2018, *op. cit.*, p. 183.

No Brasil, o início do século 20 foi marcado pelas teorias raciais e eugênicas com intuito de legitimar a inferioridade do negro. Como já vimos, elaboradas com base no racismo científico, preconizavam a miscigenação como uma degeneração da espécie humana. A partir da década de 1930, ocorrem mudanças na perspectiva da construção identitária nacional. Segundo Lilia Moritz Schwarcz e Heloisa Starling, “o brasileiro nasce onde começa a mestiçagem. A mistura deixou de ser desvantagem para tornar-se elogio, e diversas práticas regionais associadas ao popular – na culinária<sup>307</sup>, na dança<sup>308</sup>, na música, na religião<sup>309</sup> – seriam devidamente desafrikanizadas<sup>310</sup>”. Nesse sentido, a política cultural do governo Vargas investiu fortemente na construção de uma identidade nacional abrangente, festiva e miscigenada, focada no racialmente pacificador “mito das três raças”. Em um contexto no qual indígenas e negros aliados da sociedade e de imigrantes que não se sentiam brasileiros, a miscigenação se mostrava como possível forma de aproximação e convivência dessas pessoas ao país. E “neste movimento de nacionalização uma série de símbolos vão virando mestiços, assim como uma alentada convivência cultural miscigenada se torna modelo de igualdade racial”<sup>311</sup>. Nesta perspectiva, a mistura racial deixou de ter uma conotação negativa para se tornar um dos principais símbolos da cultura nacional, a ser um trunfo. “Em vez de manter a branquidão como o ideal nacional, o pensamento da democracia racial exaltava a modernidade”<sup>312</sup>. É neste cenário que, em 1933, Gilberto Freyre lança a obra “Casa-Grande e Senzala” propondo uma nova interpretação para a sociedade brasileira, sendo esta, em sua perspectiva, “uma sociedade misturada e pioneira em função da ausência de segregação e de uma miscigenação extremada e feliz”<sup>313</sup>. Também Sérgio Buarque de Holanda, em sua obra

---

<sup>307</sup> Por exemplo, a feijoada passa a ser considerada “prato nacional”, carregando a representação simbólica e a narrativa romantizada da mistura de raças, em que o feijão (preto ou marrom) e o arroz (branco) poderiam ser interpretados como signos da mestiçagem.

<sup>308</sup> O samba ganha as ruas e sai da marginalidade. Antes da década de 1930 era a ‘dança de preto’ depois passa a ser “a canção brasileira para exportação”.

<sup>309</sup> Foi criado o Dia de Nossa Senhora da Conceição Aparecida. A santa, meio branca e meio negra, simbolizando a mestiçagem brasileira, foi proclamada padroeira do Brasil em 1930, após um decreto do papa Pio XI. A partir de 1938, os atabaques do candomblé passaram a ser tocados sem interferência policial.

<sup>310</sup> Também a capoeira foi oficializada em 1937 como modalidade esportiva nacional. Lembrando que até então era reprimida pela polícia e tida como crime no Código Penal de 1890. Além desta mudança, durante a Era Vargas foram introduzidas novas datas cívicas. O Dia da Raça, 30/05/1939, pretendia exaltar a tolerância racial pretensamente existente na sociedade brasileira. “Até o futebol, esporte de origem inglesa, foi progressivamente associado a negros” (SCHWARCZ, 2012, *op. cit.*, p. 59). Durante o Estado Novo sociedades culturais e clubes negros permaneceram ativos e os desfiles das escolas de samba foram incentivados pelo governo Vargas, porém sob a condição de se tornarem oficiais e controlados pelo Estado. Em 1930, a data 13 de maio perdeu o status de feriado com alegação de que o feriado poderia criar tensões raciais. SCHWARCZ; STARLING, 2015, *op. cit.*, p. 378.

<sup>311</sup> SCHWARCZ, 2012, *op. cit.*, p. 68.

<sup>312</sup> ANDREWS, 2014, *op. cit.*, p. 201.

<sup>313</sup> SCHWARCZ, STARLING, 2015, *op. cit.*, p. 382.

“Raízes do Brasil”, publicada neste período, abordava a miscigenação de um ponto de vista benevolente.

Sob as lentes da “democracia racial”<sup>314</sup>, o Brasil seria um exemplo de convivência pacífica entre negros, brancos e indígenas, através de “trocas afetivas e culturais iniciadas ainda no período escravocrata e lideradas pelos homens brancos, ancorados em seu poder de mando simbolizado pela Casa Grande”<sup>315</sup>. Sendo assim, passou-se a difundir através da imprensa, dos intelectuais, dos políticos e das ações de governo uma “ideologia de harmonia e excepcionalidade raciais, como elementos integradores da identidade nacional”<sup>316</sup>.

Em 1931, quarenta e três anos após a extinção da escravidão no Brasil, uma associação de caráter político, informativo, recreativo e beneficente denominada Frente Negra Brasileira (FNB)<sup>317</sup> foi criada em São Paulo, liderada por José Correia Leite, Arlindo Veiga dos Santos, Francisco Lucrécio e Raul Joviano do Amaral, entre outros. Trata-se de um movimento de repercussão nacional e de mobilização popular que saiu de São Paulo e se espalhou para outros estados do país, tendo grande receptividade na Bahia, no Rio de Janeiro, Espírito Santo, em Minas Gerais, Pernambuco e no Rio Grande do Sul.

Composta por vários departamentos promovia a educação e o entretenimento de seus membros, além de criar escolas e cursos de alfabetização de crianças, jovens e adultos. Visava, também, a integração dos negros na vida social, política e cultural, denunciando as formas de discriminação racial existentes na sociedade brasileira daquele período. Em 1936, transformou-se em partido político. Porém, acabou extinto em 1937, devido ao decreto assinado por Getúlio Vargas que colocava na ilegalidade todos os partidos políticos<sup>318</sup>.

É importante perceber que a FNB foi resultado do acúmulo de experiência organizativa dos negros no pós-Abolição. Foram diversas formas de organização coletiva,

---

<sup>314</sup> A primeira referência à expressão “democracia racial” foi encontrada pelo pesquisador Antonio Sérgio Alfredo Guimarães, datada de 1950 e foi utilizada por Abdias do Nascimento (1914-2011), político, ativista social brasileiro, artista plástico, escritor, poeta, dramaturgo e fundador do Teatro Experimental do Negro. Reconhecido como um dos maiores defensores da cultura e da igualdade para a população negra no Brasil. É considerado um ícone da luta contra a discriminação racial. (GUIMARÃES, Antônio Sérgio Alfredo. *Democracia racial: o ideal, o pacto e o mito. Novos Estudos Cebrap*, n. 61, p. 147-162, 2001).

<sup>315</sup> WERNECK, Jurema Pinto. *O Samba segundo as Ialodês: mulheres negras e a cultura midiática*. Tese (Doutorado em Comunicação e Cultura) – Programa de Pós-Graduação de Comunicação da Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2007, p. 11.

<sup>316</sup> MAGALHÃES, 2010, *op. cit.*, p.38.

<sup>317</sup> “Nos anos de 1930, surgiu a primeira grande organização negra do Brasil, chamada de Frente Negra Brasileira (FNB). Alguns de seus líderes, paradoxalmente, se encantaram com o fascismo e o nacionalismo autoritário, com sintonia com parte das elites da época. Mas a experiência da FNB gerou outras organizações depois da Segunda Guerra Mundial, já esboçando uma crítica mais profunda às estruturas sociais e econômicas que estavam por trás da exclusão racial e o preconceito. Em 1950, foi realizado o I Congresso do Negro Brasileiro, reafirmando a luta pela igualdade racial” (NAPOLITANO, 2016, *op. cit.*, p. 106).

<sup>318</sup> GOMES, Nilma Lino. *O Movimento Negro Educador: saberes construídos nas lutas por emancipação*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2017, p. 30.

como já foi indicado. “A experiência histórica das associações negras do pós-Abolição, especialmente do Centro Cívico Palmares, e da imprensa negra, particularmente O Clarim da Alvorada e o Progresso, impulsionou o movimento que redundou na fundação da FNB”<sup>319</sup>. Esta organização contava também com a participação de mulheres e, nela, elas criaram dois agrupamentos específicos: as Rosas Negras e a Cruzada Feminina, onde realizavam atividades recreativas e de assistência social.

Inspirados na FNB, em 1933, foi fundada a Frente Negra Pelotense (RS). “Tinha como principal objetivo a instrução dos seus irmãos de cor, uma vez que o acesso à educação acenava para a possibilidade de inserção ao mercado de trabalho, ascensão social e garantia de direitos”<sup>320</sup>. Loner ressalta que a Frente Negra Pelotense (FNP) “enfrentou várias incompreensões, inclusive da própria comunidade negra, mas manteve-se em atividade de 1933 até 1936, e recebeu apoio de alguns clubes negros realizando neles suas reuniões e palestras, visto não ter sede própria”<sup>321</sup>.

Em Porto Alegre foi criada a União dos Homens de Cor (UHC), em janeiro de 1943, cuja finalidade era “elevar o nível econômico e intelectual das pessoas de cor em todo o território nacional, para torná-las aptas a ingressarem na vida social e administrativa do país, em todos os setores de suas atividades”<sup>322</sup>. A partir de 1945, essa organização possuía representantes em vários estados do Brasil. Suas ações ocorriam por meio da promoção de debates na imprensa, aulas de alfabetização, prestação de serviços de assistência médica e jurídica, além da participação em campanhas eleitorais.

Outra organização criada na década de 1940, mas no Rio de Janeiro, foi o Teatro Experimental do Negro (TEN). Ele foi gerado no ambiente de crítica ao Estado Novo, crítica ao ideário da democracia racial e de mobilização intelectual para a construção de uma ordem democrática mais inclusiva. Nilma Lino Gomes enfatiza que

O TEN alfabetizava seus primeiros participantes, recrutados entre operários, empregados domésticos, favelados sem profissão definida, modestos funcionários públicos, e oferecia-lhes uma nova atitude, um critério próprio que os habilitava também a indagar o espaço ocupado pela população negra no contexto nacional. O TEN também publicou o jornal Quilombo<sup>323</sup> (1948-1950)<sup>324</sup>.

---

<sup>319</sup> DOMINGUES, 2007, *op. cit.*, p 350.

<sup>320</sup> SANTOS, 2008, *op. cit.*, p. 94.

<sup>321</sup> LONER, 2008, *op. cit.*, p. 256.

<sup>322</sup> DOMINGUES, 2007, *op. cit.*, p 108.

<sup>323</sup> O jornal o Quilombo agrupava intelectuais negros e brancos que possuíam um olhar crítico sobre a real situação do negro no Brasil: Guerreiro Ramos, Solano Trindade, Edison Carneiro, Nelson Rodrigues, Rachel de Queiroz, Gilberto Freyre, Roger Bastide, entre outros. O jornal discutia teatro, música, poesia, cinema, religião, demonstrando assim que aqui havia um pensamento intelectual produzido por negros.

<sup>324</sup> GOMES, 2017, *op. cit.*, p. 30.



Em 1945, o TEN estreou no Theatro Municipal o espetáculo “Imperador Jones”, estrelado por Aguinaldo Camargo e tendo Abdias do Nascimento como diretor. Neste mesmo período, Abdias, juntamente com um grupo de militantes, fundou o Comitê Democrático Afro-Brasileiro, que lutava pela anistia dos presos políticos. Entre os anos de 1945 e 1946, o intelectual Abdias ainda organizou a Convenção Nacional do Negro, e convenceu o senador Hamilton Nogueira a propor à Assembleia Nacional Constituinte a inclusão de um dispositivo constitucional definindo a discriminação racial como crime de lesa-pátria. Embora a proposta não tenha sido aprovada, a ação demonstra os mecanismos possíveis de luta. Em 1950, mulheres vinculadas ao TEN criaram o Conselho Nacional de Mulheres Negra e uma das lutas era em defesa de direitos das empregadas domésticas, profissão exercida em sua maioria por mulheres negras. Esta luta contou com grande contribuição de ativistas, sendo uma delas a Laudelina de Campos Mello<sup>325</sup>.

Outras agremiações também empreendiam a luta antirracista na década de 1940, tais como: o Grêmio Literário Cruz e Souza (1943) em Minas Gerais; a Associação do Negro Brasileiro (1945) e a Associação Cultural do Negro (1948) em São Paulo; a Orquestra Afro-brasileira (1942) e o Comitê Democrático Afro-Brasileiro (1944) no Rio de Janeiro; o Clube José do Patrocínio (1949) em Osório (RS), além de vários outros grupos espalhados pelo Brasil.

Até meados do século 20, “o movimento negro organizado concentrou-se na luta contra o preconceito racial<sup>326</sup>, através de uma política eminentemente universalista de

---

<sup>325</sup> Laudelina de Campos Mello (1904-1991). Ativista, empregada doméstica, professora de dança para meninas negras, sindicalista, empreendedora. Reconhecida por lutar por condições dignas de trabalho para as empregadas domésticas, categoria profissional formada por uma maioria de mulheres negras. Esta luta seguiu e no século 21, mais precisamente em 02 de abril de 2013, a Constituição Federal foi alterada para estabelecer a igualdade de direitos trabalhistas entre os/as trabalhadores/as domésticos/as e os/as demais trabalhadores/as urbanos e rurais. A relatora da Emenda Constitucional das Domésticas na Câmara, deputada Benedita da Silva (PT-RJ), comemorou dizendo que “É um dia emocionante, é um dia gratificante, é um dia em que estamos arrebatando as correntes desde a casa grande à senzala, desde a Lei Áurea, onde essas trabalhadoras e esses trabalhadores passam a ser reconhecidos, com os direitos iguais aos/às demais trabalhadores/as.” (Fonte: Agência Câmara de Notícias. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/noticias/399844-relatora-da-pec-das-domesticas-comemora-conquista-de-direitos/>). Somente em junho de 2015, no governo de Dilma Rousseff (PT), foi aprovada a Lei Complementar nº 150 que regulamentou os Direitos das/dos Empregadas/os Domésticas/os e os igualou aos/às demais trabalhadores/as. Para saber mais sobre a luta para garantir direitos às empregadas domésticas no Brasil, ouvir: Projeto Querino. Episódio 5. Os piores patrões. Disponível em: <https://open.spotify.com/episode/7AEaa78MtQBJc0ZkFdiM9u?si=w4X3V3LTDqfX3UC9WKwg>. Acesso em 27 dez. 2023.

<sup>326</sup> A pedagoga Nilma Lino Gomes conceitua preconceito racial “como um julgamento negativo e prévio dos membros de um grupo racial de pertença, de uma etnia ou de uma religião ou de pessoas que ocupam outro papel social significativo. Esse julgamento prévio apresenta como característica principal a inflexibilidade, pois tende a ser mantido sem levar em conta os fatos que o contestem. Trata-se do conceito ou opinião formados antecipadamente, sem maior ponderação ou conhecimento dos fatos” (GOMES, 2015, *op. cit.*, p. 54). O Preconceito “implica valorizar negativamente certos marcadores sociais de diferença e incluir neles uma análise moral” (SCHWARCZ, 2012, *op. cit.*, p. 76).

integração social do negro à sociedade moderna, que tinha, como já se afirmou, a ‘democracia racial brasileira’ como um ideal a ser atingido”<sup>327</sup>. Dentro dessa perspectiva, militantes negros argumentavam que a abolição se apresentava incompleta, uma vez que o segmento populacional negro continuava excluído das questões econômicas, sociais e culturais na sociedade brasileira, ou seja, o 13 de maio de 1888 não potencializou a existência negra. Tanto para a geração dos anos de 1930 (a FNB) quanto para a geração dos anos de 1940 (o TEN), seria necessária uma segunda abolição<sup>328</sup>. Provando a artificialidade do discurso da democracia racial produzido por intelectuais brancos e pelo Estado brasileiro, em 1951 foi aprovada a Lei 1.390/51 ou Lei Afonso Arinos<sup>329</sup>, que estabelecia como contravenção penal a discriminação de raça, cor e religião. Na análise de Schwarcz, esta lei, “ao punir o preconceito, acabava por confirmar sua existência”<sup>330</sup>.

Segundo Domingues, a Lei Afonso Arinos foi a primeira lei antidiscriminatória do Brasil e foi aprovada após o escândalo de racismo que envolveu a bailarina negra norte-americana Katherine Dunham, impedida de se hospedar num hotel em São Paulo<sup>331</sup>. Trazendo esta discussão para o contexto de Rosário do Sul, o Museu Municipal General Honório Lemes desta cidade, guarda em seu acervo fragmentos<sup>332</sup> que mostram o acionamento da Lei Afonso Arinos. O Jornal Zero Hora noticiou o que chamou de “onda racista”, na qual trazia mais um caso de racismo no interior do estado do Rio Grande do Sul.

ONDA RACISTA. Foi aberto inquérito, na Delegacia de Polícia de Rosário do Sul, devido a representação encaminhada pelos estudantes Ademir da Rosa Santos, Elizabeth Moura, Iolanda Moura Oliveira, Otacílio Rodrigues dos Santos e Ivete Rosa. Motivo: violação da Lei Afonso Arinos. Os estudantes, todos pretos, compareceram a um baile que se realizava no Clube Campestre de Rosário. Na entrada, nenhum obstáculo, depois foram chamados pelo srs. João de Deus Ortácio e Olivério Kich, presidente e vice-presidente daquela entidade recreativa, que os intimaram a se retirar do recinto, pois ali não se permite a entrada de pessoas de cor (só garçons). Foi-lhe dito, também, que se insistissem em permanecer o baile terminaria. Não é esse o primeiro caso de racismo registrado no interior do Estado, nos últimos tempos, não faz muito, episódio semelhante ocorreu em festa promovida pelo Esporte clube Rio Branco, da cidade de Santa Vitória do Palmar, e também em Bagé foi necessário abrir inquérito devido à violação pública da Lei Afonso Arinos<sup>333</sup>.

---

<sup>327</sup> GUIMARÃES, 2001, *op. cit.*, p. 18.

<sup>328</sup> *Ibidem*.

<sup>329</sup> Em 1989 a Lei Afonso Arinos foi atualizada pela Lei nº 7.716/89 – Lei Caó que passou a considerar o racismo como crime inafiançável e imprescritível. BRASIL. Lei Nº 7.716, de 5 de janeiro de 1989. Disponível em: < [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/17716.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/17716.htm)>. Acesso em: 15 out. 2022.

<sup>330</sup> SCHWARCZ, 2001, *op. cit.*, p. 52.

<sup>331</sup> DOMINGUES, 2007, *op. cit.*

<sup>332</sup> Sobre este caso, neste acervo é possível acessar recorte de jornais como: “Discriminação racial em Rosário: Estudantes fizeram representação” (A Plateia, - 19/06/1972); “Denúncia de racismo em Rosário do Sul” (Zero Hora – 21/06/1972); e “Onda racista” (Zero Hora – 29/07/1972).

<sup>333</sup> Jornal “Zero Hora” – 29/07/1972.

Aconteceu que, na noite de 8 de julho de 1972, no baile realizado na sede do Clube Campestre<sup>334</sup>, a jovem Elizabete Moura, que mais tarde, em 1975, seria eleita Miss Mulata Rosariense (APÊNDICE K), juntamente com duas amigas e dois amigos, provavelmente associadas/os do Clube União, sentiram na pele a discriminação racial e resistiram acionando a justiça, registrando a ocorrência na Delegacia de Polícia de Rosário do Sul. Nesta ocasião o delegado Francisco Alves da Cruz, após tomar ciência do crime, deu início às investigações, determinando a instauração do inquérito de ofício<sup>335</sup>. Nesse contexto, o direito ao lazer, o existir e o estar, foi negado às jovens negras e aos jovens negros da cidade de Rosário do Sul, demonstrando assim que os ideários de harmonia, democracia e igualdade continuavam distantes da realidade. Não obstante, a partir deste boletim de ocorrência a imprensa contribuiu para a visibilidade do racismo<sup>336</sup> ali existente e também da resistência a ele. Sobre o conceito de resistência, compactuo com a definição de Conceição Evaristo quando diz que “resistência não é só sonho. Resistência é prática”<sup>337</sup>, de Lucimar Felisberto quando enfatiza que “você é capaz de resistir quando não se deixa abater pelo racismo”<sup>338</sup> e Petrônio Domingues quando reforça que resistência é a “capacidade humana de insurgir”<sup>339</sup>. O segmento populacional negro rosariense segue resistindo e existindo para além do racismo.

Jurema Pinto Werneck observa que, ao longo do século 20, no Brasil “estavam em desenvolvimento as articulações que vão garantir a efetividade do dispositivo de racialidade, não apenas a partir das iniciativas eurocêntricas, como também através das respostas e resistências dos diferentes grupos negros”<sup>340</sup>. Nessa perspectiva, intelectuais negros como Abdias do Nascimento (1914-1995), Clóvis Moura (1925-2003), Eduardo de Oliveira e Oliveira (1924-1980), Lélia Gonzalez (1935-1994), Joel Rufino (1941-2015), Beatriz Nascimento (1942-1995), Hamilton Cardoso (1954-1999), entre outras/os, se uniam “seja por

---

<sup>334</sup> Na cidade de Rosário do Sul, o Clube Campestre foi fundado em 10 de novembro de 1962, com sede própria e nesta data contava com 1.320 associados. (Fonte: SILVEIRA, 1976, *op. cit.*, p. 91).

<sup>335</sup> Inquérito: 75/72. Natureza: Discriminação racial 15/08/1972, Classe II, Protocolo: série A, lv. 01, fls. 38. Processo arquivado em 05/08/1975. Acervo do Fórum da Comarca de Rosário do Sul - Poder Judiciário, 1ª Vara.

<sup>336</sup> Segundo Almeida, o racismo é um elemento que integra a organização social, econômica e política da sociedade brasileira (ALMEIDA, Silvio Luiz de. **Racismo Estrutural**. São Paulo: Sueli Carneiro: Editora Jandaíra, 2020). Também, por um lado, racismo é “um comportamento, uma ação resultante da aversão, por vezes, do ódio, em relação a pessoas que possuem um pertencimento racial observável por meio de sinais, tais como: cor da pele, tipo de cabelo, etc. Ele é, por outro lado, um conjunto de ideias e imagens referente aos grupos humanos que acreditam na existência de raças superiores e inferiores. O racismo também resulta da vontade de se impor uma verdade ou uma crença particular como única e verdadeira”. SILVA [et.al.], 2017 *op. cit.*, p. 99.

<sup>337</sup> SÉRIE RESISTÊNCIA NEGRA – TV Globo. Exibida pelo @globoplay na Semana da Consciência Negra/2023.

<sup>338</sup> *Ibidem*.

<sup>339</sup> *Ibidem*.

<sup>340</sup> WERNECK, 2007, *op. cit.*, p. 7

meio da denúncia das formas de preconceito e discriminação, seja pela construção de uma identidade coletiva, circunscrita na categoria negro”<sup>341</sup>. Assim, ressignificam a história brasileira no que se refere à experiência dos africanos e seus descendentes durante o período de escravidão, “reelaborada não apenas pela retórica da vitimização, pautada pelo sofrimento e a expropriação, mas também pela afirmação de formas e símbolos de resistência à dominação escravista”<sup>342</sup>, ganhando centralidade na construção de um repertório político figuras importantes como Zumbi dos Palmares. Dentro deste viés, em Porto Alegre/RS, foi criado o Grupo Palmares cujo objetivo principal era realizar estudos sobre a história e a cultura da população negra no Brasil. Inicialmente, este grupo realizou a semana de literatura Afro-brasileira na qual o poeta, militante da causa negra e cidadão rosariense, Oliveira Silveira (1941 – 2009), homenageou Zumbi dos Palmares lançando a base histórica para construção do Dia Nacional da Consciência Negra<sup>343</sup>.

### 2.1.2 Um olhar sobre a formação de Rosário do Sul

O tecido social do espaço desta pesquisa, município de Rosário do Sul, é plural. Foi inicialmente formado por grupos indígenas organizados em etnias diferentes, com culturas distintas. A partir do século 18, chegaram portugueses<sup>344</sup> e espanhóis trazendo com eles africanos e africanas que foram largamente escravizados e escravizadas exercendo tanto atividades urbanas como rurais. De acordo com Paulo Afonso Zarth<sup>345</sup>, o trabalho das escravizadas e dos escravizados nas estâncias se dividia em três categorias principais: doméstico na lida cotidiana de cozinhar, limpar, lavar, cuidar, etc; roceiro dedicado prioritariamente à agricultura; e campeiro dedicado aos trabalhos relacionados à lida com o gado. Nesta direção, Luís Augusto Ebling Farinatti observa que estudos mais recentes sobre o trabalho realizado por escravizados e escravizadas no Rio Grande do Sul, comprovam que eles e elas eram importantes nas estâncias “no próprio costeio do gado, nesse caso, ao lado de

---

<sup>341</sup> RIOS; RATTI, 2020, *op. cit.*, p. 471.

<sup>342</sup> *Ibidem*.

<sup>343</sup> Sobre o Grupo Palmares de Porto Alegre, entre 1971 e 1978, ver estudos realizados por: CAMPOS, Deivison Moacir Cezar de. **O Grupo Palmares (1971-1978): Um movimento negro de subversão e resistência pela construção de um novo espaço social e simbólico**. Dissertação (Mestrado em História). Programa de Pós-Graduação em História da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, 2006.

<sup>344</sup> “A ocupação da capitania do Rio Grande de São Pedro pelos súditos do rei de Portugal começou em fins da década de 1720 e as primeiras sesmarias foram doadas na década de 1730 para indivíduos que organizaram fazendas de criação de gado”. (SILVA, [et al.], 2017, *op. cit.*, p. 22).

<sup>345</sup> ZARTH, Paulo Afonso. **Do Arcaico ao Moderno: o Rio Grande do Sul Agrário do Século XIX**. Ijuí: Editora da Unijuí, 2002.

peões livres e não apenas em atividades acessórias, como os trabalhos de construções, serviços domésticos e da agricultura interna a essas unidades produtivas”<sup>346</sup>.

A partir de operações político-militares, funda-se povoados dando origem a municípios como Alegrete e, mais tarde, Rosário, dentre outros. Na percepção de Vera Lúcia Maciel Barroso, a ocidentalização do povoamento estava assentada na militarização: “a garantia estratégica de ocupação através de fortes, presídios, guardas e acampamentos militares, núcleos iniciais de muitos povoados e na concessão de sesmarias, a bem-sucedida política portuguesa de legalização das terras desocupadas na direção do oeste”<sup>347</sup>. Desse modo, “a ocupação rápida das vastas áreas de campo entre a depressão central e a fronteira sudoeste firmou a supremacia da pecuária extensiva sobre a agricultura”<sup>348</sup>. No final do século 18, o gado bovino passou a ser aproveitado para a fabricação do charque “e tinha por principal consumidor os escravizados e os livres pobres do Nordeste brasileiro, durante a maior parte do século 19. O principal centro produtor era a cidade de Pelotas, mas havia charqueadas também em Jaguarão, Rio Grande e Porto Alegre”<sup>349</sup>. Segundo Sandra Jatahy Pesavento, “a instalação da charqueada foi a inovação tecnológica fundamental, que forneceu ao Rio Grande do Sul o seu principal produto comerciável e elevou a rentabilidade da pecuária”<sup>350</sup>. Nesta perspectiva, Céli Regina Jardim Pinto afirma que

O Rio Grande do Sul, região tardiamente incorporada aos domínios portugueses na América do Sul, se integrou à colônia e, posteriormente, ao Brasil através de uma economia periférica, baseada na pecuária extensiva, que durante o império e os primeiros momentos da república era dirigida à produção de charque para o consumo interno do país, principalmente como alimento para escravos, antes da abolição. Posteriormente, já no século XX, com o surgimento dos frigoríficos estrangeiros, o Armour inaugurado em 1917 na cidade de Livramento<sup>351</sup> e o *Swift* em 1918 na cidade de Rio Grande, o gado começou também a ser vendido para a industrialização de carnes<sup>352</sup>.

Por cerca de 200 anos a indústria do charque movimentou a economia sul brasileira. No município de Rosário do Sul, evidencia-se uma forte concentração de riqueza nas mãos de

---

<sup>346</sup> FARINATTI, Luís Augusto Ebling. Nos rodeios, nas roças e em tudo o mais: trabalhadores escravos na Campanha Rio-grandense, (1831-1870). Comunicação submetida ao **II Encontro Nacional: Escravidão e Liberdade no Brasil Meridional**. Porto Alegre, 26 a 28 de out. de 2005, p. 2.

<sup>347</sup> BARROSO, Vera Lúcia Maciel. Povoamento e urbanização do Rio Grande do Sul: A fronteira como trajetória. In: WEIMER, Günter (Org.) **Urbanismo no Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Ed. Universidade. UFRGS/Prefeitura Municipal de Porto Alegre, 1992, p. 39.

<sup>348</sup> BARROSO, 1992, *op. cit.* p., 46.

<sup>349</sup> SILVA [et al.]. 2017, *op. cit.*, p. 23.

<sup>350</sup> PESAVENTO, 1980, *op. cit.*, p. 14.

<sup>351</sup> Como foi citado anteriormente, a Companhia Swift do Brasil S. A. instalou-se em Rosário/RS em 25 de março de 1917.

<sup>352</sup> PINTO, 2021. *op. cit.*, p. 13.

uma elite regional em que o maior número de estâncias pertencia às famílias Ortiz, Medina, Vasconcellos, Salles e Araujo<sup>353</sup> e, nessas, o maior contingente de trabalhadoras e trabalhadores era formado por sujeitas negras e sujeitos negros, na condição de livres ou escravizadas e escravizados, pontuando que se tratava de uma região de pecuária com forte presença escravista.

Segundo a escritora Mara Regina Miranda de Souza, o então administrador e presidente da Câmara Municipal da Vila de Nossa Senhora do Rosário, Amaro Gomes Souto “presidiu o Clube Abolicionista e, em 1884, no dia 15 de setembro, antecipando a Lei Áurea, declarou livres os escravos pertencentes aos seus habitantes”<sup>354</sup> no espaço territorial rosariense. Nesse mesmo ano teria ocorrido a “antecipação da abolição” nos municípios de Porto Alegre (07/09/1884), São Gabriel (10/09/1884), Bagé (28/09/1884), dentre outros do Rio Grande do Sul e demais províncias brasileiras.

Mas não tardou para que os beneficiados percebessem que, por influência das possibilidades de libertação contidas na Lei do Ventre Livre, a maioria das cartas exigia a prestação de serviços em troca da liberdade, por período que variavam, em média, entre três e sete anos<sup>355</sup>.

E ainda, ao acessar assentamentos de batismos no Acervo da Mitra Diocesana de Bagé/RS, constata-se que nos anos de 1884 e 1885 pessoas continuavam sendo escravizadas no município de Rosário<sup>356</sup>, evidenciando, portanto, que a antecipação não foi para todas e todos.

Em estudos que tratam dos anos finais da escravidão e do pós-Abolição em Porto Alegre, o historiador Paulo Roberto Staudt Moreira concluiu que a abolição antecipada foi uma forma de escravidão disfarçada, já que a maioria dos libertos de 1884 continuava a serviço do seu senhor em condições praticamente iguais às do cativo. Ao observar Cartas de Alforria registradas a partir de 1884, Moreira percebeu que se tratava de “verdadeiros contratos que indicavam as obrigações contraídas por ambas as partes, sempre ressaltada a

---

<sup>353</sup> COSTA, Alfredo R. da. (org.). **O Rio Grande do Sul** – Completo estudo sobre o Estado. Município de Rosário. Livraria do Globo, 1922. Vol. 2, Diário de Campo - 07/11/2022 e Entrevista com Dirceu Ramos Soares no dia 22 de fevereiro de 2022 em Rosário do Sul (RS). Dirceu é filho dos sócios Gabino Soares Barbosa e Gonçalina Ramos Soares. Também é sobrinho do sócio fundador da SRBUR - Almir Soares Barbosa. Dirceu foi 1º secretário (1973), sendo responsável pelo departamento de esportes (1981 – 1983) e (1995 – 1997) desta Sociedade.

<sup>354</sup> SOUZA, Mara Regina Miranda de. **Parlamento de Rosário do Sul**. Trajetória de 130 anos (1877 – 2007). Porto Alegre: Alcance, 2007, p. 34.

<sup>355</sup> SILVA [et al.]. 2017, *op. cit.* p. 49.

<sup>356</sup> Fonte: Assentamentos de Batismos: Livro 1b F: 57v; 1b F: 58; 1b F: 58v. Acervo da Mitra Diocesana de Bagé, RS.

continuidade da dependência do ex-cativo e a possibilidade de o senhor dispor do trabalho do contratado como uma mercadoria”<sup>357</sup>.

O historiador Tiago Rosa da Silva, que estudou as vivências e experiências associativas em Bagé/RS no pós-Abolição, observou que

A partir de uma análise mais acurada em outras tipologias de fontes, podemos constatar que a narrativa criada em Bagé acerca da abolição antecipada é errônea. Uma narrativa criada justamente para preservar nomes de sujeitos que outrora foram escravocratas, escrevendo uma história de heroísmo e bravura<sup>358</sup>.

A narrativa de “antecipação da abolição” também foi difundida no imaginário<sup>359</sup> da cidade de Rosário do Sul por escritores locais. Nesta perspectiva, é de fundamental importância pesquisar e visibilizar a presença, o protagonismo e as agências de pessoas negras tanto no mundo da escravidão como também no pós-Abolição e, desta forma, compreender o processo de construção de memórias, histórias e identidades locais.

No século 19, Alegrete<sup>360</sup> era o maior município pecuário da Campanha, principal zona de criação de gado da província do Rio Grande do Sul, na região de fronteira com a República do Uruguai. Sendo assim, ali se formava “um mundo de pecuária, de guerras recorrentes, de trabalho livre, de fronteira e de escravidão”<sup>361</sup>. A pecuária gaúcha inicialmente explorada de forma predatória foi sendo gradativamente substituída por atividades mais rentáveis como a produção do charque e a frigorificação da carne<sup>362</sup> e, conseqüentemente, possibilitando a fixação de populações no território.

---

<sup>357</sup> MOREIRA, Paulo Roberto Staudt. **Faces da Liberdade, Máscaras do Cativo**: experiências de liberdade e escravidão percebidas através das Cartas de Alforria – Porto Alegre (1858/1888). Porto Alegre: Arquivo Público do Estado: EDIPUCRS, 1996. (Coleção História, 12), p. 52.

<sup>358</sup> SILVA, 2018, *op.cit.* p.44.

<sup>359</sup> Sobre o conceito de imaginário, de acordo com Michel Maffesoli “[...] o imaginário de um indivíduo é muito pouco individual, mas, sobretudo grupal, comunitário, tribal, partilhado. O imaginário é determinado pela ideia de fazer parte de algo. Partilha-se uma filosofia de vida, uma linguagem, uma atmosfera, uma ideia de mundo, uma visão das coisas, na encruzilhada do racional e do não-racional”. (MAFFESOLI, Michel. O imaginário é uma realidade. (Entrevista). **Revista FAMECOS**, Porto Alegre, n. 15, p. 74-82, ago. 2001, p. 80).

<sup>360</sup> Alegrete: Invocação: Nossa Senhora da Conceição Aparecida. Desmembrado do município de Cachoeira. Início do povoamento da sede: 1817. Vila e sede de município: Decreto Regencial s/n. 9 de 25 de outubro de 1831. Instalação do município: 17 de fevereiro de 1834. Do grande município de Alegrete surgiram os municípios de Uruguaiana, Livramento, Departamento de Artigas (no Uruguai), Quaraí, parte de Rosário do Sul, parte de Bagé e parte de Manoel Viana. A Vila (Rosário) foi criada pela lei 1020 de 19.04.1876, desmembrada dos municípios de Alegrete e São Gabriel.

<sup>361</sup> FARINATTI, 2005, *op. cit.* p., 16.

<sup>362</sup> De acordo com Pascual Isoldi Pinkoski, “a existência de expressivos rebanhos de gado e a disponibilidade de mão de obra de baixo custo foram fatores que atraíram frigoríficos estrangeiros a implantar aqui os seus empreendimentos. Instalaram-se primeiramente na Argentina, ainda no século 19, depois no Uruguai, nos albores do século 20. Tão logo instalados na região do Prata, essas companhias passaram a exportar carne frigorificada para a Europa. Alguns anos depois, voltaram a sua atenção para o Rio Grande do Sul, muito embora a qualidade do gado aqui existente não se comparasse com a do platino; porém, como as condições do mercado

Para o geógrafo Paulo Roberto Rodrigues Soares, “as primeiras cidades gaúchas foram lugares de assentamentos das elites agropastoris, nas quais se produziram os primeiros lampejos de modernidade da civilização urbana, construindo ilhas num mar de ruralidade”<sup>363</sup>. A partir de 1824, em um processo de “ocupação e manutenção de território” e de “branqueamento”, os imigrantes europeus (alemães, italianos, portugueses, espanhóis, franceses, judeus, ingleses, poloneses, dentre outros) e seus descendentes também marcaram presença no território sul rio-grandense, provocando um aumento populacional e complexificando as relações sociais dentro deste.

O município no qual nasceu a Sociedade Recreativa Beneficente União Rosariense (Mapa 1 – Sede Municipal) passou por modificações no seu processo de formação política, econômica, social e cultural. O Mapa 1 representa a localização geográfica de Rosário do Sul em âmbito nacional, estadual e local no intuito de facilitar o entendimento sobre o universo investigativo e compartilhar informações e discussões no decorrer da tese.

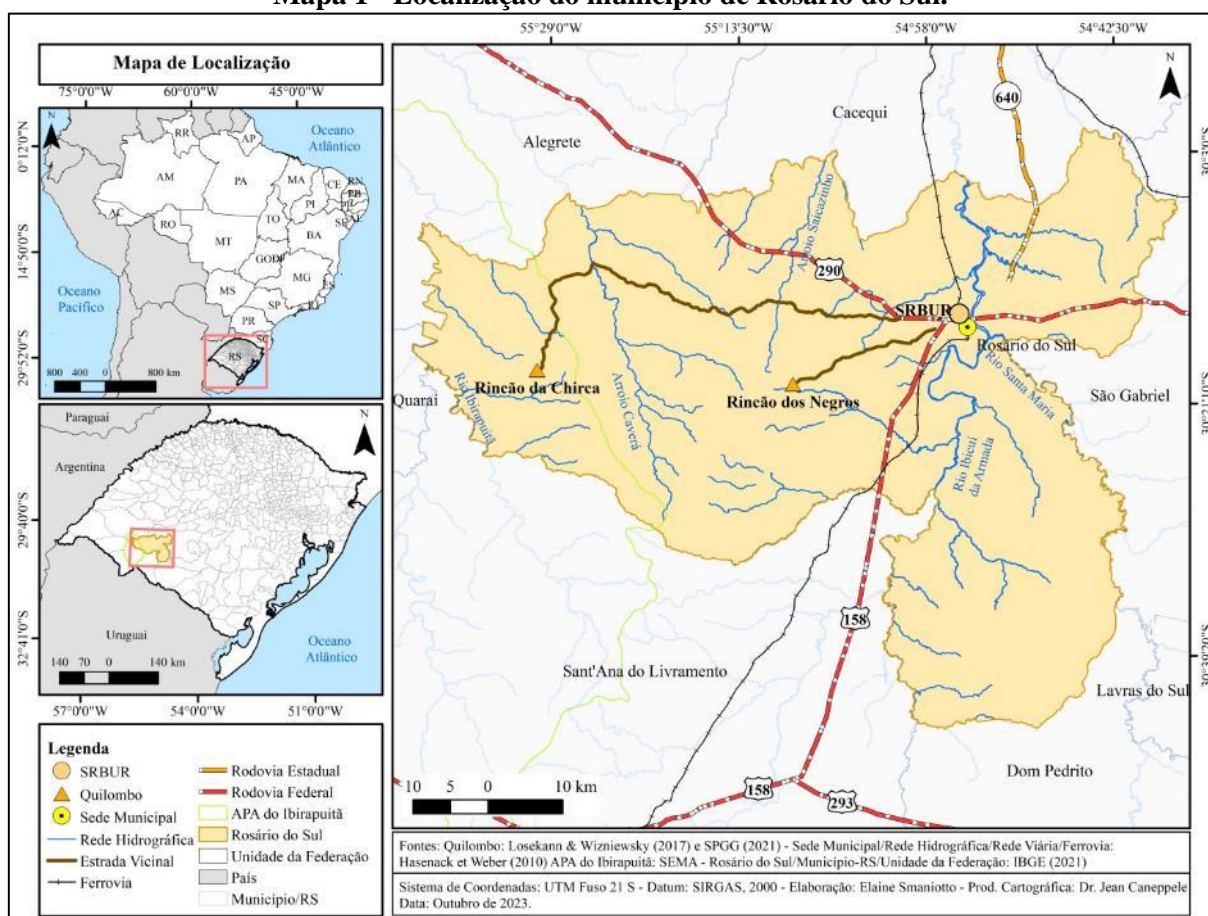
---

externo eram favoráveis à carne frigorificada em função da guerra na Europa, aqui se instalaram” (PINKOSKI, Pascual Isoldi. **Os primeiros frigoríficos do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2022, p. 10). Os investidores estrangeiros procuravam assentar empresas frigoríficas em locais onde a mão de obra e a matéria-prima fossem abundantes e baratas, ampliando suas áreas de atuação e seus lucros.

<sup>363</sup> SOARES, Paulo Roberto Rodrigues. Do rural ao urbano: Demografia, migrações e urbanização (1930 – 85). In: GOLIN, Tau. BOEIRA, Nelson (coord.) **República: da revolução de 1930 à Ditadura Militar (1930 – 1985)**. Passo Fundo: Méritos, 2007, p. 292.



**Mapa 1 - Localização do município de Rosário do Sul.**



Fonte: Elaborado pela autora (2023).

Os historiadores João José Reis e Flávio dos Santos Gomes<sup>364</sup> afirmam que nas Américas, onde existiu escravidão, existiu a resistência a ela. Como sugere Gomes, os quilombolas criaram “campos negros”<sup>365</sup> e uma intensa teia de transações comerciais. Produziam para si e comercializavam o excedente. Em Rosário do Sul (Mapa 1), negras e negros criaram campos de resistência e de existência tanto no espaço rural - Rincão da Chirca e Rincão dos Negros – como no espaço urbano - a Sociedade Recreativa Beneficente União Rosariense.

<sup>364</sup> REIS, João José, GOMES, Flávio dos Santos. **Liberdade por um Fio: História dos quilombos no Brasil**. São Paulo, Companhia das Letras, 1996.

<sup>365</sup> Flávio Gomes cunhou este termo numa tentativa de historicizar os grupos quilombolas sem perder de vista que eles faziam parte de uma rede de ideias e experiências de resistência à escravidão e projetos de vida em liberdade. GOMES, Flávio dos Santos. “O ‘Campo Negro’ de Iguaçu: Escravos, Camponeses e Mocambos no Rio de Janeiro (1812-1883)”. In: **Estudos Afro-Asiáticos**, n° 25, Rio de Janeiro, dezembro de 1993, p. 43-72. GOMES, Flávio dos Santos. **Histórias de quilombolas – mocambos e comunidades de senzalas no Rio de Janeiro – século XIX**, Rio de Janeiro, Arquivo Nacional, 1995.

A Comunidade Quilombola Rincão da Chirca<sup>366</sup>, localizada na Serra do Caverá, numa distância aproximada de 90 quilômetros do centro da cidade de Rosário do Sul (Mapa 1), está inserida na Área de Preservação Ambiental do Ibirapuitã<sup>367</sup>. No final do século 19, a região do Caverá era caracterizada por grandes estâncias detentoras de extensivas terras. Era frequente nas estâncias o trabalho realizado por pessoas escravizadas. Segundo pesquisas efetuadas por André de Oliveira<sup>368</sup>, Ana Rita Ilha Martins<sup>369</sup>, Marilse Beatriz Losekann e Carmen Rejane Flores Wizniewsky<sup>370</sup>, o primeiro morador do Rincão da Chirca, cujo nome é Crescêncio Nogueira Prates, foi criado como filho adotivo do casal Sebastião Nogueira Prates e Francina Prates. Crescêncio e sua esposa Júlia Machado de Oliveira tiveram 9 filhos, sendo três homens e seis mulheres. Atualmente, no Rincão, residem netos, bisnetos e tataranetos de Júlia e Crescêncio. Esta Comunidade possui uma área de 17,5 hectares, onde há cerca de 17 hectares de campo no qual são criados, de forma coletiva, os animais, sejam eles bovinos ou ovinos. Geralmente, nesta comunidade remanescente quilombola, as mulheres trabalham como donas-de-casa, com o manejo dos animais criados nas proximidades da moradia e ampliam a renda com atividades agroindustriais – o cuidado com a horta no cultivo de cebola, cenoura, couve, alho, alface; o cuidado com o pomar na plantação de figo, marmelo, laranja, bergamota, pêsego, goiaba e maçã; a produção de compotas, licores e doces, o beneficiamento da lã de ovelhas e a criação de galinhas. Já os homens trabalham em atividades agropecuárias. São mão-de-obra permanente ou temporária para os proprietários de grandes extensões de terra (estâncias) oferecendo seu trabalho em serviços especializados como changueiros, alambradores<sup>371</sup> ou peões de campo.

---

<sup>366</sup> Comunidade de Rincão da Chirca, localizada no município Rosário do Sul/RS, registrada no Livro de Cadastro Geral n.º 016, Registro n. 2.073, fl. 092 - processo nº 01420.013826/2013-83. (ANEXO C). Certidão expedida às Comunidades Remanescentes Quilombolas pela Fundação Cultural Palmares. Portaria nº- 61, de 20 de maio de 2014 e publicada no Diário Oficial da União em 21 de maio de 2014, nº 95, ISSN 1677-7042, p. 13.

<sup>367</sup> BRASIL. Criação da APA do Ibirapuitã. Decreto - Lei no 529, de 20 de maio de 1992. Declara como Área de Proteção Ambiental do Ibirapuitã, no Estado do Rio Grande do Sul, a região que delimita e dá outras providências. Disponível em [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/1990-1994/D0529.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1990-1994/D0529.htm). Acesso em 5 fev. 2023.

<sup>368</sup> OLIVEIRA, André de. **Rincão da Chirca** – Desenvolvimento e Etnogênese quilombola de uma comunidade do Pampa Brasileiro. Dissertação (Mestrado em Extensão Rural) - Programa de Pós-Graduação em Extensão Rural da Universidade Federal de Santa Maria, 2015.

<sup>369</sup> MARTINS, Ana Rita Ilha. **Mulheres quilombolas da pampa**: ancestralidade, negritude e resistência. Monografia (Graduação) - Curso de Desenvolvimento Rural e Gestão Agroindustrial, Unidade em Santana do Livramento, Universidade Estadual do Rio Grande do Sul, 2020.

<sup>370</sup> LOSEKANN, Marilse Beatriz. WIZNIEWSKY, Carmen Rejane Flores. Comunidade Tradicional na área de proteção ambiental do Ibirapuitã/RS: Territorialidades do Quilombo da Chirca. **VIII Simpósio Internacional de Geografia Agrária e IX Simpósio Nacional de Geografia Agrária** GT 2 – Comunidades tradicionais na luta por territórios. Curitiba, 1 a 5/11/2017.

<sup>371</sup> Um “Changador” é um “carregador, indivíduo que se incumbe de carretos, que se ocupa de fazer changas. Ganhador, Trabalhador por jornal”. Já um “alambrador” é uma “pessoa que faz alambrados [...], enquanto o “alambrado” é uma “cerca feita de arame para manter o gado nas invernações ou poteiros”. Ver em: NUNES,

A Comunidade Quilombola Rincão dos Negros<sup>372</sup>, na localidade Três Picadas, distante aproximadamente 30 quilômetros do centro da cidade de Rosário do Sul (Mapa 1), foi formada a partir de uma herança recebida por um filho do escravizado Gregório Paulo Ramos que trabalhava na Estância da Serra. “Gregório é referido como ancestral fundador da comunidade, mas além dele outras ex-escravizadas e outros ex-escravizados teriam ido residir na área doada. Esse foi o caso da Francisca Leal ‘negra mina’ e também ex-escravizada da Estância da Serra, que seria uma das esposas de Gregório”<sup>373</sup>. De acordo com um levantamento realizado em 2023, pelo Instituto de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMATER), nesta comunidade residiam 14 famílias descendentes de Gregório Paulo Ramos, Dirceu Boaventura Ramos, Francisca Leal e Teresa Leal. Recentemente, por meio de políticas públicas, neste território ocorreram investimentos como: instalação de energia elétrica nas residências, perfuração de poço artesiano de uso coletivo, rede de saneamento básico, dentre outros. Atualmente, a comunidade desenvolve atividades ligadas à agricultura e pecuária para o consumo próprio. As mulheres desenvolvem atividades diversas como: cuidados da casa, de crianças, de idosos e pessoas enfermas da família, trabalho na roça e no artesanato fazendo todo o processo de produção do fio de lã de ovelha, confeccionando bacheiros/xergões e cobertores, tornando-se potentes com recursos diminuídos. Já os homens prestam serviços em estâncias da região.

As comunidades negras rurais denominadas Rincão da Chirca e Rincão dos Negros, são entendidas como núcleos territoriais de resistência e de afirmação étnica que se constituíram no contexto de decadência do sistema escravista, a partir de heranças e recompensas por serviços prestados<sup>374</sup>. Se aquilombaram e desenvolveram práticas de

---

Zeno Cardoso; NUNES, Rui Cardoso. **Dicionário de Regionalismos do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre, Martins Livreiro, 1992. p. 105, 23 e 24. No Vocabulário Sul Rio Grandense, “Alambrador é a pessoa que se ocupa em fazer alambrados” e “Campo alambrado é o que está fechado por cercas de arame. Certa extensão de terreno cercado totalmente ou em parte por fios de arame ou muros de pedra, e onde são encerrados os animais de uma estância”. Ver em: CORRÊA, José Romanguera. **Vocabulário Sul Rio-Grandense**. Pelotas: Echenique & Irmão Editores. 1898, p. 14).

<sup>372</sup> Comunidade de Rincão dos Negros, localizada no município Rosário do Sul/RS, registrada no Livro de Cadastro Geral n.º 016, Registro n. 2.072, fl. 091 - processo nº 01420.013827/2013-28. (ANEXO D). Certidão expedida às Comunidades Remanescentes Quilombolas pela Fundação Cultural Palmares. Portaria nº- 61, de 20 de maio de 2014 e publicada no Diário Oficial da União em 21 de maio de 2014, nº 95, ISSN 1677-7042, p. 13.

<sup>373</sup> RUBERT, Rosane A. **Comunidades negras rurais do RS: um levantamento socioantropológico preliminar**. Porto Alegre: RS RURAL, ICA, 2005, p. 46.

<sup>374</sup> Trazendo o contexto de relações, segundo Farinatti, nas estâncias, trabalhadores/as escravizados/as formavam um “núcleo de mão-de-obra estável”. Este grupo “deveria prover ao menos parte do pessoal permanente dos maiores estabelecimentos, livrando assim, os seus senhores da inconstância apresentada pelos trabalhadores livres. Tais cativos, muitas vezes, formavam uma ou mais famílias. [...] A existência de famílias escravizadas parece ser um resultado tanto das estratégias dos senhores para diminuir o risco de fugas quanto dos/as próprios/as cativos/as, que aproveitavam esse interesse senhorial para conseguir estabelecer e manter laços familiares” (FARINATTI, Luís Augusto. Um campo de possibilidades: notas sobre as formas de mão-de-obra na

resistência na manutenção e reprodução de seus modos de vida característicos do lugar habitado e na condição que representa liberdade e vivências coletivas.

Segundo a historiadora Beatriz Nascimento, os “quilombos” podem ser considerados como “sistema social alternativo” organizado por pessoas negras e

a importância dos “quilombos” para os negros na atualidade pode ser compreendida pelo fato de esse evento histórico fazer parte de um universo simbólico em que seu caráter libertário é considerado um impulsionador ideológico na tentativa de afirmação racial e cultural do grupo.<sup>375</sup>

A partir de um olhar interseccional de raça e gênero, Marilea de Almeida, historiadora e psicanalista, observa que

No Brasil a ideia de Quilombo tem sido usada, há muito tempo, como uma ideia de símbolo de resistência negra e durante muito tempo este símbolo foi pensado nos termos do masculino, viril e guerra. Com a emergência das Comunidades Remanescentes Quilombolas e a luta pelas terras essa noção de Quilombo vem se transformando, ela vem se tornando feminina, porque na existência das Comunidades Quilombolas, sobretudo na constituição desta comunidade nos relatos de memórias sempre trazem uma mulher que era alguém que transmitia saberes e experiências das ervas, da espiritualidade, ou um modo de fazer na comunidade e ser quilombola não diz respeito a uma categoria jurídica, mas sim diz respeito com que se estabelece com o território e esta relação é natural, tem a ver com a transmissão da experiência, que se aprende nesta transmissão por meio das narrativas. E as mulheres vão aparecendo, saindo da invisibilidade<sup>376</sup>.

A guisa de conclusão, estes campos negros – as comunidades remanescentes quilombolas Rincão da Chirca e Rincão dos Negros e a Sociedade União Rosariense – podem ser olhados como lugares nos quais circulavam e circulam experiências de resistência e construção de projetos de liberdade. Como foi citado anteriormente, para Beatriz Nascimento, quilombo é mais que território geográfico, é simbologia, portanto, o aquilombamento é uma tecnologia ancestral na qual ocorre a junção de pessoas negras para reivindicar seu pertencimento, existência, proteção e cuidado. E, assim, continuar a luta por vida digna, autonomia, vivência cultural e cidadania. Destaco que ali as mulheres também foram e são protagonistas, ou seja, fizeram e fazem parte da dimensão coletiva na qual estão inseridas e potencializaram/potencializam estes territórios.

---

pecuária (Rio Grande do sul, século XIX). In: **História Unisinos/Centro de Ciências Humanas**. PPGH. Universidade do Vale do Rio dos Sinos. V. 7, n. 8. São Leopoldo: Unisinos, p. 272).

<sup>375</sup> NASCIMENTO, Beatriz. **Uma história feita por mãos negras: Relações raciais, quilombos e movimentos**. RATTs Alex (org.). Rio de Janeiro: Zahar, 2021, p. 109.

<sup>376</sup> ALMEIDA, Marilea. Café Filosófico | **Bell Hooks e a educação antirracista** | 28/05/2023. Disponível em: <[https://www.youtube.com/watch?v=Ds\\_nuc1Nkqo](https://www.youtube.com/watch?v=Ds_nuc1Nkqo)> Acesso em 27 ago. 2023.

O território que atualmente corresponde a Rosário do Sul (Mapa 1), parte dele inicialmente foi denominado como Passo do Rosário<sup>377</sup>; tratava-se de uma sesmaria<sup>378</sup> que, no ano de 1814, foi concedida a José Machado de Souza. Dentro da dimensão política e administrativa, este território pertencia ao município de Rio Pardo e, no início do século 19, foi incorporado ao município de Cachoeira do Sul. O Decreto Governamental de 25 de outubro de 1831 elevou a Capela Curada de Nossa Senhora da Conceição de Alegrete à categoria de Vila, foi desintegrado do município de Cachoeira e passou a denominação de Distrito do Caverá. Em 15 de dezembro de 1859, a Lei provincial n° 442, transferiu a freguesia de Nossa Senhora do Rosário para a margem direita do Passo do Saicã. Em 25 de novembro de 1867, a sede da freguesia, com a invocação de Nossa Senhora do Rosário, foi restabelecida no Passo do Rosário, com as mesmas divisas civis e eclesiásticas do 3° distrito de Alegrete.

Conforme Lei provincial n° 1020, em 19 de abril de 1876, o município foi emancipado<sup>379</sup>, desmembrado dos municípios de Alegrete e São Gabriel (Mapa 1). Em 10 de janeiro de 1939, a Vila de Rosário foi elevada à categoria de Cidade<sup>380</sup>. Aqui é importante evidenciar que Arsenio Severo Candido (na época com 22 anos) estava presente no ato solene de elevação de Vila para Cidade, que foi realizado no edifício do Fórum, no dia 10 de janeiro de 1939. Este ato contou com a participação de autoridades e convidados<sup>381</sup>. Arsenio Severo Candido foi presidente da Sociedade Recreativa Beneficente União Rosariense nos anos de 1957, 1958 e 1963 (APÊNDICE H), portanto, podemos perceber que os sócios da União buscavam criar canais de interlocuções com a sociedade civil e autoridades em geral.

A seguir apresento um quadro demonstrativo do número de habitantes dos municípios mais populosos da região da Campanha Sudoeste do estado do Rio Grande do Sul, bem como o percentual de crescimento populacional ocorrido em 50 anos, desde 1890.

---

<sup>377</sup> Prefeitura Municipal de Rosário do Sul. Disponível em: <https://www.rosariodosul.rs.gov.br/pagina/view/27/prefeitura-municipal-de-rosario-do-sul>. Acesso em 18 jan. 2024.

<sup>378</sup> O governo imperial dava concessões de lotes de terra com aproximadamente 13 hectares, destinados àqueles que se dispusesse a cultivá-lo. Essas concessões também tinham o objetivo de garantir o povoamento territorial. Ver OSÓRIO, Helen. **O império português no sul da América**. Porto Alegre: Ed. Da UFRGS, 2007, p. 87.

<sup>379</sup> ROSÁRIO DO SUL. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rs/rosario-do-sul/historico>>. Acesso em 6 nov. 2021.

<sup>380</sup> “Dando cumprimento ao Decreto-Lei Federal n° 311, o Governo Estadual baixou o Decreto n° 7199, de 31 de março de 1938, que estabeleceu normas para a efetivação das determinações do Governo Federal e fixou o quadro da divisão territorial administrativa e judiciária do Estado, no qual as sedes municipais já são consideradas cidades e os distritos, vilas” (RIO GRANDE DO SUL. Censos do Rio Grande do Sul, 1981, *op. cit.*, p. 43).

<sup>381</sup> SILVEIRA, Oliveira (Coord.). Elevação a cidade. In: **Rosário Centenário (1876 – 1976)**. Prefeitura Municipal de Rosário do Sul. 1976, p. 29.

**Quadro 1 - População Regional - Campanha Sudoeste do Estado do Rio Grande do Sul.**

Município	1890	1920	1940	Crescimento populacional (%) 1890 – 1940
Alegrete	16.250	27.000	38.949	139,69 %
Bagé	22.692	43.800	59.000	160,00%
Dom Pedrito	12.441	20.000	25.795	107,34%
Itaqui	7.870	13.000	16.564	110,47%
Santana do Livramento	17.167	30.000	47.414	176,19%
Quarai	8.333	15.000	17.118	105,42%
Rosário do Sul	9.431	22.000	23.783	152,18%
São Borja	15.958	28.500	29.694	80,08%
São Francisco (de Assis)	10.669	21.100	20.374	90, 96%
São Gabriel	20.046	28.000	40.995	104,50%
Uruguaiana	11.352	33.500	34.818	206,71%

Fonte: RIO GRANDE DO SUL (1981)<sup>382</sup>.

Especificamente sobre Rosário do Sul, o quadro mostra que em um período de 30 anos (entre 1890 e 1920) teve um significativo aumento populacional de 133,28 % e, em um período de 50 anos (entre 1890 e 1940), o aumento foi de 152,18%. Observando os municípios pertencentes à região da Campanha Sudoeste/RS de maior crescimento populacional, estão Uruguaiana, Santana do Livramento, Bagé e Rosário do Sul. Podemos concluir que um dos fatores que provocou o aumento do número de habitantes em Santana do Livramento e Rosário do Sul pode estar ligado à instalação das Companhias Armour e Wilson e da Companhia *Swift* do Brasil S. A. Em relação aos frigoríficos, de acordo com Pimentel,

Pelo Decreto nº 2.552, de 27 de abril de 1920, o Governo do Estado concedeu à Companhia Armour do Rio Grande do Sul, com sede na cidade de Santana do Livramento, o gozo de favores de que tratam as leis nºs 206, de 25 de novembro de 1916 e 223 de 23 de novembro de 1917. Visto ter ficado provado estar a referida companhia, desde aquela data, funcionando regularmente com as instalações e aparelhos necessários à conservação de seus produtos pelo frio ou outro processo equivalente<sup>383</sup>.

Sendo assim, a produção de charque, carnes frigorificadas, banha e conservas demandava um número significativo de trabalhadoras e trabalhadores então, muitas e muitos migraram para estas cidades em busca de empregos e melhores condições de vida. Porém, após a Segunda Guerra Mundial, os mercados externos foram se reestruturando e isso “levou os frigoríficos a reduzirem as atividades, vendendo ou desativando instalações e deslocando-

<sup>382</sup> RIO GRANDE DO SUL. **Censos do Rio Grande do Sul (1830 – 1950)**: De província de São Pedro a Estado do Rio Grande do Sul. Porto Alegre: FEE, 1981. p. 11, 14, 18, 22, 24, 25, 30, 94, 127, 128, 147 e 148. Disponível em: <http://cdn.fee.tche.br/publicacoes/digitalizacao/de-provincia-ide-sao-pedro-a-estado-do-rs-vol-1-1981.pdf>

<sup>383</sup> PIMENTEL, Fortunato. **Aspectos gerais de Sant’Ana do Livramento**. Porto Alegre: Livraria Continente, 1943, p. 216.

se para o centro do país, o que acarretou uma crise de desemprego em várias regiões”<sup>384</sup>. Em Rosário do Sul a alternativa para superar esta crise foi o cultivo e a produção de conservas de ervilhas e milho verde.

Pelo Decreto Lei nº 720, em 29 de dezembro de 1944, o nome do município de Rosário foi alterado para Rosário do Sul. De acordo com dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2022) a população é estimada em 36.630, sendo 87,97% vivendo no espaço urbano e 12,03% vivendo na zona rural. Atualmente o município possui uma área territorial de 4.343,656 km<sup>2</sup>, dividida em seis distritos e vinte comunidades/localidades, sendo duas reconhecidas como remanescentes de quilombolas: Rincão da Chirca e Rincão dos Negros.

Partindo do princípio de que o lugar “é fruto de processo de construção sociocultural, que é alcançado através da relação entre as pessoas, suas ações, representações, rituais e práticas”<sup>385</sup>, percebe-se que Rosário do Sul foi construído por sujeitos de diversas etnias e todos tem direito à visibilidade e à historicidade, porém, esse direito ainda não se efetivou plenamente. De acordo com o historiador Paulo Roberto Staudt Moreira:

Se existe uma palavra que ainda nos dias de hoje parece acompanhar como uma assombração a questão do negro em geral (e do escravo em particular) na historiografia produzida no Rio Grande do Sul, essa é a invisibilidade. Essa é a histórica realidade de uma porção sempre considerável da população do Brasil meridional que, ambigualmente, estava presente nas estatísticas coloniais e imperiais, porém encontrava-se em situação ironicamente transparente para os historiadores<sup>386</sup>.

No entendimento da pesquisadora Ilka Boaventura Leite “a invisibilidade do negro é um dos suportes da ideologia do branqueamento [...]. A invisibilidade pode ocorrer no âmbito individual, coletivo, nas ações institucionais e nos textos científicos”<sup>387</sup>. No Brasil meridional milhares de mulheres negras e homens negros viveram e vivem “desafiando a invisibilidade que os cobriu por décadas”<sup>388</sup>. Conforme Magna Lima Magalhães (*et al.*):

---

<sup>384</sup> PINKOSKI, 2022, *op. cit.*, p. 95.

<sup>385</sup> VENDRAME. 2023, *op. cit.*, p. 213.

<sup>386</sup> MOREIRA, 2011, *op. cit.*, p. 38.

<sup>387</sup> LEITE, Ilka Boaventura. **Negros no sul do Brasil: invisibilidade e territorialidade**. Florianópolis, SC: Letras contemporâneas, 1996, p. 41.

<sup>388</sup> MOREIRA, 2011, *op. cit.*, p. 38.

O processo de exclusão e invisibilidade das populações negras tem sido historicamente confrontado e colocado em xeque, seja pelo modo de vida dessas populações, através de suas associações e manifestações culturais, de suas formas de sociabilidade e de afirmação étnica, seja pela luta política protagonizada pelo movimento negro, ou, ainda, pela disputa que ocorre no plano das ideias e dos conceitos, presente no espaço acadêmico e nos movimentos sociais<sup>389</sup>.

Principalmente no pós-1888, a sede da Vila de Rosário concentrava um crescente contingente de trabalhadoras negras e trabalhadores negros que buscavam, na vida urbana, um meio de afirmar seus espaços de liberdade. Por mais que, ao mesmo tempo, também chegassem ao povoado trabalhadores imigrantes de origem europeia em movimento alimentado pelas campanhas e estímulos ao processo de branqueamento da população brasileira, no final do século 19 e na primeira metade do século 20, era marcante a presença negra nesta Vila (Quadro 7). É fundamental destacar que pessoas negras eram trabalhadoras no contexto escravista e não deixaram de ser após a Abolição, e, além do trabalho, estavam criando sociedade recreativa, blocos carnavalescos, escolas de samba, times de futebol, centros religiosos de matriz africana e comunidades remanescentes quilombolas. Dessa forma, estabeleciam e organizavam redes de solidariedade e diferença, como está sendo evidenciado neste estudo.

### 2.1.3 Fontes para compreender um existir coletivo negro

A historiadora Sandra J. Pesavento já dizia que “sem a presença da marca de historicidade – a fonte, o traço, o registro, o indício objetivo de alguém ou algo que teve lugar no passado -, não há trabalho histórico possível”<sup>390</sup>. Também as pesquisadoras Simona Cerutti e Isabelle Grangaud entendem que “as fontes são ações dotadas de intencionalidades [...], introduzem de maneira inerente o seu contexto de origem e, de fato, são elas mesmas a ‘contextualização’ de tópicos ou problemas a ser, então, decifrados em sua capacidade de qualificar o objeto, assim, trazido por elas”<sup>391</sup>. Nessa perspectiva, a pesquisa de doutoramento que aqui se apresenta tem o propósito de visibilizar experiências até então encobertas por

---

<sup>389</sup> MAGALHÃES, Magna Lima. [et. all.] Era um hino de fábrica apitando: a memória do trabalho negro na cidade de Novo Hamburgo (RS), Brasil. **Etnográfica**, Revista do Centro em Rede de Investigação em Antropologia – Portugal. v. 17, n. 2, p. 269-291, junho de 2013, p. 271.

<sup>390</sup> PESAVENTO, Sandra Jatahy. O corpo e a alma do mundo. A micro-história e a construção do passado. In: **História Unisinos**, PPGH da Universidade do Vale do Rio dos Sinos. V. 8, n.10. São Leopoldo: Unisinos, 2004, p. 181.

<sup>391</sup> CERUTTI, Simona; GRANGAUD, Isabelle. Fontes e Contextualizações: Comparando instituição e do norte africano e oeste europeu do século XVIII. In: VENDRAME, Maíra Ines. KARSBURG Alexandre (orgs.). **Territórios da história: o micro, o local e o global**. São Paulo: Alameda, 2023, p. 85.



marcadores sociais como raça, gênero, classe, dentre outros, e evidenciar uma experiência associativa que ainda não foi contemplada pela historiografia local/regional<sup>392</sup>. Desse modo, busco destacar as agências e o protagonismo de sujeitas negras e sujeitos negros e, assim, contar para não esquecer, ressignificar e construir novas histórias nas quais mostram estratégias para resistir/existir e assegurar o direito de ter direitos.

Documentos/fontes históricas que comprovam a existência de um associativismo negro e revelam seus princípios, seus objetivos e seus ordenamentos são os Estatutos e as Atas, fontes que foram produzidas e estão situadas em “um contexto específico que as molda ao mesmo tempo em que é moldado por elas”<sup>393</sup>. Um primeiro vestígio sobre o Estatuto que regia a Sociedade Recreativa União Rosariense está presente no Livro Ata nº 1. Ali está narrado o primeiro encontro dos sócios fundadores, organizado por Almir Soares Barbosa (ANEXO B). No dia 1º de março de 1915, foi realizada a leitura do primeiro Estatuto e discutidos todos os seus capítulos e parágrafos que diziam respeito à efetivação da matrícula dos sócios. Na sequência das Atas é visível a discussão sobre a importância de conhecer e seguir o regulamento ali estabelecido. Inclusive na Ata datada de 21/09/1919 consta que “os Estatutos foram impressos” para mostrar para outras Sociedades quando julgasse conveniente. Em Ata datada de 06/03/1920, podemos perceber que uma comissão de associados foi formada para revisar aquele documento que regulamentava os primeiros anos da Sociedade.

Outro vestígio que nos informa sobre este existir coletivo negro é o protocolo de registro da entidade Sociedade Recreativa União Rosariense que em 18 de dezembro de 1925 foi lavrado no Livro de nº 1 de Registros de Sociedades Civas o primeiro estatuto desta agremiação<sup>394</sup>. Porém, este livro está, aparentemente, desaparecido. Não foi encontrado no Tabelionato da Comarca de Rosário do Sul (RS) e nem na Comarca de São Gabriel (RS). Deste documento só restaram fragmentos colados no primeiro livro de Atas da Sociedade. A partir destes fragmentos lemos que, após dez anos de fundação da Sociedade Recreativa União Rosariense, foi efetuado o seu registro na Comarca de Rosário, tendo como apresentante Romário Lopes, então presidente da Associação. O documento foi assinado pelo oficial Augusto Domingues Leitão e trazia as seguintes informações:

---

<sup>392</sup> Segundo Fernanda Oliveira, histórias de mulheres negras e de homens negros fornecem elementos para que possamos escrever uma História do Brasil capaz de se deslocar do eixo Rio-São Paulo-Salvador, sobretudo quando o propósito é atentar para a História negra no sul do país. (OLIVEIRA, 2023, *op. cit.*)

<sup>393</sup> CERUTTI; GRANGAUD, 2023, *op. cit.*, p. 85.

<sup>394</sup> Fonte: Livro A nº 1 de Protocolo, folha 58 sob nº de ordem 927. Registros de Sociedades Civas. Acervo de Registro Civil das Pessoas Jurídicas e Registro de Imóveis da Comarca de Rosário do Sul, RS.

A **finalidade da associação** era promover bailes e outros divertimentos nesta vila de Rosário, na Rua Voluntários da Pátria. **Tempo de duração:** Não tem tempo limitado. **Fundo social e sua aplicação:** Presentemente trezentos mil reis (3000.000) que serão aplicados na aquisição de um terreno para nele construir o edifício próprio para a sua sede e em bailes anuais[...]. **Modo pelo qual é administrada e representada em juízo e suas relações para com terceiros:** Por uma diretoria eleita anualmente composta de presidente, vice-presidente, 1º secretário, 2º secretário, tesoureiro, 1º procurador, 2º procurador, orador e um diretor de mês e representada por sua diretoria. **Respondem ou não os associados subsidiariamente, pelas obrigações que contraírem seus representantes em nome da sociedade:** Não respondem os associados. **Nome dos membros da diretoria:** Presidente – Almir Soares Barbosa; Vice Presidente – Inácio F. da Costa; Tesoureiro – José Percílio da Rosa; Secretário – João Manoel Vianna; Diretor – Antonio da Silveira; Procurador – Manoel M. dos Santos; Orador – Leandro Giordano<sup>395</sup>.

A Ata, datada em 5 de outubro de 1931, copia trechos de um dos Estatutos da Sociedade Recreativa União Rosariense:

Artigo 1º - só pode fazer parte desta sociedade as pessoas de descende comportamento e que saibam respeitar as leis da boa educação.

Artigo 2º - Todo o cidadão que for apresentado para sócio e for aceito, ficará sujeito a pagar a joia de dez mil reis e a mensalidade de dois mil reis a contar do mês de sua entrada.

Artigo 3º - Fica esta sociedade constituída e composta por uma comissão de interventores que todos os sócios serão obrigados respeitar e quem não o fizer será eliminado.

Artigo 4º - Todos os sócios ficarão obrigados a comparecerem cada dia 1º de cada mês na sessão que se realizará as 8 h da noite para retirar seus recibos e quem não pagar por mais de 3 meses sem motivo justificado será eliminado<sup>396</sup>.

Exigindo o compromisso e a responsabilidade de todos, o secretário Polycarpio Camargo registrou em Ata, datada de 3 de outubro de 1936, a criação de mais uma norma para que todos os associados e as associadas comparecessem às reuniões da agremiação. “Quem faltar e não justificar, será multado no valor de 1 mil réis”. Em 1938, o então secretário Fabiano Manoel Pereira registrou em Ata que o valor da multa por ausência foi reajustado para 2 mil réis.

Na década de 1930, o Estatuto que estava em vigor foi novamente discutido em assembleia geral e ajustado. Em um dos artigos da nova regulamentação consta que “não é permitida a entrada de particulares nesta sociedade e serão eliminados os sócios que não estiverem dentro da lei”. Aqui se entende como “particulares” as pessoas não associadas a esta agremiação, ou ainda, não convidadas para ocasiões especiais e eventos promovidos pela

---

<sup>395</sup> Ofício de Registro de Títulos e Documentos e Pessoas Jurídicas da Comarca de Rosário do Sul (18/12/1925) anexado no Livro de Atas nº 1 da Sociedade Recreativa União Rosariense. Grifos meus.

<sup>396</sup> Sociedade Recreativa União Rosariense. Ata 05/10/1931.

Sociedade União. Em 01 de junho de 1939, o então presidente Almir Soares Barbosa recebeu o novo Estatuto, e, nesse dia, a assembleia discutiu e aprovou a entrega de uma cópia impressa do documento para cada associado e associada a fim de que todos e todas tivessem acesso às normas que regiam a agremiação.

Como se pode verificar pelas informações encontradas em Atas, o Estatuto da associação negra era constantemente revisado e atualizado. No Livro A-1 de Pessoas Jurídicas às folhas 22 sob o nº 32 em 4 de junho de 1958 e publicado no Diário Oficial do Estado do Rio Grande do Sul em 17 de setembro de 1958, encontra-se o Registro do Estatuto da Sociedade Recreativa Beneficente União Rosariense com o seguinte teor:

A Sociedade Recreativa Beneficente União Rosariense em substituição a antiga Sociedade Recreativa União Rosariense, tem por finalidade proporcionar aos seus sócios recreação e benefícios de ordem como econômica e assistencial: Terá por sede e foro desta cidade de Rosário do Sul e se regerá pelas normas do presente estatuto<sup>397</sup>.

Ao longo da trajetória deste associativismo é possível perceber que os estatutos, documentos lavrados em cartório e assim validados, foram produzidos por membros da agremiação. O Estatuto registrado em cartório em 1925 foi elaborado em um contexto no qual a liberdade coletiva começava a ser vislumbrada e se incorporava dentro de um projeto de cidadania, sociabilidade e solidariedade. O Estatuto registrado no Livro A-1 em 04/06/1958 (ANEXO E) inicialmente apresenta a troca da nomenclatura desta agremiação bem como sua finalidade. Na sequência, observa-se uma divisão em 7 capítulos e 43 artigos. Ele está dividido em seções e cada uma delas contém as seguintes informações, as quais assim sumariizei: Capítulo I: Os pré-requisitos para serem admitidas/os, o que a sociedade deveria proporcionar, as regras de eliminação de sócios mediante infrações, mensalidades de associados; Capítulo II: O acesso a cargos da diretoria, direitos e deveres de cada um dos 10 cargos, data de posse e o período de gestão; Capítulo III: Assembleia Geral, sua formação, tipos de sessões, convocações e eleição de diretoria (não aparece a classificação de eleição para a Ala Feminina); Capítulo IV: Direitos e deveres dos sócios; Capítulo V: As 4 categorias de sócios; Capítulo VI: Dos Convites para não sócios e visitantes, presença de biblioteca, jogos de salão e copa (botequim); Capítulo VII: Fundo social, nomes dos componentes da

---

<sup>397</sup> Estatuto da Sociedade Recreativa Beneficente União Rosariense. Ofício de Registro de Títulos e Documentos e Pessoas Jurídicas da Comarca de Rosário do Sul. Livro A- 1 de Pessoas Jurídicas fls. 22, nº 32 em 4 de junho de 1958.

primeira diretoria (1915) e da diretoria atual (1957) e destino do patrimônio em caso de dissolução desta Sociedade.

No entendimento de José Francisco Guelfi Campos,

antes de se tornarem peças de interesse para os pesquisadores, os documentos cumprem um ciclo vital imbricado nas engrenagens dos negócios da entidade de que se originam. Servem primeiro como prova de obrigações e de ações juridicamente relevantes, para só depois, então, passarem à condição de testemunho da trajetória, dos usos e dos costumes dos grupos sociais<sup>398</sup>.

Nesse sentido, a função dos Estatutos era regulamentar um espaço de sociabilidade, assim como as Atas de reuniões/assembleias, fichas de associadas, associados e outros documentos, sendo estes mecanismos necessários para registrar os assuntos discutidos e outras demandas da rotina e do cotidiano vivenciado dentro do associativismo. Atualmente, estes documentos são importantes fontes históricas que oferecem indícios da vivência associativa negra.

Ressalto que foi um grande desafio ler as 483 Atas correspondentes aos anos de 1915 até 1941 e de 1959 até 1965, redigidas por dezenas de secretários (APÊNDICE H) com grafias variadas, indo de ótimas até as indecifráveis. Neste material, algumas folhas estavam rasgadas, outras arrancadas ou fora da ordem cronológica e páginas em branco. Pontuando que um dos livros de Atas da Sociedade União está desaparecido, ficando uma lacuna de 16 anos (1942 até 1958) daqueles escritos. O acesso às experiências de associadas e associados tem sido possibilitado pelos registros realizados pelos homens, que apenas nas entrelinhas é possível encontrar indícios da atuação de mulheres (assunto que será discutido no próximo capítulo). Como exceção, nos anos de 1963 até 1965, em livro separado<sup>399</sup>, estão algumas Atas da Ala Feminina da Sociedade Recreativa Beneficente União Rosariense, portanto, foi escrito por mulheres.

Aqui é importante explicar por que muitos documentos e “escrevivências”<sup>400</sup> do Acervo da Sociedade Recreativa Beneficente deixaram de existir ou sofreram alterações. No início do século 21, essa agremiação negra passou a enfrentar diversas dificuldades financeiras. O prédio no qual estava o Acervo e os bens materiais da SRBUR, foi interditado pelo corpo de bombeiros no ano de 2002 e em 2003, depois de cumpridas as exigências de

---

<sup>398</sup>CAMPOS, José Francisco Guelfi. Arquivos e memória: elementos para o debate sobre uma relação controversa. **Escrita da História**, Ano II, vol. 2, n. 4, set./dez. p. 100 – 119, 2015, p. 103.

<sup>399</sup> Este livro pertence ao Acervo Pessoal de Ubirajara Oliveira Ramos. Ubirajara é filho dos sócios Francisco Pinheiro Ramos e Leczy Oliveira Ramos. Enquanto músico animava festas na SRBUR. No ano de 1969 fez parte da diretoria desta agremiação na função de diretor.

<sup>400</sup>DUARTE, Constância Lima, NUNES, Isabella Rosado. (orgs). **Escrevivência**: a escrita de nós: reflexões sobre a obra de Conceição Evaristo. 1. ed. Rio de Janeiro: Mina Comunicação e Arte, 2020.

prevenção de incêndio a sede foi desinterditada. Em um grande esforço conjunto, no ano de 2005, a Sociedade foi reconhecida como de “Utilidade Pública” conforme a lei municipal nº 2506 de 22 de março de 2005, seguindo assim com suas atividades recreativas e beneficentes. Porém, essa agremiação sofreu uma reclamação trabalhista, e o prédio foi penhorado, levado à leilão público em 2007 e, por fim, arrematado. Desde então, muitas tentativas políticas, judiciais e sociais foram realizadas para reaver a sua sede própria, porém, até o momento, não foram exitosas. A agremiação possui junto a Receita Federal do Brasil a situação cadastral “INAPTA” desde 28 de setembro de 2018<sup>401</sup>. Essa e muitas outras Sociedades no Rio Grande do Sul tiveram suas atividades encerradas. Diante da perda da sede (2007), o Acervo, os móveis e demais bens da instituição foram armazenados em uma sala da Escola Municipal de Ensino Fundamental Agrícola de Rosário do Sul. Porém, as condições não eram as mais adequadas e, com o passar dos anos, o material foi se deteriorando ou sendo saqueado. Para evitar a perda total, membros da última diretoria resgataram a documentação que ainda restava e organizaram as Atas de diretoria e assembleia geral em seis livros encadernados. Nestes livros não consta termo de abertura e encerramento, nem páginas numeradas.

Sobre a produção das Atas, os secretários tinham a função de registrar em ordem cronológica, transformar em texto/narrativas, as discussões das sessões deliberativas (discussão e votação), extraordinárias (mediante convocação) e solenes (comemoração ou homenagem especial). Desta forma, as Atas acabaram criando uma memória do grupo entre suas expectativas, atendimento de solicitações ou reprovações e agências.

Na leitura das Atas das reuniões de diretorias e assembleias gerais é possível perceber que geralmente elas eram: iniciadas com o nome da Sociedade, a data da sua produção ou sessão. Em seguida, apresentavam o número legal de sócios/as no momento da sessão descrita. O secretário realizava a leitura da Ata anterior e ocorria a discussão de assuntos registrados na Ata anterior, aprovação e assinatura da Ata anterior. Na sequência, era explanado o assunto do dia, observação sobre quem estava ausente na reunião, encaminhamento de multa para quem tinha faltado e não justificado, leitura de ofícios recebidos e discussão dos mesmos, decisões sobre eliminações de associadas e associados, pedidos de eliminações, chamada para efetuar o pagamento da mensalidade. Muitas vezes eram apresentadas/os novas/os sócias/os que eram “julgadas/os”, podendo ser aceitas/os ou não pela assembleia.

---

<sup>401</sup> SOCIEDADE RECREATIVA BENEFICENTE UNIÃO ROSARIENSE. Disponível em: <<https://brasilcnpj.org/rs/rosario-do-sul/sociedade-recreativa-beneficente-uniao-rosariense-95284295000181>> Acesso em 10 jan. 2022

Nas Atas podemos ler também sobre homenagens póstumas, falecimentos, planejamentos de festas, receitas e despesas, negociações entre a diretoria masculina e a feminina, processos de eleições da diretoria geral (masculina) frequentemente realizados no mês de abril, indicações de título de sócia remida e sócio remido. Era frequente aparecer no final da narrativa um “momento democrático” da sessão: “o senhor presidente cede a palavra a quem se interessasse a usá-la e como todos se achavam satisfeitos o senhor presidente deu por encerrada a seção”. A Ata era finalizada com o local, a data e assinatura do secretário e demais presentes<sup>402</sup>.

Devido à falta de outras fontes como relação de nomes ou livro/fichas de integrantes desta agremiação, é difícil precisar o seu número exato de associadas e associados. Com base em Atas das primeiras sessões realizadas no ano de 1915, é possível observar somente 17 nomes masculinos participando das atividades da Sociedade União, sendo que no início das narrativas consta que ali estavam presentes “sócios e sócias”. Na Ata datada de 01 de setembro de 1936, consta que a Sociedade possuía 86 homens associados. De acordo com as informações contidas no livro “Rosário Centenário (1876 -1976)” coordenado por Oliveira Silveira, no ano de 1976 a Sociedade Recreativa Beneficente União Rosariense, entre homens e mulheres, contava com 377 associados/as. Na obra “Histórias de um Rosário Antigo” de autoria do jornalista José Carlos Nunes de Oliveira, consta que a Sociedade União, “em seu auge tinha aproximadamente 900 sócios e sócias atuantes e exclusivamente negros/as, mas com o passar dos anos, abriu suas portas, também, para as pessoas de todas as raças e etnias”<sup>403</sup>.

Para fazer parte desta Sociedade, primeiramente a pessoa tinha que ser apresentada por uma associada ou um associado, passar por um processo de avaliação e, se aceita, deveria conhecer e respeitar os estatutos. O professor Ataídes Rodrigues dos Santos explica que

Um sócio apresentava um sócio novo. Então chegava alguém na cidade para trabalhar no Fórum, na Delegacia de Polícia, na Brigada Militar, no Banco. Aí alguém que conhecia ele levava em uma sessão da diretoria e apresentava. “este é o fulano de tal, está trabalhando em tal lugar, quer ser sócio do clube” Então todos tinham que ser apresentados. Quem convidava já sabia das normas. Geralmente o novo sócio era aceito. [...] Era feito uma ficha de sócio (Figuras 2, 3 e 4). Ali era colocado os seus dependentes, esposa, filhos<sup>404</sup>.

---

<sup>402</sup> Geralmente a assinatura era realizada na semana seguinte. Importante observar que raríssimas vezes constavam assinaturas das mulheres, como será apresentado no próximo capítulo desta tese.

<sup>403</sup> OLIVEIRA, José Carlos Nunes de. **Histórias de um Rosário Antigo**. Porto Alegre: Gráfica Universitária Ltda, 2015, p. 96.

<sup>404</sup> Entrevista com Ataídes Rodrigues dos Santos no dia 21 de fevereiro de 2022 em Rosário do Sul (RS).

Cruzando fontes orais e escritas, no atual Acervo da Sociedade Recreativa Beneficente União Rosariense, constam 128 fichas de associados e nenhuma de associadas. Dentre elas selecionei apenas três (Figuras 2, 3 e 4) para evidenciar a organização desta agremiação e o que consideravam importante registrar sobre cada sócio.

**Figura 2 - Ficha do associado Maurício Gonçalves – década de 1930.**

SOCIEDADE RECREATIVA UNIÃO ROSARIENSE

Nome Maurício Gonçalves

Idade Nascido em 22 de Setembro de 1910.

Nacionalidade Brasileiro.

Estado Civil Casado. (Remido.)

Profissão Sapateiro.

Residência Rua Marechal Floriano Peixoto, nº59.

Presidente [Assinatura] Secretário [Assinatura]

Fonte: Acervo da Sociedade Recreativa Beneficente União Rosariense.

**Figura 3 - Ficha do associado José Malaquias de Souza – década de 1950.**

SOCIEDADE RECREATIVA BENEFICENTE UNIÃO ROSARIENSE

NOME DO SÓCIO - JOSÉ MALAQUIAS DE SOUZA - CONTRIB. Nº 210

DATA DO NASC. 27/6/1.939 - DEP. -

NOME DA ESPOSA - Solteiro

Endereço - Pensão Dna. Edy - Vila Monte

[Foto]

Fonte: Acervo da Sociedade Recreativa Beneficente União Rosariense.

**Figura 4- Ficha do associado Belarmino Soares dos Santos – década de 1960.**

SOCIEDADE RECREATIVA BENEFICENTE UNIÃO ROSARIENSE - ROSÁRIO DO SUL

NOME DO SÓCIO: Belarmino Soares dos Santos (Sócio efetivo)

DATA ADMISSÃO 28/6/69 Nº 152 Nº DEP. 8

NOME DA ESPOSA Vivaldina Soares dos Santos

ENDEREÇO Vila Swift.

DEPENDENTES

Maria Irene - José Neri - Sirlei - Iracema -  
José Carlos - Maria Madalena - Sônia Maria -  
Julio.

[Foto]

Fonte: Acervo da Sociedade Recreativa Beneficente União Rosariense.

De acordo com o Artigo 1º do Estatuto registrado em cartório em 04 de junho de 1958, a nova sócia e o novo sócio deveria ser “pessoa de descende comportamento e que saiba respeitar as leis de boa educação”. Também deveria pagar a joia, espécie de taxa de adesão que servia de receita à associação, e a mensalidade a contar da data de sua entrada, portanto, é provável que muitas negras e muitos negros rosarienses não aderiram ou não tiveram condições financeiras para se associarem. Segundo o mesmo documento, a sócia e o sócio que fosse julgada/o pela Comissão de Sindicância como infrator/a do artigo 1º seria eliminado/a e só poderia fazer parte novamente da Sociedade quando justificasse as infrações até três meses depois de sua eliminação, tendo que pagar nova joia e a quantia que ficasse devendo anteriormente. Também pontua que “os sócios que faltarem os pagamentos de suas mensalidades por mais de três meses sem motivos justificados que a Assembleia Geral reconheça legal importará na sua eliminação”<sup>405</sup>. Este estatuto registrado em cartório não discriminava a cor/raça como critério de filiação<sup>406</sup>, porém, por meio das narrativas orais e escritas, das fotografias e de registros civis-cartoriais é possível observar que eram aceitos homens pretos/morenos/mistos<sup>407</sup> (Quadro 2) e mulheres pretas/mistas e brancas (Quadro 3). Ao longo deste estudo é possível perceber que, embora existisse um perfil semelhante de classe e raça, também faziam parte deste universo, conflitos internos entre membros da diretoria e associadas/os em geral. Para isso existia a Comissão de Sindicância cuja função era observar o comportamento de cada sócia e sócio na agremiação, além de avaliar a apresentação de novos membros e decidir se seriam aceitos ou não, já na tentativa de evitar futuros transtornos.

No Artigo 5º do estatuto de 1958, os sócios que “forem eliminados por praticarem atos repreensíveis ou contra a moralidade e a boa ordem da Sociedade, ou ainda, procurarem desprestigiar a Sociedade a juízo da Diretoria, só poderão ser readmitidos dois anos depois de sua eliminação, pagando nova joia”. Como já mencionado, todos os membros deveriam respeitar as regras estabelecidas nos estatutos e outras resultantes de discussões em assembleias e registradas em Atas. Nas lembranças de Edson Ramos de Paulo “quando um sócio tirava o pé da linha era dito “olha que o Capa Verde te pega”! (riso) aí já se sabia que

---

<sup>405</sup> Artigo 24º / Estatuto registrado em 04/06/1958.

<sup>406</sup> Segundo Fernanda Oliveira, “é importante atentar à ilegalidade que tal discriminação podia significar, depois dos anos 1930, com a campanha da nacionalização instituída pelo governo da Getúlio Vargas, especialmente durante o Estado Novo (1937 – 1943). [...] Ao tratar-se de documentos oficiais, deveriam cumprir o que a lei determinava”. (SILVA, 2017, *op. cit.*, p. 136).

<sup>407</sup> Em registros civis-cartoriais, carteira de habilitação, de trabalho e militar está especificada a cor: preta, morena ou mista. Por vezes a mesma pessoa está registrada, em um documento, com uma cor e em outro documento, com outra cor.



eram os Estatutos”<sup>408</sup>. Talvez o “Capa Verde” poderia ser a cor da capa do livro no qual as regras da Sociedade estavam escritas.

O Estatuto produzido em 1958 informa ainda que na Sociedade Recreativa Beneficente União Rosariense havia quatro categorias de sócios: Fundadores, Beneméritos, Efetivos e Contribuintes. Os sócios fundadores foram os 23 homens que assinaram a Ata da fundação da Sociedade, cujos nomes foram citados no início deste capítulo. A memória do grupo de homens que iniciou a Sociedade, aliás, era preservada em situações que mobilizavam o passado no presente. Na reunião datada de 9 de março de 1961, por exemplo, esteve presente o sócio fundador João Manoel Vianna, acompanhado de sua esposa Doralina Antunes Vianna. Nesta ocasião, Anery Josende da Rosa, então vice-presidente (APÊNDICE H), reverenciou a memória de seus companheiros e associados já falecidos e convidou a todos para prestar uma homenagem aos sócios fundadores com um minuto de silêncio. Em seguida, João Manoel Vianna fez uma lembrança da trajetória desta Sociedade e, neste gesto, memória e identidade se nutriram<sup>409</sup> no interior da coletividade.

Os sócios beneméritos eram aqueles que, por seus relevantes serviços prestados à Sociedade, “tenham conquistado direito a esta categoria, a qual serão elevados, em Assembleia Geral, por proposta de no mínimo, trinta sócios ou por indicação da Diretoria e mediante a apresentação por dois terços dos sócios presentes”<sup>410</sup>. Já os Sócios efetivos eram os que pagavam a joia e a mensalidade. Na categoria sócios contribuintes se enquadravam as pessoas que, em virtude de ocupações/trabalho, fossem transferidas, ficando isentos da joia, ainda que pagantes da mensalidade. No Artigo 34, § 1, consta que “O sócio contribuinte passará a categoria de efetivo mediante o pagamento da joia, descontada a diferença das mensalidades pagas” e no § 2 diz que “passará a efetivo sem pagamento da joia depois de cinquenta meses de fidelidade sem interrupção”<sup>411</sup>.

De acordo com o testemunho de Maria Romilda Rangel, a Sociedade Recreativa Beneficente União Rosariense “era um espaço para o negro se juntar, se fortalecer e se

---

<sup>408</sup> Entrevista com Edson Ramos de Paulo no dia 7 de abril de 2022 em Cruz Alta (RS). Edson é sobrinho de João Manoel Vianna, sócio fundador e presidente (1920 – 1922) da SRBUR. Edson fez parte da diretoria: orador (1962, 1963 e 1965); comissão fiscal (1964) e cobrador de mensalidades (1964 - 1965). Era músico e animava bailes promovidos na sede desta e de outras agremiações.

<sup>409</sup> CANDAU, 2012. *op. cit.*

<sup>410</sup> Artigo 32 do Estatuto da Sociedade Recreativa Beneficente União Rosariense. Ofício de Registro de Títulos e Documentos e Pessoas Jurídicas da Comarca de Rosário do Sul. Livro A- 1 de Pessoas Jurídicas f. 22, nº 32 - 4 de junho de 1958.

<sup>411</sup> Artigo 34 do Estatuto da Sociedade Recreativa Beneficente União Rosariense. Ofício de Registro de Títulos e Documentos e Pessoas Jurídicas da Comarca de Rosário do Sul. Livro A- 1 de Pessoas Jurídicas f. 22, nº 32 - 4 de junho de 1958.

manter”<sup>412</sup> e segundo a fala de Sila Nunes da Silva, “para a raça ter um lugar para ir, assim foi criada a Sociedade, aí tinha um lugar para se divertir”<sup>413</sup>. Dessa forma, para fazer parte deste espaço de pertencimento e de união em prol de um coletivo, era necessário respeitar as regras aprovadas pela assembleia geral e assim seguir agindo e reagindo dentro de um contexto de racialização.

Trazendo para o diálogo a relação com o contexto nacional/regional situado anteriormente, nas Atas escritas por secretários deste associativismo negro encontram-se frases que demonstram os objetivos e os princípios do grupo, como: “continuar com passos agigantados pela entrada do progresso e da civilização” (01/05/1915), “fazendo votos pelo progresso da nossa raça eteopica” (05/05/1918), “a nossa raça civilizada, e que a sociedade precisa de pessoas de ordens e disciplina” (12/09/1919), “estamos na época da civilização” (24/04/1929). Em tais documentos, narra-se ainda que os encontros da Sociedade serviam para “tratar de assuntos da boa marcha social” e são mencionadas a “Boa marcha dos trabalhos” (03/02/1932), o “Progresso de nossa raça” (23/12/1932), o “Progresso do nosso glorioso Clube” (01/09/1939), “A boa marcha social” (27/08/1941), o “Engrandecimento de nossa raça no esporte” (07/05/1960). Nos 483 encontros registrados em Atas, a frase “a boa marcha social” foi citada 36 vezes. Mas, o que essas frases podem nos dizer sobre as finalidades, as intenções, as prioridades e os ideais daquelas sujeitas negras e daqueles sujeitos negros ao associarem-se em um coletivo na sociedade sul-rosariense nas primeiras décadas do século 20? Dentro do contexto pós 1888, apresentado anteriormente, trabalhadoras negras e trabalhadores negros precisavam enfrentar cotidianamente as adversidades presentes em um período cronológico que sofria grande pressão das teorias raciais, assim como das ideias advindas da hierarquização das raças com a escravização, cujos primeiros membros da Sociedade União tinham ainda muito presentes a memória da escravidão. Sendo assim, a estratégia por eles e elas criada e sustentada foi a formação da Sociedade União, uma vez que a liberdade civil não bastava para garantir seus direitos. Este espaço coletivo de prerrogativas diversas servia para gozar o direito ao lazer, a diversão e também um meio de afirmar sua identidade e autoestima, evidenciar sua capacidade de organização, agenciamento, protagonismo, além de expressar e valorizar suas próprias experiências e se afastar dos estigmas geralmente a eles e a elas atribuídos.

---

<sup>412</sup> Entrevista com Maria Romilda Rangel no dia 21 de fevereiro de 2022 em Rosário do Sul (RS).

<sup>413</sup> Entrevista com Sila Nunes da Silva no dia 22 de fevereiro de 2022 em Rosário do Sul (RS). Sila passou a participar do Clube União a partir dos 15 anos de idade (1951). A mãe Leonida era sócia e levava as filhas para os bailes da Sociedade.

Como foi citado anteriormente, nas Atas da Sociedade União também consta a expressão “raça eteopica”. Essa expressão, que é citada pela primeira vez na Ata datada de 5 de maio de 1918, pode estar relacionada aos acontecimentos no continente africano do final do século 19 quando a Itália tentou uma invasão militar na Etiópia, mas foi derrotada pelos exércitos etíopes do imperador Menelik II (período de governo 1889-1913).

No entendimento da pesquisadora Iris Graciela Germano

A Etiópia articula todo um sistema simbólico de representações coletivas que vem sendo continuamente externalizado pelos descendentes de africanos nas mais variadas formas de referências e homenagens. Nas representações da Etiópia, como território ancestral e utópico das concretizações políticas negras, fundem-se diversos símbolos de resistência cultural e étnica que remetem à positividade, ao desejo de justiça, liberdade, poder e autodeterminação para todo povo africano e seus descendentes<sup>414</sup>.

Os estudos desenvolvidos por Fernanda Oliveira demonstram que a referência – positivada à Etiópia, circulou pelo território sul brasileiro, e não ficou restrita a uma autoidentificação negra, visto que ideólogos e publicações oficiais utilizaram-se dela em relação aos negros, independente de terem estes nascidos ou não no Rio Grande do Sul ou no Uruguai. A expressão “raça etiópica” foi utilizada por negros e negras em diferentes partes do continente americano enquanto,

Referência de posituação cujo significado estava em evocar o legado histórico de independência da Etiópia (um dos territórios independentes mais antigos do continente africano) também chamado de Abissínia. Entre os anos de 1935 e 1936, o Império Etíope, sob a liderança de Haile Selassie, resistiu à invasão pela Itália, circulando notícias que mobilizaram as comunidades negras, inclusive no Rio Grande do Sul<sup>415</sup>.

As próprias negras e os próprios negros, membros da Sociedade Recreativa Beneficente União Rosariense, interpretaram a seu modo o processo de racialização, desenvolveram vínculos e elaboraram simbolicamente suas heranças e origens. Nesta perspectiva, as identidades raciais podem ser entendidas como uma construção da qual as pessoas negras também participaram, por meio de apropriações e ressignificações em que a raça era tomada em proveito próprio.

Por meio das narrativas de secretários da Sociedade Recreativa União Rosariense presentes nas Atas percebe-se uma variedade de vozes em consonância com a data 13 de maio de 1888: “agradecemos assim a rainha Isabel que arrancou dessa perseguição indigna”

---

<sup>414</sup> GERMANO, Iris Graciela. Negros em movimento: Etiópia, resistência cultural e afirmação étnica na pós-emancipação. **Reflexão E Ação**, 18(1), 30-45. 2010, p, 31. Disponível em: <<https://doi.org/10.17058/rea.v18i1.1278>>. Acesso em 14 ago. 2023.

<sup>415</sup> SILVA [et al.]. 2017, *op. cit.*, p. 76

(13/05/1920); “bela página de nossa história” (13/05/1924) e ainda, “uma data que jamais se apagará das páginas de nossa história” (13/05/1929). As Atas datadas de 1920 até 1941 (APÊNDICE F) revelam que, associados e associadas da União Rosariense se reuniam e comemoravam a data 13 de maio. A pesquisadora Cláudia Santos Duarte, ao analisar os sentidos da liberdade manifestada nos artigos alusivos ao 13 de maio nas páginas dos periódicos negros “O Exemplo” de Porto Alegre e “A Alvorada” de Pelotas, sustenta a ideia de que

As discussões relativas ao dia 13 de maio manifestam diferentes processos culturais e concepções políticas que contribuem para a construção de um ideário de cidadania para os negros no Brasil. Essa perspectiva coloca os discursos publicados nos jornais da imprensa negra sul-rio-grandense em diálogo com todo um sistema de existência que, durante muito tempo, foi ignorado ou inferiorizado pelos grupos dominantes e pelos discursos considerados oficiais<sup>416</sup>.

Também dentro deste universo polifônico vivenciado por associados e associadas da União, é possível enxergar reverência aos ancestrais na luta e na resistência contra a opressão e o racismo. Por exemplo, na Ata de 1 de maio de 1919, o presidente falou novamente sobre a “raça eteopica”. O orador reforçou “que os associados permaneçam sempre na unificação da família e na raça etiópica de nossos antecessores homens de talento e espírito que souberam conquistar. Qualidade de vultos eminentes como José do Patrocínio<sup>417</sup>, Monteiro Lopes<sup>418</sup>”. Neste viés, é importante pontuar que os documentos, neste caso, as Atas, retratam momentos, sentimentos, percepções e conhecimentos daquele e daquela que registra. Para algumas pessoas, a princesa Isabel é reverenciada e, para outras pessoas, intelectuais negros e negras que lutaram pela liberdade e cidadania são destacados/as e considerados/as exemplos a serem seguidos. Percebe-se a coexistência de diferentes percepções sobre identificação social e racial.

---

<sup>416</sup> DUARTE, 2022. *op. cit.*, p 15.

<sup>417</sup> José do Patrocínio (José Carlos do Patrocínio), jornalista, orador, poeta e romancista, nasceu em Campos, RJ, em 9 de outubro de 1853, e faleceu no Rio de Janeiro, em 29 de janeiro de 1905 aos 51 anos de idade. É considerado por seus biógrafos o maior de todos os jornalistas da Abolição. Compareceu às sessões preparatórias da instalação da Academia Brasileira de Letras e fundou a cadeira nº 21, que tem como patrono Joaquim Serra. José do Patrocínio sofreu ataques racistas durante sua vida pública. (GOMES, Flávio dos Santos. LAURIANO, Jaime. SCHWARCZ, Lilia Moritz. **Enciclopédia Negra**. São Paulo: Companhia das Letras, 2021, p. 312-315).

<sup>418</sup> Manoel da Motta Monteiro Lopes foi uma liderança política e parlamentar negra. Nasceu em Recife (PE) no dia 11 de janeiro de 1867. Participou da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário e São Benedito, da Sociedade União dos Homens de Cor do Rio de Janeiro e de outras associações operárias nacionais e internacionais. Atuou como advogado e jornalista. Foi o 1º deputado federal preto e com discurso racial afirmativo do Brasil. Participou de vários debates a respeito do direito à cidadania da população pobre e negra. Faleceu no dia 13 de dezembro de 1910 na cidade do Rio de Janeiro, aos 43 anos, sem completar o mandato como deputado federal. (GOMES, LAURIANO, SCHWARCZ, *op cit.*, p. 379 – 381)

Dentro desta perspectiva de experiências polifônicas, na Ata da Ala Feminina datada em 3 de abril de 1965, a então secretária Irene Teresinha da Rosa Candido<sup>419</sup> registrou que em uma das salas da sede da Sociedade Recreativa Beneficente União Rosariense denominada Sala José do Patrocínio seriam expostas duas fotografias: uma do “imortal presidente dos EUA John Kennedy<sup>420</sup> (Figura 5) em homenagem ao ‘homem de cor’ americano porque o ilustre homem público morreu lutando pelo fim à segregação racial americana” (03/04/1965) e outra da princesa Isabel. Conforme a escrita de Irene Candido, uma terceira fotografia, a do fundador da Sociedade, Almir Soares Barbosa, ainda ficaria exposta na sala de espera desta agremiação.

**Figura 5 - Solenidade de exposição de fotografias de sujeitos históricos – década de 1960.**



Fonte: Acervo Pessoal de Valéria Soares de Brites.

Nota: Da esquerda para a direita: Edilon de Moraes Farias, Nadir Alves Faleiro, Octalício Rodrigues da Costa, Miguel Monteblanco, (?), (?), Jaime de Bermudes Ramos, (?), (?), Hélio Ferreira Soares, (?), Fabiano Manoel Pereira. Quadro com a fotografia de John Kennedy<sup>421</sup>. Sede da Sociedade Recreativa Beneficente União Rosariense, Rua Amaro Souto, nº 2265.

<sup>419</sup> A única mulher que mais tarde atuou enquanto presidenta da Sociedade Recreativa Beneficente União Rosariense - período de 1985 até 1991. Fragmentos de sua trajetória serão apresentados no capítulo 5 desta tese.

<sup>420</sup> John F. Kennedy (1917-1963) foi um político estadunidense, eleito presidente em 1960 e assassinado em 1963. “Ele não assistiu à sua Lei dos Direitos Civis ser aprovada, o que ocorreu com o sucessor, Lyndon Johnson, em 2 de julho de 1964. No entanto, a iniciativa pôs fim a diversos sistemas de segregação racial nos Estados Unidos e transformou-se em um dos principais legados do presidente”. (TRANCHES, Renata. Política de JFK deu início ao fim da segregação racial nos EUA. Disponível em: < <https://www.geledes.org.br/politica-de-jfk-deu-inicio-ao-fim-da-segregacao-racial-nos-eua/> Acesso em 20 out. 2022). A Luta pelos Direitos Civis que se intensificou a partir da década de 1950, também com a forte atuação de Martin Luther King Jr. (1929 – 1968) tensionando assim o processo de segregação e luta pela igualdade de direitos.

<sup>421</sup> Ficou acordado de que, a partir de 1 de maio de 1965, o quadro com a fotografia de John Kennedy, ficaria exposto na Sala José do Patrocínio na sede da SRBUR.

O registro fotográfico (Figura 5), enquanto “possibilidade efetiva na composição de um certo conhecimento sobre o passado”<sup>422</sup>, mostra a presença de membros da diretoria da Sociedade Recreativa Beneficente União Rosariense, autoridades do município de Rosário do Sul e representantes de Sociedade coirmãs de cidades, como Santana do Livramento, Cacequi, São Gabriel, Santa Maria e Porto Alegre, em torno da fotografia de Kennedy. A imagem possibilita imaginar que do outro lado do quadro com a imagem do presidente estadunidense, exposto em cima da mesa, está o quadro com a imagem da princesa Isabel. A homenagem ao presidente Kennedy, à Princesa Isabel e ao fundador da Sociedade Almir, com a exposição fotográfica em uma sala chamada José do Patrocínio e com a participação de autoridades e da comunidade local e regional permite interpretar que a Sociedade União se via como parte de um todo e almejava fazer parte, porém mantendo suas especificidades. Além do mais, demonstra que o grupo tinha consciência de que estava buscando constantemente, através das diferentes etapas históricas, uma condição social justa, afinal Kennedy, Isabel, Patrocínio e Almir, cada um a seu modo, lutaram por justiça, liberdade e cidadania e podiam servir de referência aos homens e às mulheres desta agremiação e da sociedade em geral.

Na Ata datada de 21 de setembro de 1919, ao referir-se a um encontro que foi realizado em um espaço alugado pela Sociedade, localizada na Rua Barão do Cerro Largo (Vila de Rosário), lê-se a seguinte narrativa: “esta casa, este lugar para a sociedade onde nós todos unidos e de braços dados uns aos outros vínhamos passar as nossas horas felizes cheias de contentamento”. Percebe-se uma demonstração de garra, superação, afeto, percepção que a união é algo ancestral e que a coletividade é fundamental em um universo racializado<sup>423</sup>. Ao criarem uma associação negra e manterem uma série de normas reguladoras – Estatuto registrado em cartório –, exteriorizava-se uma identidade racial positiva, um grupo de afrorosarienses estava se contrapondo à ideia vigente de inferioridade da raça negra<sup>424</sup>. E ainda, Fernanda Oliveira ressalta que

os clubes negros apresentavam o que em muitos momentos aproximava-se de uma extensão da família de seus membros, numa sociedade extremamente preconceituosa em relação à cor das pessoas. Apresentavam-se assim como os locais onde os negros podiam se conhecer e reconhecer<sup>425</sup>.

---

<sup>422</sup> MAUAD, 1996, *op. cit.*, p. 98.

<sup>423</sup> CARNEIRO, Sueli. **Dispositivo de Racialidade**: A Construção do Outro como não ser como fundamento do ser. 1º ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2023, p. 14.

<sup>424</sup> SILVA, Fernanda Oliveira da. **Perspectivas sobre a racialização**: a experiência dos clubes sociais e centros culturais na diáspora negra ao sul do Atlântico (Brasil-Uruguai). 2013. Disponível em: [https://anpuh.org.br/uploads/anais-simposios/pdf/2019-01/1548874918\\_735015262a02ad0ea9305aea2c590f37.pdf](https://anpuh.org.br/uploads/anais-simposios/pdf/2019-01/1548874918_735015262a02ad0ea9305aea2c590f37.pdf). Acesso em 12 dez. 2021.

<sup>425</sup> SILVA, Fernanda Oliveira da. **Invertendo a lógica**: considerações teóricas sobre as mudanças nos significados da cor por lideranças negras a partir do processo de racialização no pós-Abolição do extremo sul do

Nas Atas reforçava-se constantemente que todos deveriam pagar as mensalidades para assim conseguir atender ao compromisso assumido. Então, para fazer parte deste local de extensão da família, de acolhimento, alegria e “proteção” contra o racismo era necessário colaborar financeiramente, seja por meio de pagamento de mensalidades ou oferecendo serviços como: manutenção do prédio, consertos de objetos pertencentes à Sociedade ou higienização do espaço físico da sede. É difícil precisar com exatidão as formas/os valores de sustentação financeira da Sociedade União. Averiguando documentos elaborados pela própria agremiação, observa-se a importância do pagamento de mensalidades e joia, (Quadro 4) o lucro obtido por meio de eventos festivos, doações realizadas por sócias/os, aluguéis de peças/salas da sede própria, aluguel do botequim que se localizava no interior da sede, empréstimo de cadeiras<sup>426</sup>, recebimento de subvenção/auxílio Federal de Cr\$ 30.000,00 e Municipal de Cr\$ 2.500,00 (Ata de 18/09/1959). Geralmente o dinheiro ficava guardado no Banco Pelotense ou no cofre da própria sociedade (ANEXO F).

Ao tecer considerações sobre a categoria de “elite negra”, destaco aqui algumas pesquisadoras e alguns pesquisadores que a utilizaram em seus estudos. Sônia Maria Giacomini, antropóloga de formação, realizou pesquisas sobre a trajetória do Clube Renascença (RJ), que continua em atividade, e concluiu que essa agremiação, cuja trajetória foi iniciada em 1951, era um “projeto de elite, mas de uma elite que somente se consolida na solidão, separada dos brancos por imposição desses, separada dos demais negros por exigência do próprio projeto de afirmação da distinção”<sup>427</sup>. O historiador Júlio César da Rosa, ao pesquisar sobre a Sociedade Recreativa União Operária, fundada em 9 de fevereiro de 1903, e o Clube Literário Cruz e Souza, criado em 29 de junho de 1906, na cidade de Laguna/SC, concluiu que

os fundadores dessas associações se destacaram em suas atividades e ou conseguiram certa estabilidade obtendo rendimentos econômicos para a construção e manutenção desses espaços. Esses homens e mulheres que conquistaram prestígio e ascenderam socialmente, podemos considera-los como parte de uma “elite negra”. [...] “elite negra” não como grupo detentor dos meios de produção e poder político, mas à medida que se distinguiram da massa de afrodescendentes, não somente em termos culturais e econômicos, mas também na maneira como se viam e percebiam o mundo<sup>428</sup>.

---

Brasil (1931-1935), p. 18. Disponível em: <https://labhstc.ufsc.br/files/2013/04/Fernanda-Oliveira-da-Silva.pdf> Acesso em 14 ago. 2023.

<sup>426</sup> A Sociedade Recreativa União Rosariense “emprestou duas dúzias de cadeiras para a Intendência que pagou 5000 reis” (Ata de 13/01/1924).

<sup>427</sup> GIACOMINI, Sonia Maria. **A Alma da Festa**: Família, etnicidade e projetos num clube social da Zona Norte do Rio de Janeiro - O Renascença Clube. Belo Horizonte: Editora UFMG; Rio de Janeiro: IUPERJ, 2006, p. 93.

<sup>428</sup> ROSA, Júlio César da. Vivências de mulatos e pretos em Laguna: solidariedades e sociabilidades nos clubes Sociedade Recreativa União Operária e Literário Cruz e Souza (1903 – 1950). **MÉTIS: história & Cultura**. V. 15, n. 30. p. 269 – 204, jul./dez. 2016, p. 282.

Segundo a historiadora Giane Vargas Escobar, a Sociedade Cultural Ferroviária 13 de Maio de Santa Maria/RS, “foi criada em 1903, por negros funcionários da extinta Viação Férrea, reafirmando o fundamental do trabalho assalariado para estes ousados homens negros, o que garantia também o surgimento de uma “elite negra”<sup>429</sup>. Trazendo esta discussão para o Clube 24 de Agosto, fundado em 1918 por um grupo de homens negros na cidade de Jaguarão/RS, a pesquisadora Fernanda Oliveira ressalta que os fundadores desta agremiação “não possuíam trabalho fixo, e vários membros da comunidade negra talvez não possuíssem nem as primeiras letras”. Essas particularidades “desconstroem a perspectiva historiográfica de que os negros envolvidos na manutenção desses espaços eram membros de uma elite”<sup>430</sup>. Na esteira desta linha de raciocínio e cruzando as informações obtidas por meio de Atas e entrevistas, é possível afirmar que as sócias e os sócios da Sociedade Recreativa Beneficente União Rosariense/RS eram trabalhadoras e trabalhadores. Como foi mencionado anteriormente, a agremiação era mantida pelo pagamento de mensalidades/joias, e as associadas e os associados deviam seguir um conjunto de regras sociais. Sobre as normatizações e condutas em relação ao traje para participar dos bailes e de outros eventos promovidos, o professor Ataídes Rodrigues dos Santos enfatiza que “tinha que comprar roupas, comprar a mesa, então tinha um gasto grande e muitas pessoas da comunidade negra não participavam da União”<sup>431</sup>. Edson Ramos de Paulo lembra que para conseguir pagar as mensalidades “era uma dificuldade porque o poder aquisitivo do pessoal não era dos melhores. Chegava lá e o pagamento de um mês ficava para o outro e assim ia”<sup>432</sup>. José Rodrigues dos Santos afirma que o Clube União possuía associados que eram “funcionário de banco, donos de comércio, trabalhadores na *Swift*, pessoal do Exército, bancários, comerciários, funcionários da prefeitura”<sup>433</sup>. Portanto, para ser sócia e sócio era necessário um certo poder aquisitivo. A Sociedade Recreativa Beneficente União Rosariense era formada por trabalhadoras negras e trabalhadores negros, com variados níveis econômicos e que buscavam construir laços sociais e identitários fundados em valores, hábitos, gestos e posturas diferentes dos negros que buscavam sobreviver em um estado de privação material. Os documentos inqueridos informam que esta coletividade negra era gerenciada por pessoas que

---

<sup>429</sup> ESCOBAR, 2010, *op. cit.*, p. 46

<sup>430</sup> OLIVEIRA, 2020, *op. cit.*, p. 50.

<sup>431</sup> Entrevista com Ataídes Rodrigues dos Santos no dia 21 de fevereiro de 2022 em Rosário do Sul (RS).

<sup>432</sup> Entrevista com Edson Ramos de Paulo no dia 7 de abril de 2022 em Cruz Alta (RS).

<sup>433</sup> Entrevista com José Rodrigues dos Santos no dia 31 de dezembro de 2021 em Rosário do Sul (RS). José foi apresentado ao Clube União pelo seu pai Euclides Rodrigues da Costa em 1962. José é irmão de Ataídes e Octalício Rodrigues dos Santos. José se casou com a rainha da Sociedade (1965) Marlene Siqueira Alves e fez parte da diretoria enquanto 2º secretário (1965); diretor social (1968) e presidente (1973).



detinham um certo poder no qual destacavam-se por especificidades próprias, como: atividade laboral, certo prestígio social, letramento e laços familiares entre os seus membros que estão sendo evidenciados na escrita desta tese.

Sobre a categoria “elite” e as dimensões metodológicas dos estudos de elites, a coletânea organizada por Flávio Madureira Heinz, sob o título de “Por outra história das elites”, contribui significativamente. Na introdução geral desta obra, Heinz atribui um significado mais sociológico ao conceituar “elite”:

As elites são definidas pela detenção de um certo poder ou então como produto de uma seleção social ou intelectual, e o estudo das elites seria um meio para determinar ‘quais os espaços e mecanismos do poder nos diferentes tipos de sociedade ou os princípios empregados para o acesso às posições dominantes’. A apropriação da noção de elite pelos historiadores permitiria dar conta através de uma microanálise dos grupos sociais, da diversidade, das relações e das trajetórias do mundo social<sup>434</sup>.

A obra oferece um conjunto de possibilidades analíticas surgidas mediante a aplicação da metodologia das biografias coletivas – prosopografia<sup>435</sup> – a grupos de elites. Nesta perspectiva, no próximo capítulo, será feita “uma análise mais ‘fina’ dos atores [e das atrizes] situados no topo da hierarquia social, [permitindo entender] a complexidade de suas relações e de seus laços objetivos com o conjunto ou com setores da sociedade”<sup>436</sup>. Assim, os “historiadores fazem sociologia no passado”<sup>437</sup>. Especificamente, neste estudo atento para a pluralidade das atividades laborais dos presidentes e das diretoras da SRBUR e o período de gestão (Quadros 2 e 3), mostrando um grupo atuante no gerenciamento daquele associativismo formado por famílias negras.

O trabalho remunerado de associadas e associados contribuía fortemente para continuar fazendo parte da agremiação. Sócias e sócios ficavam isentos do pagamento de mensalidades quando estavam de luto/doentes/trabalhando na campanha (estâncias) ou residindo em outras cidades. O perfil de várias associadas e vários associados também

---

<sup>434</sup> HEINZ, Flávio M. (org.). **Por outra história das elites**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006, p. 8

<sup>435</sup> O historiador francês Christophe Charle entende que o princípio da prosopografia é “[...] definir uma população a partir de um ou vários critérios e estabelecer, a partir dela, um questionário biográfico cujos diferentes critérios e variáveis servirão à descrição de sua dinâmica social, privada, pública, ou mesmo cultural, ideológica ou política, segundo a população e o questionário em análise. [...] Uma vez reunida a documentação, e esta é a parte mais longa do trabalho, o exame dos dados pode recorrer a técnicas múltiplas, quantitativas ou qualitativas, contagens manuais ou informatizadas, quadros estatísticos ou análises fatoriais, segundo a riqueza ou a sofisticação do questionário e das fontes” (CHARLE, Christophe. A prosopografia ou biografia coletiva: balanço e perspectivas. In: HEINZ, Flávio (org.). **Por outra história das elites**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006, p. 41).

<sup>436</sup> HEINZ, 2006, *op. cit.*, p. 8.

<sup>437</sup> *Ibidem*, p. 9.

permitiu a constatação da migração como uma realidade vivenciada por elas e eles. Diversas vezes a mudança de cidade acontecia em função de atividades profissionais, seja para trabalhar no campo, chamado por todos/as de campanha (atividades agropecuárias) ou em outras cidades. Muitas pessoas chegavam, mas também muitas pessoas saíam da cidade de Rosário do Sul, e o Clube União também era um espaço de encontros e despedidas. Diante desta realidade, em um gesto de inclusão e afeto ao elaborar o artigo 36º do Estatuto (1958) firmou-se que:

Todas as pessoas que não residirem na cidade é facultado visitarem o clube, mediante apresentação de um sócio, assinando, no respectivo livro de visitantes. O visitante receberá um cartão de ingresso assinado pelo presidente, que lhe dará direito a frequentar a sociedade durante 10 dias; cartão este que será entregue ao diretor de mês para ser visado para as festas de que se tratar; poderão ser convidadas as senhoras viúvas dos ex-sócios, a critério da diretoria<sup>438</sup>.

O segmento populacional negro no sul do Brasil “não apenas reage a uma racialização imposta, mas articula formas de lidar com a racialização criando e conferindo novos significados a códigos impostos”<sup>439</sup>. No centro da vila/cidade de Rosário do Sul, especificamente na sede da Sociedade Recreativa Beneficente União Rosariense, negras e negros promoviam eventos, buscavam ampliar e melhorar o espaço de sociabilidade, mostrando assim que era possível “respirar alegrias”<sup>440</sup> entre iguais em um contexto racializado. Com propósito de demonstrar o “progresso material” da união de esforços desta agremiação, realizei um olhar atento nas narrativas constadas em Atas e elaborei um quadro no qual constam os bens inventariados desta Sociedade (APÊNDICE G). Além destes bens, o mais significativo era a própria sede.

#### 2.1.4 A busca por sede própria

Imagina-se que inicialmente o grupo de amigos fundadores da Sociedade Recreativa União Rosarienses, juntamente com seus familiares, reuniam-se para dialogar e confraternizar em suas próprias residências. De acordo com a Ata datada de 23 de março de 1917, uma assembleia geral foi realizada na Rua General David Canabarro, rua esta paralela aos trilhos da linha férrea. Já em 6 de junho, o encontro foi realizado na Rua Barão do Rio Branco, rua em que se localizava a residência do vice-presidente da Sociedade, Ignácio Francisco da

---

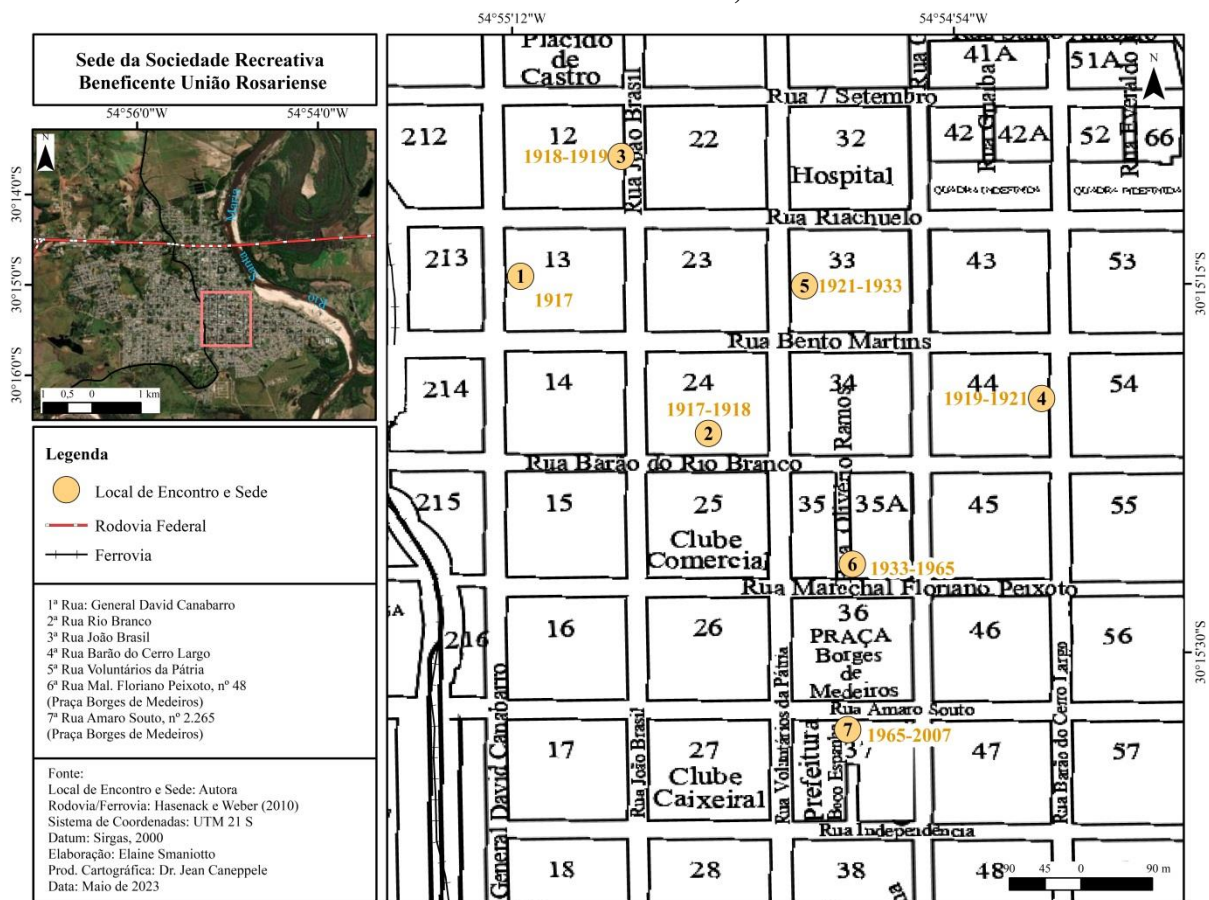
<sup>438</sup> Estatutos registrados em cartório em 04/06/1958.

<sup>439</sup> SILVA, 2013, *op. cit.*, p. 3.

<sup>440</sup> EVARISTO, Conceição. **Literatura negra**: uma poética de nossa afro-brasilidade. Dissertação (Mestrado em Letras) - Literatura Brasileira pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. 1996.

Costa<sup>441</sup>. Seguindo a leitura das Atas, encontramos mais um endereço no qual as associadas e os associados se reuniram, localizado na Rua João Brasil. No período de 1919 até 1921, a sede da Sociedade estava localizada na Rua Barão do Cerro Largo. Todas estas ruas localizavam-se no centro da Vila de Rosário, hoje cidade de Rosário do Sul, como é possível observar no Mapa 2, identificando também os deslocamentos das sedes do Clube União no decorrer das décadas.

**Mapa 2 - Localização das sedes da Sociedade Recreativa Beneficente União Rosariense na cidade de Rosário do Sul, RS.**



Fonte: Elaborado pela autora (2023).

Após a realização de vários eventos arrecadando fundos, foi possível comprar a própria sede, tendo assim um espaço para resistir e existir coletivamente. Está registrado em Ata que membros da diretoria realizaram a compra de uma casa localizada na Rua Voluntários da Pátria, pagando uma entrada de 800 mil réis, e firmando compromisso de

<sup>441</sup> Autos de Inventário N: 370. M: 21. E: 92. Inventariante: Joaquina Silveira da Costa. Inventariado: Ignácio Francisco da Costa (1928). Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul, (APERS). Porto Alegre, RS.

pagar prestações de 70 mil por mês até completar a quantia de quatro contos de reis<sup>442</sup>. A documentação informa que neste prédio já eram realizadas as reuniões da Sociedade União desde 9 de julho de 1921, portanto, bem antes do seu registro em cartório que só ocorreu em 30 de outubro de 1924: Compra de uma casa de madeira, coberta de zinco em forma de chalé e seu respectivo terreno localizado na Rua Voluntários da Pátria, cujo adquirente era a Sociedade Recreativa União Rosariense; Transmitente: Dr. Ursino Antônio Meirelles<sup>443</sup> e sua esposa. O valor do imóvel foi de quatro contos de réis<sup>444</sup>. Foi registrado em Ata como Rua Voluntários da Pátria, nº 26, cujo imposto urbano era pago pela Sociedade. “O tesoureiro apresentou o pagamento das décimas urbanas do Clube -1º e 2º semestre de 1928” (Ata de 06/01/1929).

Na Ata de 1 de julho de 1939, o então presidente Almir Soares Barbosa declarou que tinha realizado a venda do prédio desta sociedade situado na Rua Voluntários da Pátria pela quantia de quatro contos de reis. Na escritura pública lavrada em 20 de junho de 1939 consta que o adquirente foi Octalício Rodrigues da Costa que, naquele ano, era vice-presidente da Sociedade. Ele comprou a casa com suas dependências, benfeitorias e o respectivo terreno<sup>445</sup>.

Na escritura pública lavrada em 4 de julho de 1939, consta que a Sociedade Recreativa União Rosariense, representada pela sua diretoria, adquiriu uma casa construída de material situada à Praça Borges de Medeiros com suas dependências, benfeitorias e respectivo terreno, no valor de dezoito contos de reis, sendo que foi pago o valor de três conto de reis à vista e o restante em pagamentos mensais de 150 mil reis. A proprietária deste imóvel era a fazendeira

---

<sup>442</sup> O secretário da Sociedade João Batista Lago registrou o seguinte: “Foi realizado a compra do prédio que ocupamos como nossa sociedade no dia vinte e três do mês de outubro a comissão incumbida a fazer o negócio o senhor orador João Manuel Vianna, o senhor vice presidente Almir Soares Barbosa, o senhor tesoureiro Ignácio Francisco da Costa e o senhor diretor do mês Abílio Severo, cuja comissão fechou o negócio, sendo que entregaram a importância de 800 mil reis com a obrigação de dar a prestação de setenta mil reis a completar a quantia de quatro contos de reis” (Ata de 04/11/1922).

<sup>443</sup> Ursino Antonio Meirelles, doutor em ciências médico-cirúrgicas pela faculdade de Medicina da Bahia, brasileiro. No início do século 20, ele residia na cidade de Bagé, na Rua General Osório, nº 140. (Fontes: Arbitramento (1902). N: 2312, M: 73, E:43. Ação Ordinária (1908). N: 1462, M: 44, E: 42. Cidade de Bagé. Acervo do APERS. Porto Alegre, RS. De acordo com o anúncio publicado pelo Jornal “O Dever” em 13 de março de 1908, Anno VII, nº 60. – Dr. Ursino Antonio Meirelles, “médico operador e parteiro tem seu consultório médico cirúrgico, junto a Pharmacia Caridade, na Rua 7 de Setembro, nº 169, Bagé. Dá consultas todos os dias da 1 às 3h da tarde. Atende a chamadas para a cidade e campanha a qualquer hora. Consultas 5\$. Grátis aos pobres”. De acordo com os anúncios publicados no Jornal “O Rosariense”, datados de 17 de abril de 1915, p. 1 e 3 de julho de 1920, p. 2, o doutor Ursino Meirelles atendia pacientes em seu consultório médico, localizado junto a Farmácia Rosariense – Rua Brasil, esquina com a Rua Amaro Souto. Ursino Antonio Meirelles foi um dos sócios fundadores do Clube Comercial de Rosário do Sul (Fonte: Extrato dos Estatutos do Clube Comercial de Rosário. Diário Oficial, 29 de março de 1944, p. 886-887). Também atuou como intendente municipal (1915) e chefe local do Partido Republicano. Fez parte do Conselho Municipal da Vila do Rosário no período de 1913, 1914 até 1917 e de 1921 até 1925. (Fonte: SOUZA, Mara Regina Miranda de. **Parlamento de Rosário do Sul**. Trajetória de 130 anos (1877 – 2007). Porto Alegre: Alcance, 2007).

<sup>444</sup> Registro de Imóveis de Rosário do Sul. Certidão. Livro 4/D, folha 84, nº 5127. Data: 30/10/1924.

<sup>445</sup> Registro de Imóveis de Rosário do Sul. Certidão. Livro 3/L, folha 149, nº 14.791. Data: 24/06/1948.

Carlota Martins da Silva e a negociação foi efetuada pelo seu representante, advogado Manoel Barreiro<sup>446</sup>. De acordo com as Atas, a partir de 30 de dezembro de 1933, assembleias e eventos já eram realizados neste endereço, sendo assim, percebe-se que o registro em cartório só foi realizado após cinco anos e sete meses de uso.

Segundo o interlocutor Edson Ramos de Paulo “nesta casa, segundo o meu tio (João Manoel Vianna) foi de uma família que todo mundo morreu de tuberculose”<sup>447</sup>. Ao realizar o cruzamento de fontes (orais e escritas<sup>448</sup>) contata-se que no período de 1909 até 1931, o marido da fazendeira Carlota Martins da Silva (João Antônio da Silva Junior, 1855-1920)<sup>449</sup>, um filho (Sylvio Montenegor da Silva, 1887-1909)<sup>450</sup>, duas filhas (Pastora Silva Franco, 1884-1915,<sup>451</sup> e Carlota da Silva Fonseca, 1897- 1931)<sup>452</sup> e um neto (Cauby da Silva Franco, 1909-1930)<sup>453</sup>, tiveram como causa de morte “tuberculose pulmonar”<sup>454</sup>. Apesar deste triste histórico, a Sociedade União adquiriu a propriedade que se localizava no centro de um município marcado pela exclusão social e racial – ao lado da Praça Borges de Medeiros. Esta aquisição faz parte de uma luta que se expressa no simbolismo dos espaços (Mapa 2) e nas agências, afirmando e (re)afirmando que tinham condições de desenvolver práticas que indicassem a ideia de progresso e civilização. O esporte foi uma dessas práticas modernas que eram efetivadas nesta nova sede. O interlocutor José Rodrigues dos Santos, presidente da Sociedade no ano de 1973, lembra que nesta sede existia uma mesa de ping-pong e uma

---

<sup>446</sup> Registro de Imóveis de Rosário do Sul. Certidão. Livro 3/F, folha 38, nº 8566. Data: 26/10/1939.

<sup>447</sup> Entrevista com Edson Ramos de Paulo no dia 7 de abril de 2022 em Cruz Alta (RS).

<sup>448</sup> Processo Judicial (Rosário), 1930, nº 27; 1931, nº 33, 1931, nº 235. Acervo do APERS. Porto Alegre, RS.

<sup>449</sup> Brasil, Rio Grande do Sul, Registro Civil, 1860-2006, FamilySearch.

(<https://www.familysearch.org/ark:/61903/1:1:68XV-G6X7>: Fri Mar 08 06:04:36 UTC 2024), Entry for João Antonio Da Silva Junior, 8 Jul. 1920.

<sup>450</sup> Brasil, Rio Grande do Sul, Registro Civil, 1860-2006, FamilySearch

(<https://www.familysearch.org/ark:/61903/1:1:68XJ-LSZD>: Sat Mar 09 04:26:25 UTC 2024), Entry for Sylvio Mantenegor da Silva, 7 Mar. 1909.

<sup>451</sup> Brasil, Rio Grande do Sul, Registro Civil, 1860-2006, FamilySearch

(<https://www.familysearch.org/ark:/61903/1:1:68XV-HLQN>: Sun Mar 10 07:33:18 UTC 2024), Entry for Pastora Silva Franco, 7 Sep. 1915.

<sup>452</sup> Processo Judicial (Rosário), 1931, nº 235. Acervo do APERS. Porto Alegre, RS.

<sup>453</sup> Processo Judicial (Rosário), 1930, nº 27. Acervo do APERS. Porto Alegre, RS.

<sup>454</sup> A Tuberculose é uma doença transmissível decorrente de uma bactéria chamada bacilo de Koch que só alcançou cura com a descoberta e uso do antibiótico a partir do final da década de 1940. É sabido que a tuberculose (TB) acompanha o ser humano há muito tempo, talvez até, desde a época em que ele passava à condição de bípede. No Brasil, a TB foi disseminada a partir da chegada dos europeus. “A abolição da escravidão, que troca a “proteção” da senzala pela “liberdade” sem apoio para o trabalho e sem salário para a comida, através da marginalização social aumenta a frequência da TB nos grandes centros brasileiros. [...] Aos poucos, a luta contra a TB começa a ser articulada e, em 1900 é criada a Liga Brasileira Contra a Tuberculose, e em 1927 são criados os primeiros preventórios para filhos de tuberculosos. É criada a seguir a Inspeção de Profilaxia de Tuberculose e, em 1930, o Ministério de Educação e Saúde Pública. Com isto, é aumentada a ação do estado contra a TB. Em 1941 é constituído o Serviço Nacional de Tuberculose e em 1942 é lançada a Campanha Nacional contra a Tuberculose”. HISTÓRIA DA TUBERCULOSE. Disponível em: <https://redetb.org.br/historia-da-tuberculose/> Acesso em 30 jan. 2023.

quadra de futebol de salão. O terreno media dezoito metros de frente por quarenta e três de fundos.

Geralmente aos sábados ou domingos eram realizadas partidas de futebol de salão que eram jogadas na quadra do Clube. O Clube alugava aquela quadra para fazer caixa. Tinha um pessoal que jogava muito bem o ping-pong, então promoviam os torneios com o pessoal do Caixeiral e do Comercial<sup>455</sup>.

Em Ata, datada de 21 de novembro de 1961, consta que o padre Antônio Heitor Stringhini<sup>456</sup> apresentou a proposta ao então presidente Nadir Alves Faleiro para trocar a sede da Sociedade por outro local. Esta proposta foi colocada em discussão em assembleias realizadas no decorrer do ano de 1962. A atual sede, localizada na Rua Marechal Floriano Peixoto nº 48 precisava passar por um conjunto de reformas. A interlocutora Valdenice Ramos Soares lembra que “o assoalho daquela sede estava muito estragado. Quando ia dançando, tinha que ter o cuidado. Na esquina ficava o colégio e na outra esquina ficava a parte onde as freiras moravam. E a União ficava no meio”<sup>457</sup>. Portanto, era do interesse do padre e das freiras juntar moradia e atividades educacionais em um mesmo espaço.

A sede adquirida e oficializada em 4 de julho de 1939 precisava ser reformada, então, várias associadas e vários associados argumentavam que a melhor opção seria aceitar a troca desta sede por uma “nova”. No dia 15 de dezembro de 1962, foi realizada uma assembleia tendo como pauta principal a troca da Sede Social pelo prédio no qual estava instalada a Escola Normal Regional Nossa Senhora do Horto. Nesta ocasião, o secretário Adair Rodrigues Siqueira fez a leitura da proposta e em seguida ela foi discutida entre os presentes. Nadir Alves Faleiro se posicionou a favor da troca argumentando que na “nova” sede, haveria maior conforto (ANEXO G), tais como: salão para baile com capacidade para 200 pessoas, sala para biblioteca, secretaria, sala para boate, sala para jogos, sala de espera, copa, refeitório, sala para depósito, instalações sanitárias e continuava ao lado da praça central. Por outro lado, Luíz Rodrigues se posicionou contra a troca, dizendo que aquele local foi

---

<sup>455</sup> Entrevista com José Rodrigues dos Santos no dia 31 de dezembro de 2021 em Rosário do Sul (RS). No capítulo 4 deste estudo serão apresentados e aprofundados os eventos esportivos e as redes de relacionamentos da SRBUR com outras Associações.

<sup>456</sup> Sacerdote que presidiu a ação pastoral da Paróquia Nossa Senhora do Rosário no período de 1957 até 1983. (GOTTARDI, SOUZA, 2009, *op. cit.*, p. 59)

<sup>457</sup> Entrevista com Valdenice Ramos Soares no dia 06 de julho de 2022 em Porto Alegre (RS). Valdenice é filha de Zulmira Ramos Soares que atuou na diretoria do clube como 4ª diretora (1962); presidente da Ala feminina (1963); e 1ª diretora (1965), e de Hélio Ferreira Soares que fez parte da diretoria: presidente (1966); vice-presidente (1967 e 1968). Valdenice é irmã de Valde Terezinha Soares Montebianco que exerceu o cargo de Presidenta da Ala Feminina em 1962 e 1965 e 1ª Secretária em 1963. Valdenice foi eleita Rainha do Carnaval da SRBUR em 1962.

organizado com sacrifício e ali deveriam ficar, além de que com a troca, iriam perder a quadra de futebol de salão. Entretanto a assembleia geral realizada em 15 de dezembro de 1962, com a participação de 39 mulheres e 35 homens, aprovou a permuta.

De acordo com a Escritura Pública de Permuta lavrada em 8 de julho de 1963 pelo Tabelião Nestor Menezes da Fonseca, a Sociedade Recreativa Beneficente União Rosariense representada por seu presidente Arsenio Severo Cândido<sup>458</sup>, permutou a sede localizada ao lado da Praça Borges de Medeiros, na Rua Marechal Floriano Peixoto nº 48, pela nova sede situada na Rua Amaro Souto nº 2265, Praça Borges de Medeiros, com a Associação, Instrução Educação e Caridade<sup>459</sup>, cuja personalidade jurídica foi representada naquele ato por Helena Dall Pizzol<sup>460</sup>. Pontuo que a aprovação da negociação de mudança do endereço da sede da Sociedade ocorreu no mandato de Miguel Monteblanco<sup>461</sup> e de sua esposa Valve Terezinha Soares Monteblanco. Como foi escrito anteriormente, nem todos os sócios e nem todas as sócias aprovaram a troca. Acaloradas discussões aconteceram e inclusive algumas/alguns sócias/os contrárias/os à permuta solicitaram exoneração da Sociedade, ou seja, se desassociaram. Portanto, neste clube também existiam divergências, contradições e afastamentos<sup>462</sup>.

Sob a liderança de Arsenio Severo Candido, Zulmira Ramos Soares e Edilon de Moraes Farias a nova sede, localizada na Rua Amaro Souto nº 2265, passou por várias reformas e adaptações<sup>463</sup>. Conseqüentemente, demandou muito empenho para angariar fundos necessários para este empreendimento. Foram criadas estratégias como a promoção de jogos de bingo, venda de rifas, envio de ofício ao Presidente da República João Goulart solicitando uma quantia de \$4.000.000, 00 para reforma da nova sede<sup>464</sup>. A Figura 6 mostra o antes e depois do processo desta reforma.

---

<sup>458</sup> Eleito com 71 votos em 24 de abril de 1963. Sociedade Recreativa União Rosariense. Ata de 25/04/1963.

<sup>459</sup> A Prefeitura Municipal de Rosário do Sul doou este imóvel para a Associação Instrução Educação e Caridade. A doação foi destinada para a instalação e funcionamento da Escola Normal de 2º Ciclo e Escola Normal Regional Nossa Senhora do Horto. Registro de Imóveis de Rosário do Sul. Certidão. Livro 3/S, folha 217, nº 22.591 e nº 22.591, folhas 217, Lv 3/S. Data: 11/04/1962.

<sup>460</sup> Permuta de imóvel. Registro de Imóveis de Rosário do Sul. Certidão. Livro 3/T, folha 111F, nº 23.491 e nº 22.591, folhas 215, Lv 3/S. Data: 19/07/1963.

<sup>461</sup> Eleito com 80 votos em 25 de abril de 1962. Sociedade Recreativa União Rosariense. Ata de 25/04/1962.

<sup>462</sup> ROSA, 2016, *op. cit.*, p. 289.

<sup>463</sup> Como será mostrado no capítulo 5 desta tese (Figura 55), este imóvel, no período de 1948 até 1954 foi sede da Cooperativa de Ensino Amigos de Rosário do Sul; entre os anos de 1962 até 1964 foi sede da Associação Instrução Educação e Caridade e no período de 1965 até 2007 foi a sede da Sociedade Recreativa Beneficente União Rosariense.

<sup>464</sup> Sociedade Recreativa União Rosariense. Ata de 07/03/1964. Não é possível saber se o pedido, por meio de ofício, foi atendido, ou seja, com as fontes acessadas até o final da escrita desta tese, não foi possível saber se a SRBUR recebeu o valor solicitado. Mas a reforma foi realizada.

Após o esforço de muitas pessoas sócias e não sócias, no período de 30 de abril até 2 de maio de 1965, diversos festejos marcaram a inauguração da nova sede e a comemoração dos 50 anos da Sociedade Recreativa Beneficente União Rosariense, como veremos no capítulo 4 deste estudo.

**Figura 6 - Fachada da sede da Sociedade Recreativa Beneficente União Rosariense – década de 1960.**



Fonte: Acervo Pessoal de Valéria Soares de Brites e Nara Nei Faleiro Machado.

Nota: Sede da Sociedade Recreativa Beneficente União Rosariense, Rua Amaro Souto, nº 2265, Centro, Praça Borges de Medeiros, Rosário do Sul (RS).

O interlocutor Edson Ramos de Paulo observa que “os negros tinham a Sociedade mais bem localizada, uma vez que ficava ao lado da praça, bem no centro da cidade. Na Rua Marechal Floriano em frente a praça principal, e depois que foi para a Rua Amaro Souto, também. O Clube mais bem localizado na cidade era o União”<sup>465</sup>, como é possível visualizar no Mapa 2, apresentado anteriormente. Nesta perspectiva, a agremiação demonstra uma forte resistência se estabelecendo e se mantendo na zona central da vila/cidade de Rosário, ou seja, a resistência da Sociedade Recreativa Beneficente União Rosariense ocorre por meio da permanência no centro da vila/cidade e assim, visibiliza a sua presença no espaço urbano.

\*\*\*

Ao longo deste capítulo foi apresentado o cenário de uma República que foi produzida na chave da desigualdade, na qual nasceu e se desenvolveu a Sociedade Recreativa Beneficente União Rosariense. O propósito aqui foi destacar as discussões convergentes e divergentes, bem como diversas estratégias criadas por negras e negros para garantir distinção positiva e cidadania, no sentido de resistir para existir em uma sociedade que negava a sua existência. Na sequência, serão apresentadas as agências das mulheres negras sob um olhar

<sup>465</sup> Entrevista com Edson Ramos de Paulo no dia 7 de abril de 2022 em Cruz Alta (RS).



interseccional acerca das questões de raça, gênero e trabalho, tendo como principal fonte as Atas, documentos estes produzidos, quase na totalidade, por homens, mas que problematizados, possibilitam apontar vestígios da atuação das mulheres.

### 3 AGÊNCIAS FEMININAS NA UNIÃO ROSARIENSE

Ao ouvir e ler que a Sociedade Recreativa Beneficente União Rosariense foi fundada em 1915 por 23 homens, fica a impressão de que era uma Sociedade composta somente por pessoas identificadas com o gênero masculino, ou que só esses sujeitos desempenhavam um papel de relevância nesta experiência coletiva. Na realidade, não era assim. Ao entrar no giro das ventanias, ouvir vozes femininas, ler atentamente narrativas registradas em Atas, visualizar imagens/fotografias/documentos diversos, passei a enxergar múltiplas agências das mulheres no associativismo negro rosariense. Em suas pesquisas acadêmicas, a historiadora Fernanda Oliveira nos convida para “entrar no giro dessas ventanias para aprendermos a nos movimentarmos [...] a fim de compreender a historicidade do legado forjado/vivido por tantas mulheres negras neste espaço (sul do Sul) ao longo do pós-Abolição”<sup>466</sup>.

Seguindo nesta perspectiva, pesquisadoras como Rachel Soihet e Joana Maria Pedro ressaltam que “criatividade, sensibilidade e imaginação se tornam fundamentais na busca de pistas que permitam transpor o silêncio e a invisibilidade, que perduram por tão longo tempo quanto ao passado feminino”<sup>467</sup>. Especificamente sobre as mulheres negras, Bebel Nepomuceno conclui que “a invisibilidade a que por muito tempo foram relegadas contrapõe-se a seu real protagonismo em diversos momentos e situações ao longo dos séculos 20 e 21”<sup>468</sup>. Mary Del Priore, por sua vez, afirma que a História das Mulheres serve “para fazê-las existir, viver e ser”<sup>469</sup> e Diva do Couto Muniz acrescenta que este campo de estudos é útil para compreender e assinalar o “direito de ter direitos”<sup>470</sup>, assegurando, assim, o direito à visibilidade, a espaço de fala<sup>471</sup> e ser sujeita na sociedade.

Pesquisadoras de longe e de perto, de diferentes raças/etnicidades, estão cada vez mais evidenciando a importância dos estudos sobre agências femininas e, a partir de um olhar interseccional já realizado por pesquisadoras como Angela Davis, bell hooks, Patricia Hill Collins, Lélia Gonzalez, Beatriz Nascimento e Sueli Carneiro, dentre outras, torna-se possível atingir maior profundidade, problematizar o passado através do presente, acessar novas fontes

---

<sup>466</sup> OLIVEIRA, Fernanda. **Luciana Lealdina de Araújo e Maria Helena Vargas da Silveira**: história de mulheres negras no pós-Abolição do sul do Brasil. [livro eletrônico]. Niterói: Eduff, 2020, p. 457

<sup>467</sup> SOIHET, Rachel; PEDRO, Joana Maria. A emergência da pesquisa da História das Mulheres e das Relações de Gênero. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 27, n. 54, p. 281-300, 2007, p. 296

<sup>468</sup> NEPOMUCENO, Bebel. Protagonismo Ignorado. In: PEDRO, Joana Maria; PINSKY, Carla B. (Orgs.). **Nova História das Mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2012, p. 406.

<sup>469</sup> DEL PRIORE, Mary (org.). **História das Mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto, 1997, p. 9.

<sup>470</sup> MUNIZ, Diva do C. G. Sobre História e Historiografia das Mulheres. **Caderno Espaço Feminino**, Uberlândia, v. 31, n.1, jan./jun. 2018, p. 148.

<sup>471</sup> RIBEIRO, Djamila. **Lugar de fala**. São Paulo: Sueli Carneiro; Editora Jandaíra, 2020.

e assim tecer histórias de mulheres negras rosarienses. Nesta linha de pensamento, aceitei o convite da historiadora Fernanda de Oliveira, e o movimento do capítulo 3 da tese de doutoramento gira em torno das vivências e experiências femininas na perspectiva das intersecções entre gênero, raça, classe, poder e trabalho na tentativa de visibilizar as agências das mulheres em um associativismo negro, entre os anos de 1915 até 1965, na cidade de Rosário do Sul.

### 3.1 INTERSECÇÕES ENTRE GÊNERO, RAÇA E TRABALHO

A pesquisa ancora-se no aporte teórico metodológico da interseccionalidade, com o propósito de enxergar vivências na Sociedade Recreativa Beneficente União Rosariense e perceber as formas de subordinação combinadas ou entrecruzadas no interior do clube negro e na cidade de Rosário do Sul. Um dos eixos da intersecção aqui enfocados é a categoria analítica de gênero. Na esteira de estudos e reflexões, a historiadora estadunidense Joan Scott define gênero como “organização social da diferença sexual” e enfatiza que gênero não reflete diferenças fixas e naturais entre homens e mulheres, mas “um saber que estabelece significados para as diferenças corporais”<sup>472</sup>. A historiadora brasileira Joana Maira Pedro chama a atenção para a importância da apropriação da categoria gênero de acordo com os preceitos teóricos de Joan Scott para a história, uma vez que essa alertou para a maneira como os sexos se relacionavam nas divisões de tarefas e comportamentos, através do tempo. A história em si servia como uma das construtoras da diferença sexual. A história, nesse sentido, “é uma narrativa sobre o sexo masculino, e constrói o gênero ao definir que somente os homens são os sujeitos da história”<sup>473</sup>. Portanto, o que Scott propõe é um novo modelo de escrever a história, já que ao teorizar sobre a categoria gênero, ela propunha observar e modificar as desigualdades entre homens e mulheres. A categoria gênero tem como função, pois, servir como categoria de análise sobre como o gênero e suas hierarquias são construídas, legitimadas e postas em funcionamento<sup>474</sup>.

A análise desenvolvida neste capítulo atenta para as experiências interseccionadas de gênero e dará um enfoque maior para as mulheres. Ao longo da escrita da tese, no entanto, os homens também foram entendidos enquanto expressão de gênero, e ambos, homens e mulheres, em relação aos eixos interseccionados de raça, classe e trabalho apontados neste momento. Foi através destas lentes e possibilidades analíticas, afinal, que tornou possível

---

<sup>472</sup> SCOTT, 1994, *op. cit.*, p. 13.

<sup>473</sup> PEDRO, 2005, *op. cit.*, p. 87.

<sup>474</sup> *Ibidem*.

compreender um coletivo diretamente vinculado à racialização e ao trabalho no pós-Abolição, o que foi marcante para as vivências e experiências na Sociedade Recreativa Beneficente União Rosariense em cinco décadas do século 20, especificamente no período de 1915 até 1965.

### 3.1.1 Relações de poder interseccionais na formação de diretorias

De acordo com o Estatuto registrado em 1925, a Sociedade Recreativa União Rosariense era administrada e representada em juízo por uma diretoria composta somente por homens<sup>475</sup>, eleita anualmente, formada por um presidente, vice-presidente, 1º e 2º secretário, tesoureiro, 1º e 2º procurador, orador e um diretor de mês. Ao observar o Estatuto registrado em 1958 (ANEXO E) é possível enxergar que houve um aumento de cargos na composição da diretoria da Sociedade. A diretoria deveria ser composta por um presidente, vice-presidente, 1º e 2º secretário, 1º e 2º tesoureiro, 1º e 2º procurador, 1º e 2º diretor, 1º e 2º bibliotecário, diretor do mês, orador, uma comissão fiscal de três membros e uma comissão de sindicância composta de quatro membros.

O processo eleitoral ocorria da seguinte maneira: os associados formavam chapas para concorrer. O sócio que estivesse com as mensalidades pagas tinha direito de votar e ser votado. Porém, de acordo com a Ata de 24 de abril de 1933, “os analfabetos não poderiam receber votos”<sup>476</sup>. Uma comissão formada por homens associados ficava responsável pelo encaminhamento de votação, apuração e divulgação dos resultados. A diretoria eleita pela

---

<sup>475</sup> Ultrapassando o marco temporal deste estudo, aqui é importante dizer que as mulheres começaram a fazer parte da diretoria apenas a partir de 1978, assumindo o cargo de diretora social; em 1981, o cargo de secretária; em 1983, o cargo de vice-presidenta; em 1985, o cargo de tesoureira e presidenta. A partir da década de 1990, a diretoria passa a ser formada por homens e mulheres, porém, sem paridade de gênero.

<sup>476</sup> Sobre o direito ao voto, no contexto nacional, desde o despontar da República e ao longo do processo de consolidação da Justiça Eleitoral no Brasil, parcela da população teve este direito suprimido. A Lei Saraiva (Decreto nº 3.029, de 9 de janeiro de 1881) retirou dos analfabetos a possibilidade de voto, quando passou a vigorar o chamado “censo literário”, que exigiu do eleitor o saber ler e escrever corretamente. A lei criou, pela primeira vez, o “título de eleitor”, impediu o voto dos analfabetos e adotou eleições diretas para todos os cargos eletivos do Império. Na primeira Constituição republicana, de 1891, também ocorria a exclusão dos analfabetos do exercício do voto. A Constituição de 1934 manteve os analfabetos excluídos do direito ao voto. Foi somente com a promulgação da Emenda Constitucional nº 25, de 15 de maio de 1985, que os analfabetos passaram a ter o direito de votar, em caráter facultativo. A Constituição Cidadã de 1988 manteve inegáveis os inalistáveis e os analfabetos. Porém, assegurou às pessoas analfabetas o direito ao voto, em caráter facultativo. (VOTO. Série Inclusão: a luta dos analfabetos para garantir seu direito ao voto na República. In: <[https://www.tse.jus.br/comunicacao /noticias/2013/Abril/serie-inclusao-a-luta-dos-analfabetos-para-garantir-seu-direito-ao-voto-na-republica](https://www.tse.jus.br/comunicacao/noticias/2013/Abril/serie-inclusao-a-luta-dos-analfabetos-para-garantir-seu-direito-ao-voto-na-republica)>. Acesso em 21 nov. 2023). Em um contexto local, especificamente na Sociedade União, parece que seguiam os padrões político-eleitorais da época. Sendo assim, somente pessoas letradas poderiam fazer parte da diretoria desta agremiação. Isso demonstra o quão importante era ser alfabetizado para que, desta forma, tivessem acesso ao direito inerente à cidadania: o de votar e ser votado em eleições sejam elas, nesta agremiação como também em outras instâncias de poder local ou regional.

assembleia geral deveria funcionar no período de um ano<sup>477</sup> a contar de 1º de maio. Por meio das Atas, documentação produzida pela própria Sociedade, é possível enxergar que os encontros eram mais frequentes em abril, para organização/votação da eleição e assim formar uma nova diretoria masculina, e maio, quando havia reunião para a posse da nova diretoria (APÊNDICE F). Nessa ocasião, geralmente era feito churrasco, partida de futebol, baile ou sarau para também celebrar o aniversário da fundação da Sociedade União – 1º de maio – e a assinatura da lei Áurea – 13 de maio. Os festejos da posse da nova diretoria e eventos diversos serão evidenciados e analisados no próximo capítulo, “Construindo laços de pertencimento: festividades e rede relacional”.

Como foi mencionado anteriormente, a diretoria desta Sociedade tinha predominância masculina (APÊNDICE H). Todos os cargos diretivos eram assumidos por homens<sup>478</sup>. As mulheres não assumiram nenhum cargo de presidência nesta associação entre os anos de 1915 até 1965, recorte temporal deste estudo. Elas não aparecem no Estatuto registrado em cartório em 4 de junho de 1958. Nas Atas – escritas de vivências desta agremiação, redigidas por homens na função de secretários – os dados sobre as mulheres são parciais/escassos. Mesmo assim, os fragmentos das informações não as tornam menos potentes em termos organizativos e decisórios dentro da Sociedade União. Diante desta parcialidade é importante trazer as observações de historiadores da micro-história como Giovanni Levi, que diz que “os ricos produzem mais documentos que os pobres, os homens mais que as mulheres, os brancos mais que os indígenas”<sup>479</sup> e negros. Nesta linha de pensamento, Maíra Ines Vendrame pontua que

uma das tarefas do historiador seria a de buscar garantir certo equilíbrio nas análises históricas, procurando trazer aqueles sujeitos e situações que não surgem com tanta frequência ou que aparecem como marginais nas fontes. Para além de apenas estudar os que deixaram mais documentos, nosso papel enquanto historiadores é o de criar equilíbrio, colocando todos como participantes [dentro] da história<sup>480</sup>.

Na tentativa de colocar as mulheres “dentro da história”, evidenciar a presença feminina e acompanhar seus passos em um projeto coletivo de existência negra, em Rosário do Sul no pós-Abolição, foi necessário acessar e realizar o cruzamento de fontes diversas.

---

<sup>477</sup> A partir da década de 1970, diretoria eleita pela assembleia geral deveria atuar num período de dois anos.

<sup>478</sup> Ao longo da trajetória da Sociedade União Rosariense (1915 – 2018) apenas uma mulher foi eleita presidenta – Irene Terezinha da Rosa Candido –, assumindo o primeiro mandato no ano de 1985, depois sendo reeleita e permanecendo na posição de liderança até 1991. Pontua que no período de 1978 até 1995 existia apenas uma diretoria.

<sup>479</sup> LEVI, Giovanni. Micro-história e história da imigração. In: VENDRAME, Maíra et. al. (Orgs.). **Micro-história, trajetórias e imigração**. São Leopoldo: Editora OIKOS, 2015, p. 249.

<sup>480</sup> VENDRAME, 2018, *op. cit.*, p. 282.

Mesmo assim, permanecem lacunas que demandam mais pesquisas e olhares mais atentos. Na medida em que a investigação avançava, percebi que esta Sociedade não era apenas um espaço de união entre seus sócios, era um espaço de disputa sobre suas diferenças, inclusive as de gênero. Focando olhares para as desigualdades de gênero foi possível verificar que, em relação à ocupação de cargos de poder no interior da Sociedade Recreativa Beneficente União Rosariense, após cinco anos de trajetória desta agremiação, passou a existir, paralelamente à diretoria geral, uma diretoria nomeada e categorizada como “feminina” (APÊNDICE I), sem ter a mesma quantidade de cargos/funções da diretoria geral. Tendo presente a conjuntura nacional, é pertinente destacar que, desde 1916, o Código Civil garantia que a mulher fosse tutelada pelos homens de sua família. Sendo assim, formar uma diretoria feminina separada da diretoria geral, que era masculina, pode ser lida como uma estratégia de negociação e autonomia, em um tempo no qual seu status jurídico era tutelado<sup>481</sup>.

O processo eleitoral para formação da diretoria feminina era organizado por uma comissão composta por homens<sup>482</sup> que ocorria no mês de maio, enquanto a eleição para formar a diretoria geral ocorria no mês de abril<sup>483</sup> (APÊNDICE F). A primeira diretoria feminina, formada em 1920 (Ata de 26/05/1920), contava com apenas 4 mulheres que assumiram cargos de 1ª e 2ª diretoras e 1ª e 2ª procuradoras (APÊNDICE I), sendo estas escolhidas por membros da diretoria geral da Sociedade. Com o passar das décadas, esse cenário mudou. Em 1965, a diretoria feminina foi eleita pela assembleia<sup>484</sup> e passou a contar com 19 mulheres que assumiram cargos de presidenta, vice-presidenta, 1ª e 2ª secretárias, 1ª e 2ª tesoureiras, 1ª e 2ª procuradoras, 5 diretoras, 1 oradora, 1 no departamento social e 5 na comissão organizadora de festas. Em uma análise comparativa em relação ao número de

---

<sup>481</sup> O Código Civil Brasileiro datado de 1916 tinha um viés fortemente patriarcal no qual perpetuou a tutela dos homens sobre suas esposas e filhas. As mulheres não tinham autonomia para decidir trabalhar ou estudar, sendo dependente do pai quando menores de idade ou solteiras, e do marido após o casamento. Neste período, as mulheres, especialmente as casadas, eram consideradas incapazes, com direitos civis incompletos. O marido era considerado chefe do lar e o casamento era tido como indissolúvel. Havia apenas o desquite que deixava a mulher estigmatizada. “Ainda que a presença das mulheres no mercado de trabalho começasse a tomar certa relevância, especialmente no chão das fábricas e no magistério, elas, se fossem casadas, estariam impedidas de acionar a justiça. No que diz respeito às mulheres casadas, o código de 1916 não tinha nada de moderno”. MARQUES, Teresa Cristina de Novaes. A mulher casada no código civil de 1916. Ou mais do mesmo. **Textos de História**, Vol. 12. nº 1/2, 2004, p. 141. Somente em 2002, com base na Constituição Brasileira de 1988, o Código Civil foi atualizado.

<sup>482</sup> As exceções ocorreram em duas ocasiões: Em 24 de abril de 1935, quando a comissões para organizar as eleições da diretoria feminina foi composta por 3 homens e 2 mulheres. Em 24 de abril de 1938 quando a comissão foi formada por 4 homens e 2 mulheres.

<sup>483</sup> As eleições para as diretorias femininas e masculinas foram realizadas em abril nos anos de 1922, 1932, de 1935 até 1940 e 1965. Nos demais anos as eleições masculinas eram realizadas em abril e as femininas em maio.

<sup>484</sup> A eleição para formar as diretorias masculina e feminina ocorreu no mesmo dia - 24 de abril de 1965. Fontes: Sociedade Recreativa União Rosariense. Ata de 24/04/1965, e Livro de Atas Departamento Feminino – Ata de 03/04/1965.

dirigentes, apesar do avanço, ainda não existia a paridade de gênero, uma vez que a diretoria masculina era composta por 22 homens e a diretoria feminina era formada por 19 mulheres (APÊNDICES H e I). Fragmentos de 50 anos da trajetória da Sociedade Recreativa Beneficente União Rosariense revelam que, apesar de as mulheres sócias desta agremiação terem lutado, criando possibilidades de emancipação e se aproximando da igualdade político-social com os homens, o sistema patriarcal<sup>485</sup> continuava e continua sexista e opressor.

Utilizando o método da prosopografia, também chamada de biografia coletiva, os quadros 2 e 3 apresentam o perfil de grupos (masculino e feminino) que ocupavam a posição mais elevada na hierarquia de liderança desta agremiação.

**Quadro 2 - Presidentes da Sociedade Recreativa Beneficente União Rosariense – (1915-1941 e 1959-1965).**

Nome	Data de nascimento	Data de óbito	Município de nascimento	Período de gestão <sup>486</sup>	Cor	Atividade laboral
Almir Soares Barbosa	24/09/1887	05/10/1955	São Gabriel	1915 até 1919 1931 1938 e 1939 1941 – ? <sup>487</sup>	mista <sup>488</sup> parda <sup>489</sup>	Chauffeur Motorista
João Manoel Vianna	1896	05/07/1974	Rosário do Sul	1920 e 1921	mista <sup>490</sup>	Jornaleiro Músico Militar
Fabiano Manoel	03/12/1892	21/03/1972	Rosário do Sul	1922 até 1924	mista <sup>491</sup>	Sapateiro

<sup>485</sup> “Patriarcado significa a manifestação e institucionalização da dominância masculina sobre as mulheres e crianças na família e a extensão da dominância masculina sobre as mulheres na sociedade em geral. [...] o homem tem o poder [...], mas não significa que as mulheres sejam totalmente impotentes ou privadas de direitos, influência e recursos”. (LERNER, Gerda. **A criação do patriarcado: história da opressão das mulheres pelos homens**. São Paulo: Cultrix, 2019, p. 290). Sobre o patriarcado, os estudos da antropóloga Adriana Piscitelli apontam que sua conceitualização “foi importante na medida em que distinguia forças específicas na manutenção do sexismo e útil, em termos da tentativa feminista de mostrar que a subordinação feminina, longe de ser inevitável, era a naturalização de um feminino contingente e histórico, era que se o patriarcado teve um início poderia ter um fim”. A autora pontua que “o uso deste termo fora do seu contexto, acabava dificultando a compreensão das relações sociais que organizam diversas formas de discriminação. E ainda, as hipóteses explicativas sobre as origens da opressão feminina foram sendo, gradualmente, questionadas e abandonadas na busca de ferramentas conceituais mais apropriadas para a desnaturalizar essa opressão. Esse quadro de efervescência intelectual é o contexto no qual se desenvolveu o conceito de gênero”. (PISCITELLI, Adriana. *Re-Criando a (categoria) Mulher?*. Campinas, nov. 2001. p. 6 e 7. Disponível em: <https://www.culturaegenero.com.br/download/praticafeminina.pdf>. Acesso em 22 set. 2021). Neste movimento de ferramentas conceituais utilizadas para ampliar horizontes, atualmente a interseccionalidade contribui para a compreensão sobre opressões e agências femininas em diferentes contextos.

<sup>486</sup> A eleição e posse da nova diretoria ocorriam durante o mês de abril de cada ano.

<sup>487</sup> O livro de Atas da Sociedade Recreativa União Rosariense correspondente ao período de 1942 até 1958 encontra-se desaparecido, portanto, não é possível afirmar até que ano Almir Soares Barbosa atuou enquanto presidente.

<sup>488</sup> Registro Civil de pessoas Naturais. Comarca Rosário do Sul, Certidão de Óbito. Livro: C-11 – Folha 75v – Termo 7440.

<sup>489</sup> Carteira Profissional de Almir Soares Barbosa – 23 de setembro de 1937, p. 1

<sup>490</sup> Óbito de João Manoel Vianna, "Brasil, Rio Grande do Sul, Registro Civil, 1860-2006" FamilySearch (<https://www.familysearch.org/ark:/61903/1:1:68PF-F4PZ>: Thu Oct 05 06:21:30 UTC 2023), Entry for João Manoel Vianna and Thomas Casses, 5 Jul 1974.

Pereira				1933 e 1934 1936 e 1937		
Romário Lopes	1895	-	-	1925 1928 até 1930	preta <sup>492</sup>	Fotógrafo
Gregório Rodrigues	1902	18/04/1940	Rosário do Sul	1926 e 1927	preta <sup>493</sup>	Barbeiro
Euclides Mallet	1893	05/06/1947	Rosário do Sul	1932	mista <sup>494</sup>	Jornaleiro
Octalício Rodrigues da Costa	1908	03/04/1986	Rosário do Sul	1935	preta <sup>495</sup>	Jornaleiro Comerciante
Leôncio Rodrigues	1901	14/07/1985	Rosário do Sul	1940	preta <sup>496</sup>	Motorista Taxista
Arsenio Severo Candido	19/07/1917	05/08/1966	Rosário do Sul	1957 e 1958 1963	preta <sup>497</sup>	Funcionário público estadual
Nadir Alves Faleiro	15/11/1919	02/ 01/2012	Rosário do Sul	1960 e 1961	mista <sup>498</sup> preta <sup>499</sup>	Sapateiro, Funcionário público municipal
Miguel Monteblanco	29/09/1936	24/06 / 2004	Rosário do Sul	1962	mista <sup>500</sup>	Militar/ Sargento
Edilon de Moraes Farias	22/02/1933	03/04/2001	Rosário do Sul	1964	mista <sup>501</sup>	Bancário
Cezílio Alves	26/02/1912	08/02/1993 <sup>502</sup>	Rosário do Sul	1965	preta <sup>503</sup>	Comerciante

Fonte: Elaborado pela autora (2022).

<sup>491</sup> Registro Civil de Pessoas Naturais. Comarca Rosário do Sul, Certidão de Óbito. Livro: C-17 – Folha 113 v. Termo: 11921.

<sup>492</sup> Registro fotográfico.

<sup>493</sup> Registro Civil de Pessoas Naturais. Comarca Rosário do Sul, Certidão de Óbito. Livro: C-4 – Folha 73 v. Termo: 2537.

<sup>494</sup> Registro Civil de Pessoas Naturais. Comarca Rosário do Sul, Certidão de Óbito. Livro: C-8 – Folha 9 v. Termo: 5018.

<sup>495</sup> Registro Civil de Pessoas Naturais. Comarca de Porto Alegre – 3ª Zona, Certidão de Óbito. Livro: C-56 – Folha 123v. Termo: 29927.

<sup>496</sup> Registro Civil de Pessoas Naturais. Comarca de Porto Alegre, Certidão de Óbito. Livro: C-103 – Folha 74 v. Termo: 40.945.

<sup>497</sup> Registro Civil de Pessoas Naturais. Comarca Rosário do Sul, Certidão de Nascimento. Livro: A-10 – Folha 70 v. Termo: 79.

<sup>498</sup> Certificado de Reservista de 1ª Categoria. 1940.

<sup>499</sup> Registro Civil de Pessoas Naturais. Comarca Rosário do Sul, Certidão de Nascimento. Livro: A-25 – Folha 126 v. Termo: 3708.

<sup>500</sup> Diário de campo – 12/01/2023.

<sup>501</sup> Registro Civil de Pessoas Naturais. Comarca Rosário do Sul, Certidão de Nascimento. Livro: A-26 – Folha 46 v. Termo: 4001.

<sup>502</sup> Registro Civil de Pessoas Naturais. Comarca Rosário do Sul, Certidão de Casamento. Livro: B-10 – Folha: 183. Termo: 4261.

<sup>503</sup> Fonte Oral. Entrevista com José Rodrigues dos Santos no dia 31 de dezembro de 2021 em Rosário do Sul (RS). O Cezílio era sogro do José.



**Quadro 3 - Diretoras da Sociedade Recreativa Beneficente União Rosariense – (1920-1941 e 1959-1965).**

Nome	Data de nascimento	Data de óbito	Município de nascimento	Período de gestão <sup>504</sup>	Cor	Atividade laboral
Aljamira Soares dos Santos	-	-	-	1920 e 1921	-	-
Clarinda Lopes Martins	-	-	-	1922 e 1923	-	Afazeres domésticos
Cecilia Ramos Severo	1859	07/12/1956	Rosário do Sul	1924	branca <sup>505</sup>	Afazeres domésticos
Octília Azambuja Soares	18/06/1889	19/05/1963	São Gabriel	1925 1927 até 1929 1935 e 1936	branca <sup>506</sup>	Afazeres domésticos
Claricia Rodrigues Quinhones	02/09/1904	24/10/1998	Rosário do Sul	1926	branca <sup>507</sup>	Afazeres domésticos
Almedorina Rodrigues Siqueira	18/12/1898	05/07/1991	Rosário do Sul	1930 e 1931	preta <sup>508</sup>	Afazeres domésticos e Comerciante
Marfiza Rodrigues Garcia	22/09/1908	17/04/1963	Rosário do Sul	1932 e 1940	mista <sup>509</sup>	Afazeres domésticos
Ida da Silva Pereira	1894	29/04/1978 <sup>510</sup>	Rosário do Sul	1933 até 1935 1937	preta <sup>511</sup>	Afazeres domésticos
Márcia (Marciolina) Pereira Ramos	03/05/1907 <sup>512</sup>	-	Rosário do Sul	1938	-	Afazeres domésticos
Izaltina Gaspar Penha	1902 <sup>513</sup>	-	Rosário do Sul	1939 e 1941	-	Afazeres domésticos
Alda Pereira Aires	06/08/1916	06/07/1981 <sup>514</sup>	Rosário do Sul	1960 e 1961	-	Afazeres domésticos
Valve Terezinha Soares Monteblanco	05/09/1943 <sup>515</sup>	-	Rosário do Sul	1962 e 1965	preta <sup>516</sup>	Professora
Zulmira Ramos Soares	23/03/1926	24/05/2005	Rosário do Sul	1963 e 1964	mista <sup>517</sup>	Funcionária pública estadual e secretária

Fonte: Elaborado pela autora (2022).

<sup>504</sup> Geralmente a eleição e posse da nova diretoria ocorriam durante o mês de maio de cada ano.

<sup>505</sup> Registro Civil de Pessoas Naturais. Comarca Rosário do Sul/RS, Certidão de Óbito. Livro: C-11 – Folha 182 v. Termo: 7754.

<sup>506</sup> Registro Civil de Pessoas Naturais. Comarca Lajeado/RS, Certidão de Óbito. Livro: C-14 – Folha 268 v. Termo: 2562.

<sup>507</sup> Registro Civil de Pessoas Naturais. Comarca de Rosário do Sul/RS, Certidão de Óbito. Livro: C-12 – Folha 20. Termo: 6624.

<sup>508</sup> Registro Civil de Pessoas Naturais. Comarca Rosário do Sul/RS, Certidão de Nascimento. Livro: A-30 – Folha 200 v. Termo: 6867.

<sup>509</sup> Registro Civil de pessoas Naturais. Comarca Rosário do Sul/RS, Certidão de Óbito. Livro: C- 14 – Folha 156. Termo: 9357.

<sup>510</sup> Registro Civil de pessoas Naturais. Comarca Rosário do Sul/RS, Certidão de Óbito. Livro: C- 02 – Folha: 187v. Termo: 761.

<sup>511</sup> Fonte Oral. Entrevista com Irene Terezinha da Rosa Candido no dia 29 de abril de 2021 em Rosário do Sul (RS).

<sup>512</sup> Registro Civil de Pessoas Naturais. Comarca Rosário do Sul/RS, Certidão de Casamento. Livro: B-8 – Folha 118v. Termo: 51.

<sup>513</sup> Registro Civil de pessoas Naturais. Comarca Rosário do Sul/RS, Certidão de Casamento. Livro: B- 5 – Folha 194v. Termo: 29.

<sup>514</sup> Registro Civil de Pessoas Naturais. Comarca Rosário do Sul/RS, Certidão de Óbito. Livro: C- 03 – Folha 208. Termo: 1642

<sup>515</sup> Registro Civil de Pessoas Naturais. Comarca Rosário do Sul, Certidão de Casamento. Livro: B-16 – Folha: 57. Termo: 3552.

<sup>516</sup> Fonte Oral. Entrevista com Valdenice Ramos Soares no dia 6 de julho de 2022 em Porto Alegre (RS).

<sup>517</sup> Registro Civil de Pessoas Naturais. Comarca Rosário do Sul/RS, Certidão de Nascimento. Livro: A - 12 – Folha 153 v. Termo: 6788.

A ausência de dados sistemáticos sobre os agentes sociais em estudo, a dispersão e a perda de documentos do acervo da Sociedade Recreativa Beneficente União Rosariense impossibilitaram uma elaboração mais completa dos Quadros 2 e 3, mas os fragmentos apresentados permitem algumas observações.

Segundo dados do IBGE<sup>518</sup> sobre a população em geral, sem considerar fatores relativos à raça, gênero, classe, região, dentre outros, em 1900 a expectativa de vida do brasileiro era de 33,4 anos chegando a 36,49 anos em 1930. Em 1940 há um acréscimo significativo nessa expectativa, chegando a 45,5 anos; em 1960, era de 52,5 anos. Em 1980, era de 62,5 anos. A expectativa de vida média passou de 65,3 anos em 1990 a 71,5 anos em 2013. Ao observar a idade dos homens e das mulheres que ocuparam posição mais elevada na hierarquia de liderança da Sociedade União Rosariense, constata-se que a maioria viveu acima da expectativa de vida mostrada pelo IBGE. A exceção se deu com Gregório Rodrigues, que faleceu em 1949 com apenas 38 anos, vitimado por tuberculose pulmonar, e com Arsenio Severo Candido, falecido em 1966, com 49 anos, vítima de acidente vascular cerebral.

Sobre o período de gestão de cada presidente, eleito pela assembleia geral, era de um ano, podendo ser reeleito. Almir Soares Barbosa (1915 até 1919; 1931; 1938; 1939 e 1941), Fabiano Manuel Pereira (1922 até 1924; 1933; 1934; 1936; 1937 e 1968) e Nadir Alves Faleiro (1960; 1961; 1969 até 1972; 1977 e 1978) atuaram enquanto presidentes por mais de sete anos cada um, de forma intercalada (Quadro 2 e APÊNDICE H). As diretoras da Sociedade União, que em algumas ocasiões eram escolhidas pela diretoria e em outras eram eleitas pela assembleia geral, poderiam exercer o cargo por um ou mais mandatos. Algumas mulheres, escolhidas ou eleitas, eram esposas de presidentes e exerciam a liderança concomitante às suas gestões ou não: Octília Azambuja Soares (esposa de Almir Soares Barbosa), Ida da Silva Pereira (esposa de Fabiano Manuel Pereira), Zulmira Ramos Soares (esposa de Hélio Ferreira Soares<sup>519</sup>) e Valve Terezinha Soares Montebianco (esposa de Miguel Montebianco<sup>520</sup>). (Quadro 3 e APÊNDICE I)

No entendimento de Beatriz Ana Loner, a manutenção de diretorias femininas nos clubes negros se dava devido à sua ativa participação na sociedade:

---

<sup>518</sup> TEIXEIRA, Paulo Eduardo. População. In: **Brasil em números** = Brazil in figures / IBGE. Centro de Documentação e Disseminação de Informações. - Vol. 1 (1992). Rio de Janeiro: IBGE, 1992. Vol. 30 (2022). Gráfico 2.4, p. 87.

<sup>519</sup> Hélio Ferreira Soares atuou como presidente da SRBUR no ano de 1966.

<sup>520</sup> Miguel Montebianco atuou como presidente da SRBUR nos anos de 1962, 1979 e 1980.

Os negros frequentemente eram convocados pela polícia para trabalhar em obras da prefeitura, ou presos, por pretensa vagabundagem, mesmo quando estavam participando de festas à noite ou em fins de semana. Ou precisavam ausentar-se da cidade por longos meses, em busca de empregos, em momentos de crise. De forma que era às mulheres negras que cumpria, mais do que em qualquer outra etnia, zelar pela preservação da família, do grupo e de seus valores. Elas exerciam variadas funções culturais, seja na religião quanto no carnaval, saindo nos cordões ou blocos, fabricando as fantasias, proporcionando o elo entre os clubes carnavalescos e os futebolísticos, ou ainda preocupando-se com a promoção de quermesses para levantamento de fundos para as festividades ligadas às associações da etnia. Como resultado desse seu papel de maior importância, se encontram sempre diretorias femininas, praticamente em todas as suas associações, que funcionam paralelamente a diretoria masculina<sup>521</sup>.

Nessa perspectiva, mulheres negras rosarienses também estavam envolvidas em diferentes atividades dentro e fora da Sociedade Recreativa Beneficente União Rosariense, como é possível visualizar ao longo deste estudo.

Qual era a cor registrada nos documentos oficiais como certidões cartoriais (nascimento/casamento/óbito), carteira profissional ou certificado de reservista dos presidentes e das diretoras da Sociedade Recreativa Beneficente União Rosariense? Em um primeiro momento poderia se imaginar que seria somente cor preta, mas ao observar os documentos oficiais produzidos pelo Estado, nem sempre a designação da cor estava presente e, quando estava, se referia as cores mista, parda, preta ou branca. Segundo as historiadoras Hebe Maria Mattos e Ana Maria Rios, a partir da abolição da escravidão os documentos oficiais não permitem um levantamento exato, ou até mesmo aproximado, da população pela “cor”, pois “os processos cíveis e criminais, registros de batismo, casamento e óbito, na maioria dos casos, não fazem menção da cor e, mesmo nos registros civis, instituídos em 1888, onde citar a cor era legalmente obrigatório, em muitos casos ela se faz ausente”<sup>522</sup>. Na análise de Mattos, em seus estudos sobre o sudeste escravista, este sumiço gradativo da “cor” nas fontes, “especialmente durante as primeiras décadas após o fim do cativeiro, referenciais à condição de ex-escravos ou menções à cor de uma pessoa continuavam a causar suspeição ou desqualificar um indivíduo”<sup>523</sup>. Portanto, o silêncio em relação à cor acompanhava a própria expansão da liberdade e da cidadania.

Marcus Vinícius de Freitas Rosa entende que

---

<sup>521</sup> LONER, Beatriz Ana. Negros: Organização e luta em Pelotas. **História em Revista**. Pelotas, v. 5, 1999, p.13. Disponível em: [https://periodicos.ufpel.edu.br/ojs2/index.php/HistRev/article /view/12080](https://periodicos.ufpel.edu.br/ojs2/index.php/HistRev/article/view/12080). Acesso em 31 jan. 2023.

<sup>522</sup> MATTOS; RIOS, 2004, *op. cit.*, p. 176.

<sup>523</sup> MATTOS, 2005, *op. cit.*, p. 33.

o silêncio indistinto, total e generalizado sobre a cor, ou seja, o universalismo que deveria cumprir a função de igualar a todos, também podia servir para dar continuidade silenciosa à desigualdade calcada na cor, e tornar ainda mais difícil a necessidade de denunciá-la e combatê-la. A “invisibilidade” dos negros, uma das formas de expressão do racismo no Rio Grande do Sul, era perfeitamente compatível com atitudes orientadas pela noção de raça. Tratava-se de uma invisibilidade bastante parcial, já que dependia dos pontos de vista. Ao mesmo tempo, esta mesma invisibilidade não era peculiaridade gaúcha e nem mesmo encontrável somente em um passado distante<sup>524</sup>.

Lia Vainer Schucman e Felipe Luis Fachim acentuam que “trata-se de uma heterogeneidade que corresponde à uma escala de valores raciais, segundo a qual alguns sinais/marcas físicas balizam uma hierarquia que vai do branco ao preto, cujo status/valor é distribuído de maneira desigual entre os sujeitos”<sup>525</sup>. Já Lilia Moritz Schwarcz entende que “a cor indica um lugar socialmente reconhecível e pré-estabelecido, mas passível, quiçá, de transformações quando associada à uma posição social e de classe [...]. A cor significa uma forma simbólica de se inserir na sociedade e de agenciar marcadores disponíveis”<sup>526</sup>. E ainda, a cor “ajudava a abrir ou fechar portas”<sup>527</sup>. Seguindo nesta trilha, Rodrigo Weimer<sup>528</sup>, em suas pesquisas, atenta para os significados sociais de tais designações, as quais muitas vezes não representam as características fenotípicas como as cores de pele, mas servem para dispor e posicionar indivíduos brancos, pretos, mistos, etc., em lugares específicos da hierarquia social profundamente racializada. Estes lugares, até mesmo, poderiam significar uma maior ou menor distância com o passado recente da escravidão, ou seja,

O branco era associado à Europa e ao mundo livre; o preto indicava naturalidade africana e aproximação à condição da escravidão; as cores matizadas, como pardo e o mulato, resultavam da união de negros com brancos ou índios e indicavam a naturalidade americana e possível afastamento em relação à escravidão<sup>529</sup>.

Pensando no processo de mestiçagem no Brasil, o historiador Petrônio Domingues acredita que,

---

<sup>524</sup> ROSA, 2014, *op. cit.*, p. 300

<sup>525</sup> SCHUCMAN, Lia Vainer; FACHIM, Felipe Luis. A cor de Amanda: identificações familiares, mestiçagem e classificações raciais brasileiras. **Interfaces Brasil/Canadá**. Florianópolis/Pelotas /São Paulo, vol. 16, n.º. 3, p. 182-205, 2016, p. 203.

<sup>526</sup> SCHWARCZ, Lilia Moritz. Do preto, do branco e do amarelo: sobre o mito nacional de um Brasil (bem) mestiçado. **Ciência e Cultura**, São Paulo. v. 64 n. 1, jan. 2012.

<sup>527</sup> SILVA, [et al.]. 2017, *op. cit.*, p. 19.

<sup>528</sup> WEIMER, Rodrigo. **A gente da Felisberta**. Consciência histórica, história e memória de uma família negra no litoral rio-grandense no pós-emancipação. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro, 2013.

<sup>529</sup> SILVA, [et al.]. 2017, *op. cit.*, p. 15.

Foi talvez o mais alto e intenso do continente americano desde os primórdios da colonização. No entanto, na construção do sistema racial brasileiro, o mestiço é visto como ponte, na qual a tríade branco-indígena-negro se intersecciona e se dissolve em uma categoria comum fundante da nacionalidade. Se os brasileiros são misturados desde a origem, hoje não seriam nem pretos, nem brancos, mas sim um povo mestiço. A mestiçagem, porém, não conseguiu eliminar a hierarquização dos três grupos de origem e os conflitos de desigualdades étnico-raciais resultantes dessa hierarquização. Na verdade, o mestiço entrou nessa relação diferencial constituindo uma categoria intermediária, hierarquizada entre branco e negro/indígena<sup>530</sup>. Mais do que um mediador, válvula de escape de polos antagônicos, o mestiço brasileiro configura uma categoria ambígua – é “um e outro”, “o mesmo e o diferente”, “nem um nem outro”, “ser e não ser”, “pertencer e não pertencer” – daí Eduardo de Oliveira e Oliveira<sup>531</sup> qualificá-lo de “obstáculo epistemológico”<sup>532</sup>.

Para a filósofa Sueli Carneiro, “o discurso que molda as relações raciais é o mito da democracia racial. Sua construção e permanência até os dias atuais evidenciam, por si só, sua função estratégica, sobretudo como apaziguador das tensões étnico-raciais”<sup>533</sup>. Para justificar o mito, utiliza-se o argumento da miscigenação racial. Então, segundo Carneiro, “omite o estupro colonial praticado pelo colonizador contra mulheres negras e indígenas”<sup>534</sup>. Além disso, a filósofa argumenta que historicamente a miscigenação tem se prestado ao embranquecimento da população através do estabelecimento de uma “hierarquia cromática e de fenótipos que têm na base o negro retinto e, no topo, o ‘branco da terra’ oferecendo aos intermediários o benefício simbólico de estarem mais próximos do ideal humano, o branco”<sup>535</sup>, criando a ilusão de uma melhor aceitação social dos mais claros em relação aos mais escuros. Neste sentido, para Carneiro, diferenciações como “moreno escuro, moreno claro, moreno jambo, marrom bombom, mulato, mestiço”<sup>536</sup> etc., acabam fragmentando a identidade negra e coibindo que ela se aglutine em um sujeito coletivo que demanda direitos.

Trazendo para a realidade vivida em Rosário do Sul, ainda que nos documentos oficiais (nascimento, casamento e óbito) de presidentes e de diretoras da Sociedade Recreativa Beneficente União Rosariense, na categoria cor, haja a atribuição “preta”, “mista”, “parda” ou “branca”, durante o pós-Abolição, era necessário fazer escolhas, se defender seja individual ou coletivamente e tomar atitudes para obter cidadania e reagir à opressão racial que sofriam cotidianamente. Sendo assim, negras e negros agiram e forjaram estratégias para se inserirem

---

<sup>530</sup> MUNANGA, Kabengele. **Rediscutindo a mestiçagem no Brasil: identidade nacional versus identidade negra**. Belo Horizonte: Autêntica, 5ª ed. 2004, p. 134.

<sup>531</sup> OLIVEIRA, Eduardo de Oliveira e. O mulato, um obstáculo epistemológico. **Argumento**, Rio de Janeiro, v. 1, n. 3, 1974, p. 65-73.

<sup>532</sup> DOMINGUES, Petrônio. Uma breve história do Brasil. In: **Brasil em números = Brazil in figures / IBGE**. Centro de Documentação e Disseminação de Informações. - Vol. 1 (1992); Rio de Janeiro: IBGE, 1992. Vol. 30 (2022). p. 43-45.

<sup>533</sup> CARNEIRO. 2023, *op. cit.*, p. 50.

<sup>534</sup> *Ibidem*, p. 52.

<sup>535</sup> *Ibidem*, p. 52

<sup>536</sup> *Ibidem*, p. 53.

social e culturalmente neste território, inclusive, através do associativismo recreativo e beneficente.

Outra questão apresentada nos quadros 2 e 3 diz respeito à atividade laboral. É importante observar que durante a vida, cada sujeito poderá exercer diversas profissões, e as que foram elencadas nos quadros são aquelas nas quais se imagina que a pessoa permaneceu por mais tempo. O trabalho, além de organizar a vida das pessoas, é vivido a partir dos significados atribuídos à raça e gênero. No pós-Abolição, os trabalhadores e as trabalhadoras foram forjando possibilidades e lugares para o exercício do trabalho e do acesso a direitos dentro de um processo de generificação e racialização. Dentro deste contexto, quais atividades laborais eram exercidas por homens e por mulheres associados/as em agremiações negras? Giacomini, nos estudos sobre o Clube Renascença/RJ, identificou entre os/as seus/suas sócios/as fundadores/as que “nove dentre eles/elas são intitulos doutores - quatro mulheres e cinco homens, dos quais sabemos que três são médicos e um é advogado - e três professores”<sup>537</sup>. Portanto, este clube foi fundado por “negros diplomados” e “bem de vida”<sup>538</sup>. No Clube Gaúcho da cidade de Caxias do Sul/RS, Gomes observou “uma presença considerável de militares”<sup>539</sup>. Inclusive um dos fundadores deste clube, João Manoel Vianna, era militar e já havia participado do processo de fundação da Sociedade Recreativa União Rosariense, na Vila de Rosário/RS e do Grupo Carnavalesco “União Faz a Força” da cidade de Caxias do Sul, que será demonstrado no capítulo 5 desta tese.

Direcionando o olhar para os ofícios exercidos por homens que assumiram o cargo de presidente e demais sócios da SRBUR, de acordo com as fontes acessadas como fichas de sócios, certidões civis cartoriais e memórias, observa-se uma pluralidade de inserções laborais: *Chauffeur*/motorista/taxista, jornalista<sup>540</sup>, músico, sapateiro, fotógrafo, barbeiro<sup>541</sup>, comerciário, comerciante, funcionário público estadual, funcionário público municipal, funcionário público federal, militar (sargento, tenente, cabo, capitão, suboficial), bancário, professor, operário, marceneiro, ferroviário, advogado, oficial de justiça, serviços gerais, industriário, carteiro, carpinteiro, datilógrafo, pintor, estudante, mecânico, lustrador, agricultor e alfaiate. É recorrente na fala dos interlocutores e das interlocutoras deste estudo e em pesquisas sobre outras Associações negras brasileiras que uma estratégia empregada e

---

<sup>537</sup> GIACOMINI, 2006, *op. cit.*, p. 31.

<sup>538</sup> *Ibidem*, p. 24.

<sup>539</sup> GOMES, 2008, *op. cit.*, p. 73.

<sup>540</sup> No período deste estudo atribuía-se o ofício de jornalista para a pessoa que realizava diferentes atividades e recebia pagamento diário, ou seja, trabalhava por jornadas, não tinha trabalho/lugar fixo/permanente.

<sup>541</sup> No período deste estudo, ofício de barbeiro englobava não apenas os sentidos hoje em dia a ele associados, mas também saberes relativos às artes de cura e da música.

valorizada pelos negros era a busca de emprego no setor público, seja no funcionalismo municipal, estadual ou federal, ou ainda, nas forças armadas, onde poderia haver menor discriminação racial e o emprego proporcionava maior segurança financeira e mobilidade social. Como foi mencionado no capítulo anterior, em 1923 foi instalado um Quartel do Exército Nacional no município de Rosário do Sul e ali vários jovens, filhos de associados e associadas da União, prestavam serviço militar, sendo que alguns seguiam carreira nas Forças Armadas.

Ao observar o perfil socioprofissional de associados e associadas da Sociedade Recreativa Beneficente União Rosariense, constata-se diferenças em relação ao grupo social masculino e o grupo social feminino (Quadros 2 e 3). Acessando registros oficiais produzidos pelo Estado (casamento/óbito) e memórias (entrevistas), os trabalhos exercidos por mulheres que exerceram o cargo de diretoras e demais associadas, foram principalmente afazeres domésticos, lavadeira (engomadeira, passadeira), costureira, benzedeira, operária, garçomete, babá<sup>542</sup>, diarista, comerciante e comerciária. Algumas mulheres a partir da década de 1960 exerceram ofícios como auxiliar de enfermagem, mãe de santo, secretária, professora, funcionária pública e bancária. Portanto, existia uma maior variabilidade profissional no grupo social masculino.

Compartilho aqui o entendimento desse termo “afazeres domésticos”<sup>543</sup> como sendo uma espécie de conceito guarda-chuva, congregando tarefas realizadas dentro das próprias casas ou em residências de terceiros, podendo ser remunerado ou não e, até mesmo, envolver coabitação com empregadores. Constata-se, portanto, o peso da estrutura patriarcal sobre o grupo social feminino em um todo, e de uma economia do cuidado que às sobrecarregavam com os afazeres domésticos e cuidados de pessoas dentro do ambiente domiciliar<sup>544</sup>.

---

<sup>542</sup> Nanah Sanches Vieira, em sua dissertação de Mestrado, por meio de entrevistas com nove babás, analisa o cotidiano de trabalhadoras domésticas no Brasil contemporâneo, focando o trabalho de babás. Nesta pesquisa o corpo da babá é abordado como categoria central de reflexão sobre relações sociais no qual gênero e raça se interseccionam. No seu entendimento, as representações e práticas referentes à babá, se dão por meio de subclassificações de seus corpos entre afeto (cuidado), objeto (atividade laboral) e abjeto (dominante x dominado). (VIEIRA, Nanah Sanches Vieira. **O trabalho da babá: trajetórias corporais entre o afeto, o objeto e o abjeto**. Dissertação (Mestrado em Sociologia) - Departamento de Sociologia da Universidade de Brasília. 2014).

<sup>543</sup> Os afazeres domésticos remontam arranjos da escravidão e continuam na condição de subalternidade.

<sup>544</sup> Sobre as experiências de vida de domésticas negras, mestiças e brancas, escravas, livres e libertas da segunda metade do século 19 até o início do século 20, ver os estudos realizados por: SOUZA, Flavia Fernandes de. **Criados, Escravos e Empregados**. O serviço doméstico e seus trabalhadores na construção da modernidade brasileira (cidade do Rio de Janeiro, 1850-1920). Tese (Doutorado em História) - Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Departamento de História da Universidade Federal Fluminense, 2017. SILVA, Maciel Henrique Carneiro da. **Domésticas criadas entre textos e práticas sociais**. Recife e Salvador (1870-1910). Tese (Doutorado em História) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2011.

A partir de um olhar interseccional, Angela Davis observou que, na sociedade estadunidense,

como consequência direta de seu trabalho fora de casa [...] as mulheres negras nunca tiveram como foco central de sua vida as tarefas domésticas. Elas escaparam, em grande medida, ao dano psicológico que o capitalismo industrial impôs às donas de casa brancas de classe média, cujas supostas virtudes eram a fraqueza feminina e a submissão de esposa. As mulheres negras dificilmente poderiam lutar por fraqueza; elas tiveram de se tornar fortes, porque sua família e sua comunidade precisavam de sua força para sobreviver<sup>545</sup>.

Seguindo nesta trilha, os estudos realizados pela escritora afro-estadunidense Saidiya Hartman evidenciam que “a subsistência – a arte de sobreviver e superar – exigia o esforço contínuo de viver em um contexto no qual a privação era garantida e o trabalho doméstico ou o serviço geral definiam as únicas oportunidades disponíveis para jovens e mulheres negras”<sup>546</sup>. Dentro de um universo racializado, tanto na sociedade estadunidense como brasileira, o trabalho doméstico e de lavanderia estão entre as únicas opções para mulheres negras.

Sobre o ofício das lavadeiras, de acordo com as lembranças das interlocutoras desta pesquisa, várias mulheres negras sócias da União recolhiam roupas sujas no Grande Hotel<sup>547</sup> e Hotel 15 de Novembro<sup>548</sup>, ou nas residências de pessoas “brancas” com maior poder aquisitivo<sup>549</sup>, faziam as trouxas e iam até o rio Santa Maria (Mapa 1). Este ofício exigia coragem e força para lavar, torcer e pendurar lençóis, toalhas, cortinas e roupas diversas. No inverno o minuano<sup>550</sup> dificultava ainda mais o trabalho das lavadeiras. Depois de a roupa estar seca, ela era recolhida, passada, engomada, dobrada e entregue para suas/seus respectivas/os donas/os. Por vezes a roupa era lavada em casa, envolvendo mães e filhas. Também é importante evidenciar que neste trabalho físico, elas trabalhavam com as mãos, que por diversas vezes rachavam, inchavam, ficavam doloridas devido ao uso de sabão cáustico e outros produtos de limpeza.

---

<sup>545</sup> DAVIS, 2016, *op. cit.* p., 232.

<sup>546</sup> HARTMAN, 2022, *op. cit.*, p. 251.

<sup>547</sup> Atualmente denominado Hotel Ibicuí, localizado em frente a Praça Borges de Medeiros, ao lado da Casa Paroquial, centro de Rosário do Sul.

<sup>548</sup> Entrevista com Valdenice Ramos Soares no dia 6 de julho de 2022 em Porto Alegre (RS).

<sup>549</sup> Entrevista com Sile Terezinha Vaz Maia no dia 01 de maio de 1921 em Rosário do Sul, (RS). Sile, filha de Umbelina Paulo Vaz (Bila) e Boaventura Vaz. Em 1932 Umbelina foi eleita para o cargo de 2ª procuradora e em 1935 participou da comissão de convite. Sile é irmã de Vergínia Paulo Vaz que em 1954 foi eleita rainha da Primavera, e de Georgina Paulo Vaz que em 1959 foi eleita rainha do Clube União. Em 1966 Sile casou-se com Ataídes Fiuza Maia que exerceu o cargo de diretor da SRBUR no período de 1974, 1979 e 1980; conselho fiscal 1977 e 1978; e comissão de sindicância nos anos de 1981 e 1982. No ano de 1977 Sile Terezinha exerceu o cargo de 4ª diretora da Sociedade União.

<sup>550</sup> “Vento que sopra frio e forte durante o inverno no Pampa gaúcho, vem dos Andes, na Região Sudoeste do Rio Grande do Sul, local onde habitava a Tribo dos índios Minuanos” (PRATES, Eloísa. *Pelo Escuro: Nasce a cor da poesia*. Curitiba: Appris, 2020, p 33).



Sobre mães e avós associadas em clubes negros que exerciam o ofício de lavadeiras, Fernanda Oliveira destaca a contribuição da obra “As filhas das lavadeiras”, escrita pela pedagoga Maria Helena Vargas da Silveira, que apresenta “entrevistas com 21 mulheres negras do sul e do sudeste do Brasil, evidenciando que a experiência de lavadeira foi algo compartilhado por mulheres negras no pós-Abolição, especialmente no fim do século 19 e nas três primeiras décadas do século 20”<sup>551</sup>. No capítulo 5 desta tese, apresento aspectos do cotidiano de algumas sócias da SRBUR que tinham como principal atividade laboral, ser lavadeiras.

No início do período republicano brasileiro, enquanto mulheres brancas comemoravam e, de certa maneira, vivenciavam um tipo de liberdade ao saírem do ambiente privado do lar e ingressarem no mercado de trabalho, mulheres negras há séculos atuavam nos dois campos. Nesta perspectiva, Sueli Carneiro, uma das principais autoras do feminismo negro no Brasil, ressalta que

Fazemos parte de um contingente de mulheres que trabalharam durante séculos, como escravas nas lavouras ou nas ruas, como vendedoras, quituteiras, prostitutas... Mulheres que não entenderam nada quando as feministas disseram que as mulheres deveriam ganhar as ruas e trabalhar! Fazemos parte de um contingente de mulheres com identidade de objeto. Ontem, a serviço de frágeis sinhazinhas e de senhores de engenho tarados. São suficientemente conhecidas as condições históricas nas Américas que construíram a relação de coisificação dos negros em geral e das mulheres negras em particular. Sabemos, também, que em todo esse contexto de conquista e dominação, a apropriação social das mulheres do grupo derrotado é um dos momentos emblemáticos de afirmação de superioridade do vencedor. Hoje, empregadas domésticas de mulheres liberadas e dondocas, ou de mulatas tipo exportação <sup>552</sup>.

A partir de um olhar interseccional de gênero, raça e classe, as mulheres enfrentaram enorme dificuldade para obter um lugar nos bancos escolares e ascender social e economicamente. Mesmo diante de tantos entraves, “a educação foi sempre vista pelo segmento negro como um caminho eficaz, não só para a eliminação do preconceito racial como para a conquista de lugares menos subalternizados na sociedade”<sup>553</sup>. Segundo nesta trilha, as mulheres negras existiram para além do racismo, “construíram cidadania por meio do acolhimento e da educação, recusaram histórias únicas sobre lugares e gentes, acreditaram que a educação deveria ser plural e, por meio da escrita e ação, denunciaram as barreiras que limitavam as pessoas”<sup>554</sup>.

---

<sup>551</sup> SILVA, 2017, *op. cit.*, p. 222.

<sup>552</sup> CARNEIRO, 2019, *op. cit.*, p. 325.

<sup>553</sup> NEPOMUCENO, 2012, *op. cit.*, p. 389.

<sup>554</sup> SILVA, 2023, *op. cit.*, p. 291.

Observando fragmentos de trajetórias de sócias e sócios da SRBUR percebi que algumas e alguns conseguiram investir em uma educação formal e assim passaram a fazer parte do quadro do funcionalismo público e ocupar outros lugares, distantes daqueles ocupados por seus ancestrais escravizados ou livres. É notório que o Brasil tem uma dívida histórica com as pessoas negras que quiseram e desejaram frequentar espaço público de educação formal – a escola e a universidade – e foram impedidas ou expulsas pelo racismo, sexismo e classicismo existente nestes espaços de conhecimentos.

As análises elaboradas pelas sociólogas Angela Davis<sup>555</sup> e Patricia Hill Collins<sup>556</sup> sobre a realidade de mulheres negras estadunidenses, apontam que, ao longo da história, as atividades laborais por elas desenvolvidas estavam voltadas ao cuidado, tendo na base o doméstico e no topo o ato de ensinar, dentro de uma hierarquia pautada na questão simbólica. Trazendo para o contexto brasileiro, Fernanda Oliveira observa que isso “reflete na noção de progresso social para todas aquelas que se afastaram das lides domésticas, interpretadas como um ofício que reatualiza a escravidão”<sup>557</sup>. Nesta perspectiva, percebo que um processo similar ocorreu entre as associadas da SRBUR. Nas décadas de 1920 até 1950, o trabalho laboral que prevalecia era o doméstico e o das lavadeiras. A partir da década de 1960, associadas desta agremiação negra, após frequentar o curso profissionalizante denominado Magistério na Escola Normal Regional Nossa Senhora do Horto, poderiam exercer a profissão de professora, como foi o caso de Maria Romilda Rangel, Valdenice Ramos Soares, Valve Terezinha Soares Monteblando e Irene Terezinha da Rosa Candido; de bibliotecária como Jari Felix Santiago e outras como será evidenciado no capítulo 5 desta tese.

A historiadora e cientista política Céli Regina Jardim Pinto observa que

O trabalho das mulheres tem sofrido apagamento pelo menos até a metade do século XX, primeiro pelo simples fato de a historiografia sobre o trabalho tratar sempre o trabalhador no masculino; segundo, porque à mulher era atribuído o trabalho dentro de casa, o chamado trabalho doméstico, dedicado ao bem-estar da família, através do cuidado da alimentação do marido, dos filhos e dos idosos. No entanto, essas presunções escondem um volume formidável de trabalho economicamente significativo de mulheres, executado dentro e fora de casa. As mulheres da elite econômica e da exígua classe média da época não exerciam trabalhos remunerados após o casamento, com raríssimas exceções. Mas as mulheres pobres trabalhavam tanto na rua como em casa, em trabalhos remunerados, para junto com seus companheiros sustentarem a família<sup>558</sup>.

---

<sup>555</sup> DAVIS, 2016, *op. cit.*

<sup>556</sup> COLLINS, 2019, *op. cit.*

<sup>557</sup> SILVA, 2023, *op. cit.*, p. 286.

<sup>558</sup> PINTO, 2021. *op. cit.*, p. 71.

Céli Pinto também ressalta que a história das mulheres no mundo do trabalho deve ser olhada para duas realidades distintas. Uma é a exclusão das mulheres em trabalhos mais bem remunerados, da diferença salarial em relação aos homens, o preconceito da sociedade contra mulheres que trabalhavam fora de casa, o assédio sexual e moral, a obediência aos maridos. A outra é a presença de mulheres que transformavam trabalhos domésticos em fontes de renda, que circulavam como empregadas domésticas para sustentar a si e sua família, enfrentando preconceitos e exploração: “é obrigação da historiografia trazer isso à tona”<sup>559</sup>. Seguindo nesta direção, a historiadora e jornalista Bebel Nepomuceno, ao discutir o tema trabalho e a mulher negra, enfatiza que

Entre as mulheres negras, acostumadas aos percalços da vida, não havia muito espaço para a imagem da esposa passiva, submissa ao marido e dedicada exclusivamente ao lar. A preocupação maior era que a mulher tivesse meios de obter uma fonte de renda e não ficasse dependente economicamente ao companheiro<sup>560</sup>.

Nessa perspectiva, as funções exercidas pelas mulheres negras iam além da visão tradicional de mulher apenas como esposa e mãe, pois seu trabalho fora de casa e suas rendas eram de grande importância para a manutenção das famílias negras e de sua comunidade. É importante pontuar que, também na Vila de Rosário, até meados do século 20, no tempo em que as mulheres sócias da União eram crianças até serem jovens adultas e mães, a produção de alimentação industrializada praticamente não existia na região, muito do que se consumia era produção própria. As mulheres produziam doces e licores de frutas, pães, bolos, bolachas, manteiga, queijo dentre outros produtos. Também a maioria das roupas usadas no cotidiano pela família era costurada pelas mulheres (esposas, mães, irmãs). Portanto, os afazeres domésticos demandavam diversas e constantes atividades dentro de suas próprias casas.

Fabricio Romani Gomes observa que:

Domésticas ou não, as mulheres negras de Caxias, Pelotas, Porto Alegre, Rio de Janeiro e São Paulo, por exemplo, tiveram um papel importante na criação e consolidação de associações negras. Em alguns casos, criaram espaços específicos para a participação feminina. Noutros, estiveram acompanhadas pelos homens, desenvolvendo inúmeras atividades. No caso do Sport Club Gaúcho, onde no início havia duas diretorias, uma feminina e outra masculina, desempenharam diversas funções auxiliando no fortalecimento da entidade<sup>561</sup>.

Afazeres domésticos predominavam na atividade laboral das diretoras da Sociedade Recreativa Beneficente União Rosariense (Quadro 3), bem como na maioria das atividades

---

<sup>559</sup> Ibidem, p. 97.

<sup>560</sup> NEPOMUCENO, 2012, *op. cit.*, p. 387.

<sup>561</sup> GOMES, 2008, *op. cit.*, p. 69.

desenvolvidas pelas associadas desta agremiação. Portanto, compactuando com Gomes, as mulheres negras de Rosário do Sul, “sendo domésticas ou não”, desenvolveram inúmeras atividades e contribuíram fortemente para o fortalecimento da Sociedade União, como está sendo evidenciado, principalmente no presente capítulo desta tese.

### 3.1.2 Ações para a manutenção do espaço coletivo de existência

Durante a trajetória da Sociedade União Rosariense diversas ações foram desenvolvidas, tanto individuais quanto coletivas, e assim era possível manter este espaço que demarcava a presença negra na vila/cidade de Rosário do Sul. Uma das ações era o pagamento de joia e de mensalidades. Com o propósito de perceber a diferença de gênero em relação aos valores cobrados de associadas e associados e o que o salário mínimo poderia representar na época, foi elaborado o seguinte quadro<sup>562</sup>:

**Quadro 4 - Valor da mensalidade, joia e salário mínimo (1918 - 1965).**

Período <sup>563</sup>	Mensalidade		Joia		Salário mínimo <sup>564</sup>
	Feminina	Masculina	Feminina	Masculina	
1918	Doces, salgados e licores.	Rs1\$000 Um mil réis	-	Rs6\$000 Seis mil réis <sup>565</sup>	-
1920	Rs1\$000 Um mil réis	Rs2\$000 Dois mil réis	-	-	-
1931	-	Rs2\$000 Dois mil réis	-	Rs10\$000 Dez mil réis	-
1958	-	Cr\$ 20,00 Vinte cruzeiros	-	Cr\$ 500,00 Quinhentos cruzeiros	Cr\$ 3.800,00 <sup>566</sup> Três mil e oitocentos cruzeiros
1959	Cr\$ 10,00	Cr\$ 40,00	-	-	Cr\$ 6.000,00 <sup>567</sup>
1963	Cr\$ 20,00	Cr\$ 100,00	Cr\$ 200,00	Cr\$ 1.000,00	Cr\$ 21.000,00 <sup>568</sup>
1965	Cr\$ 200,00	Cr\$ 500,00	Cr\$ 2.000,00	Cr\$ 5.000,00	Cr\$ 66.000,00 <sup>569</sup>

Fonte: Elaborado pela autora (2022).

Em assembleia geral realizada em 2 de junho de 1916 na sede da Sociedade União, foi proposto que as mulheres ficassem isentas de pagamento de mensalidade. Em contrapartida, deveriam oferecer algum donativo para as festas ou bailes promovidos pela agremiação.

<sup>562</sup> O quadro apresenta informações parciais, devido à falta de fontes.

<sup>563</sup> Os anos aqui citados correspondem aos fragmentos encontrados em Atas.

<sup>564</sup> O primeiro salário mínimo foi instituído em julho de 1940 através do Decreto-Lei 2.162/1940 no valor de 240 mil réis.

<sup>565</sup> Período de vigência do padrão monetário ‘réis’: do início do século XVI até 30/10/1942.

<sup>566</sup> O decreto nº 39604, de 1956 mudou o valor do salário mínimo para Cr\$ 3.800,00.

<sup>567</sup> O decreto nº 45106-A, de 1958 mudou o valor do salário mínimo para Cr\$ 6.000,00.

<sup>568</sup> O decreto nº 51631, de 1962 mudou o valor do salário mínimo para Cr\$ 21.000,00.

<sup>569</sup> O decreto nº 55803, de 1965 mudou o valor do salário mínimo para Cr\$ 66.000,00.

Porém, a partir de 1920, com a formação da primeira diretoria feminina, as mulheres deveriam pagar 1 mil réis mensais, sendo que este valor representava 50% da mensalidade paga pelos homens. Os dados registrados no Quadro 4 mostram que, no ano de 1959, o valor da mensalidade pago pelas mulheres era de 0,17% e pelos homens era de 0,66% sobre o valor do salário mínimo. Já no ano de 1965, as mulheres pagavam 0,30% e os homens 0,76% sobre o salário mínimo vigente. Portanto, os homens exerciam profissões cuja remuneração era maior do que àquelas exercidas pelas mulheres, conseqüentemente, cabia aos homens o pagamento de um valor maior da mensalidade do que aquele pago pelas mulheres, e como citado anteriormente, nem todas as mulheres exerciam trabalho remunerado. Também fica evidente que a mensalidade era a principal fonte de subsídio da Sociedade, pois era um dinheiro que entrava no caixa da associação independentemente de ações de arrecadação ou da promoção de eventos, as quais dependiam de gastos para que fossem realizadas. Os valores pagos pelas associadas e pelos associados eram simbólicos, mas, para manter o funcionamento da agremiação, era fundamental a colaboração das pessoas associadas e, ao mesmo tempo, este gesto, materializava o seu pertencimento. Em relação à arrecadação, era função das procuradoras proceder a cobranças das mensalidades femininas e dos procuradores cobrar as mensalidades masculinas. Houve um período no qual “uma pessoa sócia que se dispunha a ser cobrador em troca recebia 10% do valor. O cobrador saía com a pastinha. O Clube teve até uma bicicleta que o cobrador a utilizava para fazer essas cobranças”<sup>570</sup>.

Usualmente era estipulado um prazo máximo de tolerância para as dívidas com a mensalidade, já que após três meses de inadimplência o associado/ a associada poderia ser desligado/a do quadro social. Por exemplo, em 1 de junho de 1959, oito sócios foram eliminados e, em 7 de abril de 1965, vinte e sete sócios foram desligados por falta de pagamento da mensalidade.

Sobre as agências de sustentabilidade da Sociedade União, é importante evidenciar que as mulheres sócias contribuíam com donativos ou dinheiro para realização de eventos; pagavam mensalidades; recolhiam mensalidades; buscavam doações no comércio local para as quermesses. Além disso, solicitavam contribuições dos sócios para cobrir despesas na organização de eventos como baile de 15 de novembro ou de 1º de maio, eram responsáveis pela criação de campanhas para comprar cortinas, cadeiras, painéis e outros objetos para a agremiação; e, realizavam chás no intuito de angariar recursos financeiros para promover o

---

<sup>570</sup> Entrevista com Adão Ramires da Silva Machado no dia 23 de fevereiro de 2022 em Rosário do Sul (RS). Adão se tornou sócio a partir da década de 1960. Casou-se com Nara Nei Faleiro no ano de 1982. Atuou enquanto presidente da SRBUR no período de setembro de 1981 até dezembro de 1982 e nos anos de 2001 até 2016.

Baile da Primavera que geralmente acontecia no final do mês de setembro. No ano de 1964, a diretoria feminina se comprometia em pagar as contas de energia elétrica e da água referente à sede da Sociedade União Rosariense.

Em Atas constam registros, realizados por membros da diretoria, de elogios e agradecimentos pela pontualidade nos pagamentos de mensalidades (Quadro 4) e pelo trabalho desenvolvido pelas mulheres em prol da associação. A interlocutora Ana Elisabete Ramos do Amaral afirma que “a mulher não tinha cargo de presidente, mas estava sempre presente. Sempre ali fazendo acontecer”<sup>571</sup>.

Fazendo um paralelo com outros estudos, a historiadora Magna Lima Magalhães observa uma forte atuação das mulheres para o fortalecimento da Sociedade Cultural Esportiva Cruzeiro do Sul, de Novo Hamburgo/RS:

Nos depoimentos coletados (de homens e mulheres), há sempre alguma referência que descortina a importância de Nair Leopoldina e de “Filhinha” na história da associação negra. Ambas são reconhecidas como responsáveis pela organização das primeiras festas do Cruzeiro, antes mesmo da construção da sede. Ao que tudo indica, as mulheres e seus “dotes culinários” auxiliavam na arrecadação de fundos para a construção da sede social. Os alimentos preparados e vendidos por “vó Nair” chamavam a atenção, em especial dos brancos. Foram nomes respeitados, mulheres de postura firme que, com criatividade e solidariedade, fortaleceram a agremiação, principalmente, através do incentivo da sociabilidade<sup>572</sup>.

A historiadora Fernanda Oliveira da Silva, ao observar a atuação de mulheres negras nos clubes uruguaios, conclui que:

As mulheres negras, muitas das quais com profissões ligadas às lides domésticas e poucos anos de estudo, residentes em Melo ou em Montevidéu, com as raízes bastante sólidas no Centro Uruguay, tinham na cor da pele e na experiência coletiva do clube a identificação de um projeto político comum em prol da raça, que incluía homens e mulheres. As formas como as mulheres negras se colocaram e foram colocadas não permitem observá-las a priori como à margem, fosse do próprio clube, fosse das demais organizações negras em que se inseriam e mesmo da sociedade de uma forma geral. Os condicionamentos existiam, afinal, é nítido que elas criaram suas sub organizações, como o vocábulo já adverte, em decorrência de não poderem fazer-se presentes nos órgãos deliberativos dos conrazaneos. Ora, em não podendo lá estar nada mais plausível que compor os seus próprios órgãos e por meio deles dialogar com aqueles que elas consideravam seus iguais<sup>573</sup>.

O historiador Fabricio Romani Gomes evidencia que no Clube Gaúcho de Caxias do Sul/RS, as mulheres eram responsáveis pela organização de vários eventos, “as moças

---

<sup>571</sup> Entrevista com Ana Elisabete Ramos do Amaral no dia 23 de fevereiro de 2022 em Rosário do Sul (RS). Ana, filha dos associados da União, Alfredo Ramos e Dalva Fernandes Ramos, participava de bailes infantis e debutou em 1969 – 1º Baile de debutantes promovido pela SRBUR. Ela fazia parte do Grupo Embalo Jovem da SRBUR.

<sup>572</sup> MAGALHÃES, 2017, *op. cit.*, p. 150.

<sup>573</sup> SILVA, 2017, *op. cit.*, p. 219.

deveriam ‘visitar o comércio e a indústria locais para arrumar fundos’. Foram ainda designadas para fazer a limpeza do salão após as festividades”<sup>574</sup>.

Assim, as agências femininas dentro dos clubes negros contribuíam significativamente na manutenção de espaços coletivos de existência. Num ambiente urbano elas se reuniam, experimentavam a liberdade e a cidadania, e recusavam a existência subalternizada predefinida para elas, como é possível observar na sequência deste estudo.

### 3.2 MULHERES EM MOVIMENTO

Remetendo à sabedoria ancestral de Sankofa<sup>575</sup>, que olha para trás (ontem) para entender o hoje, enquanto voa para frente (amanhã), a formação de agremiações negras está ligada à resistência e à existência daqueles sujeitos. Ao olhar para o final do século 19 e início do século 20, no sul do Sul, percebe-se a formação de várias associações negras de caráter recreativo, assistencial e/ou cultural, destacando as associações bailantes surgidas com o intuito de aproveitar o Carnaval<sup>576</sup>. Para construir um futuro melhor, é preciso mapear o passado, recuperar o que foi renegado, invisibilizado, encontrar os sujeitos negros – mulheres e homens – agindo, resistindo e existindo. Dessa forma, podemos contrariar os processos de apagamento sobre a presença negra no sul do Brasil, uma vez que atualmente ainda persiste a imagem de que o Rio Grande do Sul é a ‘Europa brasileira’, levando a crer que aqui está presente “somente o capital cultural e humano europeu”<sup>577</sup>. Por esta perspectiva, Fernanda Oliveira e Priscila Nunes Pereira afirmam que:

Nesta territorialidade vivemos um duplo mito contraditório: da democracia racial brasileira e da ausência de negras/os no estado. [...] O silêncio, quase absoluto, sob a participação efetiva e decisiva da população negra na construção do estado vem sendo contraposto desde a chegada dos primeiros negros. Principalmente pelas mulheres que, atuando de diversas formas, transformam ausências em presenças, que rompem com a centralidade cultural eurocêntrica, afirmam politicamente a matriz africana no Rio Grande do Sul e trazem o questionamento sobre a formação histórica unitária da região sul<sup>578</sup>.

---

<sup>574</sup> GOMES, 2008, *op. cit.*, p. 84.

<sup>575</sup> Sankofa (Sanko = voltar; fa = buscar, trazer) sua origem está em um provérbio tradicional entre os povos de língua Akan da África Ocidental, em Gana, Togo e Costa do Marfim. Sankofa, enquanto símbolo Adinkra, é representado como um pássaro mítico que voa para frente, tendo a cabeça voltada para trás e carregando no seu bico um ovo, o futuro. Sankofa remete a possibilidade de voltar às nossas raízes, para se fortalecer e avançar. Também significa uma realização do eu, individual e coletivo. O que quer que seja que tenha sido perdido, esquecido, pode ser reavivado, preservado ou perpetuado.

<sup>576</sup> SILVA, 2011, *op. cit.*, p.92.

<sup>577</sup> OLIVEIRA, PEREIRA, 2019, *op. cit.*, p.456.

<sup>578</sup> *Ibidem*, p.456.

Portanto, acredito que é importante participar do processo de transformação de ausências em presenças não somente na questão de raça, mas também na questão de gênero, uma vez que não basta ser mulher, precisamos visibilizar as estratégias utilizadas por mulheres e aqui especificamente por mulheres, negras e associadas na SRBUR. Assim, de acordo com a escrita de Margareth Rago,

Podemos partir para uma releitura do passado onde apareçam as práticas femininas e feministas na esfera pública e privada, onde as experiências e lutas das mulheres ganhem visibilidade, permitindo que construam novas interpretações de si mesmas. De passivas e incapazes, portanto, as mulheres aparecem como plenas de iniciativas, ideias e energias não apenas no presente, mas em muitos outros importantes momentos da História<sup>579</sup>.

No intuito de mostrar existências de coletividades femininas negras em outros momentos da História, citamos aqui associações com denominações alusivas às flores. Foi o caso de associações compostas por mulheres negras em diversas cidades brasileiras, como Porto Alegre, onde existiram o Bouquet Club (1894), a Sociedades de Moças Flor do Futuro (1908), a Sociedade Flor de Jambo (1909), a Sociedade das Sempre Vivas (1910) e Grupo das Margaridas (1905)<sup>580</sup>; em Caxias do Sul, com o Grupo das Margaridas (1933)<sup>581</sup>; em Curitiba, com a existência do Grêmio das Camélias (1899) do Grêmio Flor de Maio (1922)<sup>582</sup>. Mas o que isso poderia significar? É sabido que a função da flor é garantir a reprodução do vegetal. Flores são símbolos da beleza, da delicadeza, do feminino. No que se refere ao universo associativo feminino, apesar de manter

uma visão tradicional de feminilidade, na qual a mulher ainda era percebida como responsável pelos cuidados e pela educação dos membros da sociedade, seu amplo campo de atuação mostra que elas iam além de tais concepções, frequentemente se pautando pela ideia de que as mulheres deveriam demonstrar sua utilidade enquanto cidadãs e sua capacidade para resolver os problemas e dificuldades peculiares às práticas e experiências femininas<sup>583</sup>.

---

<sup>579</sup> RAGO, Margareth. As mulheres e suas artes de fazer na política. **Revista feminista Conspirando**, Chile. s/d. p. 4. Disponível em: [https://historiacultural.mpbn.net.br/artigos\\_genero/margareth/RAGO\\_Margareth-As\\_mulheres\\_e\\_sua\\_arte\\_de\\_fazer\\_na\\_politica](https://historiacultural.mpbn.net.br/artigos_genero/margareth/RAGO_Margareth-As_mulheres_e_sua_arte_de_fazer_na_politica). Acesso em 2 fev. 2022.

<sup>580</sup> DOMINGUES, Petrônio. Negros no Brasil Meridional: associativismo no pós-Abolição. In: MENDONÇA, Joseli Maria Nunes; TEIXEIRA, Luana; MAMIGONIAN, Beatriz (org.). **Pós-Abolição no Sul do Brasil: associativismo e trajetórias negras**. Salvador: Sagga, 2020, p. 23.

<sup>581</sup> GOMES, 2008, *op. cit.*, p. 67.

<sup>582</sup> SANTIAGO, 2019, *op.*, cit.

<sup>583</sup> SEIXAS, Larissa Selhorst. **O feminismo no bom sentido: O centro paranaense feminino de cultura e o lugar das mulheres no mundo público (Curitiba, 1933 - 1958)**. Curitiba, PR. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação da Universidade Federal do Paraná. 2011, p. 53.



Quais eram as práticas e experiências femininas em uma sociedade recreativa e beneficente de classe trabalhadora, fundada por negros e negras e para negros e negras? Na intersecção de gênero, raça e classe, as fontes acessadas para esta pesquisa indicam que geralmente o ingresso das mulheres na Sociedade Recreativa Beneficente União Rosariense estava subentendido a partir de laços matrimoniais ou de parentesco, sendo que as sócias e convidadas eram as companheiras/esposas ou filhas dos sócios. Com o passar dos anos, o ingresso foi sendo alargado para além destas relações. No intuito de ampliar o número de associadas, o primeiro presidente, Almir Soares Barbosa, solicitava constantemente que fossem feitos “convites para as senhoritas que julgava nas condições” (Ata de 03/04/1919), entendidas aqui em relação a classe e raça. Os Quadros 3<sup>584</sup> e 5<sup>585</sup>, e o APÊNDICE J<sup>586</sup>, mostram que os convites foram aceitos e elas foram se multiplicando, convidando parentes, amigas, vizinhas e se movimentando dentro deste associativismo negro.

Aqui é significativo perceber que narrativas em Atas redigidas pela diretoria, que era masculina, os indícios sobre a presença feminina são escassos, então, é fundamental entender o contexto da produção do documento/fonte e observar para além do que foi narrado/exposto, atentar para os detalhes. O historiador Levi defende que “devemos usar muita fantasia em nosso trabalho. Não inventar coisas, nem criar documentos falsos, mas sim ver nos fragmentos que nós temos, quais perguntas eles nos sugerem”<sup>587</sup>, além de prestar atenção nas palavras, nos indícios e rastros como nos ensina Ginzburg<sup>588</sup>. Dessa forma, podemos obter informações e elementos para conhecer, entender e visibilizar as protagonistas e suas agências. Sendo assim, quais foram as mulheres que registraram seus nomes nas Atas produzidas pela Sociedade União durante as décadas de 1920 e 1930?

Com o propósito de evidenciar mulheres que se movimentaram na Sociedade União, apesento o Quadro 5 e o APÊNDICE J produzidos a partir dos indícios encontrados nas Atas da agremiação e, assim, destacar a existência de mulheres (nomes e sobrenomes) dentro de uma agremiação negra no Sul do Brasil.

---

<sup>584</sup> O quadro 3 apresenta um perfil social das diretoras da Sociedade Recreativa Beneficente União Rosariense no período correspondente aos anos de 1920-1941 e 1959-1965.

<sup>585</sup> O quadro 5 mostra os nomes e sobrenomes das mulheres que assinaram as Atas, portanto, participaram das reuniões de diretorias e assembleias gerais, no período correspondente aos anos de 1920-1941.

<sup>586</sup> No APÊNDICE J estão os nomes de mulheres citadas em Atas (assinatura no final das Atas e também durante a narrativa) no período correspondente aos anos de 1920 - 1941 e 1959 - 1965.

<sup>587</sup> LEVI, 2014. *op. cit.*, p. 11.

<sup>588</sup> GINZBURG, 2007, *op. cit.*

**Quadro 5 - Presença feminina nas reuniões de diretoria e assembleias gerais da SRBUR (1920-1934).**

<b>ATA - 01/06/1920 - 1ª vez que as mulheres assinaram a Ata</b>		
Adelina Viana Almedorina Rodrigues Alzemira Soares dos Santos Alzira Viana Ana C. Rodrigues da Silva Ana Maria dos Santos Bernardina Flores Carina Guedes Catharina O. da Silva Clara Ferreira Claricia Rodrigues Borges Coralina Ramos Domingas Rodrigues da Silva Emilia da Silva Eva de Menezes	Felicidade Posonel Fernanda Baptista Francisca Conte Helena Flores Helena Rodrigues da Costa Ibraina Menezes Ida Silva Imilia da Silva Isabel dos Santos Izoleta Silva Jocilia Rodrigues da Silva Josefina Pereira Josepina da Costa Julieta Ferreira Lucidia Vianna	Marcia Antônia Soares Margarida Pereira Andrade Maria Antonia Soares Maria da Gloria Ferreira Maria Dorvalina Duarte Maria Ferreira Maria Florentina da Silveira Maria Otilia Nogueira Prates Maria Rosa Merencia Guedes Normélia Menezes Ursolina Soares Ursulina Ferreira Vergilia Soares Vitória da Silva
<b>ATA - 01/03/1928 - 2ª vez que as mulheres assinaram a Ata</b>		
Adelaides do Amaral Adelia Soares Almedorina Rodrigues Almerita da Silva Lima Alzira Fontoura Bernarda Flores Celia Ferreira Concilia Alves Gonçalves	Fermina do Amaral Francisca Costa Francisca Conte Guerina da Silva Lima Helena Flores Holmira Soares Horizontina de Paulo Jacy Ferreira	Livia Lago Lucidia Viana Maria Josende da Roza Maria Rodrigues Maria Santa de Paulo Natalia Soares Olvina Paulo Vergilia Soares
<b>ATA - 07/04/1928 - 3ª vez que as mulheres assinaram a Ata</b>		
Alice de Paulo Almedorina Rodrigues Arminda M. Lopes Bernarda Flores da Silva Celia Ferreira Francisca Costa Helena Flores	Horizontina de Paulo Jacy Ferreira Lucidia Viana Luiza Fernandes Malvina Dornelles Baptista Maria Augusta Santiago Maria Santa de Paulo	Maximília Soares Natalia Soares Octília Azambuja Soares Barbosa Roza Rodrigues Umbelina Soares Zulmira Soares
<b>ATA - 13/07/1932 - 4ª vez que as mulheres assinaram a Ata</b>		
Bernardina Flores Horizontina Paulo	Izaltina Penha Vicentina Lago	
<b>ATA - 01/05/1934 - 5ª vez que as mulheres assinaram a Ata</b>		
Agripina Muniz Ernestina Penha	Henriqueta G. Rodrigues Izaltina Penha	Marina Azambuja Soares

Fonte: Elaborado pela autora (2022).

Lembro que a Sociedade Recreativa União Rosariense foi fundada em 1º de maio de 1915, e as Atas começaram a ser produzidas em 1º de março de 1915; nesta documentação apenas os homens assinavam, confirmando assim suas presenças. Porém, olhando com mais atenção, identifiquei mudanças gradativas naqueles documentos, e agências femininas foram aparecendo nas fontes que dispunha à medida que a temporalidade de análise avançava. Os nomes (assinaturas) de mulheres aparecem pela primeira vez na Ata da reunião realizada em 01 de junho de 1920, na sede da sociedade, localizada na Rua Barão do Cerro Largo. A Ata foi redigida pelo secretário Augusto Silva e, além dos homens, as mulheres também participaram e assinaram a Ata deste encontro, no qual foi oficializada a posse da primeira

diretoria feminina formada em 26 de maio de 1920 (APÊNDICE I). A segunda vez que as mulheres assinaram a Ata (01/03/1928) foi na assembleia geral realizada na sede da Sociedade União localizada na Rua Voluntários da Pátria, na qual o secretário Manoel Baptista registrou que os/as associados/as foram informados/as sobre a compra do caixão no qual foi sepultado o sócio fundador e tesoureiro Ignácio Francisco da Costa. A terceira vez (Ata 07/04/1928) foi em uma seção extraordinária para prestar uma homenagem ao Ignácio e em que foram proferidos discursos de alguns sócios ressaltando seus trabalhos em prol da associação. A quarta vez que as mulheres assinaram a Ata (13/07/1932) foi em uma assembleia geral realizada na Sede do Clube localizada na Rua Voluntários da Pátria nº 26. Neste documento, o secretário Crescencio Flores da Silva registrou dados sobre a eleição da nova diretoria feminina, a apresentação do balancete e a entrega dos valores arrecadados para o tesoureiro Edmundo Soares. Em 1º de maio de 1934, foi a quinta vez que as mulheres assinaram a Ata escrita pelo secretário João Pompílio da Silva. A reunião ocorreu em decorrência dos preparativos para a eleição da diretoria feminina e o baile de 13 de maio, dentre outros assuntos de interesse desta agremiação. Portanto, entre os anos de 1920 até 1941, as mulheres assinaram apenas 5 Atas. No entanto, isso não significa que elas estivessem ausentes das 349 reuniões realizadas neste período.

A partir da década de 1960, cresce a participação feminina nas reuniões, por exemplo, das 13 reuniões realizadas no decorrer do ano de 1960, as mulheres assinaram 3 Atas; das 12 reuniões realizadas no ano de 1961, assinaram 5 Atas; das 13 reuniões ocorridas no ano de 1962, assinaram 6 Atas; das 16 reuniões realizadas no ano de 1963, apenas 1 Ata; das 14 reuniões ocorridas no ano de 1964, apenas 2 Atas e, das 16 reuniões realizadas em 1965, as mulheres assinaram 3 Atas. Então, em um total de 84 reuniões ocorridas entre 1959 e 1965, as mulheres assinaram 20 Atas. Evidencia-se, portanto, um lento movimento na ocupação de espaços que antes eram de exclusividade masculina.

Geralmente, a presença de nomes e sobrenomes de mulheres, nas narrativas registradas em Atas (APÊNDICE J), aparece quando antigas sócias apresentavam novas sócias, ou quando ocorria a formação de comissões para organizar eventos, escolha de nova diretoria feminina, doação de presentes, brigas, entrega de valores arrecadados por meio de doação ou pagamento de mensalidades, recebimento de títulos como “sócia remida”, candidatas a rainhas, apresentação de ofícios e quando questionavam ou infringiam regras da Associação.

Seguindo um olhar interseccional, observo nas Atas da Sociedade União que as formas de tratamento conferidas às pessoas citadas estavam ligadas aos valores daquele grupo, por um lado, e da sociedade brasileira do início do século 20, por outro. O casamento, por exemplo, era utilizado como uma forma de distinção para as mulheres – chamadas de senhoras se fossem casadas e de senhoritas se fossem solteiras – enquanto para os homens essa diferenciação relacionada ao estado civil não aparece<sup>589</sup>. Além disso, pode-se verificar nas narrativas feitas nos mesmos documentos e nas fontes orais, produzidas para este estudo, que as atenções voltadas à moral e aos bons costumes eram condutas esperadas e cobradas das associadas, e que as mulheres eram vigiadas não somente dentro da sede da Sociedade, mas também fora. A interlocutora Ana Elisabete Ramos do Amaral pontua que “tinha sempre alguém cuidando [...] Muitas vezes até fora da Sociedade elas ficavam observando os passos da gente. Tinha que ser muito correto”<sup>590</sup>. Na Ata datada de 5 de fevereiro de 1934, o secretário Adelar Borges registrou que “o senhor presidente chama atenção sobre o comportamento das mulheres nas ruas desta Vila”. E na Ata datada de 1 de outubro de 1934, o secretário Crescêncio Flores, relatou que “o presidente chama atenção de certas senhoritas que costumam exercer vigilância noturna na Rua Canabarro que tenham precaução para não serem corrigidas socialmente”. E ainda, segundo o entrevistado José Rodrigues dos Santos “nos idos dos anos 1950, uma moça que por ventura fosse filha de um membro do clube e tivesse um filho fora do casamento, ela não podia participar dos eventos da Sociedade”<sup>591</sup>. Edson Ramos de Paulo também reforça esta informação dizendo que “a mãe solteira não dançava, não podia fazer parte do Clube União. O pai solteiro, podia”<sup>592</sup>. Sendo assim, podemos perceber que estas preocupações existiam apenas em relação ao feminino.

Tendo presente este cenário, é importante atentar para a intersecção de raça/gênero e para o sistema patriarcal. As atitudes tomadas pelos homens deste associativismo em relação às mulheres podem ser lidas como uma maneira de afastarem-se da ideia que a sociedade, pautada nos preceitos da branquitude, tinha sobre o segmento populacional negro na época; era um jeito de tentar “proteger” seus familiares e seus associados das falácias que eram sempre dirigidas às pessoas negras, e aqui especificamente às mulheres negras.

Então, observa-se uma preocupação com a construção de uma identidade positiva do grupo afro-rorrosariense, mas atravessada pelo sexismo<sup>593</sup>, sendo que mulheres negras eram

---

<sup>589</sup> SILVA, 2017, *op. cit.*, p. 230.

<sup>590</sup> Entrevista com Ana Elisabete Ramos do Amaral no dia 23 de fevereiro de 2022 em Rosário do Sul (RS).

<sup>591</sup> Entrevista com José Rodrigues dos Santos no dia 31 de dezembro de 2021 em Rosário do Sul (RS).

<sup>592</sup> Entrevista com Edson Ramos de Paulo no dia 7 de abril de 2022 em Cruz Alta (RS).

<sup>593</sup> SILVA, 2023, *op. cit.*; GONZALEZ, 1988, *op. cit.*

controladas por homens - negros ou brancos - e pela sociedade toda. Nesse sentido, é importante compreender que mulheres negras experimentam opressões e violências estruturais em configurações variadas e em diferentes intensidades. De acordo com a intelectual negra<sup>594</sup> Patricia Hill Collins, a partir do conceito de “imagens de controle”, é possível pensar várias experiências de subordinação vivenciadas cotidianamente por mulheres negras ao longo da história e em diferentes sociedades. Segundo Winnie Bueno, as imagens de controle “fazem parte de uma ideologia generalizada de discriminação, que opera a partir de uma lógica autoritária de poder que nomeia, caracteriza e manipula significados sobre as vidas de mulheres negras que são dissonantes daquilo que elas enunciam sobre si mesmas”<sup>595</sup>. O sexismo é um sistema de opressão que está conectado com outros sistemas de dominação e que atravessam o cotidiano das mulheres negras e a maneira como ele é colocado em prática está moldado de acordo com um contexto específico.

Sobre as experiências de sociabilidade negra na região fronteira Brasil–Uruguai no pós-Abolição, Fernanda Oliveira pontua que

As intersecções nas cotidianidades apareciam ainda no condicionamento da demonstração da afetividade feminina, fosse nos salões por meio das comissões de controle, fosse na rua, sob o olhar cuidadoso daqueles que reportavam ou averiguavam tais comportamentos nas colunas *Pesquei d’A Alvorada* e *Un Mirón de Acción*, e que não era diferente na coluna assinada por Pichón, no *La Igualdad*, e em tantas outras já reportadas por pesquisadoras e pesquisadores da imprensa negra em diferentes partes das Américas. Nestas intersecções, operava um controle sistemático do mito da promíscua imoralidade inerente às mulheres negras, que configurava um estereótipo cuja historicidade remonta à escravidão, e que, no pós-Abolição, fora mantido pelo racismo, que, por sua vez, alimentava o sexismo, como destaca a estadunidense Angela Davis<sup>596</sup>.

Ampliando o debate sobre a realidade vivenciada por mulheres em agremiações negras é possível observar semelhanças. Giane Vargas Escobar e Ana Luiza Coiro Moraes, ao pesquisar sobre o Clube Treze de Maio na cidade de Santa Maria/RS, enfatizam que “o clube não admitia em seus quadros mulheres separadas, viúvas, mães solteiras ou aquelas que viviam junto aos seus companheiros, fora do casamento”<sup>597</sup>. Segundo Loner e Gil, na cidade de Pelotas/RS.

---

<sup>594</sup> “Intelectual negra enquanto articuladora/organizadora de um conhecimento de resistência que é mobilizado para a sobrevivência do grupo”. BUENO, Winnie. Aula do curso de: **Introdução ao pensamento de Patricia Hill Collins**. 9 de abr. de 2021 Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=dz-iCUIJBwBs>> Acesso em 16 ago. 2023.

<sup>595</sup> BUENO, Winnie. **Imagens de Controle**: Um conceito do pensamento de Patricia Hill Collins. Porto Alegre, RS: Zouk, 2020, p. 79.

<sup>596</sup> SILVA, 2017, *op. cit.*, p. 230-231.

<sup>597</sup> ESCOBAR, Giane Vargas, MORAES, Ana Luiza Coiro. “Para encher os olhos”: análise cultural da visibilidade de uma rainha do carnaval do clube social negro treze de maio no jornal a razão. GT Comunicação e

os clubes negros mais tradicionais apresentavam especial preocupação [...] os homens exerciam grande vigilância sobre o comportamento das sócias, inclusive desligando filiadas que não seguiam os padrões restritos da moralidade vigente na época, enquanto o comportamento masculino era vigiado apenas em relação a bebedeiras ou brigas no recinto social, para evitar desordens e tumultos<sup>598</sup>.

Este comportamento também era exigido no Clube Cruzeiro do Sul localizado na cidade de Novo Hamburgo/RS: “As regras primavam pelo comportamento adequado, especialmente com as mulheres, e não permitiam o consumo excessivo de bebidas alcoólicas”<sup>599</sup>. Portanto, existia uma preocupação com a imagem pública da mulher, e essa imagem estava permeada por valores compartilhados na sociedade em geral.

### 3.2.1 O papel multidimensional das mulheres

Alinhada à perspectiva da filósofa afro-estadunidense Angela Davis, é possível perceber o “papel multidimensional”<sup>600</sup> das mulheres enquanto sujeitas no cotidiano da Sociedade Recreativa Beneficente União Rosariense. Por meio de fotografias, narrativas e memórias é perceptível atitudes de empoderamento<sup>601</sup>, cuidado, sustentabilidade, estética, criatividade, dentre outras citadas anteriormente.

Segundo Angela Davis, é importante evidenciar a história da luta das mulheres e assim compreender historicamente como gênero, raça e classe foram se configurando para a manutenção das opressões e para as possibilidades de emancipação.

É preciso compreender que classe informa a raça. Mas raça, também, informa a classe. E gênero informa a classe. Raça é a maneira como a classe é vivida. Da mesma forma que gênero é a maneira como a raça é vivida. A gente precisa refletir bastante para perceber as interseções entre raça, classe e gênero, de forma a perceber que entre essas categorias existem relações que são mutuas e outras que são cruzadas. Ninguém pode assumir a primazia de uma categoria sobre as outras<sup>602</sup>.

Na análise de bell hooks sobre o imperialismo do patriarcado, fica evidente que “o poder que homens usam para dominar mulheres não é apenas privilégio de homens brancos

---

Cultura, do **VII Encontro de Pesquisa em Comunicação** – ENPECOM. 2015, p. 13. Disponível em: <https://eventos.ufpr.br/enpecom/enpecom2015/paper/download/115/53>. Acesso em 31 jan. 2023.

<sup>598</sup> LONER; GILL, 2009, *op. cit.*, p. 155.

<sup>599</sup> MAGALHÃES, 2017, *op. cit.*, p. 159.

<sup>600</sup> DAVIS, 2016, *op. cit.*, p. 17.

<sup>601</sup> O conceito de empoderamento é amplo e complexo. Aqui ele é entendido enquanto percepção das desigualdades de poder no interior desta Sociedade e a capacidade das mulheres na organização e criação de estratégias de enfrentamento das práticas patriarcais ali sedimentadas.

<sup>602</sup> DAVIS, Angela. As mulheres negras na construção de uma nova utopia. **Geledés**. 12 jul. 2011. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/as-mulheres-negras-na-construcao-de-uma-nova-utopia-angela-davis/>. Acesso em 20 nov. 2022.

das classes alta e média, mas de todos os homens em nossa sociedade, independentemente de classe ou raça”<sup>603</sup>. Nesta perspectiva, é o poder do patriarcado ultrapassando hierarquias e penetrando em diferentes contextos. Seguindo neste caminho, Helen da Silva Silveira entende que

Assim como os homens negros, as mulheres negras também foram escravizadas, portanto, passaram pelo processo de desumanização, onde seus corpos foram transformados em mercadorias para serem exploradas de diversas formas. Porém, os homens negros contam com a vantagem de serem homens, o que lhes permite usufruir de determinadas vantagens oferecidas pelo machismo. Já as mulheres sofrem com a exploração sexual do machismo, mas no caso de mulheres brancas, estas contam com a vantagem de serem brancas, ou seja, possuem o fator racial do seu lado. É esta dupla condição que coloca as mulheres numa posição de outro do outro, o outro de mulheres brancas e o outro de homens negros. Aqui reside a complexidade de lidar com grupos socialmente marginalizados, a dificuldade de entender que, em alguma medida, tais grupos podem se beneficiar do sistema, e estes mesmos grupos ainda que subalternizados podem reproduzir as estruturas vigentes.<sup>604</sup>

Durante a trajetória da Sociedade Recreativa Beneficente União Rosariense, nos documentos produzidos por homens – as Atas – as mulheres vão aparecendo lentamente e ampliando espaços de participação. No início de cada sessão, por exemplo, era lida e aprovada, ou não, a Ata do encontro anterior; neste momento das narrativas sobre as reuniões da associação, percebe-se a presença e agência de mulheres. Ali, elas solicitavam ao presidente a realização de reunião para esclarecimentos; indicavam novas sócias; apresentavam reclamações em relação às agressões físicas ou psicológicas sofridas dentro da sede da Sociedade<sup>605</sup>; exigiam esclarecimentos quando eram eliminadas/multadas; atuavam em comissões organizadoras de praticamente todos os eventos. Estas agências de mulheres, que estão sendo evidenciadas nesta tese, aconteciam dentro de um espaço de opressão que também era um espaço de emancipação que estava sendo constituído e fomentado por meio das relações entre as mulheres negras.

Durante os bailes na Sociedade União Rosarienses, mulheres negavam o convite de homens para dançar, ou seja, “davam carão”<sup>606</sup>. Em consequência deste comportamento os

---

<sup>603</sup> hooks, 2020, *op. cit.*, p. 145.

<sup>604</sup> SILVEIRA, 2021, *op. cit.*, p. 150.

<sup>605</sup> Sociedade Recreativa União Rosariense. Ata de 09/07/1921; Ata de 25/08/1929; Ata de 05/03/1933.

<sup>606</sup> O Vocabulário Sul Rio-Grandense diz que “carão indica o facto de um indivíduo (moça ou moço), depois de ter seu par para dançar, deixa-lo por outro, ou quando uma moça, pretextando ter par para não dançar com o cavalheiro que a convida, não tem tal, indo dançar com o de seu agrado” (CORRÊA, 1898, *op. cit.*, p. 46). Sobre o “carão” – recusa da mulher a dançar com alguém que a tenha a convidado em bailes promovidos por Centros de Tradições Gaúchas, ver: VALENZUELA Tainá Severo, **Meu eu do sul**: As minorias no Movimento Tradicionalista Gaúcho. Trabalho de Conclusão (Graduação em Comunicação Social – Publicidade e Propaganda) - Universidade Federal de Santa Maria. 2021. E sobre a mesma prática em bailes promovidos por

homens estabeleciam leis/regras: “Toda a sócia que der carão a um sócio será suspensa por 13 meses e só volta se disser para a diretoria que mudou de pensamento” (Ata 04/06/1921). Na década de 1930, há nas Atas registros de mulheres que se recusavam a dançar com quem não desejavam e queixas de sócios por ter recebido carão das mulheres. Assim, novamente ficou estabelecido que: “Toda sócia que assim proceder será repelida imediatamente pela diretoria e será suspensa” (Ata 06/06/1933). Na década de 1950, aparecem novas observações deste tipo: “O sócio Ademir Gomes apresentou queixa da senhora Noeli por ter lhe dado carão no baile do dia 28 de junho de 1959” (Ata 01/07/1959). Portanto, nos bailes caberia aos homens a iniciativa de escolher e convidar uma parceira para a dança, demonstrando assim que se esperava um papel passivo das mulheres, que deveriam se sujeitar a serem escolhidas por parceiros de dança. Porém, aqui se percebe que mulheres desta agremiação também lutavam para conquistar um pouco mais de espaço<sup>607</sup>, se negavam a subalternização e tomavam atitude de emancipação<sup>608</sup>, “transgressão”<sup>609</sup> e enfrentamento da dominação masculina/ padrão heteronormativo-patriarcal.

Observando estas relações em outros clubes, Fernanda Oliveira afirma que uma das atribuições do clube Fica AhíPrá Ir Dizendo, fundado em 1921 na cidade de Pelotas, era proporcionar os matrimônios. Sendo assim, era necessário que as mulheres soubessem se portar de acordo com as regras da diretoria, masculina. Porém, estas regras eram discutidas em reuniões de diretorias.

Em 1948, por exemplo, houve uma discussão na reunião do Conselho diretivo do Fica Ahí, entre Rubens Lima e Cláudio Benjamin. A mesma fora motivada por uma denúncia de que as senhoritas estavam a recusar danças a alguns rapazes nos bailes. Enquanto Lima defendia que as moças podiam escolher com quem dançar, Benjamin foi enfático na defesa dos rapazes, para ele, como reportado em ata com a utilização de aspas, “se o rapaz entrou, foi aceito pela sociedade”, logo, ele tem reservado “o direito de dançar com todas senhoritas”<sup>610</sup>.

Entretanto, não raras vezes, mulheres decidiam, com ou sem apoio masculino, como portar-se. E era na transgressão, no enfrentamento que elas rompiam com o que lhes era idealizado pelos homens que compunham as diretorias de clubes negros.

Uma das agências femininas ocorria durante os festejos promovidos pela SRBUR onde algumas mulheres eram escolhidas para fazer parte das comissões de controle e, desta

---

agremiações negras no Rio de Janeiro, como Grêmio Familiar da Tijuca e Clube do Engenho de Dentro, ver: PEREIRA, 2020, *op. cit.*, p. 161-162.

<sup>607</sup> HARTMAN, 2022, *op. cit.*

<sup>608</sup> DAVIS, 2016, *op. cit.*

<sup>609</sup> hooks, 2017, *op. cit.*

<sup>610</sup> SILVA, 2017, *op. cit.*, p. 235.



forma, observar e zelar pelo “bom” comportamento dos/as jovens no momento da dança, e caso necessário, resolver situações adversas. Esta questão será analisada mais detidamente no próximo capítulo deste estudo.

Durante vários anos, nas comemorações de aniversário da associação – 1º de maio – e posse da nova diretoria, as mulheres presenteavam a Sociedade União com toalhas bordadas, copos, cartões com mensagens motivadoras, campanha de mesa, espanador, tinteiro, dentre outros objetos. Elas eram responsáveis pela decoração do ambiente, tornando-o um espaço agradável e acolhedor. Esta agência também é observada em outras Sociedades, como Sociedade Recreativa Os Zingaros da cidade de Bagé, na qual “as senhoras e senhoritas eram responsáveis por diversas atividades, como por exemplo, as decorações do salão antes das festas, bem como a própria manutenção do espaço no decorrer do ano”<sup>611</sup>. Na Sociedade Cruzeiro do Sul, da cidade de Novo Hamburgo, as mulheres “estavam envolvidas em diferentes atividades, desde a preparação dos alimentos, captação de recursos, organização de momentos de festividades, entre outros”<sup>612</sup>. Como bem identificou a historiadora Magna Lima Magalhães, esta Sociedade teve êxito em grande medida devido à agência das mulheres que dela participaram.

Sob a responsabilidade das mulheres estava a organização de um cardápio e sua preparação. As esposas dos sócios organizavam as festas. Preparavam a comida pesada e os petiscos. Responsabilizavam-se pelas campanhas para arrecadar pratos talheres, entre outros. Afora a captação de doações de alimentos, selecionavam e coordenavam as candidatas de título de Rainha do clube e também se responsabilizavam pela organização do baile de debutantes. Na sede social, ocorriam os bailes contemplados com famílias negras de Novo Hamburgo e de outras cidades<sup>613</sup>.

A intelectual afro-estadunidense bell hooks afirma que “quando nós, mulheres negras, experimentamos a força transformadora do amor em nossas vidas, assumimos atitudes capazes de alterar completamente as estruturas sociais existentes [...] é possível transformar o presente e sonhar o futuro. Esse é o poder do amor”<sup>614</sup>. No entendimento da educadora, artista plástica e política brasileira Erica Malunginho da Silva, “o afeto nos sustenta e nos

---

<sup>611</sup> SILVA, 2018, *op. cit.*, p. 147.

<sup>612</sup> MAGALHÃES, Magna Lima. SCHEMES, Cláudia. Mulheres e o associativismo negro em Novo Hamburgo (RS). **Revista Latino-Americana de História**. Vol.2, nº.9 - p. 217 – 232, dez, 2013, p. 229.

<sup>613</sup> MAGALHÃES, 2017, *op. cit.*, p. 151

<sup>614</sup> hooks, bell. Vivendo de amor. In: **Geledés**, 2010, s/p. Disponível em: <http://arquivo.geledes.org.br/areas-de-atuacao/questoes-de-genero/180-artigos-degenero/4799-vivendo-de-amor> Acesso em 28 nov. 2022.

humaniza, além de nos colocar no lugar de conseguir interagir sem relações violentas”<sup>615</sup>. Os documentos inqueridos para realização desta pesquisa, revelam que as mulheres da Sociedade União Rosariense se envolviam em ações de amor e cuidado ao promover bingos beneficentes e bailes em prol de crianças pobres. Em 1º de setembro de 1935, o secretário Polycarpio Camargo registrou em Ata que a Sociedade realizou um baile com a participação dos/as associados/as do Clube Brasil de São Gabriel em benefício das crianças carentes. Na Ata de 13 de maio de 1941, o secretário Arsenio Severo Candido registrou o recebimento de um ofício da Santa Casa de Caridade, localizada no município de Rosário, solicitando auxílio para a construção de um novo pavilhão para a entidade; consta na Ata de 6 de agosto de 1941 que a Sociedade Recreativa União Rosariense doou os lucros referentes a dois bailes em benefício desta Santa Casa de Caridade. Sendo assim, é importante perceber a capacidade reativa e auto organizativa da experiência negra neste município ao longo do século 20, forjando estratégias de solidariedade e de afeto.

Como foi apresentado anteriormente (Quadro 5), houve a efetiva participação das mulheres na assembleia geral realizada na sede da Sociedade localizada na Rua Voluntários da Pátria (Ata 01/03/1928), na qual o presidente Gregório Rodrigues comunicou que foi efetuada a compra do caixão em que foi sepultado o corpo do senhor Ignácio Francisco da Costa. No dia 7 de abril de 1928, em sessão extraordinária, o orador Almir Soares Barbosa “pronunciou uma sentida, mas apreciável oração relembrando o quanto nos era justo prestar tal homenagem”. Na sequência desta sessão, o sócio Romário Lopes, empossado presidente em maio de 1928, lembrou os trabalhos realizados por Ignácio em prol da associação. Em seguida “convidou o auditório para passar 1 minuto cabis baixa em sinal de pesar para a irreparável perda” (Ata 07/04/1928). Na ocasião, 17 homens e 20 mulheres estavam presentes e assinaram a Ata (Quadro 5). Outras atitudes solidárias foram registradas pelo secretário Gregório Rodrigues em Ata datada de 7 de setembro de 1923, sobre a compra de uma coroa de flores para prestar homenagem a um falecido sócio. Também o secretário Crescêncio Flores da Silva registrou que, em 1º de agosto de 1930, foi comprado uma coroa para o falecido Severiano Soares com auxílio dos sócios desta agremiação.

Ressalto que a Sociedade Recreativa Beneficente União Rosariense, de acordo com o artigo 2º do Estatuto registrado em Cartório no ano de 1958, tinha a finalidade de “dar auxílios financeiros especialmente em caso de doenças a todos os seus associados, [...]”

---

<sup>615</sup> SÉRIE RESISTÊNCIA NEGRA – TV Globo. Exibida pelo @globoplay na Semana da Consciência Negra/2023.

precisando para isso da aprovação da comunidade de sindicância”<sup>616</sup> e também distribuir auxílios se estivesse com saldo positivo no caixa. Enfatizando que inicialmente a finalidade da agremiação era recreativa, mas observando a sua trajetória, é possível visualizar ações beneficentes: interna, como a compra de caixão para um sócio fundador e compra de coroas de flores para sócios falecidos; e externa, como baile em benefício às crianças carentes e auxílio para casa de caridade como foi descrito anteriormente. Sendo assim, por mais que o objetivo primeiro desta agremiação fosse recreativo, as fontes acessadas evidenciam o estabelecimento de solidariedades horizontais entre associadas, associados e que se estendiam para a sociedade em geral.

As ações beneficentes já estavam presentes em associações negras criadas antes de 1888. Por exemplo, a Sociedade Floresta Aurora fundada em 31 de dezembro de 1872, em Porto Alegre,

Além de preocupar-se com a liberdade de fato, a Floresta preocupava-se também em assegurar alguns benefícios aos seus associados e suas famílias, como é possível inferir a partir de seu estatuto. Aprovado dois anos após a sua criação, o 1º capítulo do estatuto estabelecia que ‘a sociedade tem por fim especial a dança e a beneficência’. Em relação aos benefícios informava ser ‘1º Prestar todos os socorros aos sócios enfermos e suas famílias que recorrerem à sociedade e delles carecerem’ e ‘2º Mandar fazer enterros e sufrágios daquelles que fallecerem, segundo as posses da sociedade’. Tal objetivo manteve-se em todos os fragmentos de estatutos analisados (1874, 1918 e 1923)<sup>617</sup>.

Na Sociedade União Rosariense, além de ações direcionadas para um público externo (pessoas não sócias da agremiação) havia um olhar para as relações afetivas vivenciadas internamente, aqui especificamente, dirigido para as mulheres que chegaram primeiro neste universo associativo. De acordo com os registros do secretário Polycarpio Camargo, as seguintes sócias, todas já idosas naquele momento, foram homenageadas pela Sociedade em 1º de abril de 1936: Francisca Cortez, Lucidia Vianna e Helena Flores. Nessa ocasião, elas receberam o Título de Sócias Beneméritas. Em 11 de novembro de 1940, o secretário Nadir Alves registrou que as seguintes mulheres receberam o Título de Sócias Remidas: Leonor Soares, Davina Ramos da Silva, Vicentina Lago, Marília Soares Barbosa, Dalila Chaves, Izabel Souza, Juracy Fermina da Rosa, Julia Nunes, Natália Guedes, Francisca V. Rodrigues,

---

<sup>616</sup> Artigo 2 (d) do Estatuto da Sociedade Recreativa Beneficente União Rosariense. Ofício de Registro de Títulos e Documentos e Pessoas Jurídicas da Comarca de Rosário do Sul. Livro A- 1 de Pessoas Jurídicas f. 22, nº 32 - 4 de junho de 1958.

<sup>617</sup> SILVA, 1917, *op. cit.*, p. 64.

Luiza Fernandes, Maria C. Oliveira, Célia C. Oliveira, Maria Candida Pereira, Geni Alves, Doralina Salles, Alzemira Rodrigues, Morena Prates e Joana Prates.

Em meados do século 20, o estigma da cor persistia com bastante força, uma vez que se associava a cor negra à condição de escravizado e escravizada. Naquele contexto, a preocupação com a aparência era uma constante. Sônia Maria Giacomini, antropóloga de formação, pesquisou sobre a trajetória do Clube Renascença, um Clube Negro no Rio de Janeiro dos anos de 1950, percebeu que

o corpo se impõe como um dos lugares privilegiados de inscrição da identidade. [...] se o corpo, e mais precisamente, a aparência funcionam como sinalizadores da posição social, o cuidado com a aparência, mais que simples capricho ou acessório, torna-se estratégia de um grupo que quer afirmar, de modo conspícuo, que detém determinados atributos de classe raramente associados aos negros na sociedade brasileira<sup>618</sup>.

Sendo assim, para Sonia Maria Giacomini, o ato de investir na estética faz com que a aparência funcione como “neutralizadora” do estigma. Segundo os estudos realizados pela escritora afro-estadunidense Saidiya Hartman, “a estética não era um reino separado e distinto dos desafios cotidianos de sobrevivência; pelo contrário, a ideia era fazer da subsistência uma arte”<sup>619</sup>. E, nesta arte, a preocupação com a aparência era muito importante, sendo assim, o cabelo das mulheres negras foi alvo de atenção especial. Dentro de um contexto da “construção de uma imagem pública respeitável”<sup>620</sup>, as negras rosarienses procuravam alisar, fazer cachos ou prender o cabelo<sup>621</sup> como mostra a Figura 7. Para alisar o crespo, muitas moças e senhoras utilizavam ferro de passar roupas e pente – cabelizador - com haste de metal, que era levada à brasa ou ao fogão e depois usada para alisar o cabelo (ANEXO H), mas, antes disso, o cabelo era lavado com sabonete ou sabão. Em seguida, era passado um preparado gosmento de uma erva chamada guanxuma e enrolava-se o cabelo com bobes (rolinhos de plástico ou rolinhos de papelão) fixados com grampos. Jari Felix Santiago lembra que “nos dias úmidos ou chuvosos o cabelo era finalizado no banheiro do Clube União. Aqui,

---

<sup>618</sup> GIACOMINI, 2006, *op. cit.*, p. 35.

<sup>619</sup> HARTMAN, 2022. *op. cit.*, p.250

<sup>620</sup> XAVIER, Giovana. **História social da beleza negra**. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2021, p. 116.

<sup>621</sup> “O cabelo encaracolado ou encarapinhado, conhecido como cabelo crespo, é uma característica de populações que, durante o processo de evolução da espécie humana, habitavam regiões de clima muito quente. Esse formato de cabelo permite manter uma camada de cerca de 5 centímetro de ar entre o couro cabeludo e o ambiente, servindo como meio de proteção contra o calor. Como essa característica é hereditária, mesmo com a miscigenação – “mistura ou cruzamento racial” –, a população negra a manterá por longo tempo”. (SANTOS, Elizelina Dóris dos, **Contando a história do Samba**. Belo Horizonte: Mazza Edições, 2003, p. 35.)

neste evento representado pela fotografia (Figura 7), a cabelereira utilizou creme Guarnieri para alisar o nosso cabelo”<sup>622</sup>.

**Figura 7 - Baile de aniversário da Sociedade – maio de 1965**



Fonte: Acervo Pessoal de Jari Felix Santiago.

Nota: Da esquerda para a direita - Norma Maria Josende, Maria Cecilia Rodrigues, Ilza Maria Josende, Jari Felix e Geneci Silveira Machado. Sede da Sociedade Recreativa Beneficente União Rosariense, Rua Amaro Souto, nº 2265.

Na fotografia em questão é possível verificar, no primeiro plano, flores – símbolos da beleza e delicadeza feminina – e, no segundo plano, um momento de regozijo, no qual as diferenças sociais estavam inscritas no corpo das cinco mulheres. Na década de 1960, para participar de eventos como os bailes promovidos pela Sociedade União, deveria se seguir um padrão, mas isso não significava que cada mulher não pudesse acrescentar algo que marcasse sua individualidade por meio dos gestos, da vestimenta, do modelo do cabelo, do calçado, de adereços, entre outros elementos.

---

<sup>622</sup> Diário de Campo 26/01/2023. E entrevista com Jari Felix Santiago no dia 29 de abril de 2021 em Rosário do Sul (RS). Jari é filha dos sócios Feliciano Felix e Elcira Macedo Felix. Jari participou do concurso para escolha de Rainha infantil em 1961. Na década de 1970 fazia parte do Grupo da Candinha. Foi presidenta da Ala Feminina (1995 – 1997) e bibliotecária da SRBUR (2004 – 2016). Em 10/09/1977, casou-se com Odilon Amaral Santiago e a festa foi realizada na sede da SRBUR. Odilon atuou enquanto 1º tesoureiro (1966-1968), (1985-1986); 1º secretário e diretor comercial (1969); 2º vice-presidente (1971); presidente (1974/1977), (1983/1985) e (1995/1997); departamento esportivo (1977- 1978); comissão fiscal (1979); orador (1981-1982); assessor jurídico (1989-1993) e orador e assessor jurídico (2004-2016).

Tendo presente aquele contexto do pós-abolição no qual as mulheres negras estavam inseridas, é possível pensar que a intenção não era “embranquecer-se”, mas sim dissociar-se dos estigmas associados aos negros. Segundo Sonia Maria Giacomini, essa era a estratégia de um grupo que queria afirmar determinados atributos de classe social. E ainda, “enquanto o corpo do escravo [escravizado] é campo e objeto de exercício do outro, que detém sua propriedade, o corpo do indivíduo livre é espaço de liberdade, no qual pode projetar e afirmar sua condição social”<sup>623</sup>.

Durante a entrevista realizada com Sile Terezinha Vaz Maia, ela mostrou um certificado que recebeu por realizar um curso de “alisamento capilar” oferecido pelo Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (SENAC), na cidade de Uruguaiiana. Em razão da formação da nossa interlocutora, a cidade de Rosário do Sul contava com salão de beleza que oferecia este serviço especializado. Sile, nascida em 1937, enfatiza que “eu fui cabelereira e fiz um curso de alisamento [...] também fazia tranças, as tranças costuradas. Mas agora as mãos não ajudam mais. Mas essa minha guria já aprendeu fazer a trança costurada e hoje ela é quem faz”<sup>624</sup>. E de forma emocionada Sile acrescentou: “Eu sigo alisando cabelo, às vezes aparece aí, se a mulher vem com o produto, eu faço a mesma coisa. Não perdi a prática”<sup>625</sup>. Giovana Xavier, em suas pesquisas sobre o surgimento de uma indústria cosmética voltada para a mulher negra estadunidense no final do século 19 e início do século 20, constata que “o alisamento foi uma política do cabelo hegemônica na comunidade afro-americana até 1950, quando o estilo ‘natural’ começou a se difundir entre os jovens pertencentes a movimentos negros de contracultura”<sup>626</sup>. Denise Bispo dos Santos enfatiza que no Brasil do pós-Abolição,

Dominou o padrão do Cabelo Alisado que gerou a negação dos fenótipos negros ocasionando a perda da identidade para muitas mulheres negras. Contudo, a depreciação da estética negra, sobretudo de uma grande parte da população afro-brasileira só veio a ser significativamente alterada a partir dos anos 1960, contendo influências dos vários movimentos que ocorreram nos Estados Unidos em 1950 que buscavam a valorização dos negros por meio da elevação de sua autoestima. [...] Vários grupos organizados, como o Movimento Negro Unificado (1978), que militou por direitos, reparações e rompimento com o mito da democracia racial, e também a valorização de beleza, ou seja, a junção dos movimentos políticos e estéticos romperam padrões racistas que imperavam<sup>627</sup>.

---

<sup>623</sup> GIACOMINI, 2006, *op. cit.*, p. 39.

<sup>624</sup> Entrevista com Sile Terezinha Vaz Maia no dia 1 de maio de 2021 em Rosário do Sul (RS).

<sup>625</sup> *Ibidem*.

<sup>626</sup> XAVIER, 2021, *op. cit.*, p. 116.

<sup>627</sup> SANTOS, Denise Bispo dos. **Para além dos fios: cabelo crespo e identidade negra feminina na contemporaneidade**. Dissertação (Mestrado em História) Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Sergipe, 2019, p. 19.

Ao ouvir a interlocutora Sile Terezinha Vaz Maia, constata-se que na cidade de Rosário do Sul a prática de alisamento capilar vai muito além da década de 1950.

Além do cabelo, as roupas e os sapatos também recebiam atenção especial no momento de escolher a indumentária para as festividades e eventos da Sociedade União. Geralmente os tecidos utilizados para confecção de estolas e vestidos eram de cetim, seda, renda e brocado que eram comprados na loja Arrigony, Casa Rosário e Casa Escosteguy. Quando não encontrados na cidade, as mulheres com maior poder aquisitivo compravam em lojas de outras cidades, como Santana do Livramento (Casa das Sedas), Porto Alegre, Santa Maria, e para chegar até essas cidades, utilizavam o meio de transporte ferroviário. Costureiras como Carmosina, Ruti Miranda, Ana Canabarro e Sile Terezinha Vaz Maia se destacavam na costura de vestidos e também na confecção das fantasias de carnaval. Para eventos importantes as moças e senhoras usavam meias de náilon, luvas de cetim nas cores preto ou branco, adereços (colares, brincos) e sapatos sociais (Figura 7). Na cidade de Rosário do Sul, a Casa Rocha oferecia mais opções de calçados. Por vezes, até os mínimos detalhes eram importantes na montagem dos figurinos festivos e se “forrava os sapatos com o mesmo tecido que era feito o vestido”<sup>628</sup> (Figura 11).

Na sua materialidade, a fotografia (Figura 8), enquanto um “resíduo do passado”<sup>629</sup>, oferece um vislumbre de mais uma agência feminina na Sociedade Recreativa Beneficente União Rosariense - o Coral Feminino. No primeiro plano da fotografia, as mulheres aparecem recepcionando as convidadas e os convidados para juntas/os vivenciarem momentos de alegria. Num segundo plano, mostra os homens e instrumentos musicais, e assim no conjunto todo, a fotografia representa “o desejo de lembrar e de ser lembrado da melhor forma possível”<sup>630</sup>. Em eventos como este, a voz, os gestos, o cabelo, o sapato e a vestimenta distinta tornavam-se fundamentais para a autoestima do grupo e para receber adequadamente convidadas e convidados que representavam associações negras de cidades vizinhas (Mapa 3) formando uma imagem positiva da ação social e cultural.

---

<sup>628</sup> Entrevista com Valdenice Ramos Soares no dia 6 de julho de 2022 em Porto Alegre (RS).

<sup>629</sup> KOSSOY, 2014, *op. cit.*

<sup>630</sup> KOUTSOUKOS, 2010, *op. cit.*, p. 78.

**Figura 8 - Apresentação do Coral da Sociedade – década de 1960.**



Fonte: Acervo Pessoal de Rosângela de Oliveira Santana.

Nota: Da esquerda para a direita: Maria Alves, Valdenice Ramos Soares, (?), Rosa Amélia Pinto Oliveira, (?), Zulmira Ramos Soares, Lecy Oliveira Ramos, Noemia Silva, Davina Silva, Djanira Rodrigues, (?), (?), (?). Fundo: Ataíde Fiuza Maia, Alipio Oliveira, Luiz da Costa Brillhante, Ubirajara Oliveira Ramos, Alvarim, (Canhoto), Edilon de Moraes Farias, e outros. Sede da Sociedade Recreativa Beneficente União Rosariense, Rua Amaro Souto, nº 2265.

A criatividade de mulheres associadas era evidenciada na organização de eventos. A interlocutora Nara Nei Faleiro Machado lembra que em algumas ocasiões “as senhoras da diretoria faziam a decoração do clube com flores colhidas no mato, se não me engano eram flores de corticeira. Elas faziam uma linda decoração. [...] Ninguém era contratado, eram as sócias e suas filhas que faziam a decoração do salão antes de cada evento”<sup>631</sup>.

Além disso, elas bordavam toalhas, confeccionavam bandeira e estandarte com as iniciais da Sociedade – SRBUR – para os festejos de 7 de setembro; costuravam cortinas que eram colocadas nas janelas da sede da Sociedade; participavam dos saraus que geralmente ocorriam após reuniões de diretoria ou assembleia geral; alugavam o salão da sede da Sociedade para realização de bailes para seus familiares, amigos e amigas em ocasiões especiais como aniversário ou casamento. Também se tornavam sócias beneméritas e sócias

---

<sup>631</sup> Entrevista com Nara Nei Faleiro Machado no dia 23 de fevereiro de 2022 em Rosário do Sul (RS). Nara é filha de Alice Osório Faleiro, e de Nadir Alves Faleiro. Nara debutou no salão da SRBUR no ano de 1969. Exerceu o cargo de 2ª secretária do departamento feminino nos anos de 1977 e 1978. Na diretoria geral foi 1ª secretária nos anos de 1981 até 1983 e tesoureira no período de 2004 até 2016.



remidas uma vez que honravam o pagamento regular das mensalidades por anos consecutivos. Portanto, fica evidente que a agência das mulheres era de grande relevância nesse associativismo negro que nasceu no pós-Abolição na cidade de Rosário do Sul.

### 3.2.1.1 Rainha da Sociedade União

Ser rainha da Sociedade era o objetivo de muitas moças, mas o fato de estar participando do processo de escolha da agraciada com o título, já era uma satisfação pessoal e familiar. Nesse sentido, era importante às jovens participar de tais concursos, uma vez que não apenas a beleza, a inteligência, a boa educação, o “samba no pé” e a simpatia eram atributos significativos para a agremiação, mas também “a rede de sociabilidades, a capacidade e interesse de cada integrante em investir financeiramente em sua candidata”<sup>632</sup>.

De acordo com as pesquisadoras Beatriz Ana Loner e Lorena Almeida Gill, a instituição de concursos no interior de clubes sobre “a mais bela negra”, a “miss mulata”, entre outras denominações, se disseminaram por várias cidades e clubes do país e começaram, gradualmente, “a reforçar a autoimagem do grupo negro, visto, muitas vezes, de forma negativa na sociedade”<sup>633</sup>. No olhar destas pesquisadoras o que estava em jogo nos concursos “era a afirmação de um novo padrão de beleza estética. O que se tentava provar era que a raça negra também podia ser bela e que os critérios de beleza, fundados apenas no modelo estético branco, não eram os únicos a serem seguidos”<sup>634</sup>. Por essa perspectiva, Giane Vargas Escobar e Ana Luiza Coiro-Moraes<sup>635</sup> pontuam que o objetivo dos clubes sociais negros em organizar concursos de beleza era valorizar a mulher negra no intuito de promover o fortalecimento da população negra na cidade como forma de ação antirracista. Os concursos, na percepção da Sonia Maria Giacomini<sup>636</sup>, asseguravam à mulher negra sua inclusão na categoria universalizada “bela”, além de celebrar um ideal de beleza feminina com as marcas de classe e estilo do grupo de pertencimento. Para Amanda Braga, “os concursos de beleza tinham a função de criar para as mulheres negras uma possibilidade de valorizar sua estética, recuperar

---

<sup>632</sup> SANTIAGO, 2019, *op. cit.*, p. 119.

<sup>633</sup> LONER; GILL, 2009, *op. cit.*, p. 160.

<sup>634</sup> *Ibidem*, p. 160.

<sup>635</sup> ESCOBAR, COIRO-MORAES, 2015, *op. cit.* ESCOBAR, Giane Vargas, COIRO-MORAES, Ana Luiza. A mulher negra no interior de um clube social negro: A festa como um lugar de sociabilidade, rigidez, moralidade e relações de poder. In: **Congresso Internacional em Estudos Culturais**, 5.2016. Aveiro. Anais eletrônicos. Aveiro: Universidade de Aveiro, Portugal, 2016. Disponível em: [https://vcongresso.estudosculturais.com/wp-content/uploads/sites/6/2016/09/port\\_vlb.pdf](https://vcongresso.estudosculturais.com/wp-content/uploads/sites/6/2016/09/port_vlb.pdf). Acesso em 2 fev. 2023.

<sup>636</sup> GIACOMINI, 2006, *op. cit.*

a autoestima, desconstruir estereótipos ligados a mulher negra, criar uma imagem de beleza e comportamento relacionado a honra, família e casamento”<sup>637</sup>.

Os estudos realizados por Fabrício Romano Gomes sobre um clube negro localizado na cidade de Caxias do Sul/RS apontam semelhanças ao clube de Rosário do Sul.

Ao se tornar Rainha do Clube Gaúcho, a senhorita passava a representá-lo. Desta forma, a vencedora deveria ser possuidora de beleza, sim, mas também de uma série de outras características valorizadas pelo grupo dirigente. Deveria saber se portar, dançar de forma adequada, ser estudante (de preferência), usar roupas decentes, ser elegante, etc. Depois de eleita, a Rainha era o exemplo a ser seguido pelas demais integrantes. [...] Junto com o título, então vinha a responsabilidade de representar bem o clube nos mais diversos eventos, tanto em sua sede social como na sede social dos outros clubes com os quais o Gaúcho mantinha relações<sup>638</sup>.

Na Sociedade Recreativa Beneficente União Rosariense, a escolha da rainha poderia ser feita pelos membros da diretoria ou pela captação de votos entre os associados ou a comunidade em geral. Após a escolha, havia o baile de coroação da rainha. A Figura 9 revela que nesse baile a rainha do ano anterior passa a faixa para a nova rainha. Os bailes de coroação da Rainha da Primavera desta Sociedade, na década de 1950, eram de gala, com trajes obrigatoriamente adequados a esse tipo de formalidade – smoking para os homens e vestido longo para as mulheres, e em que apenas pessoas associadas e com as mensalidades quitadas poderiam participar. A corte da rainha era escolha da própria vencedora do certame, e não havia um número limitado de membros. No entendimento de Fernanda Oliveira, “o baile era um momento que colocava em diálogo a feminilidade e a masculinidade negras, em que jovens senhoritas e rapazes compunham a mesma corte e formavam seus pares, podendo ser apenas pelo período do baile, mas também manter-se via matrimônio”<sup>639</sup>.

---

<sup>637</sup> BRAGA, Amanda. **História da beleza negra no Brasil**: Discursos, corpos e práticas. São Carlos: Edufscar, 2015.

<sup>638</sup> GOMES, 2008, *op. cit.*, p. 132.

<sup>639</sup> SILVA, 2017, *op. cit.*, p. 235.

**Figura 9 - Baile de Coroação da Rainha da Primavera – 1955.**



Fonte: Acervo Pessoal de Nara Nei Faleiro Machado.

Nota: Rainha da Primavera Leonida Amaral e sua Corte formada por moças e moços por ela escolhidas/os. Sede da Sociedade - Rua Marechal Floriano Peixoto, nº 48.



Fonte: Acervo Pessoal de Nara Nei Faleiro Machado

Nota: Leonida Amaral recebeu a faixa da ex-rainha Verginia Paulo Vaz; Leonida Amaral na dança com Arsenio Severo Candido. Sede da Sociedade - Rua Marechal Floriano Peixoto - Praça Borges de Medeiros, nº 48.

Geralmente, a rainha tinha como função representar a Sociedade Recreativa Beneficente União Rosariense, perante as sociedades locais e regionais, ou seja, as atividades da rainha não ficavam centradas apenas no interior da associação. Sendo assim, a rainha deveria participar de festividades dos demais clubes sociais para representar sua agremiação especialmente na época de carnaval, quando aconteciam as visitas nos clubes da cidade de Rosário do Sul e de cidades vizinhas, como São Gabriel, Santana do Livramento, Santa Maria, dentre outras, como veremos no próximo capítulo desta tese. Ao observar esta prática em clubes negros criados entre as décadas de 1910 e 1940, localizados nas cidades de Pelotas, Jaguarão, Bagé e Melo, a historiadora Fernanda Oliveira concluiu que “as coroações eram as atividades por excelência de uma esfera pública, abertas à comunidade de associadas, associados e co-irmãos e, por vezes, se dava nas ruas com os cortejos da rainha do carnaval”<sup>640</sup>.

No Carnaval de 1960, foi eleita a rainha Terezinha Oliveira<sup>641</sup> e, de acordo com as combinações registradas em Ata, o traje para o baile de sua coroação deveria ser “vestido de meia gala” (Ata de 10/02/1960). No primeiro plano da fotografia (Figura 10) que representa essa celebração estão as rainhas (agraciadas nos concursos de 1959 e 1960) dançando com o mestre de cerimônias e com o presidente da Sociedade. O plano de fundo da imagem mostra os demais participantes e a orquestra contratada para animar o baile.

---

<sup>640</sup> Ibidem, p. 237.

<sup>641</sup> Mais tarde, seguindo os passos da mãe, Rosângela de Oliveira Santana foi eleita Rainha do Carnaval de 1984.

**Figura 10 - Baile de Coroação da Rainha do Carnaval – 1960.**



Fonte: Acervo Pessoal de Nara Nei Faleiro Machado.

Nota: Rainha da Sociedade Terezinha Oliveira e Georgina Paulo Vaz (passando a faixa para a rainha); Dança: Rainha Terezinha Oliveira, Nadir Alves Faleiro, Georgina Paulo Vaz e Alcidiney Josende da Rosa. Sede da Sociedade Recreativa Beneficente União Rosariense. Rua Marechal Floriano Peixoto - Praça Borges de Medeiros, nº 48.

Aqui é importante ressaltar que viver a experiência de ser rainha poderia ir além daquele momento ou daquele ano em que ela representava a Sociedade União. Vejamos o caso de Terezinha Oliveira que sempre demonstrou seu protagonismo nesta agremiação. Ultrapassando os limites do recorte temporal deste estudo, é importante observar a agência de mulheres negras que, ao longo dos anos, vivenciaram experiências de resistência e resiliência como foi essa personagem<sup>642</sup>. Entre os anos de 1977 e 1978, Terezinha atuou enquanto 2ª diretora da Ala Feminina. No período de 1989 até 1991, participou da comissão fiscal juntamente com Zulmira Soares, Dario Arsenio, Dirceu Soares e Noedi dos Santos. Neste

---

<sup>642</sup> Terezinha Oliveira nasceu em 01/06/1945. Casou-se com Paulo Hilton Santana que foi diretor nos anos de 1969, 1981 1982; 2001 até 2004. E 2º tesoureiro nos anos de 1977 e 1978. Fez parte da comissão de sindicância no período de 1985 até 1987, da comissão fiscal e diretor comercial em 1993 e também da comissão fiscal no período de 2004 até 2016. Paulo Hilton Santana guarda com carinho o convite da festa dos 50 anos da Sociedade Recreativa Beneficente União Rosariense, uma instituição que proporcionava lazer e diversão, socialização e afirmação de identidades. Terezinha Oliveira Santana faleceu em 18/09/2008. (Fontes: Cripta c/ossuários, nº 360 - Igreja Matriz Nossa Senhora do Rosário; Acervo Pessoal de Paulo Hilton Santana e Acervo da SRBUR).

mesmo período, sua filha, Rosângela de Oliveira Santana, e seu amigo Vanderlai Montardo, assumiram o cargo de diretoria social. No ano de 1993, Terezinha Oliveira Santana foi tesoureira da Sociedade. No período de 2006 até 2008, fez parte do departamento social. Atualmente, a Associação de Mulheres Negras de Rosário do Sul é denominada “Terezinha Oliveira Santana” em homenagem a uma mulher negra que é referência e inspiração de lutas da mulher negra em Rosário do Sul<sup>643</sup>.

Em Ata datada de 30 de janeiro de 1961, o secretário Arsenio Severo Candido registrou que havia sido formada uma comissão composta por oito homens para a apuração da escolha da Rainha do Carnaval, sendo que a rainha infantil escolhida em primeiro lugar foi Norma Maria Josende e, em segundo, Jari Felix; a rainha adulta escolhida foi Geni Aires. Na ocasião foi realizada a entrega de prêmios para as classificadas.

Para a escolha da rainha do Carnaval de 1962, foi formada uma comissão chefiada por Alcidiney Josende da Rosa. Na Ata, datada de 20 de janeiro de 1962, encontram-se fragmentos da discussão sobre o carnaval daquele ano, como a contratação de uma orquestra, a escolha da rainha da Sociedade e a venda de votos – procedimento relativo ao concurso que será explicado adiante. Ao observar a fotografia (Figura 11), Valdenice Ramos Soares rememorou: “Eu fui Rainha dos Estudantes do Colégio Horto, fui Rainha Simpatia, Rainha da Primavera e Rainha do Carnaval da Sociedade Recreativa Beneficente União Rosariense. A Valéria, minha filha, foi Rainha da Escola de Samba da Embaixada (Embaixadores do Ritmo)”<sup>644</sup>.

---

<sup>643</sup>Terezinha Oliveira Santana (1945 – 2008) foi uma mulher negra rosariense com participação ativa em prol do bem estar da coletividade. A luta travada por esta mulher abriu, e continua abrindo, espaço para que as novas gerações sejam cada vez mais ouvidas e respeitadas. Ela participou do processo de criação de um coletivo feminino - “Associação de Mulheres Negras de Rosário do Sul”. O primeiro encontro deste grupo aconteceu no dia 26 de julho de 2008 na sede da SRBUR Este encontro foi em homenagem ao Dia Internacional da Mulher Negra Latino-Americana e Caribenha (25/07). Os principais objetivos desta Associação são: Realizar cursos e oficinas no intuito de oportunizar a estruturação emocional e profissional das mulheres negras; dialogar sobre a necessidade de ações afirmativas para a promoção da igualdade de acesso a oportunidades; conhecer e valorizar a cultura negra de Rosário do Sul; dentre outros. A primeira diretoria eleita desta Associação foi composta pelas seguintes mulheres: Presidenta: Terezinha Oliveira Santana; Vice-presidenta Jari Felix Santiago; Secretária: Irene Terezinha da Rosa Candido e Flávia Ramos Amaral; Tesoureira: Nara Nei Faleiro Machado.

<sup>644</sup> Entrevista com Valdenice Ramos Soares no dia 6 de julho de 2022 em Porto Alegre (RS).

**Figura 11 - Baile de Coroação da Rainha do Carnaval – 1962.**



Fonte: Acervo Pessoal de Nara Nei Faleiro Machado.

Nota: Nadir Alves Faleiro e a Rainha do Carnaval Valdenice Ramos Soares.  
Sede da Sociedade Recreativa Beneficente União Rosariense. Rua Marechal Floriano Peixoto - Praça  
Borges de Medeiros, nº 48.

A imagem fotográfica (Figura 11) mostra o momento no qual a Rainha adulta Valdenice Ramos Soares adentrava no espaço da festa, sendo conduzida pelo presidente Nadir Alves Faleiro. Na ocasião, os trajes deveriam ser bem alinhados, minuciosamente feitos pelos alfaiates e costureiras e esta vivência estava calcada em valores familiares do grupo que envolvia todas as faixas etárias, das crianças aos idosos. O investimento na imagem elevava a autoestima e afastava a ideia de “feitura” que perseguia as negras e os negros<sup>645</sup>.

---

<sup>645</sup> GOMES, 2008, *op. cit.*

**Figura 12 - Baile de Carnaval Infantil – 1962.**



Fonte: Acervo Pessoal de Nara Nei Faleiro Machado.

Nota: Rainha Infantil Ana Maria Otonel dos Santos e o presidente Nadir Alves Faleiro; Rainha Ana Maria Otonel dos Santos e sua Corte. Sede da Sociedade Rua Marechal Floriano Peixoto – Praça Borges de Medeiros, nº 48.

Ambas as fotografias (Figura 12) registraram a Rainha infantil Ana Maria Otonel dos Santos sendo conduzida pelo então presidente da agremiação em um dos momentos da festa; em outro, pousava ladeada por sua Corte, por ela escolhida. Nas duas fotografias a rainha Ana está empunhando o cetro – símbolo de poder da soberana. Momentos como esses transmitem significados e proporcionam a valorização do carnaval no Clube, em que é possível lembrar e ser lembrado. Segundo Fernanda Oliveira,

a partir das crianças gestava-se uma nova geração de pessoas negras com a autoestima elevada, conscientes e felizes com a negritude que carregavam em seus corpos e em seus hábitos, não essencializados, mas de acordo com o que elas pensavam que era o que lhes cabia<sup>646</sup>.

A interlocutora Nara Nei ressalta que durante a trajetória da Sociedade União houve circunstâncias nas quais “cada candidata vendia votos. Aquela que vendia mais, ficava rainha”<sup>647</sup>. De acordo com a Ata datada de 13 de fevereiro de 1965, o então secretário Nadir Alves Faleiro registrou momentos do processo de escolha da Rainha do Carnaval daquele ano. Ao todo, cinco moças concorreram ao título de Rainha representando a Sociedade Recreativa Beneficente União Rosariense. O primeiro lugar do certame foi ocupado por Marlene Siqueira Alves (Figura 13), cujo valor arrecadado foi de Cr\$ 27.250,00; Maria Luiza dos Santos foi a

<sup>646</sup> SILVA, 2017, *op. cit.*, p. 244.

<sup>647</sup> Entrevista com Nara Nei Faleiro Machado no dia 23 de fevereiro de 2022 em Rosário do Sul (RS).



segunda colocada, por ter arrecadado Cr\$ 10.460,00; a terceira posição foi de Nilza Oliveira Maciel, com o valor de Cr\$ 2.060,00; Nelsi Fiuza ocupou a quarta colocação, por conseguir “vender votos” no total de Cr\$ 1.060,00; por fim, o quinto lugar foi para Daici Machado, por arrecadar Cr\$ 220,00 à Sociedade União. Somando todos os valores captados com a eleição da Rainha, foram totalizados Cr\$ 41.050,00; tendo presente que, neste período, o valor do salário mínimo era de Cr\$ 66.000,00, conclui-se que a quantia obtida poderia ser menos importante do que a oportunidade de conagraçamento, afirmação de identidade, diversão, alegria e a ocupação daquele espaço. Na fotografia (Figura 13) vemos a vencedora do concurso e o público no salão da sede da Sociedade União durante os festejos de carnaval de 1965. As lentes fotográficas captaram o momento no qual a rainha Marlene Siqueira Alves já tinha recebido a coroa - símbolo real -, a faixa de Rainha e desfilava pelo salão.

**Figura 13 - Rainha do Carnaval – 1965.**



Fonte: Acervo Pessoal de Jari Felix Santiago.

Nota: Marlene Siqueira Alves. Sede da Sociedade Recreativa Beneficente União Rosariense, Rua Amaro Souto, nº 2265.

As rainhas e princesas, tanto infantis quanto adultas, da Sociedade Recreativa Beneficente União Rosariense foram, no interior daquele lugar de sociabilidade negra, detentoras de notoriedade, distinção e intensa visibilidade entre seus pares. De acordo com os fragmentos observados, esta prática – a escolha de Rainhas e Princesas – fez parte da trajetória desta agremiação (APÊNDICE K).

Sobre o papel das rainhas e ou princesas, Tiago Rosa da Silva observa que na Sociedade Recreativa Os Zíngaros da cidade de Bagé,

mesmo fazendo parte de um espaço pautado por práticas machistas e sexistas, pois a sociedade se estrutura dessa forma, as mulheres, em muitos casos, puderam exercer espaços de autonomia e eram as principais responsáveis por representar o clube para além das cidades em que estes estavam presentes. Ao mesmo tempo, os concursos de beleza que foram realizados, principalmente pelo Zíngaros a partir da década de 1970, foram responsáveis por incentivar a autoestima da mulher negra conferindo-lhes visibilidade<sup>648</sup>.

Permitindo a porosidade do recorte temporal desta pesquisa, registra-se aqui que no ano de 1977, com 15 anos de idade, a interlocutora Lane Marize Borges Silveira foi eleita Rainha da Sociedade União. Nas palavras de Lane, “para mim foi uma surpresa, eu era muito magrinha, muito pequenininha, miudinha. Foi mais uma experiência na vida”<sup>649</sup>. Era a neta de uma Mãe de Santo com atuação no município de Lorena (SP) que estava sendo coroada em um clube negro no interior do estado do Rio Grande do Sul.

Na fala da Rainha do Carnaval (1989) e Miss Mulata (1990), Marli Galvão Ramos de Lemos, “o Clube União era importante porque era dos negros. Tinha um lugar que representava os negros, os descendentes de africanos. Eu fui rainha e miss. Participei, gostei, desfilei representando o Clube União dentro da escola Embaixadores do Ritmo e na cidade de Arroio Grande no concurso de Miss Mulata”<sup>650</sup>. Este depoimento sinaliza que a Sociedade União não vivia isolada, pelo contrário, a Associação sempre buscava canais de interlocução com outras agremiações da cidade de Rosário do Sul, como Escola de Samba, e com clubes de outras cidades, que será demonstrado no próximo capítulo desta tese.

\*\*\*

---

<sup>648</sup> SILVA, 2018, *op. cit.*, p. 166.

<sup>649</sup> Entrevista com Lane Marize Borges Silveira no dia 23 de fevereiro de 2022 em Rosário do Sul (RS). Lane é filha de Vilmar Silveira e Alcidea Borges Silveira que eram sócios da SRBUR. Lane participava dos bailes de carnaval infantil e em 1977, foi eleita Rainha desta Sociedade. Em 2016 foi homenageada com Búzios de Ouro, em Curitiba (PR). Atualmente é Delegada das Federações do Afro Cone Sul, Consulesa e Embaixatriz do Candomblé. Atua no Centro Africanista Ilê Axé Oia Igbalê e Xangô Ayrá na cidade de Rosário do Sul.

<sup>650</sup> Entrevista com Marli Galvão Ramos de Lemos no dia 22 de fevereiro de 2022 em Rosário do Sul (RS). Marli é filha dos associados da SRBUR Enio Rodrigues Ramos e Maria Candida Galvão Ramos. Na Sociedade União Marli debutou (1988), foi eleita Rainha do Carnaval (1989) e Miss Mulata (1990).

Neste capítulo o propósito foi contribuir para a visibilidade de um grupo atravessado por diferentes práticas de opressão, realizando, para isso, uma análise interseccional. Como demonstrei, na Sociedade Recreativa Beneficente União Rosariense, um coletivo de mulheres negras se movimentou, se organizou, criou redes de apoio mútuo e solidariedade, e na soma de diferentes vozes, agências e experiências, elas foram saindo da margem das posições de maior poder e ocupando lugares de efetiva circulação e atuação social. E, como bem observou Melina Kleinert Perussatto na banca da defesa do doutorado que gerou este trabalho, as fontes/ vestígios/fragmentos observados e interpretados evidenciam modos de existir, ser, estar e lutar de várias mulheres afrorosarienses. A partir dessa perspectiva, é importante trazer o passado para organizar o presente e observar com antecedência um futuro no qual descendentes de associadas, associados da SRBUR e pessoas negras de uma forma geral, tiveram e tem “um lugar na história”<sup>651</sup>. O que fica, então, para ser salientado a partir desta pesquisa e de tantas outras citadas aqui, é a presença e agência das mulheres na Sociedade União, na cidade de Rosário do Sul, no estado do Rio Grande do Sul e no Brasil.

O próximo capítulo aborda o processo de construção de laços de pertencimento e rede relacional por meio de experiências festivas, nas quais eram vivenciadas maneiras refinadas, gestos elegantes e distintos conforme as percepções da época. Em momentos de celebração, a Sociedade União também se valia da arte, da culinária, dos jogos e de outros elementos culturais tidos como importantes para aquele grupo negro que, na década de 1920, inaugurou com regozijo sua própria sede, localizada na então Vila de Rosário, e na qual se materializava um direito conquistado – o direito ao lazer e a possibilidade de afirmação de sua identidade.

---

<sup>651</sup> SILVA, 2017, *op. cit.*, p. 245.

#### 4 CONSTRUINDO LAÇOS DE PERTENCIMENTO: FESTIVIDADES E REDE RELACIONAL

Atentando para os meandros responsáveis pela construção de laços de pertencimento de uma ampla organização negra, chegamos na “festa” que se tornava mais intensa e densa com os possíveis entrelaçamentos, principalmente entre agremiações negras e não negras locais e regionais. No entendimento da antropóloga social Léa Freitas Perez, a festa é o “espaço por excelência de reunião social, de assembleia coletiva e de sociabilidade”<sup>652</sup>. A festa “expressa sentimentos, emoções e sonhos coletivos, estrutura pautas e códigos de vínculos, gera imagens multiformes de vida coletiva”<sup>653</sup>. Nas experiências festivas do Renascença Clube (RJ) a antropóloga Sonia Maria Giacomini verifica que “se exercitavam as maneiras refinadas, o gosto musical, a moda, a decoração de bom gosto, a culinária refinada”<sup>654</sup>. No Clube Cruzeiro do Sul, da cidade de Novo Hamburgo, a historiadora Magna Lima Magalhães observa que nas festas o “luxo e pompa serviam como indicadores de elegância e distinção”<sup>655</sup>. Nos estudos sobre clubes negros das cidades de Jaguarão, Pelotas, Bagé e Melo, a historiadora Fernanda Oliveira<sup>656</sup> adentra nas questões de cidadania e ressalta que a festa clubista fazia/faz parte de um todo, ela era/é extremamente importante e estava/está ao lado de várias outras ações. Fernanda evidencia que o lazer também era passível de direito. Direito este que precisou ser conquistado/forjado. A festa tinha um papel simultâneo na organização dos clubes negros.

Nesta perspectiva, a Sociedade União Rosariense, já na década de 1920<sup>657</sup>, inaugurou com regozijo seu próprio espaço de festas/lazer, localizado no centro da então Vila de Rosário/RS. O interlocutor José Rodrigues dos Santos lembra com emoção que “a gente tinha vida social [...] Nós tínhamos para onde ir. Saía de casa para ir para o Clube”<sup>658</sup> – espaço acolhedor, de sociabilidade e de extensão familiar. O secretário Crescencio Flores, registrou em Ata a fala do presidente Romário Lopes sobre a importância de “defender os direitos da nossa agremiação” (Ata 01/04/1930) forjados e vivenciados em festividades sócio recreativas esportivas e culturais.

---

<sup>652</sup> PEREZ, Léa Freitas. **Festa, religião e cidade**: Corpo e alma do Brasil. Porto Alegre: Medianiz. 2011, p. 45.

<sup>653</sup> Ibidem, p. 101.

<sup>654</sup> GIACOMINI, 2006. *op. cit.*, p. 143.

<sup>655</sup> MAGALHÃES, 2017, *op. cit.*, p. 153.

<sup>656</sup> SILVA, 2017, *op. cit.*

<sup>657</sup> Compra de imóvel, Rua Voluntários da Pátria - Rosário (RS). Registro de Imóveis de Rosário do Sul. Certidão. Livro 4/D, folha 84, nº 5.127. Data: 30/10/1924.

<sup>658</sup> Entrevista com José Rodrigues dos Santos no dia 31 de dezembro de 2021 em Rosário do Sul (RS).

Este capítulo está consagrado a apresentar formas de pertencer e se relacionar de uma coletividade negra denominada Sociedade Recreativa Beneficente União Rosariense com outras sociedades negras e não negras da cidade de Rosário do Sul e de cidades próximas, ao longo de 50 anos de sua trajetória (1915-1965).

#### 4.1 ESTRATÉGIAS DE AÇÃO COLETIVA PARA EFETIVAÇÃO DA CIDADANIA

Diante de uma realidade impeditiva, na Vila de Rosário, negras e negros lutaram por afirmação, respeito e igualdade. Nesta luta cotidiana, foram criando associações e redes de apoio e, assim, construindo uma cultura negra afirmativa. No entendimento de Petrônio Domingues através do associativismo vários afrobrasileiros

Impulsionaram o sentimento de pertencimento, construíram e preservaram laços de solidariedade racial. Contribuíram para a percepção das desigualdades e discriminações raciais em nossa sociedade, animando assim os movimentos de reivindicações por direitos e cidadania. Ainda mais, colaboraram para manter viva uma experiência de resistência e ação coletiva<sup>659</sup>.

#### Segundo estudos desenvolvidos por Beatriz Ana Loner e Lorena Almeida Gill

a rede associativa começou a se desenvolver ainda no período escravista, se consolidando e diversificando nas primeiras décadas da República. Entretanto, por volta de 1915-1920, evoluindo mais rapidamente nas duas décadas seguintes, houve uma reorientação das entidades, que abandonaram seu caráter de representação, o mutualismo e os objetivos educacionais, para dedicarem-se principalmente às questões de sociabilidade e recreação.<sup>660</sup>

Como foi mencionada em capítulos anteriores, a finalidade primeira da Sociedade Recreativa União Rosariense fundada em 1915, era promover “bailes e outros divertimentos” na Vila de Rosário. O Estatuto de 1958 diz que a finalidade também passou a ser proporcionar “recreação e benefícios de ordem econômica e assistencial” na cidade de Rosário do Sul. Sendo assim, eram os bailes e as atividades recreativas, esportivas, culturais e de entretenimento que unificavam a comunidade formada por descendentes de africanos.

De acordo com Léa Freitas Perez, as festas “marcam os tempos fortes, os momentos culminantes das coletividades, expressando suas alternâncias de ritmo e de intensidade”<sup>661</sup>. As

---

<sup>659</sup> DOMINGUES, 2018, *op. cit.*, p. 119.

<sup>660</sup> LONER, GILL, 2009, *op. cit.*, p. 147.

<sup>661</sup> PEREZ, 2011, *op. cit.*, p. 101.

atividades voltadas para a festa, a sociabilidade e a recreação realizadas na sede da Sociedade União eram diversas e podem ser divididas em sete categorias:

1. Bailes: “Além do dia 1º de maio, a diretoria de acordo com Assembleia Geral poderá dar aos seus sócios um outro baile, por meio de uma verba deliberada pela diretoria”<sup>662</sup>.

2. Festejos carnavalescos: Matinê infantil e baile para jovens, adultos e idosos.

3. Festivais artísticos e Saraus: “Essa sociedade tem por fim proporcionar aos seus associados: [...] Manter um elenco teatral de amadores para a realização de festivais e horas de arte, em benefício desta Sociedade”<sup>663</sup>.

4. Botequim: “Esta Sociedade terá para o bem-estar de todos os sócios uma copa que ocupará um empregado e o mesmo servirá de contínuo”<sup>664</sup>

5. Atividades esportivas: “Essa sociedade tem por fim proporcionar aos seus associados: [...] Prática de esportes”<sup>665</sup>.

6. Atividades Assistenciais: Quermesses e bingos

7. Confraternizações: Almoço, jantar, coquetel, chá e festa de aniversário e casamento.

Geralmente, estes eventos eram previamente discutidos e planejados em reuniões de diretorias e assembleias gerais. Nelas, formavam-se comissões responsáveis pelas atividades, o que possibilitava maior organização e êxito. A diretoria sempre chamava atenção para as regras estatutárias sobre a conduta moral e a boa ordem da Sociedade, já que as festividades deveriam ocorrer dentro da “ordem e do respeito” (Ata 01/05/1915). Sobre isso, outras frases presentes nas Atas chamam a atenção para a “moralidade e ordem durante o baile” (Ata 26/04/1919), já que “todos deviam esforçar-se pela unificação de nossas famílias” (Ata 25/01/1920), “seguir o caminho reto para o maior desenvolvimento de nossas famílias e de nossa classe” (Ata 12/06/1920), prezar pelo “engrandecimento necessário e o desenvolvimento de nossa raça desprotegida da fortuna” (Ata 05/09/1921), “trabalhar para o bem estar da Sociedade” (Ata 01/05/1936), e manter o “progresso do nosso glorioso Clube”

---

<sup>662</sup> Artigo 3º do Estatuto da Sociedade Recreativa Beneficente União Rosariense. Ofício de Registro de Títulos e Documentos e Pessoas Jurídicas da Comarca de Rosário do Sul. Livro A- 1 de Pessoas Jurídicas f. 22, nº 32 - 4 de junho de 1958.

<sup>663</sup> Artigo 2º do Estatuto da Sociedade Recreativa Beneficente União Rosariense. Ofício de Registro de Títulos e Documentos e Pessoas Jurídicas da Comarca de Rosário do Sul. Livro A- 1 de Pessoas Jurídicas f. 22, nº 32 - 4 de junho de 1958.

<sup>664</sup> Artigo 38º do Estatuto da Sociedade Recreativa Beneficente União Rosariense. Ofício de Registro de Títulos e Documentos e Pessoas Jurídicas da Comarca de Rosário do Sul. Livro A- 1 de Pessoas Jurídicas f. 22, nº 32 - 4 de junho de 1958.

<sup>665</sup> Artigo 2º do Estatuto da Sociedade Recreativa Beneficente União Rosariense. Ofício de Registro de Títulos e Documentos e Pessoas Jurídicas da Comarca de Rosário do Sul. Livro A- 1 de Pessoas Jurídicas f. 22, nº 32 - 4 de junho de 1958.

(Atas 01/09/1939 e 1/05/1964), afirmando assim prestígio e respeitabilidade naquele espaço de festa, afirmação, recreação e sociabilidade afrorosariense.

#### **4.1.1 Os bailes na União: reunião coletiva de sociabilidade e de regozijo**

Segundo os Estatutos, a Sociedade deveria proporcionar aos seus associados um baile para comemorar o aniversário de fundação, em 1º de maio de cada ano<sup>666</sup>. Além deste, a diretoria, de acordo com assembleia geral, poderia promover outros bailes. Os eventos festivos promovidos pela Sociedade Recreativa Beneficente União Rosariense eram muitos e diversificados, mas o baile era o espaço por excelência de reunião coletiva, de sociabilidade e de regozijo.

Antes de ter a própria sede, esta Sociedade alugava espaços para realização de bailes. O secretário João Manuel Vianna registrou em Ata que foi formada uma “comissão para procurar casa para o baile do dia 1º de maio” (Ata 05/04/1919). Na semana seguinte o sócio Abilio Severo<sup>667</sup> que fazia parte desta comissão, encontrou a casa para a realização do baile cujo aluguel era de 30 mil reis (Ata 13/04/1919). Já para comemorar o 6º aniversário da Sociedade Recreativa União Rosariense, o baile aconteceu na casa do senhor José Ortiz de Araujo<sup>668</sup> (Ata 01/04/1921), espaço que foi alugado para aquele fim. Os aniversários seguintes, para maior regozijo de associadas/os e convidadas/os, passaram a ser comemorados em sede própria. O secretário João Batista Lago, registrou a “compra do prédio que ocupamos no dia 23 de outubro de 1922, realizada por alguns membros da diretoria no valor 800 mil reis com prestações de 70 mil por mês” (Ata 04/11/1922). Na ocasião, o então presidente Fabiano Manoel Pereira solicitou que todos deveriam pagar as mensalidades em atraso para, assim, conseguir atender o compromisso assumido. A sede própria proporcionava liberdade, pertencimento, resistência, existência e resiliência de um grupo de negras e negros rosarienses, além de demonstrar para a sociedade em geral a grandeza desta agremiação e das pessoas que a dirigia.

---

<sup>666</sup> Entretanto, o baile para comemorar o primeiro ano da associação foi cancelado por motivo do falecimento de José Percilio da Roza, um dos sócios fundadores e tesoureiro da agremiação. De acordo com o secretário João Manuel Vianna: “O presidente apresentou os motivos para a não realização do baile de um ano desta Sociedade, pois José Percilio da Roza foi arrebatado da vida dos vivos, em função disso o baile foi cancelado” (Ata 02/05/1916).

<sup>667</sup> Abilio Severo recebeu o título de Sócio Honorário em 01/09/1930.

<sup>668</sup> José Ortiz de Araujo foi um dos sócios fundadores do Clube Comercial de Rosário do Sul. (Fonte: Extrato dos Estatutos do Clube Comercial de Rosário - Diário Oficial, nº 1549, 29 de março de 1944, p. 886- 887).

Neste espaço próprio, os bailes eram realizados para que as sócias, os sócios e os/as visitantes convidadas/os celebrassem datas como a Páscoa (em abril), o Natal e o Réveillon (em dezembro) e também marcos cívicos, como a Abolição da Escravidão (13/05), a Independência do Brasil (07/09) e a Proclamação da República (15/11). Também eram realizados bailes temáticos como o da Pelúcia, da Chita, da Primavera, das Baianas, do Gaúcho, de Gala, do Chopp, da Neve, da Reminiscência, da Bossa Nova, de Férias, dos Amigos, dos Solteiros, dos Casais, dos Namorados, da Mocidade, das Crianças, de escolha de Rainhas (infantil e adulta) e de Carnaval. Com base nos dados organizados a partir dos Livros nº 1 ao nº 5 de Atas de Reuniões de Diretoria e Assembleia Geral (APÊNDICE F) fica evidente que as datas 1º de maio e 13 de maio eram mais intensamente celebradas por este coletivo negro, afinal, era formado por trabalhadoras e trabalhadores que celebravam a união e a liberdade. O 13 de maio, apesar de sua incompletude, também era celebrado em outros clubes sociais negros. Na Sociedade Cultural Esportiva Cruzeiro do Sul da cidade de Novo Hamburgo/RS, segundo Magna Lima Magalhães, os festejos ligados ao “13 de maio representavam e significavam coesão e organização negra local [...] A partir do projeto coletivo (o Cruzeiro) elaborou formas de lutas e negociações, as quais permearam a construção da identidade dos integrantes da Sociedade”<sup>669</sup>. No entendimento de Cláudia Santos Duarte, “a data da Abolição da Escravatura foi rememorada como um ponto de partida importante para a sequência de lutas e conquistas que deveriam acontecer na realidade dos afrodescendentes”<sup>670</sup>, e, ao aprofundar a análise sobre textos alusivos ao 13 de maio, na primeira metade do século XX, publicados nos periódicos *O Exemplo* e *A Alvorada*, conclui que:

Naquele período, é possível identificar, pelas palavras expressas em comemoração ao dia 13 de maio, que as intenções se relacionavam à possibilidade de participar da vida social, ter a sua atuação valorizada na sociedade, ascender intelectual e socialmente por meio da educação e constituir um grupo que tivesse suas raízes culturais e históricas respeitadas<sup>671</sup>.

Na Sociedade União, para participar dos bailes as pessoas associadas deveriam estar com suas mensalidades pagas e, ao entrar no recinto social, deveriam apresentar a carteirinha e o último talão de mensalidade quitado. Na Ata de 10 de março de 1962, o secretário Adair Rodrigues Siqueira registrou que “o ingresso para participar do baile será a carteirinha de

---

<sup>669</sup> MAGALHÃES, 2017, *op. cit.*, p. 201.

<sup>670</sup> DUARTE, 2022, *op. cit.*, p. 177.

<sup>671</sup> *Ibidem*, p. 179.



sócio e o talão do mês de março quitado”. Ubirajara Oliveira Ramos, filho de Francisco Pinheiro Ramos<sup>672</sup>, informa que para pagar a mensalidade, geralmente era necessário “passar lá no Clube que tinha um recibo com um canhotinho que confirmava que o associado tinha quitado a mensalidade. Pegava este canhoto e colocava dentro da carteirinha (Figura 14) e quando chegava na festa era observado se estava em dia com as mensalidades”<sup>673</sup>. Na figura 14 é importante atentar para “Sede Própria”, escrito logo abaixo do nome da agremiação, atestando dignidade, competência e organização deste coletivo negro na cidade de Rosário do Sul.

**Figura 14 - Carteirinha de associado – 1962.**



Fonte: Acervo Pessoal de Ubirajara Oliveira Ramos.

<sup>672</sup> Francisco Pinheiro Ramos, pai do interlocutor Ubirajara Oliveira Ramos, nasceu em Quaraí em 04 de outubro de 1921, filho de Aparício Ramos e Blandina Pinheiro. Seguiu carreira militar - foi soldado, cabo, sargento e tenente - e em função disso, residiu em várias cidades: Quaraí, Santa Rosa, Porto Alegre, São Gabriel, Rosário do Sul e São Borja. Na cidade de São Borja participou do processo de fundação da Sociedade Esportiva Ferroviária Samborjense. Na sua trajetória de vida, além de ser militar, foi marceneiro, músico, poeta, carnavalesco e estudioso dos idiomas espanhol e esperanto. Em 1947 casou-se com Lecy Oliveira Ramos. Desta união nasceram três filhos: Ubirajara, Tiaraju e Iara. Em 01 de agosto de 1959 a família de Francisco foi apresentada e aceita como sócia da Sociedade Recreativa Beneficente União Rosariense e a partir de então exerceu cargos de liderança nesta instituição. Lecy Oliveira Ramos foi presidenta da Ala Feminina no período de 1967 até 1969, sendo que precisou se afastar (nov. de 1967 até jan. de 1968) para cuidar de sua saúde, assumindo em seu lugar a sócia Valny da Silva Ramos. Em várias ocasiões, que antecediam bailes e outros eventos, a estilista Lecy participava do processo de ornamentação do salão da Sociedade União, além de ministrar cursos de artesanato. Na SRBUR, Francisco Pinheiro Ramos foi presidente (1967); orador e bibliotecário (1969); orador (1974, 1979, e de 1995 até 1997); departamento cultural e biblioteca (1985 até 1987); conselho fiscal, departamento cultural e biblioteca (1987 até 1989); comissão de sindicância (1958; 2004 até 2008). No dia 20 de setembro de 1997, na Sede da SRBUR, foi realizada a Festa de Bodas de Ouro do casal Lecy Oliveira Ramos e Francisco Pinheiro Ramos. Nesta perspectiva, a Sociedade União era um espaço para famílias comemorar companheirismo, amor, respeito e afetos em festas de 15 anos, 20 anos ou 50 anos de vida conjugal.

<sup>673</sup> Entrevista com Ubirajara Oliveira Ramos no dia 21 de fevereiro de 2022 em Rosário do Sul (RS).

A partir da década de 1950, os eventos eram divulgados pela emissora de rádio denominada Marajá<sup>674</sup> – “Aqui antigamente, tudo era divulgado por meio da Marajá”<sup>675</sup>, “Era anunciado na rádio no horário do meio-dia. Divulgação total!”<sup>676</sup>. Além desta forma de propaganda, a divulgação era veiculada por meio de ofícios enviados para as seguintes Sociedades coirmãs: Sociedade 13 de Maio e Sociedade 7 de Setembro (São Gabriel); Grupo Carnavalesco “União Faz a Força” (Caxias do Sul); Sociedade Recreativa Farroupilha e Clube 15 de Novembro (Santana do Livramento); Sociedade Recreativa 7 de Setembro (Cacequi); Sociedade Recreativa 13 de Maio (Santa Maria); Clube Rio Grandense (Dom Pedrito); Escola de Samba Alegretense (Alegrete); Bloco Carnavalesco Sociedade Filhos da Lua e Bloco Carnavalesco Canelas Pretas (São Gabriel) (Quadro 6). A interlocutora Nara Nei Faleiro Machado afirma que “era função da secretaria da Sociedade União organizar a documentação, enviar ofícios, convites. [...] Eram enviados convites de bailes, que fazíamos aqui, para os clubes e, eles também mandavam para nós. Quando era possível, um grupo ia representando a Sociedade”<sup>677</sup>. Os interlocutores e as interlocutoras desta pesquisa enfatizaram que nos bailes “a casa ficava cheia”<sup>678</sup>, e ainda, “os grandes conjuntos também tocavam na União. Aí enchia a União”<sup>679</sup>. Isso demonstra que os eventos eram bem divulgados e organizados, reforçando os laços de pertencimento e socialização.

Os bailes eram especiais e o cuidado com a imagem corporal era fundamental. Este cuidado aparece em textos de caráter verbal (narrativas registradas em Atas e depoimentos) e não-verbal (principalmente nas figuras 15 e 16), uma fonte confirmando a outra, como veremos a seguir. Segundo registros em Atas, notam-se algumas combinações entre os associados em relação aos códigos de vestir. Nos bailes de regozijo à data de fundação da associação – 1º de maio -, ou ao 15 de novembro, efeméride da proclamação da República, eram realizadas combinações coletivas sobre as indumentárias. Por exemplo, no baile de aniversário do Clube, os sócios deveriam trajar calças brancas, casaco preto, camisa branca, gravata azul e sapato branco (Ata 01/01/1921). No “baile cor de rosas”, a orientação era: “Senhoras e senhoritas com vestidos de cor de rosa, sapatos brancos, meias brancas, e senhores com trajes pretos, botinas pretas, carpins pretos, camisa branca, colarinho simples, gravata branca de topes” (27/10/1921). No baile de 15 de novembro de 1922, as vestimentas

---

<sup>674</sup> Rádio Marajá Ltda é uma emissora de rádio, fundada em 25/02/1949, na cidade de Rosário do Sul (RS).

<sup>675</sup> Entrevista com José Rodrigues dos Santos no dia 31 de dezembro de 2021 em Rosário do Sul (RS).

<sup>676</sup> Entrevista com Ubirajara Oliveira Ramos no dia 21 de fevereiro de 2022 em Rosário do Sul (RS).

<sup>677</sup> Entrevista com Nara Nei Faleiro Machado no dia 23 de fevereiro de 2022 em Rosário do Sul (RS).

<sup>678</sup> Entrevista com Ubirajara Oliveira Ramos no dia 21 de fevereiro de 2022 em Rosário do Sul (RS).

<sup>679</sup> Entrevista com Valdenice Ramos Soares no dia 6 de julho de 2022 em Porto Alegre (RS).

deveriam ser brancas (Ata 03/09/1922). Os acordos para o baile de aniversário, no ano de 1924, eram de que as mulheres deveriam ir de vestido rosa e sapato branco, e os homens paletó preto ou azul marinho e gravata branca (Ata 01/03/1924). Para o baile do 10º aniversário do Clube, a vestimenta masculina deveria ser paletó preto, calças brancas, gravata branca e sapato branco e a vestimenta feminina deveria ser vestido longo e sapato branco (Ata 17/02/1925). No baile em 13 de maio de 1934, “só poderia dançar quem estivesse com traje de casimira e decentemente trajado” (Ata 01/04/1934). Na Ata datada de 14 de maio de 1939, o então secretário Bento Fagundes da Silva registrou que não era permitido entrar no salão de baile mal trajado. Lembro, aqui, que eram as esposas, mães ou irmãs quem lavava, engomava e passava as roupas (ternos, camisas, vestidos) usadas nos eventos promovidos pelo Clube União, ou seja, eram elas as responsáveis, em grande medida, pela forma como as pessoas “se apresentavam” naqueles eventos.

Segundo Alessandro Portelli, “a história oral é história dos eventos, história da memória e história da interpretação dos eventos através da memória”<sup>680</sup>. Nesse sentido, é possível perceber que o cuidado com a imagem corporal está presente na memória das pessoas com as quais dialogamos. José Rodrigues dos Santos lembra que “não se ia para um baile com qualquer roupa. Naquele tempo os rapazes iam de terno e gravata e as moças de vestido”<sup>681</sup> (Figura 15). Edson da Silva Rodrigues enfatiza que “tinha que seguir regras para participar dos bailes. Não podia dançar de tênis. Só de sapato. Tinha que usar terno”<sup>682</sup>. Sila Nunes da Silva ressalta que “quando era baile grande, era sempre roupa social. Se era baile de galla os vestidos tinham que ser compridos. Nada de calça. Sempre era vestido”<sup>683</sup>. Jari Felix Santiago destaca que “em bailes a roupa tinha que ser social. O vestido era longo. Depois veio a moda da minissaia”<sup>684</sup>. Alcidiney Josende da Rosa pontua que na década de 1950 as ruas da cidade de Rosário do Sul eram quase todas de chão batido, então “a gente levava dois sapatos. Um sapato velho era usado para chegar até lá e outro melhor para ser usado no baile. Na esquina do ginásio, já tinha um lugar para esconder o sapato velho”<sup>685</sup> (risos), e segue dizendo que “dali em diante já tinha calçada e, assim, não sujava o sapato para chegar até o Clube

---

<sup>680</sup> PORTELLI, 2016, *op. cit.*, p. 18.

<sup>681</sup> Entrevista com José Rodrigues dos Santos no dia 31 de dezembro de 2021 em Rosário do Sul (RS).

<sup>682</sup> Entrevista com Edson da Silva Rodrigues no dia 22 de fevereiro de 2022 em Rosário do Sul (RS). Edson se tornou sócio a partir da década de 1960. Foi responsável pelo departamento de esportes (1981 – 1982); diretor (1985 – 1989), (1991 – 1994), (2001 – 2004).

<sup>683</sup> Entrevista com Sila Nunes da Silva no dia 22 de fevereiro de 2022 em Rosário do Sul (RS).

<sup>684</sup> Entrevista com Jari Felix Santiago no dia 29 de abril de 2021 em Rosário do Sul (RS).

<sup>685</sup> Entrevista com Alcidiney Josende da Rosa no dia 15 de novembro de 2022 em Caxias do Sul (RS). Alcidiney é filho de Olympio Josende da Rosa, sócio fundador da SRBUR e de Maria Francisca Martins da Rosa. Alcidiney fez parte da diretoria: bibliotecário (1957, 1958 e 1961), tesoureiro (1962 e 1969), comissão de sindicância (1963 e 1965) e procurador (1968).

União”<sup>686</sup>. Lembro que, em um passado não muito distante, usar sapatos era privilégio e marca distintiva dos livres e libertos.

O investimento na imagem corporal está presente também em outros clubes. A pesquisadora Sonia Maria Giacomini, observa que no Clube Renascença/RJ

Não há como não perceber que a aparência cuidada não tem apenas funções positivas, pois ela deve, também *apagar* o estigma da cor. Como não se trata de mudar de cor, torna-se necessário gerar um efeito que desloque o foco do olhar, ou da atenção, para outros aspectos aparentes. Aí talvez se encontre a explicação para o supervisionamento na aparência, característico deste grupo: além da função social *normal*, a aparência acumula aqui uma função de neutralização do estigma. [grifo da autora]<sup>687</sup>.

Leandro Affonso de Miranda Pereira, ao pesquisar sobre clubes e bailes negros no Rio de Janeiro, concluiu que

Ao determinar o uso obrigatório de itens distantes do cotidiano dos trabalhadores habituais destes grêmios, como o paletó e a gravata que usavam apenas em ocasiões solenes, tais clubes faziam de seus bailes momentos de exceção que se diferenciavam da vida cotidiana de seus frequentadores<sup>688</sup>.

Fabricio Romani Gomes informa que no Clube Gaúcho da cidade de Caxias/RS,

O modo de vestir-se vai fazer diferença. O clube exige de seus associados trajes bem alinhados. Para garantir que ninguém entrasse no clube vestindo qualquer roupa, o Diretor da sala tinha a responsabilidade de ‘não deixar penetrar no salão pessoas mal trajadas e sem o respectivo colarinho e gravata [...] A elegância e a distinção dos associados do clube eram postas a prova em outras situações, principalmente, quando eram realizados Bailes de Gala<sup>689</sup>.

Nos eventos promovidos pela Sociedade Cultural Esportiva Cruzeiro do Sul da cidade de Novo Hamburgo/RS, Magna Lima Magalhães verifica que,

A elegância e a distinção demonstravam a capacidade da promoção de eventos à altura dos demais clubes da localidade teuto-brasileira. Além disso, promovia status aos integrantes da diretoria do clube negro, especialmente frente às autoridades locais. Conduta e moral impecável, vestimentas adequadas, eventos permeados pelo glamour configuravam indicadores do esforço dos dirigentes da Associação para construir um diferencial para os negros do Cruzeiro do Sul<sup>690</sup>.

Na busca por aproximação de uma realidade vivida no centro da vila/cidade de Rosário/RS, as memórias e os registros fotográficos evidenciam que a imagem corporal - vestuário, sapato, penteado - sinalizava liberdade, afirmação social, prestígio, elegância e distinção materializada no próprio corpo de mulheres e homens associadas/os do Clube União

---

<sup>686</sup> Ibidem.

<sup>687</sup> GIACOMINI, 2006, *op. cit.*, p. 35.

<sup>688</sup> PEREIRA, 2020, *op. cit.*, p. 154.

<sup>689</sup> GOMES, 2008, *op. cit.*, p. 129-130.

<sup>690</sup> MAGALHÃES, 2017, *op. cit.*, p. 154

durante as reuniões coletivas de sociabilidade e de regozijo. Sujeitos/as negras/os “se deram a ver”<sup>691</sup>, pousaram para suas fotografias e desta forma mostraram sua capacidade de resistência, existência e resiliência. Na Figura 15, os homens, calçando sapato escuro lustrado e as mulheres sapato bico e salto, finos, pousaram para um registro de corpo inteiro na intenção de mostrar todos os detalhes de sua distinção.

**Figura 15 - Baile de Aniversário 1º de maio – década de 1960.**



Fonte: Acervo Pessoal de Edson Ramos de Paulo e Acervo Pessoal de Jari Felix Santiago.

Nota: Da esquerda para a direita: Elair Figueira, Claudio Ramos da Silva e Edson Ramos de Paulo.

Nota: Da esquerda para a direita: Jari Felix Santiago, José Rodrigues dos Santos e Marlene Siqueira Alves. Sede da Sociedade Recreativa Beneficente União Rosariense, Rua Marechal Floriano Peixoto - Praça Borges de Medeiros, nº 148. e Rua Amaro Souto, nº 2265.

Não se pode esquecer que o baile também atuava como “dispositivo disciplinador de acordo com certa pedagogia de valores”<sup>692</sup>. Para além do investimento na imagem corporal, nas noites de bailes, previamente, eram formadas comissões responsáveis para observar o comportamento das/os sócias/os e, caso necessário, chamar a atenção de qualquer pessoa que estivesse se comportando de forma considerada desrespeitosa ou não permitida pelas

<sup>691</sup> KOUTSOUKOS, 2010, *op. cit.*, p. 18.

<sup>692</sup> PEREZ, 2011, *op. cit.*, p. 107.

convenções e regras criadas no interior do clube. Caso os membros das comissões não fossem atendidos, a pessoa alertada deveria ser encaminhada para a diretoria. Maria Romilda Rangel se lembra das senhoras “observadoras”, “elas cuidavam da gente dançando no meio do salão. Elas chegavam e separavam a gente (risos)”<sup>693</sup>. O professor Ataídes Rodrigues dos Santos explica que isso era feito “para não ficar muito perto, eram as Diretoras de Salão ou Diretoras de Mesa. Tinha mulheres e homens que ficavam só observando o ambiente, o comportamento dos/das jovens durante os bailes. A dona Rosa Amélia<sup>694</sup> era uma”<sup>695</sup>. Ela “era da diretoria feminina. E olha (risos) que a dona Rosa Amélia dava trabalho (risos)”<sup>696</sup>. Era uma mulher que exigia respeito. Edson Ramos de Paulo também lembra que eram escolhidos “diretores cuja função era observar as pessoas dançando e qualquer coisa eles chamavam para a secretaria e dava uma chamada no cara”<sup>697</sup>. Muitas vezes, a exigência de bom comportamento ultrapassava o espaço do salão de baile. Segundo Alcidiney Josende da Rosa “cabia a Comissão de Sindicância cuidar o modo das moças e dos rapazes, o comportamento deles. A gente tinha que ficar de olho tanto dentro da Sociedade quanto fora dela. Ver se andavam na linha como se diz. Caso precisasse eram punidas<sup>698</sup> pela Sociedade”<sup>699</sup>. Nesse sentido Edson Ramos de Paulo<sup>700</sup> diz que “mãe solteira não dançava, não podia fazer parte do Clube. Com o passar do tempo isso aí foi mudando, nós ainda vivemos esse tempo. Mas, com a presidenta Irene isso acabou”<sup>701</sup>. Atenta-se aqui para as ações relacionadas à resistência dentro de uma Sociedade dominada por valores masculinos, onde as punições eram mais severas para as mulheres. Durante este estudo percebi que Irene Terezinha da Rosa Candido e várias outras mulheres agiram para que mudanças fossem realizadas, não se contentando com a falta de paridade de gênero. Neste sentido, Petrônio Domingues observa que mesmo “vivendo numa sociedade marcada pela dominação masculina e pela subordinação feminina, frações das ‘mulheres de cor’ procuraram se afirmar, arquitetar espaços próprios e governar a sua agência”<sup>702</sup>.

---

<sup>693</sup> Entrevista com Maria Romilda Rangel no dia 21 de fevereiro de 2022 em Rosário do Sul (RS).

<sup>694</sup> Rosa Amélia P. Oliveira nasceu em 27 de janeiro de 1908 e faleceu aos 88 anos de idade, em 02 de novembro de 1996. (Fonte: Cripta c/ossuários, nº 360 - Igreja Matriz Nossa Senhora do Rosário).

<sup>695</sup> Entrevista com Ataídes Rodrigues dos Santos no dia 21 de fevereiro de 2022 em Rosário do Sul (RS).

<sup>696</sup> Entrevista com José Rodrigues dos Santos no dia 31 de dezembro de 2021 em Rosário do Sul (RS).

<sup>697</sup> Entrevista com Edson Ramos de Paulo no dia 7 de abril de 2022 em Cruz Alta (RS).

<sup>698</sup> A punição poderia ser uma conversa direta ou 30, 60 ou 90 dias de afastamento da Sociedade União. Dependendo do grau de gravidade poderia ser eliminado da agremiação.

<sup>699</sup> Entrevista com Alcidiney Josende da Rosa no dia 15 de novembro de 2022 em Caxias do Sul (RS).

<sup>700</sup> Entrevista com Edson Ramos de Paulo no dia 7 de abril de 2022 em Cruz Alta (RS).

<sup>701</sup> Como foi citado no capítulo anterior, Irene Terezinha da Rosa Candido, foi a única mulher que exerceu o cargo de presidenta desta Sociedade. Ela assumiu o primeiro mandato no ano de 1985, depois foi reeleita, permanecendo no poder de liderança até 1991.

<sup>702</sup> DOMINGUES, 2011, *op. cit.*, p. 128.

Aqui é importante destacar que o ‘dispositivo disciplinador’ era acionado nos bailes promovidos por outras agremiações negras. Por exemplo, vários grêmios da cidade do Rio de Janeiro,

criavam em suas diretorias, o cargo de fiscais de salão, que teria o papel de manter ‘a ordem e decoro nas reuniões do clube’. [...] o ‘Mestre Sala’, ao qual caberia não apenas ‘dirigir os ensaios’, mas também ‘zelar pela moralidade da sala’ em que se realizavam as danças e ‘comunicar à diretoria qual abuso que se der’ durante seus festejos. [...] ‘no melhor da festa’, quando as danças começavam a ficar mais quentes, aparecia o ‘Mestre Sala’ para garantir o cumprimento das determinações estatutárias<sup>703</sup>

Discordâncias e desentendimentos eram algo que também existia dentro da Sociedade União. Os motivos variavam muito podendo ser por divergências entre os membros da diretoria, comportamento inadequado que pudesse vir a causar constrangimento para a imagem da associação, dentre outros. Por exemplo, em 1916, o então presidente Almir Soares Barbosa solicitou a eliminação de Alfredo Silva dos Santos, um dos fundadores da Sociedade União, porém o então vice-presidente Ignácio Francisco da Costa se posicionou contra a eliminação, recebendo apoio de outros associados, o que resultou na permanência de Alfredo enquanto sócio (Ata 02/05/1916). A interlocutora Sila Nunes da Silva fala sobre disputas amorosas que poderiam ocorrer nos bailes: “uma tomava o namorado da outra, aí dava briga. Mas, quando tinha uma confusão as diretoras tomavam conta e separavam”<sup>704</sup>. Em caso de qualquer problema ocorrido dentro da sede, as diretoras, o presidente ou outros membros da diretoria geral deveriam saber e tentar resolver de acordo com os estatutos (Ata 11/11/1923). No registro em Ata datada de 25 de setembro de 1929, mulheres que brigaram dentro da sede da sociedade foram eliminadas e em 1º de novembro de 1939 homens que conflitaram no pátio do Clube foram excluídos do quadro societário. Ao observar as fisionomias faciais na fotografia a seguir (Figura 16) é possível imaginar que os membros da diretoria estivessem diante de um destes momentos delicados de tomada de decisão em que comportamentos inadequados resultavam em suspensão, e se fossem graves, o desligamento seria completo. Porém, um detalhe – um pequeno retângulo preto - no paletó de Edilon de Moraes Farias e as fisionomias também podem representar enlutamento pelo falecimento de seu pai João Camargo Farias, ferroviário de Rosário do Sul<sup>705</sup>.

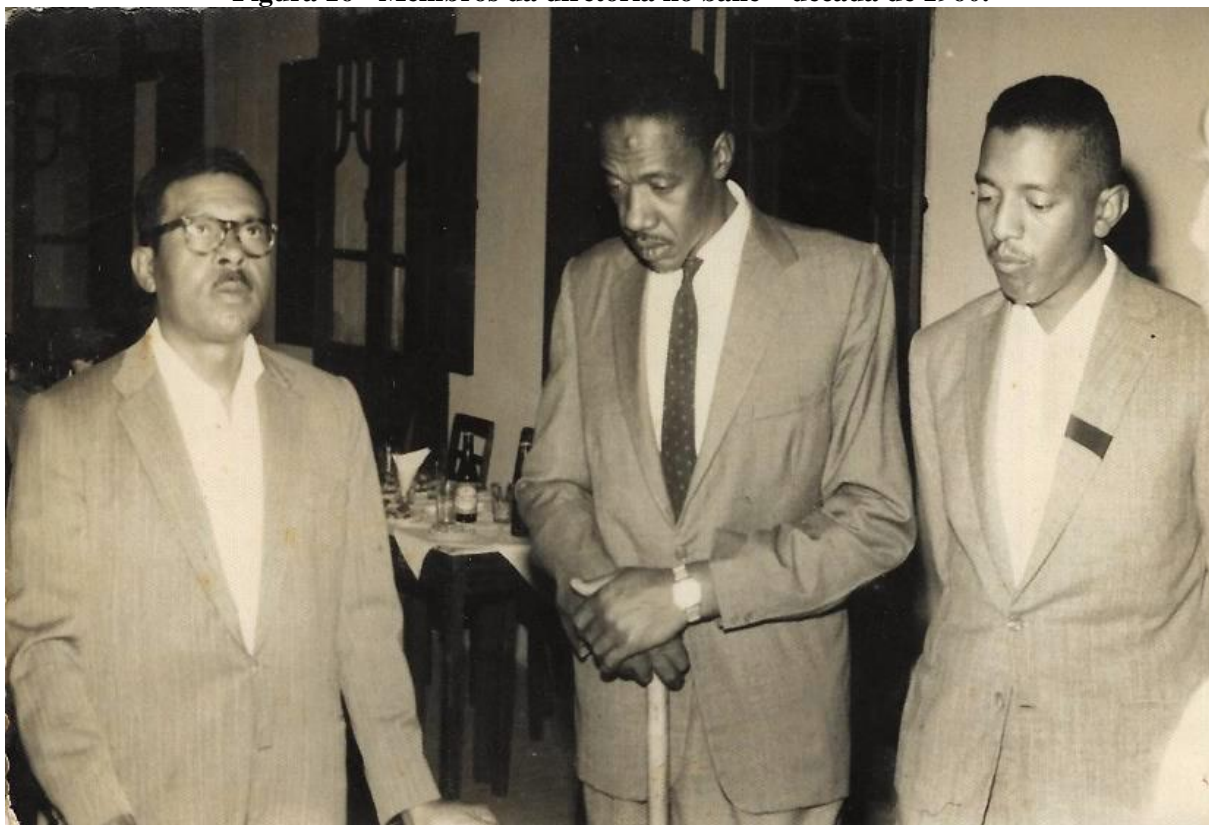
---

<sup>703</sup> PEREIRA, 2020, *op. cit.*, p. 162-163.

<sup>704</sup> Entrevista com Sila Nunes da Silva no dia 22 de fevereiro de 2022 em Rosário do Sul (RS).

<sup>705</sup> Diário de campo 15 de maio de 2022 em Porto Alegre, RS; Registro Civil de Pessoas Naturais. Comarca Rosário do Sul/RS, Certidão de nascimento. Livro: A-26 – Folha 46 v. Termo: 4001.

**Figura 16 - Membros da diretoria no baile – década de 1960.**



Fonte: Acervo Pessoal de Elza Fernanda Jaques Leal.

Nota: Da esquerda para a direita: Nadir Alves Faleiro, Arsenio Severo Candido e Edilon de Moraes Farias. Sede da Sociedade Recreativa Beneficente União Rosariense, Rua Amaro Souto, nº 2265.

Atitudes de “observação e controle” também se faziam presentes nos bailes realizados em clubes negros no Rio de Janeiro onde “muitos grêmios criavam, em suas diretorias, o cargo de fiscais de salão, que teriam o papel de manter ordem e decoro nas reuniões do clube”<sup>706</sup>. De acordo com os estudos realizados por Leonardo A. de Miranda Pereira, geralmente o cargo de Mestre da Sala era “ocupado por sócios que impunham respeito aos demais por sua força ou valentia, ou até mesmo por seu domínio da arte de capoeiragem”<sup>707</sup>.

Fernanda Oliveira, ao pesquisar sobre clubes negros no sul do Brasil e no Uruguai, enfatiza que “as mulheres não iam sozinhas às atividades promovidas pelos clubes, já em função de constituírem-se estes espaços como de possibilidade de encontrarem seus futuros maridos, e assim os clubes funcionavam como uma extensão da família”<sup>708</sup>. Para as/os participantes, a afirmação do caráter familiar poderia se ligar à possibilidade de fazer destes bailes ocasiões de encontros românticos respeitáveis e consentidos, onde a honra das mulheres

<sup>706</sup> PEREIRA, 2020, *op. cit.*, p. 162.

<sup>707</sup> *Ibidem*, p. 162.

<sup>708</sup> SILVA, 2013, *op. cit.*, p. 13.



que frequentavam estes espaços não era colocada em dúvida. Nesta perspectiva, estes bailes eram vistos como significativas ocasiões de socialização entre jovens em busca de uma/um parceira/o. Nos bailes da Sociedade União os rapazes deveriam “ter bom comportamento” durante a dança e após a dança, deveriam “levar a senhorita até o local em que estavam” seus familiares (Ata 08/03/1925). Ao ser entrevistada, Lane Marize Borges Silveira enfatiza que “naquela época as moças deveriam entrar na companhia da mãe ou alguém da família, uma pessoa adulta. Minha mãe sempre me acompanhou”<sup>709</sup>. Verifica-se, portanto, que os cuidados com o comportamento, principalmente no que se refere à moral, eram uma constante nesta Sociedade. Até a década de 1980 não se admitia a entrada de mães solteiras ou mulheres que viviam junto aos seus companheiros fora do casamento, como foi citado anteriormente.

Fazendo um paralelo com os estudos realizados por Beatriz Ana Loner e Lorena Gill sobre clubes negros da cidade de Pelotas no período republicano, observa-se que o Clube Fica Ahí, da referida cidade, também possuía critérios rígidos para com os seus associados, uma vez que “utilizava, como padrão de comportamento para seus sócios, o mesmo vigente nos clubes de classe média da cidade, sendo extremamente rigoroso com a moral e o vestuário próprio para festas, etc.”<sup>710</sup>. Ampliando a discussão, Petrônio Domingues questiona “por que pensar que esses padrões de comportamento social, cultural e moral eram prerrogativas exclusivas dos brancos? Estratos da população negra também podiam se comportar como quaisquer outros cidadãos”<sup>711</sup>. Mulheres negras e homens negros, ao incorporar valores e símbolos de distinção, procuravam se adequar aos novos tempos e encontrar estratégias para formar uma imagem positiva, sofrer menos discriminação e serem aceitos pela sociedade em geral.

Costumeiramente o baile “começava por volta das 22 horas e 30 minutos, ou 23 horas e ia até os músicos cansarem, porque quando eles paravam, o pessoal pedia para continuar, e eles seguiam tocando”<sup>712</sup>. Os bailes eram alegrados por conjuntos locais, regionais<sup>713</sup>, orquestras e banda municipal. O então secretário Romário Lopes registrou na ata de 1º de maio de 1922 que o “baile em regozijo ao 1º de maio, até às 4 horas da manhã seguinte,

---

<sup>709</sup> Entrevista com Lane Marize Borges Silveira no dia 23 de fevereiro de 2022 em Rosário do Sul (RS).

<sup>710</sup> LONER; GILL, 2009, *op. cit.*, p. 155.

<sup>711</sup> DOMINGUES, 2011, *op. cit.*, p. 122.

<sup>712</sup> Entrevista com Valdenice Ramos Soares no dia 6 de julho de 2022 em Porto Alegre (RS).

<sup>713</sup> Conjunto Guaciabara de Cacequi (Ata: 31/08/1963); Conjunto do Pedrinho e seus Rapazes (Ata: 11/07/1961); Músicos de Bagé (Ata: 04/12/1962); Bateria: Moacir Pinheiro, Ervandil Soares (Ata: 09/04/1963); Orquestra de Francisco Pinheiro Ramos (Ata: 07/05/1964); Orquestra Internacional Alegria de Espanha (Ata: 09/03/1968) Orquestra Continental de Luiz Brilhante; Conjunto City Jazz; Conjunto “Os Incríveis”, Conjunto dos Amaral, Grupo da Raça; Gilberto Giba; Valmor e Bilu; Musical Destaque; Classic; “Embaló 7” de Bagé; Conjunto Guanabara de Santa Maria e Conjunto Melódico Leblon (Diários de campo 07/11/2022 e 28/06/2023).

abrilhantou esta festa a Banda Municipal”. Alcidiney Josende da Rosa afirma que “na década de 1950 vinham orquestras boas. Se tinha baile no Caixeiral, ou no Comercial, vinha uma orquestra e o União contratava também”<sup>714</sup>. José Rodrigues dos Santos explica que “a orquestra era contratada para tocar um baile no Clube Comercial no sábado. Aí a Orquestra Alegria de Espanha, se hospedava ali no Hotel 15 que ficava do outro lado da praça [...]. Meu pai (Euclides Rodrigues da Costa), seu Nadir Alves Faleiro e outros sócios a contratavam para realizar uma matinê”<sup>715</sup>. As memórias do associado e músico Edson Ramos de Paulo convergem nesta direção, ao afirmar que, na década de 1960, bailes da Sociedade União tiveram animação de “grandes orquestras como Orquestra Alegria de Espanha, Cassino Sevilha”<sup>716</sup>, Orquestra de Raul de Barros – Trombone de ouro<sup>717</sup> tocaram bailes para nós”<sup>718</sup>. Geralmente, em maio, mês de aniversário do Clube, “eles traziam de Porto Alegre o Sabiá. Ele fazia parte de um conjunto chamado Casablanca e eles tocavam na União”<sup>719</sup>. Juvêncio Rodrigues de Paulo<sup>720</sup>, também conhecido como Sabiá<sup>721</sup>, é filho de Octalício Rodrigues da Costa e Maria Santa Paulo, sócios do Clube União (vivências desta família serão abordadas no próximo capítulo). Ainda sobre as orquestras, Ubirajara Oliveira Ramos ressalta que “vinham orquestras de Porto Alegre para tocar aqui. Um dos melhores bailes foi animado por Norberto Baldauf”<sup>722</sup>. E a casa ficou cheia”<sup>723</sup>.

---

<sup>714</sup> Entrevista com Alcidiney Josende da Rosa no dia 24 de abril de 2022 em Caxias do Sul (RS).

<sup>715</sup> Entrevista com José Rodrigues dos Santos no dia 31 de dezembro de 2021 em Rosário do Sul (RS).

<sup>716</sup> Orquestra Espanhola de Espetáculo Casino de Sevilla. A Orquestra Show Casino de Sevilha tem sua origem na cidade de Sabadell - Espanha. Formada inicialmente sob a liderança dos irmãos Muixins, costumava se apresentar aos mais diversos públicos da Europa. Diante das dificuldades do período pós II Guerra Mundial esta orquestra começa a percorrer o Brasil além de outros países da América Latina.

<sup>717</sup> Raul Nogueira Machado de Barros (1915 – 2009). Maestro, compositor e trombonista.

<sup>718</sup> Entrevista com Edson Ramos de Paulo no dia 7 de abril de 2022 em Cruz Alta (RS).

<sup>719</sup> Entrevista com Edson Ramos de Paulo no dia 30 de novembro de 2022 em Cruz Alta (RS).

<sup>720</sup> Nasceu em Rosário do Sul em 19 de março de 1933 e faleceu em Porto Alegre em 6 de julho de 2023.

<sup>721</sup> “O apelido é herança dos tempos de infância em Rosário do Sul (onde nasceu). Ao olhar as canelas finas do moleque, a madrinha e tia Luísa disparou “parece um sabiá”” (TEIXEIRA, Paulo Cesar. “O pássaro preto da noite – Reportagem Cultural. **Jornal do Comércio**, Porto Alegre. 22, 23, 24 nov. 2019, p. 6).

<sup>722</sup> Músico porto-alegrense Norberto Baldauf (1929 – 2018). O pianista desenvolveu carreira com o grupo que levava o seu próprio nome - o Conjunto Melódico Norberto Baldauf embalou bailes entre 1953 e 2010. Tocavam gêneros como jazz, samba, bolero, música italiana e trilha de cinema. Os músicos se apresentavam em espaços como Reitoria da UFRGS, Clube do Comércio e Leopoldina Juvenil, entre outros; e conviveram com nomes como Tom Jobim, no período em que o compositor carioca morou no Rio Grande do Sul. Foram 12 LPs gravados, principalmente com canções que já faziam sucesso nas vozes de outros artistas. A trajetória de Baldauf e seus colegas, inclui participações em programas de rádio e televisão. O pianista e seus companheiros também eram chamados para compor a banda de artistas de outros estados que vinham se apresentar no Rio Grande do Sul. Além da dedicação à arte, o pianista também trabalhou como farmacêutico e professor. (Fonte: BIOGRAFIA de Norberto Baldauf. Disponível em: [https://www.jornaldocomercio.com/\\_conteudo/2018/04/cultura/620391-musico-norberto-baldauf-rei-dos-bailes-em-porto-alegre-morre-aos-89-anos.html](https://www.jornaldocomercio.com/_conteudo/2018/04/cultura/620391-musico-norberto-baldauf-rei-dos-bailes-em-porto-alegre-morre-aos-89-anos.html). Acesso em 15 dez. 2021.)

<sup>723</sup> Entrevista com Ubirajara Oliveira Ramos no dia 21 de fevereiro de 2022 em Rosário do Sul (RS).

Nas lembranças de Edson Ramos de Paulo, teve uma ocasião em que a Banda de Música do Quartel General de Uruguaiana, na qual ele fazia parte,

Tocou em frente da sede da Sociedade União antes do baile. Tinha muita gente. Depois da retreta, a turma voltou para o quartel, colocaram a roupa de civil, e voltamos para o Clube União e o baile já tinha iniciado, aí o mestre pediu para parar o baile, aí nós entramos tocando (emocionado, silêncio), bah aquilo, vou lhe dizer uma coisa, eu nunca vi tanta gente, teve gente dançando na praça, subiam nos bancos, para enxergar, e foi a noite toda. Foi um colosso! A orquestra contratada para este baile praticamente não trabalhou<sup>724</sup>.

As fotografias (Figuras 17 e 18) evidenciam que estes e outros bailes eram animados por grupos musicais nos quais alguns dos sócios ou ex-sócios do Clube União fossem componentes, facilitando assim a negociação sobre os valores da prestação deste serviço.

**Figura 17 - Baile – 1963.**



Fonte: Acervo Pessoal de Edson Ramos de Paulo.

Nota: Da esquerda para a direita: No pandeiro, Cigano; No acordeom Elzio Fialho; No violão Narciso; atrás do violão, Isaias. No saxofone tenor Alvarin; na bateria, Inácio de Paulo. No saxofone, Francisco Pinheiro Ramos; e tocando chocalhos está o João. Sede da Sociedade Recreativa Beneficente União Rosariense, Rua Marechal Floriano Peixoto - Praça Borges de Medeiros, nº 48.

O interlocutor Edson Ramos de Paulo, nascido em 1945, que por alguns anos tocava na Orquestra Continental de Luís Brilhante, rememora ao observar a fotografia (Figura 18):

<sup>724</sup> Entrevista com Edson Ramos de Paulo no dia 30 de novembro de 2022 em Cruz Alta (RS).

“Aqui nós fizemos uma junção para tocar no carnaval. Pode ver aqui, este era da Escola de Samba dos Vagalumes do Amor [...]. Olha aqui, tem três da Escola de Samba Embaixadores do Ritmo, eu, o Biquinha e o Cláudio. Para ganhar um troco tocávamos todos juntos. (riso)”.

**Figura 18 - Baile de Carnaval – década de 1960.**



Fonte: Acervo Pessoal de Edson Ramos de Paulo.

Nota: Da esquerda para a direita: Cláudio Ramos da Silva, Elair Figueira, Edson Ramos de Paulo, Adelino Amaral, Aristeu Amaral. Sede da Sociedade Recreativa Beneficente União Rosariense, Rua Amaro Souto, nº 2265.

Outra estratégia para diminuir os custos em relação aos bailes era a participação dos próprios sócios na produção de tais eventos. No ano de 1960, por exemplo, um dos associados que era dono de uma camionete foi até São Gabriel buscar os músicos. Nessa ocasião, Anery Josende da Rosa, filho de um dos sócios fundadores, Olympio Josende da Rosa, fez parte da comissão para a ornamentação do salão (Ata 30/04/1960). Como já foi evidenciado no capítulo anterior desta tese, a ornamentação do salão para bailes e outros eventos era sempre realizada por uma comissão composta por sócias/os.

A partir de junho de 1959, bailes e matinês também poderiam ser animados com a eletrola (figura 19, atrás das crianças, segundo plano da fotografia) adquirida pela Sociedade União. Imediatamente após a compra, o então presidente Fabiano Manoel Pereira fez um

gradilho para colocar a nova aquisição e assim mantê-la protegida. Para cuidar do equipamento foram nomeados, em 1959, os sócios Adair Siqueira e Adão Fiuza; mais tarde os cuidados foram passados a José Adão de Oliveira e Glênio Ramos, e em 1965 zelar pela vitrola passou a ser função do diretor social desta agremiação. Em reunião de Assembleia realizada em 13 de novembro de 1959, o sócio José Adão pediu permissão para fazer matinê todos os domingos ao som da eletrola, o qual foi concedido. Na mesma ocasião, o sócio Arsenio Severo Candido sugeriu que o toca-discos deveria funcionar somente aos domingos, sábados a tarde e feriados. Na reunião realizada no dia 7 de maio de 1964, o então secretário Eloi Cunha de Oliveira registrou que foi acordado que no primeiro sábado de cada mês seria realizada uma reunião dançante no salão do Clube. E desta forma seguiam as discussões e ações sobre diversas estratégias para manter a alegria e a diversão entre associadas/os.

O carnaval era um dos principais momentos sociais e recreativos da Sociedade União Rosarienses e envolvia todas as faixas etárias. Em sua sede eram realizadas matinês para o público infantil e bailes para os jovens, adultos e idosos. Segundo a interlocutora Nara Nei Faleiro Machado, “o carnaval da Sociedade União era o melhor da cidade”<sup>725</sup>. As festas infantis eram preparadas pelas mulheres da Sociedade. Geralmente as fantasias das crianças eram confeccionadas por suas mães. Alcidiney Josende da Rosa conta que sua esposa “Terezinha fez a fantasia de carnaval para a filha Gláucia de Fátima, utilizando penas de ganso criados em nossa propriedade”<sup>726</sup>, traje este evidenciado na fotografia (Figura 19). A interlocutora Ana Elisabete Ramos do Amaral lembra que “eram feitas fantasias e todo mundo ia fantasiado [...] Eu ia às vezes com a mãe e às vezes com o pai. Dependia do serviço do pai. Ele ia mais durante a noite e, durante o dia, a mãe levava”<sup>727</sup>. Nas tardes do domingo e da terça-feira de carnaval, bandinhas animavam as matinês infantis. As crianças chegavam acompanhadas de suas mães ou responsáveis e ali festejavam até o entardecer. Segundo o interlocutor Adão Ramires da Silva Machado, “tinha duas tardes para as crianças e quatro noites para os adultos”<sup>728</sup>

---

<sup>725</sup> Entrevista com Nara Nei Faleiro Machado no dia 23 de fevereiro de 2022 em Rosário do Sul (RS).

<sup>726</sup> Entrevista com Alcidiney Josende da Rosa no dia 24 de abril de 2022 em Caxias do Sul (RS).

<sup>727</sup> Entrevista com Ana Elisabete Ramos do Amaral no dia 23 de fevereiro de 2022 em Rosário do Sul (RS).

<sup>728</sup> Entrevista com Adão Ramires da Silva Machado no dia 23 de fevereiro de 2022 em Rosário do Sul (RS).

**Figura 19 - Carnaval infantil – década de 1960.**



Fonte: Acervo Pessoal de Alcidiney Josende da Rosa e Acervo Pessoal de Magda Suzi Gonçalves Farias.

Nota: Da esquerda para a direita: Maria Elvira Xavier Josende e Gláucia de Fátima Josende da Rosa.

Nota: Da esquerda para a direita: Magda Suzi Gonçalves Farias e Mário Antônio Farias.

Sede da Sociedade Recreativa Beneficente União Rosariense. Rua Amaro Souto, nº 2265.

Muitos dos integrantes da Sociedade União também compunham blocos carnavalescos e escolas de samba da cidade de Rosário do Sul. O sócio Alcidiney Josende da Rosa, presidente da Escola de Samba Embaixadores do Ritmo<sup>729</sup> explica como eram realizadas “brincadeiras de carnaval” durante o dia, como os “assaltos”.

---

<sup>729</sup> Ofício da Diretoria dos Embaixadores do Ritmo que tem como presidente o senhor Alcidiney Josende. Sociedade Recreativa Beneficente União Rosariense. Ata 15/12/1962.

A Escola de Samba avisava antecipadamente ao dono da casa que o assalto ia ser realizado. Chegava lá e já tinha um filtro de argila, grande, com uma torneirinha na parte de baixo, era feito o tal de baile, onde ali era colocada cachaça, cerveja e todo tipo de bebida. Aí cada um chegava ali com um copinho, abria a torneirinha, enchia o copinho e saía dançando. O dono do local oferecia comida como pastel e outros salgados. O bloco comia e bebia ali. A gente saía com a bandeira do bloco, chegava na casa e fazia o “assalto”. O dono da casa dava comida e bebida para todo mundo. A bandeira era colocada em cima da cama do casal, e ali era grudado, com alfinetes, cinco ou dez pila ou dois cruzeiros. Assim o bloco ia juntando dinheiro. Saía da casa e ia fazer o assalto no Café Marquezan. Ali tinha as mesas na rua, em torno de 10 ou 15 mesas, aí batia o tambor e outros instrumentos de percussão. Eu tocava o bongô que é um instrumento musical feito com dois tambores pequenos juntos. A turma toda dançava, fazia malabarismos, bebia, comia. Era tudo doado pelo dono do Café, donos das casas<sup>730</sup>.

Segundo Ana Maria Mauad, “a fotografia é um símbolo, aquilo que, no passado, a sociedade estabeleceu como a única imagem a ser perenizada para o futuro. [...] Se a fotografia informa, ela também conforma uma determinada visão de mundo”<sup>731</sup>. As fotografias a seguir (Figuras 20, 21, 22 e 23) comunicam experiências sociais de grupos carnavalescos envolvendo jovens, adultos e idosos, na rua e na sede da Sociedade Recreativa Beneficente União Rosariense.

**Figura 20 - Bloco carnavalesco – 1941.**



Fonte: Acervo Pessoal de Nara Nei Faleiro Machado.

Nota: Bloco carnavalesco. No segundo plano a Casa da família Ortiz ao lado da Sede da Sociedade União (1933 – 1964) Rua Marechal Floriano Peixoto - Praça Borges de Medeiros, nº 48

<sup>730</sup> Entrevista com Alcidiney Josende da Rosa no dia 15 de novembro de 2022 em Caxias do Sul (RS).

<sup>731</sup> MAUAD, 1996, *op. cit.*, p. 81.

**Figura 21 - Baile de Carnaval – Bloco dos Casais – década de 1960.**



Fonte: Acervo Pessoal de Valéria Soares de Brites.

Nota: Da esquerda para a direita - em pé: Hélio Ferreira Soares; Zulmira Ramos Soares; Valve Ramos Soares Monteblanco; Miguel Monteblanco; Nadir da Silva; Davina Ramos da Silva; Osório Ramos, (Tia Chinoca), Adair Siqueira, Delmira Siqueira. Agachados: Paulo Brites; Valdenice Ramos Soares. Sede da Sociedade Recreativa Beneficente União Rosariense, Rua Amaro Souto, nº 2265.

**Figura 22 - Baile de Carnaval – Corte da Rainha – 1963.**



Fonte: Acervo Pessoal de Nara Nei Faleiro Machado.

Nota: Da esquerda para a direita: Mira, Fani Ramos, Terezinha de Oliveira (?), Valni Ramos Soares, Maria Ramos, Iolanda Osório, Eni Ramos. Rua Marechal Floriano Peixoto - Praça Borges de Medeiros, nº 48.



**Figura 23 - Baile de Carnaval – Bloco dos jovens – 1963.**



Fonte: Acervo Pessoal de Valéria Soares de Brites.

Nota: Jovem da Escola de Samba Embaixadores do Ritmo se apresentando na sede da Sociedade Recreativa Beneficente União Rosariense, localizada na Rua Marechal Floriano Peixoto - Praça Borges de Medeiros, nº 48.

Durante os festejos de carnaval a Sociedade recebia diversas entidades carnavalescas rosarienses e também de cidades vizinhas. De acordo com os registros em Atas (1915-1941 e 1959-1965) é possível perceber a presença de grupos como o Bloco CG, o Grupo Carnavalesco União Faz a Força e o Bloco Príncipe e suas Garotas, das escolas de samba Embaixadores do Ritmo (Figura 23) e Vagalumes do Amor (Figura 37), bem como dos blocos carnavalescos Sociedade Filhos da Lua e Canelas Pretas, de São Gabriel, dentre outros.

Alcidiney Josende da Rosa, nascido em 1938, expressa que “não tem festa melhor do que o carnaval. Se eu pudesse estar sempre em festa de carnaval eu estaria” e lembra como eram feitas as excursões para participar do carnaval em cidades como Santana do Livramento e São Gabriel na década de 1950.

Geralmente se juntava uma turma de rapazes e gurias para ir. Então a gente fazia a “vaquinha”, todo mundo juntava dinheiro, umas 30 pessoas, ou 10, ou 20 pessoas. Um representante do grupo tomava nota do nome e do valor que cada um tinha dado e comprava as passagens na Estação Ferroviária. (Mapa 3) Na data combinada todo mundo estava na Estação para ir até o local da festa. Eram compradas duas passagens, a de ida e a de volta. Ia em um dia e retornava no outro dia. Passava a noite participando dos festejos do carnaval<sup>732</sup>.

Nos festejos de carnaval classes e grupos étnico-racial diferentes se misturavam, suspendendo as hierarquias vigentes, contudo, esta festa popular muitas vezes não escondia as tensões ali existentes. Em Rosário do Sul, a Sociedade Recreativa Beneficente União Rosariense, a Sociedade Operária Beneficente Recreativa, os Clubes Comercial, Caixeiral e Campestre escolhiam a sua rainha. Geralmente, depois do término do desfile nas ruas, as rainhas e suas cortes faziam incursões nos clubes da cidade. A interação e a sociabilidade entre clubes negros, mistos e brancos proporcionava o combate à segregação presente na cidade, com seus espaços delimitados. Porém, nem sempre esta rede relacional ocorria de forma amistosa. As lembranças da entrevistada Valdenice Ramos Soares trazem à tona as adversidades sociorraciais enfrentadas em festejos carnavalescos nas quais se evidencia um racismo amenizado de acordo com a posição social.

Quando eu fui Rainha de Carnaval, a gente saía para visitar os clubes e nós fomos ao Clube Caixeiral e o presidente disse que eu entraria no Clube, porque eu era filha da Zulmira e do Hélio, mas ele ia falar com a diretoria para ver se as outras pessoas que estavam comigo, a minha corte, poderiam entrar. Aí nós saímos, fomos embora<sup>733</sup>.

Diante desta narrativa é possível perceber que as relações interétnicas ocorreram de forma discriminatória. Segundo o antropólogo congolês radicado no Brasil Kabengele Munanga<sup>734</sup>, a discriminação é produzida quando se recusa aos indivíduos, ou aos grupos humanos, a igualdade de tratamento a que têm direito de receber. A discriminação racial se materializa por meio do racismo e do preconceito enquanto atitudes de segregação, de desvalorização e desrespeito à diferença do outro. Nesse sentido, compõe-se como um conjunto de ações ou práticas que visam produzir a violação de direitos individuais. Atitudes como essa vivenciada pela rainha da Sociedade União, Valdenice e sua corte, evidenciam que a ideologia da democracia racial não passou de um esforço da branquitude querendo encobrir o racismo existente no Brasil.

---

<sup>732</sup> Entrevista com Alcidey Jose de Rosa no dia 15 de novembro de 2022 em Caxias do Sul (RS).

<sup>733</sup> Entrevista com Valdenice Ramos Soares no dia 6 de julho de 2022 em Porto Alegre (RS).

<sup>734</sup> MUNANGA, 1998, *op. cit.*

Geralmente, no mês de março de cada ano, a comissão responsável pelos festejos carnavalescos apresentava o “balancete” – despesas e lucros oriundos dos quatro dias de festas. Nem sempre se obtinham lucros, mas nem por isso deixavam de realizar as festividades, já que o mais importante era a alegria que o carnaval proporcionava.

#### 4.1.2 Forjando liberdade e cidadania num Brasil Republicano

De acordo com o artigo 2º do Estatuto de 1958, a Sociedade deveria manter um elenco teatral de amadores para a realização de festivais e horas de arte (ANEXO E). Mas, através da narrativa constada em Atas<sup>735</sup>, é possível perceber que, na década de 1930, esta atividade cultural já fazia parte das ações desta agremiação. Segundo o então secretário Almir Soares Barbosa, foi formada uma comissão composta por sua cunhada Juracy Fermina da Rosa e seus amigos Alípio Aires, Octalício Rodrigues da Costa para organizar o festival de 1937. Na ocasião foi possível arrecadar a importância de “duzentos e vinte e um mil reis” (Ata 09/10/1937). Talvez nas décadas de 1940 e 1950 os festivais foram intensificados, mas como o livro de Atas correspondente aos anos de 1942 até 1958 está desaparecido, não é possível comprovar esta e outras agências das/os associadas/os da agremiação no período.

Pensando o teatro enquanto agente de ação social,

Surgiu, em 1944, no Rio de Janeiro, o Teatro Experimental do Negro, ou TEN, que se propunha a resgatar, no Brasil, os valores da pessoa humana e da cultura negro-africana, degradados e negados por uma sociedade dominante que, desde os tempos da colônia, portava a bagagem mental de sua formação metropolitana europeia, imbuída de conceitos pseudocientíficos sobre a inferioridade da raça negra. Propunha-se o TEN a trabalhar pela valorização social do negro no Brasil, através da educação, da cultura e da arte<sup>736</sup>.

Como foi apresentado no segundo capítulo deste estudo, o racismo científico advogava a inferioridade do segmento populacional negro e diante deste cenário eles “fizeram das associações recreativas um meio de criar uma imagem positiva sobre seus próprios costumes e práticas”<sup>737</sup>. Em Rosário do Sul, na década de 1960, os festivais apresentavam diversas modalidades artísticas. Os ensaios eram realizados dentro da sede da SRBUR, mas as apresentações aconteciam no Cinema de Rosário - o Cine Fênix – possibilitando, assim, a presença de um público maior. Na reunião que contou com a participação de 15 mulheres e 12

<sup>735</sup> Sociedade Recreativa União Rosariense. Atas 01/09/1937; 09/10/1937; 06/06/1938.

<sup>736</sup> NASCIMENTO, Abdias do. Teatro Experimental do Negro: trajetória e reflexões. **Estudos Avançados** 18 (50), 2004, p. 210.

<sup>737</sup> PEREIRA, 2020, *op. cit.*, p. 197.

homens, o então secretário Adair Rodrigues Siqueira registrou que foi formada uma comissão para organizar o festival cultural o qual seria dirigido pelo sócio Francisco Pinheiro Ramos (Ata 12/07/1961). De acordo com as lembranças do professor Ataídes Rodrigues dos Santos

O Tenente Pinheiro montou uma peça de teatro. Todos os atores eram da Sociedade União. Ele criou uma história e desenvolvia, tudo ligado a música. Tinha um bar, tinha um cara que era o malandro, dançava capoeira E aí fez sucesso! Tanto é que foram duas apresentações aqui no Cinema de Rosário. Depois São Gabriel pediu apresentação e eles foram se apresentar em São Gabriel<sup>738</sup>.

Com emoção e entusiasmo, Edson Ramos de Paulo explica como eram realizados os festivais, uma vez que ele foi protagonista e viveu intensamente esta experiência cultural: “Os festivais eram fantásticos [...]. Eu encenei o Preto Velho cantando ‘Trabalha Negro’. E assim teve um bocado de novidades, porque o pessoal nunca esperava que ali na cidade pudessem ter feito uma apresentação como aquela”<sup>739</sup>. Edson explica de forma detalhada:

Foram duas horas de espetáculo, direto, sem repetir número. Saía um e entrava outro. E perguntavam, ‘mas como é que eles fazem tão rápido e organizado?’ A orquestra ficava lá embaixo. Sai um número e já entra outro. Isso sem se falar, ninguém falava. É que tinha uma lanterninha, na mão da Ení. Ela ia no cantinho da tela e quando tudo estava pronto ela acendia a lanterninha. Aí a orquestra parava de tocar e entrava um novo número, uma nova apresentação. A Orquestra fazia a cortina musical, ficava tocando. Quando chegava a hora, enxergava um foquinho, a orquestra parava, e o grupo organizado entrava em cena. A Orquestra parava a música que estava tocando e começava a tocar a música de acordo com a nova cena. [...] Eu fiz este número do Terra Seca, fiz um outro número no qual eu bati o Bongô com a bailarina que era a finada Elizabete Moura. [...] Quando terminou a apresentação o pessoal bateu palma. Eu me emociono. (silêncio). Aí invadiram os camarins, pediram para repetir, porque eles nunca tinham visto uma apresentação assim [...]. Foi muito bonito<sup>740</sup>.

A Sociedade Recreativa Beneficente União Rosariense também estava engajada em lutas políticas para o fortalecimento da raça e, neste evento, foi possível mostrar-se organizada, disciplinada, colaborando fortemente para a desconstrução de estigmas que eram atribuídos às trabalhadoras negras e aos trabalhadores negros, como a incapacidade de se organizar enquanto coletividade. Edson Ramos de Paulo lembra que “a população gostou tanto que pediu para reprisar. Em uma semana, a gente reprisou, e aí encheu muito mais a casa. Aqui, no encerramento, mostra eu cantando Aquarela do Brasil”<sup>741</sup> (Figura 24).

---

<sup>738</sup> Entrevista com Ataídes Rodrigues dos Santos no dia 21 de fevereiro de 2022 em Rosário do Sul (RS).

<sup>739</sup> Entrevista com Edson Ramos de Paulo no dia 30 de novembro de 2022 em Cruz Alta (RS).

<sup>740</sup> Ibidem.

<sup>741</sup> Entrevista com Edson Ramos de Paulo no dia 7 de abril de 2022 em Cruz Alta (RS).

**Figura 24 - Festival Cultural – década de 1960.**



Fonte: Acervo Pessoal de Edson Ramos de Paulo.

Nota: Jovens identificados: Leci, Elizabete Moura, Ana, Noêmia, Edson Ramos de Paulo (cantor), Francisco Pinheiro Ramos (saxofone), Paulo (Lumumba), Adão Rodrigues. Apresentação no Cinema de Rosário - o Cine Fênix.

Abrindo uma janela para o cenário nacional, observa-se que a música “Aquarela do Brasil”, aqui interpretada pelo interlocutor Edson (Figura 24), foi composta pelo mineiro João Evangelista Barroso, conhecido como Ary Barroso, e gravada pela primeira vez (1939) por seu parceiro musical Francisco Alves, e depois por diversos grandes nomes da música, como Carmen Miranda, Frank Sinatra, João Gilberto, Tom Jobim, Caetano Veloso, Tim Maia, Gal Costa, Erasmo Carlos e Elis Regina. Trata-se de uma música brasileira lançada no final da década de 1930 e que passou a fazer sucesso depois que Walt Disney incluiu a canção no filme “Alô Amigos”. É importante lembrar que esta música foi composta durante um período ditatorial e, sendo assim, antes de seu lançamento, o Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP) vetou o verso “terra do samba e do pandeiro”, por entender que era “depreciativo” para o Brasil no processo de construção e consolidação da identidade brasileira durante o Estado Novo. Além disso, o compositor Ary Barroso recebeu diversas críticas, pelo fato de exaltar as qualidades e a grandiosidade do Brasil em um contexto caracterizado pela ditadura de Getúlio Vargas. No entendimento de Maria Fernanda de França Pereira

O samba de exaltação é produto do contexto histórico e ideológico em que estava inserido. Este subgênero musical surge especificamente para atender uma demanda: exaltar o Brasil, as virtudes da terra e do povo brasileiro, assim como definir alguns traços da brasilidade; dessa forma atendendo às aspirações da propaganda ideológica do Estado Novo. O arranjo orquestral era pomposo e grandiloquente, o conteúdo das letras era patriótico e ufanista, caracterizado por composições “meta-regionais”, o ufanismo observado nas composições exalta por assim dizer a cultura do país e não um folclore específico, apresentando as cores, a aquarela do país ao resto do mundo. Essas características eram decorrentes do nacionalismo empreendido pela ideologia do Estado Novo<sup>742</sup>.

Outras agremiações formadas por negros/as e para negros/as também promoviam apresentações teatrais. Por exemplo, o Clube Gaúcho, da cidade de Caxias do Sul, em 1965 “o Grupo de Teatro Leopoldo Flores encenou a peça infantil Simbita e o Dragão. Já em 1982, foi apresentada a ‘peça Funeral Moçambique escrita e dirigida pelo Maestro Gama’. Ainda na década de 1980 foi formado um grupo de Teatro Infantil”<sup>743</sup>.

Na Sociedade União as “horas de arte” ocorriam por meio de saraus. Costumeiramente, eles aconteciam após as reuniões de diretoria ou assembleias, para regozijo de datas comemorativas. No dia 15 de novembro de 1915, após a assembleia, aconteceu “um modesto sarau até tardias horas da noite”. Na reunião realizada em 1 de novembro de 1921, ficou acordado que iriam “fazer um rateio para dar um sarau amigavelmente no dia 15 de novembro”. O secretário Cezílio Alves, no dia 1 de janeiro de 1930, na sede própria, localizada na Rua Voluntários da Pátria nº 26, registrou que ocorreu um “sarau até altas horas da madrugada na melhor harmonia possível”. No aniversário da Sociedade também era realizado sarau até altas horas da madrugada “na melhor harmonia possível e segue o baile” (Ata 01/05/1930). O secretário Nadir Alves, no dia 13 de maio de 1940, na sede própria localizada ao lado da Praça Borges de Medeiros registrou que foi realizado um “ato solene de posse da nova diretoria, as mesas de doces ornadas de líquidos, seguido de sarau dançante animado pelo jazz local que decorreu com o máximo brilho e cordialidade até altas horas da madrugada” (Ata 13/05/1940).

Fragmentos do passado narrados em Atas evidenciam que através da organização clubista, negros/os manifestaram a reivindicação de direitos sociais de lazer e dentro deste, incluíram nestas reivindicações a necessidade básica da educação. Romário Lopes apresentou para a diretoria desta agremiação um projeto para criar um colégio noturno para os sócios que não sabiam ler. Tinha que ser noturno porque se tratava de trabalhadores. “O professor seria

---

<sup>742</sup> PEREIRA, Maria Fernanda de França. O samba de exaltação: Convergências e conflitos na construção discursiva da identidade nacional. **Teoria e Cultura**. Juiz de Fora, v. 7, n. 1/2, p. 103 a 119, jan./dez. 2012, p. 114.

<sup>743</sup> GOMES, 2008, *op. cit.*, p. 127.

um sócio mais adiantado para tomar as lições em dias determinados” (Ata 11/11/1923). As discussões continuaram no decorrer da década de 1920 sobre a criação de um colégio dentro do Clube para diminuir o índice de analfabetos<sup>744</sup>. Assim, talvez a construção de uma biblioteca fizesse parte de um projeto de acesso à educação, então, na década de 1940 a Sociedade União comprou utensílios para melhorar o atendimento da secretaria e da biblioteca: armário para livros e máquina de escrever (Ata 06/06/1941), afinal a biblioteca estava prevista nos estatutos. No final da década de 1950 e início da década de 1960 as discussões registadas em Atas giravam em torno da necessidade de “criar um curso primário noturno para assim justificar que esta Sociedade é beneficente e conseguir verbas com mais facilidade” (Ata 18/09/1959), e ainda, “organizar uma sala para aulas de alfabetização de adultos” (Ata 10/02/1960). Não é possível afirmar se estas ideias foram concretizadas, uma vez que as interlocutoras e os interlocutores desta pesquisa afirmaram não saber da existência de educação formal (escola) dentro da sede da Sociedade União, mas todas e todos falaram da biblioteca. Portanto, este tema demanda mais investigações com base em outras fontes que não dispomos até o final da escrita da tese.

Os estudos realizados por Fabricio Romani Gomes sobre a Sociedade Recreativa Clube Gaúcho, da cidade de Caxias do Sul/RS, apontam que os integrantes daquela agremiação privilegiaram o desenvolvimento individual de seus associados por meio de “Cursos de alfabetização, sessões de cinema, palestras e ainda possuía um acervo de 157 volumes de livros, 61 revistas e alguns exemplares do Diário Oficial em sua Biblioteca José do Patrocínio, conforme levantamento realizado em 1967”<sup>745</sup>. Esta agremiação também proporcionava curso de costura. “Em 1954 ‘foi aprovado por unanimidade enviar um ofício [ao SESI] requerendo a instalação’ de aulas de costura no clube”<sup>746</sup>. Portanto, a entidade buscou elevar a dignidade de seus/suas associados/as através de eventos educativos no intuito de “crescer intelectualmente e assim poder competir no mercado de trabalho”<sup>747</sup>.

Na trajetória da Sociedade Recreativa Beneficente União Rosariense percebe-se que vários sócios administraram o botequim/copa localizado no interior da sede. Nas décadas de 1920 e 1930, contratos de seis meses até dois anos, podendo ser renovados, eram feitos entre esta agremiação e o sócio que tinha sua proposta aprovada em assembleia. Os gerenciadores deveriam “zelar pelos utensílios do Clube” (Ata 01/03/1932), pagar uma determinada quantia mensalmente referente ao aluguel e às despesas de energia elétrica. De acordo com os

---

<sup>744</sup> Sociedade Recreativa União Rosariense. Atas 17/05/1925; 01/06/1928 e 07/06/1928.

<sup>745</sup> GOMES, 2008, *op. cit.*, p. 128.

<sup>746</sup> *Ibidem*, p. 127.

<sup>747</sup> *Ibidem*, p. 150.

registros em Atas, encontramos os seguintes gerenciadores: João Pedro Siqueira (1928), Alipio Ayres (1930), Octalício Rodrigues da Costa (1933, 1934, 1935, 1938 e 1939), Nadir Alves Faleiro (1941). Também em 20 de junho de 1940, Almir Soares Barbosa propôs um contrato com Obelano Ribeiro para trabalhar na Copa, onde este receberia um ordenado de 100 reis mensais e 20% sobre os lucros.

Conforme o artigo 2º do Estatuto de 1958, “esta Sociedade terá para o bem-estar de todos os sócios uma copa que ocupará um empregado e o mesmo servirá de contínuo”<sup>748</sup>. O entrevistado José Rodrigues dos Santos lembra que “o seu Neneco, (Cezílio Alves) esse que foi meu sogro era o ecônomo. Ele morava com a família dele ali no Clube, na sede do Clube e ele cuidava do bar. O guarda do Clube. Esse bar era do Clube”<sup>749</sup>.

**Figura 25 - Botequim – 1962.**



Fonte: Acervo Pessoal de Nara Nei Faleiro Machado.

Nota: Da esquerda para a direita: Nadir Alves Faleiro; Adair Rodrigues Siqueira, José Rodrigues dos Santos, Nadir Fiuza, Hélio Ferreira Soares, Juceli, Cezilio Alves (Neneco), Marlene Alves, Maria Vitorina dos Santos e Euclides Rodrigues da Costa. Sede da Sociedade Recreativa Beneficente União Rosariense, Rua Marechal Floriano Peixoto - Praça Borges de Medeiros, nº 48.

<sup>748</sup> Artigo 38º do Estatuto da Sociedade Recreativa Beneficente União Rosariense. Ofício de Registro de Títulos e Documentos e Pessoas Jurídicas da Comarca de Rosário do Sul. Livro A- 1 de Pessoas Jurídicas f. 22, nº 32 - 4 de junho de 1958.

<sup>749</sup> Entrevista com José Rodrigues dos Santos no dia 31 de dezembro de 2021 em Rosário do Sul (RS).



A fotografia (Figura 25) mostra características do botequim. O refrigerador foi adquirido pela Sociedade União no ano de 1959. Além de oferecer bebidas e alimentos (salgados e doces), o botequim era um espaço para deixar a arma durante o baile e demais eventos, afinal, não era permitido dançar armado ou bêbado. Inclusive um sócio enviou ofício para a Sociedade União pedindo a proibição de venda de bebida alcoólica em dia de baile. Mesmo sendo uma atividade que dava mais lucro ficou acordado, nesta ocasião, a não venda (Ata 01/01/1920).

#### 4.1.3 “O engrandecimento de nossa raça no esporte”

A Sociedade União incentivava a prática esportiva em torneios que incluíam distribuição de prêmios e troféus. As modalidades mais praticadas eram o futebol, ping-pong e truco. Além de serem atividades lúdicas, também assumiam caráter cultural, social, político e cívico<sup>750</sup>, evidenciando, assim, a valorização e a positividade desse segmento populacional na sociedade rosariense e na região. Em 14 de março de 1936, o sócio Octalício Rodrigues da Costa pedia autorização para realizar partida de futebol na Sociedade, o que foi aceito. O secretário Arsenio Severo Candido registrou na Ata datada de 7 de maio de 1960 “o engrandecimento de nossa raça no esporte”. O interlocutor Dirceu Ramos Soares lembra que, geralmente, “no 1º de maio existia aquela confraternização: Jogos entre casados e solteiros”<sup>751</sup>. Alargando um pouco o recorte temporal desta pesquisa, é pertinente colocar aqui os resultados de uma longa caminhada. Na Ata datada de 6 de agosto de 1966, o secretário Adair Rodrigues Siqueira, registrou que nesta ocasião foram apresentados aos sócios e sócias presentes os prêmios conquistados no “Torneio Álvaro Silva Santos”, sendo uma taça alusiva ao campeão de futebol de campo, bem como medalhas e troféus aos campeões de truco. Neste evento, pela primeira vez, a Sociedade União Rosariense sagrou-se campeã de futebol de campo e de salão, e também de truco, recebendo todos os prêmios.

A Sociedade União estava filiada no Conselho Municipal de Desportos, criado em 3 de março de 1966 em Rosário do Sul. O entrevistado José Rodrigues dos Santos fala que “aos sábados pela parte da tarde ou no domingo, eram realizadas partidas de futebol de salão que

---

<sup>750</sup> GOMES, Fabrício Romani; MAGALHÃES, Magna Lima. Sport Club Cruzeiro do Sul e Sport Club Gaúcho: associativismo e visibilidade negra em terras de imigração europeia no RS. In: CARNEIRO, Luiz Carlos da Cunha; SANTOS, José Antônio dos. SILVA, Gilberto Ferreira da. **RS Negro**: cartografias sobre a produção do conhecimento. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2008, p. 272-282.

<sup>751</sup> Entrevista com Dirceu Ramos Soares no dia 22 de fevereiro de 2022 em Rosário do Sul (RS).

eram jogadas na quadra do Clube. Até o Clube alugava aquela quadra para fazer caixa”<sup>752</sup> e os jogos aconteciam durante o dia e também a noite, uma vez que a quadra de esportes contava com a iluminação de refletores (Ata 02/12/1961). O sócio e atleta Dirceu Ramos Soares enfatiza que “tinha o campeonato de futebol de campo e futebol de praia”<sup>753</sup>. A União sempre estava presente”<sup>754</sup>. O sócio e jogador de futebol Adão Ramires da Silva Machado lembra que “a gente jogava e depois do jogo ia todo mundo lá no Clube, na Rua Amaro Souto”<sup>755</sup>. O time de futebol de campo desta Sociedade também jogava em outras cidades como Cacequi, Dom Pedrito, Santana do Livramento, Alegrete e São Gabriel. O futebol propiciava o contato com outros negros e também com não negros, e desta forma ocorria a interação entre grupos sociais diferentes. Aqui é importante atentar para o que a historiadora Magna Lima Magalhães traz:

A presença negra em times de futebol formados por brancos desvalorizava o time e o clube, assim, os clubes de elite não aceitavam os negros em seus times. Somente com a profissionalização do esporte, principalmente a partir de 1930, negros e brancos ficaram lado a lado em um mesmo time de futebol<sup>756</sup>.

Devemos, ainda, refletir a partir da percepção de José Antônio dos Santos, para quem “o futebol era uma maneira de canalizar as energias dos jovens para o confronto entre equipes, passando a ser encarado como um mecanismo importante para a educação e o controle social das massas de trabalhadores”<sup>757</sup>.

Diversos clubes negros fizeram do futebol um dos principais meios de socialização e estreitamento de vínculos. No dia 18 de outubro do “ano de 1922, nos arrabaldes do primeiro distrito de São Leopoldo, na área periférica conhecida como África, em Novo Hamburgo (RS), um grupo de amigos fundou o Sport Club Cruzeiro do Sul, com a finalidade de reunir sujeitos negros para jogar futebol”<sup>758</sup>. Doze anos depois, mais precisamente “em 23 de junho de 1934, o Sport Club Gaúcho iniciou suas atividades em Caxias. O clube se dedica em seus primeiros anos ao futebol, a realização de bailes e outros eventos, muitos desses realizados em

---

<sup>752</sup> A quadra para a realização de partidas de futebol se localizava na sede do Clube União localizada na Rua Marechal Floriano Peixoto - Praça Borges de Medeiros, nº 148. Entrevista com José Rodrigues dos Santos no dia 31 de dezembro de 2021 em Rosário do Sul (RS).

<sup>753</sup> A Praia das Areias Brancas é um balneário de água doce - Rio Santa Maria, localizada na cidade de Rosário do Sul. Possui 3 km de areia branca e natural. Este espaço é bastante frequentado pela população local e regional.

<sup>754</sup> Entrevista com Dirceu Ramos Soares no dia 22 de fevereiro de 2022 em Rosário do Sul (RS).

<sup>755</sup> Entrevista com Adão Ramires da Silva Machado no dia 23 de fevereiro de 2022 em Rosário do Sul (RS).

<sup>756</sup> MAGALHÃES, 2017, *op. cit.*, p. 126

<sup>757</sup> SANTOS, José Antônio dos. **Liga da Canela Preta: a história do negro no futebol**. Porto Alegre: Diadorim Editora, 2018, p. 168.

<sup>758</sup> MAGALHÃES, 2017, *op. cit.*, p. 123

sua própria sede”<sup>759</sup>. Sendo assim, agremiações negras lançaram mão de atividades esportivas e lúdicas enquanto estratégias para romper fronteiras e marcar presença em diversas esferas local e regional.

Beatriz Ana Loner apontou duas tendências entre os negros da cidade de Pelotas/RS, principalmente a partir da década de 1930: “uma voltada à assimilação total na sociedade, permeada pela ideologia do branqueamento, buscava esquecer suas raízes africanas, voltando sua atenção apenas às entidades recreativas e esportivas”. Já a outra tendência “lutava pela integração da raça negra à sociedade brasileira, mas com o respeito a suas origens através da luta contra a discriminação”. Loner observa ainda que as atitudes praticadas por clubes negros indicam que,

Todos os indivíduos do grupo estavam sujeitos, em maior ou menor grau, às influências da ideologia do branqueamento, da democracia racial, da moral católica e burguesa da sociedade brasileira da época e seu comportamento expressava o grau que essas influências o permeavam<sup>760</sup>

Os membros da Sociedade Recreativa Beneficente União Rosariense também eram atingidos por estas influências. Houve um tempo no qual as atividades recreativas e esportivas receberam maior atenção e empenho da diretoria e de grande parte das associadas e dos associados. No entanto, elas e eles não deixavam de lutar pelo direito ao lazer e socialização da raça negra à sociedade rosariense, como é possível evidenciar no decorrer deste estudo.

Outra prática esportiva bastante valorizada pela Sociedade União era o ping-pong, ou tênis de mesa. Segundo os pesquisadores Marco Bettine Almeida e Gustavo Kenzo Yokota<sup>761</sup> o tênis de mesa foi importado da Inglaterra, chegando ao Brasil como um novo jogo da moda, símbolo de modernidade e distinção social, que atribuía aos seus praticantes status de “civilizado” e costumava ser jogado tanto ao ar livre quanto em espaços fechados. Na primeira década do século 20 este esporte era praticado em grandes centros, como Rio de Janeiro e São Paulo, e não tardou para se estender para vilas/cidades interioranas do sul do Brasil como a Vila de Rosário. De acordo com a narrativa da Ata datada de 12 de outubro de 1923 a Sociedade Recreativa União Rosariense adquiriu uma mesa com duas raquetes e um crinol (Figura 26 e APÊNDICE G). O interlocutor Edson Ramos de Paulo entende que o ping-pong marcou mais do que o futebol. Em torno deste esporte, eram feitos campeonatos na

---

<sup>759</sup> GOMES, 2008, *op. cit.*, p. 70.

<sup>760</sup> LONER, 2008, *op. cit.*, p. 257.

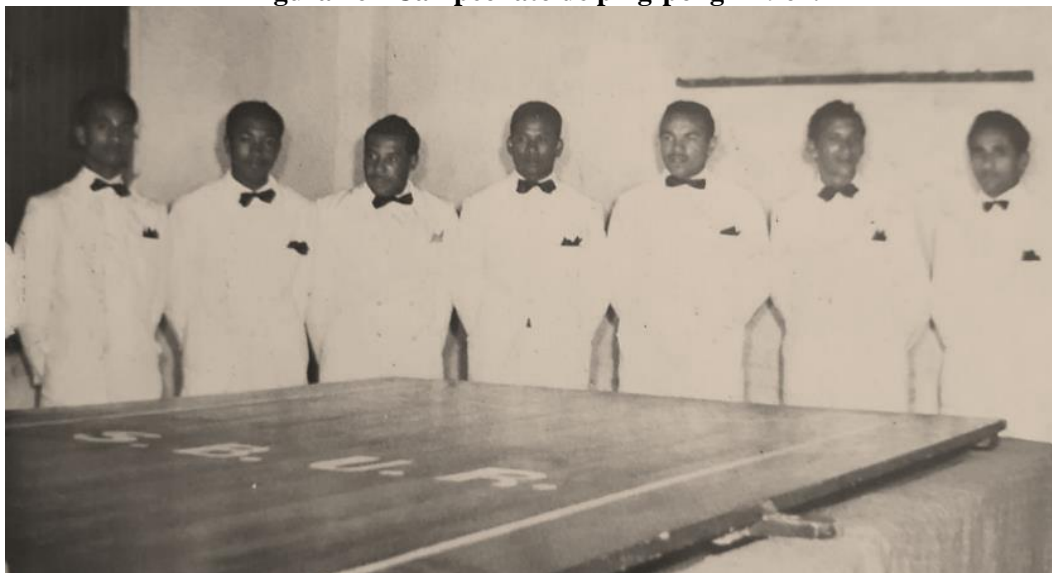
<sup>761</sup> ALMEIDA, Marco Bettine; YOKOTA Gustavo Kenzo A chegada do tênis de mesa ao Brasil: origem e significados do ping-pong enquanto prática civilizada (1902-1909). **Revista Brasileira de Estudos do Lazer**. Belo Horizonte, v.10, n.1, p. 42-62, jan./abr., 2023, p. 42). Disponível em: <<https://periodicos.ufmg.br/index.php/rbel/article/view/40142/38096>>. Acesso em 20 ago. 2023.

cidade. “No Clube União existia uma equipe muito forte. Geralmente os torneios eram disputados entre o Caixeiral, União Operária, Comercial e o pessoal da Igreja Católica. Era muito bom. Sábados e domingo tinha torneio de ping-pong e a União participava também”<sup>762</sup>. Ressalto que também estão muito vivos na memória de José Rodrigues dos Santos os campeonatos de tênis de mesa:

Tinha um pessoal que jogava muito bem o ping-pong, então promoviam os torneios o Didi, que era meu primo, Didi jogava muito bem e era da diretoria do Clube União. Ele organizava torneios de ping-pong com o pessoal do Caixeiral e do Comercial em um determinado dia e faziam aquelas competições. Aí não tinha cor. Nesses eventos não tinha cor. O dia a dia era o negro aqui, o branco lá. Mas tinha essas ocasiões de intercâmbio<sup>763</sup>.

Nas entrevistas realizadas com Edson Ramos de Paulo e José Rodrigues dos Santos, novamente é possível perceber que existiam interlocuções com outras agremiações que também praticavam esta modalidade esportiva, símbolo de modernidade. E a equipe que coordenava os campeonatos dentro da Sociedade União se preocupava com a estética demonstrada em seus trajes (Figura 26) e com a elaboração de retóricas de igualdade em espaços pensados em uma perspectiva de intercâmbio social.

**Figura 26 - Campeonato de ping-pong – 1962.**



Fonte: Acervo Pessoal de Valéria Soares de Brites.

Nota: Da esquerda para a direita: Alcidiney Josende da Rosa, Aristeu Amaral, (?), (?), Miguel Monteblanco, Adão Jorge e José Maria. Sede da Sociedade Recreativa Beneficente União Rosariense, Rua Marechal Floriano Peixoto - Praça Borges de Medeiros, nº 48.

<sup>762</sup> Entrevista com Edson Ramos de Paulo no dia 7 de abril de 2022 em Cruz Alta (RS).

<sup>763</sup> Entrevista com José Rodrigues dos Santos no dia 31 de dezembro de 2021 em Rosário do Sul (RS).

Em 1º de dezembro de 1959, o então secretário Francisco Benites registrou em Ata que o sócio Adair Siqueira apresentou uma queixa contra a turma do *ping-pong* do Clube Caixeiral, uma vez que estes estavam jogando na sede da Sociedade União fora do período de campeonatos/torneios. Diante disso, viabilizou-se a criação de novas regras para que os associados da União usufruíssem desta modalidade de lazer.

Para ampliar e diversificar as atividades de esporte e lazer, em 1932, a sociedade comprou um jogo de bochas (Ata 05/04/1932) e, em 1940, uma mesa de sinuca (Ata 20/06/1940). Para isso foi necessário criar novas regras. Crianças eram proibidas de jogar sinuca: “Maiores de 15 anos poderão jogar, mas não pode ser escrito isso em virtude de vistoria do juiz de menores” (Ata 11/05/1959). Em novembro de 1960, a Sociedade União recebeu um ofício de um educandário pedindo providência sobre “a permanência de alunos menores nesta Sociedade nas horas que deveriam estar estudando” (Ata 06/11/1960). Outra regra aprovada em assembleia dizia que apenas os sócios poderiam jogar sinuca, e ainda, que “fica proibida a entrada de particulares em nosso ambiente social, tanto para bailes como para jogos de sinuca” (Ata 12/07/1961). Aqui se entende como “particulares” as pessoas não sócias desta agremiação.

#### **4.1.4 Diversas ações recreativas e beneficentes**

No interior da sede da Sociedade eram praticados jogos diversos como Truco, Dama, Bingo, Escova e demais jogos de cartas. Em 1º de dezembro de 1959, o secretário Francisco Benites registrou em Ata que a “inscrição do jogo de Damas será de 100 cruzeiros a qual servirá para pagar o churrasco e a taça de campeão”. A interlocutora Valdenice Ramos Soares lembra que “a minha mãe fazia [organizava] jogo de bingo para arrecadar fundos para a Sociedade”<sup>764</sup>. O professor Ataídes Rodrigues dos Santos ressalta que o “bingo dava lucro para o clube. O Clube ficava lotado quando tinha bingo”<sup>765</sup>.

Na Festa do Divino Espírito Santo era realizada a quermesse onde os produtos/donativos ficavam expostos no salão da sede da Sociedade União<sup>766</sup>. Este evento era muito importante para o desenvolvimento da agremiação e também para as ações beneficentes. Em reunião realizada na sede da Sociedade localizada na Rua Voluntários da Pátria, em 1º de agosto de 1927, o secretário Manoel Baptista registrou que o Esporte Futebol

---

<sup>764</sup> Entrevista com Valdenice Ramos Soares no dia 6 de julho de 2022 em Porto Alegre (RS).

<sup>765</sup> Entrevista com Ataídes Rodrigues dos Santos no dia 21 de fevereiro de 2022 em Rosário do Sul (RS).

<sup>766</sup> Sociedade Recreativa União Rosariense. Ata 01/07/1928; 25/08/1929; 12/11/1929; 01/04/1934; 15/05/1941.

Clube Primavera participou da quermesse e ofertou 208 mil reis. Normalmente, as mulheres e também os homens associados angariavam donativos oriundo de casas comerciais para a realização do evento. Em 1º de abril de 1930, o secretário Crescencio Flores registrou em Ata que foi composta uma comissão formada por Romário Lopes e Almir Soares Barbosa com o propósito de solicitar o Teatro Municipal e ali realizar a quermesse nos dias 5 e 6 de abril daquele ano, uma vez que o espaço era mais amplo do que a sede da Sociedade União, localizada na Rua Voluntários da Pátria.

A história da Sociedade Recreativa Beneficente União Rosariense foi marcada por diversas confraternizações. O domingo era o dia mais apropriado para as trabalhadoras e os trabalhadores confraternizarem. O secretário Gregório Rodrigues registrou (Ata 01/06/1928) que a Sociedade costumava promover Chá Dançante aos domingos. José Rodrigues dos Santos enfatiza que “o Clube era realmente uma família cultural. Então tinha aqueles churrascos de domingo em que assavam costelas e costelas, tinha farinha e pão. Esse era o cardápio dos almoços”<sup>767</sup>. A fotografia a seguir (Figura 27) mostra um dos almoços coletivos, em um dia marcado especialmente para comemorar o aniversário da agremiação. Aqui é possível perceber a diversidade de gerações e gênero vivenciando momentos de descontração e sociabilização.

---

<sup>767</sup> Entrevista com José Rodrigues dos Santos no dia 31 de dezembro de 2021 em Rosário do Sul (RS).

**Figura 27 - Almoço coletivo – década de 1960.**



Fonte: Acervo Pessoal de José Rodrigues dos Santos.

Nota: Da esquerda para a direita: Sentadas - Odete, Noemia da Silva, Joana Maria Montedoca, Valve Monteblanco, Alice Osório Faleiro (bebê – Maria Ângela), Davina Ramos, Valdenice Ramos Soares Brites, Zulmira Ramos Soares, Maria Diná Gonçalves Farias, Nara Nei Faleiro, Nádia Marly Faleiro, Valéria Soares de Brites, Zorais Monteblanco e Maria do Horto Monteblanco. Em pé: Adair Siqueira, (Lili) (?), (?), Euclides Rodrigues da Costa, Octalício Rodrigues da Costa, Fabiano Manoel Pereira, João Pedro Oliveira, Miguel Monteblanco, Teodoro Retamal (Patesco), Nadir Fiuza, Pedrinho (alfaiate) Hélio Ferreira Soares, Antonio da Silva, (?), (?), Glênio Ramos, José Adão, Edson Ramos de Paulo, Adão Rodrigues, Cláudio Ramos da Silva, Elair Figueira (Biquinha), e outros. Sede da Sociedade Recreativa Beneficente União Rosariense, Rua Amaro Souto, nº 2265.

O entrevistado Alcidiney Josende da Rosa lembra que, quando era jovem, se dirigia até uma vegetação mais próxima para “cortar vários galhos compridos e finos e fazer os espetos. Ia em casa, passava a faca, limpava, tirava a casca do galho que era de cambuí, amarelo e fazia os espetos”. E segue explicando que “passava os espetos no fogo para dar uma queimada nele, deixava mais fino. Era assim que fazia”. Nestes “galhos” era espetada a “carne de gado e de ovelha. Carne de porco era muito difícil”<sup>768</sup>. E assim era comemorado mais um aniversário da SRBUR (Figura 28).

<sup>768</sup> Entrevista com Alcidiney Josende da Rosa no dia 24 de abril de 2022 em Caxias do Sul (RS).

**Figura 28 - Festa de aniversário da Sociedade – década de 1960.**



Fonte: Acervo Pessoal de Nara Nei Faleiro Machado.

Nota: Da esquerda para a direita: Nadir Alves Faleiro, Osório Ramos, (?), Alcidiney Josende da Rosa, Maurício Gonçalves, Edilon de Moraes Farias, Luiz Rodrigues, Nelson Careta, Teodoro Retamal (Patesco). Sede da Sociedade Recreativa Beneficente União Rosariense, Rua Amaro Souto, nº 2265.

O aniversário da Sociedade sempre era marcado com eventos, mesmo quando as finanças eram limitadas. No ano de 1926 foi realizada uma seção solene “regada a cerveja e doces” (Ata 24/04/1926). No ano de 1941 foi preparada “uma mesa de doces ornada a líquidos” (Ata 01/05/1940). Por vezes a comemoração se estendia por vários dias. No ano de 1941, no dia 1º de maio, “foi realizado um grande baile com Copa franca até tardias horas da madrugada, no dia 3 de maio, Chá Infantil regado a gasosa com doces” e no dia 13 de maio foram oferecidos “doces e líquidos para a nova diretoria” (Ata 01/05/1941). No 49º aniversário da Sociedade União, “as 13 horas foi oferecido por esta Sociedade aos seus associados, familiares e convidados especiais um succulento churrasco acompanhado de salada, frios, etc. em comemoração ao seu 49º aniversário de fundação” (Ata 01/05/1964).



**Figura 29 - Confraternização entre jovens – década de 1960.**



Fonte: Acervo Pessoal de Valéria Soares de Brites.

Nota: Da esquerda para a direita: Irene Terezinha da Rosa Candido, Valdenice Ramos Soares, Terezinha de Oliveira Santana, (?), (?), (?), Sile Terezinha Vaz Maia, (?), (?). Sede da Sociedade Recreativa Beneficente União Rosariense, Rua Amaro Souto, nº 2265.

A sede da Sociedade União servia como local de socialização de jovens e famílias em geral, solidificando assim os laços de pertencimento (Figura 29). O interlocutor Adão Ramires da Silva Machado lembra que “Zé Maria comemorou as Bodas de Ouro no Clube. O Pinheiro também fez a festa dos 50 anos de casados ali no clube. Os associados fizeram muitas festas no Clube União. Para os sócios a sede era emprestada”<sup>769</sup>. O professor Ataídes Rodrigues dos Santos lembra que “no Clube União a comunidade negra realizava festas, bailes, aniversários, casamentos [...], a maioria dos casamentos dos negros. O início do namoro era na União. Começaram se encontrando em baile infantil e depois adulto, e por fim casaram e a festa geralmente era realizada no Clube União”<sup>770</sup>. No ano de 1959, o bibliotecário da Sociedade União, Feliciano Josende, solicitou o salão “para o dia 19 de setembro para o baile de despedida de solteiro que foi concedido” (Ata 11/07/1959). No ano de 1960, o sócio “Adair Siqueira pediu o salão para realizar um baile dia 31 de janeiro com lucro repartido para a sociedade” (Ata 05/01/1960). Também eram realizadas festas de aniversário, como atesta a fotografia a seguir (Figura 30). Ela mostra os jovens da Sociedade comemorando o

<sup>769</sup> Entrevista com Adão Ramires da Silva Machado no dia 23 de fevereiro de 2022 em Rosário do Sul (RS).

<sup>770</sup> Entrevista com Ataídes Rodrigues dos Santos no dia 21 de fevereiro de 2022 em Rosário do Sul (RS).

aniversário de Elizabete Moura que, mais tarde (APÊNDICE K), no ano de 1975, seria eleita Miss Mulata, representando a SRBUR em vários eventos.

**Figura 30 - Confraternização – década de 1960.**



Fonte: Acervo Pessoal de Rosângela de Oliveira Santana.

Nota: Da esquerda para a direita: Ubirajara Oliveira Ramos, Claudio Ramos da Silva, Dario Arcênio, Adão Rodrigues Ramos, Elizabete Moura, Paulo Hilton Santana, Elair Figueira (Biquinha), Edson Ramos de Paulo (Pomba), Paulo Ramos, José Rodrigues dos Santos, (menino ?) Sede da Sociedade Recreativa Beneficente União Rosariense, Rua Amaro Souto, nº 2265

A sede da Sociedade União abria-se para novas danças. A interlocutora Valdenice Ramos Soares lembra que “o Lelo era o nosso professor no Colégio Horto e eu o levei lá para a União e ele ensinava a dança para as gurias. Rock, twist<sup>771</sup> e danças do tipo [...]. As gurias aprenderam muito com o professor Lelo”<sup>772</sup>. (Figura 31)

---

<sup>771</sup> O ritmo *twist* foi uma dança inspirada pelas músicas do *rock and roll* dos anos de 1960. Logo no começo da década, se tornou a primeira dança considerada como “mania mundial”. O *twist* foi responsável por inspirar a criação de muitos outros estilos de dança, como o *jerk*, o *watusi* e o *monkey*. O nome vem da música de *Chubby Checker* chamada “The Twist”, que era um cover de *Hank Ballard & The Midnighters*. A inspiração original do termo *twist* veio de uma dança afro-americana chamada “wringin and twistin”, que se tem notícia desde os anos 1890. Porém, sua origem estética vem dos movimentos pélvicos e passos aleatórios, herdados do oeste africano. O uso do termo *twist*, veio do século XIX, onde, segundo historiadores, uma dança com movimentos pélvicos, chegou aos Estados Unidos vinda do Congo, trazida por escravizados. Um dos primeiros grandes cantores dessa época, daquilo que viria a ser o *twist*, era Joel Sweeney, que se tornou bastante conhecido com uma música chamada “Vine Shaquille Twist”. Sweeney havia aprendido a tocar banjo com os escravos que trabalhavam no estado da Virgínia”. (PORTO, Gabriella. *Twist*. Disponível em: <<https://www.infoescola.com/danca/twist>>. Acesso em 18 nov. 2021)

<sup>772</sup> Entrevista com Valdenice Ramos Soares no dia 6 de julho de 2022 em Porto Alegre (RS).

**Figura 31 - Coquetel – 1961.**



Fonte: Acervo Pessoal de Sile Terezinha Vaz Maia.

Nota: Da esquerda para a direita: Valni da Silva Ramos, Irene Terezinha da Rosa Candido, Lelo (professor de educação física), Vergínia Paulo Vaz, Sile Terezinha Vaz Maia. Sede da Sociedade Recreativa Beneficente União Rosariense Rua Marechal Floriano Peixoto - Praça Borges de Medeiros, nº 48.

A Sociedade União também promovia eventos para as crianças. Segundo a interlocutora Nara Nei Faleiro Machado, a Sociedade União “promovia várias festividades para as crianças: matinê ou bailinho, chá infantil, carnaval infantil, brincadeiras, distribuição de doces”<sup>773</sup>. De acordo com as lembranças de Sile Terezinha Vaz Maia, “o Clube União é onde eu me criei. Sempre ali com festas, colaborando. Me criei ali, dos 9 anos sempre ali dentro. A minha mãe (Umbelina Paulo Vaz) era da Diretoria da União e ajudava, trabalhava em eventos”<sup>774</sup>. Na Figura 32 é possível identificar crianças, jovens e adultos em um espaço de pertencimento coletivo negro no qual cada uma/um para lá se dirigia com sua melhor roupa e na “certeza de passar horas felizes cheias de contentamento” (Ata 21/09/1019).

<sup>773</sup> Entrevista com Nara Nei Faleiro Machado no dia 23 de fevereiro de 2022 em Rosário do Sul (RS).

<sup>774</sup> Entrevista com Sile Terezinha Vaz Maia no dia 1 de maio de 2021 em Rosário do Sul (RS).

**Figura 32 - Confraternização das famílias associadas – década de 1960.**



Fonte: Acervo Pessoal de Nara Nei Faleiro Machado.

Nota: Da esquerda para a direita: Sentadas: Nádia Osório Faleiro, Marlene Siqueira, Irene Terezinha Candido Jaques, Ilca Siqueira, Maria Diná Gonçalves Farias, Maria Gertrudes, Valve Terezinha Montebianco, Zulmira Ramos Soares, Alice Osório Faleiro, Ida da Silva Pereira, Nara Nei Faleiro, Valéria Soares de Brites e outras crianças. Em pé primeira fileira: Nadir Alves Faleiro, José Maria, Adair Siqueira, Isaias Machado, Teodoro, Acelino, Cezílio Alves, Miguel Montebianco, Pedro Diola, Teodoro Retamal (Patesco). Em pé segunda fileira: Cacau, José Rodrigues dos Santos, José Adão, Joceli, Fabiano Manoel Pereira, Cláudio Ramos da Silva. Sede da sociedade localizada na Rua Amaro Souto, nº 2265.

Na memória de Adão Ramires da Silva Machado “o Clube era um espaço de encontros, porque muita gente vivia fora da cidade aí vinha visitar os amigos, parentes e a noite ia para o União para se encontrar com os antigos amigos. Era uma maneira de se encontrar e reencontrar”<sup>775</sup>. Através de narrativas orais, das escrituras em Atas, e de convites impressos e enviados para diversas famílias, autoridades e instituições, é possível evidenciar os festejos comemorativos à inauguração da nova sede e ao cinquentenário da fundação da Sociedade Recreativa Beneficente União Rosariense.

<sup>775</sup> Entrevista com Adão Ramires da Silva Machado no dia 23 de fevereiro de 2022 em Rosário do Sul (RS).

**Figura 33 - Convite 50 Anos da fundação da Sociedade Recreativa Beneficente União Rosariense – 1965.**



Fonte: Acervo Pessoal de Paulo Heitor Santana.

Nos eventos que fizeram parte da trajetória desta agremiação, usualmente equipes eram formadas para organizar e fazer as festividades acontecerem. Neste grande e especial evento, apresentado a seguir, a publicidade ficou por conta de Jaime de Bermudes Ramis e Josceli da Silva Maia, e a recepção aos convidados ficou sob a responsabilidade de Miguel Monteblanco, Valve Terezinha Soares Monteblanco, Adão Ramos, Maria Florentina, Glênio Ramos e Valni Silva, Edson Ramos de Paulo e Maria Veralda.

Na Ata datada de 30 de abril de 1965, o então secretário Nadir Alves Faleiro registrou que para os festejos comemorativos ao cinquentenário da fundação da Sociedade e inauguração da nova sede estiveram presentes representantes das Sociedades Coirmãs de diversas cidades como: Santana do Livramento, Cacequi, São Gabriel, Santa Maria e Porto Alegre; o prefeito de Rosário do Sul; o juiz de direito do foro da Comarca de Rosário do Sul; o padre da Paróquia Nossa Senhora do Rosário; um representante da Igreja Episcopal; o secretário dos Transportes e Obras Públicas do município; o diretor da Rádio Marajá; um representante do Jornal “A Plateia” de Santana do Livramento; o médico chefe do Posto de Saúde; o presidente do Clube Comercial e gerente da Caixa Econômica; antigos/as sócios/as que estavam residindo em outras cidades como Octalício Rodrigues da Costa e sua esposa Maria Santa Paulo, Romário Lopes, João Manoel Vianna e sua esposa Doralina Antunes Vianna; e também o único sócio fundador residente na cidade de Rosário do Sul, Olympio Josende da Rosa com sua esposa Maria Francisca da Silva.

Na primeira noite de festejos, inicialmente foi empossada a nova Diretoria (APENDICE H), em seguida foi realizada a leitura da Ata de Fundação e um histórico dos 50

anos da trajetória da Sociedade. Para finalizar, ocorreu o baile com animação do Conjunto Guanabara de Santa Maria – Conjunto de Carlos e seus Rapazes.

Na manhã seguinte, às 8 horas foi hasteada a bandeira do Brasil e cantado o hino nacional na Praça Borges de Medeiros em frente à sede da Sociedade União. Às 10 horas foi celebrada uma missa para os sócios falecidos na Igreja Matriz Nossa Senhora do Rosário. Sob a responsabilidade do grupo formado por Ida da Silva Pereira e seu esposo Fabiano Manoel Pereira, Maria Diná Gonçalves Farias e seu esposo Edilon de Moraes Farias, Maria Vitorina dos Santos e seu esposo Euclides Rodrigues da Costa, Zulmira Ramos Soares e seu esposo Hélio Ferreira Soares, Maria Alves e seu esposo Cezílio Alves, às 11 horas, no Cemitério Municipal São Sebastião de Rosário do Sul, foi realizada uma cerimônia em memória aos sócios falecidos. Ao meio dia, a equipe formada por Nadir Alves Faleiro, Alcidiney Josende da Rosa, Nadir Silva e Mauricio Gonçalves organizaram um churrasco que foi oferecido para todas/os sócias/os e convidadas/os. Às 16 horas, a Diretoria Feminina providenciou um coquetel para os sócios remidos e visitantes. Durante a tarde as/os associadas/os assistiram um show artístico, cujo elenco era formado por pessoas desta agremiação, sob a orientação de Zulmira Ramos Soares e Francisco Pinheiro Ramos. Este dia comemorativo foi finalizado com o arriamento da bandeira do Brasil e baile alegrado pelo Conjunto Leblon.

No terceiro e último dia de festejos, 2 de maio de 1965, a equipe formada por Miguel Monteblanco, Deodoro Retamal, José Adão Oliveira e Adão F. Flores, organizaram, no Estádio do Internacional, uma partida de futebol entre os sócios casados e sócios solteiros. Ao meio dia foi oferecido um churrasco para os atletas. Pela parte da tarde foi apresentada uma sequência de shows artísticos, cânticos, recitações de poesias e esquetes. Por volta das 22 horas foi iniciado o baile de encerramento abrilhantado pelo Conjunto Melódico Leblon.

Ao finalizar este subcapítulo fica evidente que na Sociedade Recreativa Beneficente União Rosariense se materializava um direito conquistado – o direito ao lazer. A seguir, o enfoque será dado para as agências no âmbito externo, em uma tentativa de construir relações que pudessem oferecer um suporte solidário e que expandissem a sociabilidade como uma prática que os coirmanava<sup>776</sup>. Ao fim do capítulo, direcionarei o olhar para as relações do Clube União com outros coletivos existentes no município de Rosário do Sul.

---

<sup>776</sup> SILVEIRA, 2021, *op. cit.*, p. 156.

## 4.2 REDE RELACIONAL ENTRE ASSOCIAÇÕES NEGRAS E NÃO NEGRAS

No final do século 19 e ao longo do século 20 diversas associações negras criaram espaços que possibilitavam e possibilitam o estreitamento de vínculos de solidariedade, afeto, resistência, existência e resiliência entre iguais, ou diferentes, por meio de redes relacionais. Nesta perspectiva, as redes indicam que havia momentos de proximidades e parcerias e outros em que era preciso estar junto de seus pares. A Sociedade Recreativa Beneficente União Rosariense fazia parte de uma rede de fortalecimento e solidariedade étnico-racial, que se configurava como mais uma alternativa de sustentação financeira para os coletivos envolvidos.

### 4.2.1 Estreitamento de laços junto de seus pares

Os vínculos relacionais junto de seus pares geralmente aconteciam através de campeonato de *ping-pong*, festejo carnavalesco, baile de aniversário da agremiação e posse da nova diretoria, escolha da rainha, festival cultural, *matinê* dançante e partida de futebol. Costumeiramente, os encontros ocorriam dentro de um ambiente de sociabilidade, afirmação de identidade, recreação, cordialidade e confraternização.

Apresento a seguir um quadro com a indicação de agremiações formadas por grupos negros<sup>777</sup> de outros municípios que engendraram a rede de relações junto à Sociedade União Rosariense.

---

<sup>777</sup> Por meio de ofícios recebidos pela Sociedade União e de narrativas registradas em Atas, evidencia-se que estas agremiações eram formadas por segmento populacional negro.

**Quadro 6 - Associações que conformavam a rede relacional da Sociedade Recreativa Beneficente União Rosariense com associações negras locais e regionais (1916-1964).**

<b>Associação</b>	<b>Período<sup>778</sup></b>	<b>Cidade/Estado</b>
Sociedade 13 de Maio	1916 e 1924	São Gabriel/ RS
Sport Clube Viação	1925	Santana do Livramento/RS
Grupo Carnavalesco “União Faz a Força”	1927 e 1928	Caxias do Sul/RS
Bloco Carnavalesco Cordão Garatuga (CG)	1928	Rosário do Sul/RS
Clube 15 de Novembro	1933	Santana do Livramento/RS
Bloco Carnavalesco Sociedade Filhos da Lua	1934 e 1935	São Gabriel/RS
Bloco Carnavalesco Canelas Pretas	1935 até 1938	São Gabriel/RS
Sociedade Recreativa Farroupilha	1935 até 1962	Santana do Livramento/RS
Sociedade Cultural Rio Grandense	1939	Dom Pedrito/RS
Sociedade Recreativa 7 de Setembro	1960 até 1962	Cacequi/RS
Sociedade 7 de Setembro	1962	São Gabriel/RS
Sociedade Recreativa 13 de Maio	1961 e 1963	Santa Maria/RS
Escola de Samba de Alegrete	1964	Alegrete/RS

Fonte: Elaborado pela autora (2024), a partir das Atas de reuniões de diretorias/assembleias e entrevistas.

As informações apresentadas no Quadro 6 evidenciam que pessoas negras de diversos municípios se encontravam e estreitavam os laços de pertencimento por meio do associativismo, seja no formato de escola de samba, bloco carnavalesco, clube ou sociedade, representando, assim, “uma sofisticação nos mecanismos de busca pela cidadania”<sup>779</sup>. É importante ressaltar que as várias organizações associativas negras foram construídas “em resposta à segregação, mas, também, como uma estratégia na efetivação de ganhos e direitos. Estes espaços foram importantes pontos de construção de uma política de positivação da imagem da população negra”<sup>780</sup>. Assim, as agremiações atentavam para “valorizar o ser negro construindo noções próprias de negritude, as quais não eram restritas a um único clube, e sim compartilhado com os pares”<sup>781</sup>. Este compartilhamento está presente nas narrativas dos interlocutores deste estudo. Ubirajara Oliveira Ramos disse que “geralmente, quando havia festa de grande cunho, eram convidadas as Sociedades coirmãs. Ia convite para São Gabriel, Santana do Livramento, Alegrete e Bagé. Eram clubes que participavam dos eventos daqui. Sociedades próximas daqui, sempre comparecia alguém”<sup>782</sup>. Já Alcidiney Josende da Rosa falou que nos bailes gaúchos “o pessoal ia de bombacha e os gaiteiros, vinham de Santana do Livramento, Santa Maria e de outros lugares. Lembro que de Santana do Livramento sempre

<sup>778</sup> A fonte utilizada para registro do período (anos) foram especificamente as Atas de reuniões de diretorias e assembleias gerais.

<sup>779</sup> SILVEIRA, 2021, *op. cit.*, p. 156.

<sup>780</sup> OLIVEIRA, 2017, *op. cit.*, p. 349.

<sup>781</sup> SILVA, 2017, *op. cit.*, p. 152.

<sup>782</sup> Entrevista com Ubirajara Oliveira Ramos no dia 21 de fevereiro de 2022 em Rosário do Sul (RS).



vinha bastante gente. De Cacequi e Alegrete também vinham”<sup>783</sup>. Através de narrativas constadas em Atas percebe-se que o baile gaúcho era frequente na década de 1930. O professor Ataídes Rodrigues dos Santos também falou que “muitas pessoas de Cacequi vinham para os bailes aqui no Clube União [...]. Mas os que vinham mais seguido eram de Santana do Livramento e de São Gabriel. Vinham aos sábados, e nós jogávamos futebol de salão com eles”<sup>784</sup>. Sendo assim, bailes, jogos, festivais e outras atividades possibilitava socialização, pertencimento, ampliação de amizades e de laços afetivos.

No Mapa 3 é importante observar a linha férrea e os municípios nos quais existiam associações negras que se relacionavam com a Sociedade União de Rosário do Sul e, por meio desta experiência, “transformavam-se margens em centros, potentes em criatividade, luta e contraposição, entremeadas pela alegria que os bailes proporcionavam”<sup>785</sup>. O trem era o meio de transporte geralmente utilizado para o deslocamento das pessoas que participavam dos bailes e de outros eventos promovidos por estas associações negras, uma vez que as estações ferroviárias se localizavam no centro das cidades. Além desta praticidade, o valor das passagens era menor em relação ao transporte rodoviário.

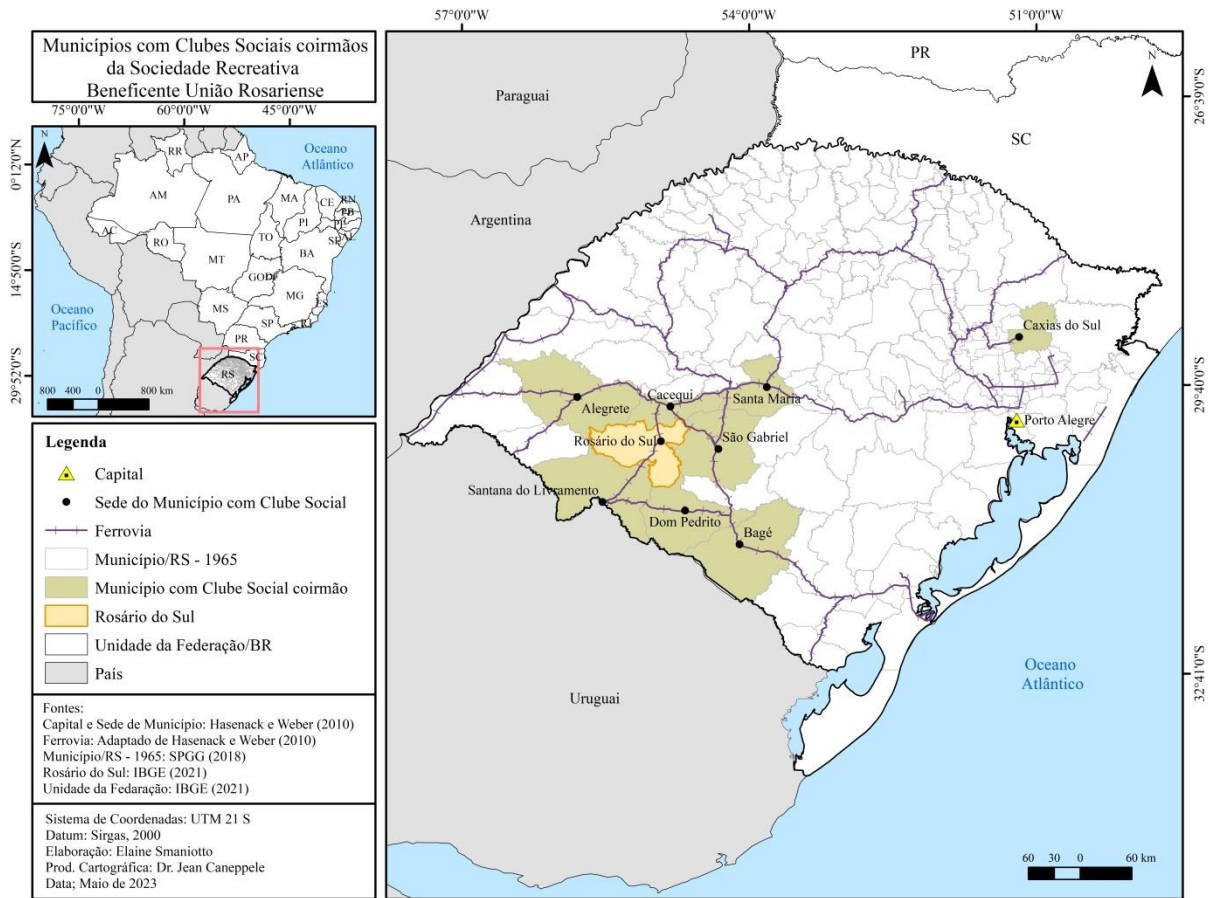
---

<sup>783</sup> Entrevista com Alcidiney Josende da Rosa no dia 24 de abril de 2022 em Caxias do Sul (RS).

<sup>784</sup> Entrevista com Ataídes Rodrigues dos Santos no dia 21 de fevereiro de 2022 em Rosário do Sul (RS).

<sup>785</sup> SILVA, 2017, *op. cit.*, p. 152.

**Mapa 3 - Localização das cidades com clubes sociais coirmãos da Sociedade Recreativa Beneficente União Rosariense.**



Fonte: Elaborado pela autora (2023).

O Mapa 3 e o Quadro 7 corroboram para observar semelhanças, diferenças e uma melhor compreensão na questão do contexto territorial e populacional em relação aos municípios dentre os quais a Sociedade Recreativa Beneficente União Rosariense mantinha, entre os anos de 1915 e 1965, uma importante rede de sociabilidade<sup>786</sup>. Esta rede formava-se por meio de relações familiares, pessoais e profissionais. É importante atentar para o município de Caxias do Sul que está fora da micro região associativa demonstrada no Mapa 3. A relação da Sociedade União de Rosário com o Grupo Carnavalesco “União Faz a Força”<sup>787</sup> de Caxias do Sul, foi iniciada por meio do João Manoel Vianna, um dos fundadores da União Rosariense que migrou de cidade e continuou participando de outras agremiações como será demonstrado no próximo capítulo desta tese.

**Quadro 7 - População recenseada quanto à cor (IBGE - 1940) em municípios com clubes sociais coirmãos da Sociedade Recreativa Beneficente União Rosariense no período de 1915-1965.**

Municípios	Pretos	Pardos	Amarelos	Branco	Cor não declarada	População total	Total de Pretos e Pardos
Alegrete	3.453	5.048	215	30.169	64	38.949	8.501
Bagé	7.045	4.854	14	47.064	23	59.000	11.899
Cacequi*	-	-	-	-	-	-	-
Caxias do Sul (Caxias)	741	1.433	-	37.478	25	39.677	2.174
Dom Pedrito	3.138	2.410	-	20.226	21	25.795	5.548
Rosário do Sul (Rosário)	2.004	3.269	6	18.490	14	23.783	5.273
Santa Maria	5.904	2.790	-	66.886	17	75.597	8.694
Santana do Livramento	3.258	5.269	7	38.816	64	47.414	8.527
São Gabriel	4.828	4.080	1	32.075	11	40.995	8.908

Fonte: Elaborado pela autora (2024), com base em IBGE (1940)<sup>788</sup>.

Nota: \*Cacequi constituiu-se em município pelo Decreto n° 715, de 28 de dezembro de 1944.

Os números apresentados no Quadro 7 em relação à quantidade de pessoas recenseadas em 1940 identificadas com a cor parda mostram que nos municípios de Alegrete, Caxias do Sul, Rosário do Sul e Santana do Livramento a mestiçagem estava mais evidenciada do que nos municípios de Bagé, Dom Pedrito, Santa Maria e São Gabriel, sendo que nestes últimos a população preta era maior que a população parda. Uma das

<sup>786</sup> Aqui é oportuno apontar que a partir da década de 1960 esta rede de sociabilidade é ampliada: Sociedade Floresta Aurora de Porto Alegre, 15 de Novembro de Dom Pedrito, Sociedade Recreativa Esperança de São Borja (Ata 07/06/1969); Clube Recreativo União de General Vargas (Ata 06/09/1969); Sociedade Esportiva Lagoa de São Sepé (Ata 20/04/1975); Clube Cultural Fica Ahí P’ra Ir Dizendo de Pelotas (Ata 29/06/1982); Sociedade Recreativa e Cultural Os Zingaros de Bagé (Ata 16/06/1984).

<sup>787</sup> O Grupo Carnavalesco “União Faz a Força” foi fundado na cidade de Caxias do Sul/RS em 24 de abril de 1927. Um dos fundadores desta agremiação foi João Manoel Vianna, que em 1915, havia participado do processo de fundação da Sociedade Recreativa União Rosariense. Isso explica a ligação entre estas agremiações.

<sup>788</sup> CENSO DEMOGRÁFICO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL - Recenseamento Geral do Brasil, 1º de setembro de 1940 – IBGE. Disponível em: <[https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/monografias/GEBIS%20-%20RJ/D1940/Censo%20Demografico%201940\\_pt\\_XX\\_t1\\_RS.pdf](https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/monografias/GEBIS%20-%20RJ/D1940/Censo%20Demografico%201940_pt_XX_t1_RS.pdf)>. Acesso em 25 mar. 2023.

possibilidades interpretativas é de que estas cidades “ou não tinha[m] acesso à mestiçagem ou de fato estava[m] fechada[s]”<sup>789</sup>. O percentual de pessoas identificadas como pretas e pardas em relação ao total da população identificada como branca de cada um dos municípios é o seguinte: Rosário do Sul: 22,18%; Alegrete: 21,98%; São Gabriel: 21,73%; Dom Pedrito: 21,52% Bagé: 20,18% Santana do Livramento: 18,01%; Santa Maria: 11,50%; e Caxias do Sul: 5,48%. Percebe-se que Rosário do Sul é o município que tem o maior percentual de pretos e pardos. Os dados apresentados no Quadro 7 comprovam que os descendentes de africanos participaram do processo de formação do sul do Brasil, região essa marcada por uma identidade fortemente associada à ascendência europeia, e dessa forma, foi e é ainda mais difícil do que em outras regiões do país enfrentar a discriminação racial. A coluna com a soma dos números correspondentes às cores pretos e pardos mostra que parte desta população, ao se deparar com impedimentos de uma vida cidadã, se uniu e formou coletivos como Blocos Carnavalescos, Escolas de Samba, Clubes e Sociedades Recreativas para assim vivenciar “o reencontro com suas origens étnicas, a revalorização do seu passado e a construção de uma nova identidade, livre do estigma da escravidão”<sup>790</sup> e estabelecer “fortes e densos laços de familiaridade extensa entre homens e mulheres negras que à sua maneira, resistiram às agruras daquele racismo prevalecente na primeira metade do século 20”<sup>791</sup>.

A coluna que mostra a categoria sociológica “cor branca” concentra o maior número de pessoas. Isso não significa que realmente todas eram “brancas”. Naquele contexto, ser branco, com poucas exceções, poderia significar assumir uma posição hierárquica superior. Tal posição favorecia o exercício da liberdade e da cidadania. Neste sentido, por vezes, quem está fazendo o registro ou informando dados, se utiliza de ferramenta de manutenção de vantagens raciais.

As visitas entre as agremiações não aconteciam sem um planejamento prévio. Geralmente a Sociedade União discutia em assembleia sobre a data e o formato do evento, quem iria convidar – elaboração de convites, meio de transporte utilizado e se a agremiação financeira ou não os custos do transporte, etc. Tais visitas formavam gradualmente uma rede associativa que comportava os mais diversos formatos organizativos, com intuito de atender as demandas sociais e culturais dos indivíduos negros e de lhes dar suporte nas mais diversas situações<sup>792</sup>.

---

<sup>789</sup> OLIVEIRA, 2020, *op. cit.*, p. 53.

<sup>790</sup> MULLER, 2008, *op. cit.*, p. 270.

<sup>791</sup> OLIVEIRA, 2020, *op. cit.*, p. 56.

<sup>792</sup> LONER, 2008, *op. cit.*

Por meio do registro fotográfico (Figura 34) e das lembranças da interlocutora Sile<sup>793</sup> é possível identificar a presença de um representante do Clube 13 de Maio de Santa Maria cantando e realizando o seu pronunciamento na sede da Sociedade Recreativa Beneficente União Rosariense em 1955. No andar superior ao térreo – interior da sede – localizada na Rua Marechal Floriano Peixoto nº 148, era o espaço ocupado pela orquestra ou conjunto musical e, no térreo – salão –, era onde as donas e os donos da casa recebiam as convidadas e os convidados para o evento. Além dos festejos, momentos para dançar, em uma sala ao lado do salão, as diretorias ou representantes se reuniam para discutir assuntos relacionados ao resistir e existir de coletivos negros na região. Nesta ocasião, representada pela fotografia (Figura 34), a Sociedade União recebeu convidadas e convidados de Santa Maria e Cacequi. As relações eram constituídas coletivamente entre entidades, mas também entre indivíduos. No segundo plano da fotografia (Figura 34) estão emolduradas várias imagens que mostram momentos festivos vivenciados nesta agremiação.

**Figura 34 - Baile – 1955.**



Fonte: Acervo Pessoal de Nara Nei Faleiro Machado.

Nota: Romário, Sile Terezinha Vaz, Georgina Paulo Vaz, Miguel Monteblando, Juracy Candido (vestido branco e sapato preto) e outros (não identificados).

Nota: Em pé, da esquerda para a direita: Romário (visitante de Santa Maria); Edilon de Moraes Farias; Nadir Alves Faleiro; Adão Tasso (visitante da cidade de Cacequi). Sentadas: (Esposa do Romário); Maria Diná Gonçalves Farias; Alice Osório Faleiro; Zaida Tasso. Sede da Sociedade Recreativa Beneficente União Rosariense, Rua Marechal Floriano Peixoto nº 48.

O Quadro 6, apresentado anteriormente, mostrou agremiações que conformavam a rede relacional da Sociedade Recreativa Beneficente União Rosariense com associações

<sup>793</sup> Entrevista com Sile Terezinha Vaz Maia no dia 14 de setembro de 2022 em Rosário do Sul (RS).

negras locais e regionais. A seguir, o Quadro 8 demonstra redes entre algumas das diversas agremiações negras no estado do Rio Grande do Sul no pós-Abolição. A circulação destes sujeitos protagonistas (mulheres e homens) nos diversos espaços associativos colabora para desconstruir a ideia de que o/a negro/a não sabia se organizar socialmente, além de positivar a sua imagem numa sociedade pautada pela discriminação racial<sup>794</sup>. Como foi apontado nos capítulos anteriores, sobre a população negra recaiam pesados estigmas, dentre eles a incapacidade de se tornarem cidadãos, a culpa pelo então atraso civilizatório brasileiro e a incapacidade de organizar atividades recreativas, esportivas, sociais e culturais.

**Quadro 8 - Agremiações negras que conformavam redes relacionais – RS e SC.**

<b>Agremiação</b>	<b>Rede relacional– Cidade/Estado</b>
Sociedade Recreativa Farroupilha da cidade de Santana do Livramento/RS <sup>795</sup>	- Sociedade Recreativa Os Zingaros e Clube Recreativo Palmeira - Bagé/RS. - Sociedade Recreativa Beneficente União Rosariense - Rosário do Sul/RS. - Sociedade Recreativa 13 de Maio – Santa Maria/RS. - Sociedade Cultural Esportiva Cruzeiro do Sul - Novo Hamburgo/RS.
Sociedade Cultural Esportiva Cruzeiro do Sul da cidade de Novo Hamburgo/RS <sup>796</sup>	- Sociedade São Sebastião Négo Football Club - Venâncio Aires/RS - Sociedade Cultural Beneficente Rui Barbosa e Sociedade Cultural Beneficente Castro Alves – Canoas/RS. - Sociedade Floresta Montegrina – Montenegro/RS. - Sport Club Guanabarro - São Sebastião do Cai/RS. - Clube 15 de Novembro - Cachoeira do Sul/RS. - Sport Club Oriente – Ivoti/RS. - F.M. Marquês – Alegrete/RS. - Sociedade Recreativa Clube Gaúcho - Caxias do Sul/RS. - Floresta Aurora - Porto Alegre/RS.
Clube União da cidade de Santa Cruz do Sul/RS <sup>797</sup>	- Sociedade São Sebastião Négo Football Club - Venâncio Aires/RS. - Sociedade Cultural Beneficente Rui Barbosa – Canoas/RS. - Sociedade 13 de Maio - Santa Maria/RS. - Sociedade Cultural Beneficente Brasil – Candelária/RS. - Sociedade Cultural Esportiva Cruzeiro do Sul - Novo Hamburgo/RS. - Sociedade Floresta Montegrina– Montenegro/RS. - Sociedade Recreativa Clube Gaúcho - Caxias do Sul/RS.
Clube Recreativo Palmeira e a Sociedade Recreativa Os Zíngaros da cidade de Bagé/RS <sup>798</sup>	- Associação Satélite Prontidão e Clube Floresta Aurora – Porto Alegre/RS. - Floresta Recreativa Riograndina – Rio Grande/RS. - Clube Rio Grandense - Dom Pedrito,/RS. - Clube 15 de Novembro - Cachoeira do Sul/RS. - Sociedade 13 de Maio e Sociedade 7 de Setembro - São Gabriel/RS. - Sociedade Recreativa Farroupilha - Santana do Livramento/RS.

<sup>794</sup> SILVA, 2011, *op. cit.*

<sup>795</sup> Sobre esta associação ver: MARIA, Jéssica Nobre. **Comunidade negra de fronteira**: o clube Farroupilha de Santana do Livramento, RS. Monografia (Graduação em História) - Programa de Graduação em História da Universidade Federal de Santa Maria, 2014.

<sup>796</sup> Sobre esta associação ver: MAGALHÃES, Magna Lima. **Entre a preteza e a brancura brilha o Cruzeiro do Sul**: Associativismo e identidade negra em uma localidade teuto-brasileira (Novo Hamburgo/RS). Tese (Doutorado em História) - Programa de Pós-Graduação em História, Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2010, p. 129.

<sup>797</sup> Sobre esta associação ver: SILVEIRA, Helen da Silva. **A força viva da cor preta**: associativismo negro como caminho no Vale do Rio Pardo/RS (1880-1940). Porto Alegre, RS. Dissertação (Mestrado em História) - Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. 2021, p. 112.

<sup>798</sup> Sobre esta associação ver: SILVA, Tiago Rosa da. **Vivências e experiências associativas negras em Bagé-RS no Pós-Abolição**: imprensa, carnaval e Clubes Sociais Negros na fronteira sul do Brasil - 1913-1980. Dissertação (Mestrado em História) - Pós-graduação em História do Instituto de Ciências Humanas da Universidade Federal de Pelotas, 2018.

	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Clube Fica Ahí - Pelotas/RS.</li> <li>- Centro Uruguay - Melo/Uruguai<sup>799</sup></li> <li>- Clube Operário 1º de Maio – Lavras/RS.</li> </ul>
Sociedade Recreativa Clube Gaúcho da cidade de Caxias do Sul/RS <sup>800</sup>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Centro Cívico Cruz e Souza – Lages/SC.</li> <li>- Clube Centro Operário – São Joaquim/SC.</li> <li>- Clube Cultural Chove Não Molha – Pelotas/RS.</li> <li>- Clube Cultural Recreativo Braço é Braço – Rio Grande/RS.</li> <li>- Escola de Samba América- São Sebastião do Caí/RS.</li> <li>- Fidalgos e Aristocratas; Sociedade Recreativa Bambas da Orgia; Sociedade Satélite Prontidão; Sociedade Tropical; Tribo Carnavalesca Os Tapuias – Porto Alegre/RS.</li> <li>- Sociedade São Sebastião Négo Football Club - Venâncio Aires/RS</li> <li>- Onze de Ouro Futebol Clube, Sociedade Recreativa Cultural e Beneficente Aliança – São Leopoldo/RS.</li> <li>- Ouro Preto Futebol Clube; Sociedade Cultural Beneficente Rui Barbosa; Sociedade Cultural Beneficente Castro Alves – Canoas/RS.</li> <li>- Sociedade Cultural Esportiva Cruzeiro do Sul; Sociedade Beneficente Cultural Aí Vem Os Marujos - Novo Hamburgo/RS.</li> <li>- Sociedade Cultural Beneficente União – Santa Cruz do Sul/RS.</li> <li>- Sociedade Cultural e Beneficente Seis de Maio – Gravataí/RS.</li> <li>- Sociedade Floresta Montenegrina – Montenegro/RS.</li> <li>- Sociedade Recreativa e Cultural 13 de Maio – Lajeado/RS.</li> <li>- Sociedade Recreativa e Cultural 8 de Setembro – Florianópolis/SC</li> </ul>

Fonte: Elaborado pela autora a partir de: MARIA (2014); MAGALHÃES (2010); SILVEIRA (2021); SILVA (2018); SILVA (2017); GOMES (2008).

A possibilidade de estarem entre aqueles que supostamente tinham um passado comum propiciava ao grupo a possibilidade de valorização de suas próprias origens e trajetórias. As associações influenciaram significativamente no seu processo de socialização em uma sociedade que criava novos mecanismos para mantê-los na subalternidade. De acordo com Beatriz Ana Loner

Os negros tiveram que, praticamente, desenvolver uma rede associativa própria como meio de sobrevivência e organização do grupo. Para isso contaram com lideranças cuja preocupação com a integração da etnia na sociedade, levou-os a desenvolver várias associações e atividades na busca da elevação social e econômica<sup>801</sup>.

Observando a rede relacional entre agremiações negras, é possível perceber que algumas agremiações circulavam com mais intensidade e em maiores distâncias ultrapassando fronteiras de estado e país. Entre as agremiações apresentadas no Quadro 8 a Sociedade Recreativa Clube Gaúcho da cidade de Caxias do Sul possuía um leque maior de relações. Sendo assim, o pesquisador desta entidade, Fabricio Romani Gomes, pontua que

<sup>799</sup> SILVA, 2017, *op. cit.*, p. 147.

<sup>800</sup> Sobre esta associação ver: GOMES, Fabrício Romani. **Sob a proteção da princesa e de São Benedito: identidade étnica, associativismo e projetos num clube negro de Caxias do Sul (1934-1988)**. Dissertação (Mestrado em História) Programa de Pós-Graduação em História, Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2008.

<sup>801</sup> LONER, 2001, *op. cit.*, p. 282.

O grupo étnico negro se organiza através de associações para, entre outras coisas, afastar os realces estereotipados que lhes são atribuídos. Assim o grupo vai além dos prazeres da diversão e utiliza os clubes fundados como espaço de luta para a integração com a sociedade local de forma valorativa. [...] A rede de sociabilidade construída pelo clube sempre o salvou nos piores momentos. Faziam parte dessa rede, diversos outros clubes negros do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina, assim como diversos clubes caxienses.<sup>802</sup>

O objetivo aqui foi citar apenas algumas agremiações no intuito de evidenciar a rede de relações entre os iguais (Quadros 6 e 8) neste grande projeto coletivo de existência negra no pós-Abolição<sup>803</sup>. Portanto, a Sociedade União de Rosário do Sul também fazia parte deste universo associativo fortalecido por essas redes.

#### 4.2.2 Em busca de intercâmbios sociais

A Sociedade Recreativa Beneficente União Rosariense criava e vivenciava ações importantes, tanto para si como para a sociedade em geral, uma vez que, além de fortalecer a relação com agremiações coirmãs (Quadros 6 e 8, e Mapa 3), também mantinha vínculos com agremiações locais representadas no Quadro 9. Aqui é importante atentar para o período desta relação, não esquecendo que a Sociedade União foi criada dentro de um contexto “de discriminação pautada por uma ideia de raça que lhes impedia a entrada em outros espaços de sociabilidade”<sup>804</sup>, portanto, o cerceamento esteve na origem da criação desta agremiação negra e de tantas outras.

**Quadro 9 - Rede relacional da Sociedade Recreativa Beneficente União Rosariense com associações mistas e brancas de Rosário do Sul (1927-1965).**

Associação	Período <sup>805</sup>
Esporte Futebol Clube Primavera	1927
Sociedade Operária Beneficente Recreativa	1932 até 1962
Sociedade Caixeiral	1932 até 1965*
Sport Club Independente	1935 até 1937
Esporte Clube Grêmio Recreativo	1935 até 1938
Sociedade União Filhos do Trabalho	1938, 1939
Escola de Samba Vagalumes do Amor	1959 até 1965*
Bloco Carnavalesco Príncipes e suas Garotas	1961
Sociedade dos Músicos	1961
Lion Club	1961 até 1965*
Clube Comercial	1962 até 1965*
Associação Rural	1962
Escola de Samba Embaixadores do Ritmo	1962 até 1965*
Escola de Samba Os Fidalgos	1965*

Fonte: Elaborado pela autora, a partir das Atas de reuniões de diretorias e assembleias gerais.

<sup>802</sup> GOMES, 2008, *op. cit.*, p. 150.

<sup>803</sup> SILVA, 2023, *op. cit.*, p. 274.

<sup>804</sup> OLIVEIRA, 2020, *op. cit.*, p. 55.

<sup>805</sup> Este período corresponde aos registros encontrados em Atas de reuniões de diretorias e assembleias gerais. É importante pontuar que o recorte temporal desta pesquisa é de 1915 até 1965. As agremiações sinalizadas com asterisco (\*) continuaram mantendo a rede relacional com a Sociedade Recreativa Beneficente União Rosariense no período posterior ao analisado aqui.



A relação que a Sociedade Recreativa União Rosariense tinha com a Sociedade União Filhos do Trabalho (Atas 01/11/1938 e 01/07/1939) e com o Esporte Clube Grêmio Recreativo (Ata 16/11/1936) era pelo fato de alugar peças da sede para essas agremiações. Já o Sport Club Primavera (05/04/1932) realizava reuniões de diretoria na sede da Sociedade União.

Normalmente, nas posses de nova diretoria a Sociedade Operária Beneficente Recreativa, a Sociedade Caixeiral e o Clube Comercial costumavam enviar ofícios para a diretoria da Sociedade Recreativa Beneficente União Rosariense, convidando-a para as solenidades. O entrevistado Adão Ramires da Silva Machado rememora que “quando aconteciam grandes eventos e não tinha cadeiras ou mesas suficientes, a gente pedia emprestado para o Caixeiral e ele da mesma forma. [...] tinha uma relação muito boa”<sup>806</sup>. Se por um lado costumava-se ter uma relação de ajuda mútua, por outro, conforme citado anteriormente, a corte da rainha da Sociedade Recreativa Beneficente União Rosariense foi impedida de entrar no mesmo Clube Caixeiral mencionado por Adão Machado para realizar apresentação nos festejos carnavalescos do ano de 1962. Assim, é possível verificar que as relações cordiais entre negros e brancos não eliminam o racismo, mas podem refletir o tipo de racismo sutil e ardiloso que foi se desenvolvendo no Brasil republicano.

Ao longo do século 20, segundo Beatriz Ana Loner, homens negros e mulheres negras “formaram desde entidades recreativas até entidades de classe, para organizarem-se na luta pelos seus direitos como trabalhadores e na luta de resistência contra o preconceito e a dominação branca”<sup>807</sup>. Seguindo nesta trilha, ao realizar o cruzamento de fontes é possível afirmar que alguns associados da Sociedade Recreativa Beneficente União Rosariense também eram associados da Sociedade Operária Beneficente Recreativa. Por exemplo, o interlocutor Alcidiney Josende da Rosa<sup>808</sup> confirmou sua atuação nas duas sociedades e mostrou suas carteiras de associado (Figura 35). Ele lembra que, geralmente no dia 1º de maio, Dia do Trabalhador, participava de duas festas. Ao meio-dia almoçava na Sociedade Operária Beneficente Recreativa e à noite bailava na Sociedade Recreativa Beneficente União Rosariense em regozijo ao aniversário de fundação.

---

<sup>806</sup> Entrevista com Adão Ramires da Silva Machado no dia 23 de fevereiro de 2022 em Rosário do Sul (RS).

<sup>807</sup> LONER, 1999. *op. cit.*, p. 16.

<sup>808</sup> Entrevista com Alcidiney Josende da Rosa no dia 15 de novembro de 2022 em Caxias do Sul (RS).

Figura 35 - Carteiras de associado de Alcidiney Josende da Rosa – década de 1960.



Fonte: Acervo Pessoal de Alcidiney Josende da Rosa

As fontes acessadas para a realização desta pesquisa revelam que alguns sujeitos atuavam em espaços de poder municipal e transitavam em mais de uma frente associativa, como é o caso de Garibaldi Brilhante, “abastado comerciante”<sup>809</sup>, que no período de 1921 até 1929 fez parte do Conselho Municipal da Vila do Rosário<sup>810</sup>, e, em 7 de setembro de 1924, participou do processo de fundação da Sociedade Operária Beneficente Recreativa<sup>811</sup>. Seu nome consta nas Atas da Sociedade União, datadas de 13 de maio de 1929 e 14 de setembro de 1933.

Portanto, existiam vínculos relacionais entre a Sociedade União e a Sociedade Operária, afinal, eram trabalhadores/as na luta por cidadania. Em Pelotas e em tantas outras

<sup>809</sup> Jornal Ilustração Pelotense (RS). Ano 1925\Edição 00010. 16 de maio de 1925, n. 10. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/174068/5814>> Acesso em 4 dez. 2023.

<sup>810</sup> Correspondência dos Conselhos, Intendências e Juntas Municipais. Rosário, Correspondência Expedida Intendência Municipal Ano: 1890/1930. Maço 358, Caixa 192. Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul (AHRG), Porto Alegre, RS; SOUZA, 2007, *op. cit.* p. 39, 40.

<sup>811</sup> Extratos dos Estatutos da Sociedade Operária Beneficente de Rosário do Sul. Diário Oficial, 5 de dezembro de 1939, p. 13; 12 de fevereiro de 1959, p. 8.

idades, muitas agremiações recreativas mantinham estreitos vínculos com entidades de classe. Nesse sentido, Beatriz Ana Loner esclarece que

as organizações operárias foram um dos grandes espaços de sua atuação [de negros], porque, para um grupo marginalizado, a conquista de posições como operários, podia representar um avanço em termos sociais e econômicos, além de romper o isolamento imposto pela discriminação, passando a fazer parte de um grupo maior: aquele dos trabalhadores<sup>812</sup>.

Elencando mais alguns exemplos desta intersecção de raça e classe, na Ata datada de 1º de dezembro de 1939, consta que a Sociedade Recreativa União Rosariense recebeu um ofício do Centro Esportivo Operário Alegretense de Alegrete/RS propondo uma visita com festival e partida de futebol que foi aceito pela assembleia geral. Segundo pesquisas realizadas por Márcio J. F. Sônego, sobre o Clube União Operária de Alegrete “desde a fundação da União Operária, trabalhadores afrodescendentes ocuparam funções e cargos na diretoria do clube, sendo João Mário dos Santos, presidente negro da União Operária, entre 1936 a 1937”<sup>813</sup>. De acordo com estudos desenvolvidos por Fabrício Romani Gomes<sup>814</sup>, a Sociedade Recreativa Clube Gaúcho da cidade de Caxias do Sul trocava visitas com Clube Centro Operário de São Joaquim/SC. Tiago Rosa da Silva, ao pesquisar sobre a Sociedade Recreativa Os Zíngaros da cidade de Bagé/RS, chama atenção para esta ligação, na qual Os Zíngaros visitavam o Clube Operário 1º de Maio – Lavras/RS: “essa aproximação entre as sociedades recreativas e de classe só reforçam a importância conferida pelos sócios de clubes recreativos/dançantes para com entidades classistas, pois esses sujeitos negros eram, acima de tudo, trabalhadores”<sup>815</sup>.

O documento a seguir (Figura 36) comprova o fortalecimento da rede relacional em espaços de pertencimento. A narrativa da Ata da Sociedade União datada de 1º de maio de 1925, demonstra que a celebração dos dez anos daquela associação negra da Vila de Rosário contou com a participação de visitantes de outras instituições associativas (esportivas, operárias, recreativas) da cidade e também de outros municípios, como Santana do Livramento, Pelotas e Cruz Alta, cidades estas ligadas pela linha férrea (Mapa 3).

---

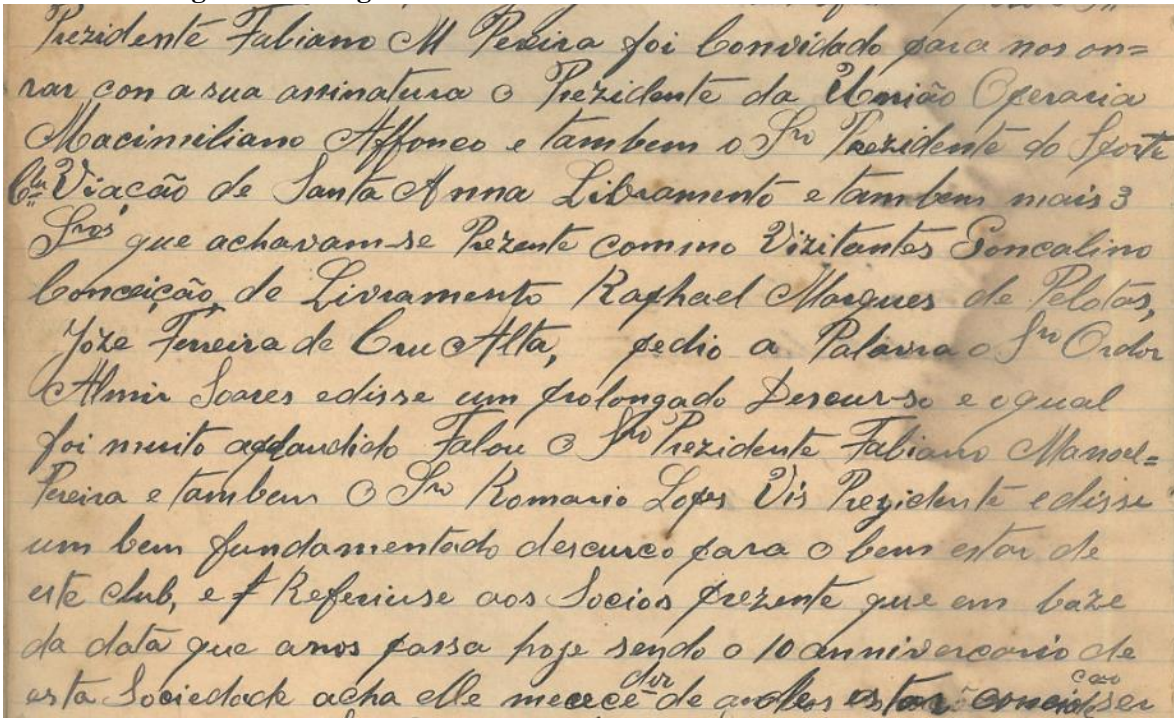
<sup>812</sup> LONER, 2001, *op. cit.*, p. 283.

<sup>813</sup> SÔNEGO, Márcio J. Ferreira. **Uma introdução à história dos trabalhadores negros no Clube União Operária de Alegrete**. Porto Alegre: Gráfica & Editora RJR, 2022, p. 60.

<sup>814</sup> GOMES, 2008, *op. cit.*

<sup>815</sup> SILVA, 2018, *op. cit.*, p. 153.

Figura 36 - Fragmento da Ata 01/05/1925 – 10º aniversário da SRBUR.



Presidente Fabiano M Pereira foi convidado para nos on-  
rar com a sua assinatura o Presidente da União Operaria  
Macimiliano Affonso e tambem o Sr Presidente do Setor  
C<sup>da</sup> Diacção de Santa Anna Libramento e tambem mais 3  
Srs que achavam-se presente como Visitantes Goncalves  
Conceição de Libramento Raphael Marques de Pelotas,  
Joze Ferreira de Cruz Alta, pedio a Palavra o Sr Orden  
Almir Soares edisse um prolongado discurso e igual  
foi muito applaudido falou o Sr Presidente Fabiano Manoel-  
Pereira e tambem o Sr Romario Lopes Vis Presidente edisse  
um bem fundamentado discurso para o bem estar de  
este club, e referiuse aos socios presente que em base  
da data que amos passa hoje sendo o 10 aniversario de  
esta Sociedade acha elle merece de <sup>dir</sup> ~~gratos~~ <sup>o</sup> ~~estor~~ <sup>o</sup> ~~conceder~~

Fonte: Acervo da Sociedade Recreativa Beneficente União Rosariense.

Corroborando com o que algumas pesquisas vêm demonstrando para outras cidades, muitos sujeitos negros sócios e muitas sujeitas negras sócias da União Rosariense, mantiveram uma vida ativa no seio de práticas associativas, fazendo parte de entidades operárias, esportivas, carnavalescas, dramáticas, musicais, uma vez que para eles e elas, a luta em mais de uma frente poderia ser uma garantia de melhores condições de vida e de ascensão social.

O Bloco Carnavalesco Príncipes e suas Garotas, as Escolas de Samba Vagalumes do Amor, Embaixadores do Ritmo e Os Fidalgos costumavam solicitar empréstimo da sede da Sociedade União para realizar ensaios e bailes com objetivo de angariar fundos para sua própria manutenção. A fotografia (Figura 37) evidencia que “a Escola de Samba Vagalumes do Amor solicitou o salão da sede da Sociedade União para realizar festejos e foi cedido seguindo as leis do Estatuto” (Ata 07/08/1960).

**Figura 37 - Festejos – década de 1960.**



Fonte: Acervo Pessoal Edson da Silva Rodrigues.

Nota: Escola de Samba Vagalumes do Amor e membros da diretoria – Manoel P. Fernandes, Nadir Alves Faleiro e Luís Carlos Rodrigues. Sede da Sociedade Recreativa Beneficente União Rosariense, Rua Marechal Floriano Peixoto nº 48.

Também para organizar o Baile da Primavera, evento promovido pela Sociedade Recreativa Beneficente União Rosariense, foi formada uma comissão de dez casais de jovens das Escolas de Samba Embaixadores do Ritmo e Vagalumes do Amor (Ata 31/08/1963).

Nos diversos bailes nos quais a sede da sociedade servia de palco nem sempre a harmonia prevalecia. Por vezes ocorriam desavenças entre o Bloco Carnavalesco Príncipes e suas Garotas e a Escola de Samba Vagalumes do Amor (Ata 21/01/1961). Jovens da Escola de Samba Vagalumes do Amor apresentaram queixa contra agressores que as chamaram de “vagabundas” durante baile de carnaval (Ata 25/04/1962). A interlocutora Nara Nei Faleiro Machado enfatiza que “tinha a Comissão de Sindicância que observava o comportamento. A diretoria se reunia e decidia o que iria fazer com o associado que não estava seguindo os estatutos, não estava se comportando adequadamente”<sup>816</sup>. De acordo com os artigos 1º e 5º, “só podem fazer parte desta Sociedade pessoas de decente comportamento e que saibam respeitar as leis de boa educação” e “o sócio que for julgado pela assembleia geral, infrator do

---

<sup>816</sup> Entrevista com Nara Nei Faleiro Machado no dia 23 de fevereiro de 2022 em Rosário do Sul (RS).

artigo 1º importará na eliminação”<sup>817</sup>. No caso de não sócios que não respeitavam os estatutos da Sociedade, estes eram convidados a se retirar do ambiente festivo.

Seguindo na trilha de solidariedade e cordialidade das relações sociorraciais, quando o Circo Teatro Mamocos passou pela cidade de Rosário do Sul, a Sociedade União ofereceu a sua sede para a apresentação dos espetáculos. Em contrapartida, os sócios obtiveram um desconto de 50% no valor de ingressos (Ata 01/09/1960), e, desta maneira, era possível vivenciar mais uma modalidade de lazer e cultura.

As narrativas de Atas denotam que a relação entre a Sociedade União e a prefeitura municipal era diplomática. Por exemplo: “O presidente foi chamado pela prefeitura para representar a Sociedade nos trabalhos das festas da Semana Farroupilha nesta Vila” (Ata 01/08/1935). A Prefeitura Municipal ofereceu uma máquina de escrever (Atas 01/07/1940 e 24/08/1965) e um retrato do Presidente da República Getúlio Dornelles Vargas para ser fixado no interior da sede (Ata 20/10/1941). É possível que boa parte dos trabalhadores apoiasse a política de Vargas devido, principalmente, à implementação de diversos direitos trabalhistas durante sua governança.

A sede desta Sociedade também era solicitada para a prática da democracia. Em ofício, o Juiz de Direito comunicava que o salão da Sociedade havia sido escolhido para o funcionamento da 9ª Secção Eleitoral (Ata 10/09/1960). A Sociedade União ainda recebeu um ofício da 39ª Seção Eleitoral requerendo a sede social para as eleições do dia 7 de outubro de 1962 (Ata 06/10/1962).

Na questão relacionada ao agenciamento político partidário da Sociedade União é importante pontuar que na década de 1960 houve tentativas de aproximação com o poder legislativo estadual e federal no intuito de angariar verbas para a Sociedade Recreativa Beneficente União Rosariense. Nesta perspectiva o Deputado Estadual Milton Garcia Dutra (1959-1963, PTB-RS) esteve em Rosário e falou sobre possibilidade de auxílio (Ata 10/02/1960). A Sociedade recebeu a visita do Deputado Federal Rui Ramos (1959-1962, PTB-RS) e sua comitiva<sup>818</sup>. Também a diretoria desta agremiação dialogou sobre a possibilidade em oferecer um coquetel na sede da Sociedade para o governador Ildo Meneghetti (1963-1967, PSD/ARENA) e sua equipe que iriam para Rosário do Sul com objetivo de discutir sobre a construção de uma ponte que facilitaria a travessia sobre o rio

---

<sup>817</sup> Artigos 1º e 5º do Estatuto da Sociedade Recreativa Beneficente União Rosariense. Ofício de Registro de Títulos e Documentos e Pessoas Jurídicas da Comarca de Rosário do Sul. Livro A- 1 de Pessoas Jurídicas f. 22, nº 32 - 4 de junho de 1958.

<sup>818</sup> Sociedade Recreativa Beneficente União Rosariense. Ata 26/08/1962. Falecimento do Deputado Federal Rui Ramos: 21/09/1962 (acidente trágico).

Santa Maria<sup>819</sup>. Naquela ocasião, membros da diretoria poderiam aproveitar a oportunidade para falar com o governador sobre a possibilidade de disponibilizar verbas para a Sociedade União continuar realizando suas atividades recreativas e assistenciais.

\*\*\*

Ao longo deste capítulo procurei evidenciar redes relacionais e vivências festivas, esportivas e culturais ocorridas em um contexto de reorganização da sociedade brasileira após a assinatura da Lei Áurea (1888) e o início da República (1889) que se revelou, desde cedo, que a liberdade e a cidadania não eram para todas e todos. Diante disso, cidadãs negras e cidadãos negros se movimentaram coletivamente e colocaram em prática projetos de liberdade e luta constantes por cidadania num universo de redefinição de lugares e hierarquias, fundadas em critérios sociorraciais<sup>820</sup>. No próximo capítulo apresento trajetórias e memórias de trabalhadoras e trabalhadores protagonistas na Sociedade Recreativa Beneficente União Rosariense que agiram e forjaram estratégias para se inserir laboral, social e culturalmente no território sul rio-grandense.

---

<sup>819</sup> A ponte Marechal José de Abreu, com 1772 metros de extensão, foi inaugurada no dia 3 de julho de 1969. O evento contou com a presença de autoridades federais, estaduais, municipais e a população rosariense. (Fonte: SILVEIRA, 1976, *op. cit.*, p. 31).

<sup>820</sup> ALBUQUERQUE, 2010, *op. cit.*

## 5 TRAJETÓRIAS E MEMÓRIAS INDIVIDUAIS E COLETIVAS EM UMA EXPERIÊNCIA ASSOCIATIVA NO PÓS-ABOLIÇÃO

No percurso do trabalho de campo para a pesquisa do doutorado sobre a fundação e trajetória da Sociedade Recreativa Beneficente União Rosariense, entre os anos de 1915-1965, ficou evidente que centenas de mulheres e homens viveram uma experiência associativa negra no município de Rosário do Sul. Mas, quem eram estas pessoas? Quais eram suas experiências laborais? O que aconteceu com aquelas mulheres negras e aqueles homens negros após a assinatura da Lei Áurea e a proclamação da República? Quais elementos contribuíram para a fundação de uma associação de “homens de cor”, marca de racialização produzida em jornal de Rosário e que será analisada na sequência? Em quais redes relacionais e conexões elas e eles estavam envolvidas/os? Por que seu protagonismo importa para as reflexões históricas? Responder estas e tantas outras perguntas feitas a partir dos indícios encontrados converge ao esforço de mapear vivências de pessoas negras e estratégias de famílias negras, com inspiração na microanálise, uma vez que ela “se caracteriza pelo interesse das experiências individuais e de grupos”<sup>821</sup>. O intuito é reconstruir aspectos das trajetórias de protagonistas da Sociedade União Rosariense, explicitando experiências laborais e sociais, bem como as aproximações que possivelmente concorreram para a efetivação e manutenção de um projeto coletivo desenvolvido por pessoas livres que, apesar da sua condição jurídica, não gozavam totalmente de liberdade.

Ainda que o recorte temporal do estudo aqui proposto esteja delimitado nos primeiros cinquenta anos deste associativismo (1915-1965), considerando o ciclo de vida de cada uma/um e de seus familiares apresentados neste capítulo, ultrapasso esse recorte temporal. Esta porosidade ocorre com o propósito de mostrar que descendentes de sócias e sócios continuaram vivendo experiências neste espaço coletivo de liberdade e cidadania até o início do século 21, preservando, ao longo deste tempo, memórias sobre vivências individuais e coletivas. Este estudo pretende colaborar para o fortalecimento e a visibilidade destas memórias.

De acordo com Maíra Ines Vendrame, que adota em suas pesquisas a perspectiva microanalítica, “a utilização do ‘método onomástico’ tem se mostrado caminho vantajoso para analisar as trajetórias familiares e estratégias utilizadas pelos indivíduos”<sup>822</sup>. Os historiadores Paulo Roberto Staudt Moreira e Miquéias H. Mugge alertam que “aqueles que

---

<sup>821</sup> VENDRAME, 2023, *op. cit.*, p.185.

<sup>822</sup> VENDRAME, María Ines. **O poder na Aldeia**: Redes sociais, honra familiar e práticas de justiça entre os camponeses italianos (Brasil – Itália). São Leopoldo: Oikos: Porto Alegre: ANPUH, 2016, p. 34.



se atrevem a fazer pesquisas nominais – principalmente de setores subalternizados -, sabem o quanto é difícil seguir trajetórias individuais e familiares e o quanto as trilhas que seguimos são marcadas por pistas fugidias, esparsas”<sup>823</sup>. Diante deste cenário, procurei acessar fontes diversas, como: assentos eclesiásticos de batismo e de casamento, registros civis de nascimento, casamento e óbito, registro de imóveis, fotografias salvaguardadas em acervos pessoais, Atas de reuniões de diretorias e assembleias gerais da SRBUR, fichas de associados, carteira profissional, carteira de motorista – *Chauffeur*, caderneta militar, jornal local, lápides mortuárias, diários de campo e entrevistas.

Este estudo descortina que a trajetória da Sociedade Recreativa Beneficente União Rosariense agregou dezenas de famílias que precisavam lidar cotidianamente com o fato de viverem em um território no qual a cidadania e a liberdade eram qualificadas a partir de linhas de cor, raça, classe, trabalho, dentre outros marcadores sociais. Seus nomes e sobrenomes<sup>824</sup> ficaram registrados na documentação produzida pela própria Sociedade União. O APÊNDICE L apresenta uma relação de nomes e sobrenomes masculinos, assinados no final das Atas, comprovando a participação em reuniões de diretoria e de assembleia geral realizadas no período de 1915 até 1941 e de 1959 até 1965, pela Sociedade Recreativa Beneficente União Rosariense. No APÊNDICE J, estão nomes e sobrenomes femininos que foram citados nas narrativas das Atas produzidas durante este período, sendo que alguns foram assinados no final de apenas 25, dentro de um total de 483 Atas. Desta forma, cito o nome completo de quem fazia parte desta coletividade, especialmente pensando que alguma pesquisadora ou algum pesquisador, no futuro, poderá se interessar e realizar estudos que vão além do nome e sobrenome de pessoas que

enfrentaram de perto os desdobramentos de uma ideia de raça que hierarquizava as pessoas e, não raras vezes, determinava espaços sociais a serem ocupados, ora na sociabilidade, ora no acesso à tão sonhada cidadania, ainda que muitos deles e delas compartilhassem com outros sujeitos, de outras tonalidades de pele, os mesmos espaços de trabalho.<sup>825</sup>

Nesta perspectiva, atento para reconstruir, mesmo que parcialmente, trajetórias de algumas destas pessoas que, juntamente com suas famílias, agiram para superar problemas comuns e reforçar laços de amizade e reciprocidade, e desta forma entender o seu lugar de

---

<sup>823</sup> MOREIRA, Paulo R. Staudt. MUGGE, Miquéias H. **Histórias de Escravos e senhores em uma região de imigração europeia**. São Leopoldo: Oikos, 2014, p. 113.

<sup>824</sup> Lélia Gonzalez que uniu saberes das ruas, dos terreiros e das salas de aula, percebeu que “negro tem que ter nome e sobrenome, senão os brancos arranjam um apelido...ao gosto deles”. (Fonte: BAIROS, Luiza. **Lembrando Lélia Gonzalez**, por Luiza Bairos. Disponível em: <<https://www.geledes.org.br/lembrando-lelia-gonzalez-por-luiza-bairros/>> Acesso em 25 abr. 2023). Neste estudo, é necessário considerar a utilização, por várias famílias negras, do sobrenome de seus antigos senhores/patrões à medida que avançam para o mundo da liberdade.

<sup>825</sup> SILVA, 2023, *op. cit.*, p. 274.

fala, sua dinâmica dentro da agremiação. Não perdendo de vista de que “dar a ver e dar a ler um passado é sempre uma versão aproximativa, que pressupõe voos da imaginação”<sup>826</sup>.

## 5.1 TRAJETÓRIAS E MEMÓRIAS DE FAMÍLIAS QUE AGIRAM PARA EXISTIR COLETIVAMENTE

Nos capítulos anteriores desta tese foram analisados fragmentos do contexto no qual nasceu e se fortaleceu a Sociedade Recreativa Beneficente União Rosariense. Ao longo deste capítulo apresento fragmentos da individualização dos/as agentes, reconstituindo trajetórias de famílias que a partir de 1915 se inseriram numa conjuntura maior de resistência, existência e resiliência. Segundo a historiadora Franciele Rocha de Oliveira, “os estudos das famílias negras têm demonstrado como a família por si só é uma forma de resistência, porque é possível construir apoio, afeto, solidariedade, casa e relações que são fundamentais para o grupo sobreviver e passar esse legado adiante”<sup>827</sup>. Como bem observou Franciele Rocha de Oliveira, no pós-Abolição homens negros “construíram laços e relações que andavam acompanhados de seus ancestrais, que tinham mães, avós, irmãs e esposas, mulheres negras que, também, participavam, ativamente, da composição social daquela organização”<sup>828</sup> coletiva de pertencimento.

Dentro do contexto brasileiro, o que aconteceu com mulheres e homens “de cor” depois do 13 de maio de 1888 e do 15 de novembro de 1889? Liberdade e cidadania! Isso era o que elas e eles desejavam. Mas, na prática, ser livre e ser cidadã e cidadão não tinha o mesmo significado, ou seja, a abolição da escravidão e o estatuto republicano haviam equiparado todas e todos na condição de “livres”, porém a hierarquia social firmou suas bases na cor da pele das pessoas.

Na capa do jornal “O Rosariense”<sup>829</sup> (ANEXO I), datado de 17 de abril de 1915, encontra-se a seguinte publicação:

---

<sup>826</sup> PESAVENTO, 2004, *op. cit.*, p. 186.

<sup>827</sup> MEDEIROS, Jéssica. O despertar da ancestralidade negra: da memória narrada ao FamilySearch. Doutoranda em História da UFSM, Franciele de Oliveira, reconstrói trajetórias sub-representadas e mostra que a genealogia também pode contar histórias de famílias negras. 20/11/1922. **Revista Arco Jornalismo Científico e Cultural**. Disponível em: <https://www.ufsm.br/midias/arco/o-despertar-da-ancestralidade-negra-da-memoria-narrada-ao-familysearch>. Acesso em 20 jun. 2023.

<sup>828</sup> OLIVEIRA, Franciele Rocha de. Trabalhadores negros criam União Familiar: Revivendo o mais antigo clube social negro de Santa Maria/RS. **História em Revista**, Pelotas, 42-68. V. 27/2, jul./2022, p. 44.

<sup>829</sup> O periódico “O Rosariense” de propriedade e direção de Oscar Araujo, foi fundado no ano de 1906, com duas publicações semanais (quarta-feira e sábados). Circulava por localidades do Rio Grande do Sul e tinha assinantes também na República Oriental do Uruguai. Enfatizando que Oscar Araujo era sócio do Clube Comercial de Rosário do Sul e, em 19 de dezembro de 1913, foi eleito orador desta agremiação. (Fonte: Jornal A Federação: Organ do Partido Republicano (RS) - 1884 a 1937, Dia 18/01/1914. HDBN. Disponível em: <http://memoria.bn.br/Doc Reader/388653/28642>. Acesso em 28 nov. 2023).

SOCIEDADE UNIÃO ROSARIENSE - Pelos **homens de côr** foi fundada nesta vila, uma associação de caráter recreativo, sendo eleito presidente o sr. Almir Soares, vice presidente Ignacio Francisco da Costa; Thesoureiro Percilio da Rosa; Secretário Benjamim Francisco dos Santos, Procurador Antônio Silveira, Diretor Manoel Maria dos Santos. A inauguração oficial da sociedade dar-se-há no dia 1º de Maio, com pomposo baile, tendo o sr. Carlos Araujo redactor-interino desta folha e sua exma. esposa, sido convidados para paranympchos da bandeira<sup>830</sup> da novel associação, aqual anguramos mil venturas.<sup>831</sup> (grifo meu).

Diante de um impedimento, no qual pessoas negras - pretas/mistas - não podiam frequentar espaços recreativos existentes na vila/cidade de Rosário como o Clube Comercial, fundado em 1909, elas criaram um projeto próprio tentando garantir seu direito social ao lazer. Ao mesmo tempo, agiam e se apresentavam na sociedade para além da visão negativa reservada às populações negras, tecendo imagens positivas de si mesmas por meio do associativismo.

Neste estudo a luz é lançada, principalmente, sobre os seguintes grupos familiares: as famílias de dois sócios fundadores, Almir Soares Barbosa e Olympio Josende da Rosa<sup>832</sup>; as famílias de três mulheres que agiram com maestria num contexto onde predominavam valores masculinos, Almedorina Rodrigues Siqueira, Umbelina Paulo Vaz e Brandina Ramos de Paulo; e duas famílias que continuaram agindo para manter a Sociedade atuante, a de Alice Osório Faleiro e Nadir Alves Faleiro e a de Zulmira Ramos Soares e Hélio Ferreira Soares. Por meio de Genogramas mostro três ou quatro gerações de famílias que tiveram vivências na Sociedade Recreativa Beneficente União Rosariense, e cujos membros participaram desta pesquisa, disponibilizando fontes de caráter verbal (depoimentos) e não verbal (fotografias e documentos escritos). Os Genogramas são aqui utilizados como forma de ilustrar o fio condutor de uma história social, portanto eles não mostram a complexidade das relações familiares vividas.

A escolha destas famílias está ligada principalmente aos meus laços de amizades que foram sendo construídos ao longo da pesquisa e às fontes/documentos encontradas/os, afinal a historiadora e o historiador trabalham a partir de traços e marcas que sobreviveram e que foram acessados durante o período de estudo, além de cruzar várias fontes com objetivo de

---

<sup>830</sup> Uma bandeira, diz José Murilo de Carvalho, é uma representação simbólica oficial, mas, é também idealização, emblema e imagem. (CARVALHO, José Murilo de. **A formação das almas**: o Imaginário da Republica no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 1990). Geralmente na Sociedade União, a bandeira ia à frente da delegação em eventos como desfiles na semana da Pátria, festejos de carnaval, nos quais a Sociedade se fazia representar e, nesse sentido, era o seu símbolo maior. Também a bandeira era hasteada em funerais de associados desta agremiação. (Ata 02/10/1932).

<sup>831</sup> O Rosariense, Anno X, nº 29, Rosário: Sábado, 17 de abril de 1915, p. 1 (final da 4ª coluna – matéria de capa).

<sup>832</sup> Nos documentos encontrados a grafia aparece de formas distintas: Olímpio Josende, Olympio Josende da Rosa, e Olímpio Josende da Rosa. Neste estudo será utilizado Olympio Josende da Rosa.

reforçar a certeza<sup>833</sup>. Segundo Maíra Ines Vendrame, “é possível fazer pesquisa com fontes de natureza diversas, ou com poucas fontes. É necessário ligar os fios, conhecer e entender o contexto”<sup>834</sup>. As diminutas provas documentais acessadas ficam longe de tornar possível a plena reconstrução de vidas dos que me dediquei a estudar e explicar suas escolhas e vivências. Mesmo assim, Paulo Roberto S. Moreira acredita que “isso, indubitavelmente, não nos isenta de opinar e construir versões verossímeis”<sup>835</sup>. A tentativa é de aproximação daquilo que aconteceu. Ponto que este está sendo o primeiro estudo sobre a Sociedade Recreativa Beneficente União Rosariense e os sujeitos e sujeitas que a viabilizaram. O propósito se pautou em contribuir para o debate acerca da experiência associativa negra no sul do Brasil e das agências de sujeitos negros e sujeitas negras neste processo.

## 5.2 PERSONAGENS REAIS FORJANDO LUGARES PARA O EXERCÍCIO DO TRABALHO E O ACESSO A DIREITOS

Como já evidenciado ao longo deste estudo, trabalhadores negros e trabalhadoras negras, ao saírem da condição de escravidão, ingressariam na cidadania e, segundo a visão senhorial, a liberdade e os direitos civis que dela derivam foram frequentemente vistos como uma ameaça, reversão da ordem estabelecida, perda de privilégios. Nesta perspectiva, a partir do momento no qual as formas escravistas de domínio perdiam força, novos meios de controle dos trabalhadores e das trabalhadoras iam sendo criados. Gradualmente, no decorrer do sistema escravista, a raça forneceu uma justificativa implícita para impedir a ampliação dos direitos civis aos cativos e às cativas à medida que se tornaram livres, ou seja, para manter velhas hierarquias políticas entre as pessoas que viviam em liberdade<sup>836</sup>. Dentro de um universo no qual os/as impedia de viver plenamente a cidadania e a liberdade, trabalhadores negros e trabalhadoras negras se uniram para fortalecer sua ancestralidade, forjar lugares e avançar na conquista de trabalho digno e direito ao lazer na sociedade de Rosário do Sul/RS.

De acordo com o historiador Álvaro Pereira do Nascimento, a ausência de diálogo entre a história do trabalho e as experiências negras pós-emancipação,

leva-nos a reafirmação da história única, marcada pela superioridade cultural e racial dos imigrantes que se avolumaram no Sudeste e Sul do país no fim da escravidão. Retira-nos o conhecimento de uma sociedade cuja diversidade racial era imensa, reduzindo-a à branquitude e à mestiçagem, estando a primeira nos melhores ofícios e posições e a segunda nos limites da pobreza e da sujeição<sup>837</sup>.

---

<sup>833</sup> JABLONKA, 2020, *op. cit.*, p. 183-184.

<sup>834</sup> VENDRAME, Maíra Ines. Diálogo na aula ministrada em 12/04/2023, na disciplina de Teoria e Metodologia da História II: **Vidas narradas entre fronteiras**: micro-história em movimento, biografia, trajetória e etnografia.

<sup>835</sup> MOREIRA, 2014, *op. cit.*, p. 94.

<sup>836</sup> ROSA, 2014. *op. cit.* ALBUQUERQUE, 2009, *op. cit.*

<sup>837</sup> NASCIMENTO, 2016, *op. cit.*, p. 610.

Nesta perspectiva é importante que sejam observados quais foram os destinos e as trajetórias das trabalhadoras negras e dos trabalhadores negros após o dia 13 de maio de 1888<sup>838</sup>, bem como as relações estabelecidas após esta data, tanto no que tange ao trabalho quanto às questões relacionadas à família, ao cotidiano e ao associativismo.

Ao pesquisar e escrever sobre as inserções profissionais e associativas de Aurélio Viríssimo de Bittencourt<sup>839</sup>, durante o Império e primeiros anos da República, no Brasil, o historiador Paulo Roberto S. Moreira enfatiza que

Atualmente, estudar um indivíduo significa investigar os seus vínculos, as suas afetividades, afinidades e animosidades. Tratar de um indivíduo não é mais simplesmente enaltecer a sua relevância política e a autonomia e repercussão de seus atos. Fazer emergir historicamente um indivíduo é localizá-lo na interdependência de suas relações, sob os mais diversos prismas<sup>840</sup>.

A partir das andanças, dos registros escritos e fotográficos, dos diálogos que o diário de campo e a história oral viabilizaram, foi possível acessar um número maior de indícios e fragmentos da história/trajetória de apenas dois dos vinte e três sócios fundadores da Sociedade Recreativa União Rosariense. O fio que perpassa os dois sujeitos - Almir Soares Barbosa (1887-1955) e Olympio Josende da Rosa (1881-1981) - carrega experiências comuns: provavelmente eles nasceram livres em decorrência da Lei 2.040 de 28 de setembro de 1871, popularmente nomeada de Lei Ventre Livre<sup>841</sup> (1871-1888); não eram nascidos no município de Rosário do Sul; eram homens negros urbanos; foram pais de família; se tornaram condutores de carros - *Chauffeurs* (Figuras 38 e 39) – e eram sujeitos que viviam “entre-lugares”<sup>842</sup>.

---

<sup>838</sup> Sobre os mundos do trabalho da capital do estado do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, ver: MOREIRA, Paulo Roberto Staudt. *Mundos do trabalho no imediato pós-abolição* (Porto Alegre, RS). In: MACEDO, José Rivair; MOREIRA, Paulo Roberto Staudt; BARROSO Vera Lucia Maciel. (orgs.). **Racismo, relações de poder e história negra em Porto Alegre: séculos XIX – XX**. Centro Histórico-Cultural Santa Casa. Porto Alegre: Evangraf: ISCMPA, 2023, p. 122 -149.

<sup>839</sup> Para conhecer a trajetória de Aurélio Viríssimo de Bittencourt (01/10/1849 +23/08/1919) ver: MOREIRA, 2014, *op. cit.* Ver também: PERUSSATTO, 2018, *op. cit.*

<sup>840</sup> MOREIRA, 2014, *op. cit.*, p. 92.

<sup>841</sup> Lei de 28 de Setembro de 1871. Art. 1 “§ 1º [...] Chegando o filho da escrava a esta idade [8 anos], o senhor da mãe terá opção, ou de receber do Estado a indenização de 600\$000, ou de utilizar-se dos serviços do menor até a idade de 21 annos completos. No primeiro caso, o Governo receberá o menor, e lhe dará destino, em conformidade da presente lei. A indenização pecuniaria acima fixada será paga em títulos de renda com o juro annual de 6%, os quaes se considerarão extinctos no fim de 30 annos. A declaração do senhor deverá ser feita dentro de 30 dias, a contar daquelle em que o menor chegar á idade de oito annos e, se a não fizer então, ficará entendido que opta pelo arbitrio de utilizar-se dos serviços do mesmo menor.” Disponível em: <[https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/lim/lim2040.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lim/lim2040.htm)> Acesso em 5 ago. 2023.

<sup>842</sup> Conceito dos estudos culturais pós-coloniais provindo da produção teórica de Homi Bhabha. (BHABHA, Homi K. **O local da cultura**; Tradução de Myriam Ávila, Eliana Lourenço de Lima Reis, Gláucia Renate Gonçalves. 2ª ed. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2013).

Uma das estratégias criadas por negros e negras em Rosário do Sul foi a fundação e a manutenção de um associativismo que possibilitava afirmação identitária, sociabilidade, inserção social, expressão e valorização de suas próprias experiências. Na SRBUR, as relações ocorriam entre os “iguais”<sup>843</sup> enquanto pertencentes à raça negra, e no cotidiano, no trabalho, onde se relacionavam com sujeitos de outras tonalidades de pele. Nesse sentido, as associadas e os associados viviam e sobreviviam “entre aqueles cuja própria presença é “vigiada” no sentido de controle social”<sup>844</sup>, em fronteiras maleáveis e porosas que, ao mesmo tempo que restringiam, também permitiam o contato, trocas de valores e posturas, produzindo sentidos diversos de identidades e estranhamentos<sup>845</sup>. Estes entre-lugares possibilitavam que a fronteira fosse “o lugar a partir do qual algo começa a se fazer presente”<sup>846</sup> no pós-Abolição.

Com a instauração do regime republicano, em 15 de novembro de 1889, a administração municipal ganhou novo formato. As câmaras municipais deram lugar aos Conselhos de Intendência Municipais, instituições que, nos termos da lei, tinham grande autonomia, amparada pela Constituição Federal de 1891<sup>847</sup>. A partir de então cabia à Intendência criar estratégias e ações no sentido de modernizar a cidade<sup>848</sup>. A Vila de Rosário que estava recebendo novos moradores (Quadro 1) e se “modernizando” (Capítulo 2) exigia intervenções no intuito de regularizar o tráfego de veículos motorizados (Figura 40). Os condutores, ou *Chauffeurs*, deveriam comprovar que estavam aptos para exercer este ofício. No Acervo do Museu Municipal General Honório Lemes encontra-se o livro com os registros de condutores de Rosário. Neste livro está presente a matrícula de dois sócios fundadores da SRBUR, como mostram as Figuras 38 e 39.

---

<sup>843</sup> Embora Fanon sugerir que “não existe apenas um negro, existem negros”, observa-se que na SRBUR também existiam diferenças dentro da igualdade. (FANON, Frantz. **Pele negra, máscaras brancas**. São Paulo: Ubu Editora, 2020).

<sup>844</sup> BHABHA, 2013, *op. cit.*, p. 374.

<sup>845</sup> VOLPE, Miriam Lidia. **Geografias de exílio**. Juiz de Fora - MG: Ed. UFJF, 2005.

<sup>846</sup> BHABHA, 2013, *op. cit.*, p. 25.


<sup>847</sup> De acordo com o Título III, Art. 68, “Os Estados organizar-se-ão de forma que fique assegurada a autonomia dos Municípios em tudo quanto respeite ao seu peculiar interesse.”. BRASIL. Artigo 68 da Constituição Federal de 24 de Fevereiro de 1891. Disponível em: <[https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao91.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao91.htm)>. Acesso em 24 ago. 2023.

<sup>848</sup> Sobre a constituição do transporte urbano nas primeiras décadas do período republicano ver: RODRIGUES, Luiz Fernando dos Santos da Silva. **Entre o trote dos cavalos e o ronco dos motores**: Os trabalhadores do setor dos transportes urbanos de Santa Maria no pós-Abolição (1898 – 1937). Dissertação (Mestrado em História) Programa de Pós Graduação em História pela Universidade Federal de Santa Maria, 2024.

Figura 38 - Matrícula de Chauffeur – 1926.

Ely 11

CADERNETA N.º 11

Nome e signaes caracteristicos	Photographia do Chauffeur
Nome <i>Almir Soares Barbosa</i>	
Idade <i>38 annos</i>	
Nacionalidade <i>Brasileira</i>	
Domicilio <i>Rosario</i>	
Côr <i>Abjeto</i>	
Cabellos <i>pretos</i>	
Altura <i>1m, 68</i>	
Signaes particulares	


**OBSERVAÇÕES**  
*Foi expedida cadernetã em 29 de Junho de 1926.*

Fonte: Livro de Registro das Matrículas de *Chauffeurs* – Intendência Municipal de Rosário (29/06/1926, p. 11). Acervo do Museu Municipal General Honório Lemes – Rosário do Sul, RS.

Figura 39 - Matrícula de Chauffeur – 1927.

Ely 90

CADERNETA N.º 90

Nome e signaes caracteristicos	Photographia do Chauffeur
Nome <i>Olympio Yosende</i>	 <p style="text-align: center;">Intendencia Municipal Rosario</p>
Idade <i>38 annos</i>	
Nacionalidade <i>Brasileiro</i>	
Domicilio <i>Rosario</i>	
Côr <i>Preto</i>	
Cabellos <i>pretos</i>	
Altura <i>1m, 65</i>	
Signaes particulares	

**OBSERVAÇÕES**  
*Foi expedida cadernetã em 11-4-1927.*

Fonte: Livro de Registro das Matrículas de *Chauffeurs* – Intendência Municipal de Rosário (11/04/1927, p. 90). Acervo do Museu Municipal General Honório Lemes – Rosário do Sul, RS.

### 5.2.1 Almir Soares Barbosa

No dia 24 de setembro de 1887, em São Gabriel/RS, nasceu Almir, “pardo, filho natural de Malvina de Azambuja e de Procópio Rodrigues Soares”<sup>849</sup>. O ofício de Procópio era criador e da Malvina afazeres domésticos. Almir foi batizado no dia 2 de abril de 1888 pelo vigário Leonardo Felipe Fortunato, na matriz de São Gabriel, pertencente à Igreja Católica Apostólica Romana e seus padrinhos foram Dr. Diocleciano Patricio de Azambuja<sup>850</sup> e Celanira de Azambuja. No contexto de pós-Abolição, segundo as reflexões da historiadora Letícia B. S. Guterres, é possível que a atitude de convidar padrinhos como doutor Diocleciano “estaria relacionada ao sentido de (re) inserção com segmentos sociais que, de algum modo, estariam em patamares mais elevados”<sup>851</sup>.

O jovem Almir Soares Barbosa, com vinte e três anos de idade, na tarde de 15 de janeiro de 1910, contraiu matrimônio com Octília Azambuja<sup>852</sup>. “Ela solteira de vinte e um anos de idade, filha natural de Delicarliense<sup>853</sup> Patrício Azambuja e de Maximinea<sup>854</sup> da Rosa natural deste estado e residente nesta cidade”<sup>855</sup>. Sebastião Menna Barreto, criador e Alfredo de Faria Correa, comerciante, testemunharam este enlace matrimonial. Aqui é importante observar que na certidão eclesiástica de matrimônio<sup>856</sup> de Almir e Octília não constam os

---

<sup>849</sup> Livro 11 de Assentamento de Batismos da paróquia Nossa Senhora Auxiliadora, município de Bagé, folha 41 v. – Acervo da Mitra Diocesana de Bagé, RS. Neste registro foi citado o nome da mãe, do pai, do padrinho e da madrinha de Almir, indicando assim certo reconhecimento social da família Azambuja.

<sup>850</sup> Deocleciano Patrício de Azambuja (1859-1911) era médico formado na então capital do Brasil, Rio de Janeiro. Atuou como chefe da Clínica Oftalmológica do professor Moura Brasil, na Policlínica Geral do Rio de Janeiro. Quando retornou para sua cidade natal (São Gabriel/RS) atendia crianças e adultos em sua “Clínica Médico-Oculista”, localizada ao lado da Praça Matriz, nº 37. (Fontes: Justificação de dívida. (São Gabriel). N: 1379; M: 50; E: 107 - João Bento Pereira Soares & Deocleciano de Azambuja, (1901). Justificação de dívida. (São Gabriel), N: 1394; M:50; E: 107. Fiúzo Francisco Gonçalves & Deocleciano de Azambuja, (1908). Acervo do APERS. Porto Alegre, RS. Devido a importância social atribuída ao seu ofício de médico, e também por pertencer a uma família tradicional, em 29 de dezembro de 1952, Deocleciano Azambuja foi homenageado com a denominação de uma rua da então Vila Capiotti, atual zona urbana do município de São Gabriel/RS. (Fonte: Lei Ordinária Municipal nº 64 de 1952, artigo 7º, p. 137. Disponível em: <https://www.camarasg.rs.gov.br/proposicoes/Leis-ordinarias/1952/1/0/15341>. Acesso em 8 jan 2024.

<sup>851</sup> GUTERRES, Letícia Batistella Silveira. **Para além das fontes:** im/possibilidades de laços familiares entre livres, libertos e escravos (Santa Maria, 1844-1882). Dissertação (Mestrado em História) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2005, p. 113.

<sup>852</sup> Nos registros civis-cartoriais (casamento de Octília e óbito das três filhas – Marina, Marília e Maximília) aparecem diferentes formas da escrita do nome - Octília e Otilia. Neste estudo será utilizado Octília Azambuja Soares.

<sup>853</sup> Nos registros civis-cartoriais (casamento e óbito de Octília e nascimento de Marília) aparecem grafias divergentes: Delicardiense, Delicarliense e Delicardêncio.

<sup>854</sup> Nos documentos oficiais aparece redação distinta das grafias em relação ao nome da mãe de Octília Azambuja: Maximinea da Rosa (registro de casamento) e Maximília da Rosa (registro de óbito).

<sup>855</sup> Casamento de Almir Soares Barbosa e Otilia Azambuja, São Gabriel, 15 de janeiro de 1910. Disponível em: < <https://www.familysearch.org/ark:/61903/3:1:3QS7-89L5-3JM8?cat=23599>>. Acesso em 10 de out. 2023.

<sup>856</sup> Livro 08 de Assentamento de Matrimônio da paróquia Arcanjo São Gabriel, município de São Gabriel, folha 88 v. – Acervo da Mitra Diocesana de Bagé/RS.



nomes das mães do noivo e da noiva, talvez pelo fato de não serem casadas legitimamente na Igreja Católica.

Ao observar o assento eclesiástico de batismo e o registro de casamento civil constatam-se dados divergentes em relação ao sobrenome da mãe do idealizador da Sociedade Recreativa União Rosarienses: o primeiro documento informa que é Azambuja, e o segundo, registra Barbosa. Em documentos civis cartoriais como registros de nascimento e de óbito das filhas de Almir, consta o sobrenome da senhora Malvina “Barbosa”. Além disso, Almir assinou seu nome em sua Carteira Profissional<sup>857</sup> (Figura 41) como “Almir Soares Barbosa”. Desta forma, dialogando com os estudos já realizados pelo historiador Paulo R. S. Moreira, é possível imaginar que a própria Malvina tenha manejado um sobrenome de prestígio – Azambuja – para que o padre registrasse o nome do pai do Almir no assento eclesiástico de batismo<sup>858</sup>. Mas, também pode ser que o sobrenome da mãe ou do pai da Malvina era “Barbosa”.

A investigação sobre a trajetória do idealizador de um associativismo negro na Vila de Rosário foi iniciada por meio da leitura das Atas da Sociedade União e da história oral enquanto arte de escuta baseada em um conjunto de relações<sup>859</sup> – diálogo, memória e o cruzamento de múltiplas fontes alcançadas e sugeridas pelas pessoas interlocutoras, participantes deste processo de pesquisa, análise e escrita. Nesse sentido, também foi possível observar as relações - mesmo as étnicas - entre as famílias Rodrigues, Soares, Barbosa, Azambuja, Rosa, Borges, Alves e Pereira.

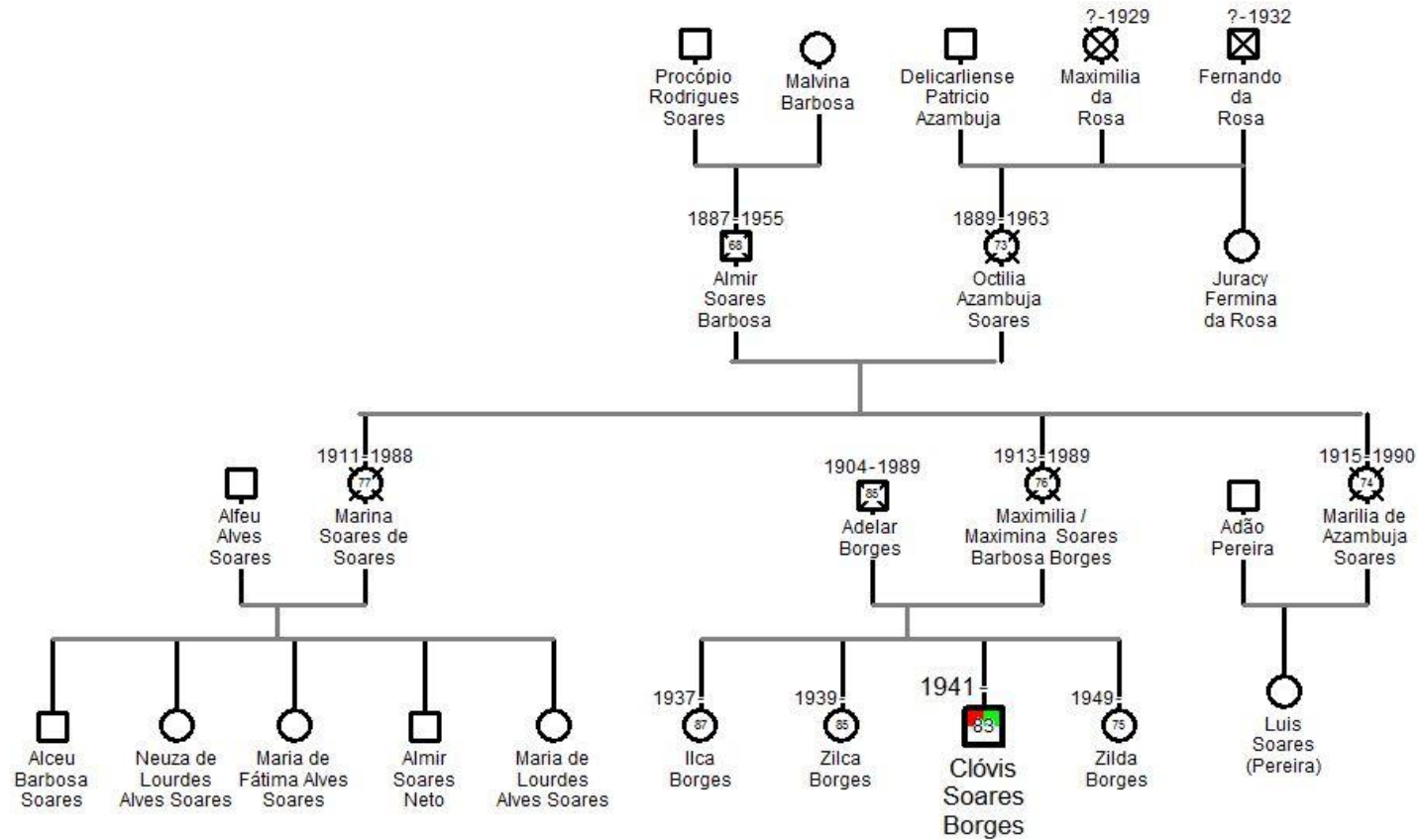
---





<sup>857</sup> Carteira Profissional de Almir Soares Barbosa – Departamento Nacional do Trabalho nº 82241 – 23/09/1937.

<sup>858</sup> Sobre práticas de nomeação ver: WEIMER, Rodrigo de Azevedo. **Os nomes da liberdade**. Ex-escravos na serra gaúcha no pós-Abolição. São Leopoldo: Oikos, 2008.

<sup>859</sup> PORTELLI, 2016, *op. cit.* p. 18.

**Genograma 1 - Família de Octília Azambuja Soares e Almir Soares Barbosa.**



<p>Símbolos do Genograma</p>  <p>Masculino</p>  <p>Feminino</p>	<p>Relacionamento familiar</p>  <p>Casamento ou relação que gerou filhos/as</p>	 <p>Homem entrevistado e que disponibilizou documentos salvaguardados pela sua família</p>
---	--	---

Fonte: Elaborado por Elaine Smaniotto através do software GenoPro tendo como fontes principais livros paroquiais, registros civis-cartoriais e entrevista com Clóvis Soares Borges no dia 24 de setembro de 2022 em Canoas (RS)

Alguns anos após o casamento, Almir Soares Barbosa e sua esposa Octília Azambuja Soares, passaram a residir na Vila de Rosário<sup>860</sup> e prestar serviços à família Vasconcellos. “Almir veio para Rosário em uma baixa dos militares de São Gabriel<sup>861</sup>. A família Vasconcellos descobriu que lá havia motorista e aí foi buscar. O tio Almir passou a trabalhar de *Chauffeur* da família Vasconcellos”<sup>862</sup>; já Octília tornou-se babá de Eva, filha de Oliverio Ramos de Vasconcellos e Anathalya Ortiz de Vasconcellos, uma família tradicional de Rosário, proprietária da Estância Santa Otília<sup>863</sup>. Como foi apresentado anteriormente (Figura 38), Almir recebeu a caderneta de *Chauffeur*, expedida pela Intendência Municipal de Rosário, somente em 29 de junho de 1926, e, desta forma, legalizava o seu ofício.

**Figura 40 - Chauffeur Almir Soares Barbosa – década de 1930.**



Fonte: Acervo Pessoal de Clóvis Soares Borges.

Nota: Da esquerda para a direita: Almir Soares Barbosa e (?)

---

<sup>860</sup> Durante a pesquisa, “na arte da escuta” e anotações no diário de Campo, concluí que membros das famílias Rosa e Soares Barbosa foram escravizados por familiares de Delicarliense Patrício Azambuja. Então, sair da cidade de São Gabriel era uma forma de fugir do estigma da escravidão. Lares destruídos pela escravidão lutavam para se afirmar e se espriar após a emancipação.

<sup>861</sup> Para comprovar a passagem de Almir pelo setor militar do município de São Gabriel dialoguei com as seguintes instituições: 13ª Companhia de Comunicações Mecanizada, 6º Batalhão de Engenharia de Combate e 9º Regimento de Cavalaria Blindado, porém nada foi encontrado pelos secretários destas instituições, uma vez que apenas eles podem acessar os arquivos/acervos destes Quarteis.

<sup>862</sup> Entrevista com Dirceu Ramos Soares no dia 22 de fevereiro de 2022 em Rosário do Sul (RS).

<sup>863</sup> Diálogo com João Fernando Vasconcellos Osório, que é filho de João Alves Osório (prefeito de Rosário do Sul no período de 1964 até 1969) e Eva de Vasconcellos Osório. O interlocutor é neto de Anathalya Ortiz de Vasconcellos e de Olivério Ramos de Vasconcellos. E Olivério é irmão de Ananias Vasconcellos que em 1933, vendeu um terreno localizado na Rua Bento Martins para Almir Soares Barbosa. (Diário de campo – 28 de julho de 2023 em Rosário do Sul, RS).

De acordo com a carteira profissional emitida em 1937 (Figura 41), a cor de Almir Soares Barbosa era parda<sup>864</sup>. O mesmo documento informa que ele nasceu em 24 de setembro de 1888<sup>865</sup>, casou com Octília Azambuja Soares, era pai de três filhas - Marina, Maximília e Marília – tinha a profissão de *Chauffeur* e a instrução primária como formação. Além disso, podemos verificar no registro que Almir havia sido contratado pela empresa Lavoura de Arroz Santa Otília, município de Rosário, trabalhando nela durante as décadas de 1930 e 1940. Esta propriedade agrícola pertencia a Olivério Ramos de Vasconcellos, sua esposa Anathalya Ortiz de Vasconcellos e seus filhos Mário Ortiz de Vasconcellos e Eva Ramos de Vasconcellos.

**Figura 41 - Carteira Profissional de Almir Soares Barbosa – 1937.**



Fonte: Acervo Pessoal de Clóvis Soares Borges.

Nas lembranças de Clóvis Soares Borges<sup>866</sup>, neto de Almir, “depois que faleceu o seu Olivério<sup>867</sup>, o meu avô trabalhou para o Mário Vasconcellos que foi prefeito em Rosário<sup>868</sup> e

<sup>864</sup> Na caderneta de *Chauffeur* (Figura 38) consta a cor “mista”. No Registro Civil de Óbito de Almir Soares Barbosa, na categoria cor, também está anotado “mista”. Registro Civil de pessoas Naturais. Comarca Rosário do Sul/RS, Certidão de Óbito, 5 de outubro de 1955. Livro: C-11 – Folha 75v – Termo: 7440.

<sup>865</sup> No assento eclesiástico de batismo informa que a data de nascimento de Almir é 24 de setembro de 1887, e na lápide mortuária - Cemitério Municipal São Sebastião de Rosário do Sul – consta 24/09/1888.

<sup>866</sup> Clóvis Soares Borges é filho de Adelar Borges e Maximina Soares Barbosa Borges. Neto de Almir Soares Barbosa e Octília Azambuja Soares. Seguindo o exemplo de seus avós e pais, o interlocutor Clóvis também participou de agremiações como: Presidente do Cassino dos Suboficiais e Sargentos da Guarnição de Porto Alegre (CSSGAPA) (1998 – 2003), Diretor Social do Canoas Country Club (1990 – 1992) e Diretor Social do Grêmio Recreativo Geraldo Santana de Porto Alegre (2000 – 2003).

<sup>867</sup> Aqui é importante pontuar que Olivério e Ananias eram os filhos de José Rodrigues de Vasconcellos e possuíam muitos bens ligados ao ramo do comércio, indústria, agricultura e pecuária. Também Olivério Ramos de Vasconcellos foi um dos sócios fundadores do Clube Comercial de Rosário. (Fonte: Diário Oficial, nº 1549, 29 de março de 1944, p. 886- 887).

<sup>868</sup> Mário Ortiz de Vasconcellos – Prefeito do município de Rosário do Sul no período de 1947 até 1951.

aí ele viajava muito”<sup>869</sup>. (Figura 41). Almir era uma “pessoa de confiança, braço direito da família Vasconcellos”<sup>870</sup>.

No Brasil, na década de 1930, houve o processo de implantação da carteira de trabalho e os empregadores Vasconcellos procuraram se adequar assinando a carteira de trabalho de seus funcionários. Nesse caso, assinaram a carteira de trabalho de Almir enquanto *Chauffeur*, com salário mensal de trezentos mil reis. O primeiro salário-mínimo foi instituído em julho de 1940 através do Decreto-Lei 2.162/1940, e o valor era de duzentos e quarenta mil réis. Almir, portanto, recebia pouco mais do que o havia sido definido como o ordenado para atender às necessidades básicas de vida dos trabalhadores e das trabalhadoras.

Beatriz Ana Loner, ao analisar “o perfil do trabalhador gaúcho na década de 1930”, destaca que a carteira de trabalho, segundo Alexandre Marcondes Filho (Ministro do Trabalho do governo de Getúlio Vargas, entre 1941-1945), “deveria trazer direitos aos trabalhadores, mas também representava uma espécie de resumo da vida profissional do mesmo, pois ao trazer todas as anotações de onde trabalhou, se transformava também em uma espécie de sinalizador aos seus patrões”<sup>871</sup>.

Na obra “Rosário do Sul através do tempo: apontamentos de Mário Ortiz de Vasconcellos” organizada por Mara Regina Miranda de Souza encontrei indícios de que o trabalho realizado por Almir Soares Barbosa ia além de ser *Chauffeur* da família Vasconcellos.

Na evocação das minhas lembranças juvenis nunca esqueci a “gripe espanhola”, que ceifou, sem piedade, centenas e centenas de vítimas em Rosário. Lembro-me, também, quando toda a família ardia em febre; na nossa casa só ficaram de pé eu e o **Mistoque (grande empregado do meu pai e meu amigo)**; fui o único ser disponível a ajudá-lo a colocar os mortos na carroça da prefeitura, que passava sempre depois do almoço pela rua onde morávamos [...] Cheio das estórias contadas no galpão da estância, eu, no princípio tinha medo de ajudar o Mistoque, mas como ele me dizia que se deixássemos os mortos ali nós pegariamos a peste, e morreríamos também, eu resolvi ajuda-lo!<sup>872</sup> (grifo meu)

O nome deste “grande empregado de meu pai”, preocupado com a saúde da coletividade rosariense, era Almir Soares Barbosa, homem negro, trabalhador, pai de família e sócio fundador da Sociedade Recreativa União Rosariense. Seu nome, no entanto, não é

---

<sup>869</sup> Entrevista com Clóvis Soares Borges no dia 24 de setembro de 2022 em Canoas (RS).

<sup>870</sup> Palavras de João Fernando Vasconcellos Osório (Diário de campo – 28 de julho de 2023 em Rosário do Sul, RS).

<sup>871</sup> LONER, Beatriz Ana. Um perfil do trabalhador gaúcho na década de 1930. In: Vestígios do Passado – a história e suas fontes. **IX Encontro Estadual de História** – ANPUH-RS. 2008, p.4. Disponível em: [http://eeh2008.anpuh-rs.org.br/resources/content/anais/1212160238\\_ARQUIVO\\_BeatrizLoner-compl.pdf](http://eeh2008.anpuh-rs.org.br/resources/content/anais/1212160238_ARQUIVO_BeatrizLoner-compl.pdf). Acesso em 17 maio 2024.

<sup>872</sup> SOUZA, Mara Regina Miranda de. **Rosário do Sul através do tempo** – apontamentos de Mario Ortiz de Vasconcellos. Porto Alegre: Alcance, 2004, p. 35.

citado na referida obra. Como foi evidenciado no capítulo 3 desta tese, a Sociedade União, em 1941 (Ata 13/05/1941), tendo o próprio Almir em sua presidência, auxiliou financeiramente a construção de um novo pavilhão em benefício do Hospital Nossa Senhora Auxiliadora de Rosário. Este pavilhão era para atender os “tuberculosos”<sup>873</sup>. Na obra “Hospital de Caridade Nossa Senhora Auxiliadora”<sup>874</sup>, patrocinada pela Prefeitura Municipal de Rosário do Sul, Cooperativa Agroindustrial de Rosário do Sul Ltda, Instituto de Oftalmologia de Rosário do Sul, Renal Clínica, Unimed e Laboratório Pró análise, também não consta a ajuda financeira prestada por um segmento populacional negro rosariense. Assim sendo, tanto cidadãos negros e cidadãs negras como instituições negras estão invisíveis na historiografia rosariense<sup>875</sup>.

Na representação do Genograma 1, apresentado anteriormente, identifiquei que, entre os anos de 1911 e 1915, nasceram as três filhas de Almir Soares Barbosa e Octília Azambuja Soares. Na Figura 42, podemos ver Marina com 12 anos, a Maximília com 10 anos e Marília com 8 anos. Observa-se que as três filhas do casal têm nomes cuja inicial é a letra M (Marina, Maximília e Marília), remetendo à mesma letra que inicia os nomes da mãe do Almir (Malvina) e da mãe de Octília (Maximília), talvez indicando respeito com a figura materna. As três meninas posam para a fotografia de vestidos claros, sapatos escuros e, ao que parece, cabelos quase alisados. Em um contexto pós-Abolição, principalmente para tirar retratos e participar de eventos, o cabelo das meninas e das mulheres negras sofria interferências, talvez, era uma estratégia para dissociar-se dos estigmas associados aos negros. Assim, da mesma forma que a imagem fotográfica representa ela comunica, transmite significados reais.

---

<sup>873</sup> ANDREAZZA, Romeu. **Hospital de Caridade Nossa Senhora Auxiliadora**. Rosário do Sul: Gráfica Saran. 2005, p. 128.

<sup>874</sup> *Ibidem*.

<sup>875</sup> Aqui é importante citar uma exceção. PRATES, Eloísa. **Pelo Escuro**: Nasce a cor da poesia. Curitiba: Appris, 2020. Trata-se de um livro que aborda aspectos da vida, a obra e a construção da consciência negra do poeta rosariense Oliveira Ferreira da Silveira.

**Figura 42 - Marília, Marina e Maximília – 1923.**



Fonte: Acervo Pessoal de Clóvis Soares Borges.

Nota: As três filhas de Almir Soares Barbosa e Octília Azambuja Soares.

A Figura 43 comprova relações associativas e familiares. A fotografia de Maximília Soares Barbosa, uma adolescente com 14 anos de idade, foi produzida e assinada (no canto direito inferior) pelo fotógrafo Romário Lopes que, como já afirmei anteriormente nesta tese, fazia parte da diretoria da Sociedade União. Certamente, um dos objetivos desta produção fotográfica era demonstrar gestos de carinho e afeto entre a neta Maximília e seus avós paternos, Procópio e Malvina, e avós maternos, Delicardiense e Maximília, uma vez que no verso da fotografia está escrito: “Aos meus queridos avós e família ofereço a minha fotografia em sinal de minha real amizade de vossa neta que muito vos quer e estima. Maximília S. Barbosa. Rosário 16 de abril de 1927”. A fotografia também reflete, por meio da vestimenta e adereços da adolescente, a ascensão social da família Soares Barbosa conquistada na Vila/Cidade de Rosário. No entendimento da pesquisadora Sandra S. M. Koutsoukos, a fotografia “individual ou em família podia ser o ‘alento’, ou até a ‘prova’ visual para eles mesmos, e para amigos e parentes distantes, de que sua luta estava valendo a pena”<sup>876</sup>.

---

<sup>876</sup> KOUTSOUKOS, 2010, *op. cit.*, p. 88.

**Figura 43 - Maximília Soares Barbosa (16/04/1927).**



Fonte: Acervo Pessoal de Clóvis Soares Borges.

Almir e Octília, no ano de 1933, adquiriram um terreno, com uma casa de material coberta de zinco, localizado na Rua General Bento Martins, nº 2650, próxima da linha férrea, por 2 contos de reis. O transmitente deste imóvel foi Ananias Vasconcellos e sua esposa Dolila Silveira Vasconcellos<sup>877</sup>. De acordo com as lembranças do interlocutor Herotildes Prestes da Silveira, nascido em 1936 na residência de seus pais, localizada na Rua General Bento Martins, em frente à propriedade adquirida por Almir e Octília, no final da década de 1930 “um irmão do Almir, cujo apelido era Guri, construiu esta casa aqui que existe até agora (Figura 44). Foi construída pelo irmão do seu Almir”. No frontão triangular, “ele fez com cimento, a mesma frente que tem na casa grande. Muitas vezes me perguntam, ‘por que tem aquele formato?’. Eu digo que foi o construtor que fez, o cara era bom e fez a imitação, uma miniatura na própria casa”.<sup>878</sup>

<sup>877</sup> Registro de Imóveis de Rosário do Sul. Certidão. Livro 3/D, folha 49, nº 6.759. Data: 03/11/1933

<sup>878</sup> Entrevista com Herotildes Prestes da Silveira no dia 29 de abril de 2023 em Rosário do Sul (RS).



**Figura 44 - Residência que pertencia à família Soares Barbosa – 2023.**



Fonte: Acervo Pessoal de Elaine Smaniotto.

Nota: Residência localizada na Rua General Bento Martins, nº 2650, Centro, Rosário do Sul/RS

O interlocutor Clóvis Soares Borges, que até seus 9 anos de idade conviveu com seu avô Almir, tem em sua memória que “aqui na frente desta casa tinha o escritório do meu avô porque na época do seu Olivério Ramos de Vasconcellos, ele era motorista e gerente de bens que o seu Olivério tinha. Então o seu Olivério comprava bois e o seu Almir, gerenciava os negócios”<sup>879</sup>. Clóvis pontua que “esta casa tinha 4 quartos grandes. Depois meu pai (Adelar Borges) comprou o terreno ao lado, fez a casa e nós mudamos daqui para ali. Foi aonde eu me criei. [...] Eu nasci em 1941, minha lembrança é do trem passando ali. Indo e vindo de Livramento”, uma vez que a linha férrea se localizava bem próxima da residência em que habitavam. A água que abastecia a casa provinha de “um poço cavado com aproximadamente 8 metros de profundidade”<sup>880</sup>, localizado ao lado direito da casa. Com o auxílio de cordas e baldes, a água era retirada e utilizada nos afazeres domésticos e na higiene pessoal da família Soares Barbosa e também era disponibilizada para os vizinhos.

Em fevereiro de 1941, a família de Almir Soares Barbosa adquiriu seis quadras de terras localizadas no subúrbio da cidade, local denominado Olaria, no prolongamento da Rua Amaro Souto, e o valor pago por esta propriedade foi dez contos de reis<sup>881</sup>. Clóvis Soares Borges conta que “a família da minha tia Marina morava lá na chácara do meu avô. O meu tio, o Alfeu, era chefe dos eletricitistas da *Swift Armour*”<sup>882</sup>. Mesmo a propriedade estando localizada próxima ao centro urbano, possuía características rurais. Em seu entorno, eram

<sup>879</sup> Entrevista com Clóvis Soares Borges no dia 24 de setembro de 2022 em Canoas (RS).

<sup>880</sup> Entrevista com Herotildes Prestes da Silveira no dia 29 de abril de 2023 em Rosário do Sul (RS).

<sup>881</sup> Registro de Imóveis de Rosário do Sul. Certidão. Livro 3-G, folha 7, nº 10.110. Data: 12/02/1941

<sup>882</sup> Entrevista com Clóvis Soares Borges no dia 24 de setembro de 2022 em Canoas (RS).

cultivadas hortaliças e árvores frutíferas. Desenvolviam a criação de animais bovinos, suínos, ovinos e aves. Clóvis lembra que na casa de sua avó Octília “sempre tinha doce. Esses doces eram feitos na chácara. No tempo de pêra, a gente quase morria descascando pêra para fazer os doces (risos)!. Também era feito doce de figo, doce de laranja, sempre tinha doce em casa”<sup>883</sup>. Herotildes Prestes da Silveira, vizinho, afilhado de Adelar Borges e amigo de Clóvis, enfatiza que a dona Octília “era uma pessoa muito comunicativa, e quando a gente chegava lá ela sempre ofertava café e doces. Sabe que guri gosta de doçura, né. Eu sempre gostei de doçura (risos e lágrimas)!”<sup>884</sup>.

Segundo o interlocutor Clóvis na Figura 45 está o registro fotográfico do casal Octília e Almir na Praça XV de Novembro, uma das mais antigas e tradicionais da cidade de Porto Alegre, também conhecida como Largo do Paraíso. A presença deles na capital do estado, nos remete a imaginar que os mesmos costumavam participar de eventos promovidos por Sociedades Recreativas, visitar amigos, amigas ou parentes. O casal escolheu um momento para parar em frente aos arbustos verdes existentes neste espaço público, fazer uma pose, ombros alinhados, olhar fixo para a câmera, semblante sério e possibilitar o registro do corpo inteiro, determinando assim como sua imagem seria mostrada, vista e lembrada.

**Figura 45 - Octília Azambuja Soares e Almir Soares Barbosa – década de 1940.**



Fonte: Acervo Pessoal de Clóvis Soares Borges.

Nota: Praça XV de Novembro – Porto Alegre/RS.

---

<sup>883</sup> Ibidem.

<sup>884</sup> Entrevista com Herotildes Prestes da Silveira no dia 29 de abril de 2023 em Rosário do Sul (RS).

No período aqui retratado, Octília e Almir, juntamente com suas filhas, parentes e amigos/as, estavam participando ativamente das atividades promovidas pela SRBUR. A senhora Octília Azambuja Soares, esposa de Almir, nos anos de 1925, 1927, 1928, 1929 e 1935, atuou como diretora da Ala Feminina da Sociedade União (APÊNDICE I). Na reunião de 01/06/1928 a 2ª diretora, Almedorina Rodrigues, apresentou a nova sócia, a senhorita Maximilia Soares Barbosa, que foi aceita. Observa-se que mesmo sendo filha do presidente e da 1ª diretora, ela também passou pelo processo de apresentação e aceitação para, desta forma, ingressar neste associativismo. Como já afirmei, as regras convencionadas pela Sociedade em seus estatutos deveriam ser seguidas por todas e todos. Além do mais, é provável que a família Soares Barbosa, por ser a chefiada pelo fundador e pela participação nos cargos diretivos do clube, procurassem demonstrar-se como modelos de conduta dentro do grupo, cumprindo de forma cuidadosa os deveres, as normas e os comportamentos demandados às associadas e aos associados.

As filhas de Almir e Octília também atuaram na diretoria da Ala Feminina. Em 24/04/1935, Marina Soares Barbosa foi eleita oradora. Em 24/04/1938, Marília Soares Barbosa foi eleita 1ª procuradora. Em 02/05/1940, Maximilia Soares Borges foi eleita 2ª diretora e seu esposo, Adelar Borges (um *Chauffeur*, como o sogro), foi eleito orador da Sociedade União em 24/04/1940.

Almir Soares Barbosa atou de forma intensa na Sociedade Recreativa União Rosariense. Foi ele quem deu nome à esta agremiação. Segundo a Ata de 01/03/1915, Almir falou “que esta sociedade seria com o nome de Sociedade União Rosariense” (ANEXO B). Na ocasião foi formada a primeira diretoria, sendo que Almir assumiu o cargo de presidente e, fazendo uso da palavra, convidou para uma seção de assembleia geral no dia 24 de abril de 1915. Ao todo, 20 homens assinaram a Ata da assembleia na qual Almir apresentou os estatutos que foram discutidos e aprovados. Ficou acertado a data de fundação da Sociedade em 1º de maio de 1915. Almir pediu aos sócios presentes que tivessem o melhor procedimento, e se portassem do modo mais correto possível na noite do baile de gala, ato que marcaria a inauguração desta Sociedade.

De acordo com a Ata de 05/11/1915, o secretário João Manuel Vianna registrou que o presidente da Sociedade União, Almir declarou perante assembleia geral que teria de ausentar-se a bem de seus negócios e que deixaria em seu lugar o vice-presidente Ignácio Francisco da Costa para seguir os destinos da Sociedade, fazendo votos de que dali em diante “marcha-se com passos agigantados pelo progresso e pelo socialismo”. Esse espaço também foi pensado em uma perspectiva de inserção social e para isso era necessário demarcar presença na cidade.

Nos discursos proferidos em assembleias gerais e reuniões de diretoria por Almir, evidencia-se uma constante preocupação para que “todos os sócios agissem da melhor forma possível para alcançar o triunfo e o brilhantismo desta sociedade” (Ata 05/11/1915), afinal, esta agremiação era formada por famílias que seguiam um conjunto de regras de conduta desejáveis na vida em sociedade. Almir dizia que os sócios que tivessem em atraso de mensalidades deveriam “liquidar-se com a tesouraria o mais breve possível para engrandecimento desta sociedade” (Ata 02/06/1916). Constantemente ele solicitava que todos liquidassem os seus débitos e respeitassem os estatutos, e, quem não seguisse os estatutos, deveria ser eliminado. O sócio-fundador do Clube União também defendia e reivindicava que só poderia votar e ser votado quem estivesse em dia com a tesouraria, pois ali era um espaço de direitos a serem vividos e deveres a serem cumpridos.

No entendimento de Almir, a Sociedade União deveria “marchar com entusiasmo para o progresso da mesma” (Ata 26/04/1919); demonstrar “o bom comportamento, pelo caminho da moral da educação e civilização” (26/05/2020); no encontro realizado em 13 de maio de 1924, enfatizou em sua fala que “no passado não tinham liberdade e hoje somos todos senhores de si”, portanto, nas palavras e ações é possível perceber que ele possuía uma consciência de classe e raça. Na atividade de orador da agremiação, Almir geralmente não aprovava a escrita da Ata anterior, apontando algo que tinham discutido e que o secretário não havia registrado. Nesse sentido, percebe-se uma preocupação não só com a correção em relação à condução da Sociedade, mas com a própria narrativa elaborada sobre as vivências negras experienciadas no espaço urbano rosariense, e talvez até com o legado que elas poderiam deixar para o futuro.

Durante a trajetória da Sociedade União Rosariense, Almir Soares Barbosa exerceu diversos cargos. Foi eleito presidente (1915 até 1919; 1931; 1938 e 1939; e, 1941). Foi orador (1920; 1922 até 1930; 1932 e de 1934 até 1937); atuou enquanto vice-presidente substituto (1922). Como o livro de Atas de reuniões de diretoria e assembleia geral correspondente ao período de 1942 até 1958 não foi encontrado, não é possível afirmar se Almir exerceu outras funções nesta associação além do que foi aqui explicitado.

Na assembleia geral de 01/05/1919, o presidente falou que estava orgulhoso perante o público presente por ver passar mais um ano de fundação da Sociedade, e que não tinha frases suficientes para expressar o contentamento que estava sentindo. Na oportunidade, Almir também pedia que os associados continuassem “permanecendo sempre na unificação da família e na raça etiópica de nossos antecessores homens de talento e espírito que souberam conquistar”. Portanto, esta narrativa conecta/valoriza os saberes ancestrais e convida para seguir lutando. É possível que falas contendo este teor também fossem realizadas em outras

Sociedades/Clubes. No dia 1 de novembro de 1933, Almir Soares Barbosa realizou palestra em Santana do Livramento no Clube 15 de Novembro.

Em 5 de outubro de 1955<sup>885</sup>, o eletricitista Alfeu Alves Soares foi ao cartório da Comarca de Rosário do Sul para registrar o óbito do sogro Almir Soares Barbosa. O laudo assinado pelo Dr. José Antunes atestou o motivo da morte: neoplasma do esôfago. Almir tinha, então, 68 anos de idade. O corpo foi sepultado no Cemitério Municipal São Sebastião de Rosário do Sul, RS. Após 8 anos (19/05/1963), sua esposa Octília Azambuja Soares<sup>886</sup> faleceu, vítima de insuficiência cardíaca e cirrose hepática, segundo o laudo do Dr. Osvaldo Feier. O corpo foi sepultado no Cemitério Católico da cidade de Lajeado/RS e, segundo o interlocutor Clóvis Soares Borges, após alguns anos, os restos mortais de Octília foram transportados e depositados juntamente com os despojos do seu esposo Almir. Uma lápide pedindo lembranças em cuidadosas letras de forma. Porém, nela, consta apenas o nome de Almir: “Aqui jaz Almir Soares Barbosa (24/09/1888 .+. 05/10/1955) Saudade eterna de tua esposa, filhos, genros e netos” (Figura 46).

**Figura 46 - Última morada de Almir Soares Barbosa e Octília Azambuja Soares – 2023.**



Fonte: Acervo Pessoal de Elaine Smaniotto.

Nota: Cemitério Municipal São Sebastião, Rua Antenor Miranda Rocha, Rosário do Sul, RS.

A Sociedade Recreativa União Rosariense se mantinha unida por meio de relações entre pais, mães, filhas, filhos, tias, tios, sobrinhas, sobrinhos, avós, avôs, primas, primos,

<sup>885</sup> Registro Civil de pessoas Naturais. Comarca Rosário do Sul/RS, Certidão de Óbito. Livro: C-11 – Folha 75v – Termo: 7440.

<sup>886</sup> Registro Civil de Pessoas Naturais. Comarca Lajeado/RS, Certidão de Óbito. Livro: C-14 – Folha 268 v. Termo: 2562.

comadres e compadres de batismo e de casamento, madrinhas, padrinhos, afilhadas e afilhados que atravessaram décadas e ultrapassaram gerações, como poderá ser visto na sequência deste capítulo.

#### 5.2.1.1 Família Soares Barbosa

Quando Almir e Octília migraram de São Gabriel para Rosário, junto deles também se mudaram os irmãos do fundador da Sociedade União, Hernesto, Hercília e Gabino. Ainda jovem, Gabino assumiu uma capatazia da Estância do Paraíso<sup>887</sup> pertencente à família Vasconcellos. No ano de 1923, o mesmo irmão de Almir, Gabino, alfabetizado, solteiro e *Chauffeur* ingressou no Exército Brasileiro<sup>888</sup>. Em 1925, foi promovido ao grau de 3º sargento e expedicionou no Paraná. No final da década de 1920, retornou para Rosário e continuou trabalhando em uma das estâncias da família Vasconcellos. Casou-se com Gonçalina Ramos, “cujos ancestrais eram de etnia indígena”<sup>889</sup>, com quem teve quatro filhas – Terezinha, Maria, Ana e Carmen – e três filhos – João Cleo, José e Dirceu. Por muitos anos a residência desta família se localizava na Rua Barão do Rio Branco, centro da cidade de Rosário do Sul. Na década de 1970, Gabino se tornou sócio do Sindicato dos Trabalhadores Rurais<sup>890</sup> de Rosário do Sul, uma vez que prestava serviços rurais. Sua carteira de Trabalho e Previdência Social foi assinada por Nei Silveira Vasconcellos<sup>891</sup>.

---

<sup>887</sup> Localizada no 1º distrito a 6 km da Villa do Rosário, tem a área de 3.262 hectares de bons campos estando dividida em 4 poteiros e servidas de fartas aguadas e circundada pelo rio Ibicuihy-Mirim na margem do qual existem bons matos. Possui grandes cerros de pedra-ferro, grês e laje, tem boa casa benfeitorias e lavouras. (COSTA, 1922, *op. cit.*).

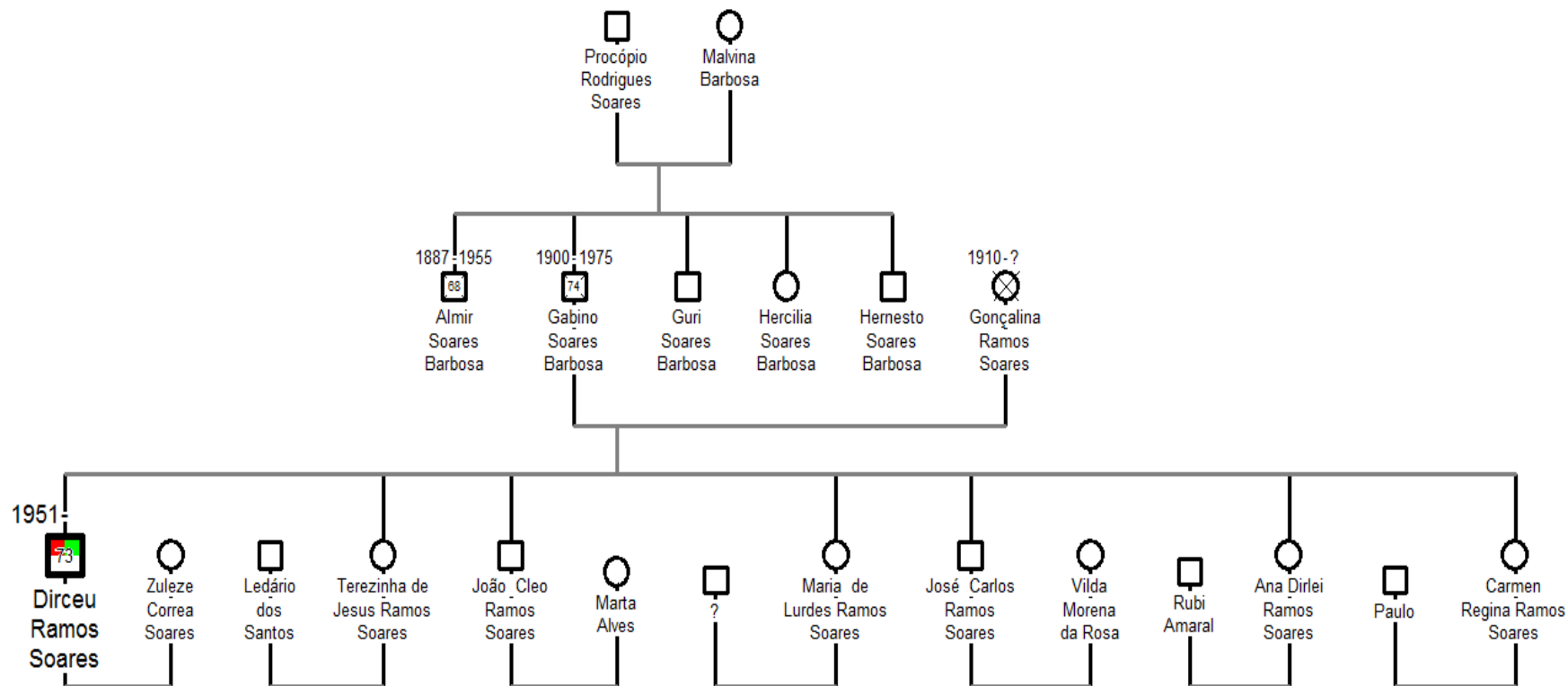
<sup>888</sup> Caderneta Militar de Gabino Soares Barbosa. Exército Brasileiro 1ª Linha, nº 1153, série A.

<sup>889</sup> Entrevista com Dirceu Ramos Soares no dia 22 de fevereiro de 2022 em Rosário do Sul (RS).

<sup>890</sup> O Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Rosário do Sul foi fundado em 7 de fevereiro de 1972 a partir de uma reunião realizada nas dependências da Escola Rural Jobim. O objetivo da entidade era representar a categoria formada por trabalhadores rurais assalariados, agricultores e pecuaristas familiares. Este Sindicato, uma vez formado, passou a orientar seus associados sobre direitos trabalhistas, oferecer serviços médicos e odontológicos, negociar convenção coletiva de trabalho, participar do processo de regulamentação de salário e diversas cláusulas de direitos trabalhistas de assalariados rurais. Diário de Campo – Adair Menezes dos Santos, atual presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Rosário do Sul (16/09/2022).

<sup>891</sup> Carteira Profissional nº 56589, série 299. Ficha nº 188. Assinatura do Presidente do Sindicato Orestes Maicá da Rosa. Acervo do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Rosário do Sul.

**Genograma 2 - Família de Gonçalves Ramos Soares e Gabino Soares Barbosa.**



<p>Símbolo do Genograma</p> <p>Masculino      Feminino</p>	<p>Relacionamento familiar</p> <p>Casamento ou relação que gerou filhos/as</p>	<p>Homem entrevistado e que disponibilizou documentos salvaguardados pela sua família</p>
--	--	---

Fonte: Elaborado por Elaine Smaniotto através do software GenoPro tendo como fontes principais caderneta militar, registros civis-cartoriais e entrevista com Dirceu Ramos Soares no dia 22 de fevereiro de 2022 em Rosário do Sul (RS)

Hernesto Soares Barbosa, irmão de Almir, Gabino, Guri (apelido) e Hercília também participava das reuniões<sup>892</sup> e eventos organizados pela Sociedade Recreativa União Rosariense. Consta nas Atas que Gabino se tornou sócio da União em maio de 1918 e foi seu 2º Secretário no período de 01/08/1920 até 13/12/1920. Na década de 1950, recebeu o título de sócio remido desta Sociedade<sup>893</sup>. Os filhos de Gabino e sobrinhos de Almir, como João Cleo e Dirceu, também participavam da diretoria da Sociedade União. João Cleo foi eleito vice-presidente em 1973, presidente no período de outubro até dezembro de 1973. João Cléo renunciou ao cargo de presidente porque foi residir em Porto Alegre. Dirceu, graduado em Educação Física no ano de 1973, atuou enquanto 1º secretário nos anos de 1981 até 1983, e de 1995 até 1997 foi responsável pelo Departamento de Esportes. Como foi explicado no capítulo anterior, o interlocutor Dirceu enfatiza que a SRBUR atuava nos campeonatos de futebol de campo e futebol de praia. “Inclusive no 1º de maio existia aquela confraternização: Jogos entre casados e solteiros. Assim se comemorava a data”<sup>894</sup>. Lembro que o dia 1º de maio foi escolhido como a data fundante da Sociedade Recreativa União Rosariense, sendo a efeméride principal da associação. Dirceu Ramos Soares era um dos atletas do time que representava a Sociedade União na cidade de Rosário do Sul e na região, como as fotografias (Figuras 47 e 48) a seguir evidenciam.

**Figura 47 - Time de futebol da SRBUR – 1973.**



Fonte: Acervo Pessoal de Nara Nei Faleiro Machado.

Nota: Em pé, da esquerda para a direita: Manoel Martins, Mário, (Rato), João, Luiz Armando Jozende, (Canhão), Rainha Tereza Moura, (Lenga), Luiz Carlos Penha dos Santos, Neri Aires, Julião, Nadir Alves Faleiro. Agachados, da esquerda para a direita: Mário, (?), Clóvis, (?), Antônio Paulo Domingues, Odilon Amaral Santiago, (?), Dirceu Ramos Soares.

<sup>892</sup> Sociedade Recreativa União Rosariense. Ata 05/05/1918 – Ata 24/04/1920.

<sup>893</sup> Ser sócio remido significava o reconhecimento pelos relevantes serviços prestados à Sociedade União.

<sup>894</sup> Entrevista com Dirceu Ramos Soares no dia 22 de fevereiro de 2022 em Rosário do Sul (RS). Diário de Campo de 29 de junho de 2022 em Rosário do Sul, RS.



**Figura 48 - Time de futebol da SRBUR – década de 1980.**



Fonte: Acervo Pessoal de Dirceu Ramos Soares

Nota: Em pé, da esquerda para a direita: Diamantino, GMC, Neri, (?), (?), Vanderlei, Dirceu, Julião, Antônio Paulo Domingues. Agachados, da esquerda para a direita: Odilon Amaral Santiago, (?), Mário, João Osório (Jacaré), Dirceu Ramos Soares. Estádio Municipal Alcides Pereira da Silva.

#### 5.2.1.2 Famílias Azambuja, Rosa e Severo Candido

Após alguns meses da fundação da Sociedade Recreativa União Rosariense, mais precisamente em novembro de 1915, Manoel Severo Candido, filho de Marcos Candido e Maria Eulalia Candido, começou a participar das assembleias realizadas por esta Associação. Talvez ali ele tenha conhecido sua esposa Maria Cecilia Severo Candido, filha de Manoel Severo e Julia Jobim. O associado Manoel Severo Candido exerceu o cargo de 2º diretor no ano de 1925. Seu filho, Arsenio Severo Candido, funcionário público, casado com Juracy da Rosa Candido<sup>895</sup>, irmã, por parte de mãe, de Octília Azambuja (Genogramas 1 e 3), participou de forma mais intensa. Arsenio exerceu os cargos de 2º secretário (1938); vice-presidente (1940); secretário (1941; 1960 e 1961); conselheiro (1962); presidente (1958 e 1963); orador (1964). Arsenio faleceu em agosto de 1966 e a Sociedade União prestou homenagens em agradecimento por vários anos dedicados ao associativismo negro. Por se tratar de um sujeito histórico importante, no ano de 2005 seus descendentes e a comunidade em geral

<sup>895</sup> Casamento de Arsenio Severo Candido e Juracy Fermina da Rosa, Rosário do Sul/RS. 19 de julho de 1947. Registro Civil de Pessoas Naturais. Comarca Rosário do Sul, Certidão de Casamento. Livro: B-8 – Folha 36. Termo: 1.625

reivindicaram que o seu nome denominasse a “Rua Arsenio Severo Candido” localizada entre os quarteirões 290 e 290 A, sentido Norte Sul, no Bairro Jardim Paraíso, cidade de Rosário do Sul/RS. O poder Executivo ficou encarregado de fixar a placa denominativa<sup>896</sup>.

**Figura 49 - “Rua Arsenio Severo Candido” – 2024.**



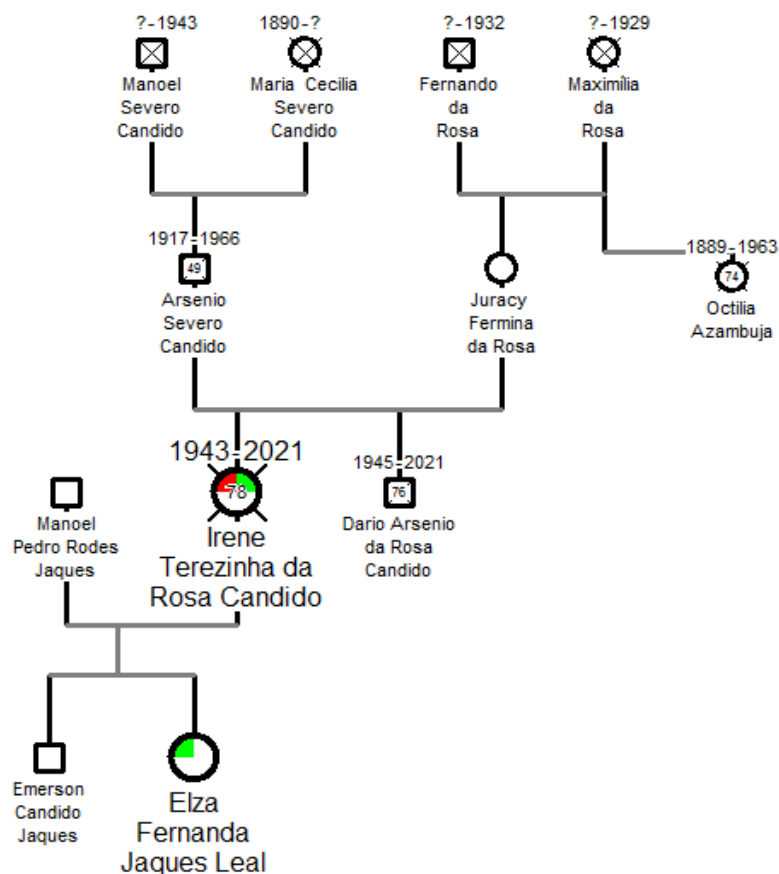
Fonte: Acervo Pessoal de Júlia Miller Borges Rodrigues.

A placa foi colocada, porém com nome incorreto (Figura 49). Até o presente momento de escrita desta tese (2024), familiares e a comunidade continuam reivindicando ao poder Executivo, a substituição da placa, mas ainda não foram atendidos.

---

<sup>896</sup> ROSÁRIO DO SUL/RS. Lei nº 2.545, de 24 de agosto de 2005.

### Genograma 3 - Família de Juracy Fermina da Rosa e Arsenio Severo Candido.



<p>Símbolos do Genograma</p> <p>Masculino      Feminino</p>	<p>Relacionamento familiar</p> <p>Casamento ou relação que gerou filhos/as</p>	<p>Mulher entrevistada e que disponibilizou documentos salvaguardados pela sua família</p> <p>Mulher que disponibilizou documentos salvaguardados pela sua família</p>
---	--	--

Fonte: Elaborado por Elaine Smaniotto através do software GenoPro tendo como fontes principais registros civis-cartoriais e entrevista com Irene Terezinha da Rosa Candido no dia 29 de abril de 2021 em Rosário do Sul (RS)

Irene Terezinha da Rosa Candido<sup>897</sup>, sobrinha de Octília e Almir, filha de Juracy e Arsenio, desde criança sonhava com um lugar melhor para viver. E ao longo de sua vida sempre lutou para isso. Na sua fala ressaltou que “Sem luta não há vitória!”<sup>898</sup>. Seu pai, Arsenio, trabalhava no escritório da Companhia Estadual de Energia Elétrica/RS (CEEE) e a mãe, Juracy, era empregada doméstica, na casa do doutor José Antunes, médico que em 1955 atestou o óbito do idealizador e sócio fundador da Sociedade União, Almir Soares Barbosa.

<sup>897</sup> Irene nasceu em 21 de agosto de 1943 (Fonte: Registro Civil de Pessoas Naturais. Comarca Rosário do Sul, Certidão de Nascimento. Livro: A-14 – Folha 197 v. Termo: 7936). Faleceu em 20 de setembro de 2021 aos 78 anos de idade vitimada pelo câncer.

<sup>898</sup> Entrevista com Irene Terezinha da Rosa Candido no dia 29 de abril de 2021 em Rosário do Sul (RS).

A vivência de Irene evidencia uma mobilidade social. Esta interlocutora contou<sup>899</sup> que no espaço escolar foi diretora, professora, supervisora e orientadora pedagógica. Depois da graduação em Biologia, fez pós-graduação em Psicopedagogia. Mas, além de trabalhar para garantir o bem-estar da família, também agia coletivamente e isso fazia com que se envolvesse em várias atividades, como na fundação da Escola de Samba Embaixadores do Ritmo, na representação do grupo de professores estaduais – CPERS/Sindicato e como sócia fundadora da Associação dos Professores de Rosário do Sul (APROSUL). A partir da década de 1980, passou a atuar no Grupo das Damas de Caridade desta Cidade, do Movimento Negro e da Associação de Mulheres Negras de Rosário do Sul.

A interlocutora Irene Terezinha da Rosa Candido evidenciou lembranças sobre o espaço de luta, solidariedade, sociabilidade e afeto que tratamos aqui, ressaltando que participou da Sociedade desde a infância: “Os meus filhos também participaram desde criança do Clube União. Bah! Eram bailes, chás, jantãs, palestras”<sup>900</sup>. Seguindo o exemplo de seus avós, tios e pais, Irene participava das reuniões e assinou, pela primeira vez, a Ata de uma assembleia realizada em 2 de dezembro de 1961. Em 1963, com 20 anos de idade, foi eleita oradora e nos anos de 1965, 1983 e 1984 vice-presidenta da Ala Feminina. Assumiu como 1ª secretária no ano de 1966. Foi presidenta da Ala Feminina em 1974. Durante 6 anos foi presidenta geral da Sociedade Recreativa Beneficente União Rosariense (1985-1991) e no período de 1993 até 1995 fez parte da Comissão Fiscal e Diretora Social. Quando Irene atuou na presidência desta agremiação, muitos eventos foram realizados: bailes, festas, danças, desfiles, jantares, chás, palestras e feiras de artesanato. Também se preocupou com a parte física da sede da Sociedade, desenvolvendo várias reformas e melhorias. Ela mesma disse: “eu comecei a fazer uma revolução, porque até aquele momento pais solteiros podiam participar das atividades do Clube União e as mães solteiras não”<sup>901</sup>. Percebem-se aqui ações relacionadas à resistência dentro de uma instituição com predominância de valores masculinos, em que as punições eram mais severas para as mulheres. Também fica evidente a existência de situação desvantajosa para elas, mas contra as quais Irene e várias outras mulheres agiram, não se contentando com a falta de paridade de gênero.

O sobrinho de Octília Azambuja Soares e irmão de Irene, Dario Arsenio da Rosa Candido, cuja profissão era Oficial de Justiça, também participou da diretoria da Sociedade Recreativa Beneficente União Rosariense. Nesta agremiação atuou enquanto diretor social no ano de 1974, orador no período de 1985 até 1989 e participou da comissão fiscal nos anos de

---

<sup>899</sup> Diário de Campo de 01 de maio de 2021 em Rosário do Sul, RS.

<sup>900</sup> Entrevista com Irene Terezinha da Rosa Candido no dia 29 de abril de 2021 em Rosário do Sul (RS).

<sup>901</sup> Ibidem.

1989 até 1991. No período de 1997-2000 fez parte da Câmara Municipal de Vereadores de Rosário do Sul na bancada PDT<sup>902</sup>. Além disso, Dario exerceu a presidência, por vários anos, da Escola de Samba Embaixadores do Ritmo. O interlocutor Adão Ramires da Silva Machado explica que “teve uma época que chegaram a confundir a Escola de Samba Embaixadores do Ritmo com a União”. Isso acontecia porque as pessoas atuavam em diversas agremiações, e neste caso festejavam com a escola de samba e com a associação. “A União era de todos. Abria espaço para todas as Escolas. Emprestava a sede para os Embaixadores, para os Vagalumes do Amor, para os Bambas da Orgia, para os Praianos, e outros. [...] A maioria dos Embaixadores também eram sócios do União”<sup>903</sup>. Este movimento se tornou mais frequente a partir da década de 1970.

### 5.2.2 Olympio Josende da Rosa

Olympio Josende da Rosa nasceu em Alegrete no dia 25 de julho de 1881<sup>904</sup>, filho natural de Maria Vicência dos Santos e Porfírio Josende da Rosa. Em 30 de dezembro de 1918, Olympio, residindo na vila de Rosário, casou-se com Maria Francisca da Silva. Ela, filha natural de Feliciano Francisco Martins e Maria Manoella Martins da Silva, tinha então 20 anos de idade<sup>905</sup>. Após 4 anos do casamento civil, Olympio e Maria Francisca também se casaram em cerimônia religiosa, celebrada pelo padre Ângelo Bartelle, na Igreja Católica da Vila de Rosário, em 25 de dezembro de 1922<sup>906</sup>. Desta união, nasceram três filhas - Neuza, Ondina e Teresinha – e sete filhos – Alvarim, Ari, Feliciano, Acelino, Anery, Alcidiney e Onofre.

---

<sup>902</sup> SOUZA, 2007, *op. cit.*, p. 50.

<sup>903</sup> Entrevista com Adão Ramires da Silva Machado no dia 23 de fevereiro de 2022 em Rosário do Sul.

<sup>904</sup> Nos documentos oficiais observam-se divergências quanto ao ano de nascimento de Olympio Josende da Rosa (1881, 1889 ou 1890) e na grafia do nome (podendo ser escrito com i ou y).

<sup>905</sup> Casamento de Olympio Josende da Rosa e Maria Francisca da Silva 30 de dezembro de 1918 - Folha 68. "Brasil, Rio Grande do Sul, Registro Civil, 1860-2006", database, FamilySearch (ark:/61903/1:1:68X6-8ZYT : Fri Mar 31 21:34:39 UTC 2023), Entry for Maria Francisca Da Silva and Feliciano Francisco Martins, 30 Dec. 1918.

<sup>906</sup> Livro 1 de assentamentos de Matrimônio (1919 – 1932), Paróquia Nossa Senhora do Passo do Rosário, município de Rosário, folha 18. Acervo da Paróquia Nossa Senhora do Rosário, Rosário do Sul, RS.

**Figura 50 - Maria Francisca da Silva e Olympio Josende da Rosa – 1930.**



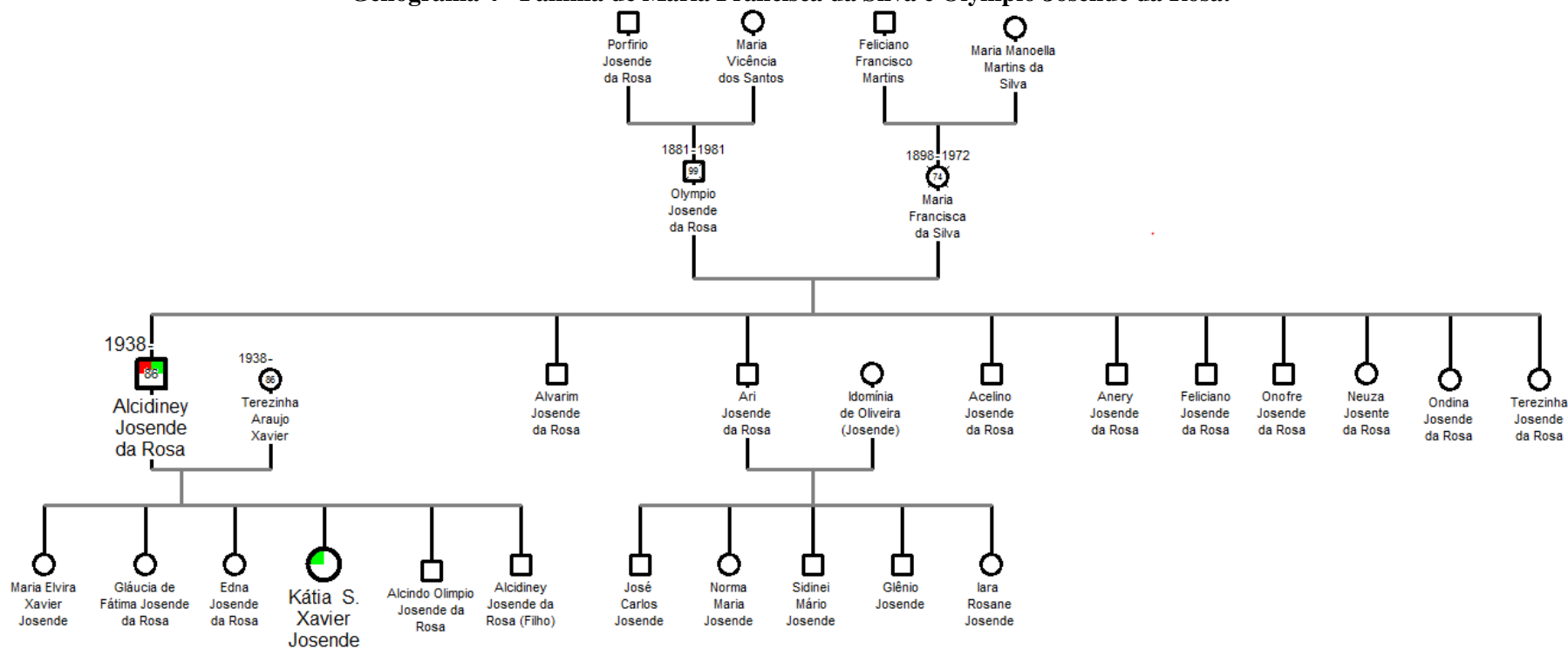
Fonte: Acervo Pessoal de Alcidiney Josende da Rosa.

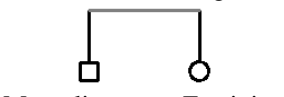
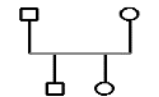


Na parede da sala de estar da casa de um dos filhos de Olympio e de Maria Francisca, Alcidiney Josende da Rosa, nascido em 1938, está o retrato de seus pais (Figura 50). Trata-se de uma pintura realizada por um especialista que procurou retratar a identidade, personalidade e emoções do casal. Este “estar exposto” na parede pode ser lido como um desejo de memória familiar, uma forma de auxiliar a “não esquecer”<sup>907</sup>. A memória, por sua vez, é indispensável para a formação da identidade. Dessa maneira, o retrato e as lembranças por ele despertadas recuperam momentos vividos e mostram para as gerações futuras, de alguma forma, a história da família e de determinado período histórico, ou seja, funciona como um mediador entre o passado e o presente, sobretudo por contribuir para a presentificação dos/as antepassados/as na vivência atual da família Josende da Rosa.

---

<sup>907</sup> KOUTSOUKOS, 2010, *op. cit.*, p. 81.

**Genograma 4 - Família de Maria Francisca da Silva e Olympio Josende da Rosa.**



<p>Símbolos do Genograma</p>  <p>Masculino      Feminino</p>	<p>Relacionamento familiar</p>  <p>Casamento ou relação que gerou filhos/as</p>	 Homem entrevistado e que disponibilizou documentos salvaguardados pela sua família   Mulher que disponibilizou documentos salvaguardados pela sua família
--	---	---

Fonte: Elaborado por Elaine Smaniotto através do software GenoPro tendo como fontes principais registros civis-cartoriais, carteira de habilitação e entrevistas com Alcidiney Josende da Rosa nos dias 24 de abril e 15 de novembro de 2022 em Caxias do Sul (RS)

A caderneta expedida pela Intendência Municipal no ano de 1927 possibilitou que Olympio Josende, com 38 anos, passasse a atuar enquanto *Chauffeur* (Figura 39). Já a carteira de Habilitação Profissional de Tração Animal (Figura 51), expedida pela Delegacia de Polícia, informa que Olympio Josende da Rosa, com 59 anos de idade, trabalhava no ofício de carroceiro e jornaleiro. A carroça, de sua propriedade, era puxada por dois cavalos que recebiam os cuidados necessários do próprio dono. Alcidiney Josende da Rosa lembra que “meu pai ia até a estação ferroviária. Ali todos os carroceiros estacionavam suas carroças e aguardavam pela chegada do trem”, cujo trajeto era da cidade de Santana do Livramento até Porto Alegre. “Meu pai fazia frete para todo mundo”. De acordo com suas memórias “lá na estação chegava muita coisa. Vinha galinha, cachorro, porco. Vinham todos naquelas gaiolas. Também vinham pessoas e malas. Ele levava as malas para a casa de quem solicitava [...]. Na cidade todo mundo conhecia meu pai<sup>908</sup>. Na estação, recém-chegados, diversificavam a multidão, estranhos se tornavam conhecidos e o fluxo de chegadas e partidas tornava a vila/cidade mais viva.

**Figura 51 - Carteira de Habilitação de Olympio Josende da Rosa – 1940.**



Fonte: Acervo Pessoal de Alcidiney Josende da Rosa.

A residência da família de Olympio Josende da Rosa e Maria Francisca da Silva se localizava na Rua João Brasil, esquina com a Rua Benjamin Constante, em torno de 9 quadras distante da Praça Borges de Medeiros e 10 quadras da Estação Ferroviária.

Olympio também trabalhou na Casa Josende (Figura 52). Trata-se de uma empresa comercial estabelecida na Rua Barão do Rio Branco, centro da Vila de Rosário. Ali eram

<sup>908</sup> Entrevista com Alcidiney Josende da Rosa no dia 15 de novembro de 2022 em Caxias do Sul (RS).



comercializados secos e molhados, tecidos, louças, ferragens, miudezas e artigos de bazar. Durante entrevista perguntei ao interlocutor Alcidiney se o dono da Casa Josende tinha parentesco com a sua família e ele respondeu: “até hoje não sei (risos). Eles eram ricos e nós éramos pobres. Meu pai trabalhou na Casa Josende de balconista e de carroceiro, entregava mercadorias, por muitos anos”. Também é visível a diferença em relação às características fenotípicas do patrão (Figura 52) e do empregado (Figura 51).

**Figura 52 - Casa Josende – década de 1920.**



Fonte: COSTA, 1922, *op. cit.* GAUTIER, 2011, *op. cit.* p.193.

Maria Francisca da Silva se envolvia com os afazeres domésticos e cuidados dos filhos. Além disso, trabalhava lavando roupas. O interlocutor Alcidiney contou que sua mãe e suas irmãs “lavavam roupas de pessoas ricas da cidade. Pegavam uma trouxa de roupas e iam lavar na beira do rio. Recebiam dinheiro quando entregavam a roupa limpa”<sup>909</sup>. Como se evidenciou no capítulo 3 desta tese, as associadas da SRBUR, além das atividades domésticas, também exerciam o ofício de lavadeiras. Parte dos valores recebidos poderia ser utilizada para pagar as mensalidades e, desta forma, continuar participando das atividades desta associação.

As vivências da família Josende da Rosa não foram diferentes das vivências de centenas de famílias negras de sua época. Todos e todas começaram a trabalhar ainda na infância, dificultando e até mesmo impedindo o acesso regular aos estudos, uma realidade ainda bem presente entre cidadãs e cidadãos negros no Brasil de nossos dias. O interlocutor Alcidiney falou que

<sup>909</sup> Entrevista com Alcidiney Josende da Rosa no dia 15 de novembro de 2022 em Caxias do Sul (RS).

não tivemos uma infância com muito tempo para brincadeiras. [...] Pegava um carro grande e ia buscar gelo no frigorífico Swift Armour S.A. de Rosário do Sul. Era lá que tinha a fábrica de gelo. O Feliciano levantava os braços do carro e eu puxava na frente em uma corda. Pegava em torno de 15 barras de gelo e levava para as casas dos que tinham “frigider”. Íamos lá, em torno das 4 ou 5 horas da madrugada, para pegar o gelo com o carrinho de mão. Andava em torno de uns três km ou mais para chegar no frigorífico e entrava em uma fila grande para pegar um vale e comprar o gelo, colocava no carrinho e distribuía o gelo de casa em casa. Já tinha certo as casas dos compradores, umas 10 ou 15 casas<sup>910</sup>.

Ele também contou que houve um período em que “na propriedade dos meus pais, tinha vacas de leite. A mãe e o pai tiravam leite e a gente vendia este leite na cidade. Ali também criavam galinhas e gansos para o próprio consumo”.<sup>911</sup> Além da carne e dos ovos, as penas também eram utilizadas para confeccionar fantasias e brincar o carnaval (Fotografia 19). Na sequência do diálogo sobre o passado de seus familiares, Alcidiney enfatizou que o seu irmão, Alvarim,

era funcionário da empresa Swift do Brasil S.A. de Rosário, onde sofreu um acidente de trabalho e perdeu parte da mão na serra. O Ari trabalhava em uma agência bancária e depois foi para Porto Alegre. O Acelino trabalhou em minas de carvão. O Anery era oficial do exército no Rio de Janeiro. O Feliciano era sapateiro. O Alcidiney, eu, comerciário e bancário. O Onofre trabalhou fora da cidade em várias empresas, era jornalista. A Neuza faleceu jovem, eu não a conheci. A Ondina trabalhou de doméstica, na casa do doutor Chagas. A Terezinha também trabalhou na Companhia Swift do Brasil S.A. na produção de ervilhas<sup>912</sup>.

Na vida dos trabalhadores e das trabalhadoras Josende da Rosa também tinha espaço para o lazer. Olympio Josende da Rosa foi sócio fundador da Sociedade Recreativa União Rosariense. Ele, juntamente com sua família, participava dos eventos propostos por esta entidade. Em 1917 e 1919, exerceu o cargo de orador do clube (APÊNDICE H). A Figura 53 representa a efetiva associação de dois filhos de Olympio e Maria Francisca - Ari e Feliciano. Além de sócios, atuaram na diretoria da SRBUR por várias décadas. Ari Josende da Rosa atuou enquanto procurador (1940), diretor (1961) e na comissão de sindicância (1962 e 1963). Feliciano Josende da Rosa foi 2º diretor (1957, 1961 e 1962), 1º diretor (1963) e também fez parte da comissão de sindicância (1977 até 1982).

---

<sup>910</sup> Entrevista com Alcidiney Josende da Rosa no dia 24 de abril de 2022 em Caxias do Sul (RS).

<sup>911</sup> Ibidem.

<sup>912</sup> Ibidem.

**Figura 53 - Fichas dos associados – Ari Josende e Feliciano Josende.**

SOCIEDADE RECREATIVA UNIÃO ROSARIENSE	
Nome	ARI JOSENDE
Idade	39 anos
Nacionalidade	brasileiro
Estado Civil	casado
Profissão	BANQUEIRO
Residência	RUA JOÃO BRASIL (ROSÁRIO DO SUL)RS
Presidente	Secretário

SOCIEDADE RECREATIVA UNIÃO ROSARIENSE	
Nome	Feliciano Josende
Idade	22 anos
Nacionalidade	Brasileiro
Estado Civil	Casado
Profissão	sapateiro
Residência	Rua João Brasil
Presidente	Secretário

Fonte: Acervo da Sociedade Recreativa Beneficente União Rosariense.

Já Alvarim atuou enquanto 2º diretor (1940); Anery foi vice-presidente (1957, 1958, 1960 e 1961). Teresinha Josende da Rosa foi 3ª diretora (1963) e Acelino fez parte da comissão de sindicância (1964, 1968 e 1969). Alcidiney Josende da Rosa também participou intensamente. Foi bibliotecário (1957, 1958 e 1961), tesoureiro (1962 e 1969), fez parte da comissão de sindicância (1963 e 1965), foi procurador (1968). Em eventos como baile de debutantes, festa de aniversário da sociedade, bailes de carnaval e tantos outros, Alcidiney participava ativamente. Ele ressalta que “a gente vivia naquela vida difícil e ter uma Sociedade para se reunir, festejar e trocar ideias não tinha coisa melhor!”<sup>913</sup>

Após alguns anos de namoro e se divertindo em festas na Sociedade União, em 30 de julho de 1960, ocorreu o assento de matrimônio de Alcidiney Josende da Rosa e Terezinha Araujo Xavier<sup>914</sup> (Figura 54). O noivo, nascido em Rosário, estava com 22 anos de idade quando casou; ele foi comerciário (atendente em farmácia) (Figura 35) e depois funcionário no Banco Banrisul. A noiva, nascida em Santa Maria, também com 22 anos de idade ao contrair matrimônio, era encarregada dos afazeres domésticos, filha de Elvira Araujo Xavier e Alvindo Gonçalves Xavier. Depois de casada, “Terezinha fez o curso técnico de costureira e depois fez o de enfermagem e trabalhou por um tempo no hospital”<sup>915</sup>. Era mais uma família que se formava a partir de um relacionamento que foi fortalecido na Sociedade União. Desta união, nasceram quatro filhas - Maria, Gláucia, Edna e Kátia - e dois filhos - Alcindo e Alcidiney Filho (Genograma 4).

<sup>913</sup> Entrevista com Alcidiney Josende da Rosa no dia 15 de novembro de 2022 em Caxias do Sul (RS).

<sup>914</sup> Registro Civil de Pessoas Naturais. Comarca Rosário do Sul, Certidão de Casamento. Livro: B-15 – Folha 299. Termo: 4.637.

<sup>915</sup> Entrevista com Alcidiney Josende da Rosa no dia 15 de novembro de 2022 em Caxias do Sul (RS).

**Figura 54 - Terezinha Araujo Xavier e Alcidney Josende da Rosa (30/07/1960).**



Fonte: Acervo Pessoal de Alcidney Josende da Rosa.

Como já foi abordado no capítulo anterior desta tese, além de participar da Sociedade Recreativa União Rosariense, Alcidney Josende da Rosa era sócio da Sociedade Operária Beneficente Recreativa, presidente da Escola de Samba Vagalumes do Amor e um dos fundadores da Escola de Samba Embaixadores do Ritmo. Ele esclarece que inicialmente

a gente dizia que era uma Escola, mas, era um grupo de 15 a 20 pessoas (riso) que se reuniam. Eram 6 ou 7 pessoas que eram músicos. Os instrumentos eram comprados, alguns emprestados de músicos que não iam utilizar naquele dia para fazer os ensaios. Com o tempo fomos juntando dinheiro com o Livro de Ouro, ia nas casas pedir contribuições. Com esse dinheiro eram comprados instrumentos, roupas, fantasias<sup>916</sup>.

Na manhã de 30 de janeiro de 1981, Alcidney Josende da Rosa foi ao Cartório de Registro Civil das Pessoas Naturais, município de Rosário do Sul, para registrar o óbito de seu pai Olympio Josende da Rosa<sup>917</sup>. O laudo assinado pelo médico Mário Eleu da Silva deu como causa da morte: Insuficiência cardíaca e hipertensão arterial. O corpo foi sepultado no Cemitério Municipal São Sebastião de Rosário do Sul/RS.

À guisa de conclusão, pode-se afirmar que, assim como as famílias de Octília e Almir, de Maria e Olympio, diversas outras foram cotidianamente forjando lugares para o exercício do trabalho, seja ele permanente ou temporário, no setor público ou privado e acessando direitos, como o direito ao lazer conquistado por meio do associativismo na SRBUR. Dessa forma, foi possível sobreviver e viver nos difíceis anos do pós-Abolição, no qual o processo de racialização reproduzia-se fortemente tanto no universo laboral como no social.

<sup>916</sup> Entrevista com Alcidney Josende da Rosa no dia 24 de abril de 2022 em Caxias do Sul (RS).

<sup>917</sup> Registro Civil das Pessoas Naturais, Comarca de Rosário do Sul/RS, Certidão de Óbito, Livro C- 03 – Folha 179 v – Termo 1527.

### 5.3 FORTALECIMENTO DE UM PROJETO DE LIBERDADE E CIDADANIA

Neste subcapítulo o farol está direcionado principalmente para três mulheres: Almedorina Rodrigues Siqueira (1898-1991), Umbelina Paulo Vaz (1906-1981) e Brandina Ramos de Paulo (1912 - 1977) que, juntamente com seus familiares, agiram com maestria em prol da continuidade e do fortalecimento da Sociedade Recreativa União Rosariense. As fontes acessadas evidenciaram que a SRBUR, nas décadas de 1920, 1930 e 1940 foi atravessada pelo protagonismo e engajamento de Almedorina, Umbelina e Brandina. Dentro de um contexto racista e machista, estas três mulheres se somaram a tantas outras, pavimentaram caminhos e compartilharam conquistas para viver experiências de liberdade, cidadania e se sentirem pertencentes ao espaço construído coletivamente.

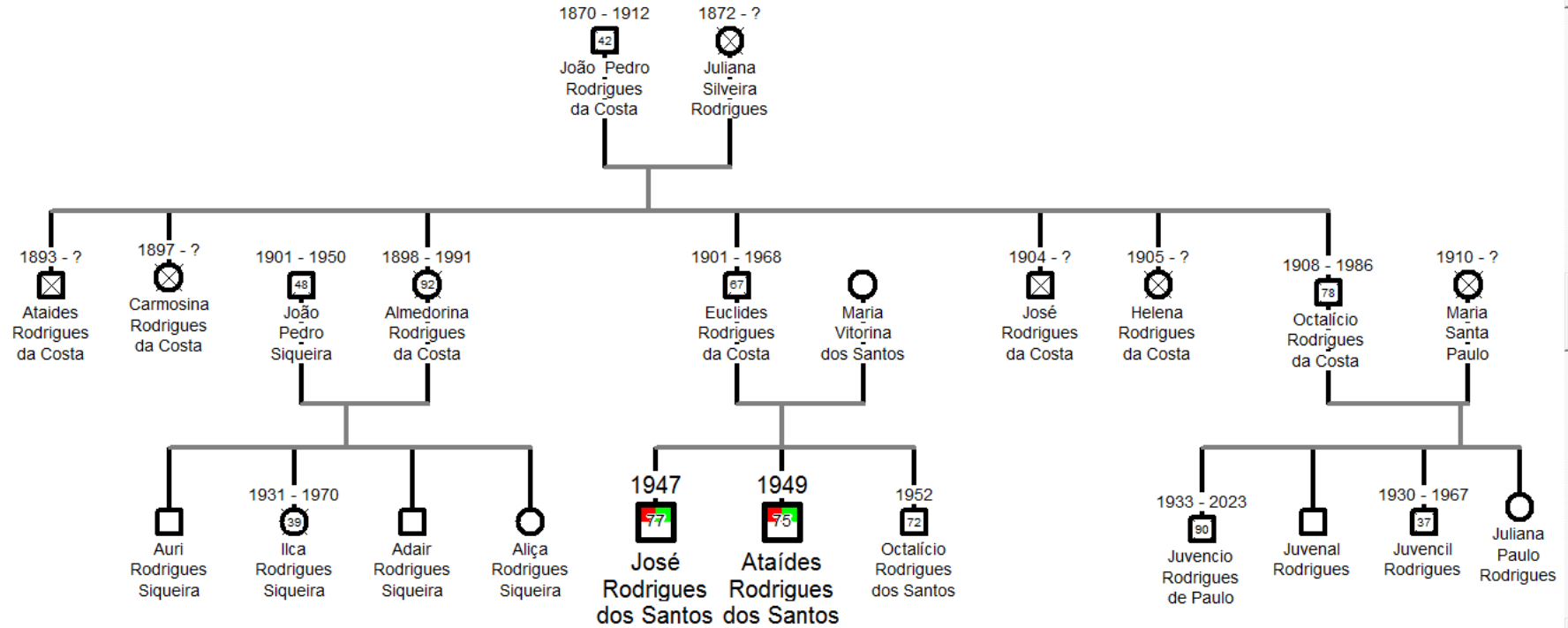
#### 5.3.1 Familiares de Almedorina Rodrigues Siqueira

No final do século 19, Juliana Silveira Rodrigues se casou com João Pedro Rodrigues da Costa no município de Santana do Livramento. Desta união nasceram: Ataídes, Carmosina, Almedorina, Euclides, José, Helena e Octalício<sup>918</sup>.

---

<sup>918</sup> Óbito de Pedro Rodrigues da Costa. 17 de dezembro de 1912. "Brasil, Rio Grande do Sul, Registro Civil, 1860-2006", data base, FamilySearch (<https://www.familysearch.org/ark:/61903/1:1:68VC-N2TD>; 6 June 2022), Pedro Rodrigues Da Costa, 1912.

**Genograma 5 - Família de Juliana Silveira Rodrigues e João Pedro Rodrigues da Costa.**



<p>Símbolos do Genograma</p> <p>Masculino      Feminino</p>	<p>Relacionamento familiar</p> <p>Casamento ou relação que gerou filhos/as</p>	<p>Homem entrevistado e que disponibilizou documentos salvaguardados pela sua família</p>
---	--	---

Fonte: Elaborado por Elaine Smaniotto através do software GenoPro tendo como fontes principais registros civis-cartoriais e entrevistas com José Rodrigues dos Santos no dia 31 de dezembro de 2021 e com Ataídes Rodrigues dos Santos no dia 21 de fevereiro de 2022 em Rosário do Sul (RS).

De que maneira Almedorina Rodrigues da Costa, seus pais, irmãs, irmãos, filhos e filhas participavam da Sociedade Recreativa União Rosariense? Segundo o sobrinho de Almedorina, professor Ataídes Rodrigues dos Santos “a minha tia Helena faleceu jovem, a tia Carmosina passou a residir em Santana do Livramento e o tio José foi para Porto Alegre trabalhar na viação férrea”<sup>919</sup>. No ano de 1919, Ataídes Rodrigues da Costa se tornou sócio da Sociedade Recreativa União Rosariense e, a partir de então, participou de reuniões e eventos organizados por esta agremiação.

Entre os anos de 1920 até 1932, ações de Almedorina Rodrigues da Costa ficaram evidentes nas “escrevivências”<sup>920</sup> desta agremiação. Como era o cotidiano desta mulher negra na vila de Rosário? Almedorina nasceu na Vila de Rosário em 18 de dezembro de 1898 e casou-se com o jornalista João Pedro Siqueira no dia 11 de abril de 1930. A partir desta data, passou a assinar seu nome como Almedorina Rodrigues Siqueira. As testemunhas do enlace matrimonial foram o jornalista Jaci Francisco da Rosa, por parte do noivo, e o médico Artidor da C. Ortiz, por parte da noiva<sup>921</sup>. Desta união nasceram: Auri, Ilca, Adair e Aliça. Na vivência do dia a dia Almedorina desempenhava um “papel multidimensional”<sup>922</sup>: cuidava dos/as filhos/as, realizava atividades domésticas, era comerciante e fazia parte da diretoria feminina da SRBUR. O interlocutor Edson Ramos de Paulo lembra que “a tia Dorina tinha um barzinho bem em frente ao Cinema que era bastante conhecido”<sup>923</sup>. Ali ela vendia balas, doces, bebidas, refrigerantes e amendoim torrado para quem ia ao cinema, que se localizava na Rua Barão do Rio Branco, no centro da Vila de Rosário. Segundo as lembranças de seu sobrinho José Rodrigues dos Santos<sup>924</sup>, além das atividades comerciais, ela tinha outras rendas advindas de aluguéis. Ao lado de sua residência, alugava espaços/salas para turcos e sírios venderem roupas e tecidos em metro.

Como foi mencionado no capítulo três desta tese, em 26 de maio de 1920 foi organizada e empossada oficialmente a primeira Comissão Feminina da Sociedade União. Almedorina Rodrigues da Costa foi eleita para o cargo de 1ª procuradora e a sua irmã, Helena Rodrigues da Costa, para o cargo de 2ª procuradora. Nos anos de 1922, 1923 e 1926, a senhorita Almedorina exerceu a função de 2ª diretora da Ala Feminina. Foi 2ª procuradora no ano de 1925 e 1ª diretora no ano de 1930 (APÊNDICE I). João Pedro Siqueira, marido de

---

<sup>919</sup> Entrevista com Ataídes Rodrigues dos Santos no dia 21 de fevereiro de 2022 em Rosário do Sul (RS).

<sup>920</sup> DUARTE, NUNES, 2020, *op. cit.*

<sup>921</sup> Registro Civil de Pessoas Naturais. Comarca Rosário do Sul, Certidão de Casamento. Livro: B-08 – Folha 121v. Termo: 54.

<sup>922</sup> DAVIS, 2016, *op. cit.*, p. 17.

<sup>923</sup> Entrevista com Edson Ramos de Paulo em 7 de abril de 2022 em Cruz Alta (RS).

<sup>924</sup> Entrevista com José Rodrigues dos Santos no dia 31 de dezembro de 2021 em Rosário do Sul (RS).

Almedorina, também fazia parte da diretoria da União. Atuou enquanto tesoureiro nos anos 1929, 1930, 1931 e 1941. Também, em 1928, gerenciou o botequim da sede da Sociedade União.

Na reunião realizada em 27 de outubro de 1921 o presidente da Sociedade União, João Manoel Vianna, solicitou à senhorita Almedorina Rodrigues da Costa para que repassasse o que foi acordado na ocasião para aquelas que não compareceram ao encontro. O combinado é que ocorreria, em 01/05/1922, o “baile cor de rosas”, no qual as mulheres deveriam comparecer com vestidos cor de rosa, sapatos brancos, meias brancas, e os homens com trajes pretos, botinas pretas, carpins pretos, camisa branca, colarinho simples e gravata branca de topes. Assim, todas/os teriam em torno de seis meses para providenciar o traje e participar da comemoração de mais um aniversário da associação.

Na Ata datada de 1º de maio de 1926 está registrado que Almedorina Rodrigues da Costa e Florinda Pereira doaram para a Sociedade 20 mil reis. Já na Ata de 1º de maio de 1927, ficou registrado que Clarícia Rodrigues Quinhones ofertou 108 mil reis, Bernarda Flores ofertou 2 copos de vidro e Almerinda Rodrigues ofertou 2 abajures à associação. Também eram ofertados bolos para os eventos promovidos pelo Clube.

Almedorina Rodrigues Siqueira possuía um amplo leque de amigas. Ela foi testemunha do casamento do irmão Octalício Rodrigues da Costa e Maria Santa Paulo ocorrido em 28 de julho de 1928. Também foi madrinha de casamento dos amigos Arsenio Severo Candido e Juracy Fermina da Rosa ocorrido em 19 de julho de 1947. Nas assembleias da SRBUR, constantemente apresentava novas sócias para fazer parte da agremiação e dessa forma ampliar o número de mulheres associadas. Porém, na reunião realizada na sede da Sociedade localizada na Rua Voluntários da Pátria, em 8 de março de 1925, Almedorina e Elma Flores foram suspensas por 2 meses por permitir que mulheres não associadas frequentassem o Clube União. Elas conheciam o Estatuto que regia a Associação e deveriam respeitar as regras ali estabelecidas. No ano de 1932, Almedorina Rodrigues Siqueira solicitou a sua exoneração da Sociedade União. A partir da década de 1960, percebe-se uma efetiva participação dos filhos da Almedorina e do João Pedro na diretoria da União. Auri Rodrigues Siqueira foi eleito 1º procurador (1960, 1961 e 1962) e 2º tesoureiro (1963). E Adair Rodrigues Siqueira foi eleito para a comissão de sindicância (1960, 1969, 1977 e 1978), 2º secretário (1961 e 1966), comissão fiscal (1964), bibliotecário (1965) e conselheiro (1966).

Euclides Rodrigues da Costa, irmão de Almedorina, também participava das assembleias e de eventos promovidos pela Sociedade União. Exerceu o cargo de procurador



nos anos de 1921 e 1922. Indicou vários amigos para fazer parte desta associação, dentre eles João Pedro Siqueira que, a partir de 1930, também seria seu cunhado, marido da Almedorina. Na década de 1930, Euclides seguiu carreira militar, passou a fazer parte da Guarda Nacional e serviu na Ilha Grande, no Rio de Janeiro. Ainda no Rio de Janeiro, em 1945, casou-se com Maria Vitorina dos Santos, filha de Vicente dos Santos e Ana Estela dos Santos. Em Angra dos Reis, na Vila de Abrão (RJ), nasceram os filhos José e Ataídes. No ano de 1952, a família retornou para Rosário do Sul, onde nasceu o terceiro filho, Octalício. Aqui é importante observar que, nessa família, foi adotado o nome ancestral como partícula da identificação pessoal, ou seja, os nomes dos filhos são os mesmos dos tios, assim escolhidos para prestar uma homenagem aos seus antepassados.

A fotografia (Figura 55) faz parte do álbum da família Rodrigues da Costa e dos Santos: pai, mãe e os três filhos. O espaço escolhido para fazer este registro e assim serem lembrados, não foi um estúdio fotográfico. Desta vez o fotógrafo se dirigiu até a residência da família e contribuiu para eternizar um momento daquela vivência de união, afeto e cuidado, como demonstrado nos gestos.

**Figura 55 - Família Rodrigues da Costa – 1954.**



Fonte: Acervo Pessoal de Ataides Rodrigues dos Santos.

Nota: Maria Vitorina dos Santos, Euclides Rodrigues da Costa e seus filhos: Ataídes, Octalício e José.

Assim que a família de Euclides Rodrigues da Costa retornou para Rosário do Sul, voltou a frequentar a Sociedade Recreativa Beneficente União Rosariense. José Rodrigues dos Santos foi apresentado ao Clube União pelo seu pai Euclides Rodrigues da Costa, e, em 9 de janeiro de 1965, com 18 anos de idade, se associou. Nesta mesma ocasião houve a apresentação de 36 novos sócios. A Sociedade era, afinal, um importante espaço de sociabilidade para a juventude negra.

Já em 1965, José participou da diretoria como 2º secretário; diretor social em 1968 e presidente em 1973. No carnaval de 1965, dançou com a Rainha da Sociedade, Marlene Siqueira Alves, e, depois de quatro anos, em 29 de novembro de 1969, ocorreu o enlace matrimonial entre eles. Na década de 1970, devido aos serviços militares, José precisou migrar para outras cidades e se aposentou como Capitão do Exército Brasileiro. Mas, quando surgia oportunidade, ele participava dos eventos na Sociedade União Rosarienses. Neste sentido, o professor Ataídes Rodrigues dos Santos lembra que “meu irmão foi para Pelotas e vinha para Rosário só no carnaval, então o que era feito? Eu pagava a mensalidade de janeiro e fevereiro para ele poder participar do carnaval”<sup>925</sup>. Na cidade de Rosário do Sul, portanto, existia um espaço no qual negros e negras, com trajetórias em comum, se encontravam positivando suas experiências. No entendimento da Rainha da Sociedade do ano de 1968 e atual esposa de Ataídes Rodrigues dos Santos, Maria Romilda Rangel, a “Sociedade União foi uma necessidade do negro se juntar, se fortalecer e se manter com suas tradições”<sup>926</sup>.

Os interlocutores Ataídes e Maria Romilda contam que na década de 1950 cursaram o ginásio no colégio popularmente conhecido por Plácido de Castro, espaço este ao qual poucos negros e poucas negras tinham acesso. O espaço de educação formal se originou através da Cooperativa de Ensino “Instituto Ginásial Amigos de Rosário do Sul Ltda”, fundada em 1948 com objetivo de oferecer aos jovens a continuação dos estudos. Para isso foi decisiva a participação e apoio da sociedade rosariense e do poder público municipal representado pelo prefeito municipal Mário Ortiz de Vasconcellos. Aqui é importante enfatizar que Gabino Soares Barbosa, irmão do idealizador da SRBUR, Almir Soares Barbosa, foi um dos sócios fundadores desta instituição educativa<sup>927</sup>. As atividades escolares do Ginásio de Rosário do Sul foram iniciadas em 20 de março de 1950<sup>928</sup>, em um prédio ao lado do Teatro Municipal

---

<sup>925</sup> Entrevista com Ataídes Rodrigues dos Santos no dia 21 de fevereiro de 2022 em Rosário do Sul (RS).

<sup>926</sup> Entrevista com Maria Romilda Rangel no dia 21 de fevereiro de 2022 em Rosário do Sul (RS). Diário de campo, 03 de novembro de 2023 em Rosário do Sul, RS.

<sup>927</sup> GONÇALVES, Celi Silveira. **Histórico da E.E. de Ensino Médio Plácido de Castro**. Da fundação até os dias atuais. Rosário do Sul: Gráfica Resolução Ltda 2017, p. 14.

<sup>928</sup> Ao longo de sua história recebeu várias denominações: Ginásio Rosário do Sul (1950), Ginásio Estadual Rosário do Sul (1953), Ginásio Estadual Plácido de Castro (1959), Colégio Estadual Plácido de Castro (1962),

João Pessoa (Figura 56), prédio este que nos anos de 1965 até 2007 foi a sede da Sociedade Recreativa Beneficente União Rosariense, localizado na Rua Amaro Souto, nº 2265, em frente à Praça Borges de Medeiros (Figura 6). A partir de agosto de 1954, o educandário Plácido de Castro passou a exercer sua função em um novo prédio localizado na Rua dos Andradas nº 2483, centro da cidade, e que permanece ali até os dias atuais.

**Figura 56 - Cooperativa de Ensino “Instituto Ginásial Amigos de Rosário do Sul Ltda” - (1950 – 1954).**



Fonte: GONÇALVES, 2017, *op. cit.*, p. 17.

Em 1962, a Prefeitura Municipal de Rosário do Sul, representada pelo prefeito Antônio Simão Visintainer, cedeu este mesmo espaço (Figura 56) para a Associação Instrução Educação e Caridade, com personalidade jurídica representada pela religiosa Helena Dall Pizzol para a instalação e funcionamento da Escola Normal Regional Nossa Senhora do Horto<sup>929</sup>. A interlocutora Maria Romilda Rangel conta que conseguiu uma bolsa de estudos e se formou no Magistério nesta instituição de ensino formal. Já Ataídes fez Contabilidade no Colégio Mauá em Rosário, concluindo o curso em Porto Alegre na Associação Cristã de Moços (ACM), em 1972. Depois, cursou Técnicas Comerciais na Universidade Federal do

---

Escola Estadual de 1º e 2º Graus Plácido de Castro (1980) e Escola Estadual de Ensino Médio Plácido de Castro (2000). Fonte: GONÇALVES, 2017, *op. cit.*, p. 23.

<sup>929</sup> Registro de Imóveis de Rosário do Sul. Certidão. Livro 3/S, folha 217, nº 22.591 e nº 22.591, folhas 217, Lv 3/S. Data: 11/04/1962. Sobre a chegada e as agências das Irmãs Filhas de Maria Santíssima do Horto, Escola Santa Terezinha, Escola Normal de 2º Ciclo e Escola Normal Regional Nossa Senhora do Horto, em Rosário do Sul, ver: GOTTARDI, Maurizio. SOUZA, Mara Regina Miranda. **Paróquia Nossa Senhora do Rosário: 150 anos de graças e bênçãos - Rosário do Sul/RS, Porto Alegre: Alcance, 2009, p. 149-159.**

Rio Grande do Sul - Programa de Expansão e Melhoria do Ensino - PREMEN<sup>930</sup>. Quando jovem e residente na cidade de Rosário do Sul, Ataídes, sobrinho de Almedorina, trabalhou no Banco da Província. Posteriormente ministrou aulas de Técnicas Comerciais na Escola Polivalente de Uruguaiana e aulas de Sociologia, Estrutura e Funcionamento do Ensino na Pontifícia Universidade Católica de Uruguaiana. Em 1975 casou-se com Maria Daici Pinto Oliveira<sup>931</sup>. Anos depois de ficar viúvo, Ataídes casou-se com Maria Romilda Rangel, natural de Cacequi, também viúva, que era sua amiga de infância e colega no Ginásio Estadual Plácido de Castro.

Na Sociedade Recreativa Beneficente União Rosariense, Ataídes Rodrigues dos Santos exerceu os cargos de 1º secretário no ano de 1966 e 2º secretário no ano de 1969. Na década de 1980 participou do Movimento Negro Unificado<sup>932</sup> e de acordo com a Ata de 18 de janeiro de 1990, fez parte do grupo que recebeu o professor, poeta e pesquisador Oliveira Ferreira da Silveira para dialogar sobre racismo, associativismo negro e a necessidade de desenvolver pesquisas sobre a história e as memórias desta agremiação na cidade de Rosário do Sul, na Região da Campanha e no estado do Rio Grande do Sul.

Retomando a escrita sobre o cotidiano e as agências de sujeitos e sujeitas que fortaleceram um projeto de liberdade e cidadania, o irmão mais novo de Almedorina Rodrigues Siqueira, Octalício Rodrigues da Costa, obteve seu enlace matrimonial na esfera civil<sup>933</sup> e na religiosa<sup>934</sup> em 28 de julho de 1928. Ele tinha 20 anos de idade, era comerciante e jornalista e casou-se com Maria Santa Paulo, de 18 anos de idade e filha legítima de Manuel Paulo e Felesberta Pinheiro Paulo. A cerimônia do matrimônio foi realizada pelo padre Ângelo Bartelle. Desta união nasceu a filha Juliana e os filhos Juvenal e Juvêncio, cujo apelido era “Sabiá”.

---

<sup>930</sup> Projeto aprovado pelo Decreto nº 63.914, de 26 de dezembro de 1968. O objetivo principal deste projeto era aperfeiçoar o sistema de ensino de primeiro e segundo graus no Brasil.

<sup>931</sup> Maria Daici Pinto Oliveira nasceu em 13/04/1948. Casou-se, em 1975, com Ataídes Rodrigues dos Santos e passou a assinar Maria Daici Oliveira Santos. Na SRBUR exerceu a função de 2ª procuradora (1967-1969). Faleceu em 24/03/2007. (Fontes: Cripta c/ossuários, nº 360 - Igreja Matriz Nossa Senhora do Rosário – Rosário do Sul/RS e Acervo da Sociedade Recreativa Beneficente União Rosariense).

<sup>932</sup> “O Movimento Negro Unificado (MNU) é uma organização pioneira na luta do Povo Negro no Brasil. Fundada no dia 18 de junho de 1978, e lançada publicamente no dia 7 de julho, deste mesmo ano, em evento nas escadarias do Teatro Municipal de São Paulo em pleno regime militar. O ato representou um marco referencial histórico na luta contra a discriminação racial no país”. (MNU. Disponível em: <https://mnu.org.br/mnu-3/>. Acessado em 9 fev. 2024).

<sup>933</sup> Registro Civil de Pessoas Naturais. Comarca Rosário do Sul/RS, Certidão de Casamento. Livro: B-8 – Folha 57. Termo: 50

<sup>934</sup> Livro 1 de assentamentos de Matrimônio (1919 – 1932), Paróquia Nossa Senhora do Passo do Rosário, município de Rosário, folha 62. Acervo da Paróquia Nossa Senhora do Rosário, Rosário do Sul, RS.

No final da década de 1930, Octalício Rodrigues da Costa comprou uma casa com benfeitorias e terreno da Sociedade Recreativa União Rosariense, por quatro mil cruzeiros<sup>935</sup>. Ali, promovia bailes: era o Salão do Octalício. O interlocutor Edson da Silva Rodrigues lembra que “meus pais frequentavam o Clube de seu Octalício que se localizava na Rua Voluntários da Pátria. [...] Os guris do seu Octalício tocavam. O Sabiá (Juvêncio) e o Silvío (Juvenal) tinham uma banda. Era a banda dos filhos do seu Octalício que animavam bailes”<sup>936</sup>. Na Sociedade Recreativa União Rosariense, Octalício atuou significativamente. Foi eleito e exerceu cargos como: 2º procurador (1926 e 1927); 1º procurador (1928) e tesoureiro (nov. de 1928); vice-presidente (1929; 1930; 1933; 1934; 1936 até 1939); 2º tesoureiro (1932 e 1941); presidente (1935); presidente de Honra (1977 até 1980). Foi responsável pelo botequim desta Sociedade no período de 1933 até 1939. Nas eleições de 1938 foi fiscal geral. De acordo com a Ata de 01/05/1940, ele recebeu, neste ano, o título de Sócio Benemérito.

No início dos anos de 1960, a família de Octalício migrou para Porto Alegre onde se estabeleceu com comércio de bar e casa de jogo no Bairro Glória. Juvêncio, o “Sabiá”, sobrinho de Almedorina Rodrigues Siqueira, seguiu sua carreira de músico, tocando saxofone no bar de seu pai e em casas noturnas de Porto Alegre até o ano de 2011, quando completou 78 anos. Enquanto esteve atuante, animou muitos bailes em várias cidades no sul do Brasil e também em cidades argentinas e uruguaias. Na capital do Rio Grande do Sul, se apresentou ao lado das cantoras Elis Regina, Lourdes Rodrigues e Zilah Machado<sup>937</sup>. Também atuou na Banda Municipal de Porto Alegre.

---

<sup>935</sup> Escritura pública lavrada em 20 de junho de 1939. Registro de Imóveis de Rosário do Sul. Certidão. Livro 3/L, folha 149, nº 14.791. Data: 24/06/1948.

<sup>936</sup> Entrevista com Edson da Silva Rodrigues no dia 22 de fevereiro de 2022 em Rosário do Sul (RS).

<sup>937</sup> TEIXEIRA, 2019, *op. cit.*, p. 6.

### 5.3.2 Família de Umbelina Paulo Vaz

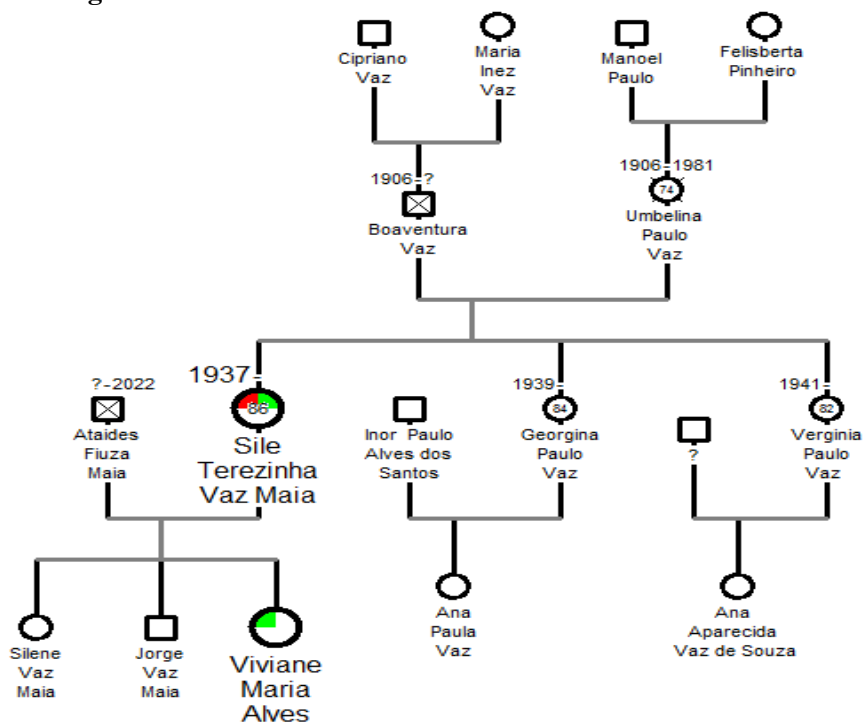
Umbelina Paulo nasceu na vila de Rosário em 21 de agosto de 1906. Filha de Felisberta Pinheiro Paulo e Manoel Paulo, Umbelina, não era eleitora<sup>938</sup>, casou-se com Boaventura Vaz, filho de Maria Inez Vaz e Cipriano Vaz. O noivo nasceu na vila de Arroio Grande em 25 de março de 1906. As testemunhas deste enlace matrimonial, ocorrido em 18 de junho de 1936<sup>939</sup>, foi Fabiano Manoel Pereira, sapateiro e presidente da Sociedade Recreativa União Rosariense, por parte do noivo, e o Dr. Agripino Araujo, advogado, e sua esposa Lolita Oliveira Araujo, por parte da noiva. Após o casamento a noiva passou a assinar como Umbelina Paulo Vaz. Da união entre Umbelina e Boaventura, nasceram três filhas: Sile Terezinha (11/08/1937), Georgina (03/08/1939) e Vergínia (11/05/1941). Somente no dia 20 de novembro de 1943 Boaventura Vaz compareceu no Cartório da Comarca de Rosário para registrar o nascimento das três filhas, portanto, seis anos após o nascimento da primeira filha. Este ato foi efetivado perante as testemunhas José Martins Saldanha, funcionário público, e Adelar Borges, *Chauffeur* (como citado anteriormente, genro do sócio fundador da Sociedade União, Almir Soares Barbosa). Casos como este sinalizam que os pais não estavam ausentes, mas podiam enfrentar adversidades para registrar sua prole.

---

<sup>938</sup> Registro Civil de Pessoas Naturais. Comarca de Porto Alegre – 3ª Zona, Certidão de Óbito. Livro: C-21 – Folha 26. Termo: 15.733. Aqui é importante observar que em 1932, na prática, o direito de voto foi dado às mulheres brancas. Foi apenas em 1985 que saber ler e escrever deixou de ser exigência para obter o título de eleitor.

<sup>939</sup> Registro Civil de Pessoas Naturais. Comarca Rosário do Sul, Certidão de Casamento. Livro: B-3 – Folha 41 v. Termo: 480.

**Genograma 6 - Família de Umbelina Paulo Vaz e Boaventura Vaz.**



<p>Símbolos do Genograma</p> <p>Masculino      Feminino</p>	<p>Relacionamento familiar</p> <p>Casamento ou relação que gerou filhos/as</p>	<p>Mulher entrevistada e que disponibilizou documentos salvaguardados pela sua família</p> <p>Mulher que disponibilizou documentos salvaguardados pela sua família</p>
---	--	--

Fonte: Elaborado por Elaine Smanioto através do software GenoPro tendo como fontes principais registros civis-cartoriais e entrevista com Sile Terezinha Vaz Maia no dia 01 de maio de 1921 em Rosário do Sul, (RS)

Assim como várias mulheres negras rosarienses, Umbelina Paulo Vaz realizava afazeres domésticos e também era lavadeira. Como já foi descrito anteriormente, geralmente as lavadeiras pegavam as roupas nas casas das “patroas”, faziam as trouxas e iam até o rio Santa Maria (Mapa 1) onde passavam horas lavando e conversando sobre o cotidiano. Depois de a roupa estar seca, era passada, engomada, dobrada e entregue para suas/seus respectivas/os donas/os. Muitas vezes as filhas destas mulheres negras eram envolvidas neste trabalho de higienização de roupas de pessoas brancas. Sile Terezinha comenta: “eu era de ajudar a lavar e a outra minha irmã (Georgina) era de passar a roupa e engomar, isso no tempo do colarinho e do punho das camisas engomados”<sup>940</sup>.

O esposo de Umbelina era jornalista e realizava atividades temporárias no Frigorífico *Swift Armour*, principalmente em períodos de safra, quando se trabalhava intensamente e

<sup>940</sup> Entrevista com Sile Terezinha Vaz Maia no dia 01 de maio de 1921 em Rosário do Sul, (RS).

tinha-se pouco tempo para o almoço. Nestes períodos, familiares dos trabalhadores preparavam as marmitas e levavam até o local de trabalho. Além desta atividade, Boaventura Vaz prestava serviço aos arroteiros no plantio, colheita e armazenamento do arroz<sup>941</sup>.

No ano de 1932, a senhorita Umbelina foi eleita para o cargo de 2ª procuradora da Sociedade Recreativa União Rosariense. Cabia às procuradoras realizar cobranças mensais pelos recibos fornecidos pela tesouraria e em seguida entregar os valores arrecadados para o tesoureiro. Em 1935, Umbelina também participou da comissão de convite, ou seja, do grupo responsável por convidar famílias negras para participar da associação. Na reunião realizada no dia 6 de agosto de 1935, Umbelina Paulo sugeriu fazer um baile, sendo o lucro destinado para a compra de cortinas e assim melhorar o ambiente desta agremiação. Izaltina Gaspar Penha<sup>942</sup> costurou as cortinas que foram colocadas nas janelas da sede da Sociedade em agosto de 1939. Novamente em 1960 Umbelina fez parte da diretoria feminina juntamente com suas amigas, Alda Aires e Noemia Ferreira. Na assembleia geral ocorrida em 22 de fevereiro de 1962 o presidente Nadir Alves Faleiro reconheceu e fez um especial agradecimento a Umbelina Paulo Vaz pelos bons serviços prestados à Sociedade União, afinal, desde 1931 Umbelina fazia parte desta coletividade negra rosariense na luta pela continuação e fortalecimento de um projeto de liberdade.

A filha mais velha de Umbelina e Boaventura, Sile Terezinha Vaz, iniciou seus estudos aos sete anos e precisou interrompê-los já no ano seguinte porque sua mãe Umbelina, conhecida na cidade como “Dona Bila”, dizia que “saber ler e escrever já era o suficiente”<sup>943</sup>. As pesquisas desenvolvidas pela historiadora social Bebel Nepomuceno evidenciam que “a necessidade de trabalhar para garantir a sobrevivência da família quase sempre manteve as mulheres negras afastadas do universo escolar” e, ainda, que a discriminação racial também contribuiu “para a precária situação vivida por esse grupo, na comparação com os demais, sobretudo homens e mulheres brancos”<sup>944</sup>. Entretanto, quando adulta Sile conseguiu, parcialmente, romper este processo e retomou os estudos, cursando os quatro anos das Séries Iniciais do Ensino Fundamental. Para isso, trabalhava durante o dia e estudava no período noturno. Ao longo de sua trajetória de vida, exerceu diferentes profissões: foi rotuladora de latas na empresa frigorífica *Swift Armour* S.A. de Rosário do Sul, costureira e cabelereira - fazia tranças costuradas e alisamentos -, e merendeira na Escola Estadual de Ensino

---

<sup>941</sup> Sobre a produção de arroz no município de Rosário do Sul ver: ANDREAZZA, Romeu. **COARROZ: A ópera dos 50 anos**. Rosário do Sul/RS: Gráfica Saran, 2004.

<sup>942</sup> Izaltina Penha foi presidenta da Ala Feminina da SRBUR durante os anos de 1939 e 1941.

<sup>943</sup> Entrevista com Sile Terezinha Vaz Maia no dia 01 de maio de 1921 em Rosário do Sul, (RS).

<sup>944</sup> NEPOMUCENO, 2012, *op. cit.*, p. 394.



Fundamental Nossa Senhora do Rosário e na Escola Estadual de Ensino Fundamental Marçal Pacheco.

Sile Terezinha lembra que primeiramente costurava bonecas de pano, com cabelo feito com pelego<sup>945</sup>, para suas irmãs Georgina e Vergínia, e depois confeccionava roupas para todos. Também era a costureira oficial do Bloco Carnavalesco fundado no pátio de sua casa “Príncipe e suas Garotas” e da Escola de Samba Embaixadores do Ritmo. No carnaval de 2020, a costureira Sile, com 83 anos de idade, confeccionou a fantasia para a ala das baianas e o destaque da Nossa Senhora Aparecida. Além de ser a costureira, também participava ativamente dos desfiles. Por várias vezes foi destaque de uma das Alas da Escola de Samba Embaixadores do Ritmo<sup>946</sup>. Dessa forma, as entidades carnavalescas negras em Rosário do Sul ocupavam/ocupam espaços públicos mostrando organização, competência e ritmo frente a outras entidades.

A dona “Bila” - Umbelina Paulo Vaz - participava juntamente com suas três filhas, Sile, Georgina e Vergínia, do carnaval infantil e demais eventos promovidos pela Sociedade União. Em setembro de 1954, Vergínia Paulo Vaz foi eleita rainha da Primavera e no baile realizado em setembro de 1955, ela passou a faixa para a rainha Leonida Amaral (Figura 9). Em 1959, Georgina Paulo Vaz foi eleita rainha do Clube União e no ano seguinte passou a faixa de Rainha para Terezinha Oliveira (Figura 10), irmã da Maria Daici Pinto Oliveira, primeira esposa do professor Ataídes Rodrigues dos Santos.

Em 1969, Sile Terezinha idealizou o Baile de Debutantes. Isso ocorreu na primeira gestão de Nadir Alves Faleiro e Alice Osório Faleiro. Era um evento organizado em duas etapas. Primeiramente, era realizado um coquetel com a apresentação das adolescentes. Na semana seguinte era realizado o baile. Uma banda musical era contratada para animar a noite, onde o grande destaque era para as debutantes que se apresentavam elegantemente com vestidos longos e seus familiares com vestimenta “impecável”. O evento atestava a organização de negras e negros, além de elevar a autoestima de quem dele participava. Na noite do grande evento, a idealizadora do Baile de Debutantes no Clube União foi

---

<sup>945</sup> A ovinocultura foi uma importante atividade econômica de Rosário do Sul, tanto pela comercialização da lã como pelo consumo da carne. Segundo dados dos censos do RS (1803-1950) o município de Rosário, em 1913 contava com um efetivo rebanho ovino de 53.270; em 1940 aumentou para 59.319 e em 1950 chegou a 112.922 o número total de cabeças deste rebanho. (RIO GRANDE DO SUL. **Censos do RS: 1803-1950**. Porto Alegre: Fundação de Economia e Estatística De Província de São Pedro a Estado do Rio Grande do Sul. 1981 p. 192, 237, 296). Sobre a ovinocultura no Rio Grande do Sul ver: SANTOS, Vinícius Silveira dos. **Processo histórico da ovinocultura e sua influência no município de Santa Vitória do Palmar-RS**. Trabalho de Conclusão (Bacharelado em Desenvolvimento Rural – PLAGEDER). Faculdade de Ciências Econômicas da UFRGS, 2018.

<sup>946</sup> SMANIOTTO, Elaine. O protagonismo de mulheres negras na Sociedade Recreativa Beneficente União Rosariense. **Historiae**, Rio Grande, v. 12, n. 2, p. 151-176, 2021.

homenageada, abrindo o início das atividades (Figura 57). A interlocutora Sile Terezinha narrou o momento com emoção: “A debutante chegava, o pai pegava na mão e levava [...]. Mas, antes, eu fui chamada para inaugurar aquela passarela. Aí essa foto eu tenho. Eu de vestido preto que era a capa (cauda) do meu vestido de noiva (risos). A minha mãe tingiu e eu fiz o vestido”<sup>947</sup>. A fotografia, aliada à história oral, enriqueceu o discurso e suscitou a memória da interlocutora Sile, tornando as informações em torno do Baile mais ricas em detalhes. Aqui mais uma fotografia (Figura 57) que eterniza “a beleza que anima a determinação de viver livre. [...] beleza não é luxo; ao contrário [...] é uma arte radical da subsistência”<sup>948</sup>.

**Figura 57 - Sile Terezinha Vaz Maia – 1º Baile de debutantes (25/10/1969).**



Fonte: Acervo Pessoal de Sile Terezinha Vaz Maia.

Nota: Idealizadora do Baile de Debutantes Sile Terezinha Vaz Maia.  
Sede da Sociedade Recreativa Beneficente União Rosariense, Rua Amaro Souto, nº 2265.

A partir de 1969, o Baile de Debutantes passou a fazer parte dos eventos promovidos pela SRBUR. Isso significa que era mais uma fonte de renda para auxiliar na manutenção desta entidade de pertencimento social e de afeto, além de ser mais uma estratégia de reação e

<sup>947</sup> Entrevista com Sile Terezinha Vaz Maia no dia 01 de maio de 1921 em Rosário do Sul, (RS).

<sup>948</sup> HARTMAN, 2022, *op. cit.*, p. 53.

ação na qual as jovens e suas famílias recusam a existência subalternizada predefinida para elas. Clubes sociais negros também faziam Baile de Debutantes. Nestes bailes da Sociedade União, debutavam jovens que residiam no município de Rosário do Sul e jovens sócias de outras agremiações negras da região<sup>949</sup>.

Sile Terezinha Vaz casou-se com Ataídes Fiuza Maia em 29 de outubro de 1966 e passou a assinar seu nome como Sile Terezinha Vaz Maia. Dessa união nasceram Silene, Jorge e Viviane. A família continuou participando da Sociedade Recreativa Beneficente União Rosariense. Ataídes Fiuza Maia foi diretor (1974; 1979 e 1980); participou conselho fiscal (1977 e 1978); e da comissão de sindicância (1981 e 1982). No ano de 1977, Sile Terezinha exerceu o cargo de 4ª diretora. A sua filha mais velha, Silene foi eleita rainha infantil do Carnaval da SRBUR em 1970. Quando adulta, exerceu funções de 1ª secretária (1987 até 1989); 2ª secretária (1989; 1997 até 1999); diretora social (1991 até 1995); e participou da comissão de recepção no ano de 1993. A sua filha mais nova, Viviane, em 1977, fez parte da corte da rainha infantil Mariglei Gonçalves Farias. Ela também debutou no baile realizado no salão da sede da Sociedade localizada na Rua Amaro Souto, nº 2265, além de ser eleita rainha do Carnaval em 1990. Nas lembranças de Viviane<sup>950</sup> e Sile Terezinha, no Clube, “todo mundo se conhecia, e todo mundo se respeitava [...] foi um sucesso enquanto durou!”.

### 5.3.3 Familiares de Brandina Ramos de Paulo

Brandina Ramos nasceu em 2 de junho de 1912, na Vila de Rosário. Filha de Maria Candida Ramos<sup>951</sup> e irmã de Davina Ramos. Ainda criança em um evento organizado pela Sociedade Recreativa União Rosariense conheceu Inácio de Paulo, filho do jornalista José Maria de Paulo e da benzedeira Amália Justina Vianna, irmão, por parte de mãe, de João Manoel Vianna.

O cunhado de Brandina, João Manoel Vianna, quando jovem, na Vila de Rosário, exercia o ofício de pedreiro e para isso utilizava as ferramentas de bronze herdadas de seu pai Thomas Casses<sup>952</sup>. Na SRBUR, além de participar do processo de fundação, ele atuou enquanto secretário (1915, 1916 e 1919), procurador (1918), presidente (1920 e 1921), e

---

<sup>949</sup> CONCEIÇÃO, José Carlos da. Obteve sucesso social o Baile de Debutantes na “União Rosariense” **Diário de Notícias**. (RS). 21/10/1970, p. 6. Disponível em: < [http://memoria.bn.br/pdf/093726/per093726\\_1970\\_00323.pdf](http://memoria.bn.br/pdf/093726/per093726_1970_00323.pdf)>. Acesso em 06 out. 2023.

<sup>950</sup> Diário de Campo de 29 de junho de 2022 em Rosário do Sul, RS.

<sup>951</sup> Registro Civil de pessoas Naturais. Comarca Rosário do Sul/RS, Certidão de Óbito. Livro: C-02 – Folha 156 – Termo: 636.

<sup>952</sup> Entrevista com Edson Ramos de Paulo em 7 de abril de 2022 em Cruz Alta (RS).

orador (1922). Neste período, a Sociedade União organizou uma galeria de imagens dos presidentes desta agremiação. Dentre as imagens está a do João Manoel Vianna (Figura 58). Segundo Ana Maria Mauad, o retrato de busto enfatizava a “representação de poder própria às estátuas de grandes homens nas praças públicas”<sup>953</sup>. Nestes retratos também era explorado a estética facial dos atributos de masculinidade como bigode, barba, penteados com brilhantina, etc.<sup>954</sup>. Mais uma vez é reforçado que neste espaço não existia igualdade de gênero e de poder.

**Figura 58 - João Manoel Vianna – década de 1920.**



Fonte: Escola Municipal de Ensino Fundamental Agrícola de Rosário do Sul

Nota: Galeria de imagens dos presidentes da SRBUR. Imagem restaurada.

Os filhos da benzedeira Amália Justina Vianna - João Manoel Vianna e Inácio de Paulo - eram músicos. O interlocutor Edson Ramos de Paulo, filho da Brandina e neto de Amália, afirma que “meu tio João Manuel Vianna era músico do Exército. Com 21 anos foi embora para Pelotas, Caxias do Sul e Porto Alegre”. E “meu pai serviu o Exército em Bagé entre os anos de 1930 e 1932, foi obrigatório, era a época da revolução. Depois, continuou ligado na música, tocava, animava bailes”<sup>955</sup>.

João Manoel Vianna e sua esposa Doralina Antunes Vianna participaram do processo de fundação de mais duas entidades: Grupo Carnavalesco “União Faz a Força”, fundado em

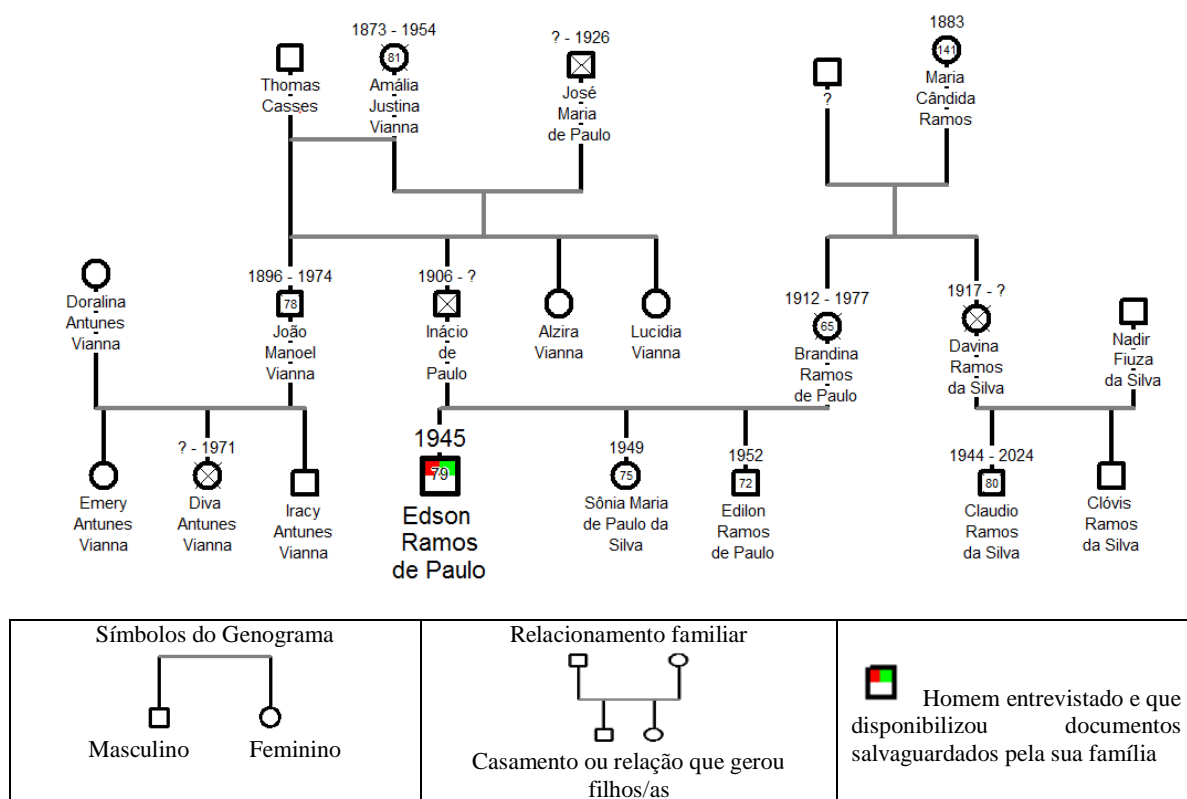
<sup>953</sup> MAUAD, Ana Maria. Imagem e autoimagem do Segundo Reinado. In: ALENCASTRO, Luiz Felipe de. **História da vida privada no Brasil Império: A corte e a modernidade nacional**. Vol. 2. São Paulo: Companhia das Letras, 1997, p. 226-228.

<sup>954</sup> Ibidem, p. 228.

<sup>955</sup> Entrevista com Edson Ramos de Paulo em 7 de abril de 2022 em Cruz Alta (RS).

24 de abril de 1927<sup>956</sup>, e Sociedade Recreativa Clube Gaúcho, fundado em abril de 1934<sup>957</sup>, na cidade de Caxias do Sul/RS. Em agosto de 1927 a Sociedade Recreativa Beneficente União Rosariense recebeu um ofício vindo de Caxias do Sul, do presidente do Grupo Carnavalesco “União Faz a Força”, Eloy Moreira Pitta, comunicando a fundação desta entidade e convidando para um “magnífico baile”<sup>958</sup>. E em maio de 1961 João Manoel Vianna, cunhado de Brandina Ramos, enviou um telegrama<sup>959</sup> felicitando a nova diretoria da Sociedade União. Sendo assim, percebe-se que João e Doralina, quando possível, visitavam parentes, amigos e amigas de Rosário do Sul e continuavam mantendo laços de pertencimento em agremiações que garantia o direito ao lazer e a sociabilidade negra.

**Genograma 7 - Família de Brandina Ramos de Paulo e Inácio de Paulo.**



Fonte: Elaborado por Elaine Smaniotto através do software GenoPro tendo como fontes principais registros civis-cartoriais e entrevistas com Edson Ramos de Paulo em 7 de abril e 30 de novembro de 2022 em Cruz Alta (RS).

<sup>956</sup> Na formação da primeira diretoria desta agremiação, João atuou enquanto 1º secretário. Para a diretoria do “Grupo Batutas” que fazia parte do G C “União Faz a Força”, Doralina foi escolhida para ser a 2ª secretária. (Fonte: Jornal Caxias, 07 julho de 1927, p. 3.).

<sup>957</sup> Nesta Sociedade, João Manoel Vianna exerceu o cargo de presidente durante o período de 1936-1938-1939-1940 e 1941; Sua esposa Doralina Antunes Vianna fez parte da Diretoria Feminina assumindo o cargo de tesoureira durante os anos de 1940 e 1941 (Fonte: GOMES, 2008, *op. cit.*, p. 74; 79).

<sup>958</sup> Jornal Caxias, 18 de novembro de 1927, p. 3. Sociedade Recreativa União Rosariense. Ata 01/08/1927.

<sup>959</sup> Sociedade Recreativa União Rosariense. Ata 06/05/1961.

Em 25 de julho de 1941, às 14 horas, na sala de audiência, no Fórum receberam-se em matrimônio, na forma da lei, os contraentes Inácio de Paulo e Brandina Ramos. Assim como seus pais, o ofício de Inácio era jornalista e o ofício da Brandina era afazeres domésticos. A partir desta data a contraente passou a usar o nome de Brandina Ramos de Paulo. Testemunharam este enlace matrimonial os sócios e membros da diretoria da SRBUR: Fabiano Manoel Pereira e sua esposa Ida da Silva Pereira e, Alipio Aires e sua esposa Alda Aires<sup>960</sup>. Após alguns anos de casados (Genograma 7) nasceram os filhos Edson e Edilon e a filha Sonia. E, desde criança, aprendiam o sentido de viver em comunidade. Por meio das Atas observa-se que Inácio de Paulo, foi conselheiro da SRBUR no ano de 1964, e seu filho Edson exerceu a função de orador (1962; 1963 e 1965); fez parte da comissão fiscal (1964); foi cobrador no período de 1964 até 1967. Lembrando que o cobrador ganhava um percentual daquilo que ele arrecadava. Edson atuou enquanto Militar do Exército Brasileiro no período de 1964 até 1992. Assim como seu pai e seu tio João, também exerceu o ofício de músico com domínio de instrumentos como clarinete e saxofone. O interlocutor Edson Ramos de Paulo pontua que “eu tinha facilidade para entrar em Clubes porque eu era músico, e entrava para trabalhar. Aí fui fazendo amizades e me dava bem com todo mundo. [...] Nós trabalhávamos mais no Clube Caixeiral, no Clube Comercial e fora da cidade, viajávamos muito”.<sup>961</sup>

Reforçando o que foi apresentado no capítulo anterior desta tese, para participar dos bailes, “a vestimenta tinha que ser nos trinquês. Tinha que estar bem-vestido. [...] Tinha bailes que se exigia traje completo. Não era permitido colocar casaco de uma cor/estilo e calça de outra cor/estilo. Aí membros da diretoria diziam, ‘ou vai trocar a roupa ou não participa’”<sup>962</sup>. Na fotografia (Figura 59) cuja cor variava do branco (camisa e vestido), passando por diferentes tons de cinza, ajudam a evidenciar as vestimentas elegantes usadas por Nadir e sua esposa Davina, que enquanto aguardam o início do baile, aparecem sentados no sofá de uma das salas da sede da Sociedade Recreativa Beneficente União Rosariense denominada Sala José do Patrocínio. No entanto, apesar de bem vestida e penteado especial, Davina mostra um semblante de cansaço, talvez pelo fato de exercer múltiplas funções ao longo do dia. Queria ela exibir as duas mãos daquela forma para evidenciar sua condição de casada mostrando a aliança de casamento no dedo anelar da mão esquerda? O enlace matrimonial ocorreu em 11 de junho de 1943, na cidade e Comarca de Rosário. Ele, jornalista, nascido na cidade de

---

<sup>960</sup> Registro Civil de Pessoas Naturais. Comarca Rosário do Sul, Certidão de Casamento. Livro: B- 5– Folha 29v . Termo: 845.

<sup>961</sup> Entrevista com Edson Ramos de Paulo em 7 de abril de 2022 em Cruz Alta (RS).

<sup>962</sup> Entrevista com Edson Ramos de Paulo em 7 de abril de 2022 em Cruz Alta (RS).

Cacequi em 21/12/1917. Ela, de afazeres domésticos, nascida em Rosário em 23/08/1917<sup>963</sup>. É possível que o primeiro encontro tenha ocorrido em um dos eventos promovidos pela Sociedade União, uma vez que esta agremiação recebia convidados que residiam em outros municípios, e assim, novas famílias eram formadas e fortalecidas.

**Figura 59 - Nadir Fiuza da Silva e Davina Ramos – década de 1960.**



Fonte: Acervo Pessoal de Edson Ramos de Paulo.

Nota: Sede da Sociedade Recreativa Beneficente União Rosariense. Rua Marechal Floriano Peixoto - Praça Borges de Medeiros, nº 48.

Sobre a participação deste casal na diretoria da SRBUR, destaco que Davina Ramos da Silva, irmã de Brandina Ramos de Paulo, foi 2ª procuradora (1935; 1937 e 1939). Fez parte da comissão de convite (1938). Foi Vice-presidente da Ala Feminina (1963 e 1966). Seu esposo, Nadir Fiuza da Silva fez parte do conselho fiscal (1957, 1960 e 1961) e da comissão de sindicância (1958 e 1968). O filho de Davina e Nadir, Cláudio Ramos da Silva, assumiu funções de procurador (1962), secretário (1963) e diretor (1969; 1981 até 1983).

Maria Cândida Ramos, suas filhas Brandina e Davina e muitas outras mulheres participavam ativamente das atividades promovidas pela SRBUR, seja fazendo parte da diretoria ou auxiliando no que fosse necessário. Como afirmou a filósofa negra brasileira

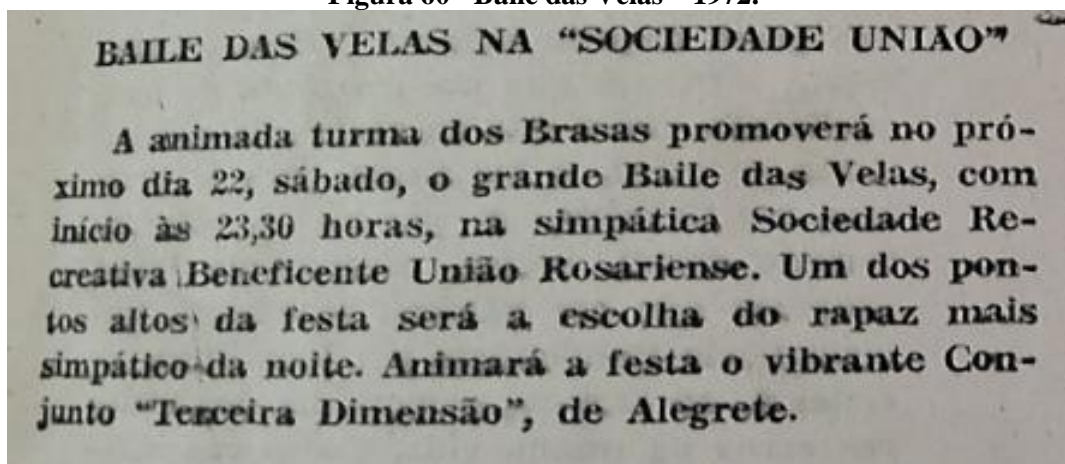
---

<sup>963</sup> Registro Civil de Pessoas Naturais. Comarca Rosário do Sul, Certidão de Casamento. Livro: B-5 – Folha 190. Termo: 1.029.

Sueli Carneiro “é da ação coletiva que se extrai a seiva da resistência. A saída se dá pelo coletivo, onde o cuidado de si e o cuidado do outro se fundem na busca da emancipação”<sup>964</sup>. E este ensinamento de resistência e existência por meio da coletividade foi passado para as novas gerações.

Dentro da Sociedade União, os jovens, principalmente nas décadas de 1960 e 1970, formavam grupos e organizavam eventos. Edson lembra que “foram criados grupos como a Turma da Candinha [...] e Os Brasas”<sup>965</sup>. Sobre a agência do grupo “Os Brasas”, uma informação escrita foi encontrada no jornal “A Plateia” (Figura 60) fortalecendo as lembranças dos interlocutores Edson e Ubirajara e evidenciando relações sociais focadas para a masculinidade.

**Figura 60 - Baile das Velas – 1972.**



Fonte: Jornal “A Plateia” – Santana do Livramento (21/07/1972).

Edson lembra que “nas festas dos ‘Brasas’ tinha que ter comes e bebes. Por vezes, se reunia no Clube outras vezes na casa de algum dos participantes. Com o tempo a turma da ‘Candinha’ acabou e vieram todos para os ‘Brasas’. Aí ficou só uma turma”<sup>966</sup>. Assim somaram forças para organizar eventos maiores na Sociedade União.

Segundo as lembranças do interlocutor Ubirajara Oliveira Ramos “teve uma época que tinha turmas assim chamadas. Turma dos Tremendões, Turma da Candinha, Turma dos Brasas, Turma da Jovem Guarda. Uma vez por mês, uma dessas turmas fazia uma festa dentro da União e além de fazer a festa em si, arrecadava fundos para o Clube União”<sup>967</sup>. A interlocutora Ana Elisabete Ramos do Amaral também rememora com emoção que ela fazia

<sup>964</sup> CARNEIRO, 2023, *op. cit.*, p. 14

<sup>965</sup> Entrevista com Edson Ramos de Paulo em 7 de abril de 2022 em Cruz Alta (RS).

<sup>966</sup> *Ibidem*.

<sup>967</sup> Entrevista com Ubirajara Oliveira Ramos em 21 de fevereiro de 2022, em Rosário do Sul (RS).



parte da Turma do Embalo Jovem (Figura 61). “Era uma turminha de 10 até 15 jovens. O nome era Embalo Jovem. As festas aconteciam aos sábados à noite e aos domingos. A função do grupo era ajudar organizar os eventos”<sup>968</sup>. E, nessa organização, “muitas vezes ficávamos na portaria recebendo/vendendo os ingressos. [...] arrecadar dinheiro para a Sociedade”<sup>969</sup> Ao encerrar sua fala, com saudades, exclamou: “hoje não temos mais este espaço. E faz falta”<sup>970</sup>.

**Figura 61 - Grupo Embalo Jovem – década de 1970.**



Fonte: Acervo Pessoal de Ana Elisabete Ramos do Amaral.

Nota: Jovens em pé: Ataliba da Silva Silveira, Vilmar Fiuza Maia, Paulo Pinheiro, Nara Nei Osório Faleiro, Luís Carlos Charão, Diana Santos Alves, Ceneci da Silva Dutra, Ademir Dutra. Jovens agachados: Jorge Fontoura, Ana Elisabete Ramos e Nilson Menezes. Sede da Sociedade Recreativa Beneficente União Rosariense, Rua Amaro Souto, nº 2265.

Nesta perspectiva, entende-se que a SRBUR era um espaço coletivo de existência entremeado pela alegria que os bailes e outras atividades proporcionavam. E, ao mesmo tempo, é possível perceber engajamento no planejamento e na organização: “vestia-se a camisa” para continuação e fortalecimento de um projeto de liberdade e cidadania. Na década de 1970 (Figura 61), a vestimenta das/os jovens era mais informal, alegre e colorida. As calças bocas de sino era um ícone da época e eram usadas tanto por homens como quanto por mulheres. O calçado deveria ser apropriado para quem quisesse dançar a noite toda ao som do vinil. No Clube União se estabeleciam densos laços de amizade entre jovens negras e negros

<sup>968</sup> Entrevista com Ana Elisabete Ramos do Amaral no dia 23 de fevereiro de 2022, em Rosário do Sul (RS).

<sup>969</sup> Ibidem.

<sup>970</sup> Ibidem.

que, à sua maneira, resistiram às agruras daquele racismo que continuava prevalecente ao longo do século 20, também no interior do estado do Rio Grande do Sul<sup>971</sup>.

Porém, para muitos/as chegava a hora da partida! Vários/as destes/as jovens precisaram migrar para outros municípios. Por exemplo, em 1967, o filho mais velho da Brandina, Edson Ramos de Paulo, em razão de transferência pelo Exército Nacional, foi residir em Uruguaiana e posteriormente em Cruz Alta. Em seguida foi a vez do filho mais velho de Davina, irmã de Brandina, Cláudio Ramos da Silva, migrar para Santa Maria e depois para Gravataí, isso em função de seu ofício enquanto Tenente da Brigada Militar. Em 1982, por razões econômicas, Ana Elisabete Ramos do Amaral, seu esposo Gilberto Ferreira do Amaral e seus filhos também foram residir em São Leopoldo e depois em Gravataí. Entretanto, outros/as tantos/as jovens e demais associados/as da SRBUR permaneceram em Rosário do Sul. Então, quando possível, os/as que tinham migrado retornavam à passeio. E o local para se encontrar e se divertir era no Clube União, espaço coletivo de existência e resiliência negra no pós-Abolição, que por ora, não existe materialmente, apenas nas memórias de seus protagonistas.

Compreende-se que investigar e evidenciar as experiências e vivências das mulheres negras, juntamente com suas famílias, no processo de continuação e fortalecimento de um projeto de liberdade, é romper com o silêncio e a invisibilidade historiográfica a que por muito tempo foram relegadas. Também é importante perceber que várias mulheres conseguiram “sair”<sup>972</sup> dos espaços e dos papéis sociais que lhes foram atribuídos e praticaram atos de transgressão<sup>973</sup> e, por diversas vezes, fizeram da “subsistência uma arte”<sup>974</sup>. Elas estiveram presentes, com suas agências/ações, nas diferentes fases da trajetória deste associativismo, e foram fundamentais para manter um equilíbrio dentro e fora dessa agremiação negra rosariense.

---

<sup>971</sup> Como foi evidenciado no capítulo dois desta tese. “Discriminação racial em Rosário: Estudantes fizeram representação” (A Plateia, - 19/06/1972); “Denúncia de racismo em Rosário do Sul” (Zero Hora – 21/06/1972); e “Onda racista” (Zero Hora – 29/07/1972).

<sup>972</sup> PERROT, Michelle. “Sair”. In: FRAISSE, Geneviève. PERROT, Michelle. **A história das mulheres no Ocidente**. O século XIX. Trad. De M.H.da C. Coelho, I. M. Vaquinhas, L. Ventura, G. Mota. Porto: Afrontamento; São Paulo: EBRADIL, 1994, p. 503-539.

<sup>973</sup> hooks, bell, 2017, *op. cit.*

<sup>974</sup> HARTMAN, 2022, *op. cit.*

#### 5.4 EVIDÊNCIAS DE EXISTIR, SER, ESTAR E LUTAR

O presente subcapítulo tem por escopo apresentar fragmentos de trajetórias de duas famílias que, juntamente com muitas outras, continuaram agindo para manter a Sociedade Recreativa Beneficente União Rosariense: a família de Alice Osório Faleiro e Nadir Alves Faleiro e a família de Zulmira Ramos Soares e Hélio Ferreira Soares. O objetivo aqui é garantir que vivências de sujeitas negras e sujeitos negros, estas e estes praticamente não visíveis na historiografia de Rosário do Sul, possam ser percebidas, percebidos, visibilizadas e visibilizados proporcionando, desta forma, a apreensão de uma realidade heterogênea e complexa de existir, ser, estar e lutar.

É justamente na casa da Nara Nei, filha de Alice Osório Faleiro e Nadir Alves Faleiro, está o acervo que salvaguarda documentos da agremiação negra rosariense, a SRBUR, herança de uma trajetória centenária de resistência, luta por cidadania e preservação de sua própria memória:

Os detentores dos patrimônios negros são sujeitos políticos, protagonistas da história do Brasil, guardiões de memórias e narradores de histórias pouco divulgadas, mesmo que não tenham tido acesso à educação formal, mesmo que não tenham reconhecimento social e formação escolar/acadêmica. Estarão sempre, como nós, escrevendo e reescrevendo histórias e novas estratégias de vida e de luta<sup>975</sup>.

Os documentos do Acervo da SRBUR foram fundamentais para identificar vivências e laços familiares de parentesco nesta pesquisa, tornando possível refletir sobre trajetórias individuais e coletivas na luta por liberdade e cidadania, relações que, também, passavam por temores, dependências e subalternidades numa sociedade marcada pelas experiências da escravidão e do patriarcado.

O fio que liga as famílias de Osório/Faleiro e Ramos/Soares é que ambas foram contemporâneas e lutaram, no início da década de 1960, para que a sede da SRBUR fosse permutada. A sede anterior, localizada ao lado da Praça Borges de Medeiros, na Rua Marechal Floriano Peixoto nº 148, foi permutada com a Associação, Instrução Educação e Caridade, para a nova sede situada na Rua Amaro Souto nº 2265, no outro lado da Praça central. Como foi evidenciado no capítulo 2 desta tese, Nadir Alves Faleiro se posicionou a favor da troca, argumentando que a nova sede teria maior conforto: salão para baile com capacidade para 200 pessoas e diversas salas para biblioteca, secretaria, boate, jogos, copa,

---

<sup>975</sup>ABREU, Martha; MATTOS, Hebe; GRINBERG, Keila. História pública, ensino de história e educação antirracista. **Revista História Hoje**, v. 8, nº 15, p. 17-38 – 2019, p. 34.

refeitório, depósito e amplas instalações sanitárias. Além disso, a partir do cinquentenário da SRBUR, estas famílias atuaram de forma significativa nas diversas agências sociais, culturais, políticas e beneficentes desta agremiação.

#### **5.4.1 Família de Alice Osório Faleiro e Nadir Alves Faleiro**

Nadir Alves Faleiro, ao longo dos seus 92 anos de idade, teceu fios, construiu redes e participou de forma intensa da vida associativa. Nadir nasceu em 15 de novembro de 1919, de cor mista/preta<sup>976</sup>, filho de Marfisa Soares Faleiro, uma dona de casa, e Máximo Alves Faleiro, um agricultor. Casou com Leonor Soares, de cor mista, responsável pelos afazeres domésticos. Leonor era filha de Catarina Lima Soares e Arquimino Soares, e irmã de Hélio Ferreira Soares que foi presidente da Sociedade Recreativa Beneficente União Rosariense no ano de 1966. Da união entre Nadir e Leonor, nasceu a filha Liege Terezinha Soares Faleiro (Genograma 8).

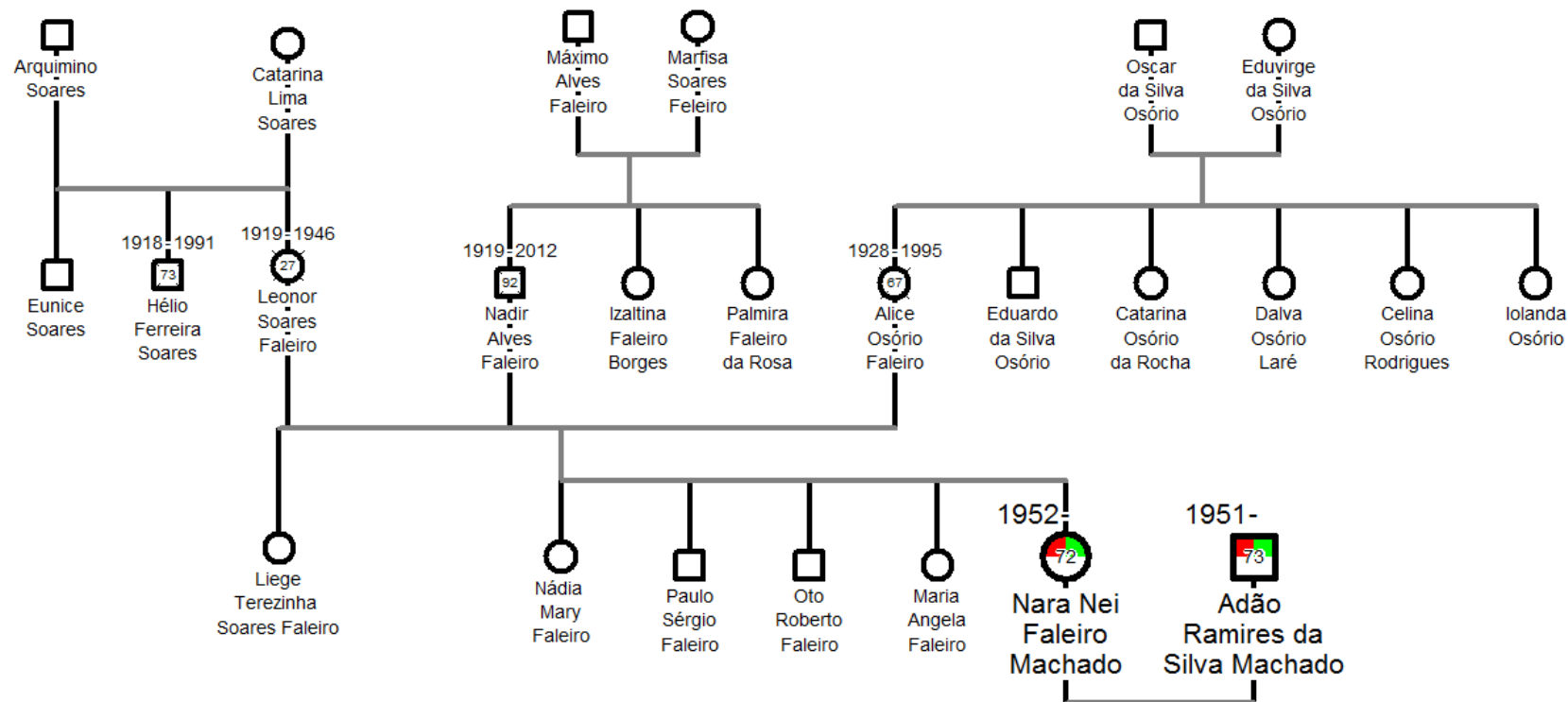
Na assembleia realizada na noite de 23 de dezembro de 1932, na sede da Sociedade União localizada na Rua Voluntários da Pátria nº 26, foi efetuada a apresentação e aprovação de nova sócia, Leonor Soares. Nos anos seguintes, ela foi eleita 1ª procuradora (1935, 1937) e oradora (1938). Em 21 de maio de 1936, sua mãe, Catarina, foi eleita 2ª diretora. Na reunião realizada em 11 de dezembro de 1937, Leonor realizou a entrega de valores referentes aos talões cobrados e em 13 de maio de 1938, transmitiu o cargo de procuradora para Marília Soares Barbosa, filha de Almir Soares Barbosa. Em 1939, Leonor foi novamente eleita 1ª procuradora e neste mesmo ano seu futuro marido, Nadir Alves Faleiro, se tornou sócio da União. Em 1940, ela recebeu o título de sócia remida. Em 19 de maio de 1946, Leonor Soares faleceu vitimada por tuberculose pulmonar<sup>977</sup>. Os documentos oficiais (certidões de casamento e óbito) analisados e o diálogo com interlocutores e interlocutoras informam sobre as relações de parentesco, amizades e redes estabelecidas entre famílias integrantes da Sociedade União Rosariense. E, provavelmente, estas relações eram iniciadas e fortalecidas neste espaço de sociabilidade.

---

<sup>976</sup> A identificação da representação racial - cor - em documentos oficiais muda no decorrer de sua vida. A cor mista está presente no Certificado de Reservista de 1ª Categoria, nº 242825, de Nadir Alves Faleiro, 1940, Ministério da Guerra. A cor preta está escrita no Registro Civil de pessoas Naturais. Comarca Rosário do Sul/RS, Certidão de Óbito. Matrícula: 097220 01 55 2012 4 00033 141 0010945 33. Portanto, a declaração da cor é situacional.

<sup>977</sup> Registro Civil de pessoas Naturais. Comarca Rosário do Sul/RS, Certidão de Óbito. Livro: C- 7 – Folha 96– Termo: 4651.

**Genograma 8 - Família de Alice Osório Faleiro e Nadir Alves Faleiro.**



<p><b>Símbolos do Genograma</b></p> <p>Masculino      Feminino</p>	<p><b>Relacionamento familiar</b></p> <p>Casamento ou relação que gerou filhos/as</p>	<p> Mulher entrevistada e que disponibilizou documentos salvaguardados pela sua família</p> <p> Homem entrevistado e que disponibilizou documentos salvaguardados pela sua família</p>
--	---	--

Fonte: Elaborado por Elaine Smaniotto através do software GenoPro tendo como fontes principais registros civis-cartoriais e entrevistas com Entrevista com Nara Nei Faleiro Machado nos dias 30 de abril de 1921 e 23 de fevereiro de 2022 e com Adão Ramires da Silva Machado no dia 23 de fevereiro de 2022 em Rosário do Sul (RS).

O viúvo, Nadir Alves Faleiro, se casou novamente, agora com Alice Osório, em 30 julho de 1949 (Genograma 8). Ela, nascida em 1928, filha de Eduvirge da Silva Osório, responsável pelos afazeres domésticos e lavadeira, e Oscar da Silva Osório, jornalista, funcionário da empresa frigorífica *Swift Armour S.A.* de Rosário do Sul. Desta união, nasceram três filhas: Nádia Mary, Nara Nei e Maria Ângela; e dois filhos: Paulo Sérgio e Oto Roberto.

Na juventude, Nadir tinha a profissão de sapateiro. Em 1940/1941 foi reservista de 1ª categoria, modalidade fuzileiro e cabo para reserva. Mais tarde, funcionário público municipal. Foi eleito vereador pela ARENA<sup>978</sup>, cujo mandato foi de 1973 até 1977. Ele foi o primeiro vereador negro eleito para ocupar uma cadeira no Poder Legislativo do município de Rosário do Sul<sup>979</sup>. Filiou-se no Partido Progressista em 14 de outubro de 1995. Nadir foi um dos fundadores do Grêmio Esportivo Municipal, do qual foi presidente no ano de 1976. Foi nomeado presidente, em 1971, do Conselho Municipal Desporto (CMD) e recebeu vários títulos de reconhecimento aos serviços prestados, como o de destaque desportivo. Isso indica que Nadir possuía habilidades relacionais, participava de articulações coletivas, intercâmbios sócio-culturais e ampliava o leque de sociabilidades entre agremiações.

Alice, Nadir e a filha Nara Nei participaram intensamente da Sociedade Recreativa Beneficente União Rosariense. Observando as Atas identifica-se que na diretoria da Ala Feminina, Alice Osório Faleiro foi eleita 2ª tesoureira no ano de 1966, 1ª secretária no período de 1967 até 1969 e presidenta em 1977 e 1978.

Por várias décadas Nadir Alves Faleiro fez parte da diretoria da Sociedade: Nos anos de 1939, 1940 e 1958 atuou como secretário; em 1941, foi procurador e responsável pela copa desta agremiação. Atuou como presidente nos anos de 1960 e 1961; 1969 até 1972 e 1977 e 1978. Na Ata datada de 06/01/1973 e na escritura pública nº 1.617/024, lavrada em 07/02/1973 no Tabelionato da cidade de Rosário do Sul<sup>980</sup> consta que Nadir, enquanto presidente da Sociedade, assinou a venda de uma fração de terreno localizado nos fundos da sede – quarteirão 37 (12m X 23m 90cm), na Rua Amaro Souto, nº 2265, para a Prefeitura

---

<sup>978</sup> Em outubro de 1965, por meio do Ato Institucional nº 2 (AI-2), a ditadura civil-militar extinguiu os partidos políticos e o sistema pluripartidário em vigência no país desde 1945, criando um novo sistema partidário, o bipartidarismo, que durou até 29 de novembro de 1979, quando o Congresso, decretou o fim do bipartidarismo e abriu espaço para a reorganização de um novo sistema multipartidário. O sistema partidário era formado de um partido governista, denominado de Aliança Renovadora Nacional (ARENA), e de um partido oposicionista, denominado Movimento Democrático Brasileiro (MDB).

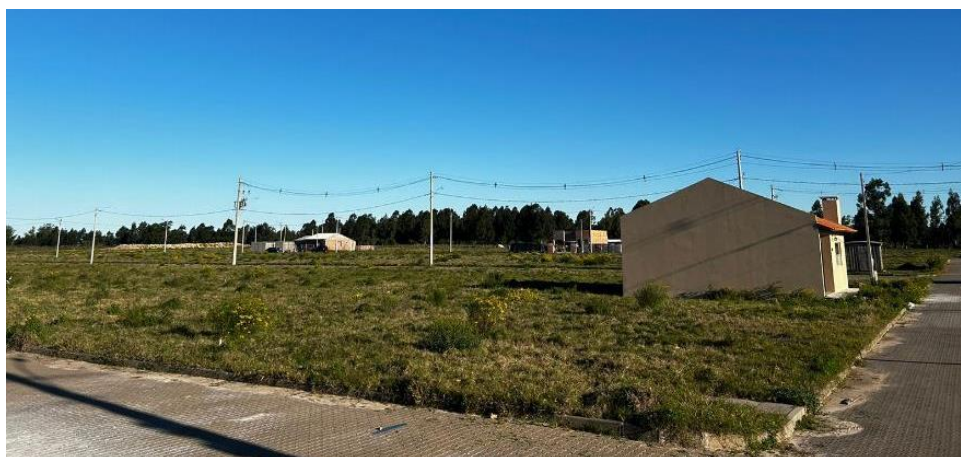
<sup>979</sup> Parlamentares negros e sócios da SRBUR que atuaram na Câmara de Vereadores de Rosário do Sul foram os seguintes: Nadir Alves Faleiro (ARENA), Odilon Amaral Santiago (PDT) e Dario Arsenio da Rosa Cândido (PDT).

<sup>980</sup> Registro de Imóveis de Rosário do Sul. Certidão. Livro 3/AC, folha 34, nº 31.390. Data: 13/02/1973.

Municipal, no valor de oito mil cruzeiros. Nadir também atuou como conselheiro (1962; 1963 e 1979); 1º secretário (1964 e 1974); tesoureiro (1965); orador e bibliotecário (1968); presidente de honra (1981; 1982; 1993 até 1995; 1997 e 2004 até 2008). Ele participou, ainda, da comissão fiscal (1974; 1993 até 1997). Na Ata de 12/10/1973, o secretário Dirceu Ramos Soares, sobrinho de Almir Soares Barbosa, registrou que Nadir recebeu o título de sócio benemérito.

Além da Sociedade Recreativa Beneficente União Rosariense, o Poder Legislativo de Rosário do Sul também homenageou Nadir Alves Faleiro com o título de Negro Honorável em reconhecimento aos trabalhos desenvolvidos em prol da cultura negra deste município. Nara Nei, filha de Nadir, juntamente com o vereador Alisson Furtado Sampaio, do Partido Progressista (PP), reivindicaram e foram atendidos por meio do Projeto de Lei nº 15/2021 que “Dispõe sobre a denominação da Rua Nadir Alves Faleiro”. A Rua “H” do Loteamento Sol Nascente, localizada entre os bairros Santa Marta e Lafar Azevedo passou a denominar-se Rua Nadir Alves Faleiro a partir de 13/04/2021. Porém, até então (Figura 62) a placa com a denominação “Rua Nadir Alves Faleiro” ainda não foi colocada.

**Figura 62 - Loteamento Sol Nascente – Rua Nadir Alves Faleiro – 2024.**



Fonte: Acervo Pessoal de Julia Miller Borges Rodrigues.

Observando as fontes e ouvindo interlocutores e interlocutoras percebe-se que as filhas e os filhos de Nadir e Alice não participavam da SRBUR de forma homogênea. Nádia Mary participava eventualmente das festas e Maria Ângela debutou no ano de 1977. Paulo Sérgio e Oto Roberto, ainda jovens, foram estudar na cidade de Pelotas. Paulo seguiu carreira na Aeronáutica, atuando na Força Aérea Brasileira, e Oto se tornou agente penitenciário em Porto Alegre. Nara Nei se diferenciava de seus irmãos e participava das atividades oferecidas pelo Clube desde criança (Figura 63), e esta relação se intensificava uma vez que seus pais faziam parte da diretoria e o esposo, Adão Ramires da Silva Machado, jogava no time de futebol que representava esta agremiação e, mais tarde, também foi eleito presidente da Sociedade União.

**Figura 63 - Baile de Carnaval – 1960.**



Fonte: Acervo Pessoal de Nara Nei Faleiro Machado.

Nota: Rainha da SRBUR Terezinha Oliveira, Alcidiney Josende da Rosa, Nara Nei Osório Faleiro.  
Sede da Sociedade Recreativa Beneficente União Rosariense Rua Marechal Floriano Peixoto - Praça  
Borges de Medeiros, nº 48.



Neste ato cerimonial, representado pela fotografia (Figura 63), a coroa foi levada por Nara Nei Faleiro, então criança. A corte da rainha e demais presentes neste evento estavam vestidos com trajes de acordo com as exigências do momento. Trata-se de mais uma experiência para viver, ver e ser vista positivamente neste lugar de pertencimento, como já foi evidenciado, principalmente, nos capítulos 3 e 4 desta tese.

Nara Nei, em 1971, passou a ser sócia efetiva da SRBUR e seguindo o exemplo de seus pais, se tornou membro da diretoria assumindo cargos como: 2ª secretária do Departamento Feminino nos anos de 1977 e 1978. Na diretoria geral foi 1ª secretária nos anos de 1981 até 1983 e tesoureira no período de 2004 até 2016. Quando Nara Nei completou seus 17 anos, comemorou esta data participando do primeiro baile de debutantes no Clube União, ocorrido em 25 de outubro de 1969. Profissionalmente, Nara Nei atuou como caixa de supermercado, funcionária pública municipal (no setor financeiro), secretária em escritório de contabilidade e funcionária na Agência do Banco do Brasil. Além da atuação profissional e na diretoria da Sociedade, Nara cumpre um papel proativo no cenário da cidade de Rosário do Sul. Participou do processo de fundação do Grupo Palmares (Rosário do Sul), da fundação da Associação das Mulheres Negras de Rosário do Sul “Terezinha Oliveira Santana”. Além disso, foi integrante do Grupo da Terceira Idade “Fonte de Vida” e atua na Associação Damas de Caridade no pagamento de mensalidade e na promoção de eventos, como bailes, chás, rifas e brechós. Nara filiou-se no Partido Progressista de Rosário do Sul em 23 de junho de 2010 e foi candidata à vereadora por este partido político em 2012. Fragmentos da trajetória da família Faleiro demonstram mobilidade social e agências no universo político rosariense.

Em 22 de maio 1982, Nara Nei se casou com Adão Ramires da Silva Machado, filho de Delço Machado e Francisca da Silva Machado. Da união entre Nara e Adão nasceram dois filhos, Leandro e Lauren. No final da década de 1970, Adão foi apresentado e aceito na Sociedade Recreativa Beneficente União Rosariense. Sua primeira atuação foi na área do esporte, era jogador de futebol. Ao ser entrevistado, Adão falou que geralmente “os jogadores não pagavam a mensalidade. Assim eles eram recompensados por jogar na União. Estavam representando a Sociedade”. No seu entendimento, este gesto “era um incentivo para os guris [...] Nunca esqueço. A gente jogava e depois do jogo ia todo mundo lá no Clube [...]. Lá de vez em quando saía um churrasco. Se reunia mais era para tomar uma ceva e comer salgadinho, algo assim”. Também relata que “passei a frequentar o Clube, me encontrei com a Nara Nei. Depois do casamento eu fui o presidente mais jovem que a Sociedade União teve”

<sup>981</sup>. No período de setembro de 1981 até dezembro de 1982 e, nos anos de 2001 até 2016, atuou como presidente da Sociedade Recreativa Beneficente União Rosariense. Até o ano de 2008, as reuniões da Diretoria eram realizadas na sede da Sociedade, localizada na Rua Amaro Souto, nº 2265, e a partir de julho de 2009, na residência do presidente e dos associados, no Salão de festas do CTG Passo do Rosário dentre outros locais.

A interlocutora Nara enfatiza que “todos unidos, por vários anos conseguimos manter a Sociedade que foi referência aqui na nossa região”<sup>982</sup>. Eventos coletivos e particulares<sup>983</sup> eram ali realizados e era nesta sociabilidade que negras e negros se conheciam e se reconheciam.

#### **5.4.2 Família de Zulmira Ramos Soares e Hélio Ferreira Soares**

Zulmira Ramos nasceu em 26 de maio de 1926<sup>984</sup>, filha de Trindade Ramos cuja atividade laboral era lavadeira, e neta de João Ramos que trabalhou nas terras do fazendeiro Ananias Vasconcellos. Depois de liberto passou a residir na Vila Rio Branco. A interlocutora Valdenice Ramos Soares contou que inicialmente “a vó Trindade lavava as roupas no rio, depois lavava em casa. Ela e a vó Catarina, a dona Rosa Amélia, a Tia Bila (Umbelina) lavavam roupas”. E contou ainda que, “quando chegava gente no Grande Hotel, ou no Hotel 15 de Novembro, já mandavam levar as roupas lá em casa para serem lavadas [...]. As camisas deveriam ser lavadas e engomadas, também levavam ternos, que eram lavados e passados”<sup>985</sup>. Quando criança Zulmira auxiliava a sua mãe, e, quando adulta, foi funcionária pública atuando no Centro de Saúde pela parte da manhã e no consultório particular do Dr. Idalino Barbosa de Freitas, pela parte da tarde.

Na década de 1940, Zulmira Ramos casou-se com Hélio Ferreira Soares nascido em 08 de maio de 1918<sup>986</sup>, filho de Catarina Lima Soares e Arquimino Soares. Segundo as lembranças de Valdenice Ramos Soares,

---

<sup>981</sup> Entrevista com Adão Ramires da Silva Machado no dia 23 de fevereiro de 2022 em Rosário do Sul (RS).

<sup>982</sup> Entrevista com Nara Nei Faleiro Machado no dia 23 de fevereiro de 2022 em Rosário do Sul (RS)

<sup>983</sup> Evento particular como o que ocorreu no ano de 2007 a família Osório Faleiro e amigos comemoraram as Bodas de prata do casal Nara Nei e Adão Ramires. A festa foi realizada na sede da Sociedade Recreativa Beneficente União Rosariense. Neste local os laços desta e de várias outras famílias eram fortalecidos.

<sup>984</sup> Registro Civil de Pessoas Naturais. Comarca Rosário do Sul, Certidão de Nascimento. Livro: A- 12- Folha 153v. Termo: 6788.

<sup>985</sup> Entrevista com Valdenice Ramos Soares no dia 6 de julho de 2022 em Porto Alegre (RS).

<sup>986</sup> Registro Civil de Pessoas Naturais. Comarca Rosário do Sul, Certidão de Casamento. Livro: B-16 – Folha: 57. Termo: 3552.

O avô Arquimino trabalhava na Corte. Ali viviam os militares e ele trabalhava lá<sup>987</sup>. [...] A vó Catarina ficava na cidade. O pai (Hélio) estudava, porque quando eles moravam na Corte, o pai estudava no colégio do Padre Ângelo Bartelle<sup>988</sup>. Ele tinha que vir todos os dias e voltar. E muitas vezes, voltava a pé. E fica muito longe<sup>989</sup>.

Então, diante desta dificuldade, sua avó Catarina foi morar na cidade e, assim, seu pai conseguiu frequentar a escola por mais alguns anos. Quando jovem, Hélio Ferreira Soares, era jornalista. No ano de 1932, ingressou na segunda Divisão de Cavalaria no Quartel de Rosário<sup>990</sup>. Mais tarde, atuou como funcionário público municipal.

---

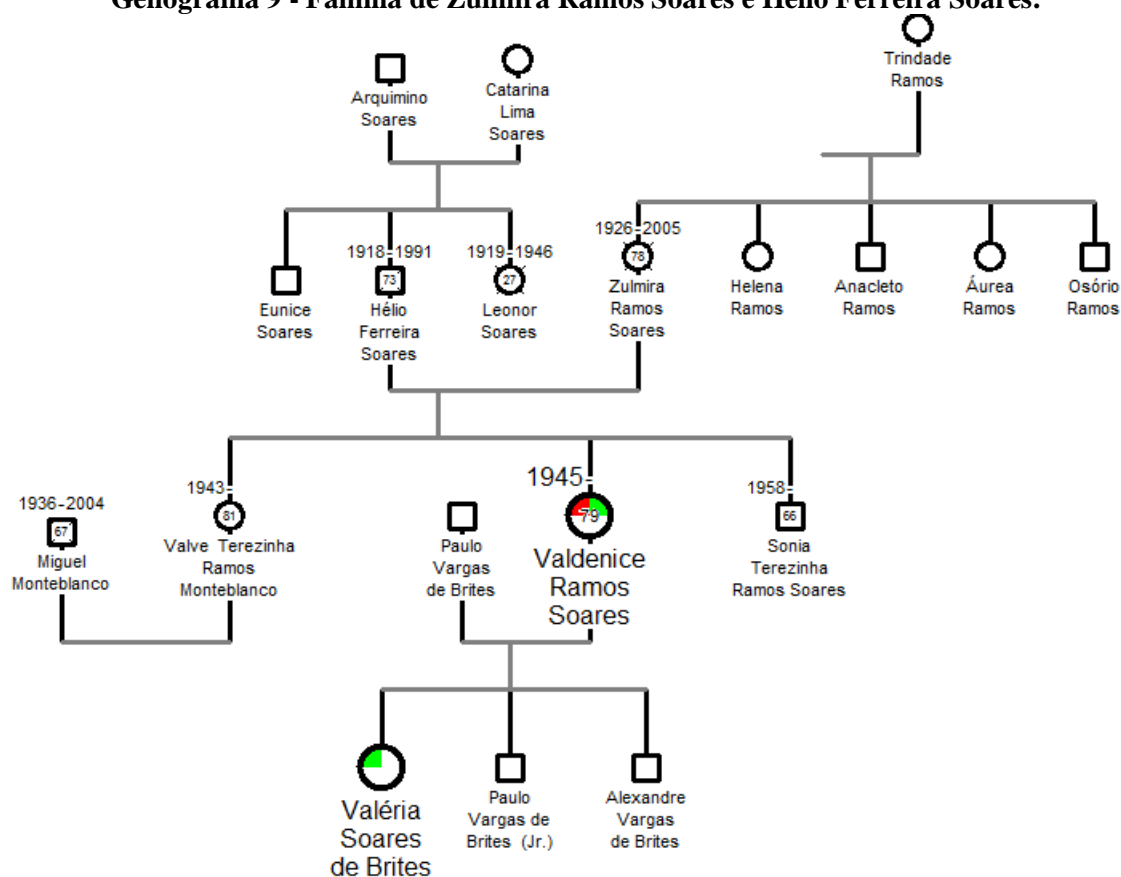
<sup>987</sup> Campo de Instrução Militar de Rincão localizado na Vila Corte, 1º Distrito do município de Rosário do Sul.

<sup>988</sup> O padre Ângelo Bartelle, por 40 anos atuou no município de Rosário do Sul (1917 – 1957). Além de sua atividade religiosa, foi Inspetor Escolar do município de Rosário, posto equivalente ao de Secretário de Educação nos dias atuais. Também exerceu o magistério e direção escolar.

<sup>989</sup> Entrevista com Valdenice Ramos Soares no dia 6 de julho de 2022 em Porto Alegre (RS).

<sup>990</sup> Caderneta Militar de Hélio Ferreira Soares. Exército Brasileiro, nº 699, série A.

**Genograma 9 - Família de Zulmira Ramos Soares e Hélio Ferreira Soares.**



<p><b>Símbolos do Genograma</b></p> <p>Masculino      Feminino</p>	<p><b>Relacionamento familiar</b></p> <p>Casamento ou relação que gerou filhos/as</p>	Mulher entrevistada e que disponibilizou documentos salvaguardados pela sua família  Mulher que disponibilizou documentos salvaguardados pela sua família
--	---	---

Fonte: Elaborado por Elaine Smaniotto através do software GenoPro tendo como fontes principais registros civis-cartoriais e entrevista com Valdenice Ramos Soares no dia 6 de julho de 2022 em Porto Alegre (RS).

Esta família também participava ativamente da Sociedade Recreativa Beneficente União Rosariense. Zulmira faz parte da diretoria feminina atuando como 4ª diretora no ano de 1962, foi presidenta em 1963 e 1966, eleita 1ª diretora em 1965 e atuou no departamento social nos anos de 1967 até 1969. Nas décadas seguintes, ela continuou participando do processo de sociabilização deste coletivo negro rosariense do qual fazia parte e, em junho de 2004, recebeu o título de Sócia Benemérita da SRBUR pelos constantes serviços prestados. Seu esposo, Hélio foi eleito 2º diretor no ano de 1964, 1º diretor em 1965, presidente no ano de 1966, 2º vice-presidente em 1967 e 1º vice-presidente em 1968. A interlocutora Valdenice lembra que

A mãe (Zulmira) circulava por todos os lugares [...]. Ela era do grupo das Damas de Caridade, que trabalhavam para tudo, que angariavam fundos para as creches. Participava da Igreja Católica, da Escola Embaixadores do Ritmo. Na Prefeitura Municipal, tudo que ela precisava para o Posto de Saúde ela conseguia. Meu pai trabalhava na Prefeitura também. Ele era arquivista durante o dia e, pela parte da noite, atuava na Câmara de Vereadores quando havia reuniões<sup>991</sup>.

As memórias de Valdenice tentam evidenciar que Zulmira transitava por espaços de poder tanto interna quanto externamente, os quais a maioria das mulheres da sua geração, principalmente as negras, não conseguiu acessar.

A fotografia (Figura 64) não difere de muitas outras registradas na sede da SRBUR e demonstradas ao longo desta tese de doutorado. Nela, aparece a mesma pretensão de elegância tanto nas roupas, calçados, adereços (brincos, pulseira, relógio) e penteados dos presentes quanto na decoração do salão. No segundo plano, canto esquerdo superior da fotografia, aparece um quadro com registros imagéticos de momentos festivos promovidos por esta agremiação, no intuito de evidenciar a sua trajetória e impor ao futuro certa imagem de si mesma. O carnaval, como foi mostrado no capítulo 4 deste estudo, não podia faltar. E cada rainha procurava criar sua própria fantasia, observando que, com o passar dos anos, tais indumentárias festivas se adequavam aos acontecimentos de seu próprio tempo.

---

<sup>991</sup> Entrevista com Valdenice Ramos Soares no dia 6 de julho de 2022 em Porto Alegre (RS).

**Figura 64 - Baile de Carnaval – década de 1960.**



Fonte: Acervo Pessoal de Valéria Soares de Brites.

Nota: Zulmira Ramos Soares, Maria Gertrudes Rodes Jaques e Hélio Ferreira Soares. Sede da Sociedade Recreativa Beneficente União Rosariense, Rua Amaro Souto, nº 2265.

A experiência do Carnaval de Rosário do Sul permanece viva na memória de Valdenice, filha da Zulmira e do Hélio. Segundo Valdenice, “a Escola de Samba funcionava o ano todo. Porque sempre tinha promoções, venda de risoto, chás, jantares, bailes, isso tinha muito na época <sup>992</sup>”. E Valéria, filha de Valdenice, rememora com saudades os vários momentos vividos na Sociedade Recreativa Beneficente União Rosariense: “ali saiam bailes maravilhosos, orquestras vindas de vários lugares. Era um espaço maravilhoso!”<sup>993</sup>

Seguindo o exemplo da dona Zulmira, sua mãe, a professora Valve assumiu cargos na diretoria feminina: foi 1ª diretora (1962), 1ª secretária (1963), presidenta (1965) e 1ª vice-presidenta (1977). Ela se casou com o sargento militar Miguel Monteblanco que também era sócio e exerceu várias funções na diretoria da Sociedade Recreativa Beneficente União Rosariense: orador (1960 e 1961), presidente (1962; 1978 até 1980), bibliotecário (1963), 1º

<sup>992</sup> Diário de Campo do dia 06 de julho de 2022 em Porto Alegre (RS).

<sup>993</sup> Ibidem.

diretor (1964) e diretor social (1965). Ainda foi tesoureiro (1971), membro da comissão fiscal (1974), vice-presidente (1977) e atuou no departamento esportivo (1977 e 1978). Já na década de 1980, em função da profissão de Miguel, o casal precisou migrar: foram viver em cidades do Rio Grande do Sul, como Santana do Livramento e São Gabriel, e, mais tarde, passaram a residir em Cascavel, estado do Paraná.

Valdenice Ramos Soares também era professora de Séries Iniciais do Ensino Fundamental. Lecionava na Escola do Horto e era funcionária pública onde desenvolvia atividades no Centro de Saúde do município de Rosário do Sul. Como foi evidenciado no capítulo 3 desta tese, no ano de 1962, Valdenice foi eleita Rainha da Sociedade Recreativa Beneficente União Rosariense. Em 1963, ela se casou com Paulo Vargas de Brites, que era gerente de máquinas agrícolas, e eles foram morar na Campanha, mais precisamente em Campo Seco, na localidade de Santa Ambrosina. Ali nasceram seus três filhos: Valéria, Paulo e Alexandre. E, seu depoimento, demonstrando tristeza, Valdenice falou que “aí era muito difícil participar dos eventos na Sociedade União. Ficava numa distância de 18 quilômetros. E o Paulo se acomodou e não queria mais participar”<sup>994</sup>. Valdenice guarda muitas lembranças especiais do tempo que viveu em Rosário do Sul. Ela relatou, por exemplo, uma experiência ao viajar de trem desde a cidade até a capital do Rio Grande do Sul:

Tinha um trem de nome Minuano. Ele passava pela manhã e quando chegava em Porto Alegre já era noite. Era o trem de passageiros. E tinha outro que era de linha normal e mais outro que era o trem de carga. No Minuano eram servidas bebida e comida. Geralmente a gente escolhia a *lá minuta* que era servida nas mesas. Os bancos eram acolchoados. Eu viajei no Minuano quando casei, em 1963 [...]. Tinha leito, tinha tudo no trem<sup>995</sup>.

Em relação ao transporte ferroviário, o pesquisador Leonel Brizolla Monastirsky observa que

Com o dinamismo do comércio e do confortável transporte de passageiros e absolutamente envolvidas com a chegada da tecnologia moderna, as pessoas confirmaram as suas expectativas com relação aos benefícios da ferrovia quando se perceberam pertencentes e participantes de um circuito que proporcionava a instantaneidade: das viagens e das informações e, associado a isso, acessibilidade às mercadorias, aos modismos, à cultura e ao lazer<sup>996</sup>.

---

<sup>994</sup> Entrevista com Valdenice Ramos Soares no dia 6 de julho de 2022 em Porto Alegre (RS).

<sup>995</sup> Entrevista com Valdenice Ramos Soares no dia 6 de julho de 2022 em Porto Alegre (RS).

<sup>996</sup> MONASTIRSKY, Leonel Brizolla. Estação ferroviária: “lugar-de-memória” das cidades brasileiras. **Espaço & Geografia**, v. 16, n 2, p. 781-804, 2013, p. 797. Disponível em: <<https://periodicos.unb.br/index.php/espacoegografia/article/download/40001/31103/113639>> Acesso em 24 ago. 2023.

A partir dos anos de 1920, a Viação Férrea do Rio Grande do Sul, com administração do governo estadual, “recebeu as atenções e os investimentos condizentes com sua proporção de principal meio de transporte de longa distância, a potencializar a circulação e as trocas comerciais”<sup>997</sup>. Dentro deste contexto, Rosário também participou do processo de urbanização e protagonismo no interior do Estado, isso em grande medida da decorrência de sua estação férrea que a interligava a outras cidades (Mapa 3). Sendo assim, por várias décadas, o transporte férreo, com idas e vindas de produtos, pessoas, notícias e ideias, era usado por brasileiros e uruguaios e, conseqüentemente, colaborava para significativas mudanças econômicas, políticas, sociais e culturais ligadas ao lazer e ao cotidiano da vila/cidade de Rosário do Sul. Além de Valdenice outras interlocutoras e outros interlocutores teceram comentário sobre as transformações em torno do advento do transporte ferroviário e suas conseqüências na sociedade local e regional.

Por fim, é pertinente afirmar que diversas famílias, assim como as de Alice e Nadir, Zulmira e Hélio, endossaram e potencializaram diferentes modos e meios de presença, agência e protagonismo na manutenção desse projeto de afirmação social, de resistência/existência/resiliência e estiveram presentes no desenvolvimento da história de Rosário do Sul, como foi demonstrado durante este estudo.

\*\*\*

Durante o percurso de pesquisa e escrita desta tese, procurei fazer emergir trajetórias e memórias de famílias protagonistas da SRBUR a partir de indícios, fragmentos orais, escritos e imagéticos acessados. Desta maneira, atentei para vivências individuais e coletivas tendo como fio condutor as experiências praticadas na Sociedade União que, em oposição ao apagamento das histórias das comunidades negras do sul do Brasil, seguem vivas na memória e nos acervos, principalmente, de seus/suas descendentes, garantindo assim, o direito à memória, à visibilidade e à historicidade, mesmo que parcialmente.

---

<sup>997</sup> HARRES, Marluza Marques. Trabalho, assistência e controle entre os ferroviários: Viação Férrea do Rio Grande do Sul (1920-1942). In: **História Unisinos/Centro de Ciências Humanas** – PPGH, Universidade do Vale do Rio dos Sinos – v. 6, n. 6. p. 219-250 – São Leopoldo: Unisinos, 2002, p. 220.



## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente tese teve como objetivo geral investigar a fundação e a trajetória da Sociedade Recreativa Beneficente União Rosariense, construída por um grupo de trabalhadoras negras e trabalhadores negros no município de Rosário do Sul, com recorte temporal para o período de 1915 até 1965.

O ponto de partida para este estudo ocorreu após um diálogo com o professor Paulo Roberto Staudt Moreira no qual confluímos que é de fundamental importância visibilizar experiências e agências coletivas negras no pós-emancipação também no interior do estado do Rio Grande do Sul, mesmo sabendo que as opções de arquivos e acervos são descentralizadas, diversas e de difícil acesso. Sendo assim, iniciei a pesquisa por meio da história oral, dialogando com pessoas que eram afiliadas da SRBUR e estavam dispostas a compartilhar suas memórias. A escuta de suas falas provocaram reflexões e despertaram um desejo ainda maior em conhecer e participar do processo de visibilidade e historicidade desta agremiação negra rosariense. Nas entrevistas que me concederam, Maria Romilda Rangel falou que “a Sociedade União era um espaço para o negro se juntar, se fortalecer e se manter”<sup>998</sup>; Sila Nunes da Silva disse que era um lugar “para a raça se divertir”<sup>999</sup>; Alcidiney Josende da Rosa ressaltou que “a gente vivia naquela vida difícil e ter uma Sociedade para se reunir, festejar e trocar ideias não tinha coisa melhor!”<sup>1000</sup>; José Rodrigues dos Santos afirmou que “a gente tinha vida social [...]. Saía de casa para ir para o Clube”<sup>1001</sup>; Nara Nei Faleiro Machado pontuou que “realizamos muitos eventos, muitos bailes, vinha muita gente de fora, conjuntos maravilhosos, aqueles bailes eram lindos!”<sup>1002</sup> e o professor Ataídes Rodrigues dos Santos explicou que a data fundante desta agremiação foi 1º de maio “porque 1º de maio é o Dia do Trabalhador. A comunidade negra era trabalhadora”<sup>1003</sup>. A partir dessas e de outras falas sobre este associativismo, várias portas foram se abrindo, redes foram formadas e, neste percurso, foi necessário agir com criatividade, perseverança, paciência e afeto. Isso tudo misturado com a vontade de um coletivo formado principalmente por mim, pela professora orientadora, pelo professor orientador e avaliador, pelas outras três professoras avaliadoras que compuseram a banca examinadora da tese, por onze interlocutoras, dez interlocutores, várias

---

<sup>998</sup> Entrevista com Maria Romilda Rangel no dia 21 de fevereiro de 2022 em Rosário do Sul (RS).

<sup>999</sup> Entrevista com Sila Nunes da Silva no dia 22 de fevereiro de 2022 em Rosário do Sul (RS).

<sup>1000</sup> Entrevista com Alcidiney Josende da Rosa no dia 15 de novembro de 2022 em Caxias do Sul (RS).

<sup>1001</sup> Entrevista com José Rodrigues dos Santos no dia 31 de dezembro de 2021 em Rosário do Sul (RS).

<sup>1002</sup> Entrevista com Nara Nei Faleiro Machado no dia 30 de abril de 2021 em Rosário do Sul (RS).

<sup>1003</sup> Entrevista com Ataídes Rodrigues dos Santos no dia 21 de fevereiro de 2022 em Rosário do Sul (RS).

colaboradoras e vários colaboradores. E neste caminhar conjunto, foi possível produzir e acessar distintos documentos, ler, interpretar, escrever e finalmente apresentar uma tese tal como a Sociedade União Rosariense merece. É sabido que nenhum trabalho de pesquisa vai retribuir o que aquelas cidadãs e aqueles cidadãos, em três ou mais gerações, fizeram com a agremiação e com a resistência e resiliência, mas sinto que contribuí ao mostrar experiências e agências negras em um existir coletivo no sul do Brasil.

Direcionando o olhar para diversas agremiações negras criadas na primeira metade do século 20 em território nacional, é possível perceber características aproximadas entre elas. Fica evidente que a resistência negra ocorria a partir de seu caráter reativo, uma vez que havia um impedimento, não escrito, às pessoas negras adentrarem em locais de sociabilidade, junto das pessoas brancas nacionais e de imigrantes vindos da Europa e seus descendentes. No entanto, a experiência associativa clubista não era só reativa, mas também guardava natureza afirmativa e de posituação, na qual se evidenciava o protagonismo daquelas e daqueles que se viram forçadas e forçados a criar estratégias para viver em uma nação republicana que, desde seu início, se revelou não ser para todas e todos.

Mulheres negras e homens negros sentiram na pele que a liberdade e a cidadania não seriam conquistadas apenas com aprovação de leis, constituídas ainda no período imperial brasileiro, como a Lei Eusébio de Queirós de 4 de setembro de 1850, a Lei do Ventre Livre de 28 de setembro de 1871, a Lei dos Sexagenários de 28 de setembro de 1885 e a Lei Áurea de 13 de maio de 1888. Essa conscientização fez com que elas e eles tomassem para si a tarefa de emancipação e isso ocorreu por meio de movimentos, talvez mais conhecidos, de maior alcance e ampla força política e mobilizadora, como a Frente Negra Brasileira e a Frente Negra Pelotense, criadas na década de 1930, a União dos Homens de Cor e o Teatro Experimental do Negro, gerados na década de 1940, o Conselho Nacional de Mulheres Negras, vinculado ao TEN, na década de 1950, o Grupo Palmares e o Movimento Negro Unificado, formados na década de 1970. Porém, pesquisas centradas na História Social com campo de observação no pós-Abolição, desenvolvidas no Brasil principalmente após a década de 1980, revelam que existiram centenas de organizações negras que forjaram estratégias para combater a exclusão e a segregação social - muitas das quais já se organizavam mesmo antes da própria República. Dentre elas, estão, entre outras, as irmandades negras, as comunidades remanescentes quilombolas, a imprensa negra e os clubes sociais negros. Nesta perspectiva, diferentes personagens adentraram na luta por cidadania, pela formação de espaço próprio e de redes que possibilitassem trabalho, sociabilidade, acesso às primeiras letras, enterro digno,

afirmação ou alteração da posição social, empoderamento, e tantas mais compensações conquistadas de forma coletiva.

Em Rosário do Sul, o que aconteceu com a população negra depois do dia 13 de maio de 1888? Os estudos realizados até então revelam que parcelas deste segmento populacional formaram “campos negros”<sup>1004</sup> de resistência, existência e resiliência tanto no espaço rural – as Comunidades Remanescentes Quilombolas Rincão da Chirca e Rincão dos Negros – como no espaço urbano – a Sociedade Recreativa Beneficente União Rosariense. Porém, nem todas as pessoas descendentes de africanos se aquilombaram ou formaram agremiações específicas, e isso demonstra a heterogeneidade deste grupo social. Além das pessoas negras que não comungavam da percepção da discriminação racial e da necessidade de formar coletivos, havia as que se encontravam desprovidas de bens materiais para se associar na União Rosariense. Acredito que novas pesquisas e ventos mais propícios poderão revelar a existência de outros “campos negros”, principalmente ligados à religiosidade, aos festejos carnavalescos, ao mundo do trabalho e ao acesso/posse de terras, e assim tornar historicamente visíveis outras agências, protagonismos e estratégias criadas por negras e negros diante das condicionantes sociais, culturais, políticas, religiosas e econômicas do Brasil republicano.

Compactuo com o mesmo pensamento de Melina Kleinert Perussatto<sup>1005</sup> no sentido de que nós também, enquanto historiadoras brancas e trabalhadoras em Educação, podemos nos movimentar em prol de mudanças necessárias e urgentes. Nessa perspectiva, que história do Rio Grande do Sul temos escrito e ensinado? Qual nosso compromisso com a reparação histórica, com o antirracismo, e como são mobilizados os privilégios que a branquitude nos traz para fazer esse enfrentamento? As fontes existem, “estão à nossa espera”<sup>1006</sup>, novas leis foram criadas<sup>1007</sup> e “muitas histórias importam”<sup>1008</sup>. Acredito que a educação e a história são

---

<sup>1004</sup> GOMES, 1995, *op. cit.*

<sup>1005</sup> Fala realizada em 16/09/2021 - II Ciclo de Palestras História e Memória da Guerra Civil Farroupilha. O Hino Rio-Grandense: racismo e reparação.

<sup>1006</sup> MORRISON, 2019, *op. cit.*, p. 144.

<sup>1007</sup> A Constituição Federal promulgada em 5 de outubro de 1988 determina, no Art. 3º, que "Constituem objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil: inciso IV, promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação"; e no Art. 5º, inciso XLII: "A prática do racismo constitui crime inafiançável e imprescritível, sujeito à pena de reclusão, nos termos da lei". Também a Lei nº 11.645/2008 altera a Lei 9.394/1996, modificada pela Lei 10.639/2003, estabelecendo as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena". E a Lei nº 12.288, de 20 de julho de 2010, que institui o Estatuto da Igualdade Racial no Brasil e a Lei 13.694/2011 que institui o Estatuto da Igualdade Racial no Rio Grande do Sul, estabelecendo, dentre outras demandas, a obrigatoriedade do poder público de promover "a preservação e a manutenção da memória histórica legada à sociedade gaúcha pelas tradições e práticas socioculturais negras".

<sup>1008</sup> ADICHIE, 2019, *op. cit.*, p. 32.

espaços de valorização, reconhecimento e reparação histórica. Por isso, em um país de ascendência negra é fundamental unir forças e continuar lutando por uma sociedade mais equânime e mais democrática, pois não existe democracia e equanimidade onde o racismo insiste em permanecer.

Foi dentro de um contexto racializado, é importante frisar mais uma vez, que, através de uma reunião empreendida na noite de 1º de março de 1915, na então Vila de Rosário, 23 trabalhadores, sob a liderança de Almir Soares Barbosa, iniciaram a discussão para a formação de uma agremiação. Nos meses seguintes, a ideia foi fortalecida pela junção desses e de suas famílias, e, no dia 1º de maio daquele ano - o dia dos trabalhadores e das trabalhadoras, como eram seus fundadores e associados e suas fundadoras e associadas -, que acalorados discursos seguidos de um baile de *galla*, marcaram o início da trajetória de um coletivo negro que visava promover “bailes e outros divertimentos”<sup>1009</sup> e também proporcionar “benefícios de ordem como econômica e assistencial”<sup>1010</sup> na cidade de Rosário do Sul.

Nas primeiras décadas do século 20, o território no qual nascia e se fortalecia a Sociedade União, estava passando por um processo de urbanização que transformava a vila com feições rurais e predomínio de atividades agropecuárias, em cidade marcada pelo crescimento demográfico (Quadro 1) e pela instalação de indústrias, como a Companhia *Swift* do Brasil S.A, que no auge de sua produção chegou a empregar um quinto da população daquele município, dentre os quais muitos associados e muitas associadas da SRBUR. Além disso, o poder público sinalizava com alguns investimentos no setor de transportes (ferroviário e rodoviário) e na prestação de serviços ligados à saúde, educação e segurança, mesmo não contemplando a todos/as seus/as munícipes.

Um coletivo negro, ao criar espaços próprios no centro da área urbana de Rosário (Mapa 2), evidenciava uma luta que se expressava também no simbolismo de territórios marcados pela exclusão social e racial. Inicialmente, os encontros ocorriam na casa de associados e associadas ou salões alugados. Após a realização de vários eventos, arrecadando recursos financeiros, pagando mensalidades e somando esforços, no ano de 1922, foi possível comprar a própria sede, tendo assim um local que proporcionava liberdade e pertencimento, significava o esplendor da agremiação e das pessoas que a dirigiam, além de afirmar e (re)afirmar que negras e negros tinham condições de desenvolver práticas que indicassem a

---

<sup>1009</sup> Ofício de Registro de Títulos e Documentos e Pessoas Jurídicas da Comarca de Rosário do Sul (18/12/1925) Estatuto anexado no Livro de Atas nº 1 da Sociedade Recreativa União Rosariense

<sup>1010</sup> Ofício de Registro de Títulos e Documentos e Pessoas Jurídicas da Comarca de Rosário do Sul. Estatuto registrado no Livro A - 1 de Pessoas Jurídicas às folhas 022 sob o nº 32 em 4 de junho de 1958.

ideia de progresso e civilização. Por vezes, o lucro obtido em eventos como bailes, quermesses e bingos promovidos neste espaço conquistado - a sede própria da associação - era revertido em benefício interno, como a compra de caixões e coroas de flores para sócias falecidas e sócios falecidos, proporcionando a elas e eles um enterro digno, e também, benefício externo, como doação em prol de crianças carentes e para a casa de caridade, atual Hospital Nossa Senhora Auxiliadora de Rosário. Assim, ações de amor e cuidado eram espraiadas por esta coletividade.

Através de um olhar mais atento nas intersecções entre raça, gênero e classe, dentro e fora da Sociedade União, pude perceber que, nitidamente, as mulheres sofriam múltiplas opressões. No interior desta agremiação havia uma tendência sexista, uma vez que as mulheres não faziam parte da diretoria geral, mas formavam diretorias femininas, por vezes denominadas Comissão Feminina ou Ala Feminina. Nos documentos produzidos pela SRBUR, as mulheres associadas não aparecem na mesma proporção que os homens, porém, na medida em que a pesquisa foi avançando, atentou-se para os fragmentos, pistas, indícios, sendo possível enxergar o papel multidimensional delas, suas experiências e agências.

Na Sociedade União as mulheres e os homens se tornavam sócias e sócios por meio de relações familiares, de amizades ou por indicação e, para isso, deveriam ser “pessoas de descente comportamento e que saibam respeitar as leis de boa educação”<sup>1011</sup>. Nesta Sociedade a vigilância e a punição eram mais severas para as mulheres. Mas isso não significava a inexistência de lutas pela paridade de gênero. Muitas associadas escreviam/apresentavam ofícios para pedir “eliminação” sua ou de outras sócias e sócios com justificativas e reclamações em relação às agressões físicas ou psicológicas sofridas dentro da agremiação. Elas também questionavam regras estabelecidas nos estatutos, bem como transgrediam e enfrentavam a dominação masculina, como, por exemplo, quando negavam o convite de homens para dançar, ou seja, “davam coração”.

Ao longo deste estudo demonstrei que as mulheres também atuavam significativamente no processo de manutenção da instituição. Criavam rede de apoio mútuo e solidariedade. Além disso, davam conta de várias demandas, como a doações de presentes e a entrega de valores arrecadados por meio de doação ou pagamento de mensalidades. É preciso ressaltar, aliás, que elas honravam o pagamento regular das mensalidades, fosse oferecendo, inicialmente, donativo como doces, salgados e licores por elas produzidos, ou, a partir de 1920, em valores monetários, sendo esses inferiores aos valores pagos pelos homens. Quando

---

<sup>1011</sup> Artigo 1º- Estatuto da SRBUR registrado no Livro A - 1 de Pessoas Jurídicas fls 22, nº 32. (04/06/1958).

não tinham dinheiro para honrar este compromisso, quitavam o débito prestando serviços úteis à Sociedade. Muitas delas receberam títulos de “sócia remida” e “sócias beneméritas”, portanto, havia um reconhecimento por inúmeras ações desenvolvidas em prol deste coletivo. Elas participavam de comissões para organizar eventos, eram responsáveis pela decoração do ambiente, pela confecção de bandeira e estandarte com as iniciais da Sociedade (SRBUR), pela costura de cortinas que eram colocadas nas janelas da sede da Sociedade e pela limpeza do espaço antes e após as festividades. Desta forma, tornavam e mantinham o espaço agradável e acolhedor.

Por vezes, o salão da sede da Sociedade era disponibilizado para que famílias associadas pudessem celebrar festas de aniversário, noivado ou casamento. Ali também eram promovidos grandes eventos nos quais associadas, associados, convidadas e convidados se reuniam para celebrar o 1º de maio, data fundante desta Sociedade e o dia da trabalhadora e do trabalhador; datas religiosas como a Páscoa, Natal e Réveillon; ou datas cívicas como Abolição da Escravidão, Independência do Brasil e Proclamação da República. Além destes momentos, havia bailes temáticos, como o da Pelúcia, da Chita, da Primavera, das Baianas, do Gaúcho, de Gala, do Chopp, da Neve, da Reminiscência, da Bossa Nova, de Férias, dos Amigos, dos Solteiros, dos Casais, dos Namorados, da Mocidade, das Crianças, de Debutantes, de escolha de Rainhas/Princesas (infantil e adulta) e de Carnaval. Geralmente era por meio destes festejos que as/os jovens se conheciam, paqueravam, namoravam e casavam, e, desta forma, colaboravam para “frear o projeto de branqueamento da população”<sup>1012</sup>, formando e fortalecendo relações familiares, étnico-raciais e sociais. Elas e eles se sentiam privilegiados em participar de tamanha variedade de eventos. Elas eram convidadas para debutar, ser rainha, princesa ou miss. E eles podiam jogar futebol, *ping-pong* e truco. Por conseguinte, o direito ao lazer foi conquistado por meio da união de uma coletividade. Aqui é oportuno pontuar que a Sociedade se mantinha unida por meio de agências beneficentes, recreativas, culturais e de entretenimento, mas não estava isenta de conflitos, contradições, afastamentos e divergências políticas e/ou partidárias entre seus associados e suas associadas.

Para participar de eventos festivos, era necessário investir na aparência, na posituação da imagem. Em vista disso, a estética foi e é uma bandeira importante para os coletivos negros. Corpos negros que sempre foram negados e aos quais foi imputado o estado de dor, de não humanidade<sup>1013</sup>. Por muitas vezes o/a negro/a utilizou o próprio corpo para dizer algo de si, seja como forma de denúncia ou de afirmação. Neste sentido, deve-se lembrar de que as

---

<sup>1012</sup> SILVEIRA, 2021, *op. cit.*, p. 156.

<sup>1013</sup> OLIVEIRA, 2017, *op. cit.*

mulheres - esposas, mães ou irmãs - eram as responsáveis para lavar, engomar e passar as roupas - ternos, camisas, vestidos, fantasias temáticas e carnavalescas - usadas em dias festivos no Clube União. Eram elas que faziam da “subsistência uma arte”<sup>1014</sup>, inclusive quando a questão era o cabelo, já que para alisar o crespo decidido utilizavam diversas estratégias. Além do cabelo, os gestos, o sapato e a vestimenta conjuntamente recebiam atenção especial e, desta forma, associadas e associados acabavam por construir “uma imagem pública respeitável”<sup>1015</sup>, além de “projetar e afirmar sua condição social”<sup>1016</sup>, recuperar a autoestima e desconstruir estereótipos ligados a elas e eles. Juntas e juntos elaboravam estratégias e positivavam sua imagem. Dentro de uma perspectiva de afirmação, expressão, pertencimento e eternização de momentos de regozijo, este viver coletivo, bem como as redes de sociabilidades, sempre que possível, eram fotografados. Portanto neste estudo, as fotografias auxiliaram a complexificar a análise do passado de famílias cujas/os ancestrais eram africanas e africanos, que foram escravizadas e escravizados, lutaram por liberdade e cidadania no continente americano.

O intercâmbio entre clubes negros, mistos e brancos contribuía para o combate à segregação presente na cidade, com seus espaços delimitados. Porém, nem sempre esta rede relacional ocorria de forma amistosa. Como foi demonstrado neste estudo, o preconceito com a rainha do Clube União e sua corte, sofrido no Clube Caixeiral, em 1962, mostra a forma como o racismo era amenizado, dependendo das relações familiares. Também em 1972, na sede do Clube Campestre, novamente o direito ao lazer e ao intercâmbio social foi negado às/aos jovens negras/os da cidade de Rosário do Sul, demonstrando assim que os ideários de harmonia, democracia e igualdade estavam distantes daquela realidade. Seguindo neste viés de racismo, destaco que cidadãs e cidadãos negros rosarienses reivindicaram nomeação de ruas como forma de reconhecimento da luta em prol de um coletivo liderado por sujeitos negros, como Arsenio Severo Candido e Nadir Alves Faleiro, mas ainda este processo não foi concluído. Sobre a denominação da “Rua Arsenio Severo Candido”, a lei foi aprovada em 2005 e a placa foi colocada, porém, com nome incorreto, e sobre a “Rua Nadir Alves Faleiro”, cuja lei foi aprovada em 2021, passados três anos, a placa ainda não foi colocada. Sendo assim, o racismo, a “invisibilidade na historiografia produzida no Rio Grande do Sul”<sup>1017</sup> e a tentativa de apagamento de agências negras continuam presentes na sociedade rosariense, e

---

<sup>1014</sup> HARTMAN, 2022. *op. cit.*, p. 250.

<sup>1015</sup> XAVIER, 2021, *op. cit.*, p. 116.

<sup>1016</sup> GIACOMINI, 2006, *op. cit.*, p. 39.

<sup>1017</sup> MOREIRA, 2011, *op. cit.*, p. 38.

isso significa que todas e todos “temos que fazer vento”<sup>1018</sup> - continuar lutando por uma sociedade antirracista.

Neste momento é importante trazer ao texto uma poesia de Oliveira Ferreira da Silveira, publicada em 1977, no livro “Pelo escuro: poemas afro-gaúchos”. Nesta poesia, “Obrigado, minha terra”, os versos dão conta do racismo enfrentado em sua terra natal – Rosário do Sul:

Obrigado pelo preconceito/ com que até hoje me aceitas./Muito obrigado pela cor do emprego/ que não me dás porque sou negro./E pelo torto direito/ de te nomear os defeitos./ Tens o lado bom também/ – a terra natal sempre tem./ Agradeço de todo o coração/e sem nenhum perdão<sup>1019</sup>.

A coletividade negra rosariense, organizada através da Sociedade União, se engajava em lutas sócio-políticas para o fortalecimento étnico-racial. Isso ocorria de diversas maneiras, seja em eventos como festivais culturais e horas de arte ou em práticas esportivas. Em ocasiões como essas, era possível mostrar-se organizada, disciplinada, alegre e resiliente, apesar de tudo. Esta agremiação incentivava a prática esportiva em torneios que incluíam distribuição de prêmios e troféus. As modalidades mais praticadas eram o *ping-pong*, o futebol e o truco. Neste campo, os homens se destacavam e entendiam que a prática de esporte oportunizava “o engrandecimento de raça”<sup>1020</sup>. As interlocuções com outras agremiações que também praticavam estas modalidades esportivas evidenciavam que os associados da SRBUR não viviam em uma condição de gueto. Os vínculos relacionais entre as sociedades coirmãs ocorriam basicamente por meio de campeonatos esportivos, festejos carnavalescos, bailes, festas, escolhas de rainhas/princesas/misses, festivais culturais e matinês dançantes. E o trem era um dos meios de transportes mais utilizados para o deslocamento das pessoas que participavam desta rede associativa (Mapa 3). Nesse sentido, é importante perceber que o trem transportava não somente produtos/mercadorias, mas, também, pessoas com demandas diversas. E assim ia se fortalecendo uma coletividade resistente e resiliente no interior do Estado mais ao sul do Brasil.

Ao investigar e analisar um conjunto de experiências individuais e coletivas de pessoas negras, que foram sorrateiramente invisibilizadas em prol de uma imagem da “unidade” branca - seja de Rosário do Sul ou do Rio Grande do Sul -, foi possível enxergar as relações estabelecidas entre as suas agências e as condições sociais nas quais travaram

---

<sup>1018</sup> OLIVEIRA; PEREIRA, 2019, *op. cit.*, p. 457.

<sup>1019</sup> SILVEIRA. Oliveira. **Pelo escuro**: poemas afro-gaúchos. Porto Alegre: Edição do autor. 1977. p. 15.

<sup>1020</sup> Sociedade Recreativa Beneficente União Rosariense. Ata 07/05/1960.



esforços na luta por uma vida cidadã em uma realidade desigual e hierarquicamente racializada. Fragmentos de trajetórias de sócios fundadores e de sócias fundadoras da SRBUR, atestam que o associativismo foi a estratégia por eles e elas criada para obter o direito ao lazer, afirmar sua identidade, bem como produzir e expressar sua cultura no pós-Emancipação. Além disso, o mapeamento, mesmo que fragmentado, de trajetórias de fundadores associados e fundadoras associadas, informa que eles e elas circulavam por mais de uma associação local, seja relacionada a questões de classe, festejos carnavalescos, práticas esportivas, atuação na música ou prestação de serviços.

Ademais, inspirada pelos estudos realizados por Fernanda Oliveira e Priscila Nunes Pereira, é possível perceber que trajetórias de muitas associadas da União Rosariense também mostram perspectivas geracionais: Antes exerciam o ofício de lavadeiras e serviços domésticos e depois professoras e secretárias. Por meio das experiências laborais voltadas ao cuidado, famílias formadas por Umbelina Paulo Vaz, Almedorina Rodrigues Siqueira, Brandina Ramos de Paulo e tantas outras, conseguiam recursos financeiros para sustentar a família e manterem-se associadas na União. Algumas mulheres investiam na educação formal de suas filhas e netas. Como exemplos, destacam-se a lavadeira Juracy Fermina da Rosa, que contribuiu para que sua filha Irene Terezinha e a neta Elza Fernanda se tornassem professoras, e a lavadeira Trindade Ramos, que possibilitou que sua filha Zulmira Ramos exercesse atividade laboral enquanto secretária em instituições ligadas à saúde pública. Por sua vez, Zulmira batalhou para que suas filhas Valdenice e Valve e sua neta Valéria se tornassem professoras. Na segunda metade do século 20, as possibilidades foram ampliadas provocando mudanças em relação ao trabalho exercido por mulheres associadas do Clube União. Por exemplo, Eduvirge da Silva Osório e sua filha Alice trabalhavam com afazeres domésticos e no ofício de lavadeiras, atividades estas bastante comuns para mulheres negras até a década de 1950. Nara, filha de Alice, conseguiu romper este ciclo e se destacar enquanto funcionária pública em atividade bancária. Neste cenário várias mulheres se movimentaram, fizeram vento, abriram brechas, romperam barreiras, avançaram e retrocederam quando era preciso, sem perder a dimensão da complementariedade entre o individual e o coletivo. Essas negras, mulheres, lavadeiras, domésticas, professoras, secretárias, bancárias e tantos outros afazeres, saberes e agências, ocuparam lugares de possibilidades, de liberdade, de resistência e transgressão social em Rosário do Sul.

Nesta tese creio ter apresentado respostas a respeito da fundação e da trajetória da Sociedade Recreativa Beneficente União Rosariense, principalmente nos seus primeiros 50

anos de existência. É evidente que o fim deste trabalho não encerra o processo de visibilidade e historicidade em questão, uma vez que a agremiação continuou resistindo, existindo e sendo resiliente por mais 53 anos. Estou certa de que dei alguns passos importantes no processo de construção de uma política de reparação na escrita da história e da memória de uma agremiação negra rosariense, rio-grandense e brasileira e estou disposta a continuar no “giro das ventanias negras”<sup>1021</sup>.

---

<sup>1021</sup> OLIVEIRA; PEREIRA, 2019, *op. cit.*p. 457.

## REFERÊNCIAS

- ABREU, Martha; MATTOS, Hebe; GRINBERG, Keila. História pública, ensino de história e educação antirracista. **Revista História Hoje**, v. 8, n. 15, p. 17-38 – 2019.
- ADICHIE, Chimamanda Ngozi. **Sejamos todos feministas**. 1. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.
- ADICHIE, Chimamanda Ngozi. **O perigo de uma história única**. Tradução: Julia Romeu, 1. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.
- AKOTIRENE, Carla. **Interseccionalidade**. São Paulo: Sueli Carneiro; Pólen, 2019.
- ALBERTI, Verena. História dentro da História. *In*: PINSKY, Carla Bassanezi. **Fontes Históricas**. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2006, p. 155 – 202.
- ALBUQUERQUE. Wlamyra R. de. “A vala comum da ‘raça emancipada’”: abolição e racialização no Brasil, breve comentário. **História Social**, n. 19, segundo semestre de 2010, p. 91 - 108.
- ALBUQUERQUE. Wlamyra R. de. **O jogo da dissimulação**. Abolição e cidadania negra no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.
- ALMEIDA, Marco Bettine; YOKOTA Gustavo Kenzo A chegada do tênis de mesa ao Brasil: origem e significados do ping-pong enquanto prática civilizada (1902-1909). **Revista Brasileira de Estudos do Lazer**. Belo Horizonte, v.10, n.1, p. 42-62, jan./abr., 2023. Disponível em: <<https://periodicos.ufmg.br/index.php/rbel/article/view/40142/38096>>. Acesso em: 20 ago. 2023.
- ALMEIDA, Marilea. Café Filosófico | Bell Hooks e a educação antirracista | 28/05/2023. Disponível em: <[https://www.youtube.com/watch?v=Ds\\_nuc1Nkqo](https://www.youtube.com/watch?v=Ds_nuc1Nkqo)> Acesso em: 27 ago. 2023.
- ALMEIDA, Silvio Luiz de. **Racismo Estrutural**. São Paulo: Sueli Carneiro: Editora Jandaíra, 2020.
- ANDRADE, Sandra dos Santos. A entrevista narrativa ressignificada nas pesquisas educacionais pós-estruturalistas. *In*: MEYER, Dagmar Estermann; PARAÍSO, Marlucy Alves. (orgs.). **Metodologias de pesquisas pós-críticas em educação**. 2. ed. Belo Horizonte: Mazza, 2014. p. 175-196.
- ANDREAZZA, Romeu. **COARROZ: A ópera dos 50 anos**. Rosário do Sul/RS: Gráfica Saran. 2004.
- ANDREAZZA, Romeu. **Hospital de Caridade Nossa Senhora Auxiliadora**. Rosário do Sul: Gráfica Saran. 2005.
- ANDREWS, George Reid. “O protesto político negro em São Paulo (1888-1988)”, **Estudos AfroAsiáticos**. Rio de Janeiro, Nº 21 (Dez. 1991). p 27-48.

ANDREWS, George Reid. **América Afro-Latina (1800 – 2000)**. Tradução Magda Lopes. São Carlos: EdUFSCar, 2014.

ASSIS, Dayane N. Conceição de. **Interseccionalidades**. Salvador: UFBA, Instituto de Humanidades, Artes e Ciências; Superintendência de Educação a Distância, 2019.

AZEVEDO, Célia Maria Marinho de. **Onda negra, medo branco**. O negro no imaginário das elites. Século XIX. São Paulo: Annablume, 2004.

BAIROS, Luiza. **Lembrando Lélia Gonzalez**, por Luiza Bairos. Disponível em: <<https://www.geledes.org.br/lembrando-lelia-gonzalez-por-luiza-bairros/>>. Acesso em 25 abr. 2023

BARROSO, Vera Lúcia Maciel. Povoamento e urbanização do Rio Grande do Sul: A fronteira como trajetória. In: WEIMER, Gunter (Org.) **Urbanismo no Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Ed. Universidade. UFRGS/Prefeitura Municipal de Porto Alegre, 1992.

BASTIDE, Roger. A imprensa negra do Estado de São Paulo. **Boletim de Sociologia (2)**, São Paulo, Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas/USP, 1951.

BASTIDE, Roger e FERNANDES, Florestan. **Branços e Negros em São Paulo**. (1ª ed. 1955). São Paulo: Global, 2008.

BENTO, Cida. **O pacto da branquitude**. São Paulo: Companhia das Letras, 2022.

BENTO, Maria Aparecida. **Pactos narcísicos no racismo: Branquitude e poder nas organizações empresariais e no poder público**. Tese (Doutorado em Psicologia) - Departamento de Psicologia da Aprendizagem, do Desenvolvimento e da Personalidade da Universidade de São Paulo, 2002.

BENTO, Maria Aparecida. Branqueamento e branquitude no Brasil. In: CARONE, I. & BENTO, M. A. S. (orgs.). **Psicologia social do racismo**. Petrópolis - RJ: Vozes, 2002, p. 25-57.

BERTH, Joice. **Empoderamento**. São Paulo: Sueli Carneiro; Pólen, 2019.

BHABHA, Homi K. **O local da cultura**. Tradução de Myriam Ávila, Eliana Lourenço de Lima Reis, Gláucia Renate Gonçalves. 2ª ed. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2013.

BIKO, Steve. Escrevo o que eu quero. **Série Temas**, vol. 21. Sociedade e Política. Trad. Grupo Solidário São Domingos. São Paulo: Ática. 1990 [1ª ed.1978].

BIOGRAFIA de José Carlos do Patrocínio. Disponível em: <<https://www.academia.org.br/academicos/jose-do-patrocinio/biografia>>. Acesso em: 23 nov. 2021.

BIOGRAFIA de Monteiro Lopes – Primeiro Deputado Federal Negro do Brasil. Disponível em:

<[https://www.ufpe.br/arquivocj/curiosidades/asset\\_publisher/x1R6vFfGRYss/content/primeiro-deputado-federal-negro-do-brasil-monteiro-lopes/590249](https://www.ufpe.br/arquivocj/curiosidades/asset_publisher/x1R6vFfGRYss/content/primeiro-deputado-federal-negro-do-brasil-monteiro-lopes/590249)>. Acesso em: 23 nov. 2021.

BIOGRAFIA de Norberto Baldauf. Disponível em:

<[https://www.jornaldocomercio.com/\\_conteudo/2018/04/cultura/620391-musico-norberto-baldauf-rei-dos-bailes-em-porto-alegre-morre-aos-89-anos.html](https://www.jornaldocomercio.com/_conteudo/2018/04/cultura/620391-musico-norberto-baldauf-rei-dos-bailes-em-porto-alegre-morre-aos-89-anos.html)>. Acesso em 15 dez. 2021.

BIOGRAFIA de Raul Nogueira Machado de Barros. Disponível em:

<https://dicionariompb.com.br/artista/raul-de-barros>. Acesso em 15 dez. 2021.

BOHRER, Felipe Rodrigues. **A música na cadência da história: raça, classe e cultura em Porto Alegre no pós-Abolição**. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2013.

BOSI, Ecléa. **Memória e Sociedade: Lembranças de velhos**. 3ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

BRAGA, Amanda. **História da beleza negra no Brasil: Discursos, corpos e práticas**. São Carlos: Edufscar, 2015.

BRASIL. Artigo 68 da Constituição Federal de 24 de Fevereiro de 1891. Disponível em: <[https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao91.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao91.htm)>. Acesso em: 24 ago.2023.

BRASIL. Artigo 70 da Constituição Federal de 24 de Fevereiro de 1891. Disponível em: <<https://www.jusbrasil.com.br/topicos/10603344/artigo-70-da-constituicao-federal-de-24-de-fevereiro-de-1891>>. Acesso em: 7 mar. 2023.

BRASIL, Certidão expedida às Comunidades Remanescentes Quilombolas e publicada no Diário Oficial da União em 21 de maio de 2014, nº 95, ISSN 1677-7042, p.13.

BRASIL. Criação da APA do Ibirapuitã. Decreto - Lei no 529, de 20 de maio de 1992. Declara como Área de Proteção Ambiental do Ibirapuitã, no Estado do Rio Grande do Sul, a região que delimita e dá outras providências. Disponível em <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/1990-1994/D0529.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1990-1994/D0529.htm)>. Acesso em: 5 fev. 2023.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil: Promulgada em 5 de outubro de 1988. Brasília: Senado Federal, Coordenação de Edições Técnicas, 2016.

BRASIL. Decreto Nº 528 de 28 de junho de 1890. In: IOTTI, Luiza Horn. (Org.). Imigração e colonização. Legislação de 1747 a 1915. Porto Alegre: Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul; Caxias do Sul: Editora da Universidade de Caxias, 2001. p. 452.

BRASIL. Decreto nº 63.914, de 26 de dezembro de 1968. Disponível em:

<[https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1960-1969/decreto-63914-26-dezembro-1968->](https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1960-1969/decreto-63914-26-dezembro-1968-) Acesso em 5 fev. 2023.

BRASIL. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Africana. Brasília, DF, out. 2014.

BRASIL. Extrato dos Estatutos do Clube Comercial de Rosário. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, 23 de março de 1944. p. 29.

BRASIL. Extrato dos Estatutos da Sociedade Operária Beneficente de Rosário do Sul. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, 12 de fevereiro de 1959. p. 8.

BRASIL. Lei de 28 de Setembro de 1871. Disponível em:  
<[https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/lim/lim2040.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lim/lim2040.htm)> Acesso em 5 ago. 2023.

BRASIL. Lei nº 3.353, de 13 de maio de 1888. Disponível em:< [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/lim/lim3353.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lim/lim3353.htm)>. Acesso em: 21 nov. 2021.

BRASIL. Lei Nº 7.716, de 5 de janeiro de 1989. Disponível em:  
<[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/17716.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/17716.htm)>. Acesso em: 15 out. 2022.

BRASIL. Lei nº 11.645/2008 altera a Lei 9.394/1996, modificada pela Lei 10.639/2003, estabelecendo as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena”. Disponível em: <[https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2008/lei/111645.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/111645.htm)>. Acesso em jan. 2024.

BRASIL. Lei nº 12.288, de 20 de julho de 2010. Institui o Estatuto da Igualdade Racial; altera as Leis nos 7.716, de 5 de janeiro de 1989, 9.029, de 13 de abril de 1995, 7.347, de 24 de julho de 1985, e 10.778, de 24 de novembro de 2003. Brasília, DF, 2010

BRASIL, Lei nº 12.519, de 10 de novembro de 2011. Institui o Dia Nacional de Zumbi e da Consciência Negra. Disponível em: <[https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2011-2014/2011/lei/112519.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/112519.htm)>. Acesso em: 9 mar. 2023

BUENO, Winnie. **Imagens de Controle**: Um conceito do Pensamento de Patricia Hill Collins. Porto Alegre: Zouk, 2020.

BUENO, Winnie. Aula do curso de: **Introdução ao pensamento de Patricia Hill Collins**. 9 de abr. de 2021 Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=dz-iCUJBwBs>>. Acesso em: 16 ago. 2023.

BURKE, Peter. **Testemunha ocular**: o uso de imagens como evidência histórica. Traduzido por Vera Maria Xavier dos Santos. São Paulo: Editora Unesp, 2017.

CAMPOS, Deivison Moacir Cezar de. **O Grupo Palmares (1971-1978)**: Um movimento negro de subversão e resistência pela construção de um novo espaço social e simbólico. Dissertação (Mestrado em História). Programa de Pós-Graduação em História da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, 2006.

CAMPOS, José Francisco Guelfi. Arquivos e memória: elementos para o debate sobre uma relação controversa. **Escrita Da História**, (4), 100–119. Ano II –vol. 2, n. 4, set./dez. 2015. Disponível em: <<https://www.escritadahistoria.com/index.php/reh/article/view/39>>. Acesso em: 20 jun. 2022.

CANDAU, Jöel. **Memória e identidade**. Tradução Maria Leticia Ferreira – 1ª ed. São Paulo: Contexto, 2012.

CARDOSO, Fernando Henrique. **Capitalismo e escravidão no Brasil meridional: O negro na sociedade escravocrata do Rio Grande do Sul**. São Paulo: DIFEL, 1962.

CARDOSO, Lorengo. Branquitude acrítica e crítica: A supremacia racial e o branco anti-racista. **Rev.latinoam.cienc.soc.niñez juv** 8(1): 607-630, 2010. Disponível em: <http://www.umanizales.edu.co/revistacinde/index.html>. Acesso em: 15 set.2021.

CARDOSO, Lorengo. **O branco ante a rebeldia do desejo**. Um estudo sobre branquitude no Brasil. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) - Faculdade de Ciências e Letras da Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho Campus de Araraquara, São Paulo, 2014.

CARNEIRO, Sueli. **Racismo, sexismo e desigualdade no Brasil**. São Paulo: Selo Negro, 2011.

CARNEIRO, Sueli. Enegrecer o feminismo: a situação da mulher negra na América Latina a partir de uma perspectiva de gênero. In: HOLLANDA, Heloísa Buarque (org.). **Pensamento feminista - conceitos fundamentais**, Rio de Janeiro, Bazar do tempo, 2019, p. 325 – 333. Disponível em: <[https://www.mpba.mp.br/sites/default/files/biblioteca/direitos-humanos/direitos-das-mulheres/obras\\_digitalizadas/heloisa-buarque-de-hollanda-pensamento-feminista\\_-conceitos-fundamentais-bazar-do-tempo-\\_2019\\_.pdf](https://www.mpba.mp.br/sites/default/files/biblioteca/direitos-humanos/direitos-das-mulheres/obras_digitalizadas/heloisa-buarque-de-hollanda-pensamento-feminista_-conceitos-fundamentais-bazar-do-tempo-_2019_.pdf)>. Acesso em: 5 mar.2022.

CARNEIRO, Sueli. **Escritos de uma vida**. São Paulo: Pólen Livros, 2019.

CARNEIRO, Sueli. **Dispositivo de Racialidade: A Construção do Outro como não ser como fundamento do ser**. 1º ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2023

CARVALHO, José Murilo de. **A formação das almas: o Imaginário da República no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

CASTRO, Hebe. História Social. In: CARDOSO, Ciro Flamarion. VAINFAS, Ronaldo (orgs.). **Domínios da História: Ensaio de teoria e metodologia**. Rio de Janeiro: Campus, 1997. p. 45 – 59.

CENSO DEMOGRÁFICO do Estado do Rio Grande do Sul - Recenseamento Geral do Brasil, 1º de setembro de 1940 – IBGE. Disponível em: <<https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/monografias/GEBIS%20%20RJ/CD1940/Censo%20Demografico%>> Acesso em 25 mar. 2023.

CERUTTI, Simona; GRANGAUD, Isabelle. Fontes e Contextualizações: Comparando instituição e do norte africano e oeste europeu do século XVIII. In: VENDRAME, Máira Ines. KARSBURG Alexandre (orgs.). **Territórios da história: o micro, o local e o global**. São Paulo: Alameda, 2023. p. 79 – 118.

CHALHOUB, Sidney. **Visões de liberdade: uma história das últimas décadas da escravidão na corte**. São Paulo, Cia das Letras, 1990.

CHALHOUB, Sidney. **Trabalho, lar e botiquim**: o cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da belle époque. 1.ed. 1986. São Paulo: Brasiliense, 2001.

CHALHOUB, Sidney; SILVA, Fernando Teixeira da. Sujeitos no imaginário acadêmico: escravos e trabalhadores na historiografia brasileira desde os anos 1980. **Cadernos AEL**, Campinas/SP, v. 14, n. 26, 2009.

CHARLE, Christophe. A prosopografia ou biografia coletiva: balanço e perspectivas. In: HEINZ, Flávio (Org.). **Por outra história das elites**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006, p. 41-53.

CHARTIER, Roger. **A história cultural**. Lisboa: Bertrand/Difel, 1990.

CLUBES SOCIAIS NEGROS. Disponível em: <<https://clubessociaisnegros.com/brasil/>>. Acesso em: 15 jan.2023.

COLLINS, Patricia Hill. **Pensamento feminista negro**: conhecimento, consciência e a política do empoderamento. Tradução Jamille Pinheiro Dias. São Paulo: Boitempo, 2019.

COLLINS, Patricia Hill. BILGE, Sirma. **Interseccionalidade**. Biotempo. Editorial, 2021.

CONCEIÇÃO, José Carlos da. Obteve sucesso social o Baile de Debutantes na “União Rosariense” **Diário de Notícias**. (RS). 21/10/1970, p. 6. Disponível em [http://memoria.bn.br/DocReader/093726\\_05/4746](http://memoria.bn.br/DocReader/093726_05/4746). Acesso em 06 out. 2023

COOPER, Frederick; HOLT, Thomas Cleveland; SCOTT, Rebecca Jarvis. **Além da Escravidão**: Investigações sobre raça, trabalho e cidadania em sociedades pós-emancipação. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

CORRÊA, Anderson Romário Pereira. **Movimento Operário em Alegrete**: a presença de imigrantes e estrangeiros (1897-1929). Dissertação (Mestrado em História) - Pós-Graduação em História da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2010.

CORRÊA, José Romanguera. **Vocabulário Sul Rio-Grandense**. Pelotas: Echenique & Irmão Editores. 1898.

COSTA. Alfredo R. da. (org.). **O Rio Grande do Sul** – Completo estudo sobre o Estado. Município de Rosário. Livraria do Globo, 1922. Vol. 2.

COSTA, Vitor da Silva. **Trajetórias e memórias de famílias negras no pós-abolição**: a família Baptista da Silva (c.1849-Tempo presente). Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós Graduação em História da Universidade do Vale do Rio dos Sinos – São Leopoldo, 2020.

CRENSHAW, Kimberle. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. **Estudos Feministas**. Ano 10 vol. 1, p. 171 – 188, 2002. Disponível em <<http://www.scielo.br/pdf/ref/v10n1/11636.pdf>>. Acesso em: 5 set. 2022.



CUNHA, Olívia Maria Gomes da. **Intenção e gesto: pessoa, cor e a produção cotidiana da (in)diferença no Rio de Janeiro 1927-1942.** Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2002.

CUNHA, Olívia Maria Gomes da; GOMES, Flavio dos Santos (orgs). **Quase- Cidadão: histórias e antropologias da pós-emancipação no Brasil.** Rio de Janeiro: Editora FGV, 2007.

DAVIS, Angela. As mulheres negras na construção de uma nova utopia. **Geledés.** 12 jul 2011. Disponível em: <<https://www.geledes.org.br/as-mulheres-negras-na-construcao-de-uma-nova-utopia-angela-davis/>>. Acesso em: 20 nov. 2022.

DAVIS, Angela. **Mulheres, raça e classe.** Traduzido por Heci Regina Candiani. São Paulo: Boitempo. 2016.

DAVIS, Angela. **Mulheres, cultura e política.** Traduzido por Heci Regina Candiani. São Paulo: Boitempo. 2017.

DELGADO, Lucilia de Almeida Neves. História oral e narrativa: tempo, memória e identidades. **VI Encontro Nacional de História Oral (ABHO) – Conferência de Abertura**, 6, p. 9-25. 2003

DEL PRIORE, Mary (org.). **História das Mulheres no Brasil.** São Paulo: Contexto, 1997.

DEL PRIORE, Mary, VENANCIO, Renato. **Uma breve história do Brasil.** São Paulo: Editora Planeta do Brasil, 2010.

Documentário "**Meu Chão – Clubes Negros do Rio Grande do Sul.** Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=aTjoxvwXWZY>. Acesso em 30 nov. 2023. Produção realizada por meio de um edital da Lei Aldir Blanc (Edital SEDAC no 09/2020 – Produções Culturais e Artísticas).

DOMINGUES, Petrônio. **Uma história não contada: negro, racismo e branqueamento em São Paulo no pós-abolição.** São Paulo: Senac, 2004.

DOMINGUES, Petrônio. **A insurgência de ébano: a história da frente negra brasileira (1931-1937).** 2005. Tese (Doutorado em História) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005.

DOMINGUES, Petrônio. Fretenegrinas: notas de um capítulo da participação feminina na história da luta anti-racista no Brasil. **Cadernos Pagu** (28), janeiro-junho, p. 345-374, 2007.

DOMINGUES, Petrônio. Movimento Negro Brasileiro: alguns apontamentos históricos. **Tempo**, v. 12, p. 100-122, 2007.

DOMINGUES, Petrônio. Fios de Ariadne: o protagonismo negro no pós-abolição. **Anos 90**, Porto Alegre, v. 16, n. 30, p. 215-250, dez. 2009.

DOMINGUES, Petrônio. Um desejo infinito de vencer: o protagonismo negro no pós-Abolição. **Topoi**, Rio de Janeiro, v. 12, n.23, p. 118 – 139, jul./dez. 2011.

DOMINGUES, Petrônio. Cidadania Por Um Fio: o associativismo negro no Rio de Janeiro (1888-1930). In: **Revista Brasileira de História**. Vol.34 N.º67 São Paulo, p. 251 -281, Jan./Jun. 2014.

DOMINGUES, Petrônio. Associativismo Negro. In: SCHWARCZ Lilia Moritz; GOMES, Flávio dos Santos (orgs.). **Dicionário da Escravidão e Liberdade**: 50 textos críticos. 1ª edição. São Paulo: Companhia das Letras, 2018, p. 113 – 119.

DOMINGUES, Petrônio. Negros no Brasil Meridional: associativismo no pós-Abolição. In: MENDONÇA, Joseli Maria Nunes; TEIXEIRA, Luana; MAMIGONIAN, Beatriz (org.). **Pós-Abolição no Sul do Brasil**: associativismo e trajetórias negras. Salvador: Saggá, 2020, p. 22 – 37

DOMINGUES, Petrônio. Uma breve história do Brasil. In: **Brasil em números = Brazil in figures / IBGE**. Centro de Documentação e Disseminação de Informações. - Vol. 1 (1992); Rio de Janeiro: IBGE, 1992.Vol. 30 (2022), p.41- 50.

DOSSE, François. **O desafio bibliográfico**: escrever uma vida. Tradução de Gilson César Cardoso de Souza. São Paulo: Ed. Da USP, 2009.

DUARTE, Cláudia Santos. “**O sol imenso e artificial da liberdade**”: Os sentidos de liberdade na imprensa negra – O 13 de maio nos jornais O Exemplo e A Alvorada. Tese (Doutorado em Processos e Manifestações Culturais) - Programa de Pós-graduação da Universidade Feevale. Novo Hamburgo, 2022.

DUARTE, Constância Lima, NUNES, Isabella Rosado.(orgs). **Escrevivência**: a escrita de nós: reflexões sobre a obra de Conceição Evaristo. 1ª ed. Rio de Janeiro: Mina Comunicação e Arte, 2020.

DU BOIS, William Edward Burghardt. **As almas da gente negra**. Traduzido por Alexandre Boide. Rio de Janeiro: Lacerda, 1999.

ESCOBAR, Giane da Silva Vargas. **Clubes sociais negros**: lugar de memória, resistência negra, patrimônio e potencial. Dissertação (Mestrado em Patrimônio Cultural/História) – Programa de Pós-Graduação em Patrimônio Cultural da Universidade Federal de Santa Maria, 2010.

ESCOBAR, Giane Vargas, COIRO-MORAES, Ana Luiza. “Para encher os olhos”: análise cultural da visibilidade de uma rainha do carnaval do clube social negro treze de maio no jornal a razão. In: **GT Comunicação e Cultura, do VII Encontro de Pesquisa em Comunicação** – ENPECOM. 2015, p. 13. Disponível em: <<https://eventos.ufpr.br/enpecom/enpecom2015/paper/download/115/53>>. Acesso em: 31 jan. 2023.

ESCOBAR, Giane Vargas, COIRO-MORAES, Ana Luiza. A mulher negra no interior de um clube social negro: A festa como um lugar de sociabilidade, rigidez, moralidade e relações de poder. In: **Congresso Internacional em Estudos Culturais**, 5.2016. Aveiro. Anais eletrônicos. Aveiro: Universidade de Aveiro, Portugal, 2016. Disponível em: <[https://vcongresso.estudosculturais.com/wp-content/uploads/sites/6/2016/09/port\\_vlb.pdf](https://vcongresso.estudosculturais.com/wp-content/uploads/sites/6/2016/09/port_vlb.pdf)>. Acesso em: 2 fev. 2023.

EVARISTO, Conceição. **Literatura negra**: uma poética de nossa afro-brasilidade. Dissertação (Mestrado em Letras) - Literatura Brasileira pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. 1996.

FALCON, Francisco José C. **Iluminismo**. São Paulo: Editora Ática, 1989.

FANON, Frantz. **Pele negra, máscaras brancas**. São Paulo: Ubu Editora, 2020.

FARINATTI, Luís Augusto. Um campo de possibilidades: notas sobre as formas de mão-de-obra na pecuária (Rio Grande do sul, século XIX). In: **História Unisinos/Centro de Ciências Humanas**. PPGH. Universidade do Vale do Rio dos Sinos. V.7, n.8. São Leopoldo: Unisinos, p. 253 – 276. 2003.

FARINATTI, Luís Augusto Ebling. “Nos rodeios, nas roças e em tudo o mais: trabalhadores escravos na Campanha Rio-grandense, (1831-1870)”. Comunicação submetida ao “**II Encontro Nacional: Escravidão e Liberdade no Brasil Meridional**”. Porto Alegre, 26 a 28 de out. de 2005. 1 – 18.

FARINATTI, Luís Augusto Ebling. Peões de estância e produção familiar na fronteira sul do Brasil (1845-1865). **ANOS 90** (UFRGS. IMPRESSO), v. 15, p. 359-383, 2008.

FERLA, Luis Antônio Coelho. **Feios, sujos e malvados sob medida**. Do crime ao trabalho, a utopia médica do biodeterminismo em São Paulo (1920-1945). Tese (Doutorado em História Econômica) – Programa de Pós-Graduação em História Econômica do Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, 2005.

FIABANI, Aldemir. **Mato, palhoça e pilão**: o quilombo, da escravidão às comunidades remanescentes (1532-2004). São Paulo: Expressão Popular, 2005.

FISCHER Bordwyn; GRINBERG Keila; MATTOS, Hebe Direito, silêncio e racialização das desigualdades na História afro-brasileira. In: ANDREWS George Reid, LA FUENTE Alejandro de (Orgs). **Estudos afro-latino-americanos**: uma introdução /1ª ed . Ciudad Autónoma de Buenos Aires: CLACSO, 2018, p. 163 – 204.

FRATESCHI, Yara. Posfácio – A filosofia prática de Sueli Carneiro. In: CARNEIRO, Sueli. **Dispositivo de racialidade**: A construção do outro como não ser como fundamento do ser. 1ª ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2023. p. 373 – 387

FREITAS, Sônia Maria de. **História Oral**: Possibilidades e procedimentos. São Paulo: Humanitas/FFLCH/USP: Imprensa Oficial do Estado, 2002.

GAUTIER, Jorge. **Rosário do Sul**: Vila e cidade reminiscências. Porto Alegre: Companhia Rio-Grandense de Artes Gráficas (CORAG), 2011.

GERMANO, Iris Graciela. Negros em movimento: Etiópia, resistência cultural e afirmação étnica na pós-emancipação. **Reflexão E Ação**, 18(1), 30-45. 2010, Disponível em: <<https://doi.org/10.17058/rea.v18i1.1278>>. Acesso em: 14 de ago. 2023

GIACOMINI, Sônia Maria. **A alma da festa**: família, etnicidade e projetos num clube social da zona norte do Rio de Janeiro – o Renascença Clube. Belo Horizonte: Editora UFMG; Rio de Janeiro: IUPERJ, 2006.

GINZBURG, Carlo. **O queijo e os vermes**: o cotidiano e as ideias de um moleiro perseguido pela Inquisição. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

GINZBURG, Carlo. **O fio e os rastros**: verdadeiro, falso e fictício. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

GINZBURG, Carlo. **Mitos, emblemas e sinais**. 2ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

GINZBURG, Carlo & PROSPERI, Adriano. **Jogos de Paciência**: um seminário sobre o "Benefício de Cristo". Tradução de Tiago Gil e Romulo Salvino. Porto Alegre: Ladeira Livros, 2022.

GOMES, Fabrício Romani. **Sob a proteção da princesa e de São Benedito**: identidade étnica, associativismo e projetos num clube negro de Caxias do Sul (1934-1988). Dissertação (Mestrado em História) Programa de Pós-Graduação em História, Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2008.

GOMES, Fabrício Romani. MAGALHÃES, Magna Lima. Sport Club Cruzeiro do Sul e Sport Club Gaúcho: associativismo e visibilidade negra em terras de imigração europeia no RS. In: CARNEIRO, Luiz Carlos da Cunha; SANTOS, José Antônio dos. SILVA, Gilberto Ferreira da. **RS Negro**: cartografias sobre a produção do conhecimento. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2008, p. 272-282.

GOMES, Flávio dos Santos. "O 'Campo Negro' de Iguazu: Escravos, Camponeses e Mocambos no Rio de Janeiro (1812-1883)". In: **Estudos Afro-Asiáticos**, n° 25, Rio de Janeiro, dezembro de 1993, p. 43-72.

GOMES, Flávio dos Santos. **Histórias de quilombolas** – mocambos e comunidades de senzalas no Rio de Janeiro – século XIX, Rio de Janeiro, Arquivo Nacional, 1995.

GOMES, Flávio dos Santos. Sonhando com a terra, construindo a cidadania. In: PINSKY, Jaime. PINSKY, Carla Bassanezi (orgs.). **História da Cidadania**. 6ª ed. São Paulo: Contexto, 2014, p. 446 – 467.

GOMES, Flávio dos Santos. DOMINGUES, Petrônio. **Experiências da Emancipação**: Biografias, Instituições e Movimentos Sociais no Pós-Abolição (1890-1978). São Paulo: Selo Negro Edições, 2011.

GOMES, Flávio dos Santos. LAURIANO, Jaime. SCHWARCZ, Lilia Moritz. **Enciclopédia Negra**. São Paulo: Companhia das Letras, 2021.

GOMES, Nilma Lino. Alguns termos e conceitos presentes no debate sobre relações raciais no Brasil: Uma breve discussão. In: HENRIQUES, Ricardo (org.) **Educação antirracista**: Caminhos abertos pela Lei Federal n.10.639/03. Brasília: SECAD/MEC, 2015. p. 39 – 62.

GOMES, Nilma Lino. **O Movimento Negro Educador**: saberes construídos nas lutas por emancipação. Petrópolis, RJ: Vozes, 2017.

GONÇALVES, Celi Silveira. **Histórico da E.E. de Ensino Médio Plácido de Castro**. Da fundação até os dias atuais. Rosário do Sul: Gráfica Resolução Ltda, 2017.

GONZALEZ, Lélia. A categoria político-cultural de amefricanidade. **Tempo Brasileiro**, nº 92/93, p.69-82, 1988.

GONZALEZ, Lélia. A importância da organização da mulher negra no processo de transformação social. **Raça e Classe**. (5): 2, nov./dez. 1988.

GOTTARDI, Maurizio. SOUZA, Mara Regina Miranda. **Paróquia Nossa Senhora do Rosário**: 150 anos de graças e bênçãos - Rosário do Sul/RS, Porto Alegre: Alcance, 2009.

GUERREIRO RAMOS, Alberto. "O negro no Brasil e um exame de consciência". In: NASCIMENTO, Abdias [et al]. **Relações de raça no Brasil**. Rio de Janeiro, Edições Quilombo, 1950, p.33 – 46.

GUERREIRO RAMOS, Alberto. O Problema do Negro na Sociologia Brasileira. **Cadernos do Nosso Tempo**, n. 2, p. 189- 230, Jan./Jul. 1954.

GUIMARÃES, Antônio Sérgio Alfredo. Democracia racial: o ideal, o pacto e o mito. **Novos Estudos Cebrap**, v. no 2001, n. 61, p. 147-162, 2001.

GUIMARÃES, Antônio Sérgio Alfredo. **Racismo e anti-racismo no Brasil**. São Paulo: Editora 34, 2005.

GUIMARÃES, Antonio Sérgio Alfredo. Depois da democracia racial. **Tempo Social**, Revista de sociologia da USP, v. 18, n. 2, p. 269-287. nov. 2006.

GUTERRES, Letícia Batistella Silveira. **Para além das fontes**: im/possibilidades de laços familiares entre livres, libertos e escravos (Santa Maria, 1844-1882). Dissertação (Mestrado em História) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2005.

HALBWACHS. Maurice. **A Memória Coletiva**. São Paulo, ed. Centauro, 2006.

HAMPATÉ BÂ. Amadou. A Tradição Viva. In. KI-ZERBO, Joseph. (Org.) **História Geral da África**. Vol I. Metodologia e pré-história da África. São Paulo: Ática; Paris: Unesco, 1982.

HARRES, Marluza Marques. Trabalho, assistência e controle entre os ferroviários: Viação Férrea do Rio Grande do Sul (1920-1942). In: **História Unisinos/Centro de Ciências Humanas** – PPGH, Universidade do Vale do Rio dos Sinos – v.6, n.6. p.219-250 – São Leopoldo: Unisinos, 2002.

HARTMAN, Saidiya. **Vidas rebeldes, belos experimentos**: Histórias íntimas de meninas negras desordeiras, mulheres encrenqueiras e queers radicais. Tradução Floresta. São Paulo: Fósforo, 2022.

HEINZ, Flávio M. (org.). **Por outra história das elites**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006

HEINZ, Flávio; CODATO, Adriano. A prosopografia explicada para cientistas políticos. In: PERISSINOTTO, Renato; CODATO, Adriano (org.). **Como estudar elites**. Curitiba: Ed. UFPR, 2015, p. 249-255.

HISTÓRIA DA TUBERCULOSE. Disponível em: <<https://redetb.org.br/historia-da-tuberculose/>> .Acesso em: 30 jan. 2023.

hooks, Bell. Vivendo de amor. In: **Geledés**, 2010, s/p. Disponível em: <<http://arquivo.geledes.org.br/areas-de-atuacao/questoes-de-genero/180-artigos-degenero/4799-vivendo-de-amor>>. Acesso em 28 de nov. de 2022.

hooks, Bell. Mulheres negras moldando a teoria feminista. **Revista Brasileira de Ciência Política**. Brasília, n° 16, janeiro-abril de 2015, p.193-210.

hooks, bell. **Ensinando a transgredir**: a educação como prática da liberdade. Tradução de Marcelo Brandão Cipolla. 2ª de. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2017.

hooks, Bell. **E eu não sou uma mulher?** Mulheres negras e feminismo. Tradução Bhuvan Libanio – 7ª ed. – Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos. 2020.

hooks, Bell. **O feminismo é para todo mundo**: políticas arrebatadoras. Tradução Bhuvan Libanio. 14ª ed. Rio de Janeiro: Rosa dos tempos, 2020.

IBGE. **Estatísticas do século XX**. Disponível em: < <https://seculoxx.ibge.gov.br/images/seculoxx/seculoxx.pdf>> Acesso em 17 jul. 2023.

IOTTI, Luiza Horn. (org.). **Imigração e colonização**. Legislação de 1747 a 1915. Porto Alegre: Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul; Caxias do Sul: Editora da Universidade de Caxias, 2001.

JABLONKA, Ivan. **A história é uma literatura contemporânea**: manifesto pelas ciências sociais. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2020.

KOUTSOUKOS, Sandra Sofia Machado. **Negros no estúdio do fotógrafo**: Brasil, segunda metade do século XIX. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2010.

KOSSOY, Boris. **Fotografia e História**. 5ª. ed. São Paulo: Ateliê editorial. 2014.

KOSSOY, Boris. Imagens e reflexões de uma trajetória. In: **PPGCom-USP 50 anos**: entre o passado e o futuro, nosso percurso. Tradução. São Paulo: Estação das Letras e Cores, 2023. p. 25-34. Disponível em: <<https://www.eca.usp.br/acervo/producao-academica/003152336.pdf>>. Acesso em: 05 jan. 2024.

LARA, Silvia Hunold. **Campos de violência**: escravos e senhores na capitania do Rio de Janeiro, 1750-1808, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1988.

LE GOFF, Jacques. **História e Memória**. Tradução Bernardo Leitão [et. al.] 5ª ed. Campinas, SP: Editora da UNICAMP. 2003.

LEITE, Ilka Boaventura. **Negros no sul do Brasil**: invisibilidade e territorialidade. Florianópolis, SC: Letras contemporâneas, 1996.

LERNER, Gerda. **A criação do patriarcado**: história da opressão das mulheres pelos homens. São Paulo: Cultrix, 2019.

LEVI, Giovanni. **A herança imaterial**: trajetória de um exorcista no Piemonte do século XVII. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

LEVI, Giovanni. **O trabalho do historiador**: pesquisar, resumir, comunicar. Revista Tempo. 2014 v.20. p. 1 – 20.

LEVI, Giovanni. Micro-história e história da imigração. In: VENDRAME, Maíra et. al. (Orgs.). **Micro-história, trajetórias e imigração**. São Leopoldo: Editora OIKOS, 2015, p. 246-262.

LEVI, Giovanni. 30 anos depois: repensando a Micro-História. In: VENDRAME, Maíra; KARSBURG, Alexandre; MOREIRA, Paulo Roberto Staudt (org.) **Ensaio de Micro-História**, Trajetórias e Imigração. São Leopoldo: Oikos; Editora Unisinos, 2016, p. 18 – 31.

LIMA, Henrique Espada. **A micro-história italiana**: escalas, indícios e singularidade. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

LIMA, Henrique Espada. Sob o longo arco da emancipação: trajetórias individuais e protagonismo público em uma história de família – Desterro, 1826 - Florianópolis, 2007. In: MENDONÇA, Joseli Maria Nunes; TEIXEIRA, Luana; MAMIGONIAN, Beatriz (org.). **Pós-Abolição no Sul do Brasil**: associativismo e trajetórias negras. Salvador: Sagga, 2020, p. 249 – 273.

LONDERO, Clarissa; CRESTANI, Jaqueline. "A liberdade não se implora de joelhos". Reportagem realizada em Junho de 2008. Disponível em: <<https://www.ufrgs.br/ensinodareportagem/cidades/honoriolemes.html>> Acesso em 23 jun. 2024.

LONER, Beatriz Ana. **Classe Operária**: Mobilização e organização em Pelotas: 1888 – 1937. Tese (Doutorado em Sociologia) – Programa de Pós Graduação em Sociologia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 1999.

LONER, Beatriz Ana. Negros: Organização e luta em Pelotas. **História em Revista**. Pelotas, v. 5, 1999. Disponível em: <<https://periodicos.ufpel.edu.br/ojs2/index.php/HistRev/article/view/12080>>. Acesso em: 31 jan. 2023.

LONER, Beatriz Ana. **Construção de Classe**: Operários de Pelotas e Rio Grande (1888 – 1930). Pelotas: Ed. Universitária Unitrabalho, 2001.

LONER, Beatriz Ana. A rede associativa negra em Pelotas e Rio Grande. In: SILVA, Gilberto Ferreira da. SANTOS, José Antônio dos. CARNEIRO, Luiz Carlos da Cunha. (Orgs.) **RS Negro**: Cartografias sobre a produção do conhecimento. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2008. p. 246 – 261.

LONER, Beatriz Ana. Um perfil do trabalhador gaúcho na década de 1930. In: Vestígios do Passado – a história e suas fontes. **IX Encontro Estadual de História** – ANPUH-RS. 2008. Disponível em: <[http://eeh2008.anpuh-rs.org.br/resources/content/anais/1212160238\\_ARQUIVO\\_BeatrizLoner-compl.pdf](http://eeh2008.anpuh-rs.org.br/resources/content/anais/1212160238_ARQUIVO_BeatrizLoner-compl.pdf)>. Acesso em: 31 jan. 2023.

LONER, Beatriz Ana. **Construção de Classe: Operários de Pelotas e Rio Grande (1888 – 1930)** 2.ed.rev.ampl. Pelotas: Editora da UFPel, 2016.

LONER, Beatriz Ana. GILL, Lorena Almeida. Clubes carnavalescos negros na cidade de Pelotas. **Estudos Ibero-Americanos**, Porto Alegre, v. 35, n. 1, p. 145-162, jan./jun. 2009.

LOPES, Taiane Naressi. **A “Vila África” na perspectiva de mulheres negras: território, racialização e memória em Taquara (RS) (Da década 1960 ao tempo presente)**. Dissertação (Mestrado em História) - Programa de Pós Graduação em História do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2020.

LOSEKANN, Marilse Beatriz. WIZNIEWSKY, Carmen Rejane Flores. Comunidade Tradicional na área de proteção ambiental do Ibirapuitã/RS: Territorialidades do Quilombo da Chirca. **VIII Simpósio Internacional de Geografia Agrária e IX Simpósio Nacional de Geografia Agrária GT 2** – Comunidades tradicionais na luta por territórios. Curitiba, 1 a 5/11/ 2017.

LOZANO, Jorge Eduardo Aceves. Prática e estilos de pesquisa em história oral contemporânea. In: FERREIRA, M. de M. e AMADO, J. **Usos & abusos da história oral**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 5ed, 2002, p. 15–25.

MAFFESOLI, Michel. O imaginário é uma realidade. (Entrevista). **Revista FAMECOS**, Porto Alegre, n. 15, p. 74-82, ago. 2001.

MAGALHÃES, Magna Lima. **Entre a preteza e a brancura brilha o Cruzeiro do Sul: Associativismo e identidade negra em uma localidade teuto-brasileira (Novo Hamburgo/RS)**. Tese (Doutorado em História) - Programa de Pós-Graduação em História, Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2010.

MAGALHÃES, Magna Lima. [et. all.] Era um hino de fábrica apitando: a memória do trabalho negro na cidade de Novo Hamburgo (RS), Brasil. **Etnográfica** - Revista do Centro em Rede de Investigação em Antropologia – Portugal. 17 (2) p. 269-291, junho de 2013.

MAGALHÃES, Magna Lima. **Associativismo Negro no Rio Grande do Sul**. São Leopoldo: Trajetos Editorial, 2017.

MAGALHÃES, Magna Lima. SCHEMES, Cláudia. Mulheres e o associativismo negro em Novo Hamburgo (RS). **Revista Latino-Americana de História**. Vol.2, nº.9. p. 217 – 232, dez. 2013.

MAINARDES, Jefferson; CARVALHO, Isabel Cristina de Moura. Autodeclaração de princípios e de procedimentos éticos na pesquisa em Educação. In: **ANPEd**. Ética e pesquisa em Educação: subsídios. Rio de Janeiro: ANPEd, 2019.



MARIA, Jéssica Nobre. **Comunidade negra de fronteira**: o clube Farroupilha de Santana do Livramento, RS. Monografia (Graduação em História) - Programa de Graduação em História da Universidade Federal de Santa Maria, 2014.

MARQUES, Teresa Cristina de Novaes. A mulher casada no código civil de 1916. Ou mais do mesmo. **Textos de História**, Vol. 12. nº. 1/2. 2004, p. 127-144.

MARTINS, Ana Rita Ilha. **Mulheres quilombolas da pampa**: ancestralidade, negritude e resistência. Monografia (Graduação) - Curso de Desenvolvimento Rural e Gestão Agroindustrial, Unidade em Santana do Livramento, Universidade Estadual do Rio Grande do Sul. 2020.

MATTOS, Hebe Maria. **Das cores do silêncio**: os significados de liberdade no sudeste escravista, Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1998.

MATTOS, Hebe. Prefácio - A “raça” como construção. In: COOPER, Frederick; HOLT, Thomas Cleveland; SCOTT, Rebecca Jarvis. **Além da Escravidão**: Investigações sobre raça, trabalho e cidadania em sociedades pós-emancipação. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.p. 13 – 38.

MATTOS, Hebe Maria; RIOS, Ana Maria Lugão. O pós-abolição como problema histórico: balanços e perspectivas. **Revista Topoi**, Rio de Janeiro, vol. 5, n. 8, p.170-198, jan/jun. 2004.

MATTOS Hebe Maria, RIOS, Ana Maria Lugão. **Memórias do cativo**: família, trabalho e cidadania no pós-abolição. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

MAUAD, Ana Maria. Através da imagem: fotografia e história Interfaces, **Tempo**, Rio de Janeiro, v. 1, n.2, p.73 – 98. 1996.

MAUAD, Ana Maria. Imagem e autoimagem do Segundo Reinado. In: ALENCASTRO, Luiz Felipe de. **História da vida privada no Brasil Império**: A corte e a modernidade nacional. Vol. 2. São Paulo: Companhia das Letras. 1997, p. 181 – 231.

MEDEIROS, Jéssica. O despertar da ancestralidade negra: da memória narrada ao FamilySearch. Doutoranda em História da UFSM, Franciele de Oliveira, reconstrói trajetórias sub-representadas e mostra que a genealogia também pode contar histórias de famílias negras. 20/11/2022. **Revista Arco Jornalismo Científico e Cultural**. Disponível em: <<https://www.ufsm.br/midias/arco/o-despertar-da-ancestralidade-negra-da-memoria-narrada-ao-familysearch>>. Acesso em 20 jun. 2023.

MEIHY, José Carlos Sebe Bom, HOLANDA, Fabíola. **História Oral**: como fazer, como pensar. São Paulo: Contexto, 2007.

MEMMI, Albert. **Retrato do colonizado precedido pelo retrato do colonizador**. 3ª ed. Trad. Roland Corbizer e Mariza Pinto. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.

MENDONÇA, Joseli Maria Nunes. TEIXEIRA, Luana. MAMIGONIAN, Beatriz Gallotti. (orgs.). **Pós-Abolição no Sul do Brasil**: associativismo e trajetórias negras. Salvador: Sagga. 2020.

MNU. Disponível em: <<https://mnu.org.br/mnu-3/>>. Acessado em 9 fev. 2024.

MONASTIRSKY, Leonel Brizolla. Estação ferroviária: “lugar-de-memória” das cidades brasileiras. **Espaço & Geografia**, Vol.16, Nº 2, 781-804, 2013. Disponível em: <<https://periodicos.unb.br/index.php/espacoegeografia/article/download/40001/31103/113639>> Acesso em: 24 ago. 2023.

MORAES, Fernando Dreissig de, CUNHA, Laurie Fofonka (orgs). **Genealogia dos municípios do Rio Grande do Sul** / Estado do Rio Grande do Sul. Secretaria de Planejamento, Governança e Gestão (SPGG). Departamento de Planejamento Governamental. Porto Alegre: SPGG, 2018.

MOREIRA, Paulo Roberto Staudt. **Faces da Liberdade, Máscaras do Cativo**: experiências de liberdade e escravidão percebidas através das Cartas de Alforria – Porto Alegre (1858/1888). Porto Alegre: Arquivo Público do Estado: EDIPUCRS, 1996. (Coleção História, 12).

MOREIRA, Paulo Roberto Staudt. Aurélio Viríssimo de Bittencourt: burocracia, política é devoção. In: GOMES, Flávio dos Santos; DOMINGUES, Petrônio (orgs.). **Experiências da Emancipação**: Biografias, instituições e movimentos sociais no pós-abolição (1890-1980). São Paulo: Selo Negro, 2011, p. 83-107.

MOREIRA, Paulo Roberto Staudt. Os negros estão aí. In: PENNA, Rejane (org.). **O tempo e o Rio Grande nas imagens do Arquivo Histórico do RS**. Porto Alegre, IEL, Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul, 2011, p. 38 -40.

MOREIRA, Paulo Roberto Staudt. O Aurélio era preto: trabalho, associativismo e capital relacional na trajetória de um homem pardo no Brasil Imperial e Republicano. In: **Estudos Ibero-Americanos**, Porto Alegre, v. 40, n. 1, p. 85-127, jan.-jun. 2014.

MOREIRA, Paulo Roberto Staudt. Miguel Archanjo da Cunha já não existe: O associativismo da Sociedade Beneficente Floresta Aurora e as vicissitudes biográficas de um barbeiro negro, liberal e católico. **Revista de História Regional** 24 (2): 252 - 281, 2019.

MOREIRA, Paulo Roberto Staudt. Havemos de ser atendidos em nossos direitos, uma vez que servimos para volantes e soldados, não obstante a nossa cor: associativismo negro, direitos e cidadania (a Sociedade Beneficente Cultural Floresta Aurora, Porto Alegre, séc. XIX). **Revista Mundos do Trabalho**, Florianópolis, (vol. 11), p. 1 – 30, 2019.

MOREIRA, Paulo Roberto Staudt. Mundos do trabalho no imediato pós-abolição (Porto Alegre, RS). In: MACEDO, José Rivair; MOREIRA, Paulo Roberto Staudt; BARROSO Véra Lucia Maciel. (orgs.). **Racismo, relações de poder e história negra em Porto Alegre**: séculos XIX – XX. Centro Histórico-Cultural Santa Casa. Porto Alegre: Evangraf: ISCMPA, 2023, p. 122 -149.

MOREIRA, Paulo R. Staudt. MUGGE, Miquéias H. **Histórias de Escravos e senhores em uma região de imigração europeia**. São Leopoldo: Oikos, 2014.

MORRISON, Toni. **Amada**. Tradução José Rubens Siqueira. 1ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

MORRISON, Toni. **A origem dos outros**: seis ensaios sobre racismo e literatura. Tradução Fernanda Abreu. 1ª ed. São Paulo: Companhia das letras, 2019.

MORRISON, Toni. **A fonte da autoestima**: Ensaios, discursos e reflexões. Tradução Odorico Leal. 1ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2020.

MÜLLER, Liane Susan. **As contas do meu rosário são balas de artilharia** - Irmandade, jornal e sociedades negras em Porto Alegre 1889-1920. Dissertação (Mestrado em História) - Programa de Pós-Graduação em História da Escola de Humanidades da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, 1999.

MÜLLER, Liane Susan. As contas do meu rosário são balas de artilharia. In: SILVA, Gilberto Ferreira da. SANTOS, José Antônio dos. CARNEIRO, Luiz Carlos da Cunha. (orgs.) **RS Negro**: Cartografias sobre a produção do conhecimento. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2008. p. 262 – 271.

MUNANGA, Kabengele. **Rediscutindo a mestiçagem no Brasil**: identidade nacional Versus identidade negra. Belo Horizonte: Autentica 1ª ed. 1998; 5ª ed. 2004.

MUNANGA, Kabengele. Uma abordagem conceitual das noções de raça, racismo, identidade e etnia. In: Palestra proferida no **3º Seminário Nacional Relações Raciais e Educação** - PENESB -RJ, 05/11/2003.

MUNIZ, Diva do C. G. Sobre História e Historiografia das Mulheres. **Caderno Espaço Feminino**, Uberlândia, v. 31, n.1, jan./jun. 2018.

NASCIMENTO, Abdias do. Teatro Experimental do Negro: trajetória e reflexões. **Estudos Avançados** 18 (50), 2004.

NASCIMENTO, Álvaro Pereira do. Trabalhadores negros e o “paradigma da ausência”: contribuições à história social do trabalho no Brasil. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro/RJ, vol. 29, nº 59, p. 607-626, set. – dez. 2016.

NASCIMENTO, Beatriz. A história do Brasil é uma história escrita por mãos brancas. Retirado do documentário "**O negro da senzala ao soul**", Beatriz Nascimento sobre a história contada pelo opressor branco, organização dos quilombos e repressão. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=-LhM1MaPE9c>> Acesso em: 10 jan. 2022.

NASCIMENTO, Beatriz. **Uma história feita por mãos negras**: Relações raciais, quilombos e movimentos. RATTIS Alex (org.). Rio de Janeiro: Zahar, 2021.

NAPOLITANO, Marcos. **História do Brasil República**: da queda da Monarquia ao fim do Estado Novo. São Paulo: Contexto, 2016.

NEGRO, Antonio Luigi e GOMES, Flávio. Além de senzalas e fábricas uma história social do trabalho. **Tempo Social** - Revista de Sociologia da USP, v. 18, nº. 1, p. 217-240, jun.. 2006.

NEPOMUCENO, Bebel. Mulheres negras: Protagonismo ignorado. In: PINSKI, Carla Bassanezi. PEDRO, Joana Maria (Orgs.). **Nova História das Mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2012, p. 382 – 409.

NOGUEIRA, Oracy. **Preconceito de marca**. As relações raciais em Itapetininga. São Paulo: Edusp, 1998.

NOGUEIRA, Oracy. Preconceito racial de marca e preconceito racial de origem: sugestões de um quadro de referência para a interpretação do material sobre relações raciais no Brasil. **Tempo Social**, v.19, n.1, p. 287 -308, 2006 [1ª ed. 1954].

NUNES, Zeno Cardoso; NUNES, Rui Cardoso. **Dicionário de Regionalismos do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre, Martins Livreiro, 1992.

OLIVEIRA, André de. **Rincão da Chirca** – Desenvolvimento e Etnogênese quilombola de uma comunidade do Pampa Brasileiro. *Dissertação* (Mestrado em Extensão Rural) - Programa de Pós-Graduação em Extensão Rural da Universidade Federal de Santa Maria, 2015.

OLIVEIRA, Eduardo de Oliveira e. O mulato, um obstáculo epistemológico. **Argumento**, Rio de Janeiro, v. 1, n. 3, 1974, p. 65-73.

OLIVEIRA, Fernanda; PEREIRA, Priscila Nunes. Pensamentos de mulheres negras ao sul do sul: das lutas coletivas por cidadania à narrativa da existência por meio da educação. **Currículo sem Fronteiras**, v. 19, n. 2, p. 453-477, 2019.

OLIVEIRA, Fernanda. Clubes negros ao sul do Sul: a mobilização recreativa nas cidades de fronteira Brasil-Uruguaí no pós-Abolição (décadas 1920-1950). In: MENDONÇA, Joseli Maria Nunes; TEIXEIRA, Luana; MAMIGONIAN, Beatriz (org.). **Pós-Abolição no Sul do Brasil**: associativismo e trajetórias negras. Salvador: Saggá, 2020. p. 38 – 56.

OLIVEIRA, Fernanda. **Luciana Lealdina de Araújo e Maria Helena Vargas da Silveira**: história de mulheres negras no pós-abolição do sul do Brasil. Niterói: Eduff, 2020.

OLIVEIRA, Franciele Rocha de. **Dos laços entre José e Innocência**: trajetórias de uma família negra entre a escravidão e a liberdade no Rio Grande do Sul. *Dissertação* (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História pela Universidade Federal de Santa Maria, 2017.

OLIVEIRA, Franciele Rocha de. Trabalhadores negros criam União Familiar: Revivendo o mais antigo clube social negro de Santa Maria/RS. **História em Revista**, Pelotas, 42-68. V. 27/2, jul./2022.

OLIVEIRA, Franciele Rocha de. **Negros Laços**: Trajetórias coletivas das famílias dos nascidos de ventre livre no pós-Abolição (Santa Maria /RS, 1871-1941). Tese (Doutorado em História) - Programa de Pós-Graduação em História pela Universidade Federal de Santa Maria, 2023.

OLIVEIRA, José Carlos Nunes de. **Histórias de um Rosário Antigo**. Porto Alegre: Gráfica Universitária Ltda, 2015.

OSÓRIO, Helen. **O império português no sul da América**. Porto Alegre: Ed. Da UFRGS, 2007.

PACHECO, Henrique Melati; MOREIRA, Paulo Roberto Staudt; BALDASSO, Camille Chies; HAACK, Marina Camilo. **Irmandade de Nossa Senhora do Rozario e São Benedito dos Pretos da Caxoeira (do Sul - RS):** As artes da devoção Afro-Católica. São Leopoldo: Oikos, 2022.

PAIXÃO, Marcelo. GOMES, Flavio. Histórias das diferenças e das desigualdades revisitadas: notas sobre gênero, escravidão, raça e pós-emancipação. *In:* XAVIER, Giovana. FARIAS, Juliana Barreto. GOMES, Flavio (orgs) **Mulheres negras no Brasil escravista e do pós-emancipação.** São Paulo: Selo Negro, 2012, p. 297 – 313.

PEDRO, Joana Maria. Traduzindo o debate: o uso da categoria gênero na pesquisa histórica. **História**, São Paulo, v. 24, n. 1, p.77-98, 2005.

PEREIRA, Leonardo Affonso de Miranda. **A cidade que dança:** Clubes e bailes negros no Rio de Janeiro (1881 – 1933). Campinas, SP: Editora da Unicamp; Rio de Janeiro, RJ: EdUERJ, 2020.

PEREIRA, Lúcia Regina Brito. E Floresceu a Aurora! *In:* NÚNCIA, Jaime B. Alves. ALVES, Nereidy Rosa VARGAS, Giane da Silva. **Floresta Aurora:** 150 anos fazendo história. Porto Alegre: Libretos, 2022.

PEREIRA, Maria Fernanda de França. O samba de exaltação: Convergências e conflitos na construção discursiva da identidade nacional. **Teoria e Cultura**. Juiz de Fora, v. 7, n. 1/2, p. 103 a 119, jan./dez. 2012.

PEREIRA, Priscila Nunes. **Negras, professoras e cotistas:** saberes construídos na luta pelo exercício da docência. Dissertação (Mestrado em Educação) - Programa de Pós-Graduação em Educação da Faculdade de Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2018.

PERES, Crystiane Leandro. **A luta pelo ensino livre:** a educação na Associação Internacional dos Trabalhadores – AIT (1864 a 1872). Dissertação (Mestrado em História) - Programa de Pós-Graduação em História, do Centro de Ciências Humanas e da Educação, da Universidade do Estado de Santa Catarina. Florianópolis, 2018.

PEREZ, Léa Freitas. **Festa, religião e cidade:** Corpo e alma do Brasil. Porto Alegre: Medianiz. 2011.

PERROT, Michelle. “Sair”. *In:* FRAISSE, Geneviève. PERROT, Michelle. **A história das mulheres no Ocidente.** O século XIX. Trad. De M.H.da C. Coelho, I. M. Vaquinhas, L. Ventura, G. Mota. Porto: Afrontamento; São Paulo: EBRADIL, 1994, p. 503 – 539.

PERROT, Michelle. **Minha história das mulheres.** São Paulo: Contexto, 2007.

PERUSSATTO, Melina Kleinert. **Como se de ventre livre nascesse.** Experiências de cativo, parentesco, emancipação e liberdade nos derradeiros anos da escravidão. Rio Pardo?RS. 1860-1888. Dissertação (Mestrado em História) - Programa de Pós-Graduação em História da Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2010.

PERUSSATTO, Melina Kleinert. **Arautos da liberdade**: educação, trabalho e cidadania no pós-abolição a partir do jornal O Exemplo de Porto Alegre (c. 1892- c. 1911). Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2018.

PERUSSATTO, Melina Kleinert, WEIMER, Rodrigo de Azevedo. Problematizando raça a partir da guerra civil de 1893-1895. In: VARGAS, Jonas (org.). **Belicosas fronteiras**: contribuições recentes sobre política, economia e escravidão em sociedades americanas (século XIX). 1ed. Porto Alegre: Fi, 2017, p. 305-321.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. **República velha gaúcha**: Charqueadas, frigoríficos, criadores. Porto Alegre: Editora Movimento, 1980.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. **RS**: A economia e o poder nos anos 30. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1980.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. O corpo e a alma do mundo. A micro-história e a construção do passado. In: **História Unisinos**, PPGH da Universidade do Vale do Rio dos Sinos. V. 8, n.10. São Leopoldo: Unisinos, p. 179-189, 2004.

PIMENTEL, Fortunato. **Aspectos gerais de Sant’Ana do Livramento**. Porto Alegre: Livraria Continente, 1943.

PINKOSKI, Pascual Isoldi. **Os primeiros frigoríficos do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2022.

PINTO, Ana Flávia Magalhães. **De pele escura e tinta preta**: a imprensa negra do século XIX (1833-1899). Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História Cultural da Universidade de Brasília, 2006.

PINTO, Ana Flávia Magalhães. **Escritos de liberdade**: literatos negros, racismo e cidadania no Brasil oitocentista. Campinas: Editora da UNICAMP, 2018.

PINTO, Elisabete Aparecida. **Etnicidade, gênero e educação**: a trajetória de vida de Dona Laudelina de Campos Melo (1904-1991). Dissertação (Mestrado em Educação), Programa de Pós- Graduação da Universidade Estadual de Campinas. Campinas, SP, 2015.

PINTO. Céli Regina Jardim. **Tempos e memórias**: Vida de mulheres. Porto Alegre: Zouk, 2021.

PISCITELLI, Adriana. **Re-Criando a (categoria) Mulher?** Disponível em: <<https://www.culturaegenero.com.br/download/praticafeminina.pdf>> Acesso em: 22 set. 2021.

POLLAK, Michael. Memória, Esquecimento, Silêncio. In: **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, vol. 2, n. 3, p. 3-15, 1989.

POLLAK, Michael. Memória e identidade social. In: **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, vol.5, n. 10, p. 200 – 212. 1992.

PORTELLI, Alessandro. A Filosofia e os Fatos: Narração, interpretação e significado nas memórias e nas fontes orais. **Tempo**, Rio de Janeiro, vol. 1, n°. 2, p. 59-72, 1996.

PORTELLI, Alessandro. **História oral como arte de escuta**. São Paulo: Letra e Voz, 2016.

PORTO, Gabriella. **Twist**. Disponível em: <<https://www.infoescola.com/danca/twist>>. Acesso em: 18 nov. 2021.

PRATES, Eloísa. **Pelo Escuro: Nasce a cor da poesia**. Curitiba: Appris, 2020.

Prefeitura Municipal de Rosário do Sul. Disponível em: <<https://www.rosariodosul.rs.gov.br/pagina/view /27/prefeitura-municipal-de-rosario-do-sul>>. Acesso em 18 jan. 2024.

Projeto Querino. Episódio 5. **Os piores padrões**. Disponível em: <<https://open.spotify.com/episode/7AEaa78MtQBJc0ZkFdiM9u?si=w4X3V-3LTDqfqX3UC9WKwg>> Acesso em 27 dez, 2023.

PUREZA, Fernando Cauduro. Cruzando olhares: estabelecendo diálogos entre E.P. Thompson e Angela Davis. **Revista Mundos do Trabalho**. Florianópolis, v. 11, p. 1-20, 2019.

RAGO, Margareth. As mulheres e suas artes de fazer na política. **Revista feminista Conspirando**, Chile. s/d. p.4. Disponível em:<[https://historiacultural.mpbnet.com.br/artigos.genero/margareth/RAGO\\_Margareth-As\\_mulheres\\_e\\_sua\\_arte\\_de\\_fazer\\_na\\_politica](https://historiacultural.mpbnet.com.br/artigos.genero/margareth/RAGO_Margareth-As_mulheres_e_sua_arte_de_fazer_na_politica)>. Acesso em 2 fev. 2022.

RAMOS, Artur. O espírito associativo do negro brasileiro. **Revista do Arquivo Municipal de São Paulo** (47), São Paulo, p.105-126, 1938.

RAMOS, Lazaro. **Na minha pele**. São Paulo: Companhia das Letras. 2017

RATTS, Alex. **Eu sou atlântica: Sob uma trajetória de Vida de Beatriz Nascimento**. São Paulo: Instituto Kuanza, Imprensa Oficial de Estado de São Paulo, 2006.

REIS, João José; GOMES, Flávio dos Santos. **Liberdade por um Fio: História dos quilombos no Brasil**. São Paulo, Companhia da Letras, 1996.

REIS, João José; SILVA, Eduardo. **Negociação e conflito**. A resistência escrava no Brasil. Rio de Janeiro, Cia das Letras, 1988.

Relatório Municipal – Rosário. In: Jornal A Federação, Porto Alegre, 10 de fevereiro de 1915. Ano XXXII, nº 34 - Ano 1915\Edição 00034. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/388653/31382>>. Acesso em 2 dez, 2023.

RIBEIRO, Djamila. **O que é lugar de fala?** Belo Horizonte: Letramento, 2017.

RIBEIRO, Djamila. **Lugar de fala**. São Paulo: Sueli Carneiro; Editora Jandaíra, 2020.

RIO GRANDE DO SUL. **Censos do RS: 1803-1950**. Porto Alegre: Fundação de Economia e Estatística De Província de São Pedro a Estado do Rio Grande do Sul.1981.

RIO GRANDE DO SUL. Lei n.º 13.694, de 19 de janeiro de 2011. Institui o Estatuto Estadual da Igualdade Racial e dá outras providências. Porto Alegre, RS, 2011. Disponível em <<http://www.al.rs.gov.br/filerepository/replegis/arquivos/13.694.pdf>> Acesso em: 05 de jun. de 2022.

RIOS, Ana Maria Lugão; MATTOS, Hebe Maria. Para além das senzalas: campesinato, política e trabalho rural no Rio de Janeiro pós-Abolição. *In*: CUNHA, Olivia Maria Gomes da; GOMES, Flavio dos Santos (Orgs). **Quase- Cidadão: histórias e antropologias da pós-emancipação no Brasil**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2007, p. 55 – 78.

RIOS, Flavia; RATTS Alex. A perspectiva interseccional de Lélia Gonzalez. *In*: CHALHOUB, Sidney, PINTO, Ana Flávia Magalhães (orgs.). PIRES, Antônio L.C. Simões. (Coord.) **Pensadores negros pensadoras negras: Brasil séculos XIX e XX**. 2ª ed. Belo Horizonte (MG): Fino Traço, 2020. p. 467 – 486.

RODRIGUES, Luiz Fernando dos Santos da Silva. **Entre o trote dos cavalos e o ronco dos motores: Os trabalhadores do setor dos transportes urbanos de Santa Maria no pós-Abolição (1898 – 1937)**. Dissertação (Mestrado em História) Programa de Pós Graduação em História pela Universidade Federal de Santa Maria, 2024.

ROMERO, Silvio. **História da literatura brasileira**. Rio de Janeiro: Imago, 2001.

ROSA, Júlio César da. Negros em Laguna: (in)visibilidade das populações afrodescendentes em Laguna na primeira metade do século XX. *In*: **CLIO, Revista de Pesquisa Histórica**, n.34.1,p.266 -287.2016.

ROSA, Júlio César da. Vivências de mulatos e pretos em Laguna: solidariedades e sociabilidades nos clubes Sociedade Recreativa União Operária e Literário Cruz e Souza (1903 – 1950). **MÉTIS: história & Cultura**. V.15, n.30. p. 269 – 204, jul./dez. 2016.

ROSA, Júlio César da. **Associativismo negro em Laguna e a construção identitária: irmandade, sociedades musicais e clubes negros (1870 a 1950)**. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2021.

ROSA, Marcus Vinícius de Freitas. **Além da invisibilidade: história social do racismo em Porto Alegre (1884-1918)**. Tese (Doutorado em História) – Departamento de História, do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, da Universidade Estadual de Campinas Unicamp, 2014.

ROSA, Marcus Vinícius de Freitas. **Além da invisibilidade: história social do racismo em Porto Alegre durante o pós-Abolição**. Porto Alegre: EST, 2019.

ROSÁRIO DO SUL. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rs/rosario-do-sul/historico>>. Acesso em: 6 nov. 2021



ROSÁRIO DO SUL, Lei nº 2506 de 22 de março de 2005. Imóvel de utilidade pública. Disponível em: <<https://leismunicipais.com.br/legislacao-municipal/4200/leis-de-rosario-do-sul>>. Acesso em: 15 fev. 2023.

ROSÁRIO DO SUL Lei nº 2.545, de 24 de agosto de 2005.

ROSÁRIO DO SUL, Lei nº 3.696, de 29 de dezembro de 2016. Acrescenta o Dia 20 de novembro, o Dia da Consciência Negra, à Lei Municipal nº 649, de 12 de abril de 1967, instituindo-o como feriado municipal. Disponível em: <[https://leismunicipais.com.br/a/rs/r/rosario %20do%20sul/lei-ordinaria/2016/369/3696/lei-ordinaria-n-3696-2016-altera-a-redacao-da-ementa-e-da-alinea-c-do-artigo-1-da-lei-municipal-n-649-de-12-de-abril-de-1967-que-cria-feriados-religiosos-municipais](https://leismunicipais.com.br/a/rs/r/rosario%20do%20sul/lei-ordinaria/2016/369/3696/lei-ordinaria-n-3696-2016-altera-a-redacao-da-ementa-e-da-alinea-c-do-artigo-1-da-lei-municipal-n-649-de-12-de-abril-de-1967-que-cria-feriados-religiosos-municipais)>. Acesso em: 15 fev. 2023.

ROSÁRIO DO SUL, Projeto de Lei nº 15/2021.

RUBERT, Rosane A. **Comunidades negras rurais do RS**: um levantamento socioantropológico preliminar. Porto Alegre: RS RURAL, ICA, 2005.

SANTIAGO, Fernanda Lucas. **Mulheres negras**: trajetórias de (re) existências em rede (Curitiba, 1922-1963). Dissertação (Mestrado em História) - Programa de Pós-Graduação em História, do Centro de Ciências Humanas e da Educação, da Universidade do Estado de Santa Catarina. Florianópolis, 2019.

SANTOS, Bruna Letícia de Oliveira dos. **“Os brancos não falam a verdade contra mim. Porque ele é homem e não havia de passar o trabalho que as fêmeas passam”**. Maria Rita e a interseccionalidade de mulheres escravizadas (Comarca de Rio Pardo, XIX). Dissertação (Mestrado em História) - Programa de Pós-Graduação em História da Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2020.

SANTOS, Bruna Letícia de Oliveira dos. A influência do pensamento de Lélia Gonzalez para a formação do feminismo negro brasileiro - descolonização e amefricanidade. **Cadernos de Gênero e Tecnologia**, Curitiba, v. 14, n. 44, p. 504-520, jul./dez. 2021.

SANTOS, Denise Bispo dos. **Para além dos fios**: cabelo crespo e identidade negra feminina na contemporaneidade. Dissertação (Mestrado em História) Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Sergipe, 2019.

SANTOS, Elizelina Dóris dos. **Contando a história do Samba**. Belo Horizonte: Mazza Edições, 2003.

SANTOS, Joel Rufino. **O que é racismo**. Editora Brasiliense: São Paulo, 1984.

SANTOS, José Antônio dos. Intelectuais negros e imprensa no Rio Grande do Sul: uma contribuição ao pensamento social brasileiro. *In*: SILVA, Gilberto Ferreira; SANTOS, José Antônio dos; CARNEIRO, Luiz Carlos da Cunha. (Org.). **RS Negro**: cartografias sobre a produção do conhecimento. 1ª ed. Porto Alegre - RS: EdPUCRS, 2008, p. 83 – 99.

SANTOS, José Antônio dos. Movimento Negro no Rio Grande do Sul: apontamentos de uma história II. **Anais do XIII Encontro Estadual de História da ANPUH RS**, p. 18-21, UNISC, Santa Cruz do Sul. Jul 2016.

SANTOS, José Antônio dos. **Liga da Canela Preta**: a história do negro no futebol. Porto Alegre: Diadorim Editora, 2018.

SANTOS, Vinícius Silveira dos. **Processo histórico da ovinocultura e sua influência no município de Santa Vitória do Palmar-RS**. Trabalho de Conclusão (Bacharelado em Desenvolvimento Rural – PLAGEDER). Faculdade de Ciências Econômicas da UFRGS. 2018.

SÃO GABRIEL, Lei Ordinária Municipal nº 64 de 1952, artigo 7º, p. 137. Disponível em: <<https://www.camarasg.rs.gov.br/proposicoes/Leis-ordinarias/1952/1/0/15341>>. Acesso em 8 jan. 2024.

SHELL, Deise Cristina. **Entre coleções e arquivos**: Pedro de Angelis e a produção de conjuntos documentais (Buenos Aires, 1835-1852) Tese (Doutorado em História) - Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2018.

SCHUCMAN, Lia Vainer. **Entre o “encardido”, o “branco” e o “branquíssimo”**: Raça, hierarquia e poder na construção da branquitude paulistana. Tese (Doutorado em Psicologia) – Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo, 2012.

SCHUCMAN, Lia Vainer. Sim, nós somos racistas: Estudo psicossocial da branquitude paulistana. In: **Psicologia & Sociedade**, 26(1), p. 83-94, 2014.

SCHUCMAN, Lia Vainer. **Racismo e “branquitude” na sociedade brasileira**. 2015. Disponível em: <<http://agencia.fapesp.br/racismo-e-branquitude-na-sociedade-brasileira/20628/>> Acesso em: 22 set. 2021.

SCHUCMAN, Lia Vainer. FACHIM, Felipe Luis. A cor de Amanda: identificações familiares, mestiçagem e classificações raciais brasileiras. **Interfaces Brasil/Canadá**. Florianópolis/Pelotas /São Paulo, vol. 16, nº. 3, p. 182-205, 2016.

SCHUCMAN, Lia Vainer. Alianças possíveis e impossíveis entre brancos e negros para equidade racial. In: Instituto Ibirapitanga e SCHUCMAN, Lia Vainer. (orgs.) **Branquitude**: diálogos sobre racismo e antirracismo. 1ª ed. São Paulo: Fósforo, 2023. p. 42-70.

SCHWARCZ, Lília Moritz. **O espetáculo das raças**. Cientistas, instituições e questão racial no Brasil. 1870-1930. São Paulo: Companhia da Letras, 1993.

SCHWARCZ, Lília Moritz, **Racismo no Brasil**. São Paulo: PubliFolha, 2001.

SCHWARCZ, Lília Moritz. População e Sociedade. In: SCHWARCZ Lília Moritz (Coord.). **A abertura para o mundo** (1889 – 1930). Rio de Janeiro: Objetiva, 2012.

SCHWARCZ Lília Moritz (Org.). **A abertura para o mundo (1889 – 1930)**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2012.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **Nem preto nem branco, muito pelo contrário**: Cor e raça na sociabilidade brasileira. São Paulo: Claro Enigma, 2012.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. Do preto, do branco e do amarelo: sobre o mito nacional de um Brasil (bem) mestiçado. **Ciência e Cultura**. São Paulo, vol. 64 n.º.1. Jan. 2012.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. Lendo e agenciando imagens: o rei, a natureza e seus belos naturais. **Sociologia & Antropologia**. Rio de Janeiro, v. 4. n.º 2, p. 391– 431, outubro, 2014

SCHWARCZ, Lilia Moritz. Raça, Cor e Linguagem. In: KON, Noemi Moritz; ADUB, Cristiane Curi; SILVA, Maria Lúcia da. **O racismo e o negro no Brasil**: questões para a psicanálise. São Paulo: Perspectiva, 2017, p. 91-120.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **Sobre o autoritarismo brasileiro**. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

SCHWARCZ, Lilia Moritz; GOMES, Flávio dos Santos (Orgs.). **Dicionário da Escravidão e Liberdade**: 50 textos críticos. 1ª edição. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. STARLING, Heloisa M. **Brasil**: uma biografia. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

SCOTT, Joan W. Prefácio a Gender and Politics of History. **Cadernos Pagu**, n.3, Desacordos, desamores e diferenças. Campinas: Pagu – Núcleo de Estudos de Gênero, p.11-27.1994.

SCOTT, Joan. Invisibilidade da Experiência. In: **Projeto História**, São Paulo (16), fev. 1998.

SEIXAS, Larissa Selhorst. **O feminismo no bom sentido**: O centro paranaense feminino de cultura e o lugar das mulheres no mundo público (Curitiba, 1933 - 1958). Curitiba, PR. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação da Universidade Federal do Paraná. 2011.

SÉRIE INCLUSÃO: a luta dos analfabetos para garantir seu direito ao voto na República. In: <<https://www.tse.jus.br/comunicacao/noticias/2013/Abril/serie-inclusao-a-luta-dos-analfabetos-para-garantir-seu-direito-ao-voto-na-republica>>. Acessado em 21 nov. 2023.

SÉRIE RESISTÊNCIA NEGRA – TV Globo. Exibida pelo @globoplay na Semana da Consciência Negra/ 2023.

SILVA, André Luiz da. Eugenia. In: COLLING Ana Maria. TODESCHI, Losandro Antonio. (Orgs). **Dicionário Crítico de Gênero**. Dourados, Ms: Ed. UFGD, 2015, p. 229 – 232.

SILVA, Fernanda Oliveira da. **Os negros, a constituição de espaços para os seus e o entrelaçamento desses espaços**: associações e identidades negras em Pelotas (1820-1943). Porto Alegre, RS. Dissertação (Mestrado em História) - Programa de Pós-Graduação em História da Escola de Humanidades da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. 2011.

SILVA, Fernanda Oliveira da. Contribuições historiográficas sobre cor, raça e identidades negras na perspectiva da diásporas africanas: afrodescendentes ao Sul do Atlântico negro – Rio Grande do Sul (RS) e Uruguai (UY) (1905 – 1950). In: **XI Encontro Estadual de História ANPUH/RS**. Anais, 2012.

SILVA, Fernanda Oliveira da. Perspectivas sobre a racialização: a experiência dos clubes sociais e centros culturais na diáspora negra ao sul do Atlântico (Brasil-Uruguai). **XXVII Simpósio Nacional de História – ANPUH**. Natal/RN. jul. 2013.

SILVA, Fernanda Oliveira da. **Invertendo a lógica**: considerações teóricas sobre as mudanças nos significados da cor por lideranças negras a partir do processo de racialização no pós-Abolição do extremo sul do Brasil (1931-1935). Disponível em: <<https://labhstc.ufsc.br/files/2013/04/Fernanda-Oliveira-da-Silva.pdf>> Acesso em 14 ago. 2023.

SILVA, Fernanda Oliveira da. **As lutas políticas nos clubes negros**: Culturas negras, racialização e cidadania na fronteira Brasil Uruguai no pós abolição (1870 – 1960). Porto Alegre, RS. Tese (Doutorado) - Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2017.

SILVA, Fernanda Oliveira da. [et al.] **Pessoas comuns, histórias incríveis**: a construção da liberdade na sociedade sul-rio-grandense. 1.ed. v.1. Porto Alegre: EST Edições, 2017.

SILVA, Fernanda Oliveira da. Palestra “Diversidade e interseccionalidade na pesquisa e no ensino de História” proferida no **XVI Encontro Estadual de História ANPUH – RS**, em 28 de jul. de 2022.

SILVA, Fernanda Oliveira da. Pós-Abolição ao sul: balanços e perspectivas. In: SILVA, Lúcia Helena Oliveira. RODRIGUS, Jaime. SOUZA, Airton Felix Silva. (orgs.). **Escravidão e liberdade**: estudos sobre gênero & corpo, memória & trabalho. São Paulo: FFLCH, 2023 p. 273 – 296.

SILVA, Kalina Vanderlei; SILVA, Henrique Maciel. **Dicionário de conceitos históricos**. 3. ed. São Paulo: Contexto, 2006.

SILVA, Lúcia Helena Oliveira. RODRIGUS, Jaime. SOUZA, Airton Felix Silva (orgs.). **Escravidão e liberdade**: estudos sobre gênero & corpo, memória & trabalho. São Paulo: FFLCH, 2023.

SILVA, Maciel Henrique Carneiro da. **Domésticas criadas entre textos e práticas sociais**. Recife e Salvador (1870-1910). Tese (Doutorado em História) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2011.

SILVA, Tiago Rosa da. **Vivências e experiências associativas negras em Bagé-RS no Pós-Abolição**: imprensa, carnaval e Clubes Sociais Negros na fronteira sul do Brasil - 1913-1980. Dissertação (Mestrado em História) - Pós-graduação em História do Instituto de Ciências Humanas da Universidade Federal de Pelotas, 2018.

SILVEIRA, Helen da Silva. **A força viva da cor preta**: associativismo negro como caminho no Vale do Rio Pardo/RS (1880-1940). Porto Alegre, RS. Dissertação (Mestrado em História)

- Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. 2021.

SILVEIRA, Maria Helena Vargas da. **Negrada**. Porto Alegre: Grupo Editorial Rainha Ginga. 1995.

SILVEIRA, Oliveira. **Três coleções preservam jornal da comunidade negra**. Correio do Povo, Porto Alegre, 8 out. 1972, p. 22.

SILVEIRA, Oliveira (Coord.) **Rosário Centenário (1876 – 1976)**. Prefeitura Municipal de Rosário do Sul. 1976.

SILVEIRA, Oliveira. **Pelo escuro: poemas afro-gaúchos**. Porto Alegre: Edição do autor. 1977.

SKIDMORE, Thomas. **Preto no branco**. Raça e nacionalidade no pensamento brasileiro. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

SLENES, Robert W. **Na senzala uma flor: esperanças e recordações na formação da família escrava, Brasil, século XIX**. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1999.

SMANIOTTO, Elaine. O protagonismo de mulheres negras na Sociedade Recreativa Beneficente União Rosariense. **Historiae**, Rio Grande, v. 12, n. 2, p. 151 -176, 2021.

SOARES, Paulo Roberto Rodrigues. Do rural ao urbano: Demografia, migrações e urbanização (1930 – 85). *In*: GOLIN, Tau. BOEIRA, Nelson (coord.) **República: da revolução de 1930 à Ditadura Militar (1930 – 1985)**. Passo Fundo: Méritos, 2007, p. 291 - 313. (Coleção História Geral do Rio Grande do Sul – v.4)

SOCIEDADE RECREATIVA BENEFICENTE UNIÃO ROSARIENSE. Disponível em: <<https://brasilcnpj.org/rs/rosario-do-sul/sociedade-recreativa-beneficente-uniao-rosariense-95284295000181>> Acesso em 10 jan.2022.

SOIHET, Rachel; PEDRO, Joana Maria. A emergência da pesquisa da História das Mulheres e das Relações de Gênero. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 27, n. 54, p. 281-300, 2007.

SÔNIGO, Márcio J. Ferreira. **Uma introdução à história dos trabalhadores negros no Clube União Operária de Alegrete**. Porto Alegre: Gráfica & Editora RJR, 2022.

SOUZA, Flavia Fernandes de. Criados, **Escravos e Empregados**. O serviço doméstico e seus trabalhadores na construção da modernidade brasileira (cidade do Rio de Janeiro, 1850-1920). Tese (Doutorado em História) - Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Departamento de História da Universidade Federal Fluminense, 2017.

SOUZA, Mara Regina Miranda de. **Rosário do Sul através do tempo – apontamentos de Mario Oriz de Vasconcellos**. Porto Alegre: Alcance, 2004.

SOUZA, Mara Regina Miranda de. **Parlamento de Rosário do Sul**. Trajetória de 130 anos (1877 – 2007). Porto Alegre: Alcance, 2007.

STONE, Lawrence. **Prosopografia**. Rev. Sociologia Política, Curitiba, v. 19, nº 39, 2011.

TEIXEIRA, Paulo Cesar. O pássaro preto da noite – Reportagem Cultural. **Jornal do Comércio**, Porto Alegre. 22, 23,24 nov. 2019, p. 6.

TEIXEIRA, Paulo Eduardo. População. *In*: **Brasil em números** = Brazil in figures / IBGE. Centro de Documentação e Disseminação de Informações. - Vol. 1 (1992). - Rio de Janeiro: IBGE, 1992. Vol. 30 (2022). Gráfico 2.4, p. 87

THOMPSON, Edward Palmer. **A Miséria da Teoria ou um planetário de erros**: uma crítica ao pensamento de Althusser. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editores, 1981.

THOMPSON, Edward Palmer. **A formação da classe operária inglesa**: a força dos trabalhadores. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

THOMPSON, Edward Palmer. **Senhores e Caçadores**: a origem da Lei Negra. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

THOMPSON, Edward Palmer. Folclore, antropologia e história social. *In*: NEGRO, Antônio; SILVA, Sérgio (orgs.). **As peculiaridades dos ingleses e outros artigos**. Campinas: Editora da Unicamp, 2001, p. 227-268.

THOMPSON, Edward Palmer. A história vista de baixo. *In*: NEGRO, Antônio; SILVA, Sérgio (orgs.). **As peculiaridades dos ingleses e outros artigos**. Campinas: Editora da Unicamp, 2001, p. 185-202.

THOMPSON, Edward Palmer. Educação e experiência. *In*: **Os românticos**: a Inglaterra na era revolucionária. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002, p. 11-47.

THOMPSON, Paul. **A voz do passado**: história oral. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

TORRE, Angelo. A produção história dos lugares. *In*: VENDRAME, Maíra, KARSBURG., Alexandre.(orgs.). **Micro-História**: um método em transformação. São Paulo: SP: Letra e Voz, 2020. p. 69 – 99

TORRES, Thiago Alves. A Irmandade de Nossa Senhora do Rosário. *In*: SANTOS, Júlio Ricardo Quevedo dos; ROCHA, Aristeu Castilhos da. (Orgs.) **Africanidades**: reflexões afro sul brasileiras. Porto Alegre: Martins Livreiro Editor, 2016. p. 79-95.

TRANCHES, Renata. Política de JFK deu início ao fim da segregação racial nos EUA. Disponível em:< <https://www.geledes.org.br/politica-de-jfk-deu-inicio-ao-fim-da-segregacao-racial-nos-eua/>> Acesso em 20 out 2022.

VALENZUELA Tainá Severo, Meu eu do sul: As minorias no Movimento Tradicionalista Gaúcho. Trabalho de Conclusão (Graduação em Comunicação Social – Publicidade e Propaganda) - Universidade Federal de Santa Maria. 2021.

VEIGA, Ana Maria. PEDRO, Joana Maria. Gênero. In: COLLING, Ana Maria. TEDESCHI, Losandro Antônio. (orgs.). **Dicionário crítico de gênero**. Dourados, MS: Ed: UFGD, 2015, p. 304 – 307.

VENDRAME, María Ines. **O poder na Aldeia**: Redes sociais, honra familiar e práticas de justiça entre os camponeses italianos (Brasil – Itália). São Leopoldo: Oikos: Porto Alegre: ANPUH, 2016.

VENDRAME, Ines Vendrame. Micro-história e história da imigração: pensando o problema do equilíbrio e da complexidade. **Tempo e Argumento**, Florianópolis, v. 10, n. 25, p. 267 - 288, jul./set. 2018.

VENDRAME, Maíra Ines. A produção social dos lugares. In: VENDRAME, Maíra Ines. KARSBURG Alexandre (orgs.) **Territórios da história**: o micro, o local e o global. São Paulo: Alameda, 2023, p. 179 – 212.

VENDRAME, Maira Ines. Diálogo na aula ministrada em 12/04/2023, na disciplina de Teoria e Metodologia da História II: **Vidas narradas entre fronteiras**: micro-história em movimento, biografia, trajetória e etnografia.

VENDRAME, Maíra Ines. PEREIRA, Syrléa Marques (orgs.). **Mulheres em Movimento**: experiências, conexões e trajetórias transnacionais. São Leopoldo: Oikos; Editora Unisinos, 2017.

VIEIRA, Nanah Sanches. **O trabalho da babá**: trajetórias corporais entre o afeto, o objeto e o abjeto. Dissertação (Mestrado em Sociologia) - Departamento de Sociologia da Universidade de Brasília. 2014.

VOLPE, Miriam Lidia. **Geografias de exílio**. Juiz de Fora-MG: Ed. UFJF, 2005.

VOTO. Série Inclusão: a luta dos analfabetos para garantir seu direito ao voto na República. In:< <https://www.tse.jus.br/comunicacao/noticias/2013/Abril/serie-inclusao-a-luta-dos-analfabetos-para-garantir-seu-direito-ao-voto-na-republica>>. Acesso em 21 nov. 2023

WEIMER, Rodrigo de Azevedo. **Os nomes da liberdade**. Ex escravos na serra gaúcha no pós-Abolição. São Leopoldo: Oikos, 2008.

WEIMER, Rodrigo de Azevedo. **A gente da Felisberta**. Consciência histórica, história e memória de uma família negra no litoral rio-grandense no pós-emancipação. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro, 2013.

WEIMER, Rodrigo de Azevedo. **Guia prático de leitura de documentos judiciais**. Porto Alegre: Secretaria de Planejamento, Governança e Gestão. Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul – APERS, 2021.

WERNECK, Jurema Pinto. **O Samba segundo as Ialodês**: mulheres negras e a cultura midiática. Tese (Doutorado em Comunicação e Cultura) – Programa de Pós-Graduação de Comunicação da Universidade Federal do Rio de Janeiro. 2007.

WERNECK, Jurema Pinto. **Nossos passos vêm de longe!** Movimentos de mulheres negras e estratégias políticas contra o sexismo e o racismo. Vents d'Est, Vents d'Ouest . Genève, 2009. Disponível em: < <https://books.openedition.org/iheid/6316> > Acesso em: 06 fev. 2019.

XAVIER, Giovana, **Branças de almas negras?:** beleza, racialização e cosmética na imprensa negra pós-emancipação (EUA, 1890-1930). Campinas, SP: [s.n.], 2012.

XAVIER, Giovana. **Intelectuais Negras:** Visíveis. Rio de Janeiro: Malê, 2017.

XAVIER, Giovana. **História social da beleza negra.** Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2021.

XAVIER, Giovana. FARIAS, Juliana Barreto. GOMES, Flavio (orgs.). **Mulheres negras no Brasil escravista e do pós- emancipação.** São Paulo: Selo Negro, 2012.

XAVIER, Regina Celia Lima. Raça, classe e cor: debates em torno da construção de identidades no Rio Grande do Sul no pós-Abolição. In: FORTES, Alexandre et al. (Orgs.). **Cruzando Fronteiras:** novos olhares sobre a história do trabalho. 1ed. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2013, p. 103-131.

ZARTH, Paulo Afonso. **Do Arcaico ao Moderno:** o Rio Grande do Sul Agrário do Século XIX. Ijuí: Editora da Unijuí, 2002.

ZUBARÁN, Maria Angélica. A produção da identidade afro-brasileira no pós-abolição: Imprensa negra em Porto Alegre (1902-1910). **Revista de Iniciação Científica da Ulbra**, n. 5, p. 145-156, 2006.



## **APÊNDICES**

## **APÊNDICE A – Locais de Pesquisa e Fontes**

### **Locais de pesquisa**

Acervo Pessoal de Alcidiney Josende da Rosa. Caxias do Sul, RS

Acervo Pessoal de Ataídes Rodrigues dos Santos. Rosário do Sul, RS

Acervo Pessoal de Clovis Soares Borges, Canoas, RS

Acervo Pessoal Edson da Silva Rodrigues, Rosário do Sul, RS.

Acervo Pessoal de Edson Ramos de Paulo. Cruz Alta, RS.

Acervo Pessoal de Elza Fernanda Jaques Leal. Rosário do Sul, RS.

Acervo Pessoal de Jari Felix Santiago, Rosário do Sul, RS.

Acervo Pessoal de José Rodrigues dos Santos. Brasília, DF.

Acervo Pessoal de Magda Suzi Gonçalves, Porto Alegre, RS.

Acervo Pessoal de Nara Nei Faleiro Machado, Rosário do Sul, RS.

Acervo Pessoal de Paulo Heitor Santana, Rosário do Sul, RS.

Acervo Pessoal de Rosângela de Oliveira Santana, Rosário do Sul, RS.

Acervo Pessoal de Sile Terezinha Vaz Maia, Rosário do Sul, RS.

Acervo Pessoal de Ubirajara Oliveira Ramos, Rosário do Sul, RS.

Acervo Pessoal de Valéria Soares de Brites, Porto Alegre, RS.

Acervos Cartoriais como Registro Civil de Pessoas Naturais nas Comarcas Rosário do Sul, São Gabriel, Alegrete, Lajeado e Porto Alegre, RS.

Acervo da Biblioteca Pública Municipal Werneldo Hörbe, Rosário do Sul, RS.

Acervo da Escola Municipal de Ensino Fundamental Agrícola, Rosário do Sul, RS.

Acervos das Câmaras Municipais de Rosário do Sul e de São Gabriel, RS.

Acervo da Mitra Diocesana de Bagé, RS.

Acervo da Paróquia Nossa Senhora do Rosário, Rosário do Sul, RS.

Acervo da Sociedade Recreativa Beneficente União Rosariense, Rosário do Sul, RS.

Acervos de Registro Civil das Pessoas Jurídicas e Registro de Imóveis da Comarca de Rosário do Sul, RS.

Acervo do Cemitério Municipal São Sebastião de Rosário do Sul, RS.

Acervo do Fórum da Comarca de Rosário do Sul, RS - Poder Judiciário, 1ª Vara.

Acervo do Jornal “A Plateia”, Santana do Livramento, RS.

Acervo do Museu Municipal General Honório Lemes, Rosário do Sul, RS.

Acervo do Museu da Comunicação Hipólito José da Costa, Porto Alegre, RS.

Acervo do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Rosário do Sul, RS.

Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul (AHRG), Porto Alegre, RS.

Arquivo Público Estado do Rio Grande do Sul (APERS), Porto Alegre, RS.

Family Search.org, <https://www.familysearch.org/pt/>

Hemeroteca Digital, <https://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>

Portais das Câmaras Municipais de Rosário do Sul e São Gabriel, RS.

Portal da Prefeitura Municipal de Rosário do Sul, RS.

## Lista de Fontes

Ação Ordinária (1908). N: 1462, M: 44, E: 42. Cidade de Bagé. Acervo do APERS. Porto Alegre, RS.

Arbitramento (1902). N: 2312, M: 73, E: 43. Cidade de Bagé. Acervo do APERS. Porto Alegre, RS.

Assentamentos de Batismos: Livro 1b F: 57v; 1b F: 58; 1b F: 58v. Acervo da Mitra Diocesana de Bagé, RS.

Atas de Diretoria e Assembleia da Sociedade Recreativa Beneficente União Rosariense. (1915 até 1941 e 1959 até 1965). Acervo sob a custódia de Nara Nei Faleiro Machado e Adão Ramires da Silva Machado.

Atas do Departamento Feminino – Ala Feminina da Sociedade Recreativa Beneficente União Rosariense. (1963 até 1965). Acervo sob a custódia de Ubirajara Oliveira Ramos.

Autos de Inventário (São Gabriel) 1911 – nº 767 Arquivo Público Estado do Rio Grande do Sul (APERS), Porto Alegre, RS.

Autos de Inventário (Rosário) N: 157. M: 14. E: 92. Inventariante: Cecilia Ramos Severo. Inventariado: Antero Antônio Severo (1913). Arquivo Público Estado do Rio Grande do Sul (APERS), Porto Alegre, RS.

Autos de Inventário (Rosário). N: 370. M: 21. E: 92. Inventariante: Joaquina Silveira da Costa. Inventariado: Ignácio Francisco da Costa (1928). Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul, (APERS). Porto Alegre, RS.

Caderneta Militar de Gabino Soares Barbosa. Exército Brasileiro 1ª Linha, nº 1153, série A. Acervo Pessoal de Dirceu Ramos Soares.

Caderneta Militar de Hélio Ferreira Soares. Exército Brasileiro, nº 699, série A. Acervo Pessoal de Valéria Soares de Brites.

Carteira Profissional de Almir Soares Barbosa – Departamento Nacional do Trabalho nº 82241 – 23/09/1937. Acervo Pessoal de Clóvis Soares Borges.

Carteira de Habilitação de Condutor Profissional de Tração Animal, 05 de junho de 1940. Acervo Pessoal de Alcidiney Josende da Rosa.

Carteirinhas de sócio de Alcidiney Josende da Rosa (década de 1960). Acervo Pessoal de Alcidiney Josende da Rosa.

Carteirinha de sócio de Francisco Pinheiro Ramos (1962). Acervo Pessoal de Ubirajara Oliveira Ramos.

Certificado de Reservista de 1ª Categoria, nº 242825, de Nadir Alves Faleiro, 1940, Ministério da Guerra. Acervo Pessoal de Nara Nei Faleiro Machado.

Certificado de Curso de Alisamento Capilar conferido à Sile Terezinha Vaz Maia oferecido pelo Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (SENAC) – departamento regional do Rio Grande do Sul, cidade de Uruguaiana. 1978. Acervo Pessoal de Sile Terezinha Vaz Maia.

Convite 50 Anos da fundação da Sociedade Recreativa Beneficente União Rosariense, 1965. Acervo Pessoal de Paulo Heitor Santana.

Correspondência dos Conselhos, Intendências e Juntas Municipais. Rosário, Correspondência Expedida Intendência Municipal Ano: 1890/1930. Maço 358, Caixa 192. AHRS. Porto Alegre/RS.

Estatuto da Sociedade Recreativa Beneficente União Rosariense. Livro A- 1 de Pessoas Jurídicas às folhas 022 sob o nº 32 em 4 de junho de 1958. - Acervo de Registro Civil das Pessoas Jurídicas da Comarca de Rosário do Sul, RS.

Extrato dos Estatutos do Clube Comercial de Rosário - Diário Oficial, nº 1549, 29 de março de 1944, p. 886- 887. Acervo de Registro Civil das Pessoas Jurídicas da Comarca de Rosário do Sul, RS.

Extratos dos Estatutos da Sociedade Operária Beneficente de Rosário do Sul. Diário Oficial, 5 de dezembro de 1939, p. 13; 12 de fevereiro de 1959, p.8. Acervo de Registro Civil das Pessoas Jurídicas da Comarca de Rosário do Sul, RS.

Extrato dos Estatutos da Sociedade Recreativa e Beneficente União Rosariense. Diário Oficial, edição nº 192, 7 de março de 1958, p. 15. Acervo de Registro Civil das Pessoas Jurídicas da Comarca de Rosário do Sul, RS.

Ficha do associado Belarmino Soares dos Santos. Acervo da Sociedade Recreativa União Rosariense.

Ficha do associado José Malaquias de Souza. Acervo da Sociedade Recreativa União Rosariense.

Ficha do associado Mauricio Gonçalves. Acervo da Sociedade Recreativa União Rosariense.

Fichas dos associados - Ari Josende e Feliciano Josende. Acervo da Sociedade Recreativa União Rosariense.

Ficha nº 188. Carteira Profissional nº 56589, série 299. Assinatura do Presidente Orestes Maicá da Rosa – Acervo do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Rosário do Sul, RS.

Justificação de dívida. (São Gabriel). N: 1379; M: 50; E: 107 - João Bento Pereira Soares & Deocleciano de Azambuja, (1901). Justificação de dívida. (São Gabriel), N: 1394; M:50; E: 107. Fiúzo Francisco Gonçalves & Deocleciano de Azambuja, (1908). Acervo do APERS. Porto Alegre, RS.

Livro A nº1 de Protocolo, folha 58 sob nº de ordem 927. Registros de Sociedades Civis. Acervo de Registro Civil das Pessoas Jurídicas e Registro de Imóveis da Comarca de Rosário do Sul, RS.

Livro 8 de Assentamento de Matrimônio da paróquia Arcanjo São Gabriel, município de São Gabriel, folha 88 v. Acervo da Mitra Diocesana de Bagé, RS.

Livro 11 de Assentamento de Batismos da paróquia Nossa Senhora Auxiliadora, município de Bagé, folha 41 v. Acervo da Mitra Diocesana de Bagé, RS.

Livro 1 de Assentamentos de Matrimônio (1919 – 1932), Paróquia Nossa Senhora do Passo do Rosário, município de Rosário, folha 18. Acervo da Paróquia Nossa Senhora do Rosário, Rosário do Sul, RS.

Livro 1 de Assentamentos de Matrimônio (1919 – 1932), Paróquia Nossa Senhora do Passo do Rosário, município de Rosário, folha 62. Acervo da Paróquia Nossa Senhora do Rosário, Rosário do Sul, RS.

Livro de Registro das Matrículas de *Chauffeurs* – Intendência Municipal de Rosário (29/06/1926, p. 11) e (11/04/1927, p. 90). Acervo do Museu Municipal General Honório Lemes. Rosário do Sul, RS.

Ofício de Registro de Títulos e Documentos e Pessoas Jurídicas da Comarca de Rosário do Sul (18/12/1925) anexado no Livro de Atas nº 1 da Sociedade Recreativa União Rosariense.

Periódico - O Dever, Bagé, Anno VII, nº 60, dia 13 de março de 1908. HDBN

Periódico - A Federação: Orgam do Partido Republicano (RS) - 1884 a 1937, Porto Alegre, dia 18 de janeiro de 1914. HDBN

Periódico - O Rosariense, Rosário, Anno X, nº 29, Sábado, 17 de abril de 1915, p.1

Periódico – O Rosariense, Rosário, 3 de julho de 1920, p. 2.

Periódico - A Federação: Orgam do Partido Republicano (RS) - 1884 a 1937, Porto Alegre, Ano XXXII, nº 34, dia 10 de fevereiro de 1915, p.1. HDBN.

Periódico - Ilustração Pelotense (RS), Ano 1925\Edição 00010. 16 de maio de 1925 n.10. HDBN.

Periódico - Jornal Caxias, 07 julho de 1927, p. 3.

Periódico - Jornal Caxias, 18 de novembro de 1927, p. 3.

Periódico - Diário de Notícias. (RS). 21/10/1970, p. 6. HDBN

Periódico - Jornal “A Plateia” – Santana do Livramento, 19/07/1972 e 21/07/1972. Acervo do Museu Municipal General Honório Lemes.

Periódico – Jornal Zero Hora – Porto Alegre, 29/07/1972. Acervo do Museu Municipal General Honório Lemes.

Periódico - Jornal do Comércio, Porto Alegre. 22, 23, 24 nov. 2019, p. 6

Processo Judicial (Rosário), 1930, nº 27; 1931, nº 33 e 1931, nº 235. Acervo do APERS. Porto Alegre, RS.

Protocolo - folha 58 sob nº de ordem 927 - Registros de Sociedades Civas - Sociedade Recreativa União Rosariense. Ofício de Registro de títulos e documentos e pessoas jurídicas da Comarca de Rosário do Sul.

Receita Federal do Brasil – Sociedade Recreativa beneficente União Rosariense. Disponível em: <https://brasilcnpj.org/rs/rosario-do-sul/sociedade-recreativa-beneficente-uniao-rosariense-95284295000181> Acesso em 10 jan.2022

## APÊNDICE B – Fotografias e Acervos

Fotografia de Marília, Marina e Maximília – As três filhas de Almir Soares Barbosa e Octília Azambuja Soares. 1923. Acervo Pessoal de Clóvis Soares Borges.

Fotografia de Maximília Soares Barbosa – 16/04/1927. Acervo Pessoal de Clóvis Soares Borges.

Fotografia – Retrato de João Manoel Vianna – década de 1920 – Acervo da Escola Municipal de Ensino Fundamental Agrícola de Rosário do Sul, RS.

Fotografia do *Chauffeur* Almir Soares Barbosa – década de 1930. Acervo Pessoal de Clóvis Soares Borges.

Fotografia – Retrato de Maria Francisca da Silva Rosa e Olympio Josende da Rosa - década de 1930. Acervo Pessoal de Alcidiney Josende da Rosa.

Fotografia do Bloco carnavalesco - 1941. Acervo Pessoal de Nara Nei Faleiro Machado.

Fotografia de Octília Azambuja Soares e Almir Soares Barbosa – década de 1940. Acervo Pessoal de Clóvis Soares Borges.

Fotografia da Família Rodrigues da Costa – 1954. Acervo Pessoal de Ataiades Rodrigues dos Santos.

Fotografias do Baile de Coroação da Rainha da Primavera, 1955. Acervo Pessoal de Nara Nei Faleiro Machado.

Fotografias do Baile - 1955. Acervo Pessoal de Nara Nei Faleiro Machado.

Fotografia do cabelisador, década de 1950. Acervo Pessoal de Nara Nei Faleiro Machado.

Fotografias do Baile de Coroação da Rainha do Carnaval, 1960. Acervo Pessoal de Nara Nei Faleiro Machado.

Fotografia do casamento de Terezinha Araujo Xavier e Alcidiney Josende da Rosa – 30/07/1960. Acervo Pessoal de Alcidiney Josende da Rosa.

Baile de Carnaval, 1960. Acervo Pessoal de Nara Nei Faleiro Machado.

Fotografia da solenidade de exposição de fotografias de sujeitos históricos, década de 1960. Acervo Pessoal de Valéria Soares de Brites, Porto Alegre, RS.

Fotografia do Baile de Carnaval – Bloco dos Casais, década de 1960. Acervo Pessoal de Valéria Soares de Brites.

Fotografia de confraternização entre jovens, década de 1960. Acervo Pessoal de Valéria Soares de Brites.

Fotografia do Baile de Carnaval – década de 1960. Acervo Pessoal de Valéria Soares de Brites.



Fotografias da fachada da sede da Sociedade Recreativa Beneficente União Rosariense, década de 1960. Acervo Pessoal de Valéria Soares de Brites e Nara Nei Faleiro Machado.

Fotografias do baile de Aniversário 1º de maio, década de 1960. Acervo Pessoal de Jari Felix Santiago e Acervo Pessoal de Edson Ramos de Paulo.

Fotografia da apresentação do Coral da Sociedade Recreativa Beneficente União Rosariense, década de 1960. Acervo Pessoal de Rosângela de Oliveira Santana.

Fotografia da Confraternização, década de 1960. Acervo Pessoal de Rosângela de Oliveira Santana.

Fotografia de confraternização das famílias associadas, década de 1960. Acervo Pessoal de Nara Nei Faleiro Machado.

Fotografia da festa de aniversário da Sociedade - década de 1960. Acervo Pessoal de Nara Nei Faleiro Machado.

Fotografia do baile de Carnaval, década de 1960. Acervo Pessoal de Edson Ramos de Paulo.

Fotografia do Festival Cultural, década de 1960. Acervo Pessoal de Edson Ramos de Paulo.

Fotografias do Carnaval infantil, década de 1960. Acervo Pessoal de Magda Suzi Gonçalves Farias e Acervo Pessoal de Alcidiney Josende da Rosa.

Fotografia do almoço coletivo, década de 1960. Acervo Pessoal de José Rodrigues dos Santos.

Fotografia de Festejos, década de 1960. Acervo Pessoal Edson da Silva Rodrigues.

Fotografia de membros da diretoria no baile, década de 1960. Acervo Pessoal de Elza Fernanda Jaques Leal.

Fotografia de Nadir Fiuza da Silva e Davina Ramos – década de 1960. Acervo Pessoal de Edson Ramos de Paulo.

Fotografia do Coquetel, 1961. Acervo Pessoal de Sile Terezinha Vaz Maia.

Fotografia do campeonato de ping-pong, 1962. Acervo Pessoal de Valéria Soares de Brites.

Fotografia do baile de Coroação da Rainha do Carnaval, 1962. Acervo Pessoal de Nara Nei Faleiro Machado.

Fotografias do baile de Carnaval Infantil, 1962. Acervo Pessoal de Nara Nei Faleiro Machado.

Fotografia da mesa de ping-pong e associados do Clube União no campeonato de 1962. Acervo Pessoal de Valéria Soares de Brites.

Fotografia do Botequim, 1962. Acervo Pessoal de Nara Nei Faleiro Machado.

Fotografia do baile de Carnaval – Bloco dos jovens, 1963. Acervo Pessoal de Valéria Soares de Brites.

Fotografia do baile de Carnaval - Corte da Rainha, 1963. Acervo Pessoal de Nara Nei Faleiro Machado.

Fotografia do baile, 1963. Acervo Pessoal de Edson Ramos de Paulo.

Fotografia do baile de aniversário da Sociedade Recreativa Beneficente União Rosariense, maio de 1965. Acervo Pessoal de Jari Felix Santiago.

Fotografia da Rainha do Carnaval, 1965. Acervo Pessoal de Jari Felix Santiago.

Fotografia de Sile Terezinha Vaz Maia - 1º Baile de debutantes - 25/10/1969. Acervo Pessoal de Sile Terezinha Vaz Maia.

Fotografia do Grupo Embalo Jovem - década de 1970. Acervo Pessoal de Ana Elisabete Ramos do Amaral.

Fotografia do Time de futebol da SRBUR – 1973. Acervo Pessoal de Nara Nei Faleiro Machado.

Fotografia do Time de futebol da SRBUR - década de 1980. Acervo Pessoal de Dirceu Ramos Soares.

Fotografia da Residência que pertencia à família Soares Barbosa – Rua General Bento Martins, nº 2650, Centro, Rosário do Sul/RS. 2023. Acervo Pessoal de Elaine Smaniotto.

Fotografia da última morada de Almir Soares Barbosa e Octília Azambuja Soares - Parte vertical do Cemitério Municipal São Sebastião, Rua Antenor Miranda Rocha, Rosário do Sul, RS – 2023. Acervo Pessoal de Elaine Smaniotto.

Fotografia da “Rua Arsenio Severo Candido” - 2023. Acervo Pessoal de Julia Miller Borges Rodrigues.

Fotografia do Loteamento Sol Nascente e da Rua Nadir Alves Faleiro – 2023. Acervo Pessoal de Julia Miller Borges Rodrigues.

## **APÊNDICE C – Registros civis-cartoriais consultados**

### **Nascimentos:**

Nascimento de Almedorina Rodrigues Siqueira, Rosário do Sul/RS, 18 de dezembro de 1898. Registro Civil de Pessoas Naturais. Comarca Rosário do Sul, Certidão de Nascimento. Livro: A-30 – Folha 200 v. Termo: 6867.

Nascimento de Arsenio Severo Candido, Rosário do Sul/RS, 19 de julho de 1917. Registro Civil de Pessoas Naturais. Comarca Rosário do Sul, Certidão de Nascimento. Livro: A-10 – Folha 70 v. Termo: 79.

Nascimento de Edilon de Moraes Farias, Rosário do Sul/RS, 22 de fevereiro de 1933. Registro Civil de Pessoas Naturais. Comarca Rosário do Sul, Certidão de Nascimento. Livro: A-26 – Folha 46 v. Termo: 4001.

Nascimento de Irene Teresinha da Rosa Candido, Rosário do Sul/RS, 21 de agosto de 1943. Registro Civil de Pessoas Naturais. Comarca Rosário do Sul, Certidão de Nascimento. Livro: A-14 – Folha 197 v. Termo:7936.

Nascimento de Nadir Alves Faleiro, Rosário do Sul/RS, 15 de novembro de 1919. Registro Civil de Pessoas Naturais. Comarca Rosário do Sul, Certidão de Nascimento. Livro: A-25 – Folha 126 v. Termo: 3708.

Nascimento de Nara Nei Alves Faleiro, Rosário do Sul/RS, 23 de dezembro de 1952. Registro Civil de Pessoas Naturais. Comarca Rosário do Sul, Certidão de Nascimento. Livro: A- 25– Folha 126. Termo: 370.

Nascimento de Valdenice Ramos Soares, Rosário do Sul/RS, 5 de junho de 1945. Registro Civil de Pessoas Naturais. Comarca Rosário do Sul, Certidão de Nascimento. Livro: A-22 – Folha 191. Termo:1888.

Nascimento de Zulmira Ramos Soares, Rosário do Sul/RS, 26 de maio de 1926. Registro Civil de Pessoas Naturais. Comarca Rosário do Sul, Certidão de Nascimento. Livro: A - 12 – Folha 153 v. Termo: 6788.

### **Casamentos:**

Casamento de Alcidiney Josende da Rosa e Terezinha Araujo Xavier, Rosário do Sul/RS. 30 de julho de 1960. Registro Civil de Pessoas Naturais. Comarca Rosário do Sul, Certidão de Casamento. Livro: B-15 – Folha 299. Termo: 4.637.

Casamento de Almir Soares Barbosa e Otilia Azambuja, São Gabriel, 15 de janeiro de 1910. <https://www.familysearch.org/ark:/61903/3:1:3QS7-89L5-3JM8?cat=23599>. Acesso em 10 de out. 2023.

Casamento de Antonio Penha e Izaltina Gaspar, Rosário do Sul/RS. 29 de junho de 1918. Registro Civil de Pessoas Naturais. Comarca Rosário do Sul, Certidão de Casamento. Livro: B- 5 – Folha 194v. Termo: 29.

Casamento de Arsenio Severo Candido e Juracy Fermina da Rosa, Rosário do Sul/RS. 19 de julho de 1947. Registro Civil de Pessoas Naturais. Comarca Rosário do Sul, Certidão de Casamento. Livro: B-8 – Folha 36. Termo: 1.625.

Casamento de Boaventura Vaz e Umbelina Paulo, Rosário do Sul/RS. 18 de junho de 1936. Registro Civil de Pessoas Naturais. Comarca Rosário do Sul, Certidão de Casamento. Livro: B-3 – Folha 41 v. Termo: 480.

Casamento de Cezílio Alves e Maria Olga Pinto de Almeida, Rosário do Sul/RS. 23 de setembro de 1989. Registro Civil de Pessoas Naturais. Comarca Rosário do Sul, Certidão de Casamento. Livro: B-10 – Folha: 183. Termo: 4261.

Casamento de Inácio de Paulo e Brandina Ramos, Rosário do Sul/RS. 25 de julho de 1941. Registro Civil de Pessoas Naturais. Comarca Rosário do Sul, Certidão de Casamento. Livro: B- 5– Folha 29v . Termo: 845.

Casamento de João Pedro Siqueira e Almedorina Rodrigues da Costa, Rosário do Sul/RS. 11 de abril de 1930. Registro Civil de Pessoas Naturais. Comarca Rosário do Sul, Certidão de Casamento. Livro: B-08 – Folha 121v. Termo: 54.

Casamento de Miguel Monteblanco e Valve Terezinha Ramos Soares, Rosário do Sul/RS. 19 de maio de 1961. Registro Civil de Pessoas Naturais. Comarca Rosário do Sul, Certidão de Casamento. Livro: B-16 – Folha: 57. Termo: 3552.

Casamento de Nadir Fiuza da Silva e Davina Ramos, Rosário do Sul/RS. 11 de junho de 1943. Registro Civil de Pessoas Naturais. Comarca Rosário do Sul, Certidão de Casamento. Livro: B-5 – Folha 190. Termo: 1.029.

Casamento de Octalício Rodrigues da Costa e Maria Santa Paulo. Rosário do Sul/RS. 28 de julho de 1928. Registro Civil de Pessoas Naturais. Comarca Rosário do Sul/RS, Certidão de Casamento. Livro: B-8 – Folha 57. Termo: 50.

Casamento de Olavo Ramos e Marcia Pereira. Rosário do Sul/RS. 1 de abril de 1930. Registro Civil de Pessoas Naturais. Comarca Rosário do Sul/RS, Certidão de Casamento. Livro: B-8 – Folha 118 v. Termo: 51.

Casamento de Olympio Josende da Rosa e Maria Francisca da Silva 30 de dezembro de 1918 - Folha 68. "Brasil, Rio Grande do Sul, Registro Civil, 1860-2006", database, FamilySearch (ark:/61903/1:1:68X6-8ZYT : Fri Mar 31 21:34:39 UTC 2023), Entry for Maria Francisca Da Silva and Feliciano Francisco Martins, 30 Dec 1918.

### **Óbitos:**

Óbito de Alda Pereira Aires, Rosário do Sul/RS, 06 de julho de 1981. Registro Civil de Pessoas Naturais. Comarca Rosário do Sul/RS, Certidão de Óbito. Livro: C- 03 – Folha 208. Termo: 1642.

Óbito de Almir Soares Barbosa, Rosário do Sul/RS, 5 de outubro de 1955. Registro Civil de pessoas Naturais. Comarca Rosário do Sul, Certidão de Óbito. Livro: C-11 – Folha 75v – Termo 7440.

Óbito de Brandina Ramos de Paulo, Rosário do Sul/RS, 11 de dezembro de 1977. Registro Civil de pessoas Naturais. Comarca Rosário do Sul/RS, Certidão de Óbito. Livro: C-02 – Folha 156 – Termo: 636.

Óbito de Cecília Ramos Severo, Rosário do Sul/RS, 7 de dezembro de 1956. Registro Civil de Pessoas Naturais. Comarca Rosário do Sul, Certidão de Óbito. Livro: C-11 – Folha 182 v. Termo: 7754.

Óbito de Clarice Rodrigues Borges (Quinhones). Registro Civil de Pessoas Naturais. Comarca Rosário do Sul/RS, Certidão de Óbito. Livro: C-12 – Folha 20. Termo: 6624

Óbito de Euclides Mallet, Rosário do Sul/RS, 5 de junho de 1947. Registro Civil de Pessoas Naturais. Comarca Rosário do Sul, Certidão de Óbito. Livro: C-8 – Folha 9 v. Termo: 5018.

Óbito de Fabiano Manoel Pereira, Rosário do Sul/RS, 21 de março de 1972. Registro Civil de Pessoas Naturais. Comarca Rosário do Sul, Certidão de Óbito. Livro: C-17 – Folha 113 v. Termo: 11921.

Óbito de Gregório Rodrigues, Rosário do Sul/RS, 18 de abril de 1940. Registro Civil de Pessoas Naturais. Comarca Rosário do Sul, Certidão de Óbito. Livro: C-4 – Folha 73 v. Termo: 2537.

Óbito de Ida da Silva, Rosário do Sul/RS, 29 de abril de 1978. Registro Civil de pessoas Naturais. Comarca Rosário do Sul/RS, Certidão de Óbito. Livro: C- 02 – Folha 187v – Termo: 761.

Óbito de João Antônio da Silva Junior. "Brasil, Rio Grande do Sul, Registro Civil, 1860-2006", FamilySearch (<https://www.familysearch.org/ark:/61903/1:1:68XV-G6X7> : Fri Mar 08 06:04:36 UTC 2024), Entry for João Antonio Da Silva Junior, 8 Jul 1920.

Óbito de João Manoel Vianna, "Brasil, Rio Grande do Sul, Registro Civil, 1860-2006", FamilySearch (<https://www.familysearch.org/ark:/61903/1:1:68PF-F4PZ>: Thu Oct 05 06:21:30 UTC 2023), Entry for João Manoel Vianna and Thomas Casses, 5 Jul 1974

Óbito de Leônicio Rodrigues, Rosário do Sul/RS, 14 de julho de 1945. Registro Civil de Pessoas Naturais. Comarca de Porto Alegre, Certidão de Óbito. Livro: C-103 – Folha 74 v. Termo: 40.945.

Óbito de Leonor Soares Faleiro, Rosário do Sul/RS, 19 de maio de 1946. Registro Civil de pessoas Naturais. Comarca Rosário do Sul/RS, Certidão de Óbito. Livro: C- 7 – Folha 96– Termo: 4651.

Óbito de Marfiza Rodrigues Garcia, Rosário do Sul/RS, 17 de abril de 1963. Registro Civil de pessoas Naturais. Comarca Rosário do Sul/RS, Certidão de Óbito. Livro: C- 14 – Folha 156– Termo: 9357.

Óbito de Marília Soares Pereira, Porto Alegre/RS, 10 de maio de 1990. Registro Civil de Pessoas Naturais da Quarta Zona. Comarca de Porto Alegre, Certidão de Óbito. Livro: C-172 – Folha 149 – Termo: 68636.

Óbito de Marina Soares de Soares, Porto Alegre/RS, 17 de abril de 1988. Registro Civil de Pessoas Naturais. Comarca de Porto Alegre – 3ª Zona, Certidão de Óbito. Livro: C- 71 – Folha -. Termo: 35772.

Óbito de Maximina Soares Barbosa Borges, Porto Alegre/RS, 24 de julho de 1989. Registro Civil de Pessoas Naturais. Comarca de Porto Alegre – 4ª Zona, Certidão de Óbito. Livro: C- 159 – Folha 41. Termo: 63279.

Óbito de Nadir Alves Faleiro, Rosário do Sul/RS, 2 de janeiro de 2012. Registro Civil de pessoas Naturais. Comarca Rosário do Sul/RS, Certidão de Óbito. Matrícula: 097220 01 55 2012 4 00033 141 0010945 33.

Óbito de Olympio Josende da Rosa, Rosário do Sul/RS, 29 de janeiro de 1981. Registro Civil de pessoas Naturais. Comarca Rosário do Sul/RS, Certidão de Óbito. Livro: C- 03 – Folha 179v – Termo:1527.

Óbito de Octília Soares, Lajeado/RS, 19 de maio de 1963. Registro Civil de Pessoas Naturais. Comarca Lajeado/RS, Certidão de Óbito. Livro: C-14 – Folha 268 v. Termo: 2562.

Óbito de Octalício Rodrigues da Costa, Porto Alegre/RS, 3 de abril de 1986. Registro Civil de Pessoas Naturais. Comarca de Porto Alegre – 3ª Zona, Certidão de Óbito. Livro: C-56 – Folha 123 v. Termo: 29927.

Óbito de Pastora Silva Franco. "Brasil, Rio Grande do Sul, Registro Civil, 1860-2006", , FamilySearch (<https://www.familysearch.org/ark:/61903/1:1:68XV-HLQN> : Sun Mar 10 07:33:18 UTC 2024), Entry for Pastora Silva Franco, 7 Sep 1915.

Óbito de Pedro Rodrigues da Costa. 17 de dezembro de 1912. "Brasil, Rio Grande do Sul, Registro Civil, 1860-2006", database, FamilySearch (<https://www.familysearch.org/ark:/61903/1:1:68VC-N2TD> : 6 June 2022), Pedro Rodrigues Da Costa, 1912.

Óbito de Sylvio Montenegro da Silva. "Brasil, Rio Grande do Sul, Registro Civil, 1860-2006", , FamilySearch (<https://www.familysearch.org/ark:/61903/1:1:68XJ-LSZD> : Sat Mar 09 04:26:25 UTC 2024), Entry for Sylvio Mantenegor Da Silva, 7 Mar 1909.

Óbito de Unbelina Paulo Vaz, Rosário do Sul/RS, 4 de abril de 1981. Registro Civil de Pessoas Naturais. Comarca de Porto Alegre – 3ª Zona, Certidão de Óbito. Livro: C-21 – Folha 26. Termo: 15.733.

#### **Registro de imóveis:**

Compra de imóvel, Rua Voluntários da Pátria, Rosário. Registro de Imóveis de Rosário do Sul. Certidão. Livro 4/D, folha 84, nº5127. Data: 30/10/1924.

Compra de imóvel, Rua General Bento Martins, Rosário. Registro de Imóveis de Rosário do Sul. Certidão. Livro 3/D, folha 49, nº 6.759. Data: 03/11/1933.

Compra de imóvel, Rua Marechal Floriano Peixoto - Praça Borges de Medeiros, nº 148. Registro de Imóveis de Rosário do Sul. Certidão. Livro 3/F, folha 38, nº 8566. Data: 26/10/1939.

Compra de imóvel, Rua Amaro Souto, Rosário. Registro de Imóveis de Rosário do Sul. Certidão. Livro 3-G, folha 7, nº 10.110. Data: 12/02/1941.

Doação de imóvel, Rua Amaro Souto – Praça Borges de Medeiros, nº 2265. Registro de Imóveis de Rosário do Sul. Certidão. Livro 3/S, folha 217, nº 22.591 e nº22.591, folhas 217, Lv 3/S. Data: 11/04/1962.

Permuta de imóvel, Rua Amaro Souto – Praça Borges de Medeiros, nº 2265. Registro de Imóveis de Rosário do Sul. Certidão. Livro 3/T, folha 111F, nº 23.491 e nº22.591, folhas 215, Lv 3/S. Data: 19/07/1963.

Venda de imóvel, Rua Voluntários da Pátria. Registro de Imóveis de Rosário do Sul. Certidão. Livro 3/L, folha 149, nº 14.791. Data: 24/06/1948.

Venda de imóvel, - uma fração de terreno, Rua Amaro Souto. Registro de Imóveis de Rosário do Sul. Certidão. Livro 3/AC, folha 34, nº 31.390. Data: 13/02/1973.

## APÊNDICE D – Fontes Orais

### **Depoimentos gravados em áudio, com TCLE assinado e carta de cessão de direitos de depoimento oral:**

AMARAL, Ana Elisabete Ramos do. Depoimento [Fev. 2022]. Entrevistadora: Elaine Smaniotto. Rosário do Sul: Residência de Dalva Fernandes Ramos, 2022. Entrevista cedida para a pesquisa.

BORGES, Clóvis Soares. Depoimento [Set. 2022] Entrevistadora: Elaine Smaniotto. Canoas: ParkShopping Canoas, 2022. Entrevista cedida para a pesquisa.

CANDIDO, Irene Terezinha da Rosa. Depoimento [Abr. 2021]. Entrevistadora: Elaine Smaniotto. Rosário do Sul: Residência de Irene Terezinha da Rosa Candido, 2021. Entrevista cedida para a pesquisa.

LEMOS, Marli Galvão Ramos de. Depoimento [Fev. 2022]. Entrevistadora: Elaine Smaniotto. Rosário do Sul: Residência de Maria Cândida Galvão, 2022. Entrevista cedida para a pesquisa.

MACHADO, Adão Ramires da Silva. Depoimento [Fev. 2022]. Entrevistadora: Elaine Smaniotto. Rosário do Sul: Residência de Adão Ramires da Silva Machado, 2022. Entrevista cedida para a pesquisa.

MACHADO, Nara Nei Faleiro. Depoimento [Abr.2021 e Fev.2022]. Entrevistadora: Elaine Smaniotto. Rosário do Sul: Residência de Nara Nei Osório Faleiro Machado, 2021/2022. Entrevistas cedidas para a pesquisa.

MAIA, Sile Terezinha Vaz. Depoimento [Maio 2021]. Entrevistadora: Elaine Smaniotto. Rosário do Sul: Residência de Sile Terezinha Vaz Maia, 2021. Entrevista cedida para a pesquisa.

PAULO, Edson Ramos de. Depoimento [Abr. e Nov. 2022]. Entrevistadora: Elaine Smaniotto. Cruz Alta: Residência de Edson Ramos de Paulo, 2022. Entrevistas cedidas para a pesquisa.

RAMOS, Maria Cândida Galvão. Depoimento [Fev. 2022]. Entrevistadora: Elaine Smaniotto. Rosário do Sul: Residência de Maria Cândida Galvão, 2022. Entrevista cedida para a pesquisa.

RAMOS, Ubirajara Oliveira. Depoimento [Fev. 2022]. Entrevistadora: Elaine Smaniotto. Rosário do Sul: Residência de Ubirajara Oliveira Ramos, 2022. Entrevista cedida para a pesquisa.

RANGEL, Maria Romilda. Depoimento [Fev. 2022]. Entrevistadora: Elaine Smaniotto. Rosário do Sul: Residência de Maria Romilda Rangel, 2022. Entrevista cedida para a pesquisa.

RODRIGUES, Edson da Silva. Depoimento [Fev. 2022]. Entrevistadora: Elaine Smaniotto. Rosário do Sul: Residência de Edson da Silva Rodrigues, 2022. Entrevista cedida para a pesquisa.



ROSA, Alcidiney Josende da. Depoimento [Abr. e Nov. 2022] Entrevistadora: Elaine Smaniotto. Caxias do Sul. Residência de Alcidiney Josende da Rosa, 2022. Entrevistas cedidas para a pesquisa.

SANTIAGO, Jari Felix. Depoimento [Abr. 2021]. Entrevistadora: Elaine Smaniotto. Rosário do Sul: Residência de Ana Regina Mendes, 2021. Entrevista cedida para a pesquisa.

SANTOS, Ataidés Rodrigues dos. Depoimento [Fev. 2022]. Entrevistadora: Elaine Smaniotto. Rosário do Sul: Residência de Ataidés Rodrigues dos Santos, 2022. Entrevista cedida para a pesquisa.

SANTOS, José Rodrigues dos. Depoimento [Dez. 2021]. Entrevistadora: Elaine Smaniotto. Rosário do Sul: Hotel Ibicuí, 2021. Entrevista cedida para a pesquisa.

SILVA, Sila Nunes da. Depoimento [Fev. 2022]. Entrevistadora: Elaine Smaniotto. Rosário do Sul: Residência de Sila Nunes da Silva, 2022. Entrevista cedida para a pesquisa.

SILVEIRA, Herotildes Prestes da. Depoimento [Abr. 2023] Elaine Smaniotto. Rosário do Sul: Residência de, Herotildes Prestes da Silveira, 2023. Entrevista cedida para a pesquisa.

SILVEIRA, Lane Marize Borges. Depoimento [Fev. 2022]. Entrevistadora: Elaine Smaniotto. Rosário do Sul: Centro Religioso de Umbanda, 2022. Entrevista cedida para a pesquisa.

SOARES, Dirceu Ramos. Depoimento [Fev. 2022]. Entrevistadora: Elaine Smaniotto. Rosário do Sul: Residência de Dirceu Ramos Soares, 2022. Entrevista cedida para a pesquisa.

SOARES, Valdenice Ramos. Depoimento [Jul. 2022]. Entrevistadora: Elaine Smaniotto. Porto Alegre: Residência de Valéria Soares de Brites, 2022. Entrevista cedida para a pesquisa.

### **APÊNDICE E – Lista e data dos diários de campo**

Diário de campo, 01 de maio de 2021 em Rosário do Sul, RS.

Diário de campo, 15 de maio de 2022 em Porto Alegre, RS.

Diário de campo, 29 de junho de 2022 em Rosário do Sul, RS.

Diário de campo, 06 de julho de 2022 em Porto Alegre, RS.

Diário de campo, 14 de setembro de 2022 em Rosário do Sul, RS.

Diário de campo, 16 de setembro de 2022 em Rosário do Sul, RS.

Diário de campo, 7 de novembro de 2022 em Rosário do Sul, RS.

Diário de campo, 12 de janeiro de 2023 em Porto Alegre, RS.

Diário de campo, 26 de janeiro de 2023 em Igrejinha, RS.

Diário de campo, 28 de julho de 2023 em Rosário do Sul, RS.

Diário de campo, 29 de julho de 2023 em Rosário do Sul, RS.

Diário de campo, 03 de novembro de 2023 em Rosário do Sul, RS.

**APÊNDICE F – Reuniões de diretorias e assembleias gerais da Sociedade Recreativa  
Beneficente União Rosariense  
(1915 – 1941) e (1959 – 1965)**

ANOS	Janeiro	Fevereiro	Março	Abril	Maió	Junho	Julho	Agosto	Setembro	Outubro	Novembro	Dezembro	TOTAL DE ENCONTROS POR ANO
1915	-	-	03	24	01	4	-	-	18	-	5	-	6 encontros
1916	08 28	-	23	-	2	2	-	-	-	-	-	8	6 encontros
1917	-	-	23	-	-	6	-	-	-	-	-	1	3 encontros
1918	-	-	-	-	? 5 12	-	-	-	-	-	-	-	3 encontros
1919	-	-	29	5 13 26	1	1	5	10	12 21	16	-	20 22	13 encontros
1920	2 25	24	6	3 13 18 22 24	1 13 26	1 6 12	-	1	5 18	1	1 13 21	1	23 encontros
1921	1	1	1	1 24	1 13	4	9	1	5	27	1	-	13 encontros
1922	14	-	-	1 8 15 24	1 13	11	1 8	5	3	14	4 18	1	16 encontros
1923	1	-	-	1 ? 24	1 13	1 10	1	-	7	1	11	2	13 encontros
1924	13	1 3	1	13 20 24	1 4 13 18	1	1	1	1	18	-	28	17 encontros
1925	-	17	8 22	5 24	1 3 17	-	18	1	13	-	10	1 20	14 encontros
1926	2	1	1	11 24	1 13 17	1	1	1	1 8	1	7	1	16 encontros
1927	15	1	8	3 24	1 13	1	1	1	1 10	-	1 6	1	15 encontros
1928	1 15 16 22	1	1	1 7 21 24	1 13	1 17 20	1	1	14	1	1 ?	1	22 encontros
1929	6			24	13		1	1 25	-	3	12	-	8 encontros
1930	1	19	16	1 24	1 13	-	1	1	1	-	-	1	11 encontros
1931	1	1	4	19	-	-	-	-	-	5 10	1	5	8 encontros
1932	1	3	1	5 25	1	5	11 13 16	1	15	2	13	23	15 encontros
1933	13	5	5	1 15 24	1 13 16	1 6	4 21	1 13	1 13 14	1 24	1 18	1 5 30	25 encontros
1934	1	5	1	1 24	1 13	8	1 18	1	1	1 4 15	1 5	15	18 encontros
1935	1	1	-	1 7 24	19	1 8	1	1 6	1	1	1 10 21	-	16 encontros
1936	-	1 25	14	1 8 12 14	-	5	-	-	1	3	4	1	12 encontros
1937	13	4	25	24	13	11	15	30	1	9	1 12	1 11	14 encontros

(continua...)

ANOS	Janeiro	Fevereiro	Março	Abril	Maior	Junho	Julho	Agosto	Setembro	Outubro	Novembro	Dezembro	TOTAL DE ENCONTROS POR ANO
<b>1938</b>	5 14 19	1	4	2 24	1 9 13	6	1	4	1	-	1	1	16 encontros
<b>1939</b>	4 19	12	7	1 24	1 14	1 10	1 12	1	1 4 30	1	1	-	18 encontros
<b>1940</b>	3	8	14	24	1 2 13	7 15 20	1 5 26	1 4	6 9 12	1	11	25	21 encontros
<b>1941</b>	8 16	4 21	6 24	20 24	1 13 15	6 26	-	6 26 27	1 13 17	1 20 22	5	-	23 encontros
<b>1942 1958</b>	Livro de Atas que desapareceu: Total de 16 anos												
<b>1959</b>	-	-	-	-	7 12	1	1 11 16	1	12 18	3	13	1 15 20	14 encontros
<b>1960</b>	5	10	-	2 24 30	7	1	-	7	10	-	6 8	1 7	13 encontros
<b>1961</b>	9 21 30	9	4 9	24	6	-	12	-	13	2	-	2	12 encontro
<b>1962</b>	11 20 24	22	10	25	5	21	-	26	-	6	7	4 15	13 encontros
<b>1963<sup>1022</sup></b>	-	8 19	12	9 24	5 19	1	1	4 31	1 22 25	5	-	6	16 encontros
<b>1964</b>	23	6 7 14	7 25	14 24 26	1 7	-	-	-	24	7	-	6	14 encontros
<b>1965</b>	3 9	8 13	6	3 4 7 25 30	29	5	-	24	-	3	27	11	16 encontros
<b>TOTAL de encontros por mês</b>	40	32	31	72	61	38	31	33	42	31	36	36	<b>483</b>

Fonte: Dados organizados pela autora a partir dos Livros nº 1 ao nº 5 de Atas de diretoria e assembleia geral (1915 - 1941 e 1959 - 1965)

<sup>1022</sup> Nos anos de 1963 até 1965, estão incluídas as atas de 18 encontros da Ala Feminina da Sociedade Recreativa Beneficente União Rosariense.

**APÊNDICE G – Bens inventariados da Sociedade Recreativa Beneficente União  
Rosariense (1921 – 1965)**

<b>DATA da Ata</b>	<b>BENS</b>
01/01/1921	3 dúzias de cadeiras
11/06/1922	1 dúzia de cadeiras, talha para água.
04/11/1922	1 imóvel localizado na Rua Voluntários da Pátria no valor de quatro contos de réis. Foi vendido em 09/05/1938 por quatro contos de réis.
12/10/1923	38 cadeiras, 1 mesa, 2 lâmpadas de calboretos, 2 bandeiras, 1 estante, 1 campainha, 1 tinteiro e caneta numa bandeja, porta copos com 4 copos, 1 pedra, 1 toalha, 1 tapete, 1 mesa de ping-pong com 2 raquetes e um crinol.
18/05/1924	1 mesa, 1 escrivaninha, 1 mesa de ping-pong com 2 raquetes e um crinol. 38 cadeiras, 1 toalha, 1 tinteiro, 1 campainha, 1 porta estandarte, 2 bandeiras, 1 jarra e bacia, 2 bandejas, 3 lâmpadas de calboretos.
01/06/1926	34 cadeiras, 1 toalha, 2 bandeiras, 1 estandarte, 1 espelho, 2 quadros grandes, 1 pequeno quadro preto, 2 mesas 1 armário, 1 porta copos 2 tulipas, 2 tinteiros, 1 campainha, 3 lâmpadas, 1 mesa de 3 pernas, 1 vassoura, 1 espanador, 1 cálice, 1 mesa de ping-pong, 1 haste de bandeira, 1 copo de louça ágata, 1 bacia, 1 jarro de louça ágata, 1 copo de vidro, 12 taboas, 1 bandejinha, 2 toalhas.
14/09/1928	2 mesas, 1 biblioteca, 1 pedra negra, 1 espelho, pequeno toillet, 1 toalha de rosto, 1 jarro, 1 bacia, 1 urinol, 2 quadros, 1 estandarte, 1 bandeira, 1 toalha de mesa, 1 porta copos, tinteiro, 1 campainha, 1 tapete, 1 toalha de banho, 1 copo de louça agulha, 1 vassoura, 1 escova, 1 espanador, 1 mesa de ping-pong.
01/07/1930	1 mesa
01/04/1933	12 cadeiras
05/01/1938	1 mesa de bilhar (vendido para Otalício Rodrigues em 26/06/1941).
04/07/1939	1 imóvel localizado na Rua Marechal Floriano Peixoto nº 148, Praça Borges de Medeiros. Foi permutado pelo prédio localizado na Rua Amaro Souto nº 2265, Praça Borges de Medeiros em 08/07/1963.
20/06/1940	1 mesa de Jogos de Sinuca.
20/04/1941	1 dúzia de cadeiras (doação de Mario Ortiz de Vasconcelos <sup>1023</sup> ).
06/06/1941	Utensílios para formar a secretaria e a biblioteca – armário para livros, máquina de escrever, um lustre. (Obs: A máquina de escrever utilizada até então era emprestada da prefeitura municipal).
01/09/1941	1 estandarte.
01/06/1959	1 refrigerador e 1 rádio Eletrola.
09/03/1961	30 cadeiras de tábua compensada.
02/12/1961	Refletores para a quadra de esportes.
26/04/1964	Mesas, armário, cadeias.

Fonte: Dados organizados pela autora a partir dos Livros nº 1 ao nº 5 de Atas de diretoria e assembleia geral (1915 - 1941 e 1959 – 1965).

<sup>1023</sup> Atuou enquanto vice-presidente do Clube Comercial de Rosário (1944). Prefeito eleito do município, gestão de 1947 até 1951. A família Vasconcellos possuía muitas riquezas ligadas ao ramo do comércio, indústria, agricultura e pecuária.

**APÊNDICE H – Diretorias masculinas da Sociedade Recreativa Beneficente União  
Rosariense (1915 – 1941 e 1957 - 1966)**

<b>CARGOS</b>	<b>1915<sup>1024</sup></b>	<b>1916<sup>1025</sup></b>	<b>1917<sup>1026</sup></b>	<b>1918<sup>1027</sup></b>	<b>1919<sup>1028</sup></b>	<b>1920<sup>1029</sup></b>
<b>Presidente</b>	Almir Soares Barbosa	Almir Soares Barbosa	Almir Soares Barbosa	Almir Soares Barbosa	Almir Soares Barbosa Fermino Neves de Lima (substituto 22/12/1919 – 13/03/1920)	João Manoel Vianna
<b>Vice- presidente</b>	Ignácio Francisco da Costa	Ignácio Francisco da Costa	Ignácio Francisco da Costa	Ignácio Francisco da Costa	Inácio Francisco da Costa	Manoel Maria dos Santos
<b>Tesoureiro</b>	José Percílio da Roza	José Percílio da Roza	Manoel Maria dos Santos	Manoel Maria dos Santos	Manoel Maria dos Santos	Ignácio Francisco da Costa
<b>Secretários</b>	Benjamin Francisco dos Santos João Manoel Vianna (18/09/1915)	Benjamin Francisco dos Santos João Manoel Vianna	Cantídio Fábio de Carvalho	Cantídio Fábio de Carvalho	João Manoel Vianna (20/12/1919 – 24/04/1920) Gregório Rodrigues (13/05/1923 - .... 01/10/1928)	Augusto Felippe da Silva (01/05/1920 - 01/06/ 1920); Gabino Soares Barbosa (01/08/1920- 3/11/1920) Manuel Cruz Miranda (21/11/1920 – 13/01/1924)
<b>Diretores</b>	Manoel Maria dos Santos	Antonio da Silveira Cantídio Fábio de Carvalho (02/06/1916)	Amâncio Cardoso	Amâncio Cardoso	Amâncio Cardozo	1º Samuel Lopes, 2º Cantídio Fábio de Carvalho
<b>Procuradores</b>	Antonio da Silveira	Antonio da Silva Manoel M. dos Santos Adolpho Flores de Oliveira (02/06/1916)	Antonio Silva dos Santos Adolfho Flores de Oliveira (suplente)	João Manuel Vianna	Antônio da Silva Adolfo Flores de Oliveira (suplente)	Eugênio Antônio da Silva, Aristides Marcos da Roza -suplente
<b>Orador</b>	-	Leandro Giordano	Olympio Josende da Rosa	Fermino Neves de Lima	1º Olympio Josende da Rosa 2º Fermino Neves de Lima	1º Almir Soares Barbosa, 2º Romário Lopes

<sup>1024</sup> Fonte: LIVRO DE ATAS Nº 1 - 01/03/1915

<sup>1025</sup> Fonte: LIVRO DE ATAS Nº 1 - 01/03/1915; ATA - 02/06/1916

<sup>1026</sup> Fonte: LIVRO DE ATAS Nº 1 - ATA - 06/06/1917

<sup>1027</sup> Fonte: LIVRO DE ATAS Nº 1 - ATA - 05/05/1918

<sup>1028</sup> Fonte: LIVROS DE ATAS Nº 1 e 2 – ATA -16/10/1919; ATA - 20/12/1919 e ATA - 22/12/1919.

<sup>1029</sup> Fonte: LIVRO DE ATAS Nº 2 - ATA - 24/04/1920

<b>CARGOS</b>	<b>1921</b> <sup>1030</sup>	<b>1922</b> <sup>1031</sup>	<b>1923</b> <sup>1032</sup>	<b>1924</b> <sup>1033</sup>	<b>1925</b> <sup>1034</sup>	<b>1926</b> <sup>1035</sup>
<b>Presidente</b>	João Manoel Vianna	Fabiano Manoel Pereira	Fabiano Manoel Pereira	Fabiano Manoel Pereira (licença de julho/1924 até abril /1925); Romário Lopes (substituto)	Romário Lopes	Gregório Rodrigues
<b>Vice-presidente</b>	Manoel Maria dos Santos	Romário Lopes Almir Soares Barbosa	Romário Lopes	Romário Lopes; Fabiano Manoel Pereira (julho de 1924 até abril de 1925)	Fabiano Manoel Pereira	Manoel Maria dos Santos
<b>Tesoureiro</b>	Ignácio Francisco da Costa	Ignácio Francisco da Costa	Ignácio Francisco da Costa	Ignácio Francisco da Costa	Ignácio Francisco da Costa	Ignácio Francisco da Costa
<b>Secretários</b>	1º Manoel da Cruz Miranda 2º Romário Lopes	1º Manuel Maria dos Santos 2º Aristides Marcos da Roza	1º Gregório Rodrigues 2º Euclides Viana. Manuel Cruz Miranda (01/07/1923) Bernardino Andrade (01/03/1924)	1º Bernardino Andrade; 2º Antônio Costa 2º secretário Armindo Garcia (jul. 1924/abr. 1925)	1º Adão Celso da Veiga 2º João Garcia	1º Manoel Baptista 2º Bernardino Andrade
<b>Diretores</b>	1º Cantídio Fabio de Carvalho 2º Fabiano Manoel Pereira	1º Euclides Mallet 2º José Soares da Silva. Em 1/12/1922 João da Silva Maia	Atanásio Severo e Patricio Rezende	1º Antônio Patricio Rezende 2º Euclides Viana João Garcia (jul. de 1924/abr. de 1925)	1º Atilio Severo 2º Manoel Cândido	1º Argêncio Guinhones 2º Alipio Aires
<b>Procuradores</b>	Euclides Rodrigues	Euclides Rodrigues	1º Euclides Malett 2º José Rodrigues. João Baptista (01/07/1923) Bernardino Andrade (01/10/1923) Antônio Costa (01/03/1924)	1º Euclides Malett 2º José Rodrigues	1º José Rodrigues 2º Crescencio Flores	1º Crescencio Flores 2º Octalício Rodrigues
<b>Suplente de Procurador</b>	Eugênio Antonio da Silva	Athanásio Severo	João da Silva Maia	-	-	-
<b>Orador</b>	Almir Soares Barbosa	João Manoel Vianna	Almir Soares Barbosa	Almir Soares Barbosa	Almir Soares Barbosa	Almir Soares Barbosa

<sup>1030</sup> Fonte: LIVRO DE ATAS Nº 2 – ATA: 24/04/1921

<sup>1031</sup> Fonte: LIVRO DE ATAS Nº 2 - ATA: 24/04/1922 e ATA: 01/12/1922

<sup>1032</sup> Fonte: LIVRO DE ATAS Nº 2 - ATA: 24/04/1923; ATA: 01/07/1923; ATA: 01/10/1923; ATA: 01/03/1924

<sup>1033</sup> Fonte: LIVRO DE ATAS Nº 2 - ATA: 24/04/1924

<sup>1034</sup> Fonte: LIVRO DE ATAS Nº 2 - ATA: 24/04/1925

<sup>1035</sup> Fonte: LIVRO DE ATAS Nº 2 - ATA: 24/04/1926

<b>CARGOS</b>	<b>1927</b> <sup>1036</sup>	<b>1928</b> <sup>1037</sup>	<b>1929</b> <sup>1038</sup>	<b>1930</b> <sup>1039</sup>	<b>1931</b> <sup>1040</sup>
<b>Presidente</b>	Gregório Rodrigues	Romario Lopes	Romario Lopes	Romário Lopes	Almir Soares Barbosa
<b>Vice-presidente</b>	Fabiano Manoel Pereira	Fabiano Manoel Pereira (até nov. 1928) Euclides Malt	Octalício Rodrigues	Octalício Rodrigues	Abilio Severo
<b>Tesoureiros</b>	Ignácio Francisco da Costa Antônio Penha (fev. 1928)	Manuel Baptista (até nov. 1928) Otalício Rodrigues	João Pedro Siqueira, Pedro Pereira (12/11/1929)	João Pedro Siqueira	Antonio Penha João Pedro Siqueira
<b>Secretários</b>	1º Manoel Baptista 2º Bernardino Andrade	1º Paulino Lugo (1 mês) depois assumiu Gregório Rodrigues até nov. 1928. 2º Crescencio Flores depois foi Avelino Maciel	Taltibio da Silva Crescencio Flores da Silva	1º Crescencio Flores da Silva 2º Cezino Alves – foi substituído por Theodorico Riograndense (30/06/1930)	Crescencio Flores
<b>Diretores</b>	1º Argêncio Guinhones 2º Alipio Aires	1º Amancio Cardoso 2º Alipio Aires	Sezino Alves João Francisco	1º Antônio Rezende 2º Antônio Penha	Manuel Candido
<b>Procuradores</b>	1º Crescencio Flores da Silva 2º Otalício Rodrigues da Costa	1º Octalício Rodrigues da Costa (nov. 1928) João Pedro Siqueira 2º João Pedro Siqueira depois Aladim Siqueira e João Francisco	Antônio Rezende Aladim Siqueira Alipio Aires (12/11/1929)	1º João Francisco 2º Alai des Rezendes dos Santos	Alai des Rezendes dos Santos
<b>Orador</b>	Almir Soares Barbosa	Gregório Rodrigues (1 mês) depois Almir Soares Barbosa	Almir Soares Barbosa	Almir Soares Barbosa	Euclides Mallet

<sup>1036</sup> Fonte: LIVRO DE ATAS Nº 2 - ATA: 24/04/1927

<sup>1037</sup> Fonte: LIVRO DE ATAS Nº 2 - ATA: 24/04/1928

<sup>1038</sup> Fonte: LIVRO DE ATAS Nº 3 - ATA: 24/04/1929 e ATA: 12/11/1929

<sup>1039</sup> Fonte: LIVRO DE ATAS Nº 3 - ATA: 24/04/1930 e ATA: 30/06/1930

<sup>1040</sup> Fonte: LIVRO DE ATAS Nº 3 - ATA: 05/10/1931; ATA:01/01/1932; ATA: 05/06/1932



<b>CARGOS</b>	<b>1932</b> <sup>1041</sup>	<b>1933</b> <sup>1042</sup>	<b>1934</b> <sup>1043</sup>	<b>1935</b> <sup>1044</sup>	<b>1936</b> <sup>1045</sup>
<b>Presidente</b>	Euclides Mallet	Fabiano Manoel Pereira	Fabiano Manoel Pereira	Octalício Rodrigues da Costa	Fabiano Manoel Pereira
<b>Vice-presidente</b>	Algemiro Rezende	Octalício Rodrigues da Costa	Octalício Rodrigues da Costa	Crecêncio Flores da Silva	Octalício Rodrigues da Costa
<b>Tesoureiros</b>	1º Edmundo Soares (saiu em 13/01/1933 e voltou em 05/02/1933) 2º Octalício Rodrigues	1º Antônio Penha Auxiliar: Eugênio Francisco Martin	1º Demenciano da Silva	1º Demenciano da Silva	1º Demenciano da Silva
<b>Secretários</b>	1º Eugenio Francisco Martins 2º Eugênio Oliveira	1º João Ponfílio da Silva 2º Aristeu Pereira	1º Crecencio Flores da Silva 2º Adelar Borges	1º Polycarpio Camargo 2º Eugênio Oliveira	1º Polycarpio Camargo 2º Eugênio Oliveira
<b>Diretores</b>	1º Antonio Penha 2º Antonio Vargas	1º Alipio Aires 2º Antônio Vargas (05/02/1934) Adelar Borges	1º Abilio Ayres 2º Euclides Mellet	1º Abilio Ayres 2º Alaides Rezendes	1º Abilio Ayres 2º Alaides Rezendes
<b>Procuradores</b>	1º Crescencio Flores da Silva 2º Alipio Ayres	1º Euclides Mallet 2º Eugenio Oliveira	1º Cézimo Alves 2º Joceli da Silva Maia (15/12/1934)	1º Cézimo Alves 2º Joceli da Silva Maia	1º Cézimo Alves 2º Joceli da Silva Maia
<b>Orador</b>	Almir Soares Barbosa	Romário Lopes	Almir Soares Barbosa	Almir Soares Barbosa	Almir Soares Barbosa

<sup>1041</sup> Fonte: LIVRO DE ATAS Nº 3 - ATA: 11/07/1932; ATA: 13/01/1933; ATA: 05/02/1933.

<sup>1042</sup> Fonte: LIVRO DE ATAS Nº 3 - ATA: 24/04/1933; ATA: 05/02/1934.

<sup>1043</sup> Fonte: LIVRO DE ATAS Nº 3 - ATA: 24/04/1934; ATA: 15/12/1934.

<sup>1044</sup> Fonte: LIVRO DE ATAS Nº 3 - ATA: 24/04/1935; ATA: 01/01/1936.

<sup>1045</sup> Eleição de 1936 não consta em Ata. Mas, na eleição de 1937 todos foram reeleitos.

<b>CARGOS</b>	<b>1937</b> <sup>1046</sup>	<b>1938</b> <sup>1047</sup>	<b>1939</b> <sup>1048</sup>	<b>1940</b> <sup>1049</sup>	<b>1941</b> <sup>1050</sup>
<b>Presidente</b>	Fabiano Manuel Pereira	Almir Soares Barbosa	Almir Soares Barbosa	Leôncio Rodrigues	Almir Soares Barbosa
<b>Vice-presidente</b>	Octalício Rodrigues da Costa	Octalício Rodrigues da Costa	Octalício Rodrigues da costa	Bento Fagundes da Silva (06/09/1940) Arsenio Severo Candido	Fabiano Manuel Pereira (26/06/1941) Alipio Aires
<b>Tesoureiros</b>	Demenciano da Silva	Demenciano da Silva	Demenciano da Silva	Edemundo Soares	Otalício Rodrigues da Costa (13/09/1941) João Pedro Siqueira
<b>Secretários</b>	1º Policarpio Camargo 2º Eugênio Oliveira	1º Fabiano Manoel Pereira (07/03/1939) Eugênio de Oliveira 2º Eugênio de Oliveira (07/03/1939) Arsenio Severo Candido	1º Benito F da Silva (01/11/1939) Nadir Alves 2º Eugênio de Oliveira (14/03/1940) Jeli Penha	1º Nadir Alves 2º Jeli Penha	1º Arsenio Severo Candido (13/09/1941) Nadir Alves 2º Élio Soares (13/09/1941) Sandes Soares
<b>Diretores</b>	1º Abilio Ayres 2º Alaides Rezendes	1º Mauricio Gonçalves 2º Alaides Rezendes	1º Alipio Aires (01/12/1939) Alvarim Josende da Rosa, 2º Antonio Penha	1º Olívio Pereira 2º Alvarim Josende da Rosa	1º Olívio Pereira (13/09/1941) Mauricio Gonçalves 2º Valentim Cardoso (13/09/1941) Heitor da Costa
<b>Procuradores</b>	1º Cezino Alves 2º Joceli da Silva Maia	1º Otacílio José da Silva	1º Otacílio José da Silva 2º Élio Soares (01/09/1939)	Ari Josende da Rosa	Nadir Alves (13/09/1941) Jocelio da Silva
<b>Orador</b>	Almir Soares Barbosa	Crecêncio Flores da Silva	Policarpio Camargo (12/07/1939) Edemundo Soares	Adelar Borges (01/10/1940) Boaventura Vaz	Delano Nunes

**OBS: De 1942 até 1958 – O Livro que contém as Atas deste período não foi encontrado.**

<sup>1046</sup> Fonte: LIVRO DE ATAS Nº 3 - ATA: 24/ 04/1937

<sup>1047</sup> Fonte: LIVRO DE ATAS Nº 3 - ATA: 05/01/1938; ATA: 24/04/1938; ATA: 07/03/1939

<sup>1048</sup> Fonte: LIVRO DE ATAS Nº 3 - ATA: 24/04/1939; ATA: 12/07/1939; ATA: 01/09/1939; ATA: 01/11/1939; ATA: 14/03/1940

<sup>1049</sup> Fonte: LIVRO DE ATAS Nº 4 – ATA: 24/04/1940; ATA: 06/09/1940; ATA: 01/10/1940

<sup>1050</sup> Fonte: LIVRO DE ATAS Nº 4 - ATA: 24/04/1941; ATA: 26/06/1941

<b>CARGOS</b>	<b>1957</b> <sup>1051</sup>	<b>1958</b> <sup>1052</sup>	<b>1960</b> <sup>1053</sup>	<b>1961</b> <sup>1054</sup>	<b>1962</b> <sup>1055</sup>
<b>Presidente de Honra</b>	Fabiano Manoel Pereira	Fabiano Manoel Pereira			
<b>Presidente</b>	Arsenio Severo Candido	Arsenio Severo Candido	Nadir Alves Faleiro	Nadir Alves Faleiro	Miguel Monteblanco
<b>Vice-presidente</b>	Anery Josende da Rosa	Anery Josende da Rosa	Anery Josende da Rosa	Anery Josende da Rosa	Edilson Farias
<b>Tesoureiros</b>	Euclides Rodrigues da Costa	1º Euclides Rodrigues da Costa; 2º Cezilio Alves	1º Francisco Benites; 2º Euclides Rodrigues da Costa	1º Francisco Benites 2º Euclides Rodrigues da Costa	1º Alcidiney Josende da Rosa 2º Nadir da Silva
<b>Secretários</b>	1º Edilon de Mores Farias 2º Nadir Alves Faleiro	1º Edilon de Moraes Farias 2º Nadir Alves Faleiro	1º Arsenio Severo Candido 2º Acelino Josende	1º Arcênio Severo Cândido 2º Adair Rodrigues Siqueira	1º Adair Rodrigues Siqueira 2º Ervandil Santos do Canto
<b>Diretores</b>	1º Alipio Aires 2º Feliciano Josende	1º Alipio Aires 2º Feliciano Josende	1º Alipio Aires 2º Adão Josende	1º Alipio Aires 2º Feliciano Josende da Rosa	1º Feliciano Josende da Rosa 2º Homero B Alves
<b>Procurador</b>	Amilcar Rodrigues Siqueira	1º Adão A. Pereira 2º Jorge Mendes	1º Auri Rodrigues Siqueira 2º Ervandil Santos do Canto	1º Auri Rodrigues Siqueira 2º Manoel P. Fernandes	1º Auri Rodrigues Siqueira 2º Claudio da Silva
<b>Orador</b>	Elias R da Silva	Elias R da Silva	Miguel Monteblanco	Miguel Monteblanco	Edson de Paula
<b>Bibliotecário</b>	Alcidiney Josende da Rosa	1º Alcidiney Josende da Rosa 2º Amílcar Rodrigues Siqueira	Edson Farias	Alcidiney Josende da Rosa	Francisco Pinheiro Ramos
<b>Comissão fiscal</b>	Cezílio Alves, Luiz Rodrigues Nadir F. da Silva	Severino Gomes, Helio Soares, Mauricio Gonçalves	Nadir Fiuza da Silva, Severino Gomes e Alfredo Ramos	Nadir Fiuza da Silva, Oracildes T. Cardoso e Alfredo Ramos	Adão Josende, Antônio Vargas e Luiz Rodrigues
<b>Comissão de sindicância</b>	-	Cezilio Alves Luiz Rodrigues Francisco Pinheiro Ramos Nadir F. da	Valpir Robeiro, Adair Rodrigues Siqueira e Feliciano Josende	Adão Josende, Severino Gomes e Graciliano da Rosa	Ari Josende da Rosa, Homero Menezes, Graciliano da Rosa e Helio Soares

<sup>1051</sup> Fonte: Tabelionato Rosa. Escritura Pública. Comarca de Rosário do Sul. Certidão – Livro A-1 de Pessoas Jurídicas às folhas 022 sob o nº32 em 4 de junho de 1958

<sup>1052</sup> Fonte: Diário Oficial – edição nº 192 página 15 de 7 de março de 1958

<sup>1053</sup> Fonte: LIVRO DE ATAS Nº 5 - ATA: 24/04/1960

<sup>1054</sup> Fonte: LIVRO DE ATAS Nº 5 - ATA: 24/04/1961

<sup>1055</sup> Fonte: LIVRO DE ATAS Nº 5 - ATA: 25/04/1962

		Silva			
<b>Diretores do mês</b>	-	-	-	Ari Josende da Rosa, Ervandil Santos do Canto e Onofre Josende da Rosa	Elair Figueira, Antônio Morais, Wanderlei G. Fiuza
<b>Conselheiros</b>	-	-	-	-	Arsenio Severo Candido, Alpidio Aires, Cezílio Alves, Nadir Alves Faleiro e Euclides Rodrigues da Costa

<b>CARGOS</b>	<b>1963</b> <sup>1056</sup>	<b>1964</b> <sup>1057</sup>	<b>1965</b> <sup>1058</sup>	<b>1966</b> <sup>1059</sup>
<b>Presidente</b>	Arsenio Severo Candido	Edilon de Moraes Farias	Cezilio Alves	Hélio Soares
<b>Vice-presidente</b>	Nadir Silva	Francisco Pinheiro Ramos	Acelino Josende da Rosa	Manoel Pedro Jacques
<b>Tesoureiros</b>	1º Francisco Benites 2º Auri R. Siqueira	1º Euclides Rodrigues da Costa 2º Antônio de Paulo	1º Nadir Alves Faleiro 2º Milton dos Santos	1º Odilon Amaral Santiago 2º Milton dos Santos
<b>Secretários</b>	1º Claudio Ramos da Silva 2º Adão Ramos	1º Nadir Alves Faleiro 2º Eloi Cunha de Oliveira	1º Adão Ramos 2º José Rodrigues dos Santos	1º Ataídes Rodrigues dos Santos (18/06/1966) Adair Siqueira 2º Arizoli da Silva Silveira
<b>Diretores</b>	1º Feliciano Josende da Rosa 2º Nalvor Oliveira	1º Miguel Monteblanco 2º Helio Soares	1º Hélio Soares 2º Manuel Pedro Ramos Jaques	1º Manuel Martins 2º Mauricio Gonçalves
<b>Procuradores</b>	1º Elair Figueira da Costa 2º Reduzino Alves	1º Ervandil Santos do Canto 2º Nairo Gonçalves	1º José Adão Oliveira 2º Reduzino Alves	1º Ervandil do Canto 2º Adão Fernandes Flores
<b>Orador</b>	Edson de Paula	Arcênio Severo Cândido	Edson Ramos de Paulo	Elias da Silva
<b>Bibliotecário</b>	Miguel Monteblanco	José Adão de Oliveira	Adair Rodrigues Siqueira	José Carlos O. Josende
<b>Comissão fiscal</b>	Edson Farias, Antônio Vargas e Adão Jozendes	Nadir da Silva, Adair R. Siqueira e Edson de Paulo	Joceli da Silva, Glênio Ramos, Manoel Martins	Adão Josende, Acelino e Theodoro Retamar
<b>Comissão de sindicância</b>	Alcidiney Josende da Rosa, Ari Josende da Rosa, Graciliano da Rosa e Helio Soares	Acelino Josende da Rosa, Feliciano Josende da Rosa, Joceli da Silva	Nadir Fiuza da Silva, Edilon de Moraes Farias, Alcidiney Josende da Rosa	Izaías Fernandes, José Adão Oliveira, Ruben Vargas
<b>Diretores do mês</b>	Elair Figueira da Costa, Antônio Moraes e Wanderlei G. Fiuza	-	-	-
<b>Conselheiros</b>	Severiano Gomes, Alpidio Aires, Cezilio Alves, Nadir Alves Faleiro e Euclides Rodrigues da Costa	Cezilio Alves, Bartolomeu Flores Belagarda, Mauricio Gonçalves, Inácio de Paulo e Glenio Ramos	Euclides Rodrigues da Costa, Adão Josende, Bartolomeu Flores Belagarda, Mauricio Gonçalves	Euclides Rodrigues da Costa, Cezilio Alves, Adair Rodrigues Siqueira, Nadir Fiuza da Silva
<b>Departamento Esportivo</b>	Arsenio Severo Candido	-	-	-
<b>Diretor Social</b>	-	-	Miguel Monteblanco	Glênio Ramos
<b>Diretor Comercial</b>	-	-	-	-

<sup>1056</sup> Fonte: LIVRO DE ATAS Nº 5 - ATA: 24 /04/1963

<sup>1057</sup> Fonte: LIVRO DE ATAS Nº 5 - ATA: 24 /04/1964

<sup>1058</sup> Fonte: LIVRO DE ATAS Nº 5 - ATA: 24 /04/1965

<sup>1059</sup> Fonte: LIVRO DE ATAS Nº 5 - ATA: 24/04/1966

**APÊNDICE I – Diretorias femininas da Sociedade Recreativa Beneficente União  
Rosariense (1920 - 1941 e 1959 - 1966)**

<b>CARGOS</b>	<b>1920<sup>1060</sup></b>	<b>1922<sup>1061</sup></b>	<b>1923<sup>1062</sup></b>	<b>1924<sup>1063</sup></b>	<b>1925<sup>1064</sup></b>	<b>1926<sup>1065</sup></b>
<b>1ª Diretora</b>	Aljamira Soares dos Santos	Clarinda Lopes Martins	Clarinda Lopes Marins	Cecilia Severo	Octília Azambuja Soares	Claricia Rodrigues Quinhones
<b>2ª Diretora</b>	Celina Soares	Almedorina Rodrigues	Almedorina Rodrigues (01/07/1923) Clementina Silveira	Francisca Costa	Marina Soares Barbosa	Almedorina Rodrigues
<b>3ª Diretora</b>	-	Clementina Silveira	-	-	-	-
<b>4ª Diretora</b>	-	Margarida Pereira	-	-	-	-
<b>1ª Procuradora</b>	Almedorina Rodrigues	-	Helena Rodrigues (01/07/1923) Vergelina Soares	Florinda Pereira	Florinda Pereira	Brandina Silveira
<b>2ª Procuradora</b>	Helena Rodrigues	-	Vergília Soares (01/07/1923) Merencia Guedes	Brandina Silveira	Almedorina Rodrigues	Bernarda Flores
<b>Oradora</b>	-	Maria Antonia Soares	Maria Orvalina	Margarida Pereira	Brandina Silveira	Marina Azambuja Soares

<sup>1060</sup>Fonte: LIVRO DE ATAS Nº 2 - ATA: 26/05/1920

<sup>1061</sup> Fonte: LIVRO DE ATAS Nº 2 - ATA: 24/04/1922

<sup>1062</sup> Fonte: LIVRO DE ATAS Nº 2 - ATA: 01/05/1923; ATA: 01/07/1923; ATA: 13/04/1924

<sup>1063</sup> Fonte: LIVRO DE ATAS Nº 2 - ATA: 04/05/1924

<sup>1064</sup> Fonte: LIVRO DE ATAS Nº 2 - ATA: 03/05/1925

<sup>1065</sup> Fonte: LIVRO DE ATAS Nº 2 - ATA: 17/05/1926

<b>CARGOS</b>	<b>1927<sup>1066</sup></b>	<b>1929<sup>1067</sup></b>	<b>1930<sup>1068</sup></b>	<b>1932<sup>1069</sup></b>	<b>1933<sup>1070</sup></b>	<b>1934<sup>1071</sup></b>
<b>1ª Diretora</b>	Octília Azambuja Soares	Octília Azambuja Soares	Almedorina Rodrigues Siqueira	Marfiza Rodrigues Garcia	Ida da Silva Pereira	Ida da Silva Pereira
<b>2ª Diretora</b>	Francisca Conte	-	Francisca Costa	Madalena Soares	Izaltina Penha (05/02/1934) Agridina Pereira	Agrepina Muniz (15/12/1934) Isaltina Penha
<b>3ª Diretora</b>	-	-	-	-	-	-
<b>4ª Diretora</b>	-	-	-	-	-	-
<b>1ª Procuradora</b>	Bernarda Flores	-	Adelia Soares	Florinda Pereira (01/08/1932) Umbelina Paula, Ricarda Santiago da Silva	Bernarda Flores da Silva	Ernestina Penha
<b>2ª Procuradora</b>	Florinda Pereira	-	Vicentina Lago (01/03/1932)	Umbelina Paulo Vaz (01/08/1932) Vicentina Lago	Ernestina Penha	Jetúlia Muniz
<b>Oradora</b>	Marcia Pereira	-	-	Horizontina de Paulo	Marina da Rosa Barbosa	-

<sup>1066</sup> Fonte: LIVRO DE ATAS Nº 2 - ATA: 154ª - 01/05/1927

<sup>1067</sup> Fonte: LIVRO DE ATAS Nº 3 - ATA: - 06/01/1929. Clarinda Lopes Martins foi eleita mas em 06/01/1929 foi substituída por Octília Azambuja Soares. Obs: No ano de 1929 não consta em atas o processo de eleição de diretoria feminina.

<sup>1068</sup> Fonte: LIVRO DE ATAS Nº 3 - ATA: 13/05/1930; ATA: 01/03/1932

<sup>1069</sup> Fonte: LIVRO DE ATAS Nº 3 - ATA: 13/05/1932; ATA: 01/08/1932; ATA: 23/12/1932

<sup>1070</sup> Fonte: LIVRO DE ATAS Nº 3 - ATA: 07/05/1933; ATA: 05/02/1934

<sup>1071</sup> Fonte: LIVRO DE ATAS Nº 3 - ATA: 13/05/1934; ATA: 15/12/1934

<b>CARGOS</b>	<b>1935</b> <sup>1072</sup>	<b>1937</b> <sup>1073</sup>	<b>1938</b> <sup>1074</sup>	<b>1939</b> <sup>1075</sup>	<b>1940</b> <sup>1076</sup>	<b>1941</b> <sup>1077</sup>
<b>1ª Diretora</b>	Ida da Silva Pereira (01/07/1935) Otilia Azambuja Soares	Ida da Silva Pereira	Marcia Pereira Ramos	Izaltina Gaspar Penha	Marfisa Rodrigues Garcia	Izaltina Gaspar Penha
<b>2ª Diretora</b>	Izltina Gaspar Penha (06/08/1935) Maria Pereira Ramos	Marcia Pereira Ramos (01/09/1937) Maria Candida Pereira	Maria Candida Pereira	Lidia Gonçalves	Maximina Borges Soares	Aurora Nunes
<b>3ª Diretora</b>	-	-			-	Natalia Guedes
<b>4ª Diretora</b>	-	-			-	-
<b>1ª Procuradora</b>	Leonor Soares	Leonor Soares	Marilia Soares Barbosa	Leonor Soares	-	-
<b>2ª Procuradora</b>	Davina Ramos	Davina Ramos	Dalila Chares	Davina Ramos	-	-
<b>Oradora</b>	Marina Soares Barbosa	Joraci M da Rosa	Leonor Soares	Dalvina Nunes	-	-
<b>1ª Comissão de Convite</b>	Carme Rezende e Catarina Ortiz	Celestina Mendes e Delmira Mendes	Catarina Ortiz e Geny Alves	-	-	-
<b>2ª Comissão de convite</b>	Umbelina Paulo e Alice de Paulo	Dabina Barros Nunes	Davina Ramos e Dalvina Nunes	-	-	-

**OBS: De 1942 até 1958 – O Livro que contem as Atas deste período não foi encontrado.**

<sup>1072</sup> Fonte: LIVRO DE ATAS Nº 3 - ATA: 24/04/1935; ATA: 01/07/1935; ATA:-06/08/1935

<sup>1073</sup> Fonte: LIVRO DE ATAS Nº 3 - ATA: 24/04/1937; ATA: 01/09/1937

<sup>1074</sup> Fonte: LIVRO DE ATAS Nº 3 - ATA: 24/04/1938

<sup>1075</sup> Fonte: LIVRO DE ATAS Nº 3 - ATA: 24/04/1939

<sup>1076</sup> Fonte: LIVRO DE ATAS Nº 4 - ATA: 25/12/1940

<sup>1077</sup> Fonte: LIVRO DE ATAS Nº 4 - ATA: 15/05/1941



<b>CARGOS</b>	<b>1960</b> <sup>1078</sup>	<b>1962</b> <sup>1079</sup>	<b>1963</b> <sup>1080</sup>	<b>1965</b> <sup>1081</sup> e <sup>1082</sup>	<b>1966</b> <sup>1083</sup>
<b>Presidente</b>	-	-	Zulmira Ramos Soares	Valve Terezinha Monteblanco	Zulmira Ramos Soares
<b>Vice-presidente</b>	-	-	Dalvina Ramos da Silva	Irene Candido Jaques	Davina Ramos da Silva
<b>1ª Secretária</b>	-	-	Valve Terezinha Monteblanco	Maria Florentina da Silveira	Irene Terezinha Cândido Jacques
<b>2ª Secretária</b>	-	-	Dorina Silva Noemia Penha	Fani Soares da Silva	Fani Soares da Silva
<b>1ª Tesoureira</b>	-	-	Juraci da Rosa Candido	Dorina Ramos da Silva	Dalmira Siqueira
<b>2ª Tesoureira</b>	-	-	Diná Farias Ione Munhoz Farias	Noemia P. Ferreira	Alice Osório Faleiro
<b>1ª Diretora</b>	Alda Pereira Aires	Valve Terezinha Monteblanco	Noemia Penha Ferreira	Zulmira Ramos Soares	Noemia Penha Ferreira
<b>2ª Diretora</b>	Noemia Penha Ferreira	Tereza Jozendes	Leci Ramos Pinheiro	Maria Siqueira Alves	Rosa Amélia Machado
<b>3ª Diretora</b>	Umbelina Paulo Vaz	Leci Ramos Pinheiro	Teresinha Josende da Rosa	Eva Maria Fiuza	Dejanira Maia
<b>4ª Diretora</b>	-	Zulmira Soares	Marlene Oliveira	Dejanira Maia	Alidia Gonçalves
<b>5ª Diretora</b>		Izaura Vargas	Alda Pereira Aires	-	-
<b>1ª Procuradora</b>	-	-	Zulmira Paiva Joelma Penha	Ilca Siqueira	Neusa Gonçalves
<b>2ª Procuradora</b>	-	-	Maria Florentina da Silveira	Maria Veralda e Maria Zila	Cecilia Maia, Dóris Maria Andrade
<b>Oradora</b>	-	-	Irene Teresinha da Rosa Candido	Valny Soares da Silva	Daicy Machado
<b>Comissão org. de festas</b>	-	-	-	Idali dos Santos Machado, Ilca Siqueira, Maria Cecilia Maia, Elizabeth S. Moura, Daicy Machado, Marlene Siqueira Alves.	-
<b>Departamento Social</b>	-	-	-	Valny Soares da Silva	Valny Soares da Silva

<sup>1078</sup> Fonte: LIVRO DE ATAS Nº 5 - ATA: 01/05/1960

<sup>1079</sup> Fonte: LIVRO DE ATAS Nº 5 - ATA: 05/05/1962

<sup>1080</sup> Fonte: LIVRO DE ATAS Nº 5 - ATA: 05/05/1963

<sup>1081</sup> Fonte: LIVRO DE ATAS Nº 5 - ATA: 24/04/1965

<sup>1082</sup> Fonte: LIVRO DE ATAS DEPARTAMENTO FEMININO – ATA: 03/04/1965

<sup>1083</sup> Fonte: LIVRO DE ATAS Nº 5 - ATA: 07/05/1966

**APÊNDICE J – Nomes e sobrenomes de mulheres que participaram das reuniões de diretoria e assembleia geral da Sociedade Recreativa Beneficente União Rosariense (1920 – 1941 e 1959 – 1965)**

Acelina Garcia	Arminda L. Martins	Daiana Ramos da Silva
Adalgisa Fontosa	Auria Ramos	Daici Machado
Adalia Soares	Aurora Nunes	Dalila Chaves
Adelaide do Amaral	Avelina Cardoso	Dalila Trindade
Adelina Mendes Alves	Bernarda Flores da Silva	Dalvina Nunes
Adelina Viana	Bernardina Flores	Davina Ramos (da Silva)
Agrepina Muinz	Bernardina Rodrigues	Deamantina Sales
Agripina Pereira	Brandina Alves	Dejanira Maia
Albertina Carvalho	Brandina Ramos de Paulo	Delminda do Amaral
Albertina Ribas	Brandina Silveira	Delmira Mendes
Alda F. de Carvalho	Buter Alves	Diná Farias
Alda Pereira Aires	Cantuarina Lopes	Djanira Rodrigues da Silva
Alidia Gonçalves	Carina Guedes	Dolzira Trindade
Alfonsina Paz	Carme Rezende	Domingas Fernandes da Silva
Alfredina da Silva	Carmem R. Fontoura	Domingas Fernandes Fonseca
Algemira Rodrigues	Carmem Teresa Mendes	Domingas Rodrigues da Silva
Alice de Paulo	Carmen Rezende	Donatil Silveira
Alice Osório Faleiro	Catarina Ortiz (da Silva)	Doralina Antunes Vianna
Aljamira Soares dos Santos	Catarina Soares	Doralina dos Santos
Almedorina Rodrigues (da Costa – Siqueira)	Catharina O da Silva	Doralina Salles
Almerinda da Silva	Cecília Candida	Dorilde dos Santos
Almerinda Mendes	Cecília Correia	Dorina Alves
Almerita da Silva Lima	Cecilia Maia	Dorina Ramos da Silva
Alzemira Rodrigues	Cecilia Menezes	Dorina Rodrigues
Alzemira Soares dos Santos	Cecilia Ramos Severo	Dóris Maria Andrade
Alzira Alves	Cecília Severo	Dorina Silva
Alzira Fontoura	Celestina Mendes	Dorotea Oliveira Vaz
Alzira Viana	Celi Fernandes Prates	Doroteia Vaz
Amália da Silva	Celia Alves Gonçalves	Edite Fernandes Flores
Amália Justina Viana	Célia C. Oliveira	Elaci Aires
Amarilha Barbosa Soares	Celia Ferreira	Elci da Silva Maia
Amarilha Soares Barbosa	Celina dos Santos	Elena Flores
Amarilia Marques Barbosa	Celina Soares	Elena Ramos
América Alves	Celma dos Santos	Elena Rodrigues
Ana C. Fernandes da Silva	Cely F. Maia	Eli Martins
Ana Candida Rodrigues da Silva	Ceramita dos Santos	Elida Amaral
Ana Laires moura Souza	Clara Ferreira	Elizabeth Silva
Ana Maria dos Santos	Claricia Rodrigues Borges (Quinhones)	Elizabeth Souza Moura
Ana Maria Paulina Costa	Clarinda Lopes Martins	Elma Flores
Ana Rosa Silveira	Claudina Jozende da Roza	Elmerinda Mendes
Anatélia dos Santos Escobar	Clélia dos Santos	Elsi Maia
Anna M. dos Santos	Clementina Silveira	Elvira Ferreira
Anna Roza S. Gomes	Cloe da Silva	Elvira Mendes
Anna Severo	Conceição Rodrigues	Elvira Rodrigues
Anoelci Paz Rodrigues	Concilia Alves	Elza Gonsalves
Antonia Rangel Cardoso	Coralina Ramos	Emecy Vianna
Antoninha Cardozo	Costurina da Silva	Emilda Maciel
Arinda Lopes Martins	Crodolina Xavier	Emilia da Rosa
Arinda M. Lopes	Dabina Barros Nunes	Emilia da Silva
		Emilia Jozende

Eni S. Rodrigues	Gervalina Gonçalves	Ivonir Menezes
Enriqueta Rodrigues	Gessy Pereira Aires	Izabel de Souza Guedes
Ercilia Rodrigues	Giselda Terezinha de Abreu	Izabel Souza
Erculana Munhoz	Gizelda Terezinha Delgado	Izaltina Gaspar Penha
Eriz S. Rodrigues	Glaci Pereira Aires	Izaltina Silva
Ermerinda Mendes	Glória Alves	Izaura Vargas
Ernestina Alves	Glória da Silva	Izoleta Silva
Ernestina Penha	Gonçalina Gonçalves	Izollina Penha
Ervandia da Silveira	Gonçalina dos Santos	Jaci do Nascimento
Esmeralda Alves	Guerina da Silva Lima	Jaci M. Felix
Esmeralda da Silva	Guiomar Ribeiro Martins	Jaci (Jessy) P. Aires
Estella Rezende	Helena Flores	Jaciara Correia
Eufrazia do Amaral	Helena Rodrigues da Costa	Jacy Ferreira
Eufrazia Ramos	Helli Alves	Jari Felix
Eunice G. da Rosa	Henriqueta G. Rodrigues	Jeni Alves
Eva Alves Machado	Hercilia Alves	Jessi Xavier
Eva Amaral	Hilda Oliveira	Jetúlia Muniz
Eva de Menezes	Hiolita Silveira	Joana da Silva
Eva Fernandes Menezes	Holmira Soares	Joana do Amaral
Eva Maria Fiuza	Honorina Siqueira	Joana Prates
Eva Menezes Maia	Horizontalina de Paulo	Joaquina Pinheiro
Eva Pereira Alves	Horizontalina Pinheiro Ramos	Joaquina Rodrigues
Ezaltina Penha	Ibraina Menezes	Jocilia Rodrigues da Silva
Fabiana Mendes	Ida Costa	Joelma Paiva
Fani Soares da Silva	Ida da Silva (Pereira)	Joilma Oliva
Felicidade Posonel	Ida Silva	Jolmira Soares
Fermina do Amaral	Ida Verginia Menezes	Joraci M da Rosa
Fernanda Batista	Idali dos Santos Machado	Josefina Pereira
Flor Rodrigues	Idelminda de Carvalho	Josepina da Costa
Florencia Pereira	Idelminda do Amaral	Julia Alves
Florinda Ferreira	Idevirge Silva	Julia Nunes
Florinda Pereira	Ignácia Guter	Julieta F
Florinda Rodrigues	Ilca Siqueira	Julieta Ferreira
Francisca Alves	Ilca Terezinha Alves	Juraci da Rosa Candido
Francisca Conte	Ilda F. de Carvalho	Juraci M. da Rosa
Francisca Cortez	Ilda Oliveira	Ladi F. Silva
Francisca Costa	Ilza Maciel	Lady Fernandes
Francisca Garcia	Imilia da Silva	Leci Ramos Pinheiro
Francisca Pereira	Inácia Abreu	Lecy Oliveira Ramos
Francisca V. Rodrigues	Ines Nalasco	Leni R. Pinheiro
Gautilha S. Barbosa	Inez Farias	Leonor F. Soares
Gavina Ramos	Ingracia Buteres	Leonor Soares
Genai Menezes	Ioilma Paiva	Leontina Rodrigues
Geneci da silva Silveira	Iolanda Moura Souza	Liberata Cardoso
Geni Aires	Ione Munhóz Farias	Lidia Cardoso
Geni Chaviel	Irene C. da Silva	Lidia Gonçalves
Geni do Amaral Marques	Irene Terezinha da Rosa	Lidomenia de Oliveira Josende
Geni S. Menezes	Candido (Jaques)	Lila Flores
Geny Alves	Isabel de Souza	Livia Lago
Georgia Severo	Isabel dos Santos	Lola Pereira
Georgina Paulo Vaz	Isaltina Penha	Luci B. Alves
Geraldina Rodrigues da Rosa	Istela de Souza	Luci Bitencurte
Geromita dos Santos	Ivone Ivanir Menezes	Lucia Maciel
Gerundina Silveira Gomes	Ivone Moraes Farias	Lucia Ortiz

Luciana Freitas Vargas	Maria Dorvalina Duarte	Natalia Guedes
Lucidia Vaz	Maria dos Santos Rosa	Natália Soares
Lucidia Viana	Maria Elisa Munhoz	Neida Terezinha Mendes
Luiza da Silva	Maria H. Rodrigues da Rosa	Nelci Gomes Fiuza
Luiza Fernandes	Maria Emilia Josende	Nelcy da Roza
Lurdes Rodrigues	Maria Erondina	Neli Fiuza Maia
Madalena Soares	Maria Eva Fernandes Silva	Nelsi Fiuza
Malilia Campelo	Maria F. Terezinha da Silveira	Neusa Gonsalves
Malvina Dornelles Baptista	Maria Fernandes da Silva	Nilza Oliveira Maciel
Malvina M. da Roza	Maria Fernandes Flores	Noeli Alves
Manoela Lopes	Maria Ferreira	Noely da Roza
Manuela da Silva Nunes	Maria Florentina da Silveira	Noemia Penha Pereira
Marcia Antônia Soares	Maria Gomes	Norma Maria Josende
Marcia Cecilia	Maria Helena P. Aires	Norma Ribeiro
Márcia da Silva	Maria Ilze Maciel	Norma Soares Ribeiro
Márcia Florentina	Maria Izabel Alves	Normélia Menezes
Márcia Fontoura	Maria José Fernandes	Odete Pereira Ramos
Márcia Pereira Ramos	Maria Jozende da Roza	Oliveria Maciel
Marcilia Alves	Maria Luiza dos Santos	Olvina Paulo
Marciolina Pereira	Maria Nilza Pereira	Ondelina Paulo
Marfisa Garcia Rodrigues	Maria Nilze Maciel	Ondina Gomes da Silva
Marfiza Rodrigues Garcia	Maria Orvalina Duarte	Onorina Siqueira
Margarida Pereira Andrade	Maria Otilia Nogueira Prates	Oraldina Ramos
Margarida Portira	Maria Paulo	Orçolina Ferreira
Maria Alice Paulo	Maria Pereira Ramos	Orfelina Pires
Maria Alves	Maria Rodrigues	Orizontina Paula
Maria Antonia Oliveira	Maria Romilda M. Rangel	Otília Chaves
Maria Antonia Soares	Maria Rosa	Otilia Pereira Ramos
Maria Augusta Marques	Maria Santa de Oliveira	Octília Azambuja Soares
Maria Augusta Santiago	Maria Santa de Paulo	Palmira Correa
Maria Brandina da Silva	Maria Santos Paulo	Palmira dos Santos
Maria C. Oliveira	Maria Siqueira	Paulina da Costa
Maria Campos	Maria Siqueira Alves	Paulina da Silva
Maria Candida Ferreira	Maria Soares	Paulina Duarte Rodrigues
Maria Candida Pereira	Maria V. Almeida	Paulina Silva
Maria Candido Ramos	Maria Veralda P.	Percia Maciel
Maria Cardoso Gonsalves	Maria Vilma Lima	Regina Creni Soares
Maria Cecilia Maia	Maria Zila	Regina E.di Cy
Maria Cecilia R da Silva	Marilia Soares Barbosa	Ricarda C. da Silva
Maria Clara	Marina Abnel	Ricarda Santiago da Silva
Maria Conceição Soares	Marina Azambuja Soares	Rita Guedes
Maria da Gloria Ferreira	Marina Barbosa	Rita Soares
Maria da Silva	Marina da Roza Barbosa	Rosa Amélia Machado
Maria Daici	Marina Soares Barbosa	Rosa Amelia Oliveira
Maria das Dores	Marlei S. Rodrigues	Rosa Verginia Menezes
Maria das Dores da Silva	Marlene Oliveira	Roza Alves
Maria de Lurdes Campos	Marlene Silva Rodrigues	Roza da Costa Garcia
Maria de Lurdes da Rosa	Marlene Siqueira (Alves)	Roza Flores Aguiar
Maria de Lurdes dos Santos	Maximilia Soares (Borges)	Roza Rodrigues
Maria de Lurdes Fagundes	Merencia Guedes	Roza Tercia Maciel
Maria de Lurdes Oliveira	Monica F	Sabrina Soares
Maria de Lurdes Rodrigues	Morena Prates	Santa Martins
Maria de Souza Cardozo	Nair Acosta	Santa Paulo
Maria Dias Gonçalves Farias	Nair Lima	Santa Rodrigues

Selvina Mendes	Terezinha Gomes	Vany F. Silva
Senhorinha da Costa	Terezinha Oliveira	Vergilia Soares
Sila Nunes da Silva	Terezinha Pinto Machado	Verginia Paulo Vaz
Sile Terezinha Paulo Vaz	Terezinha Rodrigues da Rosa	Vicentina Lago
Sirlei Rocha da Silva	Terezinha Xavier Josende	Vilma da Silva
Sônia Catarina	Terzinha Gomes Fiuza	Vilma Penha
Sonia Fereira da Silva	Umbelina Paulo (Vaz)	Vitória da Silva
Sueli Fiuza Maia	Umbelina Soares	Zaide Tasso
Sulani Amaral	Ursolina Soares	Zaides Soares
Tercila Rodrigues	Ursulina Ferreira	Zaira de Lima
Teresinha Josende	Valdenice Ramos Soares	Zila Flores
Teresinha Machado	Valderrice Brites	Zulma Nunes Rangel
Teresinha Mendes	Valeria Montebianco	Zulma Rodrigues
Tereza Jozendes	Valny Soares da Silva	Zulmira Paiva
Terezinha Cardoso	Valve Terezinha Montebianco	Zulmira Ramos (Soares)
Terezinha Fiuza	Vanilda Gomes Fiuza	Zulmira Soares

OBS: Nesta lista, é possível que o nome de algumas mulheres fosse citado mais de uma vez. Isso ocorre por vários motivos. Mulheres se associavam enquanto solteiras e depois de casadas continuavam sócias. Após o casamento, muitas mulheres passavam a usar o sobrenome do marido. E também alguns secretários acabavam registrando o nome completo das mulheres e por vezes abreviado, somente o primeiro e o último, ou o primeiro e o segundo nome.

Fonte: Dados organizados pela autora a partir dos Livros nº 1 ao nº 5 de Atas de diretoria e assembleia geral (1915 até 1941 e 1959 até 1965) e do Livro do Departamento Feminino (1963 até 1965).

**APÊNDICE K – Rainha, Miss e Mais Bela Negra da Sociedade Beneficente União Rosariense (1955 – 2009)**

<b>NOME DA RAINHA</b>	<b>TÍTULO / EVENTO</b>	<b>ANO</b>
Vergínia Paulo Vaz	Rainha da Primavera	1954
Leonida Amaral	Rainha da Primavera	1955
Georgina Paulo Vaz	Rainha da SRBUR	1959
Terezinha de Oliveira Santana	Rainha da SRBUR	1960
1º lugar Norma Maria Josende 2º lugar Jari Felix Gení Aires	Rainha infantil do Carnaval da SRBUR Rainha adulta do Carnaval da SRBUR	1961 1961
Ana Maria Otonel dos Santos Helena ... Valdenice Ramos Soares	Rainha infantil do Carnaval da SRBUR Rainha adulta do Carnaval da SRBUR	1962 1962
Mira ...	Rainha adulta do Carnaval da SRBUR	1963
1º lugar Marlene Siqueira Alves 2º lugar Maria Luiza dos Santos 3º lugar Nilza Maciel	Rainha adulta do Carnaval da SRBUR	1965
1º Doris Maria Andrada 2º Elizabete Moura 3º Jurema Lopes	Rainha adulta do Carnaval da SRBUR	1966
Vera 1º Edith Soares 2º Marília Campelo	Rainha infantil do Carnaval da SRBUR Rainha adulta do Carnaval da SRBUR	1967
Maria Ivete Rodrigues 1º Maria Romilda Rangel 2º Ivanir Menezes	Rainha infantil do Carnaval da SRBUR Rainha adulta do Carnaval da SRBUR	1968 1968
Maria Gertrudes Rodes Jaques	Rainha adulta do Carnaval da SRBUR	1969
Silene Vaz Maia Leda Rodrigues	Rainha infantil do Carnaval da SRBUR Rainha adulta do Carnaval da SRBUR	1970 1970
Magda Suzi Gonçalves Farias	Rainha infantil do Carnaval da SRBUR	1971
Dinar Gomes Soares Maria Ivete Rodrigues da Rosa Maria Tereza Moura Oliveira	Rainha infantil do Carnaval da SRBUR Rainha adulta do Carnaval da SRBUR Miss Mulata Rosariense - 72	1972 1972 1972
Magda Rosane Vargas Domingues Tereza Moura	Rainha infantil do Carnaval da SRBUR Rainha adulta do Carnaval da SRBUR	1973 1973
Ionice de Oliveira Carmen Silva Maria do Carmo Maciel	Rainha infantil do Carnaval da SRBUR Rainha adulta do Carnaval da SRBUR	1974
Elizabete Moura	Miss Mulata Rosariense -75	1975
Mariglei Gonçalves Farias Lane Marize Borges Silveira	Rainha infantil do Carnaval da SRBUR Rainha adulta do Carnaval da SRBUR	1977 1977
Dinorá ...	Rainha adulta do Carnaval da SRBUR	1978
Tereza Rodrigues	Rainha adulta do Carnaval da SRBUR	1979
Janaína Maciel Marliane Ferreira	Rainha infantil do Carnaval da SRBUR Rainha adulta do Carnaval da SRBUR	1983
Rosângela de Oliveira Santana Ana Claudia da Silva Nunes	Rainha infantil do Carnaval da SRBUR Rainha adulta do Carnaval da SRBUR e Rainha do Carnaval da cidade de Rosário do Sul	1984 1984
Simone Quevedo da Costa	Rainha infantil do Carnaval da SRBUR	1985
Maristela Gonçalves Farias Eleni Oliveira	Rainha infantil do Carnaval da SRBUR Miss Mulata Rosariense -86	1986
Naimar da Silva Pinheiro Ana Paula Francilio do Amaral	Rainha infantil do Carnaval da SRBUR Rainha adulta do Carnaval da SRBUR	1987

Fonte: Dados organizados pela autora a partir das seguintes fontes investigadas: Livros nº 1 ao nº 10 de Atas de diretoria e assembleia geral (1915 até 1941 e 1959 até 1965) e do Livro do Departamento Feminino (1963 até 1965). Entrevistas e Caderno de Campo. (continua...)

<b>NOME DA RAINHA</b>	<b>TÍTULO / EVENTO</b>	<b>ANO</b>
Valéria do Amaral Maristela Santos	Rainha infantil do Carnaval da SRBUR Rainha adulta do Carnaval da SRBUR	1988
Carine de Almeida Marli Galvão Ramos Jane Lúcia da Silva Fiuza	Rainha infantil do Carnaval da SRBUR Rainha adulta do Carnaval da SRBUR Miss Mulata	1989 1989 1989
Viviane Vaz Maia Marli Galvão Ramos	Rainha adulta do Carnaval da SRBUR Miss Mulata Rosariense -90	1990 1990
Luciane da Rosa Luciane Fiuza	Rainha infantil do Carnaval da SRBUR Rainha adulta do Carnaval da SRBUR	1991
Eulália Fiuza	Rainha infantil do Carnaval da SRBUR	1992
Carla Amaral Janaina dos Santos Eliane Amaral Candido	Rainha infantil do Carnaval da SRBUR Rainha adulta do Carnaval da SRBUR Rainha de Festas da SRBUR	1993
Janaina Ribas	Rainha adulta do Carnaval da SRBUR	1994
Zainara Costa Silveira Cristiane Dias	Rainha infantil do Carnaval da SRBUR Rainha adulta do Carnaval da SRBUR	1995 1995
Rosiglei Ramires	Rainha do Carnaval da SRBUR	1996
Carolina Gomes Julia Graciele Gaspar	Rainha infantil do Carnaval da SRBUR Rainha adulta do Carnaval da SRBUR	1997 1997
Marcele Lopes	Rainha de Festas da SRBUR	1997
Luciane Fiuza Carla Dione	Rainha de Festas da SRBUR Rainha adulta do Carnaval da SRBUR	1998 1998
Dione Mendes da Silva	Rainha adulta do Carnaval da SRBUR	1999
Gianelli Campos da Silva	Rainha de Festas da SRBUR Mais Bela Negra de Rosário do Sul	2001
Vanessa Fontoura Machado Silvana Larré	Rainha infantil do Carnaval da SRBUR Rainha adulta do Carnaval da SRBUR	2005 2005
Vitória Menezes Josiane Faette	Rainha infantil do Carnaval da SRBUR Rainha adulta do Carnaval da SRBUR	2006 2006
Tauane M. Bom Reis Clarissa Flores	Rainha infantil do Carnaval da SRBUR Rainha adulta do Carnaval da SRBUR	2007
Francine Acosta Suelen Menezes	Rainha infantil do Carnaval da SRBUR Rainha adulta do Carnaval da SRBUR	2008
Hyandra Pinto Martim Ronize Alves do Amaral	Rainha infantil do Carnaval da SRBUR Rainha adulta do Carnaval da SRBUR	2009 2009

OBS: No período de 2002 até 2004, a sede da SRBUR passou por reformas e ajustes exigidas pelo Corpo de Bombeiros da cidade de Rosário do Sul, portanto, durante estes anos, os eventos festivos não ocorreram.

Fonte: Dados organizados pela autora a partir das seguintes fontes investigadas: Livros nº 1 ao nº 10 de Atas de diretoria e assembleia geral (1915 até 1941 e 1959 até 1965) e do Livro do Departamento Feminino (1963 até 1965). Entrevistas e Caderno de Campo.

**APÊNDICE L – Nomes e sobrenomes de homens que assinaram as Atas das reuniões de  
diretoria e assembleia geral da Sociedade Recreativa Beneficente União Rosariense  
(1915 – 1941 e 1959 – 1965)**

Abelardo Pinheiro	Alfredo Ramos	Antonio Silveira dos Santos
Abelardo Ribeiro	Alfredo Silva dos Santos	Antonio Soares
Abilio Rodrigues	Alfredo V dos Santos	Antonio Vargas da Silva
Abilio Severo	Algimir Rozendo	Apolinário Santos
Acacio Alves	Algemirom Rezende	Appolinário Chaves da Rosa
Acácio Fernandes dos Santos	Algemirom dos Santos	Arsenio Severo Candido
Acelino Josende da Rosa	Algencio Rezende	Argemiro Rezende
Acelino Santiago Josende	Alio Soares	Argêncio José Eunhonesi
Adair Rodrigues Siqueira	Aliovado Moreira	Argêncio José Linhares
Adão Alves	Alipio Aires	Argencio José Quinhones
Adão Atanásio Ferreira	Alipio Camargo	Argencio Ribas
Adão Celso da Veiga	Almir Soares Barbosa	Ari Gomes da Silva
Adão da Silva	Alquimindo G. de Souza	Ari Josende
Adão de Oliveira	Alvarim Josende da Rosa	Arisoli da Silva Silveira
Adão Fernandes da Silva	Amâncio Cardoso	Arisoli Pacheco da Silva
Adão Flores Pereira	Amarante do Prado	Aristeu do S. Amaral
Adão Josende	Amarante Santana	Aristeu Pereira
Adão Moreira M.	Amilcar Siqueira	Aristide Machado
Adão Pereira	Anaurelino Correia	Aristides Borges
Adão Ramos	Anery Josende da Rosa	Aristides da Rosa
Adelar Borges	Antão Barbosa	Aristides Machado
Ademar da Costa Silva	Antão de Oliveira	Aristides Marcos da Roza
Adil Fiuza Silva	Antenor Borges	Aristides Oliveira
Adolfo Flores de Oliveira	Antenor Siqueira	Arlindo Martins Pinto
Adroaldo Faria Ferreira	Antonio Alves Maria	Arlindo Prates
Agencio José Linhares	Antonio Barbosa	Armando da Silva
Agripino Araujo	Antonio Costa	Armando Garcia
Agripino Ramos	Antonio da Silva	Arnobio Vargas
Aguinel Paulo	Antonio da Silveira	Arsenio Severo Candido
Aires de Ramos	Antonio de Moraes	Arthur Alves Maria
Aladim Siqueira	Antonio de Paulo	Arthur U. da Costa
Alaides Rezende dos Santos	Antonio dos Santos	Artur Rodrigues
Alaides Rodrigues	Antonio Ferreira	Ary Josende
Alaor Alair das Neves	Antonio Flores	Assis Campos
Alaor das Dores	Antônio Francisco Silva	Ataídes Rodrigues dos Santos
Alaor Luis das Neves	Antonio G. de Paulo	Ataliba Tasso
Albano Neves Filho	Antonio Morais Oliveira	Atanagildo Soares da Silva
Alcides Franco	Antonio Parla	Atanasio (Athanasio) Severo
Alcides Pereira	Antônio Patricio Rezende	Atanásio R. Severo
Alcidiney Josende da Rosa	Antonio Paulo	Ataydes Resende
Alcindo G. de Souza	Antonio Pena	Athaides Rodrigues
Aldemar Soares Gomes	Antonio Penha	Athanagildo A. Gomes
Aldo Aguiar da Silva	Antonio Pereira	Athanagildo Soares da Silva
Aldo Garcia	Antonio Pla	Athanasio Severo
Aldo Severo	Antonio Prates	Athaydes Gomes da Silva
Aldo Silva	Antonio Pulo	Augustinho da Silva
Alfeo Alves Soares	Antonio Rodrigues	Augusto da Silva
Alfredo Alves Severo	Antônio Silva dos Santos	Augusto Felipe da Silva
Alfredo Alves Sobrinho	Antônio Silveira	Augusto Silva



Auri Rodrigues Siqueira	Domingos Ramos	Faustino Gonçalves
Avelino Garcia	Dorival Prates	Feliciano Josende da Rosa
Avelino Maciel	Dorval da Silva	Feliciano Oliveira
Barnabé dos Santos	Dorvalino Brasil de Freitas	Feliz Ramos
Barnabé Santiago	Dulcino da Silva	Felizardo Oliveira
Bartolomeu Flores Belagarda	Edemundo Soares	Felleciano Prates
Basilio Maia	Edilon de Moraes	Fermino da Costa
Bazileu Silva	Edilon de Moraes Farias	Fermino Neves de Lima
Belisário Fonseca	Edilson Farias	Fernando Abenel
Benjamin F. Saraiva	Edmundo A. dos Santos	Fernando Lago
Benjamin Francisco dos Santos	Edmundo Soares	Fernando M. Abonelio
Benjamin Saraiva	Edson Ramos de Paulo	Fernando Macedo Abenel
Bento Fagundes da Silva	Eduardo Osório	Flodoardo Silva
Bento Gonçalves	Eduardo Ribeiro	Florencio Mendes
Bernardino Andrade	Eitor Fernandes	Fortunato de Oliveira Filho
Boaventura Vaz	Elair Figueira da Costa	Francisco Arias
Bonifacio Correia	Elias da Silva	Francisco Benites
Bonifacio Moraes	Elias R. dos Santos	Francisco da Silva
Bonifácio Poncio Morais	Elio Soares	Francisco de Assis
Brás Antonio da Silva	Elio Soares Ferreira	Francisco de Farias
Brasil Pereira	Eliseu dos Santos	Francisco Fonseca
Brasileiro Ferreira	Eloi Cunha de Oliveira	Francisco Latorres
Braulino Menezes	Elpidio Trindade	Francisco Machado
Braulio Silveira Rodrigues	Emenegildo Pereira	Francisco Madruga
Candido Moraes	Emilio Fideliz	Francisco Munitor
Candido Silveira	Enrique Ferreira	Francisco Nunes
Cantídio Fábio de Carvalho	Epaminandes Rezendes	Francisco Pinheiro Ramos
Carlos Silva	Eraldino Coreia	Francisco Ribeiro Arias
Castor Silva	Eraldino Paulo	Francisco Rodrigues
Castro de Oliveira	Erineu Rodrigues	Francisco Rubim Soares
Caumino Lago	Erizontino Silveira	Francisco Silva
Cecilio Cabreira	Ermes Prates Rodrigues	Fulgencio Machado da Silva
Cesilio Ribeiro	Ernesto da Silva	Gabino Soares Barbosa
Cezilio Alves	Ervandil Santos do Canto	Gabriel Gomes da Silva
Cezino Alves	Esperidião da Silva	Gabriel Gonsalves da Silva
Claudino Alves	Euclides (Eucrides) Rodrigues	Gabriel Osorio
Cláudio Ramos Silva	Euclides Garcia	Gabriel Ribeiro
Clementino da Silva	Euclides Mallet	Galdino da Silva
Clodoaldo Ribeiro	Euclides Rodrigues da Costa	Galdino Pereira
Coraldino Correia	Euclides Soares	Galvão Thomaz
Crescencio Flores da Silva	Euclides Viana	Garibaldi Sali
Darci Antônio Gomes	Eugênio Antônio da Silva	Garibaldi José Nunes Soares
Dario L. de Oliveira	Eugenio de Oliveira	Gely Gonsalves Alves
Davi Antonio Soares	Eugenio Francisco Martins	Gely Penha
Davi Ribeiro da Conceição	Eugenio Oliveira	Genesio Ferreira
David Antônio Gomes	Eugênio Rodrigues	Genesio Pereira
David Ribeiro	Eugenio Silva	Genoir Menezes
Delano Nunes	Eugenio Soares de Oliveira	Geraldo Maciel
Delfino Flores	Eugênio Soares dos Santos	Germano de Araujo
Demenciano da Silva	Evandil Santos do Canto	Getulio Muniz
Djalmo Nunes Silveira	Fabiano Manoel Pereira	Glenio Ramos Rodrigues
Domenciano da Silva	Faustino Correa	Glenio Rodrigues Ramos
Domingos Ramos	Faustino Galvão	Godofredo Rosa

Gomercindo Carvalho	João Antonio Gomes	João Pompilio da Silva
Gomercindo Fialho	João Antunes	João Prates
Graceliano da Rosa	João Aristides	João Ramos
Gracelino Ramos	João Athanásio Ferreira	João Rodrigues
Graciliano Rosa	João Baptista Alves	João Silva
Gregório Costa	João Batista Lago	João Silveira
Gregório Rodrigues	João Batista dos Santos	João Soares
Guilherme Martins	João Batista Flores	João Sousa Prates
Hatos da Costa	João Batista Prates	João Theodor dos Santos
Heitor da Costa	João Batista Ramos	João Torres
Heitor Fontoura	João Bragança	João Veiga
Heitor Pereira Costa	João Brasil	Joaquim Maria Fernandes
Heitor Soares	João Candido	Joaquim Martins
Heitor Soares de Moraes	João Candido Anastácio	Joceli da Silva
Helio Ferreira Soares	João Candido Maciel	Jocelino da Silva Maia
Helio Soares	João da Roza	Jocelito Severo
Helio Soares Ferreira	João da Silva	Jocely da Silva
Henrique Ferreira	Joao da Silva Maia	Jones Ferreira
Herculano Pires Nepomoceno	João de Deus	Jorge do Nascimento
Hermes Prates Rodrigues	João do Amaral	Jorge Lara
Hernesto Soares Barbosa	João dos Santos	Jorge Oriz Lemos Gulart
Homero Batista Alves	João Elauterio da Silva	Jorge Prates
Hortencio do Amaral	João Feliciano Prates	José Adão
Idolerio B Souza	João Fereira	José Adão de Oliveira
Ignácio Caminha de Freitas	João Flores	José Américo do Amaral
Ignácio dos Santos	João Fonseca	Jose Antonio dos Santos
Ignácio Francisco da Costa	João Fonseca Prates	José Candido
Ignácio Prates	João Francisco da Rosa	José Carlos Pontes
Ignacio Viana de Paulo	João Francisco de Camargo	José da Silva
Ilario Polfírio	João Francisco de Campos	José Fernandes de Souza
Inácio Moura	João Francisco Motta	José Ferreira
Inácio Muniz	João Garcia	José Gaudino
Inocência dos Santos	João L. da Silva	José Giovanni
Irineo Rodrigues	João M. Coreia	José Guiones
Irineu Muniz	João Maia	José Maria Machado
Ivo Soares	João Manoel	José Mario Rodrigues
Ivo Cardozo da Silva	João Manoel Correia	José Marques Machado
Ivo Correa da Silva	João Manoel dos Santos	José Oaranhos
Ivo Fernandes dos Santos	João Manoel Fiuza	José P. da Silva
Izaías Fernandes	João Manoel Vianna	José Percílio da Roza
Jaci Vieira Guterres	João Mariano Cezar	Jose Prates
Jairo Gonsalves	João Menezes	José Ramos
Jannes Ferreira	João Moura	José Rodrigues da Costa
Jelino Soares	João P. Maciel	José Rodrigues dos Santos
Jely Penha	João P. Siqueira	José Soares da Silva
Jesuino Gomes	João Paulo	Josias Fernandes
João A. da Silva	João Pedro da Silva	Jovenal Rodrigues
João A. Falleiro	João Pedro Josende	Julião Isidoro da Silva
João Alves	João Pedro Josende da Roza	Julio Cezar Flores
João Alves do Amaral	João Pedro Rodrigues	Júlio Fernandes
João Alves Faleiro	João Pedro Siqueira	Julio Ribas
João Alves Figueira	João Pereira	Júlio Santos
João Amaral	João Pompilio	Justino Gonsalves

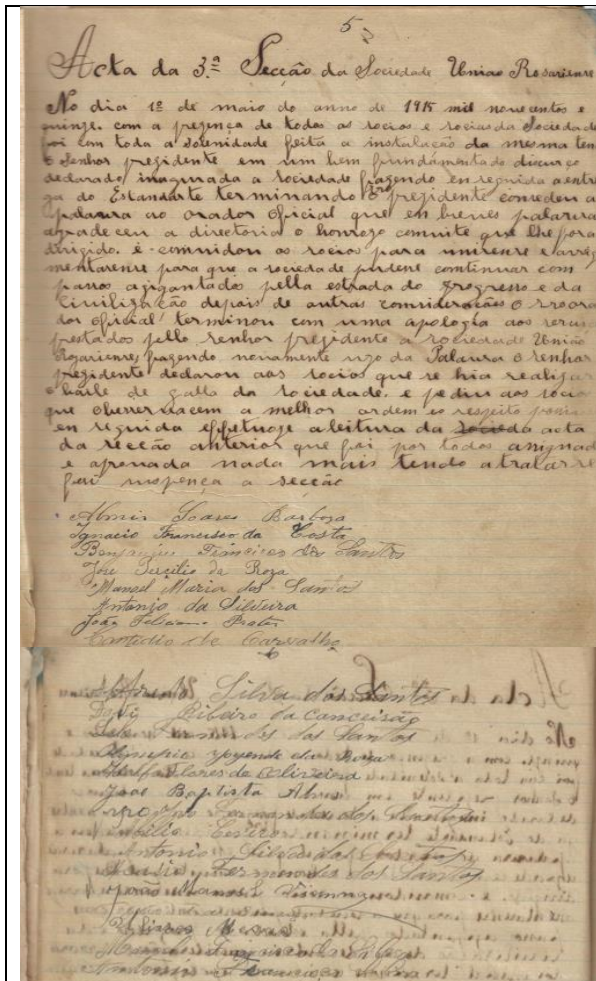
Juvenal Rodrigues	Manuel Pedro Rodrigues	Olávio Pereira
Juvenal Soares	Manuel Sabino	Olavo da Silveira
Juvenio Santos	Manuel Veloso	Olavo Ramos
Ladislau Sobrinho	Marciano Ramos	Olavo Silveira
Langinho Cardoso	Marcio Gonçalves	Olicio Severo
Laudelino Correa	Marcio Lino de Oliveira	Olímpio da Silva
Laurindo Rodrigues	Mario Carlos Robaldo Dias	Olímpio Rezende
Leandro Giordano	Mario Lima	Oliverio Menezes
Leandro Gomes	Mário Pinto	Olívio de Menz
Lelio Fernandes dos Santos	Mário Porfírio	Olívio Ferreira
Leonardo Lemes	Mario Ramos	Olívio Menezes
Leoncio Rodrigues	Mário Rodrigues	Olívio Pereira
Leopoldino M da Roza	Mario Silveira	Olympio Josende da Rosa
Leovaldo Moreira	Mario Soares dos Santos	Onofre Josende da Rosa
Lindolfo Moreira	Mario Tadeu Nunes Soares	Oreovaldo Moreira
Lino Batista	Martimiano de Almeida	Orides de Souza
Liondas Guedes de Lima	Mauricio Cardoso	Orioval Rodrigues Teixeira
Lorival Maciel	Mauricio Gonçalves	Orizontino Silveira
Luis Rodrigues	Mauricio Menezes	Orlando dos Santos
Luiz Gonzaga Pinto	Mauro Alves	Ortencio do Amaral
Luiz Manuel Pereira	Melonio F. Pereira	Oscar Brasil
Luiz Pena	Miguel Lisboa	Oscar da Silva
Luiz Pereira	Miguel Monteblando	Oscar Ozorio da Silva
Luiz Rodrigues	Milton dos Santos	Oscar Silva
Manoel Alcides Rezende dos Santos	Mostininano Flores de Oliveira	Oseas da Silva
Manoel Alves	Nacival Moreira	Oseia Osorio da Silva
Manoel Anibal Moreira	Nadir Alves	Osório Leal
Manoel Antenor Borges	Nadir Alves Faleiro	Osorio Ramos
Manoel Baptista	Nadir da Silva	Otacilio José da Silva
Manoel Candido	Nadir Fiuza da Silva	Otacilio Lopes
Manoel Cruz Miranda	Nadir Menezes	Otacilio Rodrigues
Manoel da Cruz Miranda	Nadir R. Silva	Otalício Guedes de Lima
Manoel de Jesus Santos	Nadir Silva	Octalício Rodrigues da Costa
Manoel Fabiano	Nairo Gonçalves	Otávio Campos
Manoel Fernandes Lago	Nalcizo (Naruzo) Gomes	Otavio Correa Menezes
Manoel Fernando Lago	Nalenio Alves da Silva	Ozorio Leal
Manoel Francisco da Silva	Nalvor Oliveira	Ozorio Ramos
Manoel Gomercindo Rabelo	Narival Prates	Pascacio Machado
Manoel Gomes	Neri Fiuza	Patricio A. Rezende
Manoel Jesus dos Santos	Neri Souza	Patricio da Silva
Manoel M. Rezende	Nerival Prates	Paulino Correia
Manoel Maria dos Santos	Nero Rodrigues	Paulino da Silva
Manoel Maria dos Santos	Nestor da Silva	Paulino Ramos
Manoel Patricio Rezendes	Nestor Fiuza da Silva	Paulo Celso Pereira
Manoel Paulo	Nestor Soares de Morais	Paulo Ramos
Manoel Pedro Rodes Jaques	Neurival Prates	Paulo Rodrigues da Silva
Manoel Raimundo Pereira	Nicolau Fernandes da Silva	Pedro Josende da Rosa
Manoel Victor dos Santos	Nilo da Silva	Pedro Lima
Manuel Antunes Borges	Noreval Prates	Pedro Rezende da Rosa
Manuel da Silva Miranda	Octacílio A. de Campos	Pedro Rolin
Manuel Fiuza	Octacílio José da Silva	Percio Alves
Manuel Lago	Octacilio Lopes	Polycarpio Camargo
Manuel Martins	Octavio Assis Campos	Poncio de Moraes

Porcino da Silva	Valentim Cardozo	Tutilio da Silva
Raimundo Pereira	Valentim Maciel	Ulisses Mesas
Ramão Armada	Valério da Silva	Vagner Lago Soares
Raul Baptista	Serafim de Oliveira	Valdemar Severo
Reduzino Alves	Serafim dos Santos	Valdivio M da Silva
Ricardo Lopes	Severiano M. Pereira	Valdomiro Martins
Riograndino Pedroso	Severiano Rodrigues	Valentim F. Moreira
Roberto Salustiano	Severiano Severo	Venâncio Menezes
Rodolpho Flores	Severiano Silva	Venancio Messes
Romário Lopes Brasil	Severino Gomes	Vergilio Machado
Romário Santos Mello	Severino M. Ferreira	Vergilio Moraes
Romualdo Machado	Severino Manoel Pereira	Vernesto Soares Barbosa
Ronaldo Machado	Severino Pereira	Vicente da Silva
Rosalino S. da Rosa	Severino R. Severo	Vicente Lopes Brazil
Rozendo Brangar	Silverio Pereira	Vicente Machado
Rubem de Lima	Simplicio Calma	Vicente Soares
Rubem Vargas	Taltibio da Silva	Victorino Santana
Sabino Josende	Taltibio Gomes da Silva	Vilson Martins Ribeiro
Salustiano Galvão	Taurino Candido Ribeiro	Viturino H. Santana
Salvador A. da Silva	Taurino Correa	Waldivio M. da Silva
Salvador Carneiro	Teodorico Alves	Walfredo Cloz
Salvador da Silva	Theodorico Riograndense	Walpido Clos
Salvador Grdes	Theodoro Ignácio	Walter Campos Pacheco
Samuel Lopes	Theodoro Lopes	Wanderlei G. Fiuza
Sanelir Lago Soares	Theodoro Retamar	Zeferino Mendes
Saturno S. Pinto	Tito Gonçalves da Silva	Zeferino Silva
Sebastião Ferreira	Tolentino Gomes da Silva	

Fonte: Dados organizados pela autora a partir dos Livros nº 1 ao nº 5 de Atas de diretoria e assembleia geral (1915 até 1941 e 1959 até 1965).

## **ANEXOS**

ANEXO A – Ata da Sociedade União Rosariense (01/05/1915)



Acta da 3ª Secção da Sociedade União Rosariense

No dia 1º de maio do anno de 1915 mil novecentos e quinze, com a presença de todos os sócios e sócias da Sociedade foi com toda a solenidade feita a instalação da mesma tendo o senhor presidente em um bem fundamentado discurso declarado inaugurada a sociedade, fazendo em seguida a entrega do Estandarte terminando o senhor presidente concedeu a palavra ao orador oficial que em breves palavras agradeceu a diretoria o honroso convite que lhe fora dirigido e convidou os sócios para **unirem-se e arremetarem-se para que a sociedade pudesse continuar com passos agigantados pela entrada do progresso e da civilização**, depois de outras considerações o senhor orador oficial terminou com uma apologia aos serviços prestados pelo senhor presidente a Sociedade União Rosariense, fazendo novamente o uso da palavra o senhor presidente declarou aos sócios que hia realizar o baile de galla da Sociedade e pediu aos sócios que observassem a melhor ordem e o respeito passou em seguida que efetivasse a leitura da acta da secção anterior que foi por todos assinado e aprovada. Nada mais tendo a tratar-se foi suspensa a secção.

Almir Soares Barbosa; Ignácio Francisco da Costa; Benjamin Francisco dos Santos; José Percílio da Roza; Manuel Maria dos Santos; Antônio de Oliveira; João Feliciano Prates; Cantídio de Carvalho; Alfredo Silva Santos; Davi Ribeiro da Conceição; Lelo Fernandes dos Santos; Olympio Jozende da Roza; Adolfo Flores de Oliveira; João Baptista Alves; Ivo Fernandes dos Santos; Abilio Severo Antonio Silva dos Santos; Acásio Fernandes dos Santos; João Manuel Vianna; Ulisses Mesas, Manuel Francisco da Silva; Antonio Francisco Silva.

Fonte: Livro de Ata nº 1. Acervo da Sociedade Recreativa Beneficente União Rosariense que está sob a custódia de Nara Nei Faleiro Machado e Adão Ramires da Silva Machado.

ANEXO B – Ata da Sociedade União Rosariense (01/03/1915)

Ata Nº 1 do Capitolo 1º

No dia primeiro de Março do anno 1915 foi pelo sr. Almir Soares Barbosa preposta uma seção e presidida pelo mesmo, que a qual teve apoio por um grande numero de rapazes, uma vez todos reunidos, fez uso da palavra o presidente declarando que o fim unico desta seção era para tratar-se de organizaçao de uma sociedade, e que tendo confiado no apoio que lhe foi dispensado, nomearia para membros da directoria os seguintes para Vice-Presidente Ignacio Francisco dos Santos Costa, para Secretario Benjamin Francisco dos Santos para Tesoureiro Jose Percilio da Roza para Procurador Antonio da Silveira para Director Manuel Maria dos Santos e todos aquitaram os cargos que lhes foram confiados, entao o Presidente convidou para sentar-se ocupando suas posições, e Presidente tornou a fazer uso da palavra declarando que esta Sociedade seria com o nome de Sociedade União Rosariense e que esta Sociedade tinha uns estatutos para matricula dos socios e entao procedeu a leitura dos estatutos especificando a todos capitulos por capitulos e paragrafo por paragrafo todos se julgaram de pleno acordo com os estatutos e as leis em vigor

entao o Presidente declarou a todos os socios que convocara uma sessão de assembleia geral pro dia 24 de abril do mesmo anno para tratar-se da fundação da sociedade no dia primeiro de maio, todos se consideraram de acordo e Presidente disse que considerava a todos como socios e socios fundadores depois do dia primeiro de maio, uma vez entrados como socios e sócias, entao o presidente mandou lavrar esta acta e eu secretario que escrevi assinado Benjamin Francisco dos Santos.

Almir Soares Barbosa  
 Ignacio Francisco da Costa  
 Jose Percilio da Roza  
 Antonio da Silveira  
 Almir Soares Barbosa  
 Ignacio Francisco da Costa  
 Leandro Gomes 2º secretario  
 Joao Pedro da Silva  
 Homero Soares Barbosa  
 Ignacio Francisco da Costa  
 Leandro Gomes  
 Ivo dos Santos  
 Joao Pedro da Silva  
 Olympio Jozende da Roza  
 Bento Gonsalves  
 Joao Baptista Alves  
 Joao Feliciano Prates  
 Adolfo Flores de Oliveira  
 João da Silva Maia  
 Lelo Fernandes

Acta nº 1 do Capitolo 1º

No dia primeiro de março do anno 1915 foi pelo sr. Almir Soares Barbosa preposta uma seção e presidida pelo mesmo, que a qual teve apoio por um grande número de rapazes, uma vez todos reunidos, fez uso da palavra o presidente declarando que o fim único desta seção era para tratar-se da organização de uma sociedade e, que tendo confiado no apoio que lhe foi dispensado, nomeará para membros da diretoria os seguintes: para vice-presidente Ignácio Francisco da Costa, para secretário Benjamin Francisco dos Santos, para tesoureiro José Percílio da Roza, para procurador Antônio da Silveira, para diretor Manuel Maria dos Santos e todos aceitaram os cargos que lhes foram confiados. Então o presidente convidou para sentar-se ocupando suas posições. O presidente tornou a fazer o uso da palavra declarando que esta sociedade seria com o nome de Sociedade União Rosariense e que esta sociedade tinha uns estatutos para matrícula dos sócios então procedeu a leitura dos estatutos especificando a todos, capítulo por capítulo e parágrafo por parágrafo, todos se julgaram de pleno acordo com os estatutos e as leis em vigor então o presidente declarou a todos os sócios que convocaria uma seção de assembleia geral para o dia 24 de abril do mesmo anno, para tratar-se da fundação da sociedade no dia primeiro de maio, todos se consideraram de acordo presidente disse que considerava todos como sócios e sócios fundadores depois do dia primeiro de maio, uma vez entrados como sócios e sócias, então o presidente mandou lavrar esta acta, e eu secretario que escrevi assinado: Benjamin Francisco dos Santos. Almir Soares Barbosa, Ignácio Francisco da Costa, José Percílio da Roza, Antônio da Silveira, Homero Soares Barbosa, Ignácio Francisco da Costa, Leandro Gomes, Ivo dos Santos, João Pedro da Silva, Olympio Jozende da Roza, Bento Gonsalves, João Baptista Alves, João Feliciano Prates, Adolfo Flores de Oliveira, João da Silva Maia, Lelo Fernandes.

Fonte: Livro de Ata nº 1. Acervo da Sociedade Recreativa Beneficente União Rosariense.

**ANEXO C – Certidão de Autodefinição de Comunidade de Rincão da Chirca  
(16/05/2014)**



**REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL  
MINISTÉRIO DA CULTURA  
FUNDAÇÃO CULTURAL PALMARES**

Criada pela Lei n. 7.668 de 22 de agosto de 1988

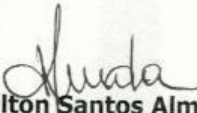
**Departamento de Proteção ao Patrimônio Afro-Brasileiro**

**CERTIDÃO DE AUTODEFINIÇÃO**

O Presidente da **Fundação Cultural Palmares**, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo art. 1º da Lei n.º 7.668 de 22 de Agosto de 1988, art. 2º, §§ 1º e 2º, art. 3º, § 4º do Decreto n.º 4.887 de 20 de novembro de 2003, que regulamenta o procedimento para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos de que trata o art. 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias e artigo 216, I a V, §§ 1º e 5º da Constituição Federal de 1988, Convenção nº 169, ratificada pelo Decreto nº 5.051, de 19 de abril de 2004 e nos termos do processo administrativo desta Fundação nº 01420.013826/2013-83 **CERTIFICA** que a **COMUNIDADE DE RINCÃO DA CHIRCA**, localizada no município de Rosário do Sul/RS, registrada no Livro de Cadastro Geral n.º 016, Registro nº 2.073, fl.092, nos termos do Decreto supramencionado e da Portaria Interna da FCP n.º 98, de 26 de novembro de 2007, publicada no Diário Oficial da União n.º 228 de 28 de novembro de 2007, Seção 1, f. 29, **SE AUTODEFINI COMO REMANESCENTES DE QUILOMBO**.

Eu, **Alexandro Anunciação Reis**, (Ass.)....., Diretor do Departamento de Proteção do Patrimônio Afro-Brasileiro, a lavrei e a extraí. Brasília/DF, **16 de maio de 2014**.

O referido é verdade e dou fé.

  
**José Hilton Santos Almeida**  
Presidente  
Fundação Cultural Palmares - FCP



**ANEXO D – Certidão de autodefinição de Comunidade de Rincão dos Negros**

**(16/05/2014)**



**REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL**  
**MINISTÉRIO DA CULTURA**  
**FUNDAÇÃO CULTURAL PALMARES**  
Criada pela Lei n. 7.668 de 22 de agosto de 1988


**Departamento de Proteção ao Patrimônio Afro-Brasileiro**

**CERTIDÃO DE AUTODEFINIÇÃO**

O Presidente da **Fundação Cultural Palmares**, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo art. 1º da Lei n.º 7.668 de 22 de Agosto de 1988, art. 2º, §§ 1º e 2º, art. 3º, § 4º do Decreto n.º 4.887 de 20 de novembro de 2003, que regulamenta o procedimento para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos de que trata o art. 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias e artigo 216, I a V, §§ 1º e 5º da Constituição Federal de 1988, Convenção nº 169, ratificada pelo Decreto nº 5.051, de 19 de abril de 2004 e nos termos do processo administrativo desta Fundação nº 01420.013827/2013-28 **CERTIFICA** que a **COMUNIDADE DE RINCÃO DOS NEGROS**, localizada no município de Rosário do Sul/RS, registrada no Livro de Cadastro Geral n.º 016, Registro nº 2.072, fl.091, nos termos do Decreto supramencionado e da Portaria Interna da FCP n.º 98, de 26 de novembro de 2007, publicada no Diário Oficial da União n.º 228 de 28 de novembro de 2007, Seção 1, f. 29, **SE AUTODEFINE COMO REMANESCENTES DE QUILOMBO**.

Eu, **Alexandro Anunciação Reis**, (Ass.),....., Diretor do Departamento de Proteção do Patrimônio Afro-Brasileiro, a lavrei e à extraí. Brasília/DF, **16 de maio de 2014**.

O referido é verdade e dou fé.

  
**José Hilton Santos Almeida**  
Presidente  
Fundação Cultural Palmares - FCP

**ANEXO E – Estatutos da Sociedade Recreativa Beneficente União Rosareinse**



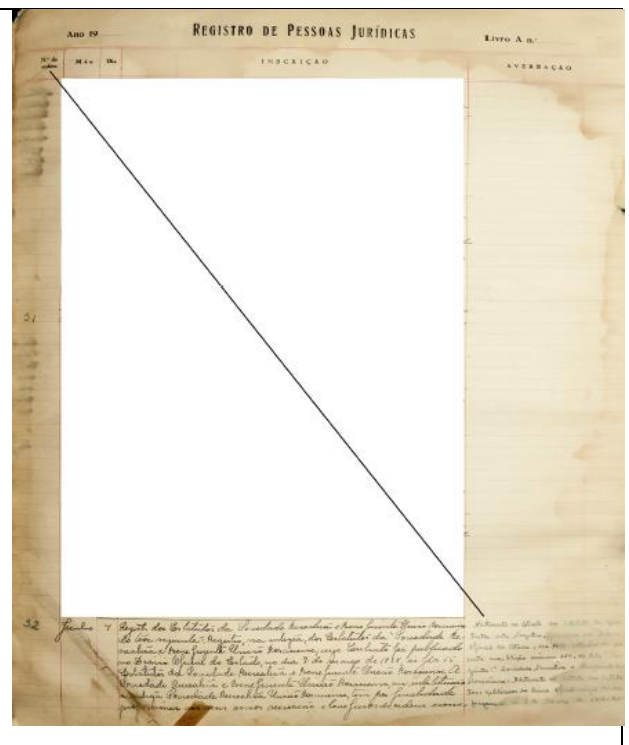
REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL  
 ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
 COMARCA DE ROSÁRIO DO SUL  
 OFÍCIO DE REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS E  
 PESSOAS JURÍDICAS  
 LUIS HENRIQUE BOLSO - REGISTRADOR DESIGNADO

**CERTIDÃO**

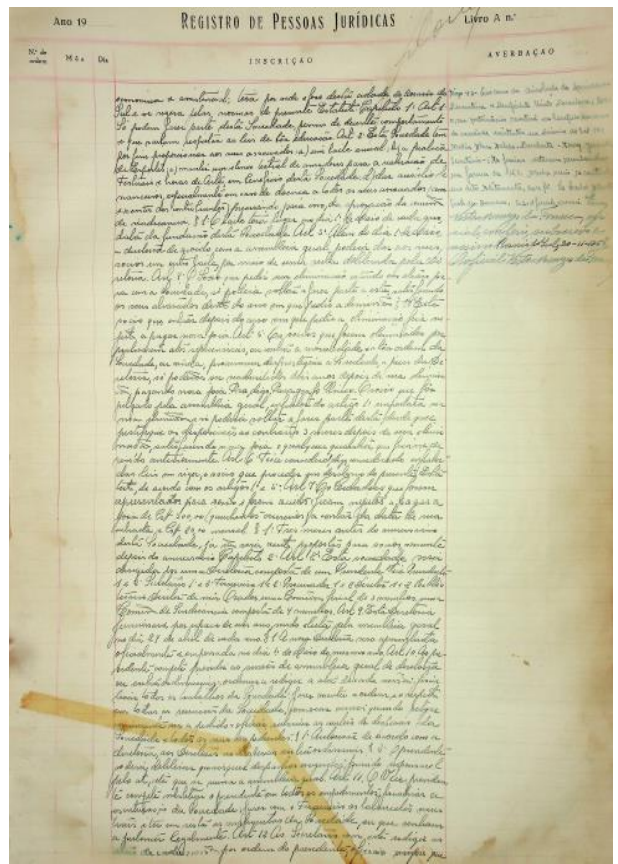
Eu Luis Henrique Bolso, Oficial Designado do Registro Civil das Pessoas Jurídicas desta Comarca de Rosário do Sul, por nomeação na forma da Lei,...

CERTIFICO, a pedido de parte interessada, que revendo os Livros de Registro Civil das Pessoas Jurídicas deste Ofício, neles encontrei na data de 04/06/1958, o registro dos estatutos da entidade "SOCIEDADE RECREATIVA E BENEFICENTE UNIÃO ROSARIENSE", com seus atos registrados e arquivados neste Ofício, no Livro A- 1 de Pessoa Jurídicas às folhas 022 sob o nº 32 em 4 de junho de 1958, conforme imagens a seguir digitalizadas

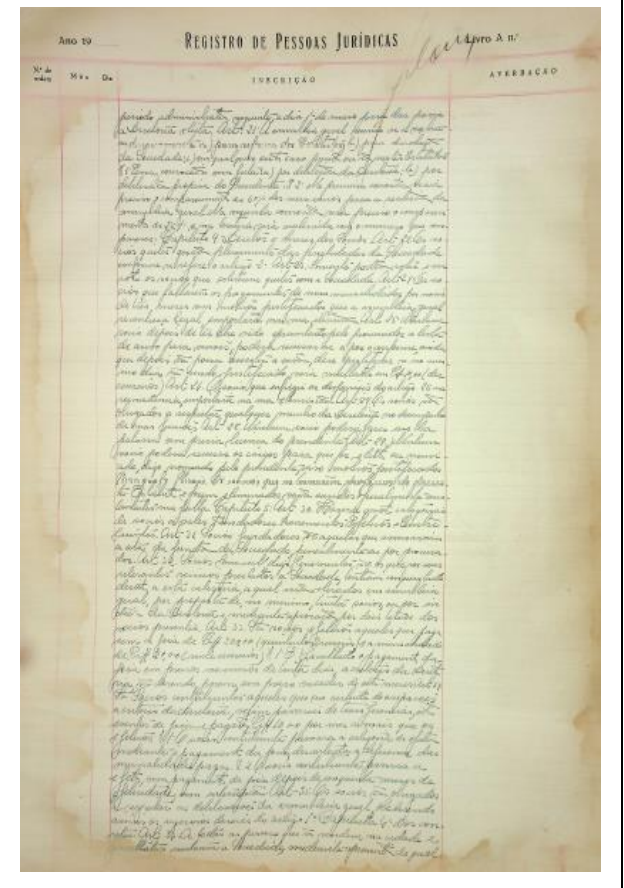
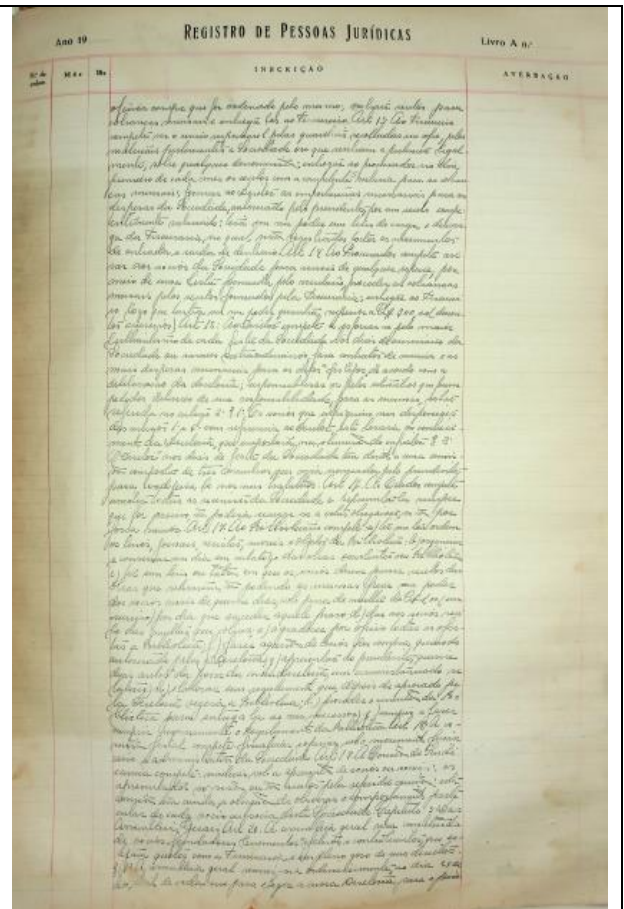
	<b>Livro A- 1 de Pessoa Jurídicas às folhas 022 sob o nº 32 em 4 de junho de 1958</b>
	Registro dos Estatutos da Sociedade Recreativa Beneficente União Rosariense do teor seguinte: Registro, na integra, dos Estatutos da Sociedade Recreativa Beneficente União Rosariense, cujo Estatuto foi publicado no Diário Oficial do Estado no dia 7 de março de 1958. As folhas 15 Estatutos da Sociedade Recreativa Beneficente União Rosariense. A Sociedade Recreativa Beneficente União Rosariense em substituição a antiga Sociedade Recreativa União Rosariense, tem por finalidade proporcionar aos seus sócios recreação e benefícios de ordem como econômica e assistencial: Terá por sede e foro desta cidade de Rosário do Sul e se regera pelas normas do presente estatuto.
	<b>Capítulo I</b>
<b>Art. 1º</b>	Só podem fazer parte desta Sociedade pessoas de descente comportamento e que saibam respeitar as leis de boa educação.
<b>Art. 2º</b>	Essa sociedade tem por fim proporcionar aos seus associados: (a) Um baile anual (b) Prática de esportes



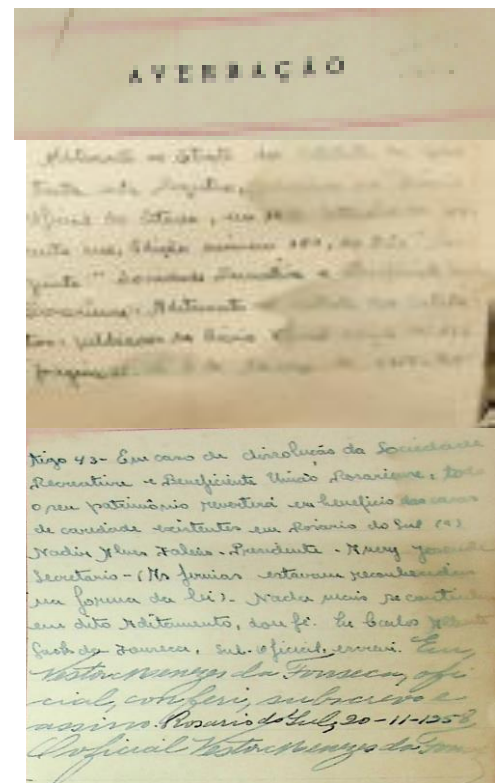
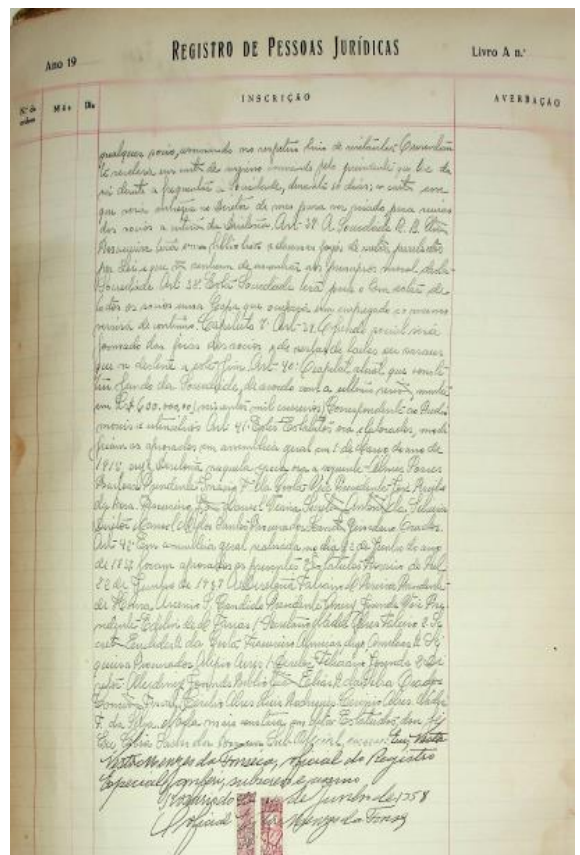
	<p>(c) Manter um elenco teatral de amadores para a realização de festivais e horas de arte, em benefício desta Sociedade</p> <p>(d) Dar auxílios financeiros especialmente em caso de doenças a todos os seus associados, com exceção dos contribuintes, precisando para isso da aprovação da comunidade de sindicância.</p> <p>§ 1 – O baile terá lugar no dia 1 de maio de cada ano, data da fundação desta Sociedade.</p>
<b>Art. 3º</b>	Além do dia 1º de maio, a diretoria de acordo com Assembleia Geral poderá dar aos seus sócios um outro baile, por meio de uma verba deliberada pela diretoria.
<b>Art. 4º</b>	<p>O sócio que pedir sua eliminação e estando em atraso para com a Sociedade só poderá voltar a fazer parte a esta pagando os seus atrasados dentro do ano em que pediu a demissão</p> <p>§ 1 Este sócio que entrar depois do ano em que pedir a eliminação fica sujeito a pagar a nova joia.</p>
<b>Art. 5º</b>	Os sócios que forem eliminados por praticarem atos repreensíveis ou contra a moralidade e a boa ordem da Sociedade, ou ainda, procurarem desprestigiar a Sociedade a juízo da Diretoria, só poderão ser readmitidos dois anos depois de sua eliminação, pagando nova joia. Parágrafo único – O sócio que for julgado pela assembleia geral, infrator do artigo 1º importará na eliminação e só poderá a fazer parte desta, desde que justifique as disposições ao contrário três meses depois de sua eliminação satisfazendo nova joia e qualquer quantia que ficasse devendo anteriormente.
<b>Art. 6º</b>	Fica considerado infrator das leis em vigor o sócio que proceder em desabono do presente estatuto de acordo com os artigos 1º e 5º.
<b>Art. 7º</b>	<p>Os cidadãos que forem apresentados para sócios e forem aceitos ficam sujeitos a pagar a joia de 500,00 (quinhentos cruzeiros) a contar da data de sua entrada, e 20,00 (vinte cruzeiros) mensal.</p> <p>§ 1 – Três meses antes do aniversário desta Sociedade já não será aceita propostas para sócios, somente depois do aniversário</p>
<b>Capítulo II</b>	
<b>Art. 8º</b>	Esta Sociedade será dirigida por uma diretoria composta por um presidente, vice-presidente, 1º e 2º secretário, 1º e 2º tesoureiro, 1º e 2º procurador, 1º e 2º diretor, 1º e 2º bibliotecário, diretor do mês, orador, uma comissão fiscal de três membros, uma comissão de sindicância composta de quatro membros.
<b>Art. 9º</b>	<p>Esta Diretoria funcionará por espaço de um ano eleita pela Assembleia Geral no dia 24 de abril de cada ano.</p> <p>§ 1 – A nova Diretoria será apresentada oficialmente e empossada no dia 1º de maio do mesmo ano.</p>
<b>Art. 10º</b>	<b>Ao Presidente compete</b> presidir as sessões de assembleia geral, de diretoria e extraordinárias; ordenar e redigir a Ata de cada sessão; Fiscalizar todos os trabalhos da Sociedade; Fazer manter a ordem e o respeito em todas as reuniões da Sociedade; Convocar sessões quando for comumente ou a pedido; Oficiar, rubricar as contas de despesas da Sociedade e de todos os seus expedientes



	<p>§ 1 – Autorizar de acordo com a Diretoria, aos Diretores as despesas extraordinárias.</p> <p>§ 2 – O presidente poderá deliberar quaisquer despachos urgentes, ficando responsáveis pelo ato até que se reúna a Assembleia Geral.</p>
<b>Art. 11º</b>	<b>O vice-presidente compete</b> substituir o presidente em todos os impedimentos; fiscalizar a ? da sociedade, fazer com o tesoureiro os balancetes semestrais e ter em vista as ? da Sociedade ou que venham a pertencer legalmente
<b>Art. 12º</b>	<b>Ao secretário compete</b> redigir as atas de cada sessão por ordem do presidente oficial sempre que for ordenado pelo mesmo. Extrair recibos para cobranças mensais e entregá-los ao tesoureiro.
<b>Art. 13º</b>	<b>Ao tesoureiro compete</b> ser o único responsável pelas quantias recolhidas em cofre, pelos materiais pertencentes à Sociedade ou que venham a pertencer legalmente sobre qualquer denominação; Entregar ao procurador no dia primeiro de cada mês os recibos com a competente rubrica para as cobranças mensais; Fornecer ao diretor as importâncias necessárias para as despesas da Sociedade, autorizado pelo presidente por um recibo competentemente subscrito; Terá em seu poder um livro de carga e descarga da tesouraria, no qual será registrado todos os movimentos de entrada e saída de dinheiro.
<b>Art. 14º</b>	<b>Ao procurador compete</b> assinar os recibos da Sociedade para sessões de qualquer espécie, por meio de uma lista fornecida pelo secretário, proceder as cobranças mensais pelos recibos fornecidos pela tesouraria; entregar ao tesoureiro logo que entra em seu poder quantia superior a 200,00 (duzentos cruzeiros)
<b>Art. 15º</b>	<b>Ao Diretor compete</b> a esforçar-se pelo maior brilhantismo de cada festa da sociedade nos dias de aniversário da Sociedade ou Saraus extraordinários para contratos de música e as mais despesas necessárias para os ditos festejos, de acordo com a deliberação da diretoria; responsabilizar-se pelos utensílios que forem pedidos debaixo de sua responsabilidade, para os mesmos, estão referidas no artigo 2. §1 Os sócios que infringirem nas disposições dos artigos 1 e 6 com referência ao diretor, este levará ao conhecimento da diretoria, que importará na eliminação do infrator. § 2. O diretor nos dias de festa da Sociedade tem direito a uma comissão composta de três membros que será nomeada pelo presidente para <i>auxiliá-lo</i> nos seus trabalhos
<b>Art. 16º</b>	<b>Ao Orador compete</b> assistir todas as reuniões da Sociedade e representá-la sempre que for preciso, não poderá recusar-se a estas obrigações, se não por força maior.
<b>Art. 17º</b>	<b>Ao Bibliotecário compete:</b> (a) ter em boa ordem os livros, jornais, revistas, móveis e objetos da biblioteca; (b) Organizar e conservar em dia um catálogo das obras existentes na biblioteca; (c) ter um livro ou talão em que os sócios devem passar recibo das obras que retirarem não podendo os mesmos ficar em poder dos sócios mais quinze dias sob pena de multa de 1,00 (um



	cruzeiro) por dia que exceder aquele prazo; (d) Dar aos sócios recibo das multas que cobrar; (e) Agradecer por ofício todos as ofertas a biblioteca; (f) Fazer aquisição de livros por compra quando autorizado pela diretoria; (g) Apresentar ao presidente, quinze dias antes da posse da nova diretoria um circunstanciado relatório. (h) Elaborar um regulamento que depois de aprovado pela diretoria regerá a biblioteca; (i) Proceder o <i>inventário</i> da biblioteca para entregá-la ao seu sucessor. (j) Cumprir e fazer cumprir rigorosamente o regulamento da biblioteca.
<b>Art. 18º</b>	<b>A Comissão Fiscal compete:</b> Fiscalizar e opinar sob o movimento financeiro e administrativo da sociedade;
<b>Art. 19º</b>	<b>A Comissão de Sindicância compete:</b> Sindicar sob a apresentação de sócios e sócias; as apresentações só serão ou não aceitas pela referida comissão; esta comissão tem ainda a obrigação de observar o comportamento particular de cada sócio ou sócia nesta sociedade.
<b>Capítulo III – Das Assembleias Gerais</b>	
<b>Art. 20º</b>	A assembleia geral será constituída de sócios fundadores, beneméritos, efetivos e contribuintes, que estejam quites com a tesouraria e em pleno gozo de seus direitos; § 1. A Assembleia Geral reunir-se-á, ordinariamente no dia 24 de abril de cada ano para eleger a nova diretoria para o período administrativo seguinte, e dia 1º de maio para dar posse a diretoria eleita
<b>Art. 21º</b>	A Assembleia Geral reunir-se-á extraordinariamente: (a) para reforma dos estatutos; (b) para dissolução da Sociedade; (c) em qualquer outro caso presente ou não neste estatuto. § 1 Essa convocação será feita: (a) por deliberação da diretoria; (b) por deliberação própria do presidente. § 2. Na primeira convocação será preciso o comparecimento de 50% de seus sócios para a realização da Assembleia Geral. Na segunda convocação será preciso o comparecimento de 25% e na terceira será realizada com o número que comparecer
<b>Capítulo IV – Direitos e deveres dos sócios</b>	
<b>Art. 22º</b>	Os sócios quites gozarão plenamente das finalidades da Sociedade, conforme se refere o artigo 2º.
<b>Art. 23º</b>	Somente poderão votar e serem votados os sócios que estiverem quites com a Sociedade.
<b>Art. 24º</b>	Os sócios que faltarem os pagamentos de suas mensalidades por mais de três meses sem motivos justificados que a Assembleia Geral reconheça legal importará na sua eliminação.
<b>Art. 25º</b>	Nenhum sócio depois de ter lhe sido apresentado pelo procurador a lista de sócio para sessões, poderá recusar-se a por o conforme ainda que depois não possa assistir a sessão, deve justificar-se no mesmo dia, não sendo justificado será multado em 10,00 (dez cruzeiros)
<b>Art. 26º</b>	Os sócios que infringirem as disposições do artigo 25 na sua reincidência, importara na sua eliminação.
<b>Art.</b>	Os sócios serão obrigados a respeitar qualquer



<b>27º</b>	membro da diretoria no desempenho de suas funções.	<p style="text-align: center;"><b>AVERBAÇÃO</b></p> <p>Livro A- 1 de Pessoa Jurídicas às folhas 022 sob o nº 32</p> <p>Aditamento ao extrato dos Estatutos de que trata este registro, publicado no Diário Oficial do Estado em 17 de setembro corrente ano (1958), edição nº 350, do teor seguinte: “Sociedade Recreativa e Beneficente União Rosariense – Aditamento ao extrato dos estatutos, publicado no Diário Oficial edição M:192, página 45 de 7 de março de 1958. Artigo 43 – Em caso de dissolução da Sociedade Recreativa e Beneficente União Rosariense, todo o seu patrimônio reverterá em benefício das Casas de Caridade existentes em Rosário do Sul. Nadir Alves Faleiro – presidente. Anery Josende – Secretário. As firmas estavam reconhecidas na forma da lei. Nada mais se continha em dito Aditamento. Dou fé eu Carlos Alberto Santos da Fonseca, suboficial escrevi. Eu Nestor Menezes da Fonseca, oficial, conferi, subscrevo e assino. Rosário do Sul 20/11/1958.</p>
<b>Art. 28º</b>	Nenhum sócio poderá fazer uso da palavra sem precisa licença do presidente.	
<b>Art. 29º</b>	Nenhum sócio poderá recusar os cargos para que for eleito ou nomeado pelo presidente caso motivos justificados. § único. Os sócios que se tornarem profanos do presente estatuto e forem eliminados serão ouvidos oficialmente constando a sua falha.	
<b>Capítulo V</b>		
<b>Art. 30º</b>	Haverá quatro categorias de sócios, a saber: Fundadores, Beneméritos, Efetivos e Contribuintes	
<b>Art. 31º</b>	Sócios Fundadores são aqueles que assinaram a ata da fundação da Sociedade, pessoalmente ou por procuração	
<b>Art. 32º</b>	Sócios Beneméritos são aqueles que por seus relevantes serviços prestados à Sociedade, tenham conquistado direito a esta categoria, a qual serão elevados em Assembleia Geral, por proposta de no mínimo, trinta sócios ou por indicação da Diretoria e mediante a apresentação por dois terços dos sócios presentes	
<b>Art. 33º</b>	Sócios Efetivos são aqueles que pagarem a joia de 500,00 (quinhentos cruzeiros) e a mensalidade de 20,00 (vinte cruzeiros) § 1 é facultado o pagamento da joia em prazos sucessivos de trinta dias a critério da Diretoria, não devendo, porém, esse prazo exceder de oito meses.	
<b>Art. 34º</b>	Sócios Contribuintes são aqueles que em virtude de ocupações a critério da diretoria, sejam passivos de transferências, estes ficarão isentos da joia e pagarão 60,00 (sessenta cruzeiros) por mês a mais que os efetivos. § 1 O sócio contribuinte passará a categoria de efetivo mediante o pagamento da joia, descontada a diferença das mensalidades pagas. § 2 Os sócios contribuinte passará a efetivo sem pagamento da joia depois de cinquenta meses de fidelidade sem interrupção.	
<b>Art. 35º</b>	Os sócios são obrigados a respeitarem as deliberações da Assembleia Geral obedecendo assim os rigorosos dizeres do artigo 1º.	
<b>Capítulo VI – Dos Convites</b>		
<b>Art. 36º</b>	A todas as pessoas que não residirem na cidade é facultado visitarem a Sociedade, mediante apresentação de qualquer sócio, assinando, no respectivo livro de visitantes. O visitante receberá um cartão de ingresso assinado pelo presidente, que lhe dará direito a frequentar a Sociedade durante 10 dias; cartão este que será entregue ao diretor de mês para ser visado, para reusar dos sócios a critério da diretoria.	
<b>Art. 37º</b>	A Sociedade R. B. União Rosariense terá uma biblioteca e diversos jogos de salão previstos por lei e que não venham de encontro aos princípios morais desta Sociedade.	
<b>Art. 38º</b>	Esta Sociedade terá para o bem-estar de todos os sócios uma copa que ocupará um empregado e o mesmo servirá de contínuo	
<b>Capítulo VII</b>		
<b>Art.</b>	O fundo social será formado das joias dos sócios e de	

<b>39º</b>	verbas de bailes ou saraus que se destina a este fim	
<b>Art. 40º</b>	O capital atual que constitui fundo da Sociedade, de acordo com a última sessão, monta em 600.000,00 (seiscentos mil cruzeiros) correspondente ao prédio móveis e utensílios.	
<b>Art 41º</b>	Estes Estatutos ora elaborados, modificam os aprovados em Assembleia Geral em 1 de março do ano de 1915, cuja diretoria naquela época era a seguinte: Almir Soares Barbosa presidente; Ignácio Francisco da Costa Vice-presidente; José Percilio da Rosa tesoureiro; João Manoel Viana secretário; Antônio da Silveira diretor; Manuel M dos Santos procurador; Leandro Giordano orador.	
<b>Art 42º</b>	Em Assembleia Geral realizada em 22 de junho do ano de 1957 foram aprovados os presentes Estatutos. Rosário do Sul, 22 de junho de 1957. A Diretoria: Fabiano Manoel Pereira presidente de Honra; Arcenio Severo Candido presidente; Anery Josende vice-presidente; Edilon de M. Farias secretário. Nadir Alves Faleiro 2º secretário; Euclides da Costa Tesoureiro; Amilcar R Siqueira procurador; Alipio Aires 1º diretor; Feliciano Josende 2º diretor; Alcidiney Josende bibliotecário; Elias R da Silva Orador; Comissão Fiscal Cisilio Alves, Luiz Rodrigues, Cesinio Alves, Nadir F. da Silva. Nada mais constará em ditos Estatutos, dou fé, Eu Célia ? ? Sub Oficial escrevi. Eu Nestor M. da Fonseca Sub oficial do Registro Especial subscrevo e assino. Rosário do Sul, 4 de junho de 1958.	
<b>Art 43º</b>	Aditamento ao extrato dos Estatutos, publicados no Diário Oficial, edição nº 192 página 15 de 7 de março de 1958. Em caso de dissolução da Sociedade Recreativa Beneficente União Rosariense, todo o seu patrimônio reverterá em benefício das casas de caridade existentes em Rosário do Sul. Nadir Alves Faleiro Presidente. Anery Josende Secretário. (as firmas estavam reconhecidas na forma da lei) D – 5703 – 17 - SET	

O referido é verdade e dou fé.

ROSÁRIO DO SUL, 21 de fevereiro de 2022.

Mauricio Ribeiro da Rosa

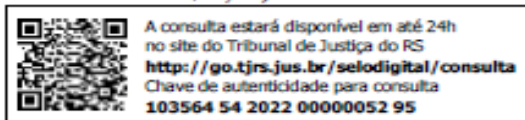
Substituto

**Total: R\$ 71,40 + R\$ 8,70 = R\$ 80,10**

**Certidão PJ: R\$ 55,00 (0505.04.1000005.04765 = R\$ 4,40)**

**Busca: R\$ 10,40 (0505.02.1000005.00707 = R\$ 2,50)**

**Processamento eletrônico: R\$ 6,00 (0505.01.1400003.03752 = R\$ 1,80)**



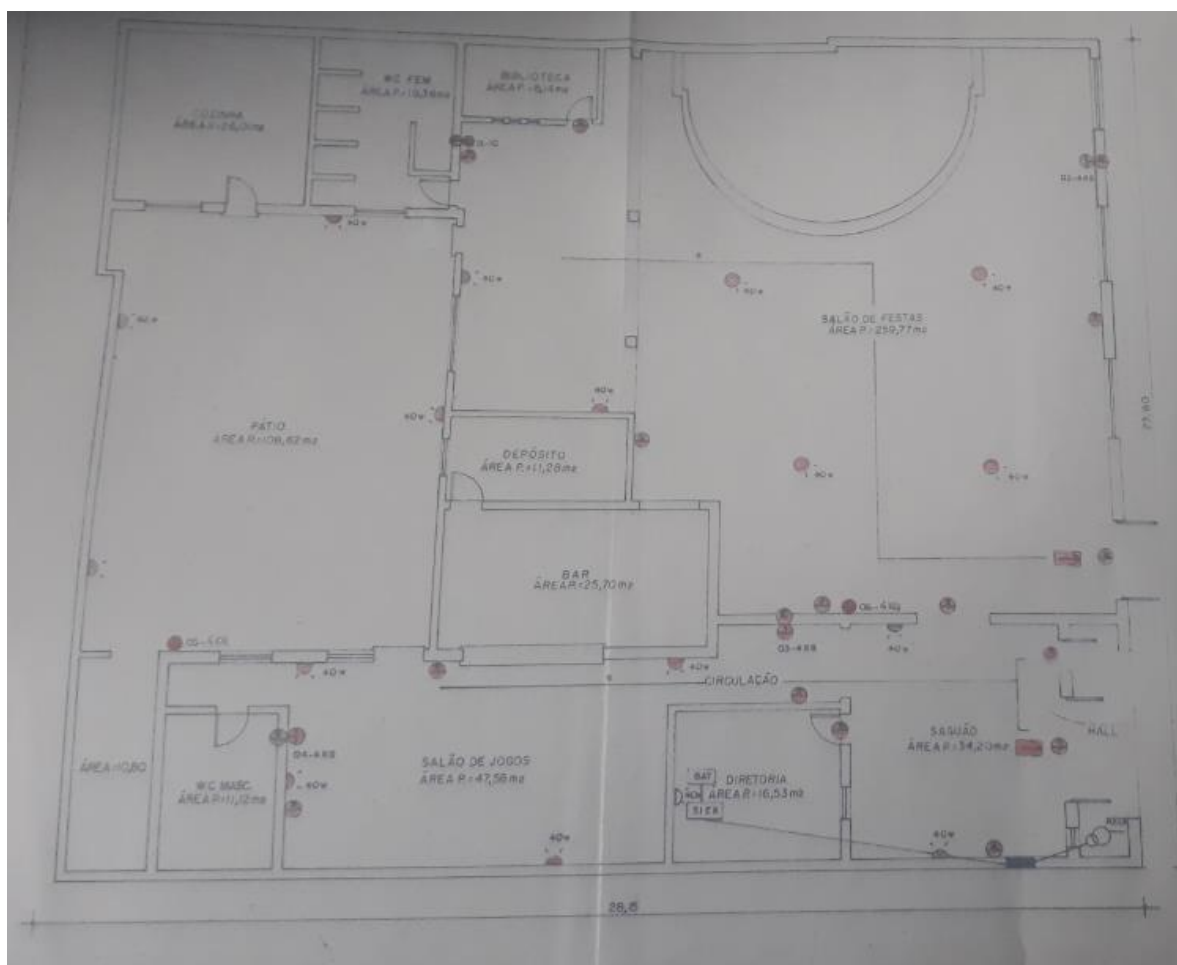
**ANEXO F – Cofre da Sociedade Recreativa Beneficente União Rosariense**



Fonte: Acervo da Sociedade Recreativa Beneficente União Rosariense



**ANEXO G – Planta Baixa – Sede da Sociedade Recreativa Beneficente União Rosariense  
(1965 - 2007)**



Fonte: Acervo da Sociedade Recreativa Beneficente União Rosariense.

Nota: Área edificada: 579,13 m<sup>2</sup>. Altura: 3 m. Rua Amaro Souto, nº 2265, Praça Borges de Medeiros, Rosário do Sul (RS).

## ANEXO H – Cabelisador



Fonte: Acervo Pessoal de Nara Nei Faleiro Machado, Rosário do Sul, RS.

Nota: Instrumento com haste de metal, que era levada à brasa ou ao fogão e depois usada para alisar os cabelos. Década de 1950.

Sábado, 17 de Abril de 1915 N. 29

# O ROSARIENSE

Orgão dos interesses locais  
Rosario - Rio Grande do Sul - Brasil

Proprietário e Director: **OSCAR ARAUJO**

Redacção e administração: Rua Marechal Floriano

Collaboradores: Diversos

---

**Dr. Ursino Meirelles**  
MEDICO, OPERADOR  
PARTHEIRO.

Tem seu consultorio medi-  
coso, em casa, a Praça 13 de  
Novembro, das 8 as 11 da manhã e das  
3 as 6 da tarde.

—CLINICA EM GERAL—  
Atende a chorados para  
a matança a qualquer hora

**APLICACAO DO GOS e GIB**  
—Honorarios medicos—  
Pode ser procurado, na  
"Farmacia Rosariense".

---

**DR. CARINO DA FONSECA**  
MEDICO—PARTHEIRO

Es interno da Materni-  
dade, da Clinica de Cre-  
anças do Dr. Moncorvo  
e da Policlínica Geral  
do

**RIO DE JANEIRO**  
Consultas: das 10 ás  
11 e das 17 ás 18 horas, na  
Farmacia Concordia.  
Residencia: Praça 15  
de Novembro.

Variado sortimento de mag-  
nificas fazonas sempre em  
casa Vasconcelos & Nunes.

---

**LARÇONS para FOTOGRAFICAS**  
GRUBERT, GALERIA DO BARRIO DO  
PINTO, Rua 15 de Novembro, 14, ALEXANDRE

## Com os frigorificos

O nosso collega *Diario do Interior*, importante jornal que se publica em S. Maria, no seu numero de 15 do corrente, faz-se em suas columnas o resultado d'uma palestra que tivera com o dr. Ursino Meirelles, sobre o assumpto momentoso OS FRIGORIFICOS. —Como essa palestra se deu na gare da estação, sem o tempo necessario para maiores esclarecimentos, resultou que fôsse noticiado que o dr. Ursino Meirelles havia conferenciado com o dr. Presidente do Estado sobre o assumpto, quando tal não se deu, tanto que aquelle dr. ao que sabemos telegraphou pedindo rectificação \* da noticia sobre aquelle ponto. E voz corrente entretanto aqui que o dr. Ursino Meirelles conjuga esforços com fortes elementos capitalistas para que a creação d'um frigorifico aqui seja um real facto.

Como já tivemos occasião de noticiar os elementos agitados da idea, contém já com grande zombaria de capitães, parte della, no magnifico estabelecimento da *Sociedade União do Rosario*, cuja adaptação para frigorifico, custa relativamente pouco, sendo certo que o melhor passo está dado de ante-mão.

## URUCUBACA

O Rio de Janeiro tem as suas manias. Uma dellas é a de consagrar grande voga, durante alguns mezes, a determinada phrase ou até mesmo simples palavra. Um bom caçista não evita essas cousas e, muito ao contrario, entra desde logo no uso diario e immoderado da expressão, desde que ella caia em voga.

«Oh! ferro, nunca vi tanto aço!» «Talvez te escreva...» «Vá saindo do barriga.» «Comigo é nove!»—são dessas phrases que já cheiram a bofór, e no entanto não foram sequer pronunciadas por nossos paes. São nossas, essencialmente nossas, de nossa edade e de nossos dias. O que succede, porém, com ellas é que a volubilidad do povo carioca as substitue quasi de nhez em meiz.

E assim como ha phrases que vêm e vão, ha tambem palavras. Destas, a que se acha na moda é «urucubaca...»

—Ho quem affirmo que o termo appareceu de repente na Avenida.

Nasceu, segundo muitos e conforme esperam os positivistas que venha a succeder ao homem, por geracao espontanea. E o ferrivel termo correu como arroyo... Partiu-se, quebrou-se, estafalou-se pelas ruas, pelas esquinas, e se espalhou pela cidade...

«Urucubaca!» Quem ainda não pronouncou esse vocabulo?

Ora parece que o termo tem entretanto a sua estirpe e não nasceu, como imaginavam alguns, ali assim nos terraços da Avenida. Parece que elle ali veio ter já com certa edade, tendo nascido pela margem das ribeiras do Curato de Santa Cruz.

E um philologo paciente dá em favor dessa doutrina os seguintes argumentos:

«Urucubaca» é uma associação de dois vocabulos «urubú» e «cumbaca», vocabulo que representa symbolos de azar ou da má sorte.

O urubú é já corrente serbiço de mão agouro. Cassa em que passa urubú é mal predestinada. Haverá morte ou houve morte.

Quanto ao «cumbaca» é um peixe existente nos ribeiros de Santa Cruz e a que os pescadores dão o mais desanima-

dor dos predicados: é um peixe azarado, que, cahindo no anzol do pescador, estraga o para o resto do dia.

Esse peixe tem, além do mais, dois ferros com que fere comumente o pescador mal precavido, sendo este ferimento sério e de difficil cicatrização.

Por tudo isso, o pescador de Santa Cruz dá uma significação alarmante ao facto de pescar um «cumbaca» principalmente si ella é do miuda e da cinzenta. E a razão é simples. Quando a «cumbaca» é nova, é miudinha, cinzenta e anda em colonias. De sorte que se o pescador atira o seu anzol e foga uma «cumbaca» miuda e cinzenta, pôde estar certo que nessa dia não pesca mais si não a maldita «cumbaca»—porque é só o que ha no logar em que está pescando.

Os pescadores de Santa Cruz têm uma tal ogeriza a esse peixe—que é na sua forma muito semelhante ao bagre—que quando estão de azar pronunciam o seu nome, como que attribuindo-lhe o mal:

—«Cumbaca!»

Ora, não raro é ver-se uma pessoa que está irritada por um mal que lhe adveia, pronunciar como imprecações uma serie de nomes!

—«Raio! Peste! Diabo!»

Assim succedeu aos pescadores de Santa Cruz, que conhecem muito de perto o «urubú», e que quando estavam de azar pronunciam a seguir:

—«Urubú!» «Cumbaca!»

O uso que explica varias transformações de vocabulos deu ganho de causa á lei, que em linguistica se chama a lei do menor esforço... E assim da «urubú-cumbaca», chegou-se á «urucubaca»!

dados para paranymphos da bandeira da novel associação, aqual anguramos mil venturas.

Corria pela Viçosa, Viçosa, LEVANTA A MÃO DO GIGANTE SANTA CRUZ + CRUZ ALTA

### Atenção

Para evitar a continuação de abusos, fizemos sciente que no jornal não daremos publicidade a artigos ou noticia que interesse penhas alguma, sem que nos seja pago o que a nossa tabella indica.

A Redacção.

### Anecdotes

O duque de Duras, vendo um dia Descartes regulando-se com bons peixes, disse-lha sem ar de troça: Então os philosophos tambem gostam destas guloseimas?

—Porque não haviam de gostar? retorquiu Descartes.

O senhor está persuadido da que a natureza fez ás boas coisas só para os ignorantes?

—Incompetente!—Saía uma dama muito roquete, toda rebocada, do seu toucador. Numa sala proxima estava esperando um cavalheiro, a quem ella pergunta sorrindo: Acha-me bonita? —Peço licença para não emitir o meu voto, minha senhora. Sou leigo em pintura.

**Tubarões gigantes**—A baleia é indiscutivelmente o maior dos seres que povoa o mar, mas ha tambem uma especie de tubarões que podem comparar-se com ella em tamanho.

Estes tubarões gigantes são muito raros e chamam-se vulgarmente tubarões baleias. O seu comprimento é de quinze a dezesseis metros, e vive nas aguas da India, Peru e Baixa California. Ha outra especie de dimensões eguaes que vive no Oceano Arctico. Por extranho que pareça, estes monstros são inoffensivos. Têm os dentes muito pequenos e alimentam-se de tudo que fluctua na superficie do mar.

**Enfermo**—Continúa enfermo o sr. Oscar Araujo, redactor proprietario deste jornal.

**Regresso**—Da capital do Estado onde o levava altos interesses, regressou quarta-feira ultima o dr. Ursino Meirelles, intendente municipal, chefe do partido republicano local e abalizado medico desta localidade.

---

## EXPEDIENTE

Toda a correspondencia deve ser dirigida ao proprietario, que nemha responsabilidade assumirá pelas opiniões emitidas pelos seus colaboradores.

**ASSIGNATURAS**

Para a villa e municipio.  
Anno . . . . . 168000  
Semestre . . . . . 88000  
Trimestre . . . . . 58000  
Ao ano avallado . . . . . 9200

Para fóra:  
Anno . . . . . 188000  
Semestre . . . . . 108000  
Trimestre . . . . . 68000

Publica-se ás quartas e sabbados  
As assignaturas são pagas adiantadamente e começam em qualquer epocha.

A empresa só aceita annuncios em communicao de serem publicados em paginas designadas, ficando suas publicações de accordo com as exigencias da paginação do jornal.

O ROSARIENSE tem circulaçao em todas as localidades do Estado, nalguns Estados do Norte e tem assignaturas na Republica Oriental do Uruguay.

**Lombricoide indiano**  
É o unico infalivel para exallir as lombrigas.

POSTO—PHARMACIA DO INDIO—Porto Alegre.

## Necrologia

Em Porto Alegre, para onde havia ido em busca de lenitivos para sua saude alterada, finou-se no dia 13 do corrente, o dr. Luiz Carlos Coelho que durante alguns annos residio entre nós, com gabinete dentario. Muito moço ainda, pois contava apenas 30 annos de edade, o dr. Coelho foi um habil profissional. O Rosariense lastimando a prematura morte do dr. Coelho, envia pesames á sua familia.

"ALPOLO"  
AS MELHORES GRAFICAS PHOTOGRAPHICAS  
Luzes e impressões  
• PIAZZA DA LIVRARIA DO OLINDO  
• SANTA MARIA-CRUZ ALTA, (RS, 1909)

**Missa**—No dia 15 do corrente, com o templo cheio, o reverendo Sebastião Puyol disse a missa que foi mandada reusar por alva do malogrado jovem Gaspar Martinez, tão prematuramente roubado aos carinhos da familia e dos amigos.

**APOLLO**  
Luzes e impressões  
• PIAZZA DA LIVRARIA DO OLINDO  
• SANTA MARIA-CRUZ ALTA, (RS, 1909)

Fonte: Acervo do Museu Municipal General Honório Lemes – Rosário do Sul, RS.